

## **Arqueologia da Arquitectura para uma Reabilitação Informada**

---

A análise estratigráfica como método de estudo aplicado à Reabilitação do Património Arquitectónico: o caso da Quinta de Valflores

**Vera Alexandra Fanica Borges**  
(Licenciada em Estudos Arquitectónicos)

Dissertação de Natureza Científica para a obtenção do Grau de Mestre em Arquitectura, especialização em Arquitectura

### **DOCUMENTO DEFINITIVO**

Orientação Científica:  
Professor Doutor Paulo Jorge Garcia Pereira [FAUL]  
Arqueóloga Especialista Maria de Magalhães Ramalho [DGPC]

Júri:  
Presidente Professor Doutor Luís Miguel Cotrim Mateus  
Vogal Professor Doutor José Manuel Aguiar Portela da Costa

Lisboa, 28 de Novembro de 2019



## Resumo

Num contexto cada vez mais actual de uma prática arquitectónica que se baseia no restauro e reabilitação do edificado, a análise estratigráfica apresenta-se como uma metodologia de trabalho indispensável mas ainda desconhecida em muitos meios.

Propomo-nos, no âmbito devidamente contextualizado do restauro e reabilitação arquitectónica do Palácio de Valflores, apresentar esta metodologia de trabalho. Será pertinente abordar os vários momentos da mesma, desde o seu aparecimento em Itália, à sua evolução por Espanha até ser aplicada em Portugal. Abordaremos as questões mais teóricas da sua aplicação e das suas ferramentas de trabalho, apresentando paralelamente um conjunto de casos de estudo que servem como primeiro contacto do leitor com esta metodologia.

Num contexto da prática da arquitectura, não bastará somente escrutinar este método mas também demonstrar a sua aplicação mais profunda num caso actual - o Palácio de Valflores.

Dessa forma, concluiremos o nosso estudo com a análise tipológica e arquitectónica deste edifício, dando a conhecer os trabalhos em curso no mesmo apresentando ainda um pouco da análise estratigráfica que se tem desenvolvido em Valflores no âmbito de um trabalho mais vasto de investigação em Arqueologia da Arquitectura.

## Palavras-Chave

Arqueologia da Arquitectura | Análise Estratigráfica | Reabilitação | Restauro | Edifícios Históricos | Valflores



## **Abstract**

In an increasingly current context of an architectural practice that is based on the restoration and rehabilitation of buildings, the stratigraphic analysis is presented as an indispensable work methodology that is still largely unknown in the area.

We propose, within the context of architectural restoration and rehabilitation of the Palácio de Valflores, to present this work methodology. It will be pertinent to address the various phases of it, since its appearance in Italy, its evolution in Spain until its application in Portugal. We will address the most theoretical issues of its application and its working tools, while presenting a set of case studies that serve as the first contact of the reader with this methodology.

In a context of architectural practice, it will not only be sufficient to scrutinize this method but also to demonstrate its deeper application in a current case - Palácio de Valflores.

Thus, we will conclude our study with the typological and architectural analysis of this building, making known the works ongoing and presenting some of the stratigraphic analysis that is being developed in Valflores within the framework of a broader research work in architectural archeology.

### **Key-Words:**

Architecture's Archeology | Stratigraphic Analysis | Rehabilitation | Restoration | Historic Buildings | Valflores



## Agradecimentos

Ao Telmo, sem o qual esta tese nunca teria sido concluída, devo-te tudo.

Ao meu irmão e aos meu pais, pela paciência.

Aos meus melhores amigos, Ana F., Ana M. e Pedro, finalmente consegui!

Às pessoas que me acompanharam neste percurso e ainda se mantêm, Tiago e João.

Ao Fábio, a vida levou-nos a seguir caminhos diferentes, mas as memórias permanecem sempre.

À Filipa e à Catarina, terminámos meninas!

À Equipa Walnut, com um especial agradecimento ao Pedro. Não poderia ter encontrado a mesma confiança, disponibilidade e paciência noutro lugar. Obrigada.

Ao meu orientador, prof. Paulo Pereira, que me foi ajudando directa e indirectamente com partilha constante de informação, em contexto de dissertação ou em aulas que tive o privilégio de assistir, e que me encaminharam para esta temática.

À minha orientadora, arqueóloga Maria de Magalhães Ramalho, pela paciência e pelas tardes de discussão que permitiram este trabalho seguir em frente.

Às pessoas que indirectamente contribuíram para esta dissertação, os profs. Luís Mateus, José Aguiar e Pedro Pacheco.

A todos que contribuíram de alguma forma e que aqui me esqueci de mencionar.



*“(...) cada fracção da história estratificada de um edifício representa mais do que um simples fragmento material, é o testemunho de uma determinada época, de determinada forma de pensar e construir ou, por outras palavras, é a memória de um passado que importa entender e preservar.”*

(LACERDA e RAMALHO, 2006, p.7)



# Índice

<b>1. INTRODUÇÃO</b> .....	<b>1</b>
1.1 Questões de trabalho.....	1
1.2 Hipóteses.....	2
1.3 Metodologia.....	2
<b>2. RESTAURO E REABILITAÇÃO DE EDIFÍCIOS HISTÓRICOS</b> .....	<b>5</b>
2.1 Património, Restauro e Reabilitação - Conceitos.....	9
2.2 Património - o monumento e o monumento histórico.....	13
2.3 Património em Portugal. Enquadramento Legal.....	15
2.4 Restauro - Evolução Teórica.....	19
2.5 O processo de restauro/reabilitação de edifícios históricos em Portugal. .....	25
<b>3. ARQUEOLOGIA DA ARQUITECTURA E O MÉTODO ESTRATIGRÁFICO</b> .....	<b>31</b>
3.1 Evolução Teórica.....	34
3.1.1 – Aparecimento de uma nova metodologia.....	34
3.1.2 – Primeiros passos: o caso de Itália.....	37
3.1.3 – Consolidação: o caso de Espanha.....	38
3.1.4 – Uma nova abordagem: o caso dos Países Baixos.....	43
3.1.5 – Uma nova realidade no contexto nacional: o caso de Portugal.....	45
3.2 A Metodologia.....	46
3.2.1 - O Diagrama de Harris.....	49
3.2.2 - A Ficha Estratigráfica.....	53
3.2.3 - Métodos de Levantamento.....	53
3.2.4 - Outras Análises e Relatório Final.....	57
3.2.5 - Apresentação dos Resultados - a potencialidade do Building Information Modeling (BIM).....	59
3.3 Casos Práticos de Aplicação.....	61
3.3.1 – Itália.....	61
3.3.2 – Espanha.....	63
3.3.3 – Portugal – o começo.....	69
3.3.4 – Portugal – a nova realidade.....	79
<b>4. A CASA SENHORIAL</b> .....	<b>83</b>
4.1 Enquadramento terminológico das Casas Senhoriais. ....	85
4.1.1. O Paço.....	85
4.1.2. O Solar.....	85
4.1.3. A Quinta de Recreio.....	86
4.1.4. A Casa-Rural.....	87
4.2 Enquadramento Histórico.....	89
4.2.1. Poder régio e espaço doméstico.....	89

4.2.2. Poder senhorial e espaço doméstico.....	95
4.3 Enquadramento Tipológico.....	97
4.3.1. Torres Senhoriais.....	97
4.3.2. Residências ou Paços Acastelados.....	101
4.3.3. Solares Residenciais Periurbanos da Alta Nobreza.....	105
4.3.4. Solares Residenciais Urbanos da Alta Nobreza.....	112
<b>5. A QUINTA DE VALFLORES.....</b>	<b>119</b>
5.1. Enquadramento Geográfico.....	121
5.1.1. Santa Iria da Azóia.....	121
5.1.2. Marcas Patrimoniais.....	123
5.2. A Quinta de Valflores.....	125
5.2.1. História.....	125
5.2.2. O Palácio.....	129
5.3. O Solar da Quinta de Valflores - Diagnóstico.....	133
5.3.1. Implantação e Arredores.....	133
5.3.2. Descrição: fachadas, dependências, materialidade.....	133
5.3.3. Graus de Conservação: anomalias, problemas tectónicos e sistemas de cobertura.....	135
5.4. Ensaio da Arqueologia da Arquitectura.....	139
5.4.1. Trabalho que está a decorrer no edifício.....	139
5.4.2. Análise do edificado - aplicação do método.....	143
5.4.3. Fases construtivas.....	151
5.5. Resultados e sua Pertinência.....	165
<b>6. CONCLUSÃO.....</b>	<b>169</b>
<b>7. BIBLIOGRAFIA.....</b>	<b>171</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>181</b>
A. Comparação entre Cartas Patrimoniais.....	183
B. Cronologia Patrimonial de Portugal.....	185
C. Mosteiro de Roriz.....	189
D. Arqueologia da Arquitectura - Outros Casos.....	191
E. Cartografia - Quinta de Valflores.....	197
F. Registos Fotográficos - Quinta de Valflores.....	201
G. Levantamento da Quinta Valflores - 28 de Fevereiro de 2018.....	207
H. Levantamento da Quinta Valflores - 22 de Maio de 2019.....	211
I. <i>Villa</i> Ideal por Sebastiano Serlio.....	213
J. Paço de São Miguel em Évora - Fundação Eugénio de Almeida.....	215
K. Carta de Risco do Património Arquitectónico - Palácio de Valflores.....	217

L. Estudo Prévio - Consolidação Estrutural, Restauro e Protecção de Elementos Arquitectónicos.....	229
M. Projecto de Consolidação Estrutural.....	233
N. Tecto Mudéjar: Hipótese de reconstrução.....	239
O. Fases Construtivas do Palácio de Valflores.....	241
P. Modelos Tridimensionais das Fases Construtivas do Palácio de Valflores .....	253

Nota: Quando a fonte não se encontra indicada na legenda, a imagem, quadro ou esquema é da autoria da autora do presente trabalho.

## Índice de Imagens

In BARRANHA, 2016	Imagem 1: Esquema sintético dos conceitos apresentados por Helena Barranha no seu livro sobre Património Cultural.....	9
In Biblioteca Nacional de Portugal, 2018. Site: <a href="http://purl.pt/4503">http://purl.pt/4503</a>	Imagem 2: Extracto da Planta de 1650 da Cidade de Lisboa, por Tinoco.....	10
In Arquitectura Portuguesa, 2019. Site: <a href="https://arquiteturaportuguesa.com/lisboa-pombalina/2018">https://arquiteturaportuguesa.com/lisboa-pombalina/2018</a>	Imagem 3 Baixa Pombalina - Plano de reconstrução após o terramoto de 1755.....	10
In BERGDOLL, Barry, European Architecture 1750-1890, Oxford University Press. ISBN: 978-0192842220	Imagem 4: Plano de Haussmann para Paris (c. 1853).....	11
Idem	Imagem 5: Plano do Ringstrasse em Viena (c. 1860).....	11
Idem	Imagem 6: Plano do Ensanche de Barcelona, de Ildefonso Cerdá (c. 1860).....	11
In Google Earth Pro, 2019	Imagem 7: Vista aérea de Lisboa.....	11
In TORRE DO TOMBO, 1721	Imagem 8: Alvará de D. João V, de 28 de Agosto de 1721 - primeira página.....	15
Idem	Imagem 9: Alvará de D. João V, de 28 de Agosto de 1721 - segunda página.....	15
In Archive, 2019. Site: <a href="https://archive.org/details/monumentosnacion00leal/page/n9">https://archive.org/details/monumentosnacion00leal/page/n9</a> .	Imagem 10: Sobrecapa da publicação de José da Silva Mendes Leal sobre os edifícios monumentais à altura. Entre eles contavam-se o Castelo de Amourol, o Mosteiro dos Jerónimos, o Palácio Nacional da Pena, a Igreja de S. João de Alporão, a Igreja de Santa Maria Maior e a Torre de Belém. ....	16
In Wikipedia, Reims Cathedral, 2019. Site: <a href="https://en.wikipedia.org/wiki/Reims_Cathedral">https://en.wikipedia.org/wiki/Reims_Cathedral</a>	Imagem 11: Pintura da Catedral de Reims, séc.XVIII-XIX, por Domenico Quaglio.....	16
Idem	Imagem 12: Fotografia retocada retratando o incêndio da Catedral de Reims após o seu bombardeamento na 1ª Guerra Mundial.....	16
In DGEMN Online, 2019. Site: <a href="http://dgemn-digital.wikidot.com/boletim-n-1-igreja-de-leca-do-bailio-setembro-de-1935">http://dgemn-digital.wikidot.com/boletim-n-1-igreja-de-leca-do-bailio-setembro-de-1935</a>	Imagem 13: Planta de Implantação da Igreja de Leça do Bailio, antes da intervenção da DGEMN.....	17
Idem	Imagem 14: Planta de implantação da Igreja de Leça do Bailio, após intervenção da DGEMN.....	17
In Wikipedia, Eugène Viollet-le-Duc, 2019. Site: <a href="https://en.wikipedia.org/wiki/Eug%C3%A8ne_Viollet-le-Duc">https://en.wikipedia.org/wiki/Eug%C3%A8ne_Viollet-le-Duc</a>	Imagem 15: Capa do Dictionnaire Raisonné de l'Architecture Française du XI au XVI siècle, de Viollet-le-Duc, publicado em 1868.....	19
Ibidem. Site: <a href="https://fr.wikisource.org/wiki/Dictionnaire_raisonn%C3%A9_de_l'E2%80%99architecture_fran%C3%A7aise_du_XI_au_XVI_si%C3%A8cle">https://fr.wikisource.org/wiki/Dictionnaire_raisonn%C3%A9_de_l'E2%80%99architecture_fran%C3%A7aise_du_XI_au_XVI_si%C3%A8cle</a>	Imagem 16: Tipologia de conversadeiras por Viollet-le-Duc, presentes no fascículo II, p.103, do seu Dicionário da Arquitectura Francesa.....	19
In Archive, 2019. Site: <a href="https://archive.org/details/1920sevenlamps0f00ruskuoft/page/212">https://archive.org/details/1920sevenlamps0f00ruskuoft/page/212</a>	Imagem 17: Sobrecapa do livro The Seven Lamps of Architecture de John Ruskin, publicado em 1849.....	20
In Wikipedia, The Seven Lamps of Architecture, 2019. Site: <a href="https://en.wikipedia.org/wiki/The_Seven_Lamps_of_Architecture">https://en.wikipedia.org/wiki/The_Seven_Lamps_of_Architecture</a>	Imagem 18: Desenho de uma varanda no Campo St. Benedetto em Veneza, por John Ruskin.....	20
In Wikipedia, Campanário de São Marcos, 2019. Site: <a href="https://pt.wikipedia.org/wiki/Campan%C3%A1rio_de_S%C3%A3o_Marcos">https://pt.wikipedia.org/wiki/Campan%C3%A1rio_de_S%C3%A3o_Marcos</a>	Imagem 19: Pintura de Canaletto retratando a o Campanário da Praça de São Marcos em Veneza, no século XVIII.....	21

Imagem 20: Foto montagem retratando o colapso do Campanário em 1902.....	21	Idem
Imagem 21: Comparação da imagem urbana do Campanário de São Marcos em Veneza, ao longo de vários séculos. Da esquerda para a direita: o campanário em 1720 - todo rebocado -, o colapso do mesmo - pode-se ver como todo o troço inicial vertical já se encontrava sem revestimento - e o campanário nos dias de hoje, com a imagem dada pelo restauro de Beltrami. ....	21	Idem
Imagem 22: Foto da Mercado da Cidade Velha de Varsóvia, em Janeiro de 1945.....	23	In Wikipedia, Old Town Market Place, Warsaw, 2019. Site: <a href="https://en.wikipedia.org/wiki/Old_Town_Market_Place,_Warsaw">https://en.wikipedia.org/wiki/Old_Town_Market_Place,_Warsaw</a>
Imagem 23: Foto de uma frente edificada do Mercado da Cidade Velha de Varsóvia, em 1945.....	23	Idem
Imagem 24: Foto da mesma frente edificada nos dias de hoje. A metodologia escolhida para a reconstrução da cidade foi literal, preservando a memória colectiva existente da cidade.....	23	Idem
Imagem 25: Capa do Boletim nº1 publicado pela DGEMN onde se fazia a documentação do restauro do edifício da Igreja de Leça do Bailio.....	25	In DGEMN Online, 2019. Site: <a href="http://dgemn-digital.wikidot.com/boletim-n-1-igreja-de-leca-do-bailio-setembro-de-1935">http://dgemn-digital.wikidot.com/boletim-n-1-igreja-de-leca-do-bailio-setembro-de-1935</a>
Imagem 26: Igreja de Leça do Bailio, antes do restauro.....	25	Idem
Imagem 27: Igreja de Leça do Bailio, após o restauro.....	25	Idem
Imagem 28: Sé Catedral de Lisboa, durante as obras de Fuschini.....	25	In SIPA Online, 2019. Site: <a href="http://www.monumentos.gov.pt/site/app_pagesuser/SIPA.aspx?id=2196">http://www.monumentos.gov.pt/site/app_pagesuser/SIPA.aspx?id=2196</a>
Imagem 29: Proposta de Fernando Távora - antes e depois - presente no Estudo de Renovação Urbana do Barredo, no Porto.....	26	In AGUIAR, José, Reabilitação ou Fraude?, Revista Património 2: DGPC. p.61
Imagem 30: Sé Catedral de Lisboa, após as obras de Fuschini. ....	27	In SIPA Online, 2019. Site: <a href="http://www.monumentos.gov.pt/site/app_pagesuser/SIPA.aspx?id=2196">http://www.monumentos.gov.pt/site/app_pagesuser/SIPA.aspx?id=2196</a>
Imagem 31: Barredo, no Porto, em 1968.....	27	In AGUIAR, José, Reabilitação ou Fraude?, Revista Património 2: DGPC. p.61
Imagem 32: Casa Estúdio Carlos Relvas. Fotografia de 1876, após a finalização das obras de construção.....	28	In Casa Estúdio Carlos Relvas, 2019. Site: <a href="http://www.imagensrelvas.com/site/pt/scat/shopcat.php">http://www.imagensrelvas.com/site/pt/scat/shopcat.php</a>
Imagem 33: Casa Estúdio Carlos Relvas após as obras de restauro e conservação.....	28	In Victor Mestre & Sofia Aleixo Arquitectos, 2019. Site: <a href="http://www.vmsa-arquitectos.com/home.html">http://www.vmsa-arquitectos.com/home.html</a>
Imagem 34: Corte pelo edifício, mostrando a junção proposta entre o estúdio recuperado e o Pavilhão do Jardim (corpo da recepção e casas-de-banho).....	28	Idem
Imagem 35: Exemplo de levantamento através da análise estratigráfica. Alçado do Oratorio di S. Michele a Padova.....	36	In DOGLIONI, 1988, p.234
Imagem 36: Representação do projecto de restauro que se propõe, usando a lógica da leitura estratigráfica. Alçado do Oratorio di S. Michele a Padova.....	36	Ibidem, p.240
Imagem 37: Capa da 1ª publicação da revista Archeologia dell'Architettura.....	37	In Insegna del Giglio, 2019. Site: <a href="https://www.insegnadelgiglio.it/prodotto/archeologia-dellarchitettura-i-1996/">https://www.insegnadelgiglio.it/prodotto/archeologia-dellarchitettura-i-1996/</a>

In MORENO-NAVARRO, 1999, pp.124-125	Imagem 38: Discriminação das várias etapas do método SCCM do Restauro Objectivo, por Antoni González.....	40
In WEVERS, 2002, p.143	Imagem 39: Plantas de Valor Patrimonial. Levantamento realizado por Leo Wevers na Buitennieuwstraat 17, em Kampen.....	42
Idem	Imagem 40: Planta das caves medievais de um bloco de construção em Visstraat-Karrenstraat-Hooge Steenweg-Loodgietersstraatje.....	43
In PARENTI, 1988, p.273	Imagem 41: Exemplo de relação de contemporaneidade. Neste tipo de relação os estratos podem ser iguais entre si (USM 1 e USM 3). Segundo Parenti.....	47
Idem	Imagem 42: Outro tipo relação de contemporaneidade. Aqui, os estratos ligam-se entre si, partilhando a mesma cronologia (Imagem 5, caso da USM 1 e USM 3). Idem. ....	47
Ibidem, p.274	Imagem 43: Exemplo de relação de anterioridade. Nesta relação os estratos podem ser apoiados por (caso da USM 1 que é apoiada pela USM 2), cobertos por ou cortados por outro estrato. Idem. ....	47
Ibidem, p.275	Imagem 44: Exemplo de relação de posterioridade. Nesta relação os estratos apoiam-se em, cobrem ou cortam outro estrato (caso da USM 5 que corta o conjunto USM 1-2). Idem. ....	47
In BROGIOLO, 1988, p.337	Imagem 45: Esquema exemplificativo das várias escalas de intervenção sobre o objecto arquitectónico. Segundo Brogiolo.....	48
In PARENTI, 1988, p.301	Imagem 46: Codificação numérica para definir diferentes técnicas construtivas. Segundo Parenti. ....	48
In RAMALHO, 2002, p.20	Imagem 47: Exemplo de uma construção estratificada, Torre de Montarrenti em Siena, segundo Parenti (1995).....	49
In PARENTI, 1988, p.278	Imagem 48: Aplicação da leitura estratigráfica num edifício simplificado. Segundo Parenti. ....	49
In HARRIS, 1991, p.63	Imagem 49: Em A, observa-se a leitura estratigráfica de uma secção através do Diagrama de Harris. Em B, a interpretação da anterior resultando uma sequência estratigráfica que relaciona entre si as várias unidades identificadas na secção. Em C, temos a decomposição da secção nas suas várias partes, explicitando de forma visual a relação que os vários elementos têm entre si e como se juntam de forma a tornarem-se o todo do qual partiu a análise.....	50
Ibidem, p.30	Imagem 50: Secção realizada por Mortimer Wheeler (arqueólogo britânico, séc. XX) em 1934. É um dos primeiros cortes a apresentar a enumeração das unidades estratigráficas.....	51
Ibidem, p.59	Imagem 51: Exemplo de uma folha para elaboração do Diagrama de Harris.....	51
In ZOREDA, 2006, p.35	Imagem 52: Modelo de Ficha Estratigráfica de Caballero Zoreda usada na análise de São Gião da Nazaré.....	52

Imagem 53: Exemplo de outra forma de representação das relações estratigráficas, neste caso em formato de esquema.....	52	In ZOREDA, 1996, p.66
Imagem 54: Levantamento por Varrimento Laser do Palácio de Valflores por Luís Mateus. Imagem da nuvem de pontos obtida.....	54	
Imagem 55: Levantamento realizado por Fotogrametria da Igreja de San Cebrián de Mazote.....	54	In AGUDO e TALAVERANO, 2016, p.93
Imagem 56: Aplicação do método de levantamento através de Estação Total, com a representação dos ponto medidos.....	55	In TALAVERANO, 2014, p.7
Imagem 57: Modelo fotográfico realizado por Fotogrametria e posteriormente convertido em nuvem de pontos. Catedral de Bourges por Rocío Maira Vidal.....	55	Ibidem, p.10
Imagem 58: Parede noroeste do Convento de Santa Clara a Velha, contendo registos de traçaria - à direita.....	56	
Imagem 59: Detalhe da parede noroeste do Convento de Santa Clara a Velha. Vestígios de traçaria - à esquerda.....	56	
Imagem 60: <i>Cronotipologia</i> de portas da cidade de Oviedo - séculos XV-XX. ....	56	In CASTILLO, Juan, <i>Contribución al estudio de la Arqueología de la Arquitectura</i> , p.157, in <a href="https://revistaselectronicas.ujaen.es/index.php/ATM/article/view/1599/1378">https://revistaselectronicas.ujaen.es/index.php/ATM/article/view/1599/1378</a> .
Imagem 61: Sequência Evolutiva da Igreja de San Cebrián de Mazote com recurso do levantamento fotogramétrico.....	58	In AGUDO, FRAGERO e TALAVERANO, 2016, p.102
Imagem 62: Reconstrução virtual da Igreja Medieval usando interpretações várias. ....	58	Ibidem, p.104
Imagem 63: Cruzamento de informação sobre o processo de investigação da Igreja.....	58	Ibidem, p.105
Imagem 64: Implementação de metadados no modelo da Igreja de San Cebrián de Mazote. ....	59	In AGUDO e TALAVERANO, 2016, p.103
Imagem 65: Corte transversal com fotomontagem mostrando as zonas de aplicação da primeira campanha de análise estratigráfica realizada. ....	62	In DOGLIONI, 2006, p.13
Imagem 66: Corte transversal com fotomontagem mostrando a fase final de intervenção com os paramentos descobertos. ....	62	Idem
Imagem 67: Vista geral do Palazzo Bizzarrini.....	63	In Sbrissa <i>Termoidraulica</i> , 2019. Site: <a href="https://www.sbrissa.it/it/villa-bizzarrini.php">https://www.sbrissa.it/it/villa-bizzarrini.php</a>
Imagem 68: Após a campanha de análises, a imagem é comentada com as unidades estratigráficas observáveis.....	63	In DOGLIONI, 2006, p.10
Imagem 69: Compartimento do Palazzo Bizzarrini antes da intervenção.....	63	Ibidem, p.12
Imagem 70: Compartimento do Palazzo Bizzarrini após a intervenção, com as paredes e tecto descobertos. ....	63	Idem

<p>In ZOREDA, Luis Caballero, <i>Producciones constructivas y decorativas</i> (...), 2013, in <a href="http://aespa.revistas.csic.es/index.php/aespa/article/view/223/224">http://aespa.revistas.csic.es/index.php/aespa/article/view/223/224</a></p>	<p>Imagem 71: Levantamento da Igreja de Santa Lucía del Trampal - à esquerda.....64</p>
<p>In ZOREDA e LARA, 1999, p.70</p>	<p>Imagem 72: Leitura estratigráfica com representação das actividades construtivas dos paramentos - à direita.....64</p>
<p>Ibidem, p.53</p>	<p>Imagem 73: Esquema das actividades superficiais identificadas na Igreja de Santa Lucía del Trampal.....64</p>
<p>Ibidem, p.312</p>	<p>Imagem 74: Proposta de restauro da igreja, recuperando a sua volumetria complexa. .64</p>
<p>In ZOREDA, 2002, p.92</p>	<p>Imagem 75: Reconstrução do sistema de abóbadas da Igreja de Santa Lucía del Trampal. ....65</p>
<p>In ZOREDA e LARA, 1999, p.374</p>	<p>Imagem 76: Igreja de Santa Lucía del Trampal após os trabalhos.....65</p>
<p>In GONZÁLEZ-MORO, 1988, p.193</p>	<p>Imagem 77: Planta de localização do Sítio Histórico de Melque.....66</p>
<p>Ibidem, p.185</p>	<p>Imagem 78: Planta da igreja, mosteiro e habitações na proximidade - proposta de escavação e restauro.....66</p>
<p>Ibidem, p.162</p>	<p>Imagem 79: Planta da Igreja de Santa María de Melque, por Zoreda e Latorre.....67</p>
<p>Ibidem, p.169</p>	<p>Imagem 80: Foto de Gómez-Moreno em 1919, mostrando o estado em que se encontrava a igreja.....67</p>
<p>Idem</p>	<p>Imagem 81: Igreja de Santa María de Melque após restauros em 1983. ....67</p>
<p>Ibidem, p.191</p>	<p>Imagem 82: Proposta de restauro para o zimbório da Igreja, optando-se por restaurar por Anastilosis a base do mesmo e completar a restante torre com soluções reversíveis.....67</p>
<p>In AZKARATE, 2018, vol.1, p.95</p>	<p>Imagem 83: Levantamento tridimensional da Catedral. Nesta imagem vemos desde as formas mais simples à complexidade de informação que estes levantamentos fornecem....68</p>
<p>Ibidem, p.102</p>	<p>Imagem 84: Levantamento tridimensional das abóbadas interiores. - acima.....68</p>
<p>Ibidem, p.99</p>	<p>Imagem 85: Encontro do transepto com a nave. Levantamento tridimensional - à esquerda.....68</p>
<p>Ibidem, p.17</p>	<p>Imagem 86: Perspectiva da Catedral de Santa María de Vitoria-Gasteiz.....69</p>
<p>Ibidem, p.16</p>	<p>Imagem 87: Perspectiva do conjunto da Catedral de Santa María de Vitoria-Gasteiz. ....69</p>
<p>Ibidem, p.46</p>	<p>Imagem 88: Planta da Catedral. ....69</p>
<p>Ibidem, p.56</p>	<p>Imagem 89: Esquema de desenvolvimento do Plano Director de Restauro da Catedral..69</p>

Imagem 90: Análise estratigráfica realizada nos alçados interiores da Catedral, com a respectiva legenda elaborada pela equipa responsável. ....70	<b>Ibidem, p.186</b>
Imagem 91: Levantamento dos vãos de janela existentes para classificação tipológica e cronológica - acima.....70	<b>Ibidem, p.318</b>
Imagem 92: Planta de cobertura com identificação das direcções de evacuação das águas pluviais. Este permite perceber o funcionamento destas e delectar possíveis problemas existente - à direita. ....70	<b>Ibidem, p.357</b>
Imagem 93: Planta com identificação dos usos e portais existentes na igreja. ....71	<b>In AZKARATE, 2018, vol.2, p.624</b>
Imagem 94: Plano de Reabilitação Integrada.....71	<b>Ibidem, p.777</b>
Imagem 95: Levantamento do tipo formal dos arcos da Catedral.....72	<b>In AZKARATE, 2018, vol.1, p.137</b>
Imagem 96: Levantamento do tipo formal dos arcos da Catedral.....72	<b>Idem</b>
Imagem 97: Plano de Actividades estratigráficas (Etapas) de São Gião da Nazaré, segundo Caballero Zoreda.....74	<b>In ZOREDA, 2006, p.36</b>
Imagem 98: Lista de unidades e actividades estratigráficas, complementar ao Plano de Actividades estratigráficas.....74	<b>Idem</b>
Imagem 99: Leitura estratigráfica de alçado interior da parede norte da nave da Igreja de São Gião, segundo UAUM.....74	<b>In FONTES, 2006, p.50</b>
Imagem 100: Igreja de São Gião da Nazaré.....75	<b>In SIPA, 2019, IPA. 00003275</b>
Imagem 101: Proposta do edifício original, de acordo com os resultados obtidos da leitura estratigráfica realizada pela equipa do CSIC. ....75	<b>In ZOREDA, 2006, p.38</b>
Imagem 102: Modelo 3D da restituição esquemática de fases construtivas - por cores - da igreja original, segundo a equipa da UAUM.....75	<b>In FONTES, 2006, p.50</b>
Imagem 103: Vista aérea do Mosteiro de São Martinho de Tibães em 1995.....76	<b>In SIPA, 2019, IPA. 00001151</b>
Imagem 104: Leitura estratigráfica da fachada nascente do Mosteiro de São Martinho de Tibães.....76	<b>In FONTES, 2006, p.46</b>
Imagem 105: Leitura estratigráfica aplicada à portaria quinhentista, com referência a leitura de estratos positivos e negativos. ....76	<b>Idem</b>
Imagem 106: Modelo do Mosteiro correspondendo à Etapa das Edificações Medievais, séc. XI-XV.....77	<b>In FONTES, 2019, p.10</b>
Imagem 107: Modelo do Mosteiro correspondendo à Etapa da Reforma - séc. XVI. ....77	<b>Ibidem, p.11</b>
Imagem 108: Modelo do Mosteiro correspondendo à Etapa das Edificações Modernas, 1ª fase. ....77	<b>Ibidem, p.12</b>

<b>Ibidem, p.13</b>	Imagem 109: Modelo do Mosteiro correspondendo à Etapa das Edificações Modernas, 2ª fase. ....77
<b>In FONTES, 2006, p.49</b>	Imagem 110: Leitura estratigráfica pormenorizada sobre o alçado do Mosteiro de Santo André de Rendufe.....78
<b>In FONTES, 2010, p.76</b>	Imagem 111: : Esquema da Fase Construtiva 1 - Edificação Medieval - datada dos séculos XII-XV. ....79
<b>Idem</b>	Imagem 112: Esquema da Fase Construtiva 2 - Reconstrução (?) da Reforma - datada do século XVI. ....79
<b>Idem</b>	Imagem 113: Esquema da Fase Construtiva 3 - Reedificação Moderna - datada dos séculos XVII-XVIII. ....79
<b>Idem</b>	Imagem 114: Esquema da Fase Construtiva 4 - Ampliação Moderna - datada do século XVIII. ....79
<b>Idem</b>	Imagem 115: Esquema da Fase Construtiva 5 - Abandono, Ruína e Reparações Contemporâneas - datada dos séculos XIX-XX.....79
<b>In SANTOS, 2010, p.257</b>	Imagem 116: Análise evolutiva do Piso térreo da Torre, parede nordeste.....80
<b>In DGPC, 2019</b>	Imagem 117: Planta da Cidadela de Cascais com identificação dos Imóveis Classificados e suas ZEP.....81
<b>In SANTOS, 2010, p.254</b>	Imagem 118: Localização da Fortaleza da Luz em Ortofotomapa. ....81
<b>In SIPA, 2019, IPA.00006026</b>	Imagem 119: Fortaleza de Nossa Senhora da Luz em Cascais.....81
<b>In SANTOS, 2010, p.257</b>	Imagem 120: Fotografia da parede nordeste, após a picagem de rebocos.....81
<b>In VAL-FLORES, Gustavo Silva, O Paço Real de Évora: Apogeu e Declínio de um Espaço Régio, Universidade de Évora, 2009, p.72</b>	Imagem 121: Esquema de sucessão hierárquica do espaço doméstico em Palácios Reais, segundo D. Duarte em Leal Conselheiro.....90
<b>Ibidem, p.108</b>	Imagem 122: Esquema de sucessão hierárquica do espaço doméstico no Paço Real de Évora. ....90
<b>In VAL-FLORES, Gustavo Silva, O Paço Real de Évora. Da periferia a centralidade – percurso de um espaço simbólico, in Evolução da Paisagem Urbana. Cidade e Periferia, Universidade de Évora, 2014, pp. 247-271.</b>	Imagem 123: Proposta de reconstituição volumétrica do Complexo Real de Évora. ....92
<b>In PEREIRA, Paulo, A “Fábrica” Medieval. Concepção e construção na arquitetura portuguesa (1150-1550). Parte 2. Representação Instrumental da Arquitectura (2º vol.), Dissertação de Doutoramento, FAUL, 2011, pp.738-739</b>	Imagem 124: Paço Real de Sintra - Piso 4 e 5. Plantas com as dependências com hipótese de intervenção joanina (a vermelho).....93
<b>Idem</b>	Imagem 125: Paço Real de Sintra - Piso 4 e 5. Plantas com as dependências com hipótese de intervenção afonsina (a bordeaux).....93

Imagem 126: Vista dos Paços Reais de Sintra - 1507.....	94	In SIPA, 2019, IPA.00006135
Imagem 127: Vista do Palácio Nacional de Sintra - 2003. ....	94	Idem
Imagem 128: Paço Real de Sintra. Planta com as dependências com intervenção e obras manuelinas da 1ª fase (a amarelo).....	95	In PEREIRA, Paulo, A “Fábrica” Medieval. Concepção e construção na arquitetura portuguesa (1150-1550). Parte 2. Representação Instrumental da Arquitectura (2º vol.), Dissertação de Doutoramento, FAUL, 2011, pp.740
Imagem 129: Paço de Sintra, vista do Sul. Pormenor das chaminés com provável revestimento cerâmico ou esgrafitos. ....	95	In D’ARMAS, Duarte, Livro das Fortalezas, fol. 118
Imagem 130: Tipologia dos Solares em Portugal, segundo Paulo Pereira.....	96	
Imagem 131: Planta da Torre dos Coelhoos. ....	97	In SIPA, 2019, IPA.00003821
Imagem 132: Torre dos Coelhoos em 1959. ....	97	Idem
Imagem 133: Alçados e Cortes da Torre dos Coelhoos. ....	98	Idem
Imagem 134: Torre dos Coelhoos em 2013. ....	98	Idem
Imagem 135: Planta de Localização da Torre da Giesteira.....	98	In Google Earth Pro, 2019
Imagem 136: Torre da Giesteira - vista norte. ....	98	In SIPA, 2019, IPA.00034477
Imagem 137: : Vista da escadaria exterior sul da Torre da Giesteira.....	98	Idem
Imagem 138: Planta de localização da Torre da Camoeira.....	99	In Google Earth Pro, 2019
Imagem 139: Vista norte da Torre da Camoeira, em 2013.....	99	In SIPA, 2019, IPA.00001158
Imagem 140: Matacão na Torre da Camoeira. Foto de 2013. ....	99	Idem
Imagem 141: Torre do Esporão antes do restauro. ....	99	In SIPA, 2019, IPA.00001191
Imagem 142: Torre do Esporão após o restauro, datado de 2002.....	99	In Tripadvisor, 2019. Site: <a href="https://www.tripadvisor.com.br/LocationPhotoDirectLink-g635881-d7224950-i215871876-Tower_of_the_Esporao_Castle_of_the_Esporao_Reguengos_de_Monsaraz-Regueng.html">https://www.tripadvisor.com.br/LocationPhotoDirectLink-g635881-d7224950-i215871876-Tower_of_the_Esporao_Castle_of_the_Esporao_Reguengos_de_Monsaraz-Regueng.html</a>
Imagem 143: Planta da Torre das Águias.....	100	In SIPA, 2019, IPA.00002763
Imagem 144: Torre das Águias em 1953.....	100	Idem
Imagem 145: Torre das Águias em 2008. ....	100	Idem
Imagem 146: Vista exterior sudeste da Torre das Águias.....	100	Idem

	<b>Idem</b>	Imagem 147: Cones de tijoleira na Torre das Águias. Foto de 1953.....	101
<b>In SIPA, 2019, IPA.0000304</b>		Imagem 148: Gravura do Paço do Alvito. Sem data.....	102
	<b>Idem</b>	Imagem 149: Vista sul do Paço do Alvito. ....	102
	<b>Idem</b>	Imagem 150: Corte longitudinal pela torre do Paço do Alvito. ....	102
	<b>Idem</b>	Imagem 151: Planta do piso térreo do Paço do Alvito. ....	102
	<b>Idem</b>	Imagem 152: Vista do pátio interior do Paço do Alvito. ....	102
	<b>Idem</b>	Imagem 153: Vista do pátio interior do Paço do Alvito. ....	102
	<b>Idem</b>	Imagem 154: Janelas geminadas com conversadeiras, existentes na torre de menagem do Paço do Alvito. ....	103
	<b>Idem</b>	Imagem 155: Ferragens existentes numa varanda do Paço do Alvito. Os apoios da mesma à parede realizam-se através de dragões metálicos.....	103
<b>In SIPA, 2019, IPA.00003246</b>		Imagem 156: Entrada principal do Paço-Castelo de Fontalva.....	103
	<b>Idem</b>	Imagem 157: Vista das muralhas que envolvem o Paço-Castelo de Fontalva.....	103
	<b>Idem</b>	Imagem 158: Planta esquemática do Paço-Castelo de Fontalva.....	104
<b>In SIPA, 2019, IPA.00004802</b>		Imagem 159: Planta do piso térreo do Castelo de Viana do Alentejo.....	104
<b>In SIPA, 2019, IPA.00006307</b>		Imagem 160: Fotografia aérea do Castelo de Pirescoxe de 1996.....	104
	<b>Idem</b>	Imagem 161: Vista geral do Castelo de Pirescoxe em 2009.....	104
	<b>Idem</b>	Imagem 162: Pátio central do Castelo de Pirescoxe.....	104
<b>In PONTE, 2013, pp.21-41</b>		Imagem 163: Evolução morfológica segundo Teresa da Ponte. De cima para baixo: Paço dos Alvernazes - séc. XIV/XV, Paço de Nuno Vasques de Castelo Branco - séc. XV, Paço dos Castelo Branco - séc. XVI e Estruturas Abaluartadas - séc. XVII.....	105
<b>In SIPA, 2019, IPA.00006307</b>		Imagem 164: Baluarte no Castelo de Pirescoxe. Foto de 2009.....	105
		Imagem 165: Planta simplificada do Castelo de Pirescoxe. Representação de torres (a vermelho) e dependências residenciais (a azul) - séc. XV-XVI. Interpretação nossa.....	105
<b>In Skyscraper City, 2019. Site: <a href="https://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=1111093&amp;page=5">https://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=1111093&amp;page=5</a></b>		Imagem 166: Paço de Belas. Torre original à esquerda. Corpo do paço (c. 1430). À direita alpendre (sec. XIV-XV?).....	106
<b>In PONTE, 2013, p.48</b>		Imagem 167: Torre original do Paço de Belas. Alçados nascente e norte da torre medieval. ....	106

Imagem 168: Identificação da torre medieval na planta do piso térreo do Paço de Belas...	106	Idem
Imagem 169: Fachada nascente do Paço de Belas.....	107	In SIPA, 2019. Site: <a href="http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPAArchives.aspx?id=092910cf-8eaa-4aa2-96d9-994cc361eaf1&amp;nipa=IPA.00006102">http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPAArchives.aspx?id=092910cf-8eaa-4aa2-96d9-994cc361eaf1&amp;nipa=IPA.00006102</a>
Imagem 170: Conjunto do Paço de Belas. Desenho em perspetiva do Arq. João Rito Afonso. ....	107	In PONTE, 2013
Imagem 171: Paço de Arcos. Sem data. ....	108	In Espaço e Memória, 2019. Site: <a href="http://espacoememoria.blogspot.com/2012/11/ainda-o-paco-dos-arcos.html">http://espacoememoria.blogspot.com/2012/11/ainda-o-paco-dos-arcos.html</a>
Imagem 172: Vista do Paço de Arcos.....	108	In Villa Galé, 2019. Site: <a href="https://www.vilagalé.com/pt/hoteis/costa-de-lisboa/collection-palacio-dos-arcos">https://www.vilagalé.com/pt/hoteis/costa-de-lisboa/collection-palacio-dos-arcos</a>
Imagem 173: Vista geral do conjunto do Paço de Arcos.....	108	Idem
Imagem 174: Fachada principal da Quinta de Ribafria. Foto de 2003.....	109	In SIPA, 2019, IPA.00006107
Imagem 175: Pátio da Quinta de Ribafria. Foto de 1991. ....	109	Idem
Imagem 176: Torre da Quinta de Ribafria. Foto de 2003. ....	109	Idem
Imagem 177: Planta de localização da Quinta de Ribafria. Identificadas na imagem temos a Torre - a vermelho - o corpo acoplado do século XVI - a azul - e o acrescento do período Manuelino - a verde. ....	109	In Google Earth Pro, 2019
Imagem 178: Paço da Sempre Noiva.....	110	In SIPA, 2019, IPA.00002757
Imagem 179: Paço da Sempre Noiva: fachada principal com alpendrada e terraço. Entrada nobre.....	110	Idem
Imagem 180: Planta do piso térreo do Paço da Sempre Noiva.....	110	In Islamic Art Museum, 2019. Site: <a href="http://islamicart.museumwnf.org/">http://islamicart.museumwnf.org/</a>
Imagem 181: Planta do piso 1 do Paço da Sempre Noiva. ....	110	Idem
Imagem 182: O Paço da Sempre Noiva desenhado por Albrecht Haupt.....	111	In Património Islâmico, 2019. Site: <a href="http://patrimoniislamico.ulusofona.pt/detalhe.php?id=416">http://patrimoniislamico.ulusofona.pt/detalhe.php?id=416</a>
Imagem 183: Projecto de Raul Lino para o Pavilhão de Portugal na Exposição Internacional de Paris, em 1900. O mesmo foi recusado. ....	111	In CARVALHOS, Isabel, Os pavilhões de Portugal e as Exposições Universais, 2006, in <a href="https://eg.uc.pt/bitstream/10316/31086/1/Os%20pavilh%C3%B5es%20de%20Portugal%20e%20as%20exposi%C3%A7%C3%B5es%20universais.pdf">https://eg.uc.pt/bitstream/10316/31086/1/Os%20pavilh%C3%B5es%20de%20Portugal%20e%20as%20exposi%C3%A7%C3%B5es%20universais.pdf</a>
Imagem 184: Vista sudeste do Solar de Água de Peixes. Foto de 1949.....	111	In SIPA, 2019, IPA.00004335
Imagem 185: Vista geral do exterior do Solar de Água de Peixes. Foto de 1949. ....	111	Idem
Imagem 186: Vista do pátio do Solar de Água de Peixes. Foto de 1949.....	111	Idem

<b>Idem</b>	Imagem 187: Tanque de água no Solar de Água de Peixes.....	112
	Imagem 188: Evolução conjectural do Solar de Água de Peixes - século XIV-XVI – do mais claro para o mais escuro, finalizando no azul. Esquema de Rita Magrinho Alves segundo análise conjunta com Paulo Pereira (tese em desenvolvimento).....	112
<b>In SIPA, 2019, IPA.00005257</b>	Imagem 189: Fachada principal do Palácio da Independência. ....	112
<b>Idem</b>	Imagem 190: Planta do piso térreo do Palácio da Independência. A vermelho, reconstituição (muito) conjectural do Palácio cerca de 1520. Base adaptada de SIPA....	112
<b>Idem</b>	Imagem 191: Corpo das chaminés no Palácio da Independência.....	113
<b>In SIPA, 2019, IPA.00002489</b>	Imagem 192: Detalhe de painel de azulejas representando a Casa dos Bicos anterior ao terramoto. ....	113
<b>Idem</b>	Imagem 193: Casa dos Bicos em 1964, apresentando a volumetria que restou após o terramoto. ....	113
<b>Idem</b>	Imagem 194: Casa dos Bicos após o restauro. ....	113
<b>Idem</b>	Imagem 195: Detalhe das janelas “manuelinas” na Casa dos Bicos.....	114
<b>In Palazzo Diamanti, 2019. Site: <a href="http://www.palazzodiamanti.it/849/chi-siamo">http://www.palazzodiamanti.it/849/chi-siamo</a></b>	Imagem 196: Palazzo dei Diamanti, em Ferrara, Itália.....	114
<b>In SIPA, 2019, IPA.00005613</b>	Imagem 197: Torre com Pedra de Armas no Palácio Almada-Carvalhais.....	114
<b>Idem</b>	Imagem 198: Detalhe da Pedra de Armas. ....	114
<b>Idem</b>	Imagem 199: Claustim com arcos abatidos, no Palácio Almada-Carvalhais. ....	114
<b>Idem</b>	Imagem 200: Detalhe dos capitéis do claustim. ....	115
<b>In Ziείς Facsimiles, 2019. Site: <a href="https://www.ziéisfacsimiles.com/medidas-del-romano">https://www.ziéisfacsimiles.com/medidas-del-romano</a></b>	Imagem 201: Diego de Sagredo, Medidas del Romano. Exemplos de capitéis.....	115
<b>In COELHO, 2015</b>	Imagem 202: Esquemas da autoria de Ana Coelho, em conjunto com Joana Anacleto, com uma excelente interpretação da edificação no século XVI (em cima) e no século XVIII (em baixo).....	115
	Imagem 203: Panorâmica de Lisboa da ANBA (c. 1790).....	116
	Imagem 204: Detalhe da Panorâmica de Lisboa da ANBA (c. 1790).....	116
<b>In SIPA, 2019, IPA.00006316</b>	Imagem 205: Fachada sul do Palácio de Valflores. ....	116
<b>In SIPA, 2019, IPA.00005079</b>	Imagem 206: Planta do Convento de São João de Deus. A vermelho identifica-se o detalhe apresentado acima - imagem 205.....	116
<b>Idem</b>	Imagem 207: Vista sul do Convento de São João de Deus.....	117

Imagem 208: Fachada do Convento de São João de Deus vista do rio, nos dias de hoje..... .....	117	<b>Idem</b>
Imagem 209: Fachada do Palácio dos Condes de Óbidos, vista do rio, nos dias de hoje..... .....	117	<b>In SIPA, 2019, IPA.00004901</b>
Imagem 210: Mapa esquemático do enquadramento geográfico do concelho de Loures.... .....	120	<b>In CML Mapa Interactivo, 2019</b>
Imagem 211: Fotografia aérea do concelho de Loures identificando a localização da Quinta de Valflores.....	120	<b>In Google Earth Pro, 2019</b>
Imagem 212: Extracto da Planta de Cadastro Rústico de 1951. Disponibilizada por Luís Mateus.....	121	
Imagem 213: Fotografia aérea 1995 - SPAL. Disponibilizada por Luís Mateus.....	121	
Imagem 214: Fotografia aérea, 2018.....	121	<b>In Google Earth Pro, 2019</b>
Imagem 215: Limite actual da Quinta de Valflores, com representação dos limites actuais - a sólido - e antigos da Quinta.....	121	<b>In Google Earth Pro, 2019</b>
Imagem 216: Carta do Património do concelho de Loures. Encontram-se identificados os Imóveis de Interesse Público da freguesia de Santa Iria da Azóia, São João da Talha e Bobadela.....	122	<b>In CML Mapa Interactivo, 2019 e SIPA, 2019</b>
Imagem 217: Levantamento da planta de tectos da Capela do Palácio Valflores. Autoria de Luís Mateus.....	123	
Imagem 218: Fotografia do tecto da Capela dos Barros na Igreja Matriz de Santa Iria da Azóia. Foto de Maria de Magalhães Ramalho.....	123	
Imagem 219: Túmulo de Jorge de Barros na Capela dos Barros na Igreja de Santa Iria da Azóia. Foto de Maria de Magalhães Ramalho.....	123	
Imagem 220: Hipótese volumétrica e espacial do Palácio de Valflores segundo o auto de vistoria de 1798.....	124	
Imagem 221: Palácio de Valflores, vista Sul. Arquivo ADPAC.....	125	
Imagem 222: Gravura do Palácio de Valflores, início do séc. XX.....	125	<b>In FREIRE, 1921, p.393</b>
Imagem 223: Gravura do Palácio de Valflores por Braamcamp.....	125	<b>In FREIRE, Anselmo Braamcamp, Brasões da Sala de Sintra, 1973.</b>
Imagem 224: Zona Especial de Protecção original.....	126	<b>In SIPA, 2019, IPA.00006316</b>
Imagem 225: Alteração à Zona Especial de Protecção, segundo Portaria n.º 129/99, DR, II Série, n.º 35, de 11 de Fevereiro de 1999.....	126	<b>In PATRIMONIO CULTURAL, 2019</b>

	Imagem 226: Plantas do Pálacio. Levantamento baseado no trabalho do Gabinete Pedro Pacheco Arquitectos.....	128
<b>In SIPA, 2019, IPA.00006316</b>	Imagem 227: Loggia do Pálacio Valflores. Foto do ano 2000.....	129
	Imagem 228: Balaustrada de ferro e colunelos existentes na loggia do Pálacio. Arquivo ADPAC.....	129
<b>In PIRES, 2013, p.365</b>	Imagem 229: Análise tipológica da Quinta de Valflores.....	130
	Imagem 230: Pálacio de Valflores, c.1991. Foto disponibilizada por José Aguiar.....	131
<b>In Wikipedia, Villa Trissino (Cricoli), 2019. Site: <a href="https://pt.wikipedia.org/wiki/Villa_Trissino_(Cricoli)">https://pt.wikipedia.org/wiki/Villa_Trissino_(Cricoli)</a></b>	Imagem 231: Villa Trissino, em Véneto, Itália. ....	131
<b>In DGPC, 2019</b>	Imagem 232: Solar dos Pinheiros em Barcelos. Exemplo de um caso português que à semelhança de Valflores possui um corpo central ladeado por duas torres.....	131
	Imagem 233: Esquema do percurso pela Quinta de Valflores.....	132
<b>In Google Earth Pro, 2019</b>	Imagem 234: Imagem aérea dos limites actuais da Quinta de Valflores.....	132
	Imagem 235: Modelo 3D da Quinta de Valflores com representação dos elementos actuais existentes.....	132
	Imagem 236: Pálacio de Valflores com identificação da antiga Almácega e do tanque ainda existente no cunhal.....	133
	Imagem 237: Caminho de entrada para o Pálacio de Valflores. Foto de Cristina Mendes - ADPAC.....	133
	Imagem 238: Aqueduto de Cima - Fevereiro de 2018.....	133
	Imagem 239: Detalhe decorativo do Aqueduto de Cima - Fevereiro de 2018.....	133
	Imagem 240: Vestígios do Aqueduto de Baixo junto à ribeira - Fevereiro de 2018.....	133
	Imagem 241: Fachada Sul da Quinta de Valflores - à esquerda. Levantamento por varrimento laser 3D realizado por Luís Mateus.....	134
<b>In SIPA, 2019, IPA.00006316</b>	Imagem 242: Pálacio Valflores antes da derrocada da loggia - direita em cima.....	134
	Imagem 243: Detalhe dos colunetos toscanos da loggia - direita em baixo. Foto de Luís Mateus.....	134
	Imagem 244: Conversadeiras existentes nos vãos do Pálacio. De notar o detalhe do desenho das mesmas na sua união com a parede. - esquerda.....	134
	Imagem 245: Tipologia de lareiras existentes no Pálacio - direita em baixo.....	134

Imagem 246: Detalhe da guarda de ferro do Paço de S. Miguel em Évora. Foto de Pedro Pacheco.....	135	
Imagem 247: Guarda de ferro do Palácio de Valflores - Fachada Nascente - Maio 2019.....	135	
Imagem 248: Detalhe da guarda de ferro - Maio 2019.....	135	
Imagem 249: Foto do tecto Mudéjar, datada de 1979.....	135	In SIPA, 2019, IPA.00006316
Imagem 250: Planta da Inspeção Visual do piso inferior do Palácio realizada por Luís Mateus.....	136	In MATEUS, 2007
Imagem 251: Planta de localização com indicação dos elementos a demolir. Planta de Pedro Pacheco Arquitectos.....	140	In PACHECO, 2016
Imagem 252: Planta de localização com indicação dos elementos a (re)construir. Planta de Pedro Pacheco Arquitectos.....	140	Idem
Imagem 253: Pregagens na parede exterior do Palácio.....	141	
Imagem 254: Parede com pequenos tubos de plástico indicando os locais onde foram realizadas injeções de caldas para consolidação.....	141	
Imagem 255: Desmonte das abóbadas do piso -1, localizadas por baixo da cozinha do Palácio. Foto de Maria Ramalho.....	141	
Imagem 256: Fachada Norte. Levantamento efectuado com recurso a varrimento laser da autoria de Luís Mateus.....	142	
Imagem 257: Identificação em planta dos vestígios encontrados no processo de leitura estratigráfica, na fachada Norte.....	142	
Imagem 258: Corpo da cozinha, anexo ao Palácio, com identificação de dois tipos de aparelhos distintos entre os dois. Foto de José Aguiar.....	143	
Imagem 259: Aparelho de alvenaria de pedra e alvenaria cerâmica. Guarnição da porta em cantaria de pedra. Foto de José Aguiar.....	143	
Imagem 260: Aparelho de alvenaria de pedra. Guarnição da janela em cantaria de pedra. Foto de José Aguiar.....	143	
Imagem 261: Guarnição em pedra do vão original. Sobre a ligação entre a ombreira direita e a verga não existe grandes dúvidas.No entanto, a verga não assenta sobre a ombreira esquerda, visto esta ser inexistente, mas assenta sobre a parede em que se insere.....	143	
Imagem 262: Fachada Poente. Levantamento efectuado com recurso a varrimento laser da autoria de Luís Mateus.....	144	

	Imagem 263: Identificação em planta do corpo da capela identificado como posterior à construção do Palácio, na fachada poente.....	144
	Imagem 264: Fachada Poente, com identificação dos cunhais em rusticado. Foto de José Aguiar.....	145
	Imagem 265: Detalhe do cunhal entre a fachada poente e sul. Foto de José Aguiar.....	145
	Imagem 266: Detalhe do cunhal existente junto à capela anexa. Foto de José Aguiar....	145
	Imagem 267: Detalhe do cunhal existente na parede Poente que confina o pátio de entrada.....	145
	Imagem 268: Fachada Sul. Levantamento efectuado com recurso a varrimento laser da autoria de Luís Mateus.....	146
	Imagem 269: Interpretação da Fachada Sul.....	146
In MOREIRA, 2010, p.17	Imagem 270: Esquema de armação de perna e nível com rincão simples. ....	146
In SIPA, 2019, IPA.00006316	Imagem 271: Foto do tecto Mudéjar, datada de 1979.....	146
	Imagem 272: Esquema com elementos que compõem uma armação de perna e nível.	147
	Imagem 273: Fachada interior nascente do salão central. Note-se, no topo da parede, a presença de uma frechal de madeira e dos agulheiros da carpintaria hoje desaparecida.....	147
	Imagem 274: Fachada interior norte da sala 2. Aqui podem ser encontrados os mesmos elementos de carpintaria que na imagem anterior.....	147
In MOREIRA, 2010, p.30	Imagem 275: Pormenor do tecto da nave central da Igreja Paroquial de Dois Portos, em Torres Vedras.....	147
In MARTÍN, 2015, p.59	Imagem 276: Esquema de laço aplicado a uma retícula formada pelos elementos horizontais - níveis - e pela aplicação de <i>peinazos</i> para travamento estrutural, na Iglesia de Nuestra Señora de la Purificación. ....	147
	Imagem 277: Planta da interpretação do traçado original do Aqueduto de Cima.....	148
	Imagem 278: Hipótese de recriação do Aqueduto com os barrotes de madeira como possível cobertura leve para ensombramento do percurso.....	148
	Imagem 279: Vestígios ainda existentes da bica que seria servida pelo Aqueduto de Cima. ....	148
	Imagem 280: Intervenção recente no arco de entrada para a Quinta, tendo sido o mesmo refeito. Foto de Maria Ramalho.....	149

Imagem 281: Detalhe do Aqueduto. Marcação de reentrância na pedra. Para lá da mesma verifica-se um encaixe para barrote - Maio de 2019. ....	149
Imagem 282: Muros descobertos com a sondagem realizada ao Aqueduto de Cima, associados à necessidade de reforço do pilar. Foto de Maria Ramalho.....	149
Imagem 283: Alçado norte da sala 2. Ortofoto produzido por João Ferreira - em cima à esquerda.....	150
Imagem 284: Alçado norte da sala 2 com leitura de paramentos efectuada pelas arqueólogas Maria Ramalho e Ana Raquel Silva - em cima à direita.....	150
Imagem 285: Interpretação das Unidades Estratigráficas identificadas no alçado norte da sala 2. ....	150
Imagem 286: Esquema em planta correspondente à Fase 2 do Palácio Valflores com identificação dos vestígios e hipóteses encontrados.....	152
Imagem 287: Recriação 3D da Fase 2 do Palácio Valflores.....	152
Imagem 288: Esquema em planta correspondente à Fase 1 do Palácio Valflores com identificação dos vestígios e hipóteses encontrados.....	153
Imagem 289: Corte pela abóbada do piso intermédio do Palácio Valflores. A vermelho, esquema da abóbada original que existiria na Fase 1. Imagem proveniente do varrimento laser realizado por Luís Mateus.....	153
Imagem 290: Esquema em planta correspondente à Fase 3 do Palácio Valflores com identificação dos vestígios e hipóteses encontrados.....	154
Imagem 291: Recriação 3D da Fase 3 do Palácio Valflores.....	154
Imagem 292: Esquema em planta correspondente à Fase 4 do Palácio Valflores com identificação dos vestígios e hipóteses encontrados.....	156
Imagem 293: Recriação 3D da Fase 4 do Palácio Valflores.....	156
Imagem 294: Fragmentos <i>in situ</i> de talhas de azeite encontradas durante as sondagens do piso inferior do Palácio de Valflores. Foto de Maria Ramalho.....	157
Imagem 295: Esquema em planta correspondente à Fase 5 do Palácio Valflores com identificação dos vestígios e hipóteses encontrados.....	158
Imagem 296: Recriação 3D da Fase 5 do Palácio Valflores.....	158
Imagem 297: Esquema em planta correspondente à Fase 6 do Palácio Valflores com identificação dos vestígios e hipóteses encontrados.....	159
Imagem 298: Recriação 3D da Fase 6 do Palácio Valflores.....	159

Imagem 299: Esquema em planta correspondente à Fase 7 do Palácio Valflores com identificação dos vestígios e hipóteses encontrados.....	160
Imagem 300: Recriação 3D da Fase 7 do Palácio Valflores.....	160
Imagem 301: Escadas exteriores contíguas ao anexo da cozinha. Por cima destas, elemento construtivo em arco de tijolo sobre as escadas que corresponde a um forno.....	161
Imagem 302: Interior do forno existente acima das escadas exteriores. Foto de Maria Ramalho.....	161
Imagem 303: Alçado sul do Aqueduto de Cima. Recriação correspondente à Fase 2. A azul a hipótese de desenvolvimento do mesmo.....	162
Imagem 304: Recriação 3D da Fase 2 do Aqueduto de Cima. A azul a hipótese de desenvolvimento do mesmo.....	162
Imagem 305: Elementos que chegaram aos dias de hoje do Aqueduto de Cima. Fevereiro de 2018.....	162
Imagem 306: Plantas de Amarelos e Encarnados correspondentes ao Projecto de Arquitectura em desenvolvimento para o Palácio Valflores. Sem escala. Autoria de Pedro Pacheco Arquitectos.....	164
Imagem 307: Alçados e Corte de Amarelos e Encarnados correspondentes ao Projecto de Arquitectura em desenvolvimento para o Palácio Valflores. Sem escala. Autoria de Pedro Pacheco Arquitectos.....	166

Nota: Quando a fonte não se encontra indicada na legenda, a imagem, quadro ou esquema é da autoria da autora do presente trabalho.

## Índice de Quadros

	Quadro 1: Compilação dos métodos de análise usados nos Países Baixos. ....	42
In TALAVERANO, 2014, p.12.	Quadro 2: Esquema explicativo das metodologias de levantamento de edificado actuais... .....	54



## Listagem de Abreviaturas

- ADPAC:** Associação de Defesa do Património Ambiental e Cultural de Santa Iria da Azóia
- AGEMN:** Administração Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais
- AGOEN:** Administração Geral das Obras Públicas e Edifícios Nacionais
- BIM:** Modelação de Informação da Construção (no original: *Building Information Modeling*)
- CAD:** Desenho Assistido por Computador (no original: *Computer Aided Design*)
- CML:**
- CRUARB:** Comissariado para a Renovação Urbana da Área de Ribeira/Barredo
- CSIC:** Consejo Superior de Investigaciones Científicas
- DGEMN:** Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais
- DGPC:** Direcção Geral do Património Cultural
- FB:** Fotogrametria Bidimensional
- FT:** Fotogrametria Tridimensional
- ICOMOS:** Conselho Internacional dos Monumentos e Sítios (no original: *International Council on Monuments and Sites*)
- IGESPAR:** Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico
- IHRU:** Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana
- IMC:** Instituto dos Museus e Conservação
- IPA:** Instituto Português de Arqueologia
- IPPAR:** Instituto Português do Património Arquitectónico
- IPPC:** Instituto Português do Património Cultural
- RAACAP:** Real Associação dos Arquitectos Civis e Arqueólogos Portugueses
- RET:** Detector Elevatório Tridimensional (no original: *Rilevatore Elettronico Tridimensionale*)
- SAAL:** Serviço de Apoio Ambulatório Local
- SCCM:** Servei de Catalogació Conservació de Monuments
- SIG:** Sistemas de Informação Geográfica
- SIPA:** Sistema de Informação para o Património Arquitectónico
- SPAL:** Servicio de Patrimonio Arquitectónico Local
- UAUM:** Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho
- UE:** Unidade Estratigráfica.
- UNESCO:** Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (no original: *United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization*)
- ZEP:** Zona Especial de Protecção.



## Glossário

\*Definições segundo o Dicionário Online Priberam, in <https://dicionario.priberam.org/>.

**Alcáçova\*:** Fortaleza com residência do soberano ou do alcaide/governador no interior.

**Alcaidaria\*:** Repartição/dependência/residência do Alcaide. V. Alcáçova.

**Alcaide\*:** Antigo governador de fortaleza, praça ou província. Antigo governador civil ou militar.

**Anastilosis\*:** Técnica de reconstrução ou reintegração de um monumento em ruínas, a partir do estudo das peças ou fragmentos que o compõem, eventualmente com novos materiais a complementarem as peças originais.

Aplicado ao nosso estudo, entendamos anastilosis como uma reconstrução usando o máximo de elementos originais possíveis.

**Arco Peraltado:** O que, na sua altura, excede o semicírculo apoiando sobre uma construção vertical que assenta sobre a coluna. (*Adaptado de Engenharia Civil Online, Arco Peraltado, 2019*).

**Arqueomagnetismo:** Método de datação através da análise do campo magnético.

**Arqueometria:** Datação de materiais através de técnicas da Física e Química.

**Arquitectura Paçã:** Entenda-se Arquitectura de Paço.

**Baluarte:** Fortim ou reforço de fortaleza, construído onde as muralhas formam ângulo. Possui, quase sempre, planta poligonal, regular ou irregular, formando ângulos agudos pelo interior. Fortificação de uma muralha.

**Bojo:** Ângulação, encurvamento ou deformação das paredes verticais de uma construção.

**Claustrim:** Claustro pequeno.

**Colunelo:** Coluna pequena, secundária.

**Cômoro\*:** Pequena elevação isolada de terreno.

**Cronotipologia:** Estudo das tipologias de elementos construtivos, agrupando-os numa lógica temporal.

**Couto\*:** Instaurar uma propriedade dando-lhe certos privilégios.

**Dendrocronologia\*:** Medição cronológica baseada nos anéis dos troncos das árvores.

**Edícula\*:** Nicho para imagens.

**Esgrafito\*:** Técnica de pintura ou desenho ornamental (a fresco) que consiste em fazer incisões com um estilete para deixar a descoberto a camada inferior de tinta, imitando baixos-relevos.

**Grafito\*:** Inscrição na pedra de paredes ou muros.

**Iconóstase:** De iconostasis. Divisória ou biombo, encimado por uma arquitrave, que separa a nave, onde ficam os fiéis, do santuário, reservado ao clero. *(In Wikipedia, Iconóstase, 2019).*

**Magrebino\*:** Relativo ao Magrebe, região ou conjunto de países do Norte de África.

**Matacão\*:** Estrutura saliente em torre ou muralha, com abertura na parte inferior para observar o inimigo ou para lançamento vertical de projecteis.

**Mensiocronologia:** Método de datação de materiais de construção a partir da análise das suas dimensões e composição.

**Merlão\*:** Parte do parapeito entre duas seteiras.

**Modilhão:** Ornato geralmente em forma de S invertido que se coloca sob o lacrimal da cornija.

**Morgadio\*:** Bens que constituem um morgado. V. Morgado.

**Morgado\*:** Vínculo inalienável e indivisível que se transmitia numa família, de primogénito em primogénito.

**Mudéjar:** Estilo artístico que se desenvolveu entre os séculos XII e XVI nos reinos cristãos da Península Ibérica, incorporando influências, elementos ou materiais de estilo ibero-muçulmano. *(In Wikipedia, Arte Mudéjar, 2019).*

**Paço\*:** Residência de Rei. Solar de família nobre.

**Palimpsesto:** Reunião de informação que se vai sobrepondo sobre o mesmo meio deixando somente visível a última intervenção realizada.

**Pardieiro\*:** Casa arruinada.

**Pasticho\*:** Do francês *Pastiche*, significa obra literária ou artística na qual se imitou a maneira de outro escritor ou artista. Na arquitectura é termo que designa a imitação de um estilo mais antigo, detendo um significado, em geral, pejorativo.

**Peinazo:** Elemento perpendicular às vigas principais de uma cobertura mudéjar que serve como travamento e elemento decorativo.

**Região saloia\*:** Arredores de Lisboa, abrangendo a península de Lisboa marcada pela proximidade do curso do rio Tejo (até Leiria) bem como a península de Setúbal até ao rio Sado. Nome de etimologia incerta: Região dos *çahroi*; Região das tribos de *Salah*.

**Repristinacão:** Acto de repristinar. V. Repristinar.

**Repristinar\*:** Restaurar a forma ou o aspecto primitivos de.

**Silhar\*:** Pedra aparelhada ou lavrada, geralmente de forma quadrangular, para revestimento de paredes. V. Silharia.

**Silharia:** Uso de silhares.

**Taujel:** Elementos decorativos de uma cobertura Mudéjarm pregados a um tabuado que reveste a estrutura principal.

**Tecto de Alfarge:** O mesmo que de laçaria. Método construtivo que se estabeleceu no reinado de D. Manuel I com influências islâmicas.

**Torre de Menagem:** Estrutura central de um castelo medieval, definida como o seu principal ponto de poder e último reduto de defesa, podendo em alguns casos servir de recinto habitacional do castelo. (*In Wikipedia, Torre de Menagem, 2019*).

**Walis:** Governador muçulmano. (*In Wikipedia, Visigodos, 2019*).



## 1. Introdução

Nos dias que correm, em que as cidades estão saturadas de construção, a prática da arquitectura tem sido cada vez mais voltada para a reabilitação e restauro do edificado. Esta realidade na Europa resulta num cruzar de princípios modernos do habitar com a predominância de traçados velhos, havendo uma coexistência entre edifícios novos e antigos.

Muita da intervenção que se realiza hoje em dia, não só em edifícios históricos como também em património, requer equipas multidisciplinares e processos complementares ao próprio projecto de arquitectura, geralmente realizados antes deste e com o objectivo de o informar.

É neste contexto que surge a Arqueologia da Arquitectura, como método de análise estratigráfica do edificado que tem por objectivo estudar, registar e informar o projecto de arquitectura a realizar.

Ao longo desta dissertação será dado a conhecer mais profundamente o método estratigráfico<sup>1</sup>. Pretende-se fazer uma contextualização do aparecimento e afirmação deste método no seu começo em território italiano, percorrendo o seu desenvolvimento em Espanha assim como a variação pragmática que se deu nos Países Baixos, chegando ao seu aparecimento em Portugal. Será relevante reunir e explanar as várias metodologias usadas para a sua aplicação, assim como a própria evolução que as mesmas tiveram ao longo do tempo.

Em paralelo, pretende-se apresentar um caso de estudo – o Palácio de Valflores, em Loures – que está neste momento a ser alvo de um processo de restauro faseado por parte do gabinete Pedro Pacheco Arquitectos (em colaboração com o Arquitecto José Aguiar, entre outros) encontrando-se na primeira fase que é a consolidação estrutural. Além disto, este processo teve o cuidado de englobar estudos, já iniciados, de Arqueologia da Arquitectura por parte da arqueóloga da Câmara Municipal de Loures (CML) Ana Raquel Silva e da arqueóloga e técnica superior da Direcção Geral de Património Cultural Maria de Magalhães Ramalho. O uso deste caso tem por objectivo demonstrar, numa faceta mais pragmática, a aplicação da análise estratigráfica, os resultados que a mesma permite e como é que os mesmos influenciam positivamente o trabalho arquitectónico.

Idealmente, espera-se poder, a partir do conhecimento da metodologia e do seu uso, demonstrar a mais valia que o presente método oferece ao processo de reabilitação e restauro arquitectónicos.

### 1.1 Questões de trabalho

A grande questão sobre a qual esta dissertação irá recair será o processo de levantamento e conhecimento do edificado que antecede qualquer intervenção, quando se lida com edifícios históricos ou patrimoniais.

Será importante compreender em contexto internacional e nacional, as bases patrimoniais e teóricas do restauro que se têm vindo a praticar, possibilitando uma contextualização da evolução das mesmas, quer metodológica, quer de casos reais de aplicação. Só assim poderemos abordar correctamente a metodologia aqui proposta. Com essa finalidade em mente, a questão de trabalho que ousamos responder é “Como é que a análise estratigráfica é uma mais valia na reabilitação/restauro de edifícios históricos/patrimoniais?”.

Com vista a explorar e responder, da forma mais abrangente possível, à questão colocada acima, pretende-se encontrar igualmente respostas às seguintes questões secundárias:

---

<sup>1</sup> É de notar que este método é relativamente recente em Portugal, estando ainda em processo de consolidação.

- Que informação será essencial compreender de forma a realizar um projecto informado sobre um edifício histórico?
- De que forma se pode fazer um reconhecimento global de um edifício antes de se intervir sobre o mesmo?
- Que implicações tem a realização de intervenções sobre um objecto arquitectónico quando o conhecimento sobre o mesmo é inexistente ou diminuto?
- Quais as potencialidades que a aplicação da Arqueologia da Arquitectura traz ao conhecimento de um edifício?

## 1.2 Hipóteses

De forma a poder demonstrar, num contexto prático, a aplicação deste método - e daí extrair conclusões - a presente investigação, irá focar esta componente prática no Palácio de Valflores como caso de aplicação. Esta escolha não foi aleatória, tendo-se optado por uma edificação que de momento, como já foi referido, se encontra a ser alvo de um projecto de restauro e reabilitação, assim como de um estudo de Arqueologia da Arquitectura.

Propõe-se que a abordagem a este caso seja a seguinte:

- Investigação histórica, de modo a compreender a sua evolução temporal.
- Proceder ao levantamento *in situ* do edifício, identificando as problemáticas e patologias que o mesmo apresenta.
- Cruzar a investigação histórica com o levantamento realizado sustentando o lançamento de uma ou mais hipóteses sobre a evolução construtiva do edifício, a história do mesmo e as suas potencialidades.
- Demonstrar que as informações obtidas servem como base para a realização de um projecto informado que respeite e potencie a memória do palácio.

## 1.3 Metodologia

Sendo este um trabalho de investigação teórica que se propõe apresentar uma componente prática, o mesmo será desenvolvido em quatro fases, tendo cada uma o auxílio de uma metodologia distinta. Conforme a investigação se for desenvolvendo poderá haver necessidade de sobrepor as fases explanadas abaixo.

### Fase 1 – Investigação:

A primeira fase do desenvolvimento do trabalho engloba toda a investigação necessária à realização do mesmo. Nesta fase pretende-se conhecer e compreender os conceitos com os quais se irá trabalhar.

Considera-se relevante abordar inicialmente os conceitos de restauro, reabilitação, edifícios históricos e património, consolidando a base sobre a qual os próximos conceitos serão abordados. Não nos deteremos em excesso nesta matéria, pela mesma já se encontrar amplamente explorada e abordada; mas será efectuada uma análise crítica tendo como objectivo determinar as possibilidades de intervenção e de eventual reutilização, com alguns “casos de estudo” para confronto.

É essencial entrar a fundo na investigação sobre a Arqueologia da Arquitectura, com o objectivo de dar a conhecer o seu começo, a sua evolução, os seus objectivos, as suas metodologias, as suas potencialidades, os seus limites e a sua finalidade. Por fim, é necessário contextualizar o caso de estudo seleccionado, abordando o seu local de inserção, a sua história e a sua tipologia – o paço, a quinta-recreio, a

casa-rural, o solar e a casa senhorial.

### **Fase 2 – Trabalho de Campo**

Numa segunda fase, é relevante passar ao conhecimento do caso de estudo com trabalho *in situ*, fazendo o reconhecimento do local, o complemento de informações relativas ao levantamento do edificado<sup>2</sup> e o estudo do ponto de situação em que o mesmo se encontra nos dias de hoje. Para tal, conta-se com o apoio directo da arqueóloga e técnica superior da DGPC Maria de Magalhães Ramalho, que se encontra no presente momento a fazer o estudo *in loco* da Arqueologia da Arquitectura do Palácio de Valflores.

### **Fase 3 – Aplicação do Método**

No seguimento do trabalho de campo, é importante compreender como se processa, na prática, a aplicação do método stratigráfico. Pretende-se transportar esse conhecimento para o trabalho escrito, complementando o mesmo com a demonstração gráfica do resultado final que um estudo desta natureza tem.

### **Fase 4 – Cruzamento de Informações**

Por fim, tendo conseguido reunir todas as informações e trabalho descrito acima, pretende-se demonstrar a relação que o uso da Arqueologia da Arquitectura tem como método de levantamento e estudo de um objecto arquitectónico com o projecto de restauro/reabilitação do mesmo.

---

<sup>2</sup> Este levantamento já se encontra realizado pela equipa responsável pelo projecto que se está a desenvolver no Palácio Valflores, tendo a mesma disponibilizado as informações necessárias à realização da dissertação.



## **2. RESTAURO E REABILITAÇÃO DE EDIFÍCIOS HISTÓRICOS**



As teorias e práticas do Restauro e Reabilitação em Arquitectura, apesar de serem conceitos relativamente novos em comparação com toda a história das práticas arquitectónicas, não deixam de ser áreas importantes sobre o qual nos propomos falar.

Com plena consciência que muito do que aqui será abordado não será já novidade<sup>3</sup>, achamos importante sintetizar, mesmo assim, o desenvolvimento e importância que estas práticas arquitectónicas foram tendo, quer num contexto internacional - com as várias teorias de restauro - quer num contexto nacional, percebendo como surgiram em Portugal, em que bases se apoiaram e como têm vindo a evoluir, nunca esquecendo, porém, que este é o ponto de partida para contextualizar o aparecimento da metodologia estratigráfica.

No que respeita ao restauro e reabilitação arquitectónicos, conhecem-se bem os limites pelos quais se guiam as actuais práticas, no domínio quer da teoria quer dos casos de estudo. Embora não seja unívoco, o restauro continua a constituir um terreno de trabalho científico, onde prevalece a lição de Cesare Brandi [1906-1988] e a sua proposta do chamado “*restauro crítico*”.

O quadro de reflexão desenvolvido por Françoise Choay [n. 1925], especialmente quanto a contextos culturais e reflexos sócio-culturais e sócio-económicos – e mesmo de carácter político –, embora se trate de um pensamento justa e amplamente conhecido, continua a ser uma das bases incontornáveis à prática do restauro. Apesar de não ter um enfoque profundo<sup>4</sup>, não o poderíamos dispensar neste capítulo.

Já no campo da prática do restauro e reabilitação revela-se incontornável, muito em particular quando o objecto de trabalho é um edifício tão frágil como o Palácio de Valflores, recapitular a reflexão crítica de José Aguiar, e apresentar alguns casos de estudo de intervenção e restauro “directo”.

Com efeito “*De um modo geral, assiste-se hoje a uma maior reserva relativamente às propostas de reutilização e de introdução de obra nova, e a um avanço no que respeita a soluções integradas, de restituição. Por outro lado, constatando-se os limites da Carta de Veneza, observa-se um movimento no sentido da reintrodução, (...) dos critérios de restauro anastilótico e de restauro/restituição de estruturas, embora segundo pressupostos novos do ponto de vista laboratorial e de pesquisa*” (PEREIRA, 2005, p.48). Ou seja, o restauro reintegrador, ou o restauro directo volta a ser uma prática a considerar na prática contemporânea, e verifica-se aquilo a que Paulo Pereira chamou uma “*mudança de paradigma*” (PEREIRA, 2005). É aqui que introduzimos as propostas de Antoni Gonzalez: “*1 - Quanto ao valor de conservação como documento histórico do monumento: procedendo à indagação das suas características de maneira a garantir sempre a manutenção para o futuro de toda a informação que proporciona, juntando-lhe a necessidade de traduzir e transpôr, por meio da conservação, a compreensão e significação do monumento, para o que, se necessário fôr, se terá, inclusivamente, que o transformar para tornar mais evidente ou compreensível a sua mensagem. / 2 - Quanto ao seu valor arquitectónico, deverá manter-se a herança do criador do monumento bem como a da sociedade que o viu surgir e, quando tal fôr necessário, efectuar adaptações a novos usos; a eleição destas readaptações deve analisar-se a partir da óptica da adequação tipológica; mas também da sua capacidade em manter vivo o monumento que é o objectivo principal*”<sup>5</sup>

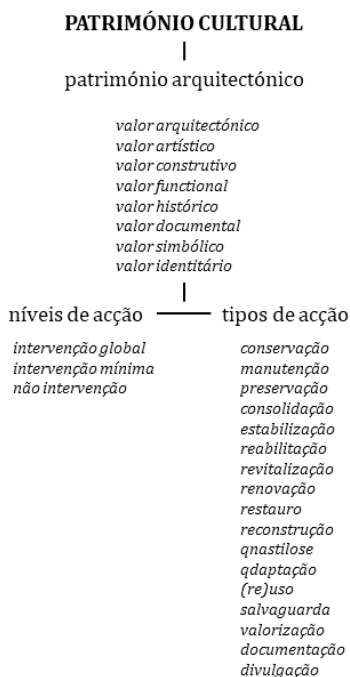
3 Escusado será dizer que nos últimos anos, quando se fala de Arquitectura, é impossível não referir o Restauro ou Reabilitação.

4 Apesar de importante, sabemos que este já foi amplamente explorado dentro das preocupações de património. Evitando extenuar o leitor, para um conhecimento mais aprofundado aconselhamos a leitura de CHOAY, Françoise.

5 Cit. in Javier Rivera, **Restauracion Arquitectónica desde los origenes hasta nuestros dias. Conceptos, teoria e historia** in Teoria e Historia de la Restauracion, vol. I do Master de Restauracion Y Reahabilitacion del Patrimonio (MRRP), Madrid, Universidad de Alcalá, 1997, pp. 157-158.

Desta forma convidamos o leitor a acompanhar-nos nesta viagem pelo Património, Restauro e Reabilitação, propondo-nos a um percurso denso, mas breve por esta temática.

## 2.1 Património, Restauro e Reabilitação - Conceitos



**Imagem 1:** Esquema sintético dos conceitos apresentados por Helena Barranha no seu livro sobre Património Cultural.

Com o objectivo de uma leitura mais transparente, gostaríamos de começar por esclarecer os significados usados para os conceitos que de seguida serão explorados. Para tal, faremos uso da belíssima compilação organizada por Helena Barranha, explorando os vários conceitos abrangidos pelo Património Cultural.<sup>6</sup>

Quer seja um símbolo nacional ou municipal, a aceitação do Património Arquitectónico, nos dias de hoje, já engloba várias tipologias. A sua definição tem evoluído ao longo do tempo, tendo nós optado aqui por seguir o que vem definido na Carta de Cracóvia, que apresenta o Património como um “(...) conjunto das obras do Homem nas quais uma comunidade reconhece os seus valores específicos e particulares e com os quais se identifica. A identificação e a valorização do Património é, assim, um processo relacionado com a selecção de valores.”<sup>7</sup> (BARRANHA, 2016, p.26). Mas podemos complementar esta informação: “(...) [se] determinado indivíduo, comunidade ou organização reconhece, num dado momento histórico, interesse cultural e ou civilizacional, designadamente: valor arquitectónico (...), valor histórico ou documental, valor simbólico e valor identitário.”<sup>8</sup> (BARRANHA, 2016, p.35-36) estaremos perante Património Arquitectónico.

Este património contém em si uma série de valores, que se reconhecem como transversais a uma comunidade, como é o caso do valor de Identidade Cultural, o valor de Autenticidade e o valor de Integridade<sup>9</sup>.

Num espectro mais específico do Património, inserem-se os monumentos históricos, que englobam “(...) a criação arquitectónica isolada, bem como o sítio, rural ou urbano, que constitua um testemunho de uma civilização particular, de uma evolução significativa ou de um acontecimento histórico.”<sup>10</sup> (BARRANHA, 2016, p.57). Será aqui, e nestes termos, que poderemos inserir o caso de estudo que nos propomos a estudar - o Palácio de Valfores.

A intervenção sobre tais monumentos tem de ser ponderada, podendo-se optar pela intervenção global do edifício, pela intervenção mínima - como é o caso da conservação - ou, em limite, optar pela não-intervenção.

“Nesse sentido, todas as intervenções devem basear-se em estudos e avaliações apropriadas.”<sup>11</sup> (BARRANHA, 2016, p.49). Esta é uma das conclusões mais importantes para as intervenções patrimoniais (e não só). Quando interagimos com estas, lidamos de frente com os valores referidos acima, e temos a responsabilidade de os reconhecer; compreender mas, acima de tudo, preservar.<sup>12</sup> Desta forma, existem tipos de acção aos quais se pode recorrer quando se estuda e analisa o objecto de intervenção, permitindo optar pela solução mais adequada.

6 Alerta-se o leitor que os conteúdos abordados neste capítulo se referem sempre a um ponto de vista da chamada Sociedade Ocidental e das suas aculturações. A realidade extra-Occidental, i.e., que obedece a um conjunto de valores distintos, operativos ou não em termos do conceito moderno de património é em si um tema, mesmo que interessante, que pressupõe um outro olhar sobre os mesmos temas, algo que este dissertação não se propõe a explorar.

7 In Conferência Internacional sobre Conservação (2000) **Carta de Cracóvia - Princípios para a conservação e o restauro do património construído**, "Anexo - Definições".

8 In IHRU, IGESPAR (2010), **Património Arquitectónico-Geral** (Kits património nº1, versão 2.0), p.8 [adaptado].

9 Definido como “(...) carácter completo ou intacto de um lugar.” In ICOMOS (1933-2010) **New Zeland Charter for the Conservation of Places of Cultural Heritage Value**, Definitions. Cit. in BARRANHA, 2016, pp. 48-49.

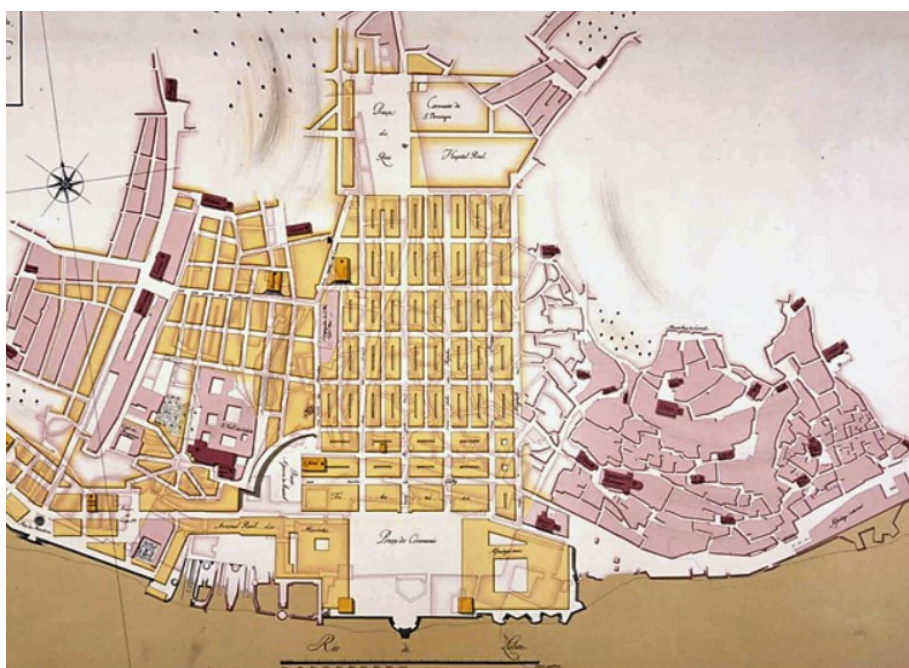
10 In ICOMOS (1964) **Carta de Veneza sobre a conservação e o restauro de monumentos e sítios**, Artigo 1º.

11 In ICOMOS (1999). **Principles for the Preservation of Historic Timber Structures**. Ponto 4 [trad.].

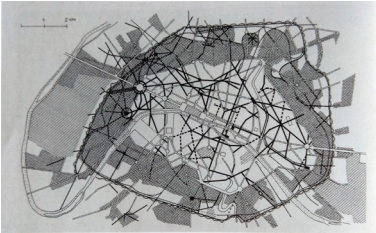
12 Não será por acaso que, após a terrível catástrofe que assolou a Catedral de Notre Dame este ano, a intervenção a realizar será a sua reconstrução. Mais nenhuma intervenção poderia ser aceite neste monumento mundial, símbolo da capital de França.



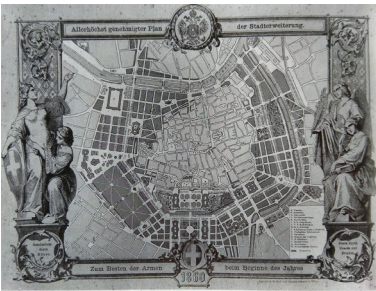
**Imagem 2:** Extracto da Planta de 1650 da Cidade de Lisboa, por Tinoco.



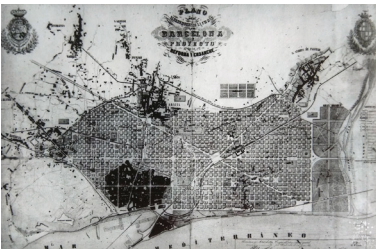
**Imagem 3** Baixa Pombalina - Plano de reconstrução após o terramoto de 1755.



**Imagem 4:** Plano de Haussmann para Paris (c. 1853).



**Imagem 5:** Plano do Ringstrasse em Viena (c. 1860).



**Imagem 6:** Plano do Ensanche de Barcelona, de Ildefonso Cerdá (c. 1860).



**Imagem 7:** Vista aérea de Lisboa.

Será aqui que se inserem os conceitos de Restauro e Reabilitação<sup>13</sup>.

Se imaginarmos uma possível escala de intervenção quando interagirmos com o Património, no caso do Restauro estaremos perante um nível de intervenção menos agressivo do que a Reabilitação. O restauro pressupõe, à partida, o "(...) *respeito pelos materiais originais e por documentos autênticos.*"<sup>14</sup> (BARRANHA, 2016, p.88). Contém em si diversos tipos de práticas, nomeadamente Restauro por Reconstrução - implicando a introdução de novos materiais -, Restauro por Anastilose - onde a descoberta de elementos originais possibilita a sua reposição original -, Restauro por Reconstituição e Restauro por Repristinação - que consiste na "(...) *recuperação de um estado ou de uma forma original ou primitiva de uma obra de arte, mediante a eliminação dos acrescentos estratificados na mesma, ao longo do tempo*"<sup>15</sup>.

No caso da Reabilitação, a sua aplicação implica a "*modificação de um recurso segundo padrões funcionais contemporâneos, envolvendo a eventual adaptação a um novo uso*"<sup>16</sup>. (BARRANHA, 2016, p.85).

Desde o século XVIII, mas em especial no século XIX por via dos impactos da Revolução Industrial, as grandes cidades europeias viram-se confrontadas com núcleos urbanos muito antigos, por vezes (ou quase sempre) insalubres e sem capacidade para se adaptarem às novas necessidades do habitar. Certas cidades, como é o caso de Lisboa, que é em si um exemplo precoce, viram-se assoladas por grandes catástrofes naturais que, apesar de resultarem em perdas - quer materiais quer humanas - possibilitaram uma aproximação ao pensamento da cidade e ao planeamento da urbe que levou a soluções consideradas então modernas, e marcadas pelos valores do Iluminismo, em pleno século XVIII, e até, um pouco mais tarde, já em oitocentos, do cientismo positivista. No rescaldo de um processo de modernização urbana, e até no começo da construção da disciplina de urbanismo, entendendo a cidade como um todo, ou fragmentos indissociáveis de um contexto socioeconómico e geográfico sem paralelos - ou pelo menos "único", já que cada cidade passa a "pensar-se" e a "assumir-se" assim, na sua absoluta irredutibilidade -, outros locais, influenciados por uma vontade de usufruir, também eles, de uma melhor cidade originaram grandes planos de urbanização (ou será de destruição?) que levaram a grandes reformas urbanísticas por toda a Europa - como é o caso do Plano de Haussmann para Paris (c. 1853), do Ringstrasse em Viena (c. 1860) e do Ensanche de Barcelona, de Ildefonso Cerdá (c. 1860)<sup>17</sup>.

Será com a aplicação da cultura moderna ao desenho da cidade que surge a invenção do património urbano, o qual, antes do advento do século XX, atravessa distintas fases caracterizadas por vários teóricos. Inicialmente, o conceito de património urbano caracterizou-se por uma fase a que chamaríamos "memorial". Com o seu aparecimento em Inglaterra e defendida por Ruskin, a cidade histórica era vista como tendo um papel memorial, representando um repositório das ligações "memoriais" com as gerações precedentes.

Distinta desta, Camillo Sitte, urbanista austríaco, defendia uma leitura historicista da cidade - "*Se a cidade histórica é considerada imprópria para*

<sup>13</sup> Apesar de só referirmos estes dois - os essenciais para a temática desta dissertação - existem muitos mais que podem ser explorados, nomeadamente a Conservação, a Manutenção e Preservação, a Consolidação e Estabilização, Revitalização e Renovação Urbanas, a Valorização, entre outras mais. (BARRANHA, 2016)

<sup>14</sup> In ICOMOS (1964) *Carta de Veneza sobre a conservação e o restauro de monumentos e sítios*, Artigo 9º.

<sup>15</sup> In GONZÁLEZ-VARAS, I. (1999) *Conservación de bienes culturales. Teoría, historia, principios y normas*. Madrid: Cátedra. Cit. in BARRANHA, 2016, nota de rodapé 49.

<sup>16</sup> In ICOMOS-Canada (1983) *Appleton Charter - The Appleton Charter for the Protection and Enhancement of the built environment*, "B. Framework" [trad.].

<sup>17</sup> Para mais sobre este assunto, aconselha-se a consulta de BERGDOLL, Barry, *European Architecture 1750-1890*, History of Art, Oxford University Press, 2000, ISBN: 978-0-19-284222-0.

*acolher os novos usos que a cidade moderna tem de satisfazer, fica-lhe então reservado o papel de museu, de contentor da cultura histórica e do prazer estético.*" (AGUIAR, 2002, p. 89- cap. 4). Por fim, em Itália, predominava a visão integradora de Giovannonni, que defendia a passagem dos ideias de museu para o espaço do quotidiano, incubindo os valores de uso no património - "*(...) Giovannonni reclama para os antigos núcleos históricos valores de uso actualizados, inserindo-os nas novas teias de organização territorial.*" (AGUIAR, 2002, p. 90 - Cap. 4)

Apesar de tudo isto, os problemas foram somente adiados e, nos dias de hoje, encontramos-nos perante cidades históricas - i.e. cidades construídas e reconstruídas ao longo de séculos - que se vêem cada vez mais ameaçadas pela elevada densidade que suportam e por uma dificuldade de gestão, assim como falta de preparação, por parte da administração central e local para lidar com o património urbanístico, arquitectónico e arqueológico que possuem.

Pode-se dizer que é nesta realidade que se enquadram as grandes preocupações da reabilitação de hoje. Diz-nos José Aguiar, "*O regresso à cidade consolidada, a conservação dos valores culturais essenciais das arquitecturas herdadas, a interpretação dos lugares de memória e dos seus contextos, na sua cautelosa (re) adaptação para a vida contemporânea (a que chamamos hoje reabilitação), é a essencial praxis do desenho do amanhã para as nossas cidades: dito de outra forma (como diz a Nova Carta de Atenas do Urbanismo), é a requalificação das cidades que hoje existem que nos dará as cidades do futuro!*" (cit. por BARRANHA, 2016, p.11).

## 2.2 Património - o monumento e o monumento histórico

Livro indissociável da problemática do Património Arquitectónico, a *Alegoria do Património* de Françoise Choay não poderia aqui ser ignorado, apesar de se encontrar já datado e imensamente citado, o que, afinal, só lhe reforça a relevância.

Choay começa o seu livro esclarecendo o conceito ultrapassado de “*monumento histórico*”. Importante e com grande aceitação nos meados do século XX, apresenta-se hoje como que parcialmente incompleto já que não consegue englobar todo o património edificado que se reconhece sobretudo no seio das dinâmicas de qualificação patrimonial que se nos apresentam no século XXI<sup>18</sup>. Apesar de esta evolução só se ter intensificado a partir de meados do século passado.

No final da 2ª Guerra Mundial, em termos conceptuais, o “*monumento histórico*” em nada tinha evoluído desde a sua criação. Os edifícios englobados neste conceito continuavam a ser somente aqueles presentes na arqueologia e história erudita da arquitectura, i.e., “(...) [os] vestígios da Antiguidade, (...) [os] edifícios religiosos da Idade Média e (...) alguns castelos.” (CHOAY, 2017, p.12).

Desde então, como nos explica a autora, “(...) o domínio patrimonial deixou de estar limitado aos edifícios individuais; ele compreende, daqui em diante, os conjuntos edificados e o tecido urbano (...)” (CHOAY, 2017, p.12-13).

Ligado à ideia da memória do passado, o monumento encontra na sua essência esta função antropológica<sup>19</sup>. Do latim *monumentum*, do verbo *monere*, i.e., recordar, monumento será “(...) qualquer artefacto edificado por uma comunidade de indivíduos para se recordarem, ou fazer recordar a outras gerações pessoas, acontecimentos, sacrifícios, ritos ou crenças.” (CHOAY, 2017, p.17)

O monumento é-nos apresentado como uma criação deliberada, opondo-se ao conceito de monumento histórico que será uma, chamemos-lhe, “classificação” realizada a posteriori pelos olhares de alguém exterior. Esta será “(...) uma invenção, bem datada, do Ocidente.” (CHOAY, 2017, p.24). “O monumento tem por finalidade fazer reviver no presente um passado engolido pelo tempo. O monumento histórico mantém uma relação diferente com a memória viva e com a duração.” (CHOAY, 2017, p.25).

Com a passagem do tempo este conceito foi sofrendo alterações - directamente ligadas com novos valores atribuídos aos monumentos - abarcando hoje em dia, segundo a autora<sup>20</sup>, valores estéticos e valores técnicos e construtivos.

Resumidamente, ambos os conceitos estabelecem diferentes relações com o tempo, memória e saber, resultando em diferentes práxis para a sua conservação.

Não nos querendo alargar muito mais numa excessiva recapitulação dos conceitos abordados por Choay, tomamos estes princípios acima explanados como complementares aos que apresentámos no capítulo anterior e como ponto de partida para entrarmos a fundo no contexto patrimonial português.

18 Sobre esta evolução, agradece-se a Paulo Pereira a síntese apresentada em muitas das suas aulas, sistematizando de forma sucinta as várias categorias de Património e a sua evolução ao longo do tempo: Grandes Monumentos Pátrios (séc. XIX), Monumentos excepcionais (1850-1906): conceito de monumento nacional, Monumentos: grandes e pequenos (1906/1910-...), Monumentos ditos “clássicos” (1910-...), Pequenos monumentos (c. 1930-...), “Património urbano” (c. 1935-...), Cidades históricas (c. 1940-...), Conjuntos urbanos (c. 1950-...), “Centros históricos” (c. 1960-...), Património “associativo” (c. 1960-...), Património arqueológico (c. 1960-...), Património industrial (c. 1970-...), Arqueologia urbana (c. 1975-...), Património século XIX (c. 1980-...), Património do século XX (c. 1990-...), Património paisagístico (c. 1990-...), Património do espectáculo (c. 1990-...), Património vernacular (c. 1990), Património “mínimo”/“menor”/“disperso” ou “difuso”, Património dinâmico (ou “do movimento”) (c. 1995-...), Paisagens culturais (1995-...), Património imaterial (2000-...) e Património “atmosférico” (2002-...).

19 Como Choay tão bem refere.

20 Nunca esquecendo que estamos perante uma referência datada.



### 2.3 Património em Portugal. Enquadramento Legal.

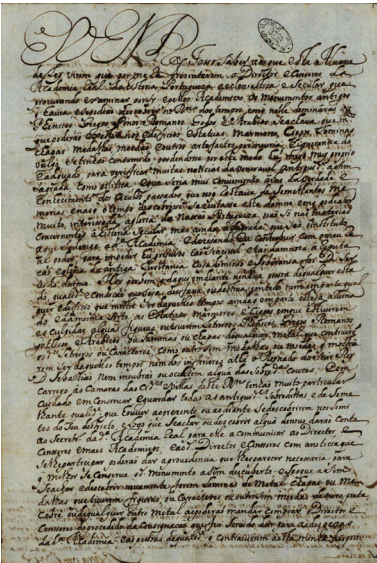


Imagem 8: Alvará de D. João V, de 28 de Agosto de 1721 - primeira página.

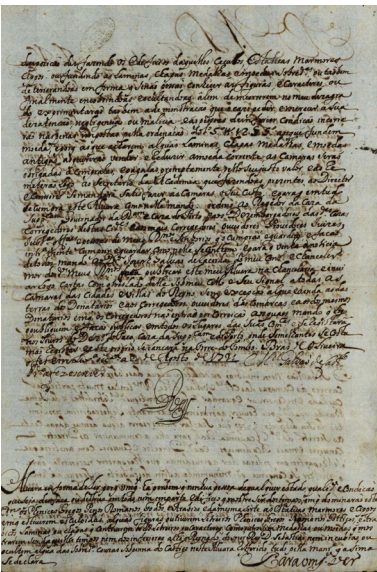


Imagem 9: Alvará de D. João V, de 28 de Agosto de 1721 - segunda página.

Decorria já a última Dinastia Real portuguesa, quando surge pela primeira vez um documento, assinado pelo Rei D. João V, que demonstra a preocupação pela salvaguarda do património<sup>21</sup>. Passo precoce (infelizmente ainda tinha de passar algumas décadas até este ser um assunto presente no quotidiano), não deixa de ser um documento chave que nos pontua o começo da consciencialização da importância que os "monumentos antigos" (como referido no alvará) têm como pontos de contacto com outros povos e outras eras.

O Rei, como figura detentora de grande poder, e com consciência disso, escreve este alvará "*desejando (...) contribuir com o (...) real poder*"<sup>22</sup> de modo "*a impedir*" a destruição de edifícios que pertençam a tempos idos<sup>23</sup>, mesmo estando em ruínas.

É louvável a tentativa real de iniciar uma consciencialização pelos edifícios antigos, no entanto, pouco se fez nesse seguimento e, não muito tempo depois, o terramoto de 1755 resultou na ruína e destruição de muitos deles.

As últimas décadas do séc. XVIII e o começo do séc. XIX trouxeram grandes alterações, quer em termos sociais como políticos, resultando em alterações profundas no país. Se por um lado o terramoto de 1755 causou uma destruição de impacto internacional, as invasões francesas e a guerra civil que se viveu nos anos 30 do séc. XIX "*(...) aprofundaram a relação dos portugueses com os vestígios materiais do passado (...)*". (RODRIGUES, 2011, p.21).

Depois de mais de um século desde a publicação do Alvará de D. João V, a 15 de Abril de 1835 o Estado redige uma Carta-Lei<sup>24</sup> em que permite a venda, em hasta pública, de bens nacionalizados mas define como excepção obras e edifícios "*de notável antiguidade*"<sup>25</sup>. Começam a cimentar-se os primeiros passos a caminho do reconhecimento da importância que os monumentos históricos detêm para a sociedade. Não somente estes mas também o património artístico que, com a Extinção das Ordens Religiosas (1834), leva o Estado a criar uma Comissão<sup>26</sup> para seleccionar, classificar e recolher as obras de arte das casas religiosas.

Um ano após a Carta-Lei, são criadas as Academias de Belas-Artes de Lisboa e do Porto, ficando estas entidades responsáveis pelas questões patrimoniais, partilhando, mais tarde, as responsabilidades com a Biblioteca Nacional.

Pouco depois, em 1839, iniciam-se os primeiros trabalhos de reparação sobre a Igreja do Mosteiro da Batalha<sup>27</sup>, e, em 1840 o Orçamento de Estado já reserva um capítulo à "*Conservação dos Monumentos Históricos*".

É importante referir que, durante o Estado Liberal, "*Os monumentos tornaram-se factores de progresso social, moral, político e até económico. Por isso se assiste a um movimento de intervenção pública por parte dos novos poderes e da intelectualidade ilustrada em defesa do património.*" (RODRIGUES, 2011, p.24)

Em 1880 é nomeada uma comissão pela Real Associação dos Architectos

21 Entenda-se que, esta designação é contemporânea ao documento aqui referido, sendo que o mesmo se refere aos edifícios, estátuas, mármore, lâminas, chapas, medalhas, moedas e outros artefactos, que se podem datar do tempo dos Gregos, Persas, Romanos, Godos e Árabes, até ao reinado de D. Sebastião. (TORRE DO TOMBO, 1721)

22 Cit. in. TORRE DO TOMBO, *Lei Pela Qual D. João V Proíbe a Destruição De Edifícios, Que Mostrassem Ser Antigos, De Estátuas Ou De Medalhas*, 1721.

23 Neste ponto este Alvará é bastante claro, identificando as épocas dos edifícios históricos, sendo as mesmas Grega, Persa, Romana, Godos e Árabes. Ao mesmo tempo que identifica as épocas, também estabelece o limite temporal até ao reinado de D. Sebastião (sensivelmente, 1578).

24 Carta de Lei de 15 de Abril de 1835. Surge no seguimento da vitória liberal de 1834.

25 Cit. por. RODRIGUES, 2011, p.22.

26 "(...) Comissão para administrar o Depósito das Livrarias dos Conventos extintos (...)", segundo ALDEMIRA, Luís VARELA - Um ano trágico, 1937, p.198.

27 Referenciado nas Portaria de 26 de Junho de 1839, Portaria de 31 de Julho de 1839 e Portaria de 4 de Setembro de 1839.

Civis e Arqueólogos Portugueses<sup>28</sup> (RAACAP) com o objectivo de proceder ao levantamento dos monumentos a ser classificados como nacionais. Poucos anos antes, José da Silva Mendes Leal já denominava de *Monumentos Nacionaes* uma colecção de brochuras dedicadas aos principais edifícios do país (românicos, góticos e manuelinos)<sup>29</sup>.

No entanto, “[a]pesar do esforço protector empreendido pelos primeiros governos liberais, sucederam-se os episódios de incúria e património danificado, abandonado ou perdido.” (RODRIGUES, 2011, p.25). Não nos podemos esquecer que desde o século passado se vinha difundindo a Revolução Industrial, tendo, durante o séc. XIX, Portugal sido alvo desta Revolução resultando num “(...) desprezo – em nome do progresso – pelas marcas do passado(...)” (MAIA, 2011, p.63).

Sendo oficializada a criação da Comissão dos Monumentos Nacionais em 1894, Carlos Lobo Ávila, Ministro das Obras Públicas à data, passa um despacho onde o “(...) estatuto monumento nacional é concedido a todos os edifícios, construções, ruínas e objectos artísticos, industriais ou arqueológicos que atestassem, em todas as suas dimensões, a história do País ou anterior à nacionalidade (...)”<sup>30</sup>.

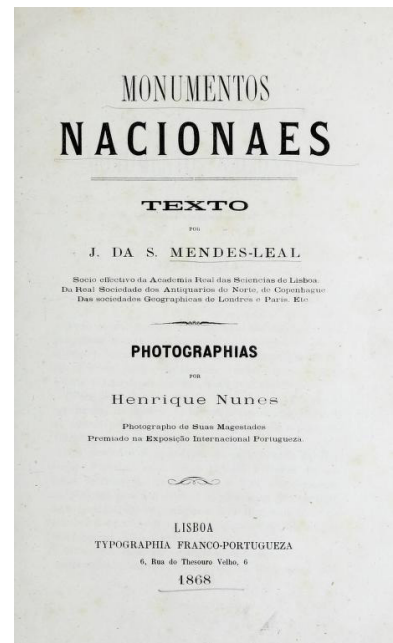
O final do séc. XIX e começo do séc. XX, vê a Comissão dos Monumentos Nacionais ser substituída por duas vezes, consagrando-se como Conselho dos Monumentos Nacionais por Decreto apresentado a 24 de Outubro de 1901.

Em 1907, por Decreto de 10 de Janeiro, catorze monumentos são classificados oficialmente como nacionais; passaria um ano até somarem o número de quinze<sup>31</sup>. No final de 1908, já se contavam 465 imóveis classificados, sendo somente património construído.

Com a implantação da República a 5 de Outubro de 1910, o governo lança um Decreto, a 19 de Novembro do mesmo ano, em que regulamenta a “*Venda e Conservação de Objectos de Valor Artístico e Arqueológico*”. Após séculos de degradação e saque, finalmente é proibida a saída de objectos de arte e arqueológicos do País.

Em 1911, com o Decreto de 26 de Maio, o conceito de património passa a sobrepôr-se aos conceitos de monumento e monumento nacional, usados até agora. Este é um passo importante, como nos explica Jorge Custódio – “*Não se tratava de proteger tão somente os objectos de arte, as ruínas e os artefactos arqueológicos, os monumentos de história e de arte, cada um por si, mas sim de garantir que esses vestígios, enquanto bens e valores, da história e da tradição e daquilo que representavam social, política e culturalmente, sobrevivessem e se inscrevessem como herança e legado do País.*” (CUSTÓDIO, 2011, p.96)

Apesar do séc. XX ter começado de forma bastante optimista para o quadro legal patrimonial português, a 1ª Guerra Mundial vem estagnar os ventos de mudança e evolução que se faziam sentir. Apesar de ser um momento negativo para o património internacional, a Grande Guerra veio demonstrar a importância que o mesmo acarreta - “*(...) o bombardeamento alemão da Catedral de Reims vem demonstrar que o significado atribuído pelos Estados-Nação aos seus monumentos referentes da identidade nacional era uma ideologia perigosa para os adversários em cenário de guerra.*” (CUSTÓDIO, 2011, p.98)



**Imagem 10:** Sobrecapa da publicação de José da Silva Mendes Leal sobre os edifícios monumentais à altura. Entre eles contavam-se o Castelo de Amourol, o Mosteiro dos Jerónimos, o Palácio Nacional da Pena, a Igreja de S. João de Alporão, a Igreja de Santa Maria Maior e a Torre de Belém.



**Imagem 11:** Pintura da Catedral de Reims, séc. XVIII-XIX, por Domenico Quaglio.



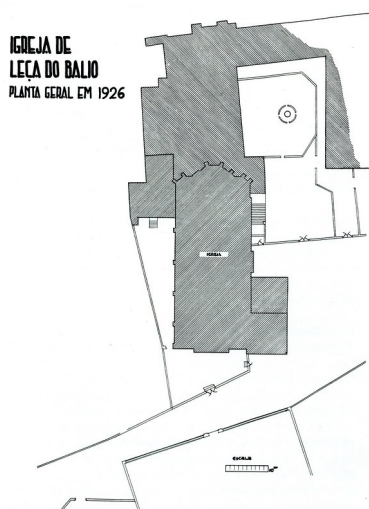
**Imagem 12:** Fotografia retocada retratando o incêndio da Catedral de Reims após o seu bombardeamento na 1ª Guerra Mundial.

28 Fundada em 1863.

29 Isto em 1868. Em 1872, Alexandre Herculano usava a expressão de *Monumentos Pátrios*.

30 Cit. por RODRIGUES, 2011, p.22-23.

31 1907 – Mosteiro da Batalha, Convento dos Jerónimos em Belém, Convento de Cristo em Tomar, Mosteiro de Alcobaça, Convento de Mafra, Sé Velha de Coimbra, Sé da Guarda, Sé de Lisboa, Sé de Évora, Igreja de Santa Cruz de Coimbra, Basílica do Coração de Jesus em Lisboa, Torre de S. Vicente em Belém, Ruínas do Templo Romano em Évora, Ruínas da Igreja do Carmo em Lisboa. 1908 – Castelo de Guimarães. RODRIGUES, 2011, p.28.



**Imagem 13:** Planta de Implantação da Igreja de Leça do Bailio, antes da intervenção da DGEMN.



**Imagem 14:** Planta de implantação da Igreja de Leça do Bailio, após intervenção da DGEMN.

Somente em 1920, assistimos à criação da Administração Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (AGEMN), entidade que vem dirigir e executar as obras nos edifícios públicos e monumentos nacionais. Apesar de as memórias da guerra estarem presentes, o curto período de tempo em que esta entidade esteve no activo beneficiou muito do pós-guerra, que nos trouxe remessas de dinheiro alemão indemnizatório que pôde ser aplicado nas intervenções patrimoniais.

É de notar que estas mudanças não se realizaram somente em território continental - sendo Portugal um território extenso graças às várias colónias africanas-, instituindo-se, no começo dos anos 20, a Comissão dos Monumentos Provinciais com o objectivo de estudar, classificar, proteger e conservar o património ultramarino. No seguimento desta Comissão, em 1922 é classificado o primeiro imóvel em Angola.

Em 1926, a AGEMN seria substituída pela Administração Geral das Obras Públicas e Edifícios Nacionais (AGOEN), sendo agora seu campo de intervenção os edifícios nacionais e obras públicas.

Com um tempo de vida curto, esta entidade vê-se mais uma vez substituída, através do Decreto-Lei 16791 de 25 de Abril de 1929, pela Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN), começando uma nova fase das intervenções nacionais em Património. Dentro das competências desta estavam a actualização do inventário geral dos imóveis classificados, a formulação de preceitos técnicos e todas as regras a serem observadas na conservação/restauro, definir corpos técnicos internos ou externos, estimular a criação de comissões locais na defesa de inventário e fiscalização dos monumentos de cada região, fixar zonas de protecção em torno dos monumentos classificados, passagem de licenças para obras nas zonas protegidas e embargo de trabalhos sem licença.<sup>32</sup>

Após o Congresso em Atenas, e com o lançamento da Carta homónima em 1931, sente-se em Portugal a influência do mesmo com a saída dos Decreto-Lei 20925 de 7 de Março de 1932 - mais propriamente o artigo 45º que explanava o conteúdo legal das servidões administrativas - e Decreto-Lei 21875 de 18 de Novembro de 1932 - que fez entrar na valorização dos monumentos nacionais a importância da implementação da zona de protecção. Apesar disto, "(...) na mesma década, à revelia do pulsar internacional, estava no auge a valorização dos 'monumentos nacionais' e as práticas de restauro, em grande parte contrárias aos debates e princípios de Atenas." (CUSTÓDIO, 2011, p.134-135).

Como elemento central destas preocupações manteve-se sempre o Monumento, sendo que a zona de protecção a ele associada demarcava uma área interdita a elementos "perturbadores" para o objecto patrimonial. Citando Paulo Pereira: "*Pretendia-se proteger o monumento da sua envolvente e não propriamente proteger a envolvente do monumento. Prova-o facto de em Portugal e no resto da Europa se adoptarem estratégias de limpeza, libertação, desimpedimento e desafogamento dos monumentos em prol da sua mais fácil apreensão e leitura - ou, precisamente, do seu isolamento como coisa de excepção, entre coisas vulgares.*"<sup>33</sup> A 2ª Guerra Mundial vai eclipsar os ideais conseguidos com a Carta de Atenas, ficando o documento sempre aquém da influência que poderia ter despoletado.

O poder e responsabilidade detidos pela DGEMN vão-se atenuando a partir de 1970, ficando esta somente encarregue da conservação e restauro de monumentos.

A partir dos anos 80, muitas são as alterações burocráticas que Portugal

<sup>32</sup> Sobre esta ver NETO, Maria João Baptista - **A Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais**. In CUSTÓDIO, Jorge, org. - 100 anos de património. Memória e identidade. 2ª ed. Lisboa: IGESPAR, 2011, 416 p. ISBN: 978-989-8052-20-9. p. 199-200.

<sup>33</sup> PEREIRA, Paulo, **Cidade e Património**, p.4-5. A propósito desta referência, agradeço ao professor Paulo Pereira a partilha deste texto - ainda inédito (tanto quanto se sabe) - num contexto curricular que permitiu a sua consulta posterior para esta dissertação.

enfrenta nos departamentos dedicados ao Património, desde a criação do Instituto Português do Património Cultural (IPPC) em 1980, passando o mesmo a Instituto Português do Património Arquitectónico (IPPAR) em 1992. Fará agora parte deste instituto tutelar a aplicação das leis relativas à protecção e salvaguarda do património arquitectónico, emitir pareceres, classificar imóveis, estabelecer áreas de protecção, acompanhar a legislação que se aplica em termos de controlo territorial, a gestão dos monumentos nacionais e a responsabilidade na promoção das grandes obras de conservação e restauro dos principais monumentos nacionais.<sup>34</sup>

Em 1993, a DGEMN volta a sofrer mais um golpe, sendo a sua intervenção estreitada para obras de conservação e restauro de responsabilidade residual em obras comuns, não possuindo já autonomia financeira. Mantém, porém, uma actividade digna de nota e, até avultada em obras de grandes dimensões em imóveis classificados propriedade do Estado, por encomenda das entidades que os gerem directamente, provindo destas as fontes de financiamento, e cabendo à DGEMN o projecto e o lançamento e controlo das empreitadas.

Em 1997, o sector da Arqueologia obtém a sua autonomia com a criação do Instituto Português de Arqueologia (IPA). No entanto, um pouco mais tarde, em 2007, num processo profundo de reestruturação formará, em conjunto com o IPPAR, uma nova instituição, o Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico (IGESPAR).

Apesar de todas estas alterações burocráticas surge em 2001 a Lei de Bases 107/01, que define a política de protecção e valorização do património cultural. Segundo esta "*(...) integram o património cultural todos os bens que, sendo testemunhas com valor de civilização ou de cultura portadores de interesse cultural relevante, devam ser objecto de especial protecção e valorização.*" Esta definição completa-se com os "*(...) bens imateriais que constituam parcelas estruturantes da identidade e da memória colectiva portuguesas.*"<sup>35</sup>

Seguindo a lógica do IGESPAR, em 2007 a DGEMN é extinta, e os seus quadros são integrados naquele instituto em regime ainda transitório, sendo igualmente criadas nesse ano as Direcções Regionais de Cultura, assim como o Instituto dos Museus e Conservação (IMC).

Por fim, em 2011, da junção do IMC e do IGESPAR, surge a Direcção Geral do Património Cultural (DGPC), entidade que até aos dias de hoje é responsável pela gestão do património cultural em Portugal.

Apesar de tardio, Portugal rege-se hoje por uma Lei de Bases que, complementada por vários Regulamentos e Decretos-Lei, definem um enquadramento legal rico<sup>36</sup>.

Antes de apresentarmos, em termos práticos, qual o resultado desta evolução nas intervenções nacionais, propomo-nos a enquadrar as teorias do restauro desde o seu aparecimento até aos dias de hoje.

34 PEREIRA, Paulo – **Sob o Signo de Sísifo. Políticas do Património Edificado em Portugal. 1980-2010.** In CUSTÓDIO, Jorge, org. – 100 anos de património. Memória e identidade. 2ª ed. Lisboa: IGESPAR, 2011, 416 p. ISBN: 978-989-8052-20-9. p. 262.

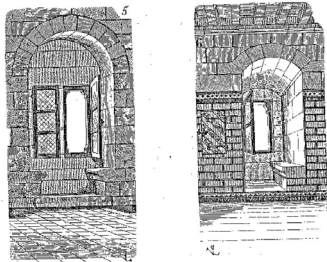
35 Definições presentes no artigo segundo da Lei 107/2001 de 8 de Setembro correspondendo, respectivamente, às alíneas nº1 e nº4.

36 Ver **Legislação sobre Património** na DGPC online, in <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/legislacao-sobre-patrimonio/>.

## 2.4 Restauro - Evolução Teórica



**Imagem 15:** Capa do Dictionnaire Raisonné de l'Architecture Française du XI au XVI siècle, de Viollet-le-Duc, publicado em 1868.



**Imagem 16:** Tipologia de conversadeiras por Viollet-le-Duc, presentes no fascículo II, p.103, do seu Dicionário da Arquitectura Francesa.

O começo do século XIX vê surgir os primeiros grandes doutrinadores do restauro arquitectónico<sup>37</sup>. Por um lado temos a escola francesa com Viollet-le-Duc (1814-1879) - que defende os ideias de um restauro estilístico<sup>38</sup> -, e por outro temos a escola inglesa, com John Ruskin (1819-1900) e William Morris (1834-1896) - que defendem o conceito de restauro interventivo.

Apesar de este ter sido um ponto marcante no começo das preocupações patrimoniais e suas intervenções, existem num contexto internacional alguns factos históricos relevantes que precederam estas doutrinas.

Duzentos e cinquenta anos antes de D. João V assinar o documento que marca o começo de uma preocupação pela salvaguarda do património em Portugal, o Papa Pio II emitiu a bula papal "*Cum Albam Nostram Urbem*"<sup>39</sup> a 28 de Abril de 1462, em Itália. Neste documento, são delineados pela primeira vez os ideais de salvaguarda dos vestígios da antiguidade clássica.

Leon Battista Alberti, encarregue de fazer o levantamento topográfico de Roma, pelo Papa Nicolau V - com vista a criar uma base que servisse para a reestruturação da cidade<sup>40</sup> - será o responsável por estruturar "*(...) a primeira teoria de projecto suficientemente consistente para lidar, estética e arquitectonicamente com a reutilização de preexistências.*" (AGUIAR, 2002, p. 11 - cap. 2) Sobre estas são propostas três formas de abordagem - manter o estilo primitivo, tentar enquadrar o antigo e o contemporâneo ou ocultar o primitivo sobre uma linguagem actual<sup>41</sup>.

Até ao século XVIII, apesar do pensamento moderno de Alberti, os restauros serão sempre realizados numa perspectiva de reutilização da construção em que se intervencionava, usando os ideais construtivos da altura para a recuperação e renovação do edificado.

A partir deste, começa a surgir o interesse pela cultura da Antiguidade. Pela primeira vez na história, as escavações arqueológicas permitem comprovar factos até então especulativos desta cultura.

O culminar da Revolução Francesa e a inicial destruição de bens<sup>42</sup> vai gerar um movimento de salvaguarda do Património, visto como símbolo de identidade de uma nação. A procura de um inventário patrimonial assim como o começo da classificação de monumentos - em França - irão abrir portas aos debates de restauro que surgem no século XIX. O pensamento de Viollet-le-Duc nasce deste contexto e afirma o restauro estilístico como ideologia de intervenção.

Grande estudioso e conhecedor das técnicas construtivas medievais, este arquitecto acreditava que os monumentos deviam estar de acordo com a época em que foram construídos, não sendo admitidos traços estilísticos variantes. Se uma obra se encontrava inacabada, Viollet-le-Duc defendia a sua finalização, projectando e construindo tal como se acreditava ter sido na sua época original.

Pai do conceito de estilo original - e precursor dos ideais da DGEMN em

<sup>37</sup> Neste pequena síntese inicial dos doutrinadores do século XIX e XX gostaria de agradecer ao prof. Paulo Pereira cujo entusiasmo e partilha destas temáticas permitiu, mesmo após terem passado anos desde as suas aulas, voltar a relembrar e consultar partes importantes da História do Restauro.

<sup>38</sup> Também dito restauro filológico e histórico.

<sup>39</sup> "*Como estimar a nossa cidade*" - tradução livre da autora.

<sup>40</sup> CHOAY, 2017, p.55.

<sup>41</sup> Como veremos mais à frente, numa época bem precosa já ficaram definidas as abordagens principais que mais tarde serão esmiuçadas e gerarão discórdia entre os vários doutrinadores do restauro arquitectónico.

<sup>42</sup> Que se reflectiu nas obras de arte e monumentos, nomeadamente na remoção de estátuas que adornavam as fachadas destes. O propósito disto seria o "vandalismo ideológico" como denominado por José Aguiar, contra os ideais monárquicos, clericais e feudaisistas. In AGUIAR, 2002, cap.2, p.14.

Portugal, se bem que, no caso nacional, com motivos políticos envolvidos<sup>43</sup> - o arquitecto promovia a ideia de identidade nacional, sendo os monumentos expressão dessa identidade. O que este pretendia era a "(...) *preservação dos valores históricos de carácter nacionalista transmitidos pelos monumentos.*" (AGUIAR, 2002, p.22 - cap. 2).

Apesar deste pensamento ter impulsionado várias intervenções realizadas em França - pelo próprio Viollet-le-Duc e não só - em Inglaterra surgiu um movimento de discórdia, como já referimos, que propunha distintos ideais - o Restauro Romântico.

Ruskin, no capítulo VI do seu livro "*The Seven Lamps of Architecture*" intitulado "*The Lamp of Memory*", discursa sobre a sua visão do restauro, opondo-se muito claramente à escola francesa: "*Diz-se que pode haver necessidade de restauro! Reconheço que assim seja. É preciso olhar essa necessidade bem de frente, e compreendê-la nos seus próprios termos. É uma necessidade de destruição. Aceita-a como é, puxa o edifício para baixo, atira as suas pedras para cantos negligentes, faz deles cascalho, ou argamassa, se assim o desejares; mas fá-lo de forma honesta, e não construas uma Mentira no seu lugar.*"<sup>44</sup> (RUSKIN, 1849, p.162)

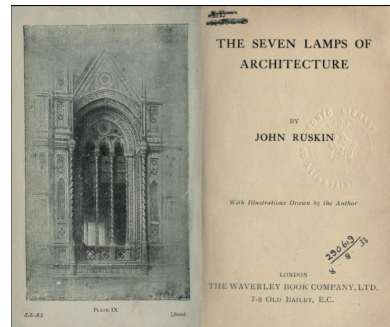
A ideia de preservar o monumento num só tempo e com isso sacrificar registos históricos mais recentes, apresentava-se a Ruskin como um método de destruição de autenticidade. Conforme assinala José Aguiar, quanto a Ruskin: "*O processo de reconstituição estilística provocava a perda, de forma definitiva de grande parte do conteúdo documental e afectava a autenticidade testemunhal (...)*" (AGUIAR, 2002, p.26).

O monumento é visto como pertença de todas as gerações e, como tal, ninguém tem o direito de alterar a imagem do mesmo. Consagra-se a Conservação como uma disciplina (alternativa) do Restauro.

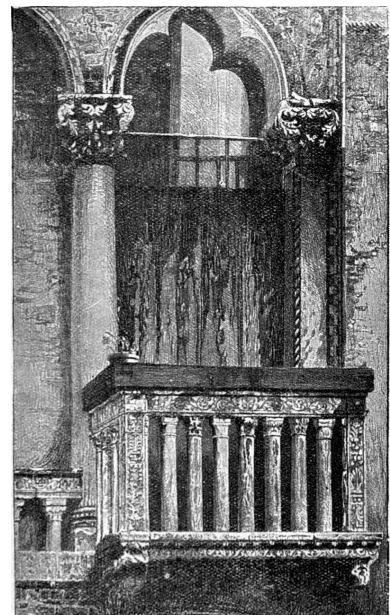
Estes ideais serão mantidos por Morris, discípulo de Ruskin, que seguirá as suas passadas, fundando em 1877 a Sociedade de Protecção dos Edifícios Antigos<sup>45</sup>. Como o seu mestre, criticava as teorias de restauro de então e defendia a intervenção mínima em edifícios históricos, sendo que a perda de partes originais do edifício - vistos como registos históricos - significaria a destruição de pedaços da história da arquitectura.<sup>46</sup>

Tendo começado o século XIX com o debate entre o restauro estilístico, fruto da procura de uma identidade nacional, e o restauro romântico, com o sentimento de autenticidade a prevalecer, foram surgindo outras perspectivas que se juntaram ao que se pode considerar o derradeiro debate, agora proclamados pelos doutrinadores da Escola Italiana.

Ligado a esta corrente, surge Camillo Boito (1836-1914) com a defesa do



**Imagem 17:** Sobrecapa do livro *The Seven Lamps of Architecture* de John Ruskin, publicado em 1849.



**Imagem 18:** Desenho de uma varanda no Campo St. Benedetto em Veneza, por John Ruskin.

43 Aconselha-se a leitura do Boletim nº1 da DGEMN, disponível online, introduzido por Henrique Gomes da Silva - Engenheiro Director Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais - que nos alerta para as claras semelhanças ideológicas entre estes ideais. Entre outras, temos referências tão fervorosas como a comparação dos monumentos a "*páginas vivas da história da nacionalidade*" (p.5), em que "*Importa restaurar e conservar, com verdadeira devoção patriótica (...)*" (p.19). A existência dos acrescentos históricos é considerada como deturpadora da linguagem única do monumento, em que será importante "*eliminar todos os erros antes praticados*" (p.13) Por fim, a reconstrução de peças tipológicas importantes, que já não existiam há altura, é vista como essencial para apreensão do monumento como um todo: "*A Igreja do Mosteiro de Alcobaça apresentava uma maravilhosa unidade arquitectónica à qual unicamente faltava o seu coroamento - a charola.*" (p.14) - In Boletim nº1 da DGEMN, **Igreja de Leça do Bailio**, disponível em <http://dgemn-digital.wikidot.com/boletim-n-1-igreja-de-leca-do-bailio-setembro-de-1935>.

44 Tradução livre da autora. No original: "*But it is said, there may come a necessity for restoration! Granted. Look the necessity full in the face, and understand it on its own terms. It is a necessity for destruction. Accept it as such, pull the building down, throw its stones into neglected corners, make ballast of them, or mortar, if you will; but do it honestly, and do not set up a Lie in their place.*"

45 No original: Society for the Protection of Ancient Buildings.

46 BERGDOLL, Barry, **European Architecture 1750-1890**, History of Art, Oxford University Press, 2000, ISBN: 978-0-19-284222-0,



**Imagem 19:** Pintura de Canaletto retratando a o Campanário da Praça de São Marcos em Veneza, no século XVIII.



**Imagem 20:** Foto montagem retratando o colapso do Campanário em 1902.



**Imagem 21:** Comparação da imagem urbana do Campanário de São Marcos em Veneza, ao longo de vários séculos. Da esquerda para a direita: o campanário em 1720 - todo rebocado -, o colapso do mesmo - pode-se ver como todo o troço inicial vertical já se encontrava sem revestimento - e o campanário nos dias de hoje, com a imagem dada pelo restauro de Beltrami.

restauro científico, um pensamento posteriormente glosado e parcialmente seguido por Luca Beltrami (1854-1933) e Gustavo Giovannoni (1873-1947) - apesar de adoptarem certas peculiaridades que resultaram no surgimento de outros conceitos, nomeadamente o restauro histórico de Beltrami e o restauro científico de Giovannoni.

Boito avançava com a recusa do restauro estilístico, como proposto por Viollet-le-Duc, pelo que deveria passar a prevalecer um respeito absoluto, arqueológico e crítico direccionado à autenticidade das obras do passado.

"[*Tanto Boito quanto Beltrami*] procuram a verdade objectiva dos factos, diferente em cada obra de arte, e assentam na convicção de que cada monumento constitui um facto único e distinto, exigindo abordagens específicas em cada caso (...)" (AGUIAR, 2002, p.30 - cap. 2), dessa forma, dependendo das épocas a que pertence cada obra, a metodologia a adoptar distingue-se.

Quando é possível, em obras da antiguidade, deverá optar-se pela recomposição dos elementos encontrados. No caso das obras da Idade Média, poderá defender-se uma recomposição parcial, mas as intervenções terão de ser limitadas ao mínimo, não modificando os sinais de envelhecimento. Por fim, as grandes obras do Renascimento podem ver as suas partes perdidas recompostas, mas feitas de tal forma que se distingam das originais e autênticas.

Camillo Boito, "(...) destacou o valor patrimonial do monumento enquanto testemunho e documento histórico." (AGUIAR, 2002, p.33). A sua abordagem de intervenção passava sempre por uma lógica de consolidar para depois reparar e, caso as outras fossem insuficientes, restaurar. Os acrescentos eram vistos como partes importantes com valor histórico a não destruir e, caso houvesse necessidade de intervir com elementos contemporâneos, estes teriam de ser concebidos com materiais diferentes dos originais e por isso passíveis de serem reconhecidos como não originais obrigando-se, porém, a garantir a uniformidade do conjunto não colidindo com o aspecto do monumento.

No caso de Beltrami e do seu restauro histórico, a grande máxima foi "*com'era, dov'era*"<sup>47</sup>, professando a reconstrução arquitectónica como intervenção a usar mas, distinguindo-se da metodologia de Viollet-le-Duc, fazendo uso de processos rigorosos ao invés de opções teóricas.

O restauro do Campanário na Praça de São Marcos em Veneza é um bom exemplo desta prática. Além da abordagem pretender a sua reconstrução, a metodologia deu prioridade à memória colectiva da comunidade próxima, optando-se não por revestir a mesma a reboco - de acordo com o original - deixando antes o tijolo à vista - realidade há muito presente na obra pois já nada restava do reboco original.

Por fim, Giovannoni, numa metodologia não muito distante das anteriores, defendia o "*princípio da intervenção mínima, contrapondo ao restauro a prática da consolidação estrita e a necessidade de uma manutenção regular, ou eventualmente extraordinária, dos monumentos.*" (AGUIAR, 2002, p.40 - cap. 2). Este partilhava as categorias de classificação dos monumentos que tinham sido redigidas, em 1904 em Madrid, no Congresso Internacional dos Arquitectos - monumentos vivos e monumentos mortos. Os monumentos vivos seriam aqueles com capacidade para serem usados pela sociedade contemporânea, enquanto que os mortos seriam as ruínas arqueológicas.

Resumidamente, a base essencial da filosofia de intervenção que se vivia era "*(...) a teoria e práxis da conservação activa (...)*" (CUSTÓDIO, 2011, p.103).

Além disto, e num contexto urbano, Giovannoni contribuiu para a salvaguarda dos centros históricos, olhando para esta questão como tratando-se

47 "*Como era, onde estava*". Tradução livre da autora.

"da possibilidade de uma modernização moderada de núcleos urbanos históricos processada através da realização de intervenções localizadas, por exemplo, procedendo a demolições selectivas que possam gerar melhores condições ambientais." (AGUIAR, 2002, p.41 - cap. 2).

Em Outubro de 1931, num encontro convocado pelo Conselho Internacional dos Museus<sup>48</sup> em Atenas, onde estavam representados 20 países europeus, foi redigida a primeira carta - Carta de Atenas - com princípios orientadores para o restauro de monumentos. Esta "(...) atingiu directamente o processo de reestruturação das políticas de conservação (...)" (AGUIAR, 2002, p.43 - cap. 2) ao nível europeu<sup>49</sup>.

Apesar da inovação do surgimento desta, a 2ª Guerra Mundial - relembramos - veio atenuar em muito o impacto que tal documento poderia ter estimulado. O rescaldo desta guerra levou a uma dispersão na actuação sobre os monumentos. Foi necessário duas décadas volvidas sobre o fim da tragédia para, numa tentativa de regulamentar de novo a protecção tão necessária dos monumentos (muitos destruídos após a guerra), nascer a Carta de Veneza. Como afirma Maria João Neto, de todas as cartas redigidas, "(...) é inegável a importância e o alcance do texto acordado em Veneza em 1964." (NETO, 2006, p.91).

Influenciados pelas ideias de Gustavo Giovannoni - com o "restauro científico" -, em conjunto com as de Luca Beltrami - "come era dove era" -, os tempos precedentes aos anos 60 viviam desta dupla metodologia nas intervenções realizadas no património, onde "(...) se abandonaram as metodologias e as tecnologias artesanais do restauro anteriores à guerra e se iniciou a sistemática produção de cópias (falsos históricos e falsos artísticos) com a rapidez extraordinário do betão". (AGUIAR, 2011, p. 219).

No entanto, estas práticas proclamadas por Giovannoni "(...) carentes de tempo e dinheiro, não se mostravam adequadas ao panorama de então (...)" (NETO, 2006, p.92). É neste contexto que surgiu a doutrina de Benedetto Croce, posteriormente desenvolvida por Cesari Brandi na sua "Teoria do Restauro" (1963) que veio apresentar um novo tipo de restauro - o "restauro crítico" - onde se resumiu um dos grandes princípios que já se verificava nos autores antecedentes: "(...) a obra de arte condiciona o restauro e não o oposto". (AGUIAR, 2011, p. 219).

Brandi, sobre o restauro crítico, defendia que "(...) [este] deve visar o restabelecimento da unidade potencial da obra de arte, desde que isto seja possível sem cometer um falso artístico, um falso histórico, e sem apagar nenhum sinal da passagem da obra de arte no tempo" (BRANDI, 2006, p.6).

Será deste enquadramento teórico, e após o "I Congresso Internacional de Arquitectos e Técnicos de Monumentos"<sup>50</sup> que resultará numa conclusão vaga, promovendo as autoridades italianas um segundo congresso em Veneza, realizado em 1964.

Assistido por representantes de 61 países<sup>51</sup> - encontrando-se entre eles sete técnicos da DGEMN -, as conclusões daqui extraídas foram transportadas para uma carta internacional, assinada, como representante de Portugal, pelo arq. Luís Benavente.

Inovadora, a Carta de Veneza, além de outros, sublinha a importância do

48 Entidade antecessora do ICOM - International Council of Museums.

49 No caso italiano, foi no seguimento desta que se redigiu a Carta de Restauro de 1932, que continha os princípios da metodologia defendida por Giovannoni.

50 Realizado em 1957, numa colaboração entre a UNESCO e o governo francês, este congresso surge como meio de "(...) confrontar perspectivas e experiências, com vista a uma colaboração multidisciplinar." (NETO, 2006, p.92). A ideia passou por uniformizar a estabelecer uma teoria do restauro.

51 Pela primeira vez, como nos demonstra Choay, o congresso não restringia somente a países Europeus, encontrando-se entre estes representantes da Tunísia, México e Perú.. (CHOAY, 2017, p. 14)

conceito de Autenticidade<sup>52</sup> - "O restauro, para representar uma operação legítima, não deverá pressupor nem o tempo como reversível, nem a abolição da história."<sup>53</sup>. Além deste conceito, a ideia de que a intervenção deve ser o menos intrusiva possível é outro dos grandes princípios que se encontra nesta carta - o "(...) monumento histórico (...) deve ser protegido e preservado e não precisa de restauro, de renovação ou de reconstrução (...)"<sup>54</sup>. No dizer de José Aguiar, "O conteúdo da Carta de Veneza refletiu-se em numerosas legislações nacionais e reverteu para cartas de carácter regional, constituindo ainda hoje o documento internacional fundamental no que diz respeito aos princípios orientadores da conservação." (AGUIAR, 2002, p.13 - cap. 3).

Além de se ter verificado um aumento do âmbito de aplicação da Carta, o artigo 14º vem incorporar uma temática até aqui ignorada por outros documentos, esclarecendo que "(...) os princípios enunciados se devem também aplicar aos trabalhos de restauro e de conservação dos sítios históricos." (AGUIAR, 2002, p.15 - cap. 3).

A importância desta carta foi tal que, em 1965 é criado o ICOMOS – Conselho Internacional de Monumentos e Sítios, como consequência directa do congresso que tinha acontecido no ano anterior.

À semelhança deste documento, os princípios orientadores do restauro em Itália também são rescritos, substituindo a anterior metodologia pela existente na nova Carta de Restauro de 1972. Complementando os artigos, esta irá possuir quatro anexos que visam distinguir as diferentes abordagens consoante os objectos a intervir: anexo A - Salvaguarda e Restauro de Antiguidades, anexo B - Critérios do Restauro Arquitectónico, anexo C - Execução do Restauro Escultórico e Pictórico e anexo D - Tutela dos Centros Históricos.

É de notar que nas "Instruções para o Procedimento de Restauros Arquitectónicos"<sup>55</sup> o carácter preventivo é sempre considerado em primeiro lugar, como metodologia a usar. Ainda nesta carta, a existência de um anexo dedicado aos Centros Históricos apresenta-se como uma novidade, esclarecendo como objectos desta categoria "(...) todos os assentamentos humanos cujas estruturas, unitárias ou fragmentárias, ainda que parcialmente transformadas ao longo do tempo, hajam sido constituídas no passado; ou, entre as que lhes são sucessivas, as que porventura tenham adquirido particular valor de testemunho histórico ou acentuadas qualidades urbanísticas ou arquitectónicas." (BRANDI, 2006, p.175).

Os anos 70, são marcados pela consciencialização da "reabilitação urbana" em detrimento da "renovação urbana", termo usado até então. No seguimento desta, as décadas seguintes presenciam uma evolução do conceito de reabilitação urbana para uma reabilitação urbana integrada.

Para compreender bem este processo será importante relembrar o papel da cidade no século XIX, onde - "A constituição da cidade histórica, como objecto cultural e científico de estudo, sucede no quadro das transformações provocadas pela revolução industrial. Quando os grandes promotores do séc. XIX, como Haussmann, constituíram o (novo) espaço da cidade como seu objecto de trabalho, provocaram o surgimento do urbanismo, enquanto disciplina de projecto da cidade, cuja primeira síntese foi fixada por Cerdà." (AGUIAR, 2002, p.85-86, Cap. 4).

Após a 2ª Guerra Mundial, a necessidade de (re)construção das cidades europeias sobrepôs os pensamentos do movimento moderno aos ideais de salvaguarda dos centros históricos, surgindo as propostas de total destruição



**Imagem 22:** Foto da Mercado da Cidade Velha de Varsóvia, em Janeiro de 1945.



**Imagem 23:** Foto de uma frente edificada do Mercado da Cidade Velha de Varsóvia, em 1945.



**Imagem 24:** Foto da mesma frente edificada nos dias de hoje. A metodologia escolhida para a reconstrução da cidade foi literal, preservando a memória colectiva existente da cidade.

52 Praticamente um século após este conceito ter sido introduzido por Ruskin.

53 Cit. por AGUIAR, José – **Após Veneza: do restauro estilístico para o restauro crítico**, p. 220.

54 Cit. por. NETO, Maria João Baptista – **Um olhar sobre o património arquitectónico nos últimos cinquenta anos**, p. 91.

55 Tradução livre da autora. No original "La Condotta dei Restauri Architettonici".

das cidades e construção com princípios modernos. Apesar destes, muitas destes projectos ficaram somente no papel, havendo em muitos locais a consagração da memória colectiva como elemento definidor da intervenção a realizar. Exemplo disto será a intervenção da cidade de Varsóvia, totalmente destruída pela guerra. *"A intervenção [desta] foi uma necessidade política e psicológica, reinstituindo a cidade histórica como o monumento referencial de uma nação cuja cultura foi, por diversas vezes, intencionalmente atingida."* (AGUIAR, 2002, p.95 - cap.4).

O aparecimento e aplicação da Lei Malraux, em 1962, veio permitir desenvolver processos de salvaguarda à semelhança dos que se desenvolviam para os monumentos. Mais e mais, as marcas patrimoniais se estendem para além da escala do objecto, passando a abranger desde pequenos povoados até às grandes urbes.

Com a redação das Carta de Amesterdão em 1975 e a Carta Internacional para a Salvaguarda das Cidades Históricas em 1987, vê-se surgir os conceitos de conservação integrada e reabilitação. A importância da imagem urbana é reconhecida, optando-se pela sua conservação ao mesmo tempo que se adapta a cidade às necessidades da vida contemporânea.

Num debate que já decorria desde os anos 70, o Documento de Nara, em 1994, vem estabelecer os princípios fundamentais que definem o conceito de autenticidade num contexto patrimonial, exaltando a mesma como dependente de realidades e culturas distintas. Esta visão vem concluir a crítica que há muito se fazia sentir sobre o *"teste de autenticidade"* criado em 1977 pelo Comité do Património Mundial da UNESCO em que eram definidos quatro aspectos fulcrais<sup>56</sup> de autenticidade "quantificáveis" de um monumento. Esta visão era considerada de *"(...) cariz eminentemente ocidental, ou mesmo regional e 'eurocêntrica'."* (AGUIAR, 2002, p.35 - cap. 3)

No seguimento do conceito de imagem urbana, a questão da identidade das cidades foi um princípio debatido entre vários teóricos que, apesar de várias definições que potenciou<sup>57</sup>, levou mais tarde ao aparecimento do Fachadismo como deturpação destes conceitos.

*"O fachadismo e as alterações funcionais a que dá origem, parece constituir, para o ICOMOS, uma das mais sérias preocupações quanto à salvaguarda da identidade e do carácter dos espaços urbanos europeus de valor patrimonial."* (AGUIAR, 2002, p.171 - cap. 5), sendo este o grande paradigma que se vive no presente. Apesar de Portugal ter acompanhado presencialmente muitos destes congressos, pouco desta teoria teve impacto no contexto nacional, sendo que o Restauro em contexto português se desenvolveu de uma forma particular.

---

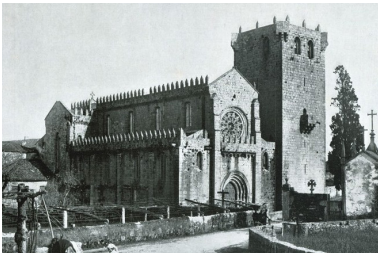
<sup>56</sup> Sendo estes: autenticidade da forma, autenticidade material, autenticidade dos processos tecnológicos e autenticidade na implantação.

<sup>57</sup> Sobre estas, aconselha-se a leitura de AGUIAR, José, **Cor e Cidade Histórica. Estudos cromáticos e conservação do património**, FAUP Publicações, 2002, ISBN: 972-9483-47-7.

## 2.5 O processo de restauro/reabilitação de edifícios históricos em Portugal.



**Imagem 25:** Capa do Boletim n.º 1 publicado pela DGEMN onde se fazia a documentação do restauro do edifício da Igreja de Leça do Bailio.



**Imagem 26:** Igreja de Leça do Bailio, antes do restauro.



**Imagem 27:** Igreja de Leça do Bailio, após o restauro.



**Imagem 28:** Sé Catedral de Lisboa, durante as obras de Fuschini.

Em meados do século XIX, a realidade portuguesa era influenciada pelo movimento artístico do Romantismo. Mais do que mera inspiração para os artistas da época, este movimento trouxe consigo vários dogmas que influenciaram as práticas de restauro da altura. Além de um interesse pela cultura medieval, o nacionalismo “progressista” levou à valorização dos monumentos do passado.

São deste período os restauros “cenográficos” do Palácio da Pena - levados a cabo pelo Barão de Eschewege assim como o restauro do Castelo de Leiria por Ernesto Korrodi. Estes restauros, curiosamente alguns levados a cabo por cenógrafos (caso de Rambois e Cinatti<sup>58</sup>), tentavam criar uma nova imagem para o edifício antigo e passavam sempre por interpretações pessoais ao nível arquitectónico.

No final do século, com Possidónio da Silva e Rosendo de Carvalheira, a mentalidade da teoria do restauro já tinha evoluído para uma lógica de restauro “arqueológico”, abrangendo obras como o Templo de Diana, ou a Sé Catedral de Coimbra. Começa a haver uma preocupação pelo estudo dos monumentos onde se descarta a invenção das décadas passadas e se celebra o respeito pelas pré-existências. No contexto morfológico, não existe a recusa da cópia, podendo ser concebidas novas peças substitutas das inexistentes.

Até ao congresso em Atenas de 1931, “(...) a cultura de restauro da época republicana dá primado à conservação sobre o restauro (...)” (CUSTÓDIO, 2011, p.103), começando a ser utilizadas as técnicas construtivas e materiais modernos, como o uso pioneiro do betão armado no Castelo de Leiria – consolidação de ruínas por iniciativa de Ernesto Korrodi – ou na Torre do Relógio e Campanário da Charola do Convento de Cristo com estudo e projecto de Adães Bermudes e José Alexandre Soares, como refere Jorge Custódio no seu artigo.

Em meados do século XX, com o aparecimento da DGEMN, teremos outra mudança no paradigma nacional do restauro, optando-se muitas vezes pelas intervenções de restauro realizadas através da “cópia”.<sup>59</sup> Os trabalhos pretendiam repôr a imagem original do monumento (a que se pensava ser original), eliminando as diversas influências adquiridas pelo mesmo ao longo do tempo.

Os monumentos portugueses “Vão ser restaurados a partir de 1932 como símbolo da renovação do regime face ao passado recente, na evocação das glórias da nação ancestral de oito séculos de existência.” (NETO, 2006, p.95) Incluindo nesta ideologia são seleccionados os monumentos românicos - símbolo do nascimento de Portugal e da 1ª Dinastia -, os monumentos góticos - símbolo da Dinastia de Avis com a sua “Inclita Geração” - e os monumentos manuelinos - símbolo dos descobrimentos portugueses e da criação do Império.

Contrariamente ao defendido na Carta de Atenas de 1931 em que se preza o “respeito pela obra histórica e artística do passado sem banir o estilo de nenhuma época”<sup>60</sup>, os restauros, em Portugal, que se sucedem no tempo após esta carta vão basear-se numa “unidade de estilo prístina”. (NETO, 2006, p.95). “O paralelo entre a recuperação de valores histórico-ideológicos e os critérios de intervenção no património arquitectónico foram uma constante para o regime, assumindo os monumentos o espelhar vivo desses valores influenciando a própria filosofia de restauro a utilizar.” (NETO, 2011, p.157).

Os critérios de intervenção usados pela DGEMN baseavam-se numa reintegração arquitectónica fundamentada numa pureza de estilo. A arquitectura toma uma posição privilegiada em relação às artes decorativas e à própria pintura. “No geral, recusavam a invenção aleatória e procuravam recuperar a

<sup>58</sup> Responsáveis pelo restauro do Mosteiro dos Jerónimos, fase I e II.

<sup>59</sup> Mais uma vez se agradece ao prof. Paulo Peireira a partilha sempre entusiasta destas informações, mesmo que indirectamente através de compêndios de estudo em formato Powerpoint.

<sup>60</sup> Carta de Atenas – **Conclusões da Conferência Internacional de Atenas sobre o Restauro dos Monumentos.**

**Imagem 29:** Proposta de Fernando Távora - antes e depois - presente no Estudo de Renovação Urbana do Barredo, no Porto.





**Imagem 30:** Sé Catedral de Lisboa, após as obras de Fuschini.

*'traça original' empregando processos de desocultação que eliminavam os estratos mais recentes (...)*". (TOMÉ, 2011, p.169-170) Isto resultava numa supressão de ornamentação e iconografia, valorizando os materiais em estado bruto, de acordo com os ideais estatais, que prezavam o purismo da autenticidade<sup>61</sup> e da moralidade, "(...) obrigando várias vezes à reinvenção literal de partes de monumentos 'em falta' ou entretanto transformados (...)"<sup>62</sup>.

Com o fim da 2ª Guerra Mundial, Portugal via-se numa posição económica favorável à intensificação das intervenções patrimoniais, muitas feitas devido à importância territorial que detinha, que envolvia visitas de individualidades estrangeiras com vista a intensificar os contactos diplomáticos. Todas estas visitas pressupunham um olhar para os monumentos e um investimento na sua conservação e restauro, enobrecendo o país para os olhares estrangeiros.

É no contexto desta realidade que o debate teórico realizado por Raul Lino surge como voz contrária às práticas que se implementavam no restauro dos monumentos. O arquitecto "(...) defendia uma nova ética do restauro fundada no reconhecimento do valor documental do monumento (...) e da sua dimensão simbólica (...)" (TOMÉ, 2011, p.172). Raul Lino, tendo estudado no estrangeiro, baseia a sua teoria nas práticas internacionais, mais fieis às Cartas Internacionais do que a realidade portuguesa.

Um dos grandes problemas que se foram detectando com a implementação de novos usos em monumentos, foi a incompatibilidade que muitas vezes se fazia sentir entre os hábitos do passado e os do presente, acabando por haver alterações interiores no Património numa tentativa de reutilização/refuncionalização com vista à recuperação e preservação<sup>63</sup>. Além disto, um dos pontos essenciais da Carta de Atenas acabou por nunca conseguir ser concretizado por parte dos arquitectos dos Monumentos Nacionais, "(...) que a intervenção de restauro se afirmasse através do contraste entre o antigo e o novo (...)" (TOMÉ, 2011, p.173).

Em meados dos anos 50, entram em vigor uma série de Planos de Melhoramentos, com vista a tirar partido das potencialidades económico-turísticas que os monumentos pareciam possuir. Aparece assim o conceito de Cidade-Monumento-Museu, ainda à sombra de uma teoria antiga: "(...) [A] preocupação com a transmissão para o futuro do património urbano através da operação que mais tarde viemos a chamar 'reabilitação' inicia-se no final dos anos 60." (AGUIAR, 2011, p.350), gerando uma série de projectos/intervenções que se materializaram após o 25 de Abril de 1974.

Será de referir alguns trabalhos fundadores destes ideais. Por um lado o do arq. Cabeça Padrão com o Estudo de Prospecção e Defesa da Paisagem Urbana do Algarve, por outro o do arq. Fernando Távora, ligado ao processo SAAL, e coordenador do Estudo de Renovação Urbana do Barredo. Estes estudos "(...) propõem a integração da salvaguarda do património em lógicas de planeamento urbano e no ordenamento do território." (AGUIAR, 2011, p.350). Fica assim marcado o momento em que se passa de uma abordagem de Renovação Urbana para uma Reabilitação Urbana.



**Imagem 31:** Barredo, no Porto, em 1968.

Os princípios orientadores dos estudos acima referidos seguem uma lógica de conservação integrada do património com a participação da população. Defendem o direito de todas as pessoas a uma habitação condigna e proclamam a justiça social. Como nos esclarece Paulo Pereira "O processo de trabalho implicava não apenas a recuperação de imóveis de valor histórico no contexto urbano do

<sup>61</sup> É de notar a ironia que no Estado Novo se vivia com o propósito de prezar a autenticidade dos monumentos, que não corresponde à verdade do que são, mas sim a uma verdade que foram, descontextualizando o significado da autenticidade aqui referida.

<sup>62</sup> PEREIRA, Paulo, *Cidade e Património*, texto inédito, p.8.

<sup>63</sup> Com um exterior alterado de forma a manter-se fiel a um único estilo e todo o interior descontextualizado, questionamo-nos se poderá isto ser considerado preservar.

*casco antigo da cidade [no caso da Renovação Urbana do Barredo], como também uma requalificação da habitação popular sem interferir na fixação da população (...)"<sup>64</sup>.*

O Porto viu estes esforços continuados, com o Comissariado para a Renovação Urbana da Área de Ribeira/Barredo (CRUARB), estando à frente de projectos de requalificação e restauro. Na mesma medida, Guimarães viu nascer, nos anos 70 o Gabinete do Centro Histórico, cujo "(...) trabalho em terreno ganhou desde cedo os contornos de um programa com o estatuto de um plano de salvaguarda para as edificações particulares, permitindo, ainda, um tratamento exemplar de espaços públicos."<sup>65</sup>

Nos anos 80, surge o Programa de Reabilitação Urbana<sup>66</sup>, que se divide em duas componentes. Por um lado temos a vertente de apoio financeiro, por outro temos o apoio técnico que se materializa nos Gabinetes Técnicos Locais que passam a funcionar na dependência das Câmaras Municipais.

Será durante os anos 90 que os primeiros prémios internacionais são obtidos devido a intervenções de restauro e/ou reabilitação urbana.

Apesar da realidade presente estar a atravessar um período de incerteza com as metodologias de reabilitação cada vez mais a resguardarem-se no conforto do fachadismo<sup>67</sup>, numa abordagem mais optimista, existem alguns arquitectos e engenheiros que têm desenvolvido uma ampla carreira dentro da prática do Restauro e da Reabilitação, dando origem a intervenções exemplares.

A Casa Estúdio Carlos Relvas<sup>68</sup> na Golegã, é um dos exemplos mais demonstrativos de uma intervenção cuidada num edifício de importância histórica. Intervenção do arquitecto Victor Mestre e do engenheiro João Appleton, finalizada em 2003, este é um dos exemplos em que se comprova os benefícios que uma abordagem multidisciplinar permite. Tendo sido construída no final do século XIX, este edifício foi pioneiro na sua tipologia como estúdio fotográfico, concebido pelo fotógrafo amador Carlos Relvas, sendo posteriormente adaptado a residência. Tendo chegado ao começo do século XX desprovido de uso e ocupação, o respeito e estudo que se consagrou a esta obra, resultou num trabalho de restauro e reabilitação que respeita a arquitectura existente e a consagra como peça fundamental da história da fotografia em Portugal.

Numa só obra, é possível enumerar muitos dos princípios que foram explorados nos capítulos anteriores. O respeito pela pré-existência é mantido, implementando-se na mesma usos compatíveis ao seu uso, tornando de novo o edifício numa peça de arquitectura vivenciável. Além da abordagem, como referido acima, ter incluído uma equipa multidisciplinar, as adaptações a uma vivência mais contemporânea<sup>69</sup> foram adequadamente colocadas nas imediações do estúdio, respeitando o edifício e adaptando-o adequadamente a um uso coevo.

A importância do registo do existente e estudo sobre o edifício permitiu reflectir e escolher, de maneira informada e consciente, a intervenção a realizar que, mesmo contendo em si algum carácter destrutivo<sup>70</sup>, resultou numa

64 PEREIRA, Paulo, *Cidade e Património*, texto inédito, p.13.

65 Idem.

66 Iniciado pelo Despacho 4/SEHU/1985 e relançado como Programa de Recuperação de Áreas Urbanas Degradadas (Despacho SEALOT, 1/88, 5 de Janeiro).

67 Muitas vezes fazendo uso do termo de reabilitação, este é somente usado como máscara para produzir uma obra nova que em nada partilha das ideias da reabilitação.

68 Muitas das informações partilhadas foram retiradas de conversas informais tidas com a equipa que gere as visitas diárias ao Estúdio, numa visita presencial ao local.

69 Muitas vezes o que justifica "maltratar" os edifícios históricos.

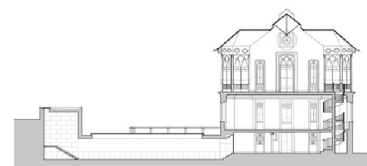
70 Por motivos familiares à época, Carlos Relvas teve necessidade de reduzir o seu estúdio de trabalho, compartimentando o mesmo. Durante a intervenção, as paredes "não originais" foram retiradas e guardadas em arquivo.



**Imagem 32:** Casa Estúdio Carlos Relvas. Fotografia de 1876, após a finalização das obras de construção.



**Imagem 33:** Casa Estúdio Carlos Relvas após as obras de restauro e conservação.



**Imagem 34:** Corte pelo edifício, mostrando a junção proposta entre o estúdio recuperado e o Pavilhão do Jardim (corpo da recepção e casas-de-banho).

abordagem legítima e cuidada sobre esta arquitectura histórica.

Apesar de ausente desta reflexão, a disciplina da Arqueologia é uma área que por vezes acompanha a metodologia de intervenção quando se trabalha com edifícios históricos - quer em processos de restauro, quer em processos de reabilitação. O seu uso predominante aplica-se em zonas com potencial arqueológico importante no subsolo ou quando se trata de imóveis/áreas classificados. Mais raramente, o contributo aplica-se à análise do edificado, em colaboração com a equipa projectista.

Até há pouco tempo era de notar um isolamento disciplinar na abordagem das várias áreas sobre um objecto arquitectónico. O perigo da uni-disciplinaridade rapidamente se revela em intervenções que, em vez da valorização, terminam em casos depreciativos para a arquitectura histórica do país.

No entanto, o que se pretende concluir é que, hoje em dia o paradigma encontra-se em mudança, havendo cada vez mais a formação de equipas multidisciplinares que se reúnem com o objectivo comum de enaltecere e fazer “renascer” muitos edifícios que se encontravam devolutos e em ruínas. Isto já era uma realidade em Itália no fim do século XX, como nos demonstra Luigi Marino, “*O restauro é uma disciplina, ou melhor, uma área de confluência de disciplinas, para a qual são necessárias e urgentes a reunião de muitos esclarecimentos.*”<sup>71</sup> (MARINO, 1988, p.137)

No seu artigo, Luigi Marino alerta-nos para o alto risco arqueológico que o campo de trabalho do arquitecto-restaurador<sup>72</sup> implica resultando, quando ausente de uma equipa multidisciplinar, em impactos tremendos no salvaguarda do edifício assim como da recolha de dados do mesmo.

Não podemos olhar para os restauros actuais como pontos finais na vida dos edifícios, assim como outrora foram restaurados, hoje serão e de futuro irão ser. A recolha da informação, além de permitir escolher qual o caminho a percorrer e quais as decisões mais acertadas a tomar, permite mapear as evoluções que o edificado terá e resulta num compêndio que no futuro – mais próximo do que nos pode parecer – ajudará um novo arquitecto a ler o que o edifício foi, que opções se tomaram e que opções serão as mais correctas para se tomar na sua própria intervenção.

É neste seguimento que apresentamos a análise estratigráfica como método recente para a leitura do edificado a restaurar ou reabilitar, prova inequívoca do valor da colaboração entre a Arquitectura e a Arqueologia.

71 Tradução livre da autora. No original: “*Il restauro è una disciplina, o meglio un'area di confluenza di discipline, per le quali si rendono necessarie e con urgenza, anco a tante chiarificazioni.*”

72 Apesar de não existir ainda este conceito em Portugal, Itália há muito que distingue os arquitectos dos arquitectos-restauradores, especialistas em restauro de edifícios históricos.



### **3. ARQUEOLOGIA DA ARQUITECTURA E O MÉTODO ESTRATIGRÁFICO**



Não haverá, porventura, melhor forma de entender a Arqueologia da Arquitectura senão usando o exemplo bastante elucidativo referido por Carandini<sup>73</sup> para compreender a mais valia que este método tem quando aplicado à arquitectura. Imaginemos que numa visita inter-planetária nos deparamos com a necessidade de autopsiar um extraterrestre, organismo biológico desconhecido para nós. Com que bases iremos realizar esta operação? Não é um organismo familiar, não é algo que conheçamos nem por experiência, nem por teoria. A operação a realizar acarreta grandes riscos - poderemos dizer, irreversíveis até. Como poderemos então intervir?

Num contexto urbano cada vez mais saturado com novas construções, a intervenção sobre património classificado, monumental ou integrando o edificado histórico é uma realidade com a qual nos deparamos com maior frequência. Quer seja em projectos de recuperação, conservação, restauro ou reabilitação, o elemento chave nestas intervenções será a quantidade de informação que reunimos sobre o objecto de estudo. Apesar de existirem em arquivo muitas informações importantes que nos servem de base para um começo de trabalho, muitas vezes persistem grandes lacunas em termos históricos - para não falar das omissões que muitas vezes se detectam sobre aspectos constructivos do edificado. Neste seguimento, atrevemo-nos a perguntar - como poderemos intervir sobre património e edifícios históricos se não conhecemos a base de trabalho sobre a qual intervir? - Carandini responde rapidamente a este questão - não podemos. *“É loucura, é um empreendimento a não ser tentado.”*<sup>74</sup> (CARANDINI, 1988, p.35)

Com estas problemáticas em mente pretendemos, no capítulo que se segue, apresentar a metodologia stratigráfica como método que se encontra em crescimento no contexto português. Será relevante abordar a sua evolução teórica assim como prática e, dar a conhecer ao leitor, casos de aplicação internacionais e nacionais. Correndo o risco da apresentação de casos se tornar demasiado exaustiva, tentou-se seleccionar exemplos que resultam em abordagens arquitectónicas inovadoras e que permitem, acima de tudo, proceder a levantamentos rigorosos e exaustivos sobre o edificado em que se intervém - quer resultem em abordagens mais conservadoras ou mais complexas.

---

73 (CARANDINI, 1988)

74 Tradução livre da autora. No original: *“È follia, è un'impresa da non tentare.”*

### 3.1 Evolução Teórica

#### 3.1.1 – Aparecimento de uma nova metodologia

A Arqueologia da Arquitectura apresenta-se como o estudo que pretende dar resposta a uma busca sistemática para compreender o objecto arquitectónico antes de intervir no mesmo. Esta é caracterizada pelo uso do método de análise estratigráfico, sendo este uma “(...) metodologia específica de registo e interpretação do património edificado (...) baseada no método arqueológico e aplicada ao estudo das estruturas edificadas em toda a sua complexidade.” (LACERDA e RAMALHO, 2006, p.5).

As suas potencialidades são tremendas, quer ao nível do conhecimento que nos permite ter do edificado enquanto memória a preservar - como nos é apresentado pela arqueóloga Maria Ramalho, que refere “(...) o interesse destes trabalhos para memória futura, pois que, na maior parte das vezes, os imóveis em causa foram profundamente alterados, fazendo com que estes estudos representem os únicos testemunhos de uma história que, de outro modo, se perderia para sempre.” (RAMALHO, 2011, p.2) -, quer ainda ao nível da potencialidade em “(...) construir uma hipótese sustentada cientificamente sobre o percurso histórico do edifício, de modo a que a mesma sirva de base ao desenvolvimento do projecto de arquitectura.” (RAMALHO, 2011).

De igual forma, esta metodologia também apresenta as suas limitações, nomeadamente nas datações apresentadas, que podem induzir em erro quando se cruzam as análises estratigráficas com a documentação escrita, exemplo apresentado pelo arqueólogo Luis Caballero Zoreda alertando-nos para o facto de que “(...) o documento pode falsificar a realidade ou podemos não saber ao certo ao que se refere (...)”<sup>75</sup> (ZOREDA, 2002, p.87-88).

Além disto, se o objecto arquitectónico se encontrar ainda com os seus revestimentos - quer superficiais que de substrato - a sua leitura é dificultada, podendo haver necessidade de usar um processo destrutivo para proceder à leitura de paramentos, sendo o mesmo, sempre e imperativamente, objecto de registo. “Não existe intervenção sem destruição e, tal como no processo de escavação arqueológica, tudo o que se pretende alterar ou demolir deverá ser registado”. (RAMALHO, 2002, p.27).

Curiosamente, Francesco Doglioni, separa as abordagens estratigráficas em duas metodologias diferentes - a primeira lidará com o edifício em *estado de ruína*, logo legível em termos estratigráficos, e a outra com o edifício num estado de *conservação razoável*, encontrando-se totalmente revestido.

Podemos então inferir que, o estudo estratigráfico de um edifício desvenda informação objectiva importante que, para a correcta intervenção sobre o edificado, necessita de ser transmitida ao arquitecto responsável por esta. No entanto, considerando que estamos perante um método arqueológico será prudente questionar, onde termina o trabalho do arqueólogo e se inicia o trabalho do arquitecto?

Manacorda partilha e dá resposta à mesma dúvida que aqui nos surge alegando que o instrumento fundamental que um arqueólogo comunga com um arquitecto<sup>76</sup> será a sequência estratigráfica<sup>77</sup> completa do edifício. O arquitecto fica na posse da informação sobre a construção e transformações que aconteceram na estrutura arquitectónica na qual irá intervir. No seguimento do pensamento de Manacorda, a sequência estratigráfica será tão ou mais valiosa se se realizar em conjunto com a escavação do solo.

<sup>75</sup> Tradução livre da autora. No original: “(...) el documento puede falsear la realidad o puede que no entendamos exactamente a qué se refiere (...)”.

<sup>76</sup> Arquitecto-Restaurador, no original. Naturalmente, num estudo desta natureza, será a posição de arquitecto-restaurador a privilegiada para fazer uso desta informação.

<sup>77</sup> Ver capítulo 2.2.2 Ferramentas de Aplicação do Método.

Esta é uma informação de extrema importância, ainda para mais quando se insere - e a sua aplicação será sempre para aqui orientada - em edifícios históricos, grandes palimpsestos da arquitectura. Em conjunto com esta, a investigação histórica que precede a intervenção a realizar, permite retirar conclusões que servirão para a correcta abordagem arquitectónica ao edifício. O arqueólogo será "*(...) capaz de fornecer ao arquitecto algumas linhas de referência fundamentais, que consideramos essenciais tanto para o projecto de uma intervenção de restauro respeitando a estratificação histórica do artefacto arquitectónico, quanto para a preparação de um esquema de intervenção que possa coexistir com o destino de uso dos edifícios recuperados.*"<sup>78</sup> (MANACORDA, 1988, p.108)

Poderá haver momentos em que nos deparamos com a riqueza da diversidade periódica de determinado objecto arquitectónico e, toda a informação que é possível reunir será de extrema importância para saber quais os momentos importantes que necessitam de restauro ou até de destaque, e os momentos menos ricos e menos impactantes da história do edifício. Isto para não deixar de referir que aqui também será relevante, e muito, a importância da memória assim como da consciência popular. Existem momentos que pela sua importância histórica se destacam em relação a outros e que se encontram incorporados na imagem de "longa duração" de um edifício ou de um conjunto patrimonial definindo a sua aparência e ontologia.

Partilhando a ideia debatida por Manacorda, a metodologia estratigráfica servirá de guia no reconhecimento das modificações existentes, permitindo uma visão complexa do problema: "*Num difícil equilíbrio entre conhecimento, conservação e concepção - creio eu - o ponto de encontro mais frutífero entre arqueologia e arquitectura numa lógica de restauro de edifícios históricos de época medieval (...) será um restauro funcional da estrutura arquitectónica.*"<sup>79</sup> (MANACORDA, 1988, p.114).

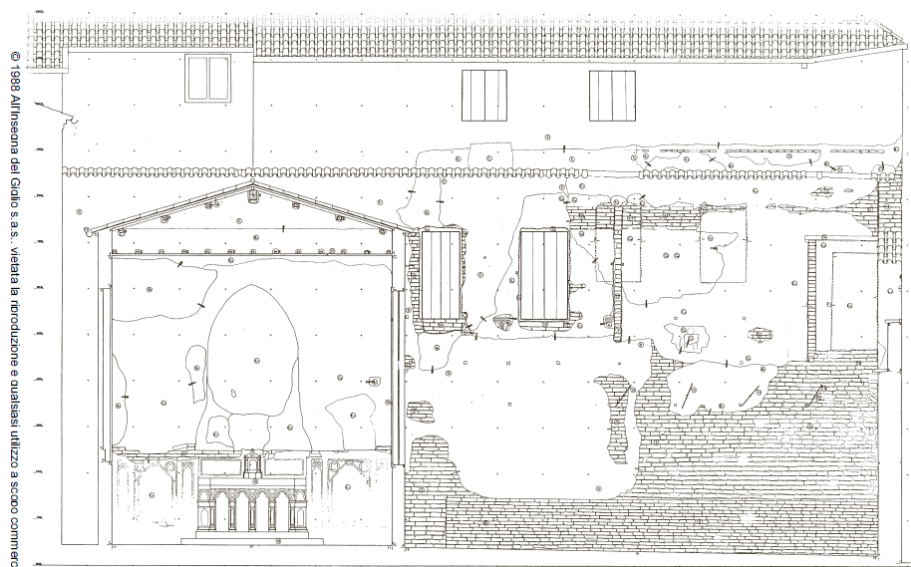
É este o objectivo final e mais importante que o método estratigráfico arqueológico traz para a disciplina da arquitectura, desenvolver o restauro de um edifício histórico que se finaliza e consagra numa recuperação funcional do edificado. Neste sentido, o trabalho conjunto do arqueólogo e do arquitecto é importante para a abordagem da intervenção, embora seja, no entanto e ainda, de pouco impacto em Portugal. Acompanhamos a opinião de Doglioni, segundo o qual "*(...) o restauro arquitectónico hoje tem a necessidade de abrir uma relação diferente com a arqueologia, que é menos marginal e mais central, sobretudo porque o papel que hoje é atribuído ao conhecimento material é muito maior mas diferente, mesmo sem idealizá-lo, da experiência de estudo de arqueólogos neste campo.*"<sup>80</sup> (DOGLIONI, 1988, p.233).

Não só com a Arqueologia, a própria relação que estes estudos têm com a História, permite informar a própria disciplina da Arquitectura em aspectos importantes como a evolução das técnicas construtivas assim como os materiais usados. Atente-se, aliás, no desenvolvimento que têm tido os estudos de história da construção, quer a construção tradicional ou vernacular, que contem elos evidentes com práticas pré-modernas, quer com a história da construção através

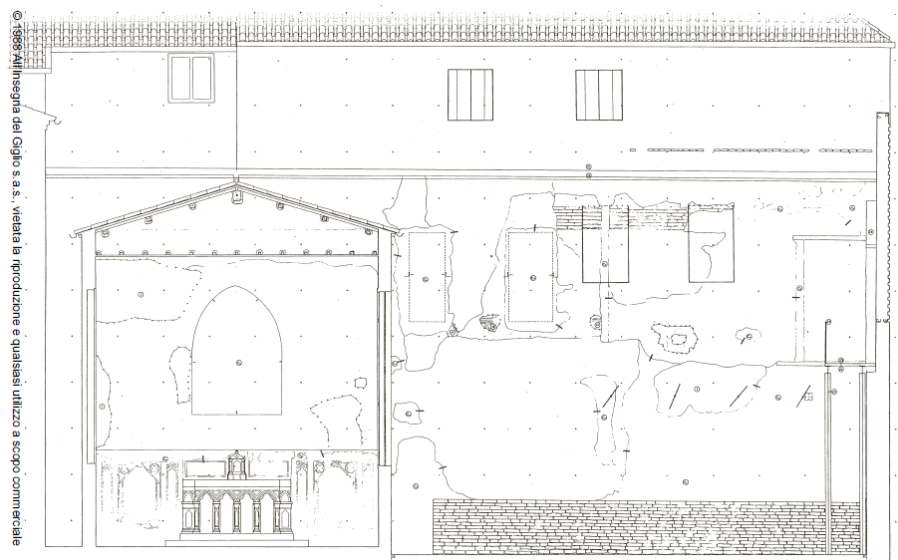
78 Tradução livre da autora. No original: "*(...) l'archeologo há potuto fornire all'architetto alcune linee di riferimento fondamentali, che riteniamo indispensabili sia per la progettazione di un intervento di restauro rispettoso della stratificazione storica del manufatto architettonico, sia per la predisposizione di uno schema di intervento che possa coesistere con la destinazione d'uso degli stabili recuperati.*"

79 Tradução livre da autora. No original: "*In un difficile equilibrio tra conoscenza, conservazione e progetto sta - io credo - il luogo di incontro più fruttuoso fra archeologia e architettura in un cantiere di restauro dell'edilizia storica di età medioevale e moderna che sai finalizzato - come in questo caso - ad un recupero funzionale degli stabili.*"

80 Tradução livre da autora. No original: "*(...) il restauro architettonico ha oggi la necessità di aprire un diverso rapporto con l'archeologia, meno marginale e più centrale, soprattutto perché diverso è il ruolo che oggi si attribuisce alla conoscenza materiale e ben maggiore, pur senza idealizzarla, l'esperienza di studio degli archeologi in questo campo.*"



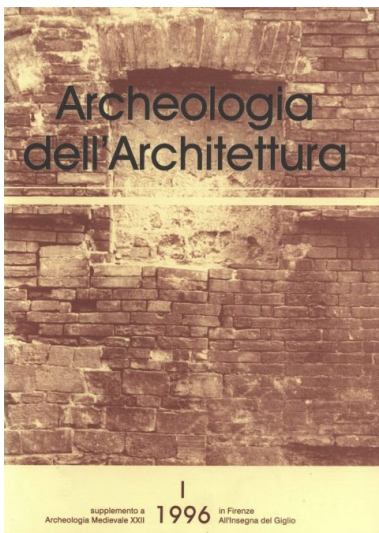
**Imagem 35:** Exemplo de levantamento através da análise estratigráfica. Alçado do Oratorio di S. Michele a Padova.



**Imagem 36:** Representação do projecto de restauro que se propõe, usando a lógica da leitura estratigráfica. Alçado do Oratorio di S. Michele a Padova.

dos tempos, (por aqui, cingindo-nos à Europa pré-moderna). É grande o alcance dos estudos das práticas construtivas romanas e, começa agora a ser de grande alcance já, os elementos de estudo das práticas da Idade Média, inclusivamente, no âmbito da concepção e planificação (no que existia de práticas a esse nível). Não caberá aqui fazer o elenco dos estudos neste domínio – que constariam aliás de uma bibliografia possante – mas não deixa de ser uma chamada de atenção para o emparelhamento prático com as metodologias de pré-restauro e restauro, ou seja, de estudo e preparação, e de intervenção.

Um aspecto importante é-nos lembrado por Brogiolo, “*Num edificio ‘pluristratificato’ é possível encontrar vestígios de diferentes funções ou transformações dentro da mesma funcionalidade; cada uma dessas fases deve ser adequadamente enquadrada historicamente. Os materiais e técnicas usados na construção de um edificio (projectados por arqueólogos e historiadores da arquitectura) também são expressões de uma organização social e económica que varia ao longo do tempo e do espaço.*”<sup>81</sup> (BROGIOLO, 1988, p.342).



**Imagem 37:** Capa da 1ª publicação da revista *Archeologia dell'Architettura*.

### 3.1.2 – Primeiros passos: o caso de Itália<sup>82</sup>

Metodologia jovem, “*esta disciplina nasce em Itália, nos anos 70, quando se intensificam os debates sobre metodologias de restauro em monumentos.*” (RAMALHO, 2008, p.29). Foi consolidada por Riccardo Francovich e Roberto Parenti aquando da realização do 1º Ciclo de Aulas sobre Pesquisa Aplicada em Arqueologia, em Siena, em 1987<sup>83</sup>. Muito ligado ao restauro, o método estratigráfico de análise pretende documentar o objecto arquitectónico no seu estado actual, documentar as alterações que o mesmo irá sofrer no processo de restauro ou reabilitação e ajudar nesse mesmo processo, fornecendo o conhecimento base para se intervir no edifício. É principalmente neste último ponto que reside a sua importância para a prática da arquitectura, sendo um “*(...) instrumento funcional ao conhecimento e que serve como um guia indispensável para um projeto crítico (...)*”<sup>84</sup>. (BROGIOLO, 2002, p.24).

No final dos anos 80 em Itália, realizam-se quatro conferências importantes para a sedimentação do conhecimento da Arqueologia da Arquitectura no país. Organizadas em Brescia, Milão, Trento e Génova, como nos esclarece Brogiolo, destas resultou a proposta de lançamento de um suplemento à Revista *Archeologia dell'Architettura* com o objectivo de reunir numa publicação as experiências que se iam desenvolvendo em vários centros de pesquisa. Esta publicação, iniciada em 1996, reuniu - e reúne ainda hoje - as perspectivas de várias disciplinas sobre a temática da análise estratigráfica.

Não com um objectivo puramente estratigráfico, Brogiolo defende, muito dentro da metodologia de Doglioni, que, contrariamente ao uso inicial - sendo usada somente para leitura de paramentos - a potencialidade que demonstrou para ser usada como guia ao projecto de restauro foi tremenda.<sup>85</sup> Curiosamente,

81 Tradução livre da autora. No original: “*In un edificio ‘pluristratificato’ si possono rinvenire le tracce di differenti funzionalità o di trasformazioni nell’ambito della medesima funzionalità ; ciascuna di queste fasi dovrebbe essere opportunamente inquadrata storicamente. I materiali e le tecniche impiegate nella costruzione di un edificio (studiate da archeologi e storici dell’architettura) sono altresì espressioni di un’organizzazione sociale ed economica che varia nel tempo e nello spazio.*”

82 Apesar de nos restringirmos a poucos autores-referência para o caso italiano, nomeadamente expondo melhor as bases teóricas de Brogiolo - as quais aqui fazemos referência - e as bases práticas de Doglioni, não queremos deixar de referir nomes como Tiziano Mannoni, Quirós Castillo, Riccardo Francovich e Roberto Parenti, caso seja da vontade do leitor aventurar-se mais a fundo nestas questões.

83 No original, “**1 Ciclo di Lezioni sulla Ricerca Applicata**” in *Archeologia*, Certosa di Pontignano, Siena, 28 Set. a 10 Out. de 1987.

84 Tradução livre da autora. No original: “*(...) strumento funzionale alla conoscenza e come guida indispensabile ad un progetto critico (...)*”

85 “*Più costruttiva mi pare la proposta di utilizzo (strumentale) dell’archeologia stratigrafica come guida al progetto di restauro (...)*” (BROGIOLO, 2002, p.20).

mais que usar a Arqueologia da Arquitectura como guia, Doglioni compreende a importância em documentar todas as alterações que se efectuam no edificado, escolhendo representar as suas intervenções usando o mesmo método.

Mais recentemente, no final do século XX, a investigação italiana começou a olhar para a análise estratigráfica como passível de uso no planeamento urbano, nomeadamente com a realização de conferências dedicadas ao tema<sup>86</sup>. No entanto, esta abordagem não foi inovadora, visto no início dos anos 80 já terem sido realizados estudos dentro desta área usando a metodologia estratigráfica. São exemplo disso os trabalhos realizados pela equipa da Universidade de Pádua nos centros urbanos de Erbanno e Gorzone (1979) e de Pescarzo (1984-85). No primeiro caso, partindo das leituras estratigráficas dos edifícios, o objectivo foi reconstruir a sequência de toda a área habitada. O caso de Pescarzo foi diferente, relacionando pela primeira vez o planeamento urbano com a análise estratigráfica, o resultado deste trabalho originou um plano de recuperação para o local. (BROGILO, 2007, p.27).

Com a entrada no novo milénio, os debates que se desenvolviam em Itália já não se focavam no sistema da análise estratigráfica por si só, mas divergiam nos temas mais específicos, como nos explica Brogiolo: por um lado a escola de Milão, onde se insere Doglioni, debate o uso dos dados estratigráficos no projecto de restauro, defendendo o restauro 'estratigráfico' como metodologia a seguir, por outro discute-se o estudo de técnicas de construção em relação à evolução do conhecimento técnico na escola de Siena - Giovanna Bianchi - e os aspectos arqueométricos.

É de notar que estes debates atravessam várias disciplinas de estudo e aplicação, havendo ainda uma controversa relação com historiadores de arte, ausentes dos debates entre arqueólogos e arquitectos.

Resta-nos referir a implementação das novas tecnologias como meio de incremento científico dos estudos realizados, permitindo ao conhecimento ser amplamente difundido, graças ao Sistema de Informação Monumental<sup>87</sup> Italiano.

Inicialmente surgindo como ferramenta para a leitura de paramentos, esta foi evoluindo até se tornar, hoje em dia, como uma ferramenta indispensável à análise de edifícios históricos ou monumentais que serão alvo de obras de restauro. Será a partir deste cruzamento interdisciplinar de conhecimento que nos aparece a Arqueologia da Arquitectura como ferramenta de análise de base arqueológica, com origem em Itália, para aplicações em projectos de arquitectura.

### 3.1.3 - Consolidação: o caso de Espanha

Baseando-se em Itália, rapidamente esta metodologia foi contaminando outros especialistas, pelo seu interesse para a área do estudo arqueológico, histórico-artístico e das práticas de restauro, como é o caso de Espanha. O caso espanhol apresenta-se-nos hoje com uma rica pluralidade, podendo contabilizar-se três escolas com metodologias diferentes e implantadas em regiões diferentes, como nos é apresentado por Luis Caballero Zoreda e Margarida Mier<sup>88</sup>. Por um lado temos a escola Catalã, em Barcelona - representada por Antoni Gonzalez Moreno-Navarro - a escola madrilense - representada por Luis Caballero Zoreda - e a escola do País Basco - representada por Agustín Azkarate.

No caso de Barcelona, contou-se, em finais dos anos 70, com a consolidação do primeiro centro de investigação ligado à análise estratigráfica - *Servei*

<sup>86</sup> Realizadas em Trento (2000), em Milão (2001) e em Siena (2002).

<sup>87</sup> Muito similar aos sistemas SIG implementados em Portugal, que gerem informações com base numa localização geográfica, mas neste caso incidindo sobre a gestão de informação referente ao património monumental italiano.

<sup>88</sup> (ZOREDA e MIER, 1997, pp.147-158).

*de Catalogació i Conservació de Monuments (Servei - SCCM)* – que parte das problemáticas do objecto arquitectónico como ponto de partida para fundamentar uma resposta concreta para cada caso. O método é uma ferramenta que permite fundamentar uma intervenção - “(...) o estudo da história, a análise estratigráfica, não se consideram como um fim em si mesmo, mas sim como o ponto de partida para tentar recuperar a volumetria das diferentes etapas do edifício e, a partir deste conhecimento, propor um projecto de restauro onde se recupere uma dessas volumetrias.”<sup>89</sup> (ZOREDA e MIER, 1997, p.148).

O SCCM, criado em 1914 e, começando a actuar em 1915, “Era o primeiro organismo de uma administração pública espanhola dedicado à salvaguarda, conservação e restauro do património monumental.”<sup>90</sup> (NAVARRO-MORENO, 2006, p.20). Tendo alterado o seu nome nos anos 80 para *Servicio de Patrimonio Arquitectónico Local (SPAL)*, é gerido por Antoni González desde 1981.

A metodologia inerente ao mesmo segue o método SCCM - homónimo do nome original do gabinete técnico - ou método do “restauro objectivo” - i.e. a intervenção a realizar tem sempre por base as necessidades objectivas do edificado, assim como o respeito pelo ambiente humano em que se insere, não seguindo “cegamente” nenhuma teoria de restauro em particular, ou ideologia do técnico restaurador responsável.

Existem três princípios básicos que formam o núcleo desta metodologia, segundo Antoni Gonzalez, sendo estes o Monumento - preza-se a compreensão e valorização das dimensões essenciais do objecto -, o Restauro - disciplina científica que tem por objectivo garantir a usufruição dos benefícios do restauro pela comunidade - e os Intervenientes - que passa pela Administração Pública e pelo papel activo da comunidade.

O método SCCM divide-se em quatro etapas, sendo estas devidamente discriminadas no esquema da página seguinte. Não querendo fornecer uma explicação exaustiva das mesmas, que por si só já se encontram devidamente resumidas, cabe-nos enquadrar estas quatro etapas principais que contêm em si diversas fases<sup>91</sup>. Fá-lo-emos por se tratar de um processo que se pode considerar exemplar (embora não seja o único com proveitosos resultados), mas também porque revela um desenvolvimento metodológico muito apurado e com efeitos e consequências, também e curiosamente, ao nível estético e formal.

A primeira etapa é a de *Conhecimento*. Transversal a várias áreas que lidam com objectos de estudo materiais, esta etapa vai incluir toda a pesquisa histórica, material e sociológica sobre o monumento a intervir. Antoni González alerta-nos para o excesso de pesquisa, igualmente prejudicial, “*No se deve intervir nunca a partir da ignorância, mas também não é sempre necessário o conhecimento exaustivo para poder intervir.*”<sup>92</sup> (MORENO-NAVARRO, 1999, p.39)

A segunda etapa é a de *Reflexão*. Nesta, será importante fazer uma avaliação do objecto e planear a intervenção sobre o mesmo, de acordo com as conclusões retiradas.

A *Intervenção*, terceira etapa da metodologia, já pressupõe a existência de um projecto de arquitectura (e/ou restauro) e a execução do mesmo por parte de uma equipa qualificada. Também nesta, é importante proceder à documentação

89 Tradução livre da autora. No original: “(...) el estudio de su historia, el análisis de la estratigrafía muraria, no se considera un fin en si mismo, sino que se ve como el punto de partida para lograr recuperar la volumetría de las distintas etapas del edificio y, a partir de este conocimiento, proponer un proyecto de restauración en el que se recupere una de esas volumetrías.”

90 Tradução livre da autora. No original: “Era el primer organismo de una administración pública española dedicado a la salvaguarda, conservación y restauración del patrimonio monumental.”

91 Nomenclatura usada por González que aqui respeitamos.

92 Tradução livre da autora. No original: “No se debe actuar nunca desde la ignorancia, pero tampoco es siempre necesario el conocimiento exhaustivo para poder actuar.”

## LA RESTAURACIÓN OBJETIVA (Método SCCM de restauración monumental)

### ETAPA I. CONOCIMIENTO

#### FASE 1. PREDIAGNÓSTICO

- 11 Dictamen inicial

#### FASE 2. DIAGNÓSTICO

##### 2a Análisis histórico

- 2a1 Estudio de fuentes documentales referidas al monumento
- 2a2 Estudio del monumento como fuente documental
- 2a3 Estudio histórico-constructivo
- 2a4 Estudio histórico-artístico
- 2a5 Estudio de síntesis del análisis histórico

##### 2b Análisis material

- 2b1 Estudio geométrico-formal
- 2b2 Estudio físico-constructivo

##### 2c Análisis sociológico

- 2c1 Análisis del entorno social
- 2c2 Análisis jurídico-administrativo

### ETAPA II. REFLEXIÓN

#### FASE 3. EVALUACIÓN DEL OBJETO

- 31 Evaluación del interés y el estado del monumento
- 32 Evaluación de las propuestas y los recursos

#### FASE 4. PROGRAMACIÓN DE LA ACTUACIÓN

- 41 Definición y programación de la actuación
- 42 Proyecto de uso (PU)
- 43 Estudio previo de proyecto (EPP)

### ETAPA III. INTERVENCIÓN

#### FASE 5. PROYECTO

- 51 Estudios previos, generales y técnicos
- 52 Anteproyecto de restauración
- 53 Proyecto de restauración
- 54 Estudios específicos complementarios
- 55 Trabajos de soporte al proyecto
- 56 Proyecto modificado

#### FASE 6. EJECUCIÓN

- 61 Adjudicación y contratación de la obra
- 62 Acondicionamiento del monumento
- 63 Trabajos de carácter constructivo
- 64 Trabajos complementarios
- 65 Restauración de bienes muebles y artes aplicadas

#### FASE 7. SEGUIMIENTO

- 71 Dirección de los trabajos
- 72 Documentación de los trabajos
- 73 Estudios y trabajos finales

#### FASE 8. PARTICIPACIÓN

- 81 La concurrencia de la colectividad
- 82 El seguimiento de los trabajos. La visita didáctica
- 83 La apropiación colectiva de los resultados

### ETAPA IV. CONSERVACIÓN PREVENTIVA

#### FASE 9. CUSTODIA Y DIVULGACIÓN

- 91 La custodia del monumento
- 92 La custodia de la documentación
- 93 La divulgación

#### FASE 10. VERIFICACIÓN Y PREVENCIÓN

- 101 Estudios de verificación
- 102 El estudio After Ten
- 103 Los estudios de prevención

#### FASE 11. MANTENIMIENTO

- 11 Trabajos de mantenimiento

**Imagem 38:** Descriminação das várias etapas do método SCCM do Restauro Objectivo, por Antoni González.

dos trabalhos a realizar ou já realizados e estimular a participação activa da comunidade.

Por fim, temos a etapa da *Conservação Preventiva*: "A conservação não é uma actividade contraditória ou alternativa ao restauro, mas sim, como vimos, toma parte do mesmo."<sup>93</sup> (MORENO-NAVARRO, 1999, p. 102) Será com esta que se pretende garantir o controlo e manutenção do monumento, evitando que este necessite de passar novamente por um restauro profundo.

Paralelamente a estes desenvolvimentos na Catalunha, em Madrid, será no final dos anos 80 que se forma no *Consejo Superior de Investigaciones Científicas (CSIC)* uma equipa coordenada por Luís Caballero Zoreda que, reunindo arqueólogos, historiadores e arquitectos partilha das preocupações que a tese de doutoramento de Zoreda tinha despoletado.

Enquanto realizava este trabalho, o arqueólogo "(...) tomou consciência da necessidade de valorizar as ruínas arquitectónicas que se conservavam de pé da mesma forma que os vestígios apareciam na escavação, compreendendo que estava a escavar estruturas desaparecidas contemporâneas à igreja que se mantinha coesa no seu contexto."<sup>94</sup> (ZOREDA e MIER, 1997)

Na base da metodologia usada por esta equipa do CSIC encontram-se quatro pressupostos metodológicos: 1) aplicação de um projecto de investigação de carácter científico destinado prioritariamente à arquitectura alto-medieval; 2) obtenção de conhecimento profundo sobre o caso de estudo; 3) a produção de um exaustivo levantamento do edificado e; 4) a projecção social das investigações.

Sobre o primeiro momento, a ideia que prevalece é a da abrangência do estudo de um edifício histórico - alcançando a sua totalidade nas diversas etapas temporais - estudando quer as cotas positivas (leitura de paramentos), quer as cotas negativas (através de escavações arqueológicas) e permitindo assim acumular um conhecimento completo da complexidade construtiva. Este será o segundo pressuposto enumerado acima, ou seja, a importância em extrair um conhecimento profundo sobre o objecto de estudo utilizando, como mediador, o método estratigráfico.

A documentação ou levantamento do edificado também é importante, pois será sobre esta vertente que as análises serão realizadas e os resultados apresentados. Se no começo estes levantamentos eram feitos exclusivamente à mão, hoje em dia existem inúmeras ferramentas que nos auxiliam nesta matéria.<sup>95</sup>

Por fim, a projecção social das investigações tende a ser um objectivo quando se analisa o edificado. Acontece assim que se promove o contexto identitário e, mais importante ainda, comunitário, informando não apenas os especialistas mas também o público em geral num contexto de restauro ou reabilitação do edifício, sendo a sua metodologia importante para dar a conhecer o edificado e trabalhos desenvolvidos à comunidade em que se insere, despoletando o interesse colectivo e responsável pelo seu Património Construído<sup>96</sup>

Finalizando, no País Basco, o Departamento de *Arqueología de la Universidad de Vitoria*, liderado por Agustín Azkarate, em estreita ligação com o CSIS tem

93 Tradução livre da autora. No original: "La conservación no es una actividad antinómica o alternativa a la restauración, sino que, como vimos, forma parte de ella."

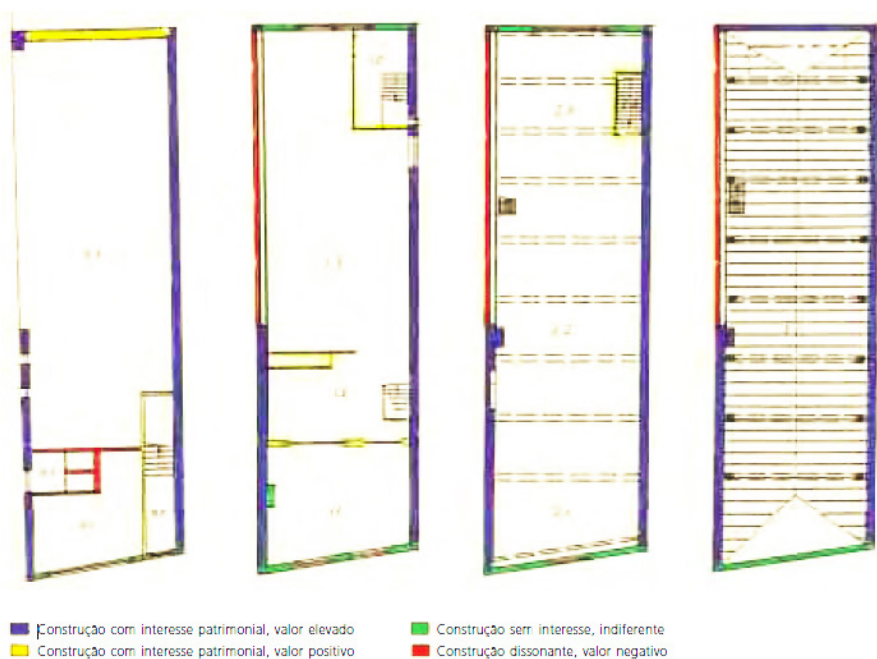
94 Tradução livre da autora. No original: "(...) se concienció de la necesidad de valorar el resto arquitectónico que se conservaba en pie en la misma medida que los restos aparecidos en la excavación, al comprender que estaba excavando estructuras desaparecidas que eran contemporáneas a la iglesia que permanecía entera y en su contexto."

95 Sobre isto ver capítulo 2.2.1 - **Métodos de Levantamento**.

96 No seguimento deste pensamento, Zoreda e Mier apresentam outro pressuposto que não podemos deixar de referir como essencial - a formação de arqueólogos e arquitectos na análise estratigráfica. Passados mais de 20 anos sobre a publicação deste artigo, ainda se sente uma grande dificuldade em obter formação nesta área.

	<b>RASTREIO</b> <i>(Bouwhistorische Verkenning)</i>	<b>LEVANTAMENTO</b> <i>(Bouwhistorische Opname)</i>	<b>DIAGNÓSTICO</b> <i>(Bouwhistorische Ontleding)</i>
<b>APROFUNDAMENTO</b>	Superficial	Médio	Profundo
<b>TEMPO NO LOCAL (DEPENDE DA ÁREA)</b>	1h-2h   4h-8h	1 dia   5-10 dias	Meses
<b>MÉTODO IN SITU</b>	Observação	Fotografias Documentação de vestígios de construção Medição	Pode ter métodos de análise destrutivos Medição e representação 1:20 Remoção de camadas superficiais Investigação de marcas de canteiros (alvenaria, ferragens, carpintarias)
<b>PESQUISA ARQUIVO</b>	Não	Sim	Sim
<b>LABORATÓRIO</b>	Não	Não	Estudos cromológicos Estudos dendrocronológicos
<b>PROPÓSITO</b>	Reconhecimento de épocas de construção	Descrição alargada com faseamento da construção e apresentação do levantamento fotográfico exaustivo	Compilação de uma análise completa e exaustiva sobre o edificado.
<b>DOCUMENTO FINAL</b>	Pequeno Relatório 2-5 pág.	Relatório	Monografia

**Quadro 1:** Compilação dos métodos de análise usados nos Países Baixos.



**Imagem 39:** Plantas de Valor Patrimonial. Levantamento realizado por Leo Wevers na Buitennieuwstraat 17, em Kampen.

trabalhado sobretudo na província Álava, contribuindo para o conhecimento de diversos edifícios históricos da região, com um potencial de amplificação para outras circunscrições geográficas.<sup>97</sup>

### 3.1.4 - Uma nova abordagem: o caso dos Países Baixos

Até aqui temos apresentado o desenvolvimento desta metodologia em contextos de aplicação sobre o restauro arquitectónico de edifícios históricos ou sobre o levantamento de património arquitectónico. De qualquer das formas, o objecto de aplicação em ambos os casos é um único edifício, quer na realidade italiana<sup>98</sup> quer na realidade espanhola. Será interessante explorar uma outra realidade geográfica um pouco menos aprofundada em termos de aplicação, mas igualmente importante, como é o caso dos Países Baixos.

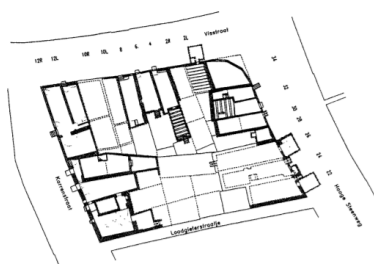
Quando nos deparamos com o desenvolvimento desta metodologia nos Países Baixos, olhamos para um método que se veio a desenvolver deste o último quartel do séc. XX, tendo tido uma grande adesão nos anos 80 com alcances e objectivos em alguns casos distintos dos exemplos anteriores. Isto resulta hoje numa metodologia muito ordenada, enraizada na realidade urbana deste país, havendo um respeito pelo construído que não se perdeu ao longo destes anos. Leo Wevers, especialista prático desta metodologia, demonstra isso de uma forma muito clara referindo que “(...) continua a ser necessário o estudo da história da construção para a fundamentação dos projectos e para a documentação dos elementos que (...) devem ser substituídos.” (WEVERS, 2002, p.133).

A realidade política de salvaguarda dos monumentos, desde final dos anos 80, encontra-se descentralizada da tutela do Estado, sendo que as intervenções sobre estes dependem dos municípios. O método de abordagem para a entidade estatal responsável pela conservação dos monumentos - Instituto Nacional para a Conservação dos Monumentos<sup>99</sup> - passou a ser de consultoria, em colaboração com as autarquias. Passou-se de uma realidade muito burocrática, em que estavam reunidos num único órgão o dever de analisar, levantar e inventariar o Património e, ainda, emitir os pareceres necessários, para uma lógica mais abrangente em que estes trabalhos são realizados pelos municípios – através dos seus técnicos ou com a contratação de gabinetes privados - sendo agora o papel desta entidade o aconselhamento e acompanhamento destes trabalhos.

Este novo método originou quatro formas de abordagem com diferentes níveis de aprofundamento, que são aplicados nos vários objectos de estudo – o rastreio, o levantamento, o diagnóstico e o inventário. No quadro da página anterior, encontram-se comparados os três primeiros níveis referidos acima.

Numa rápida observação, percebe-se que o que distingue estes é maioritariamente o aprofundamento do estudo e o tempo disponível para o realizar. Apesar de não referido, o diagnóstico pode ser um trabalho de anos, tendo em conta a dificuldade e especificidade das análises e levantamentos a realizar.

O inventário foi propositadamente omitido porque o seu foco não é o edifício, como os anteriores, mas sim o conjunto urbano. Esta abordagem caracteriza-se por um conjunto de rastreios feitos a todos os edifícios de uma realidade urbana. Isto inclui a visita ao interior de todos estes. O resultado do inventário será uma planta com indicação dos edifícios que possuem elementos de importância



**Imagem 40:** Planta das caves medievais de um bloco de construção em Visstraat-Karrenstraat-Hooge Steenweg-Loodgietersstraatje.

<sup>97</sup> Nomeadamente o estudo da Catedral de Santa Maria de Vitória-Gasteiz, que será apresentado mais à frente.

<sup>98</sup> Apesar de haver tentativas urbanas, como explanado no capítulo 2.1.2 - Primeiros passos: o caso de Itália.

<sup>99</sup> No original *Rijksdienst voor de Monumentenzorg*.

histórica<sup>100</sup>.

É neste ponto que a abordagem à Arqueologia da Arquitectura feita nos Países Baixos se torna assaz interessante. A forma de abordagem atravessa um conjunto de escalas impressionante, incidindo em certos casos, numa escala muito mais pequena do que nos restantes países - mas também, desenvolvendo-se numa lógica urbana e, agora, à escala da "cidade".

É importante referir que este aspecto já tinha sido abordado por uma das principais figuras da Arqueologia da Arquitectura em Itália, Gian Pietro Brogiolo. Este autor, no seu artigo de 1988 já nos lança as pistas para a potencialidade de aplicações desta metodologia: *"A amostragem é uma escolha necessária se quisermos ampliar o campo de aplicação da análise estratigráfica de elevações para as necessidades cognitivas de planeamento urbano e restauro arquitectónico. Na verdade, a documentação detalhada de todo um centro histórico exigiria mais recursos do que geralmente está disponível para um plano detalhado ou para planos de recuperação individuais. Também seria difícil justificar intervenções dispendiosas para edifícios de pouco interesse histórico ou sem complexidade estratigráfica, prevalente em muitos centros em comparação com edifícios monumentais."*<sup>101</sup> (BROGIOLO, 1988, p.339).

Este estudo poderá não ser aplicável em centros urbanos, cuja desvantagem operativa é a existência de muitos edifícios de escasso ou nenhum interesse histórico. No entanto, pensando em centros históricos, esta metodologia poderá trazer muitas vantagens para o estudo, compreensão e futuro de núcleos importantes. Ferramenta para o planeamento urbano, permite ainda a gestão dos edifícios históricos não protegidos já que - *"(...) diversos edifícios acabaram por ser integrados na lista de monumentos, que na qualidade de monumentos municipais, quer na qualidade de monumentos nacionais."* (WEVERS, 2002, p.143).

Apesar das inúmeras mais-valias, a aplicação a nível urbano destes estudos é onerosa assim como de extrema complexidade. Não havendo oportunidade para os realizar, cabe aos restantes estudos, aplicados sobre objectos arquitectónicos individuais, trazer informação relevante sobre o território em que se inserem, pois *"(...) as informações detalhadas sobre a estratificação dos edifícios individuais, documentadas em arquivos e mapeadas, poderão servir como base para necessidades específicas de planeamento (...)"*<sup>102</sup> (BROGIOLO, 1988, pp.339-341).

Por fim, será de referir o Relatório de Impacto Histórico-Cultural<sup>103</sup>, uma abordagem distinta do estudo da Arqueologia da Arquitectura, que se destina somente à avaliação de um projecto e que estuda e prevê o prejuízo histórico-cultural que irá resultar da remodelação ou reconstrução proposta. Este aplica-se, no geral, à avaliação de propostas de promotores imobiliários por parte dos municípios, garantindo uma intervenção controlada.

---

100 Um processo de diagnóstico que se aplicou também em Portugal em cartas de caracterização de conjunto edificados ou em cartas de risco, desenvolvidas a partir dos anos 90 sobretudo pela extinta DGEMN (com a sua integração na DGPC) e por alguns gabinetes contratados pelas autarquias.

101 Tradução livre da autora. No original: *"La campionatura è una scelta necessaria se si vuole allargare il campo di applicazione dell'analisi stratigrafica degli alzati alle esigenze conoscitive della pianificazione urbanistica e del restauro architettonico. Una documentazione di dettaglio di un intero centro storico richiederebbe infatti più risorse di quante siano complessivamente disponibili per un piano particolareggiato o per singoli piani di recupero. Risulterebbe altresì difficile giustificare interventi costosi per edifici di scarso interesse storico o privi di complessità stratigrafica, in molti centri prevalenti rispetto agli edifici monumentali."*

102 Tradução livre da autora. No original: *"(...) le informazioni dettagliate sulla stratificazione dei singoli edifici, documentate in schede e cartografate, sono servite come base per specifiche prescrizioni di piano (...)"*.

103 No original *Cultuur-Historische Effectrapportage*.

### 3.1.5 – Uma nova realidade no contexto nacional: o caso de Portugal

Os estudos pioneiros que entre nós aplicaram a Arqueologia da Arquitectura - pese embora ainda uma evidente necessidade de afinação -, devem-se a Manuel Luís Real nos trabalhos inaugurais *O românico condal em S. Pedro de Rates e as transformações beneditinas do séc. XII* (Póvoa do Varzim, 1982)<sup>104</sup> e, com Pedro Sá, *O mosteiro de Roriz na arte românica do Douro Litoral*, (sep. de "Actas do Colóquio de História Local e Regional" Santo Tirso, s.e., 1982). Nestes trabalhos apresentam pela primeira vez um estudo dos paramentos em ambos os edifícios, com especial atenção para o testemunho de Roriz, incluindo a leitura de siglas e, aqui mesmo, o estabelecimento da estratigrafia vertical<sup>105</sup>. Será, de resto, Manuel Real quem virá a induzir o IPPAR, a partir de 1995, a entrar em contacto com Luis Caballero Zoreda, o que terá efeito nos passos subseqüentes da metodologia (testemunho verbal de Paulo Pereira).

Assim, e após as primeiras experiências, em Portugal, a adopção da Arqueologia da Arquitectura foi-se estabelecendo ao longo dos anos 90, com várias intervenções no edificado, inicialmente numa perspectiva ainda predominantemente arqueológica, promovida na sua maioria pela Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho (UAUM), tendo o arqueólogo Luís Fontes, como seu representante.

Oficialmente, foi aquando da colaboração do IPPAR com o CSIC - com a presença de Caballero Zoreda -, em São Gião da Nazaré, que foi implementado "*pela primeira vez em Portugal, um completo estudo de Arqueologia da Arquitectura.*" (MACHADO, 2005, p.12). Criou-se então um estaleiro "de formação" com resultados na sua expansão para o Minho.

Neste seguimento, já foram referidas as duas entidades que começaram, em contexto nacional, a implementar o conhecimento, o estudo e a aplicação da metodologia estratigráfica - a UAUM e o IPPAR - , influenciando depois uma geração de novas equipas que agora vão implementando estudos do âmbito da Arqueologia da Arquitectura.

Apesar disto, ainda persistem preocupações partilhadas entre vários especialistas da área em Portugal que ainda hoje se mantêm actuais. Como nos elucida o arqueólogo Luís Fontes "*(...) não existem ainda condições legislativas e de reconhecimento da disciplina, a par da ausência de equipas capazes de dar resposta em tempo útil, que permitam avançar para a realização de trabalhos sobre edifícios não classificados, erradamente considerados como "arquitectura menor", o que se traduz em graves perdas para o conhecimento da arquitectura antiga e para o estudo das expressões arquitectónicas do urbanismo.*" (FONTES, 2005, p.8).

104 REAL, Manuel Luís, *O românico condal em S. Pedro de Rates e as transformações beneditinas do séc.XII*. Separata do Boletim Cultural: Póvoa de Varzim, vol.XXI, nº1, 1982.

105 Para mais informações, consultar os Anexos.

### 3.2 A Metodologia

Para Caballero Zoreda, *"A Arquitectura Histórica é um resto material da Cultura (...), como tal, está caracterizada como um objecto estratificado, composto por partes adicionadas ou perdidas ao longo do tempo, e tipológico, cada uma das quais ajusta-se às características formais próprias do seu momento."*<sup>106</sup> (Zoreda, 2006, p.33). Mais acrescenta: *"As primeiras observações sobre o que hoje conhecemos como Arqueologia da Arquitectura são feitas por Harris na sua apresentação do método em 1979 (...)"*<sup>107</sup> (ZOREDA, idem).

Zoreda inicia desta forma a sua introdução ao método estratigráfico num artigo escrito para a revista portuguesa Património Estudos. De certa forma, a importância que ele coloca nesta apresentação por parte de Harris não é descabida. Na realidade, o método que Harris nos apresenta no seu livro homónimo<sup>108</sup> faz hoje parte da metodologia de aplicação da Arqueologia da Arquitectura em qualquer lugar.

Reforçando esta ideia, e em contexto nacional, Maria Ramalho demonstra igualmente a importância que Edward Harris teve para esta metodologia, afirmando que *"O desenvolvimento da Arqueologia da Arquitectura está (...) intrinsecamente ligado à difusão da metodologia arqueológica criada por E. C. Harris, na sequência da sua experiência nos grandes estaleiros de arqueologia de Londres."* (RAMALHO, 2002, p.20).

No contexto da procura de formas de apresentação dos resultados das intervenções arqueológicas<sup>109</sup>, as primeiras formas de aplicação do diagrama de Harris destinavam-se às relações estratigráficas em âmbito de escavação.

Será relevante desenvolver este tema, visto ser uma componente importante de qualquer projecto sobre edifícios históricos. Apesar de valiosa, será sempre um método destrutivo de estratos horizontais. Uma escavação seja no subsolo, seja nas paredes, é um acto de *desmonte de realidades*. Por isso diz-se que é destrutivo: mas o que se ganha através do conhecimento é quase sempre muito mais importante. Quando se desmontam estratos evidenciam-se estruturas as quais, dando-se o caso de serem importantes, não devem ser destruídas. O conhecimento de um edifício histórico através da arqueologia é tão importante ao nível da análise do edificado como do subsolo. Eis algo que depende de cada caso, sendo certo porém, que ficará sempre muito por explicar quando este tipo de estudos não são levados a cabo por distintas limitações.

Resumindo, para se ter um bom conhecimento deve, em bom rigor, levar-se a cabo os dois tipos de intervenção. Importa reter a ideia que as equipas de arqueologia que estão habitualmente no terreno são mobilizadas precisamente para evitar que se perca informação devido aos impactos das infraestruturas colocadas no subsolo. Ou seja, a escavação é muito mais usada que o estudo do edificado. É raro poder fazer uma intervenção, mesmo de conservação e restauro, sem que não haja qualquer interferência no solo. Logo a necessidade da presença de arqueólogos tratando-se de áreas sensíveis.

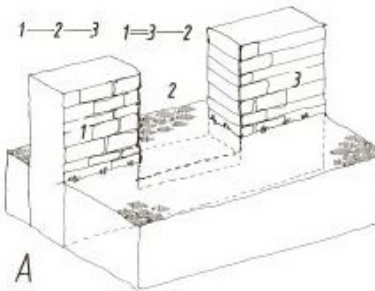
Quer isto dizer que a escavação arqueológica - que é apenas e tão só, uma parte dos trabalhos arqueológicos, pois a ela se segue o registo em planta e o estudo de unidades estratigráficas para desvendar a cronologia do edificado, e ainda o estudo dos materiais recolhidos, a seriação e classificação e restauro das peças resgatadas! - constitui uma dimensão terceira - e se quisermos, mesmo, sem risco

<sup>106</sup> Tradução livre da autora. No original: *"La Arquitectura Histórica es un resto material de la Cultura (...), como tal, está caracterizada como objeto estratificado, compuesto por partes añadidas o perdidas a lo largo del tiempo, y tipologizado, cada una de las cuales se ajusta a las características formales propias de su momento"*.

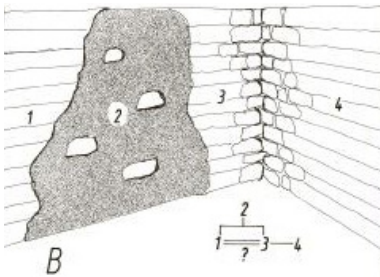
<sup>107</sup> Tradução livre da autora. No original: *"Las primeras reflexiones sobre lo que hoy conocemos como Arqueología de la Arquitectura las hace el mismo Harris en su presentación del método en 1979 (...)"*.

<sup>108</sup> HARRIS, Edward C. – **Principios de Estratigrafía Arqueológica**. 2ª ed. Barcelona: Editorial Crítica, 1991, 230p. Trad. De: Principles of Archaeological Stratigraphy. ISBN 84-7423-514-6.

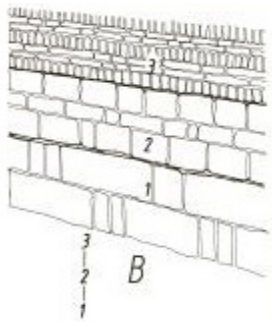
<sup>109</sup> Nunca esquecendo que, apesar de tudo, este é um método arqueológico.



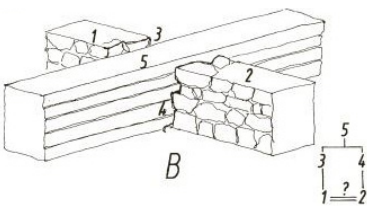
**Imagem 41:** Exemplo de relação de contemporaneidade. Neste tipo de relação os estratos podem ser iguais entre si (USM 1 e USM 3). Segundo Parenti.



**Imagem 42:** Outro tipo relação de contemporaneidade. Aqui, os estratos ligam-se entre si, partilhando a mesma cronologia (Imagem 5, caso da USM 1 e USM 3). Idem.



**Imagem 43:** Exemplo de relação de anterioridade. Nesta relação os estratos podem ser apoiados por (caso da USM 1 que é apoiada pela USM 2), cobertos por ou cortados por outro estrato. Idem.



**Imagem 44:** Exemplo de relação de posterioridade. Nesta relação os estratos apoiam-se em, cobrem ou cortam outro estrato (caso da USM 5 que corta o conjunto USM 1-2). Idem.

de exagerar - uma quarta dimensão, que acrescenta informação preciosa à etapa do estudo dos paramentos, sendo parte integrante, aconselhavelmente, de todo e qualquer estudo de análise de "Arqueologia da Arquitectura". Não por acaso, têm sido os arqueólogos, dentro das ciências do património, a especializarem-se no estudo de "arqueologia vertical", que vêm não como complemento, mas antes sim como parte integrante, hoje em dia, dos trabalhos arqueológicos.

Assim, as intervenções arqueológicas desenvolvem-se com vista a analisar uma certa estratigrafia única do objecto de estudo. Por outras palavras, a estratigrafia é o que permite esmiuçar a criação e evolução de certo local arqueológico, procedendo à identificação de depósitos - estratos positivos - e escavações - estratos negativos - que nos mapeiam as diversas alterações que o local sofreu ao longo do tempo.

A análise estratigráfica, inicialmente uma área da Geologia foi sendo utilizada pela Arqueologia que, no caso da Arqueologia da Arquitectura, a grande base desta análise é a leitura *in loco* dos paramentos que, segundo Parenti, poderá ser de duas naturezas. Por um lado, poderemos registar no local o paramento sobre o qual iremos trabalhar (levantamento manual) e sobre este proceder à nossa análise. Por outro, estas duas etapas poderão ser separadas - o levantamento do edificado pode já ter sido realizado<sup>110</sup> e, usando uma base gráfica bidimensional já feita, poderemos anotar as nossas observações.

Qualquer das duas metodologias é igualmente válida, resultando numa "(...) mistura de representação objetiva e seleção subjetiva / interpretação da realidade."<sup>111</sup> (Cit. Por PARENTI, 1988, p.249).

O objectivo da análise estratigráfica é identificar as várias acções construtivas, destrutivas e reconstrutivas que o edifício possui. Isto é, identificar todos os elementos que cronologica e visualmente se apresentam como correspondentes a diferentes épocas, e permitam (des)escrever o percurso construtivo sofrido pelo edifício.

Além da identificação das várias acções ou estratos que compõem o paramento, também é essencial registar as relações físicas que estes mantêm entre si. Estas poderão ser de três tipos - contemporaneidade, anterioridade e posterioridade - segundo Parenti ou - em fase, negativa e positiva - segundo Medri<sup>112</sup>. Esta leitura resulta numa decomposição do objecto de estudo em várias unidades estratigráficas que documentam a evolução do edificado ao longo do tempo.

No seguimento disto, deparamo-nos com várias escalas de intervenção sobre o objecto arquitectónico, escalas estas explicadas igualmente por Parenti, podendo as mesmas ser aplicáveis sobre o exterior - complexo arquitectónico (CA), unidade identificável distinta com características arquitectónicas particulares (CF) e fachada externa geral (PG) - ou sobre o interior - fachada interna particular (PP), unidade funcional (UF), estrutura horizontal/elementos horizontais (SO) e elemento arquitectónico estrutural/unidade estratigráfica murária (USM)<sup>113</sup>.

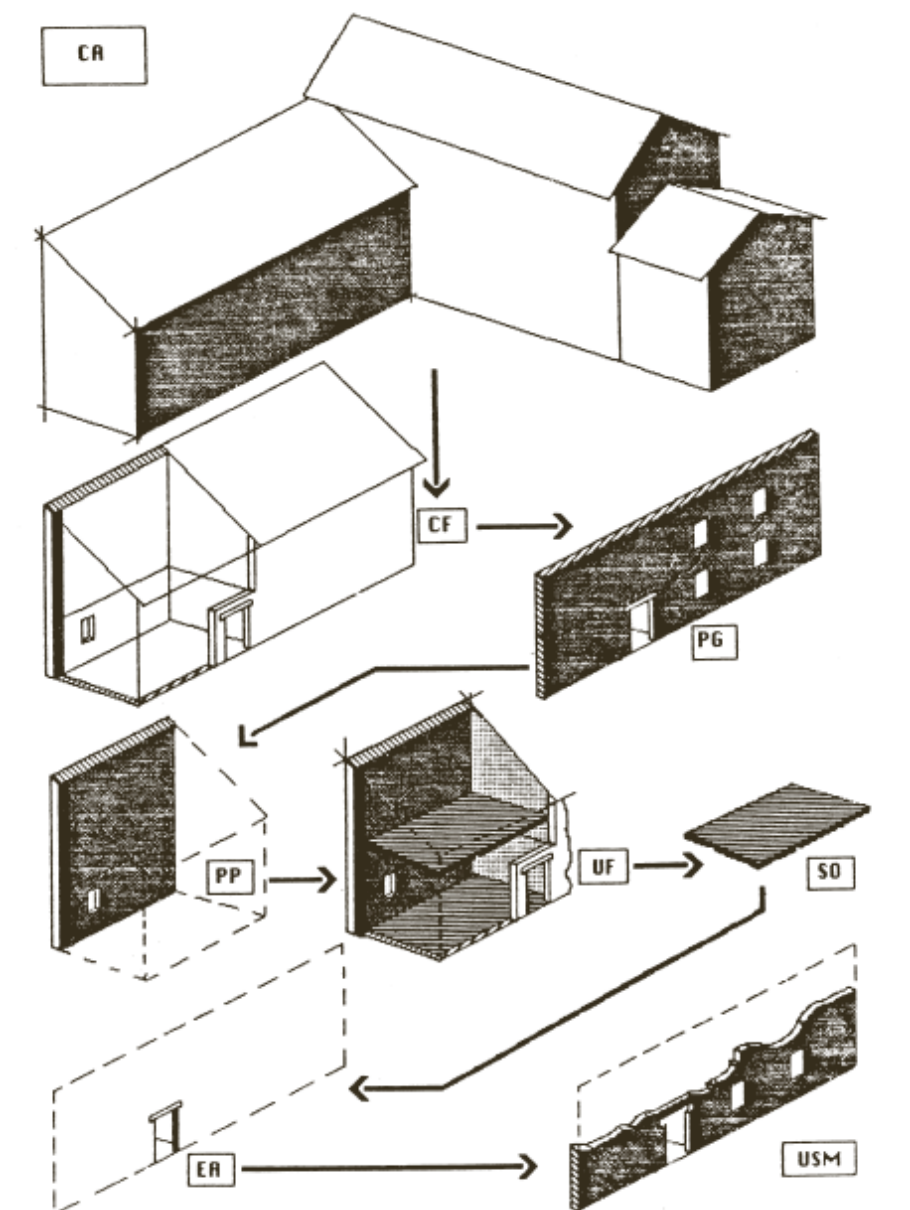
Enquanto Parenti encerra aqui as diversas escalas, Brogiolo subdivide

<sup>110</sup> Iremos debruçarmo-nos sobre esta temática mais à frente, neste capítulo.

<sup>111</sup> Tradução livre da autora. No original "(...) misto di rappresentazione oggettiva e di selezione/interpretazione soggettiva della realtà."

<sup>112</sup> Maura Medri, professora da *Università di Roma Tre*, no sector disciplinar das Metodologias de Levantamento Arqueológico. É autora do livro *"Manuale di Rilievo Archeologico"* (2003) e colaborou no 1º Ciclo de Aulas sobre Pesquisa Aplicada em Arqueologia, em Siena (Francovich e Parenti) para o qual escreveu o artigo *"La pianta composita nella documentazione e nell'interpretazione dello scavo, in Archeologia e Restauro dei Monumenti"* (1988).

<sup>113</sup> No original, exteriores - *complesso architettonico, corpo di fabbrica e prospetto generale esterno*. Interiores - *prospetto particolare interno, unità funzionale, struttura orizzontale e unità stratigrafica muraria*. (BROGIOLO, 1988).



**Imagem 45:** Esquema exemplificativo das várias escalas de intervenção sobre o objecto arquitectónico. Segundo Brogiolo.

	TECNICA COSTRUTTIVA										
Materiali	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	
Lavorazione	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	
Apparecchiatura	00	01	02	03	04	05	...	96	97	98	99
Finitura	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	
Malta	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	
<i>Tecnica costruttiva X= 1.8.12.5.1. piú il disegno</i>											

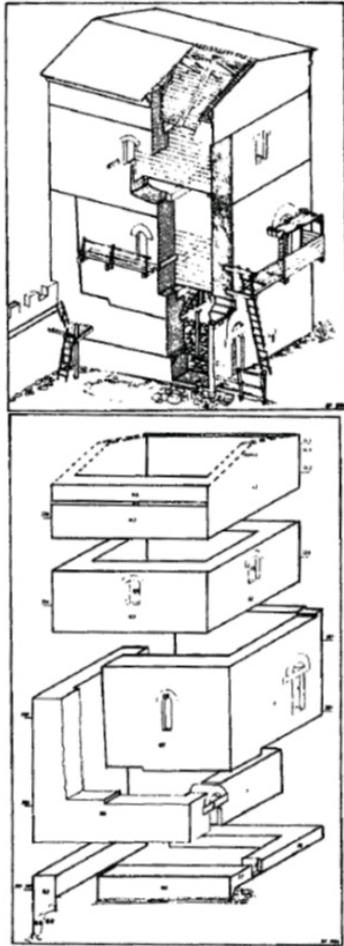
**Imagem 46:** Codificação numérica para definir diferentes técnicas construtivas. Segundo Parenti.

este conceito de USM, definindo o elemento arquitectónico (EA- *elemento architetonico*) como uma escala em si, podendo este ser estrutural ou decorativo.

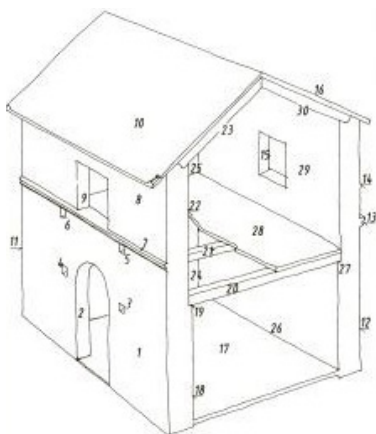
Dessa forma, a USM representa somente um evento construtivo único, sendo o elemento mais simples que constitui o objecto arquitectónico.

As técnicas construtivas também poderão ser enumeradas numa lógica intuitiva que, a jeito de exemplo, Parenti define como um código numérico complexo que acarreta em si várias informações - Imagem 46.

Estas leituras de estratos, auxiliadas por levantamentos adequados, necessitam de ferramentas de trabalho que permitam a organização e sistematização da informação fornecida pelos estudos. Foi exactamente para esta problemática que Harris apresentou o seu Diagrama.



**Imagem 47:** Exemplo de uma construção estratificada, Torre de Montarrenti em Siena, segundo Parenti (1995).



**Imagem 48:** Aplicação da leitura estratigráfica num edifício simplificado. Segundo Parenti.

### 3.2.1 - O Diagrama de Harris

“Os estratos observam-se cuidadosamente, distinguem-se e etiquetam-se à medida que decorrer o trabalho. (...) e o seu registo está necessariamente integrado com o dos estratos sobre os quais procede.”<sup>114</sup> (HARRIS, 1991, p.29). A importância da identificação das unidades e a relação física que estas têm com as suas envolventes é o que permite analisar e apresentar a evolução de um local arqueológico.

A identificação dos estratos - unidades estratigráficas - assim como a sua interpretação obedecem a um conjunto de leis básicas que vieram uniformizar os conhecimentos da geologia com os da arqueologia. Não será relevante perder muito tempo numa análise exaustiva destas leis, no entanto, é importante identificá-las, visto serem a base para qualquer análise que se pretenda fazer, recorrendo ao método estratigráfico, sendo hoje em dia aplicado à disciplina da Arquitectura. São elas a:

Lei da Superposição: numa vista em corte, o estrato que se encontra mais abaixo é o estrato mais antigo da escavação. O que o procede será mais recente, logo deposita-se em cima dele.

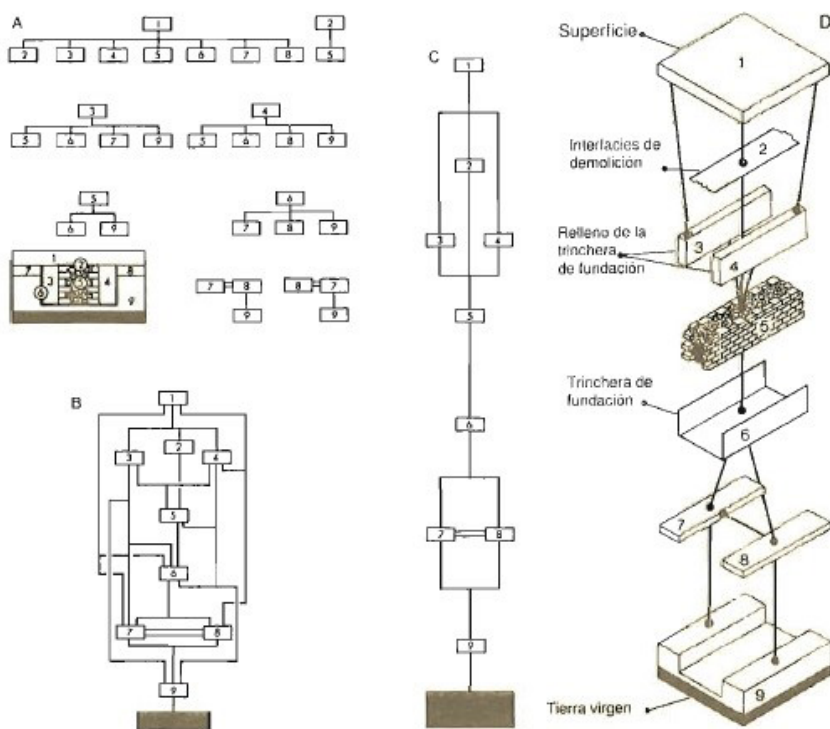
Lei da Horizontalidade Original: esta lei refere-se à forma como o depósito foi depositado no local. Quanto maior for o número de depósitos, mais estes tendem para a horizontalidade. A existência de inclinações sugere que causas exteriores influenciaram o depósito.

Lei da Continuidade Original: A delimitação de um estrato é feita através da identificação dos seus limites, que tendem a diminuir a sua espessura conforme se estendem pelo local. Se uma das extremidades do estrato tender para a verticalidade, pode-se admitir que parte da sua extensão foi perdida por acções exteriores.

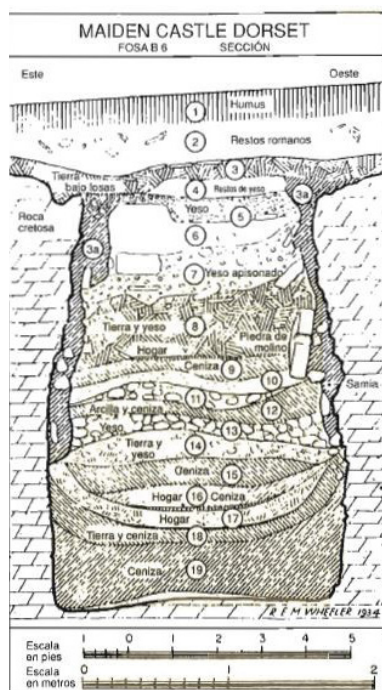
É importante referir que as três leis explicadas acima tratam de aspectos físicos da acumulação de estratos, sendo leis que partiram de fontes geológicas. Estas dizem respeito à interpretação da estratificação. A quarta lei, explicada abaixo, provém de fonte arqueológica, e traduz as relações que se identificam nas anteriores:

Lei da Sucessão Estratigráfica: surgiu como complemento às três anteriores e permitiu a criação do Diagrama de Harris. Esta lei diz-nos que o lugar exacto de um depósito numa sequência estratigráfica é entre os depósitos que se encontram abaixo – mais antigos – e os depósitos que se encontram acima

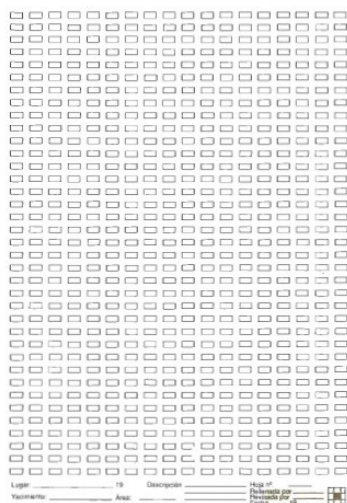
<sup>114</sup> Tradução livre da autora. No original: “Los estratos se observan cuidadosamente, e se distinguen y se etiquetan a medida que transcurre el trabajo. (...) y su registro está necesariamente integrado con el de los estratos de los cuales proceden.”.



**Imagem 49:** Em A, observa-se a leitura estratigráfica de uma secção através do Diagrama de Harris. Em B, a interpretação da anterior resultando uma sequência estratigráfica que relaciona entre si as várias unidades identificadas na secção. Em C, temos a decomposição da secção nas suas várias partes, explicitando de forma visual a relação que os vários elementos têm entre si e como se juntam de forma a tornarem-se o todo do qual partiu a análise.



**Imagem 50:** Sección realizada por Mortimer Wheeler (arqueólogo britânico, séc. XX) em 1934. É um dos primeiros cortes a apresentar a enumeração das unidades estratigráficas.



**Imagem 51:** Exemplo de uma folha para elaboração do Diagrama de Harris.

- mais recentes - apontando a relação entre estratos como essencial para a sua compreensão.

No seguimento desta é criado o Diagrama de Harris em 1973, no formato de um ficha de apoio às escavações arqueológicas, que tinha como objectivo permitir a anotação das relações estratigráficas de um depósito. O diagrama resultante representa a sequência estratigráfica<sup>115</sup> do depósito - Imagem 49.

São reconhecidas somente três tipos de relações possíveis entre estratos: no primeiro caso as unidades não têm qualquer tipo de relação, num segundo caso as unidades têm sobreposição, relacionando-se directamente, e em terceiro lugar, as unidades relacionam-se indirectamente como partes separadas de um todo.

Dogliani, no seu artigo, acrescenta a estes três uma quarta relação - relação estratigráfica incerta. Esta classificação surge quando nos deparamos com dificuldades em reconhecer a base estratigráfica, tornando acrescida a dificuldade em elaborar o diagrama correspondente.

Muitas vezes é recorrendo à própria investigação, interpretação e recolha documental histórica que nos vemos munidos das ferramentas necessárias para melhor compreender os estratos que se apresentam à nossa frente.

Quando este estudo é aplicado a edifícios antigos, em geral muito pouco resta de informação sobre os mesmos, com a clara excepção do Património Arquitectónico - caso de edifícios notáveis entre eles igrejas, castelos, etc - que muitas vezes, estão bem documentados. No entanto, será necessário compreender que muitas vezes a informação que nos chega maioritariamente documental terá de ser avaliada de forma crítica.

As várias unidades estratigráficas que se podem encontrar classificam-se como Estratos, Depósitos, Interfaces ou Elementos Interfaciais. Os estratos são criados através da deposição de sedimentos, ao qual se nomeia a sua superfície de interface. São elementos positivos na estratificação, implicam adição. Os elementos interfaciais são a superfície deixada pelo desaparecimento de um estrato pré-existente, a sua criação pressupõe destruição, pelo que estes são elementos negativos na estratificação.

Após o trabalho de registo e identificação das unidades, será necessário realizar a análise posterior à escavação. Da sequenciação, chegamos à periodização das unidades estratigráficas. Em termos metodológicos, cada unidade estratigráfica insere-se numa determinada fase, assim como cada fase se insere em períodos. Um período reúne em si diversas fases e, por sua vez, cada fase reúne em si diversas unidades estratigráficas.

Um facto importante que permite esta leitura é que *“Normalmente, aplicamos o relevo estratigráfico<sup>116</sup> às partes do edifício onde a 'escavação' já foi realizada por acções naturais (...) ou antropogénicas (...)”*<sup>117</sup> (DOGLIONI, 1988, p.229).

Na realidade, estes serão os melhores exemplos para se aplicar a leitura estratigráfica, não havendo material de estudo num edifício perfeitamente revestido. A nossa tentativa de contributo rapidamente se tornaria numa desgraça, com a destruição propositada de edifícios históricos.

Após esta explicação de uma metodologia que pertence à disciplina da Arqueologia, resta-nos perguntar, como foi este conhecimento encontrar o seu caminho até entrar na ramo da Arquitectura?

<sup>115</sup> Sequência Estratigráfica: *“(…) orden de la deposición de los estratos y la creación de elementos interfaciales a través del paso del tiempo.”* – Cit. por HARRIS, Edward C. - **Principios de Estratigrafía Arqueológica**, p. 58

<sup>116</sup> Entenda-se aqui o relevo como alçado, projecção vertical.x

<sup>117</sup> Tradução livre da autora. No original: *“Normalmente, applichiamo il rilievo stratigrafico a quelle parti di manufatto in cui lo 'scavo' è già stato eseguito da azioni naturali (...) o antropiche (...)”*

São João	FICHA ANALITICA ESTRATIGRAFICA Nº: 1522							
	Zona: 5	Actividad n.º: M7 Estructura n.º:	Contexto ( ) El constructivo <input checked="" type="checkbox"/>	Interfaz ( ) Interfaz c. ( )				
NOMBRE (definición): <i>Recrecido sobre ventana 50</i>								
DESCRIPCION: <small>- Contexto: 1.composición; 2.color; 3.composición/tamaño de partícula; 4.intrusiones-ocasionales/moderadas/frecuentes; 5.espesor y extensión; 6.cotas cró, +alta y +baja; 7.observaciones; 8.método de excavación y condiciones. - Interfaz: 1.forma en planta; 2.esquinas; 3.dimensiones/profundidad; 4.cota +alta y +baja; 5.ruptura arriba; 6.laterales; 7.ruptura con la base; 8.base; 9.orientación; 10.inclinación del eje; 11.rotura (si se conoce); 12.observaciones; 13.dibujo del perfil. - El constructivo: 1.materiales; 2.lomado; 3.tratamiento/teja; 4.mérica constructiva/espejo; 5.mortero/juntas; 6.elemento/forma; 7.dirección de caras; 8.deformación/inclinación/espuma; 9.dimensiones; 10.revestimiento/enlucido; 11.otros observaciones. - Interfaz constructiva: 1.forma; 2.dimensiones; 3.orientación, inclinación; 4.observaciones.</small>								
<i>Recrecido parte superior muro S ext, obra muy irregular, combina mampuestos, tqto ladrillos y grandes juntas de argamasa</i>								
SECUENCIA ESTRATIGRAFICA (Relaciones temporales y físicas)			DIAGRAMA:					
	cubrir	rellenar	apoyar	adosar	cortar	unir	1532 ?   1522	
anterior a			1532? 1526				1518 1529 1524 1526	
coetáneo a			1521				1501 1528 1523 1525	
posterior a			↓ 7	1518 1529	1500 1524		1500	
igual a:			equivalente a:	1526 1528	en relación con: 1532			
HALLAZGOS: artefactos: ninguno ( ) mat. constructivos:			hallazgos especiales: materias orgánicas:					
DATACION: Periodo propuesto: <i>Tv b</i> Fecha propuesta:			definitivo: definitiva:					
INTERPRETACION (argumentar sobre: contexto, actividad, estratigrafía, hallazgos, datación): <i>Reforma post, a destrucción nave lat. S, no vemos mechinales sup. de ésta: Ant. o coetaneo a tejado 1532</i>								
FOTOGRAMETRIA (observaciones):			Pares:					
REFERENCIAS		A otras fichas: Planos: <i>Arz. 50</i>	Días:	Muestras: Fotografías B/N:				
RESPONSABLE: <i>M<sup>a</sup> Angeles</i>		Fecha:	Revisión:	Fecha: <i>11 01 01</i>				

Imagem 52: Modelo de Ficha Estratigráfica de Caballero Zoreda usada na análise de São João da Nazaré.

••• Identificação da unidade estratigráfica

•••• Descrição da unidade estratigráfica

•••• Quadro de relações estratigráficas

•••• Datação da unidade estratigráfica

•••• Interpretação da unidade estratigráfica

•••• Referências usadas na análise

•••• Responsável pela análise

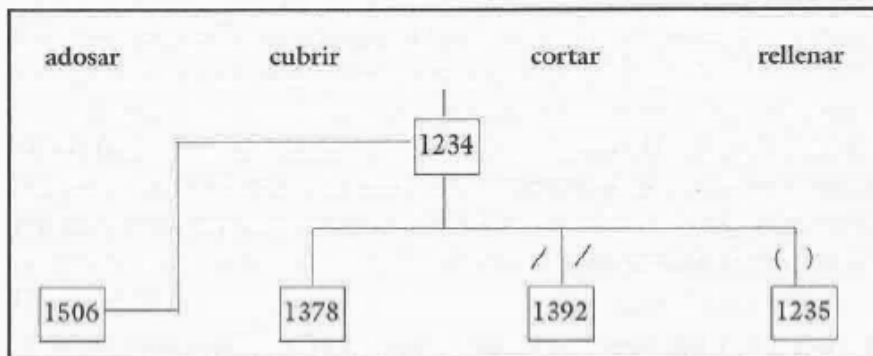


Imagem 53: Exemplo de outra forma de representação das relações estratigráficas, neste caso em formato de esquema.

Assim como no séc. XX se foi adaptando as análises efectuadas pela Geologia à Arqueologia (os primeiros "archeólogos" eram ou antiquários, caso fossem curiosos, ou geólogos, caso fossem cientistas!), foi necessário no final deste mesmo século, dar o passo da Arqueologia para a Arquitectura, seguindo a filosofia de Harris em como a estratigrafia arqueológica pode ser aplicada em qualquer lugar<sup>118</sup>.

### 3.2.2 - A Ficha Estratigráfica

A leitura estratigráfica sobre um paramento, usando os conceitos e termos explicados acima, pressupõe o uso de uma ficha concebida para esse propósito.

Esta não é universal, no sentido em que, de projecto para projecto será adaptável ao propósito pretendido, no entanto, como nos explica Zoreda, estas devem conter sempre campos fixos.<sup>119</sup> Desta forma, será sempre de considerar nas fichas os campos Identificação, Descrição, Acções, Interpretação e Referências - Imagem 60.

Por cada UE analisada corresponde um única ficha. Haverá, em princípio, tantas fichas quanto UE analisadas, apesar de não ser sempre esta a metodologia aplicada. As relações entre unidades são tão complexas quanto a sua riqueza de estratos. A complexidade destas pode resultar em identificações compostas que levam à presença da mesma unidade em várias fichas, expondo várias relações. Da mesma forma, uma estratigrafia menos complexa caracteriza-se por ter menos UE, havendo repetições estratigráficas ao longo das leituras, simplificando o seu processo de identificação.

As fichas organizam as UE descobertas e revelam-se como essenciais para o estudo e compreensão das mesmas. A partir destas, a concepção do Diagrama de Harris torna-se mais fácil de estabelecer e vê as suas conclusões justificadas pela prévia análise realizada às UE, cujos resultados encontram-se explanados nas Fichas Estratigráficas.

### 3.2.3 - Métodos de Levantamento

A importância de bases gráficas sobre as quais se pode expor as várias observações que este trabalho requer em campo são muito importantes.

Dessa forma, a recolha de documentação gráfica que exista, com destaque para a cartografia, "(...) constitui uma das ferramentas mais potentes para a preservação dos seus valores culturais materiais e é a base para a sua investigação, conservação e difusão."<sup>120</sup>. (TALAVERANO, 2014).

Segundo Talaverano, o levantamento gráfico pode ser de três tipos – manual, instrumental ou fotogramétrico. A selecção da solução de abordagem mais adequada surge a partir de vários critérios, entre eles a finalidade da documentação, os valores culturais do edifício e os recursos disponíveis.

Apesar de ser o método mais simples dos enumerados, o levantamento manual é adequado para levantamentos de objectos simples e pequenos, que não revelem grande complexidade arquitectónica. Basta uma fita métrica ou, mais recentemente, o uso de um medidor de distância laser para facilmente se fazer o levantamento de um edifício. Geralmente não é feito de raiz mas como complemento

118 (HARRIS, 1991, p.111).

119 (ZOREDA, 1996, p.65).

120 Tradução livre da autora. No original: "(...) constituye una de las herramientas más potentes para la preservación de sus valores culturales materiales y es la base para su investigación, conservación y difusión."



**Imagem 54:** Levantamento por Varrimento Laser do Palácio de Valflores por Luís Mateus. Imagem da nuvem de pontos obtida.



**Imagem 55:** Levantamento realizado por Fotogrametria da Igreja de San Cebrián de Mazote.

MEDICIONES Y CROQUIS MANUALES	ESTACIÓN TOTAL		Modelo alámbrico tridimensional básico	PLANIMETRÍA BIDIMENSIONAL (DIBUJO ARQUITECTÓNICO)
	FOTOGAMETRÍA ESTEREOSCÓPICA	Conjunto de puntos discriminado	Modelo alámbrico tridimensional completo Modelo de superficies o mallas Modelo de masas (BIM)	
	ESCÁNER LÁSER		Secciones o perfiles del modelo Modelo de superficies o mallas Modelo de masas (BIM)	
	FOTOGAMETRÍA CONVERGENTE	Nube de puntos de alta densidad	Ortoimagen	
	FOTOGRAFÍA RECTIFICADA	Ortoimagen		

**Quadro 2:** Esquema explicativo das metodologias de levantamento de edificado actuais.



**Imagem 56:** Aplicação do método de levantamento através de Estação Total, com a representação dos pontos medidos.



**Imagem 57:** Modelo fotográfico realizado por Fotogrametria e posteriormente convertido em nuvem de pontos. Catedral de Bourges por Rocio Maira Vidal.

a uma base gráfica existente como forma de confirmação e correcção.

O método instrumental surge com a evolução tecnológica. Com o desenho manual a ser substituído por softwares CAD (*Computer-Aided Design*), os levantamentos foram sendo aperfeiçoados com ferramentas que permitissem uma abordagem mais directa na produção de resultados compatíveis com o software. Os resultados são levantamentos bidimensionais e incluem plantas, alçados, cortes, perspectivas cónicas e axonométricas e fotografias. É neste tipo que se insere o levantamento por Estação total e o Scan laser.

Estes levantamentos bidimensionais, além de começarem hoje em dia a ser cada vez menos usados, não deixam de ser uma ferramenta útil de complemento aos restantes métodos de levantamento utilizados. Como aponta Talaverano no seu artigo "(...) o desenho de arquitectura baseia-se na interpretação da realidade construída(...)"<sup>121</sup> (TALAVERANO, 2014, p.2). À medida que este é feito, desencadeia um processo de compreensão e interpretação construtiva do edifício, sendo ainda hoje um complemento importante quando se trabalha com volumetrias/elementos complexos que geralmente são difíceis de compreender na sua totalidade usando outros métodos. Apesar disto, não deixa de ser um método bastante impreciso.

Com o avanço tecnológico os métodos de levantamento também foram progredindo, aparecendo os levantamentos tridimensionais.

Surge o levantamento fotogramétrico, que permite, com a reunião de milhares de fotografias, produzir nuvens de pontos que contém em si toda a informação formal e dimensional do objecto de estudo. Trata-se de uma pratica que se generalizou, inclusivamente na altura em que escrevemos, com o uso de drones para a captação física de elementos de desenho, e usando um software próprio, de que se destaca, entre outros, os trabalhos de Luís Mateus, professor da Faculdade de Arquitectura da Universidade de Lisboa (FAUL), em diversos trabalhos de colaboração com outras entidades, e também para uso da própria instituição.

São várias as técnicas que podem ser usadas. Por uma questão de consistência, iremos enumerar grande parte das técnicas conhecidas, no entanto, somente aprofundaremos as técnicas usadas ou com relevância nos dias de hoje.

Tendo por base o artigo de Spalla em finais dos anos 80 do século passado a diversidade de técnicas a usar já era rica - fita e linha de prumo, grelha, pantógrafo mecânico, levantamento fotográfico, fotogrametria, Detector Elevatório Tridimensional (RET) – e a escolha da técnica a utilizar era ponderada em vários aspectos, dependendo do resultado final pretendido – praticabilidade, raio de acção, precisão, tempo em campo e em laboratório, flexibilidade dos resultados, necessidade de especialização humana e custo.<sup>122</sup>

Nos dias de hoje, a evolução tecnológica obliterou a maioria destas técnicas, sendo as mais usadas actualmente o levantamento por Estação Total, o Scan Laser, a Fotogrametria Tridimensional (FT) e a Fotogrametria Bidimensional (FB).

Tanto a Estação Total quanto o Scan Laser<sup>123</sup> são métodos que se caracterizam pela medição de pontos referenciados num dado sistema de coordenadas, realizada através de várias estações para possibilitar uma leitura mais correcta do objecto. A Estação Total é um método menos automatizado que requer mais tempo em campo. Permite localizar pontos individualmente no espaço e obter as suas distâncias. No caso do Scan Laser, este é mais automatizado, permitindo

121 Tradução livre da autora. No original: "(...) el dibujo de arquitectura se basa en una interpretación de la realidad construída (...)".

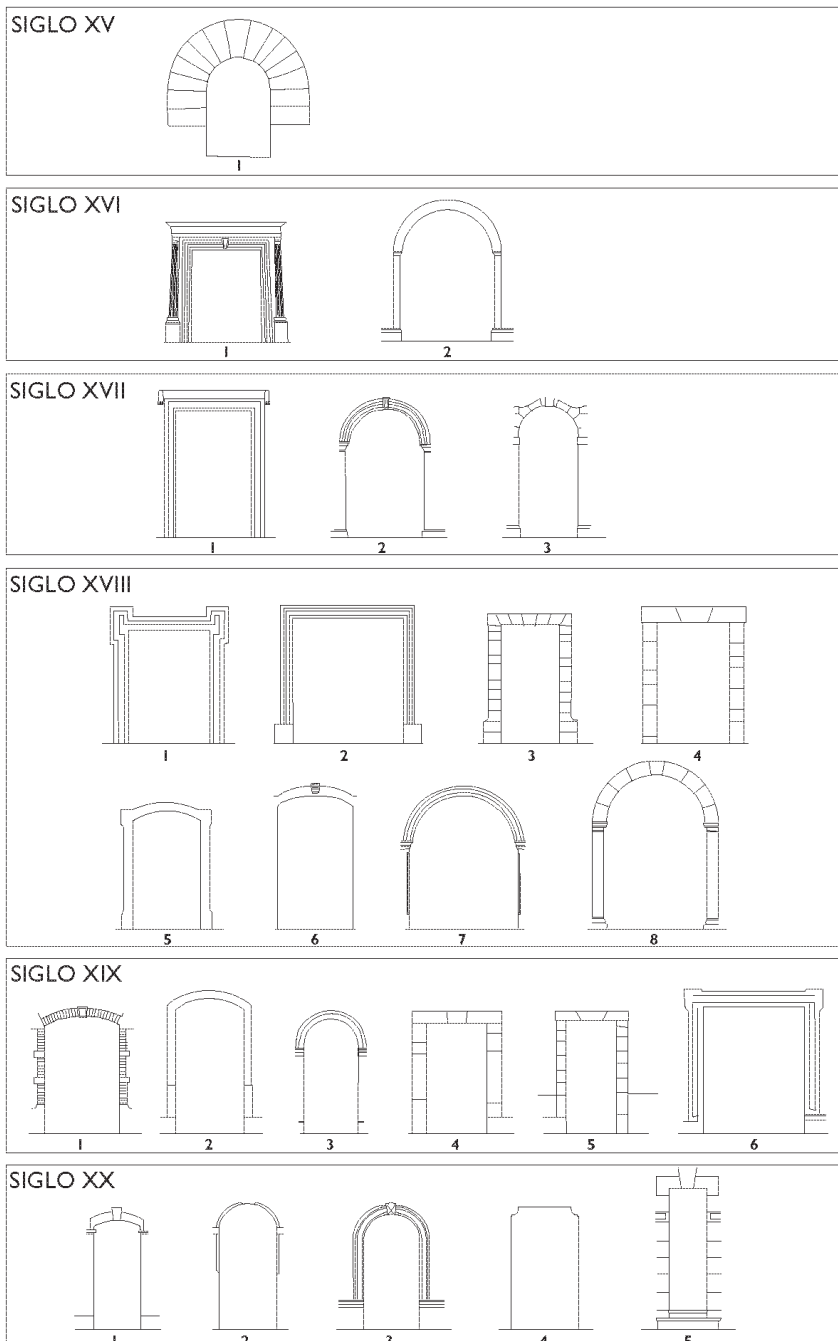
122 (SPALLA, 1988, p.348).

123 Estes dois métodos não são mais do que evoluções dos antigos medidores de distância laser e teodolitos.



**Imagem 58:** Paredo noroeste do Convento de Santa Clara a Velha, contendo registos de traçaria - à direita.

**Imagem 59:** Detalhe da parede noroeste do Convento de Santa Clara a Velha. Vestígios de traçaria - à esquerda.



**Imagem 60:** Cronotipologia de portas da cidade de Oviedo - séculos XV-XX.

obter uma grande quantidade de informação num curto espaço de tempo.

Este último produz, como resultado final, uma nuvem de pontos que, se o equipamento também possuir uma câmara fotográfica, além de conterem informação espacial, também têm informação cromática. Esta será processada por um software adequado, retirando daí os desenhos bidimensionais do edificado.

No caso da Fotogrametria, o equipamento principal será a máquina fotográfica. As fotografias, informadas com a sua posição e orientação em relação a um sistema de referência, vão permitir a extração de dados geométricos. Isto já era um método usado com a fotografia analógica, tendo agora enorme facilidade de execução com a fotografia digital.

Este método divide-se em dois tipos: Fotogrametria Tridimensional e a Fotogrametria Bidimensional (ou Ortofoto).

A partir da FT será possível criar uma nuvem de pontos, cuja precisão varia consoante as fotografias descarregadas no software. Mais fotografias resultam em melhores resultados<sup>124</sup>. O produto final que daqui surge será uma nuvem de pontos.

A FB é caracterizada por uma única fotografia corrigida digitalmente de forma a resultar numa projecção ortogonal do objecto fotografado. A partir deste é possível retirar dimensões sobre os elementos. Esta metodologia restringe-se a objectos planos, por razões óbvias.

Dependendo do caso de estudo, haverá a necessidade de avaliar qual o método de levantamento mais adequado, quer em termos de tempo disponível em campo ou tempo disponível em gabinete assim como custo associado à aplicação dos métodos de levantamento - quer seja em equipamentos ou software de análise.

Com estes métodos, geralmente, quanto mais tempo se demora em campo menos tempo será necessário dispensar em gabinete para analisar os dados obtidos.

Seja qual for o método seleccionado, o objectivo será sempre produzir documentos gráficos sobre as quais se pode interpretar e analisar o edifício, servindo como bases para a sua intervenção e apresentação de resultados obtidos.<sup>125</sup>

### 3.2.4 - Outras Análises e Relatório Final

Além das ferramentas referidas acima, existem outras que se podem usar como complementares ao estudo, nomeadamente as análises de carácter laboratorial.

Nem sempre existem nos estudos realizados sendo aplicadas geralmente em grandes empreendimentos que justifiquem o seu uso. Caracterizam-se pela incorporação das ciências laboratoriais na análise do edificado, onde se realiza a recolha de amostras para análises com o propósito de datar certos elementos e materiais, que despoletam dúvidas de interpretação. São exemplos disto a Mensiocronologia<sup>126</sup>, a Dendrocronologia e o Arqueomagnetismo<sup>127</sup>.

Outros trabalhos que são relevantes referir - muitas vezes acontecendo em simultâneo com a interpretação estratigráfica - são estudos de materiais,

124 Esta será uma forma bem simples de descrever um processo que em si requer algum cuidado. As fotografias para poderem ser usadas têm de incidir sobre o objecto de variados ângulos quer verticais quer horizontais. Além da quantidade, a qualidade da imagem também é importante para obter bons resultados.

125 Não deixa de ser relevante apontar que o levantamento também guarda em si o estado actual do monumento à data do levantamento.

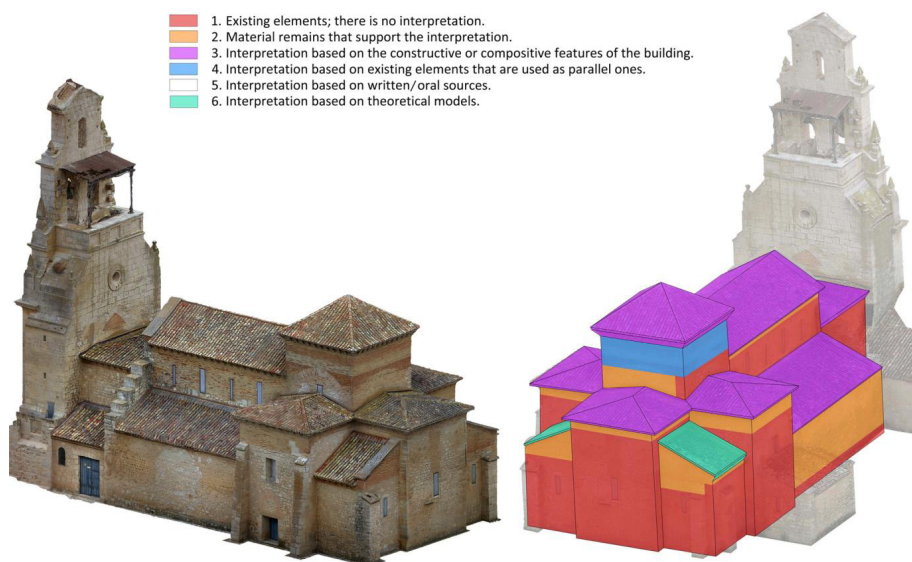
126 Palavra sem tradução para português.

127 Para clarificação sobre estes termos, aconselha-se a consulta do glossário.



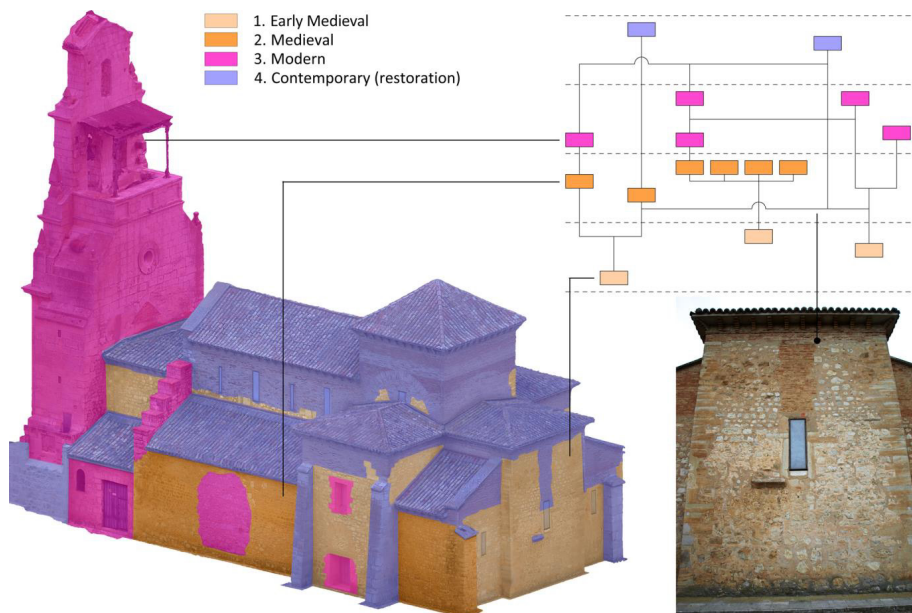
- 1. Early Medieval
- 2. Medieval
- 3. Modern
- 4. Contemporary (restoration)

**Imagem 61:** Sequência Evolutiva da Igreja de San Cebrián de Mazote com recurso do levantamento fotogramétrico.



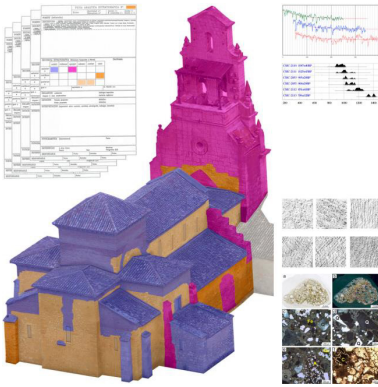
- 1. Existing elements; there is no interpretation.
- 2. Material remains that support the interpretation.
- 3. Interpretation based on the constructive or compositive features of the building.
- 4. Interpretation based on existing elements that are used as parallel ones.
- 5. Interpretation based on written/oral sources.
- 6. Interpretation based on theoretical models.

**Imagem 62:** Reconstrução virtual da Igreja Medieval usando interpretações várias.



- 1. Early Medieval
- 2. Medieval
- 3. Modern
- 4. Contemporary (restoration)

**Imagem 63:** Cruzamento de informação sobre o processo de investigação da Igreja.



**Imagem 64:** Implementação de metadados no modelo da Igreja de San Cebrián de Mazote.

de métodos construtivos e de patologias, que contribuem igualmente para a redacção do Relatório Final. Este deve apresentar as conclusões retiradas do estudo (ou estudos), fornecendo assim um ponto de partida para o projecto de restauro.

Esta metodologia também permite retirar dados importantes para outras disciplinas, por exemplo, fornecendo informações sobre materiais e técnicas de construção de uma época - onde se definem tipologias, tipo de andaimes e ferramentas e, muitas vezes, até informações sobre o desenho elaborado nos estaleiros de obra - (vestígios de traçaria)<sup>128</sup>.

### 3.2.5 - Apresentação dos Resultados - a potencialidade do Building Information Modeling (BIM)

Não queríamos terminar este capítulo sem contextualizar as potencialidades que toda esta metodologia traz hoje em dia, na sua elaboração e desenvolvimento através de sistemas BIM.

As potencialidades e propósitos que os levantamentos nos trazem na formulação de bases de trabalho já foram referidas atrás. No entanto, se levarmos o uso destes levantamentos ao limite, utilizando as tecnologias BIM, é possível num único modelo reunir inúmeras informações que servem como autênticos documentos compostos e explicativos dos estudos desenvolvidos sobre o objecto.

Sobre isto, é de referir o estudo da Igreja de San Cebrián de Mazote, em Espanha, realizado por María Agudo, José Fragero e Rafael Talaverano.<sup>129</sup> No artigo realizado pelos autores referidos acima, a propósito da intervenção realizada na igreja, são várias as potencialidades inumeradas, que aqui também iremos explanar, por serem relevantes sobretudo nos dias de hoje em que as novas tecnologias abrem constantemente novas metodologias.

Em primeiro lugar, é possível cruzar a sequência evolutiva do edifício com o modelo, produzindo resultados visualmente aprazíveis e de fácil compreensão para o público em geral, envolvendo a comunidade nestes processos.

Numa segunda fase, o próprio modelo pode ser usado como "biblioteca" de metadados, em que se juntam num só modelo os resultados obtidos pelas várias disciplinas que estudaram o objecto, nomeadamente, dados arqueológicos, geológicos, históricos, estruturais, entre outros.<sup>130</sup>

As hipóteses que muitas vezes o estudo do edifício nos leva a propor com base em análises diversas costumam ser representados em bases bidimensionais. No entanto, o próprio modelo pode ser desenvolvido com vista a explorar as várias hipóteses que o estudo nos suscita - sejam estes através de análises construtivas, pesquisa documental ou diálogo informal com a comunidade.

Por fim, disponibilizando os modelos implementados com metadados, é possível tornar a investigação sobre o edifício num meio acessível, disponibilizando-o para consulta. Isto a um nível global terá tremendas mais valias na promoção e divulgação do Património Imóvel, tornando estes modelos em ferramentas essenciais de descoberta, conhecimento e investigação para as gerações futuras.

Terminamos com uma visão optimista sobre o uso dos modelos 3D, partilhando

128 Recorrendo à explicação dada por Maria Ramalho, entenda-se traçaria os "(...) traços incisos, reveladores de simples ensaios ou verdadeiros desenhos de projectos de arquitectura conseguidos geralmente com o auxílio de réguas e compassos representados a maior parte das vezes em escadas reduzidas." (RAMALHO, 2002, p.23)..

129 (AGUDO, FRAGERO e TALAVERANO, 2016).

130 Sobre isto, será interessante explorar o site <http://www.petrobim.com>.

dos ideais dos autores que explicam: "*(...) pode-se dizer que a visualização e a disseminação dos edifícios históricos é a aplicação mais importante dos modelos 3D.*"<sup>131</sup> (AGUDO, FRAGERO, TALAVERANO, 2016, p.101).

---

131 Tradução livre da autora. No original: "*(...) it could be said that the visualisation and dissemination of historical buildings is the most important application of 3D models.*"

### 3.3 Casos Práticos de Aplicação

No seguimento dos capítulos anteriores, será agora relevante partir para a componente mais prática do método e apresentar uma série de casos de aplicação, internacionais e nacionais.

A apresentação destes tentará abordar, quando possível, o estado do edificado antes do estudo, o levantamento realizado, informações sobre as suas características arquitectónicas, a sua cronologia e informação histórica. Pretende-se demonstrar o método utilizado para a elaboração da sequência estratigráfica e apresentar a forma como cada autor escolhe representar os resultados do seu estudo.

Por fim, serão, quando possível, explicados os anteprojectos/projectos propostos que tenham sido elaborados com base nos estudos realizados, apresentando as soluções como propostas informadas e adequadas ao edifício.

Não queremos deixar de salientar, no seguimento dos ideias de Latorre, a importância da formação de equipas especializadas inter-disciplinares como essencial para intervir correctamente. Ideia essa partilhada com Mallouchou-Tufano, no seu artigo sobre o restauro da Acrópole de Atenas, em que refere que *“A multiplicidade de especializações representadas pelos membros da comissão e acima de tudo a sua autoridade científica permite uma visão global dos problemas.”*<sup>132</sup> (MALLOUCHOU-TUFANO, 1988, p.209).

A maneira a que nos propomos a apresentar os casos de aplicação segue uma lógica geográfica e cronológica, sendo relevante abordar casos italianos, espanhóis e, por fim, casos portugueses. Por uma questão de inexistência de informação, os casos referentes aos Países Baixos tiveram que aqui ser desconsiderados.

#### 3.3.1 - Itália

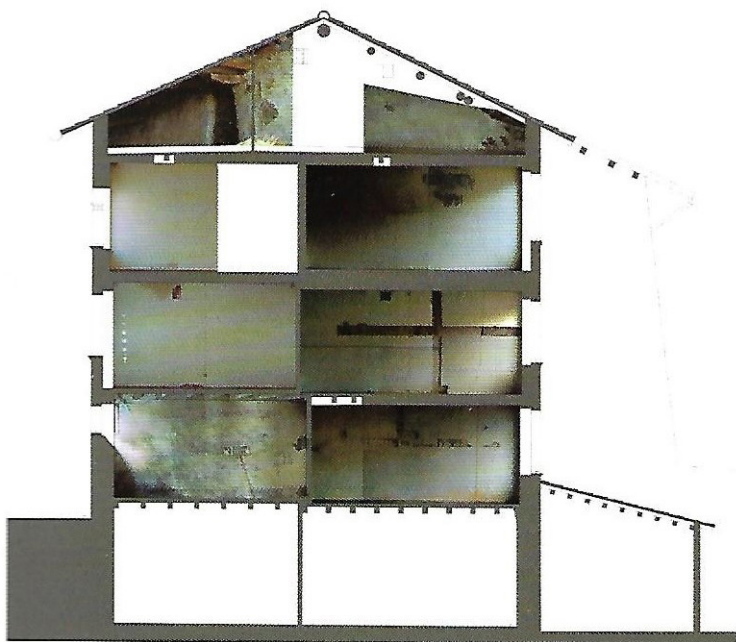
Francesco Doglioni tem sido, no caso italiano, um dos arquitectos que mais uso tem feito da metodologia estratigráfica nos seus projectos. O caso de estudo que nos propomos abordar recai sobre uma intervenção de Doglioni realizada no começo do século XX - o *Palazzo Bizzarrini*. Localizado em Feltre, este edifício encontrava-se num estado razoável quando o arquitecto iniciou a intervenção, tendo sido alvo de intervenções recentes ao nível das paredes. O objectivo para a nova intervenção seria o restauro do edifício passando o seu uso de habitacional para público.

Trata-se de um caso de estudo que demonstra que não é necessário estarmos perante uma ruína (ou perante um edifício devoluto e arruinado) para utilizarmos o método estratigráfico como ferramenta de análise e de ajuda à concepção projectual.

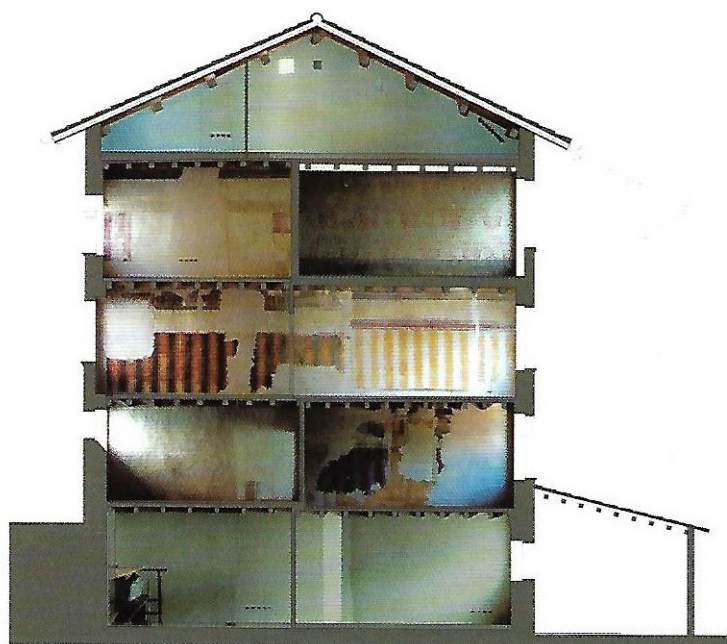
Inicialmente - como em qualquer projecto de arquitectura que lide com uma pré-existência- foi necessário proceder a uma pesquisa histórica através de fontes escritas e de dados observáveis. No entanto pela localização do palácio, era seguro afirmar que a construção seria antiga, necessitando de cuidados extremos em termos de intervenção.

Após ter sido realizado o levantamento geométrico e o quadro de fissurações - levantamento de anomalias - foi necessário optar pelo método a seguir. No caso de um edifício arruinado, facilmente se procederia à leitura dos paramentos sobre os levantamentos realizados. Neste caso, a metodologia foi adaptada e, numa primeira abordagem, foram realizadas campanhas localizadas de análise estratigráfica retirando o revestimento superficial das paredes para se perceber que camadas mais antigas se conseguiriam encontrar. Esta campanha teve acima de tudo, como Doglioni nos informa *“(...) uma função de verificação, de modo a*

132 Tradução livre da autora. No original: *“La molteplicità delle specializzazioni rappresentate dai membri della commissione e soprattutto la loro autorità scientifica permette una visione globale dei problemi.”*



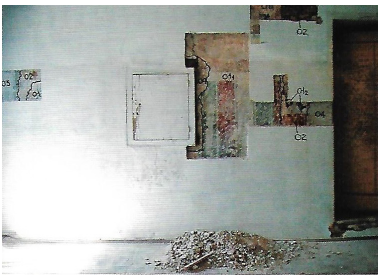
**Imagem 65:** Corte transversal com fotomontagem mostrando as zonas de aplicação da primeira campanha de análise estratigráfica realizada.



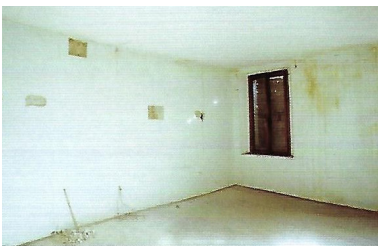
**Imagem 66:** Corte transversal com fotomontagem mostrando a fase final de intervenção com os paramentos descobertos.



**Imagem 67:** Vista geral do Palazzo Bizzarrini.



**Imagem 68:** Após a campanha de análises, a imagem é comentada com as unidades estratigráficas observáveis.



**Imagem 69:** Compartimento do Palazzo Bizzarrini antes da intervenção.



**Imagem 70:** Compartimento do Palazzo Bizzarrini após a intervenção, com as paredes e tecto descobertos.

*não permitir a destruição de partes ou características de que não se suspeitava a existência, por se encontrarem encobertas por estratos mais recentes." (DOGLIONI, 2006, p.10).*

Os resultados foram surpreendentes. Em diversas zonas foram identificadas a presença de decorações a fresco ou a têmpera, datadas desde o séc. XVI ao XIX. Isto levou a uma ampliação da área de aplicação das campanhas de análise estratigráfica, pondo a descoberto a extensão das descobertas. Estas foram a pedra basilar sobre a qual surgiu toda a intervenção arquitectónica.

Através do mapeamento dos espaços interiores, informados com as descobertas "(...) foi construído o projecto de restauro, maximizando os cuidados de conservação e transformando-os em elementos de uma musealidade vivida no interior, de modo directo e íntimo." (DOGLIONI, 2006, p.11).

Estas análises puseram não só a descoberto características singulares do edifício como também ajudaram a identificar as zonas mais alteradas e descaracterizadas ao longo do tempo, permitindo utilizá-las para as funções mais técnicas de funcionamento dos espaços.

O próprio poço de elevador, de forma a evitar com a sua construção a demolição de partes que comprometessem a estabilidade estrutural, encontrou o seu local numa antiga zona dedicada a um escada de rampas, já desaparecida. Apesar dos pisos terem sido fechados, a estrutura não foi alterada, permitindo agora implementar nesta construção um equipamento contemporâneo que resultou num prejuízo mínimo do edifício histórico.

Sem dúvida, uma intervenção exemplar que, apesar de não se caracterizar como sendo compatível com a análise estratigráfica numa primeira abordagem, viu a sua aplicação definir todo um conceito projectual que resultou em soluções compatíveis com a arquitectura existente e num projecto contemporâneo. Nas palavras do autor "*Se aceitarmos a condição estratificada da construção e estivermos conscientes de que também as nossas intervenções de restauro estão destinadas a inserir-se na sequência que lhe é própria, acrescentando-a ou modificando-a, então saberemos que, em qualquer caso, serão reconhecíveis sob o aspecto estratigráfico-construtivo.*" (DOGLIONI, 2006, p.14).

### 3.3.2 - Espanha

Os casos espanhóis escolhidos pretendem apresentar a abordagem de autores diferentes, em épocas distintas e com escalas diferenciadas. Começando pela Igreja de Santa Lucía del Trampal estudada por Caballero Zoreda, nos anos 80 passaremos para outro, do mesmo autor, datado da mesma altura mas abrangendo uma área vasta de território - Melque.

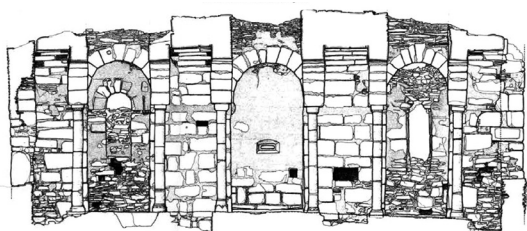
Por fim, propomo-nos a apresentar um caso paradigmático do final do século passado, que reuniu uma equipa tremenda de especialistas e resultou numa intervenção altamente documentada - Catedral de Santa Maria de Vitória-Gasteiz.

#### Igreja de Santa Lucía del Trampal

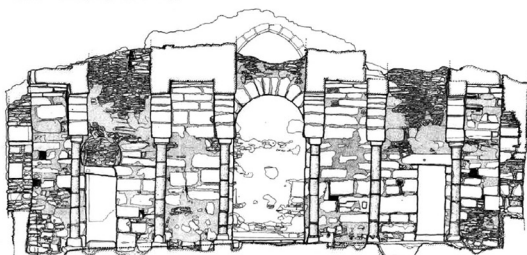
Descoberta em 1980, esta igreja rural começou a ser intervencionada em 1984 tendo sofrido várias campanhas arqueológicas. Sujeita a um projecto de restauro durante este tempo, a análise estratigráfica teve de ser elaborada de uma maneira alternativa.

Sendo uma igreja da comunidade cristã sob o domínio islâmico, cuja origem estava estimada entre o século VIII-X, muito era a indecisão sobre em qual estilo se poderia enquadrar esta tipologia - para uns visigótica, para outros moçárabe.

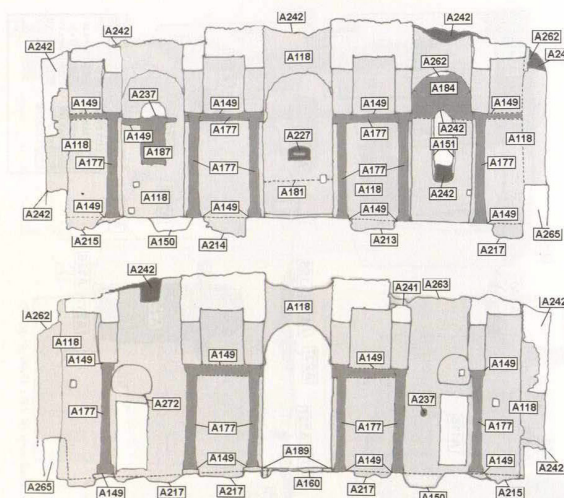
A abordagem arqueológica aplicada a este edifício coincide aproximadamente



Plano 21 - Sección este por el eje del cruceiro del edificio.

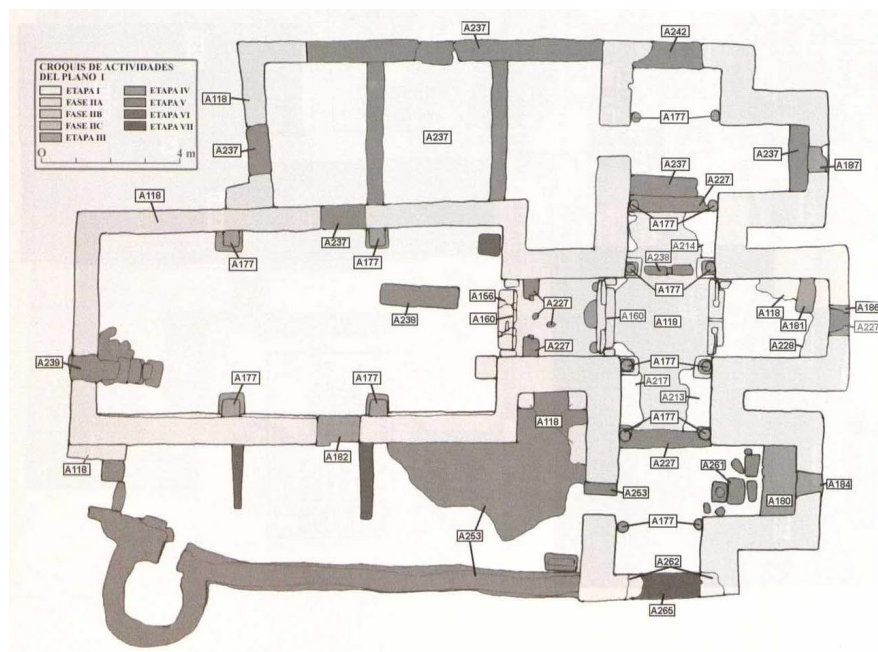


Plano 22 - Sección oeste por el eje del cruceiro del edificio.

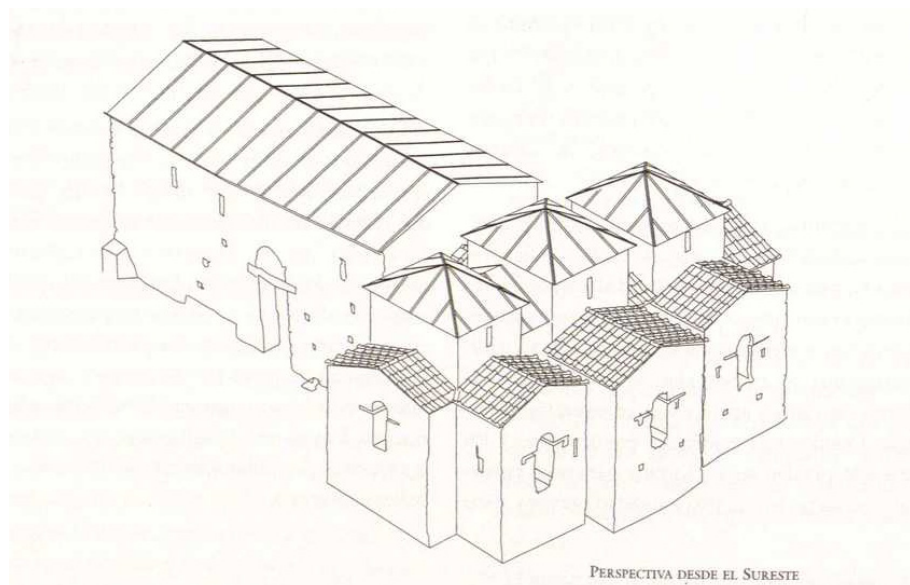


**Imagem 71:** Levantamento da Igreja de Santa Lúcia del Trampal - à esquerda.

**Imagem 72:** Leitura estratigráfica com representação das actividades construtivas dos paramentos - à direita.

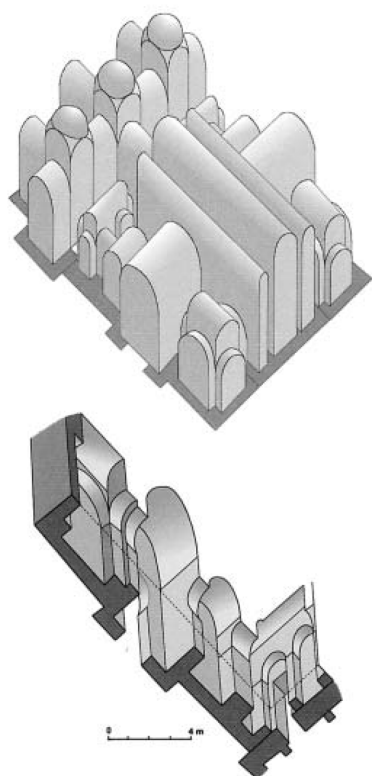


**Imagem 73:** Esquema das actividades superficiais identificadas na Igreja de Santa Lúcia del Trampal.



PERSPECTIVA DESDE EL SURESTE

**Imagem 74:** Proposta de restauro da igreja, recuperando a sua volumetria complexa.



**Imagem 75:** Reconstrução do sistema de abóbas da Igreja de Santa Lucía del Trampal.



**Imagem 76:** Igreja de Santa Lucía del Trampal após os trabalhos.

e permitiu testar a aplicação da leitura estratigráfica num edifício de complexidade crono- e micro-estratigráfica em Espanha.<sup>133</sup>

Partindo da ruína do edifício, foi possível reconstruir o sistema construtivo abobadado que existiria. Não podemos deixar de referir que, por muito que se tente basear as hipóteses em dados concretos, isso não impede que muitas vezes existam hipóteses contraditórias entre si. O mesmo se passou com este caso em que a hipótese proposta pelo arqueólogo não foi aceite por todos os estudiosos.

Apesar de tudo, foi possível fazer uma leitura estratigráfica que, inovadoramente, se desenvolveu após a conclusão do projecto de restauro. Havia informação detalhada suficiente para o fazer e, com o prazo à partida pré-definido, houve o cuidado de registar cuidadosamente todas as intervenções possibilitando o uso desta ferramenta após terminado o restauro, sendo possível continuar o estudo sobre o edifício.

Visto tratar-se de um espaço dessacralizado, a intervenção estabeleceu como uso a própria contemplação do monumento ou musealização, tendo definido como objectivos principais a recuperação da volumetria original e a introdução de elementos perdidos, resultando "(...) numa viagem ao longo do tempo cujas etapas e circunstâncias se desvendam através da investigação arqueológica e análise contrutiva e arquitectónica."<sup>134</sup> (ZOREDA e LARA, 1999, p. 308).

#### Melque:

O complexo de Melque que contém, entre outros, a Igreja de Santa María de Melque e um conjunto Monástico, é um caso particular que aqui decidimos apresentar por se constituir como um dos exemplos notáveis em que o restauro de uma grande área juntou inúmeros especialistas, das mais diversas áreas que, em conjunto, elaboraram o plano de intervenção para o mesmo. A importância da instituição de equipas de trabalho para este caso, não podemos deixar de referir, foi essencial para a meticulosa análise do edificado, quer seja para a sua intervenção, quer seja como meio de registo para servir propósitos futuros. Dito isto, cabe-nos apresentar ao leitor o restauro realizado no "Sítio Histórico de Melque"<sup>135</sup>.

Esta equipa, formada por técnicos das mais variadas áreas<sup>136</sup> definiu como propósito "(...) obter através da investigação os dados objectivos que permitam uma intervenção conservadora, sem ser destructiva, e didáctica que disponibilize as descobertas à maioria da sociedade, sem que percam o carácter científico. Neste sentido, investigação e restauro devem ser paralelos e desenvolverem-se de maneira coordenada, segundo um plano de etapas."<sup>137</sup> (GONZÁLEZ-MORO, 1988, p.181).

Os especialistas mobilizados foram também os responsáveis pelo "Anteprojecto de actuação no Sítio Histórico de Melque"<sup>138</sup>, que estipulou, entre outros, os limites do complexo, os usos a utilizar, o restauro das estruturas e a concepção de novas construções de apoio. Isto resultou na conservação dos

133 Como nos demonstra o estudo completo realizado na igreja por Caballero Zoreda, na publicação **Memorias da Arqueologia Extremeña**, publicada em 1999 pela Junta de Extremadura, Consejería de Cultura - ISBN: 84-7671-490-4.

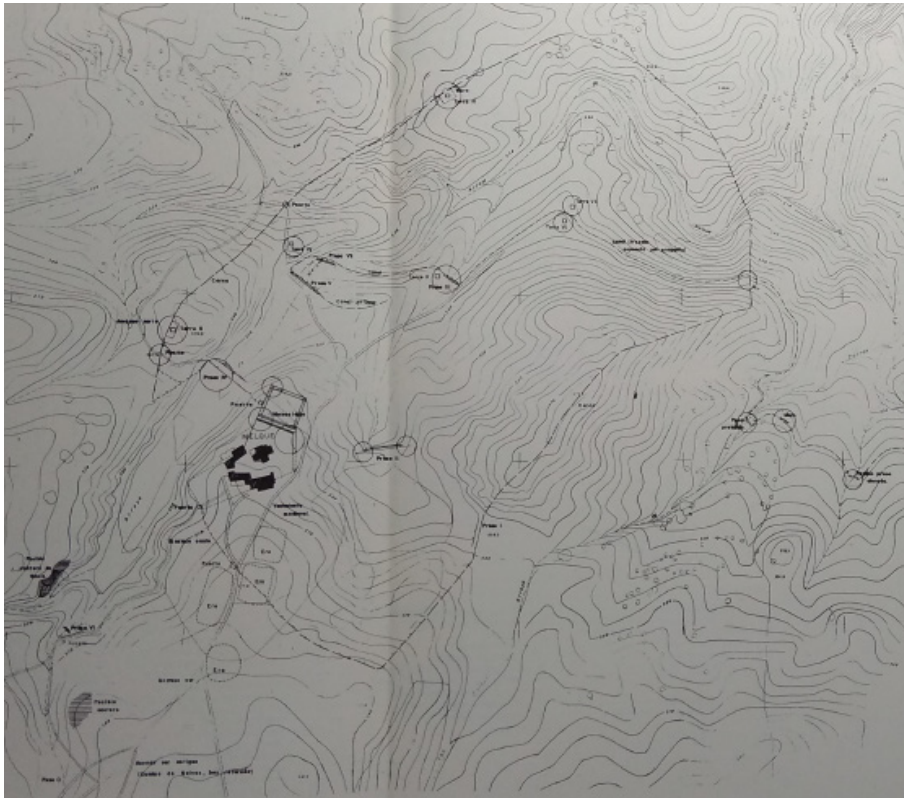
134 Tradução livre da autora. No original: "(...) en un viaje a lo largo del tiempo cuyas etapas y circunstancias se desvelan por la investigación arqueológica y por el análisis constructivo y arquitectónico."

135 Conforme referido pelo autor González-Moro.

136 Contam-se entre estas arqueólogos, arquitectos, geólogos, químicos, restauradores, engenheiros, paisagistas, artistas, físicos, desenhadores e biólogos.

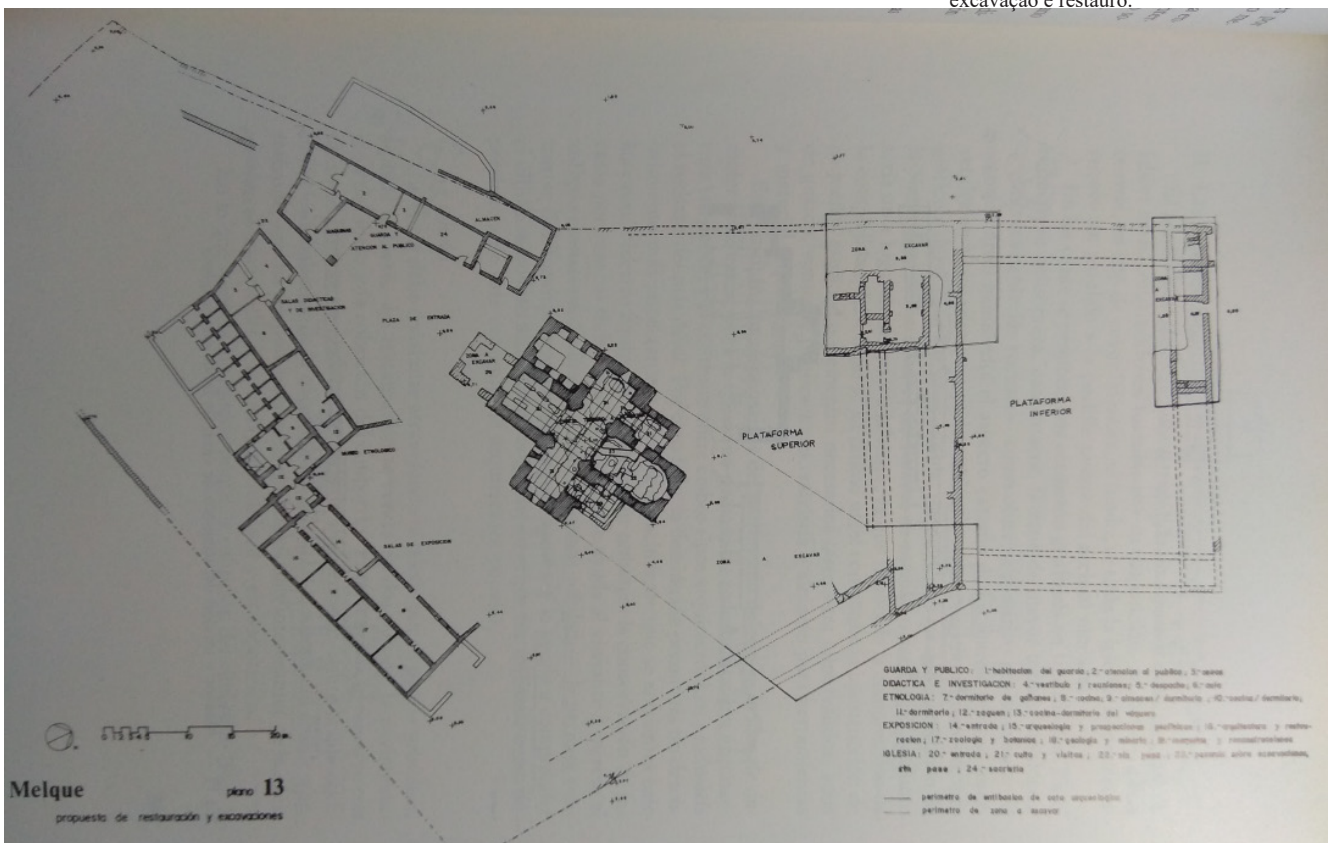
137 Tradução livre da autora. No original: "(...) obtener de esta investigación los datos objetivos que permitan una intervención conservadora, no destructiva, y didáctica que haga accesibles estos datos a la mayoría de la sociedad, sin que por ello pierdan su carácter científico. En este sentido, investigación y restauración deben ser paralelos y desarrollarse de manera coordinada, según un plan de etapas."

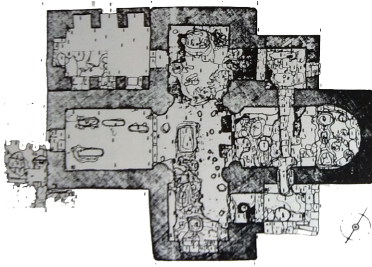
138 O mesmo foi alvo de uma classificação a Bem de Interesse Cultural na categoria de Sítio Histórico.



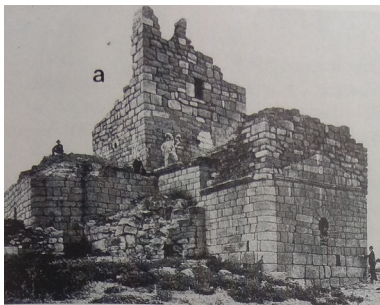
**Imagem 77:** Planta de localização do Sítio Histórico de Melque.

**Imagem 78:** Planta da igreja, mosteiro e habitações na proximidade - proposta de excavação e restauro.

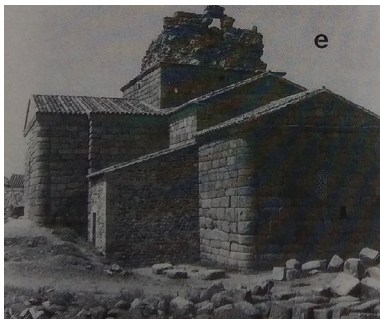




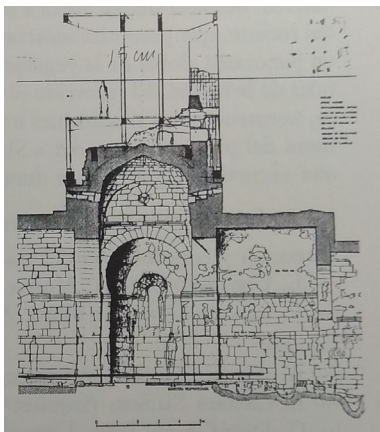
**Imagem 79:** Planta da Igreja de Santa Maria de Melque, por Zoreda e Latorre.



**Imagem 80:** Foto de Gómez-Moreno em 1919, mostrando o estado em que se encontrava a igreja.



**Imagem 81:** Igreja de Santa Maria de Melque após restauros em 1983.



**Imagem 82:** Proposta de restauro para o zimbório da Igreja, optando-se por restaurar por Anastilosis a base do mesmo e completar a restante torre com soluções reversíveis.

conjuntos habitacionais ao redor da igreja que, apesar de serem pobres, definiam uma aproximação controlada à igreja, essencial para o restauro da vivência do local. As obras de restauro realizadas na igreja ao longo do século XX foram igualmente mantidas, respeitando a história do edificado.

Talvez o ponto mais interessante tenha sido a intervenção no zimbório, em ruínas, tendo sido alvo de um restauro por *anastilosis* complementado com uma intervenção nova que se caracterizou pela reversibilidade da solução escolhida, de acordo com as teorias do restauro contemporâneas.

Para finalizar, é de referir a participação de Caballero Zoreda neste caso, marcando o começo da implementação da metodologia estratigráfica em Espanha, como nos explica González-Moro: *“Talvez o trabalho verdadeiramente inovador de Caballero seja precisamente o tratamento dado à igreja. O autor entende que no mosteiro ele está a escavar estruturas desaparecidas que são contemporâneas da igreja, que permanece completa e em contexto. Quando os ‘restauradores’ começam a transformação e a demolir alguns destes elementos, Caballero passa a considerar a igreja como o elemento mais importante da sua escavação, estudando a sua estrutura com um método arqueológico e iniciando assim em Espanha as primeiras análises de edifícios com metodologia estratigráfica.”*<sup>139</sup> (GONZÁLEZ-MORO, 1988, p.175).

#### Catedral de Santa Maria de Vitória-Gasteiz<sup>140</sup>:

Localizada em Álava, província espanhola do País Basco, a Catedral de Santa María de Vitoria-Gasteiz foi alvo de um processo de restauro sem precedentes, que resultou numa intervenção bastante completa e complexa num edifício com valor patrimonial.

Com o agravamento das anomalias que há muito faziam parte deste edifício, foi desencadeada uma intervenção coordenada pelo Conselho Provincial de Álava.

A primeira etapa de reconhecimento da Catedral passou pela reunião de informação sobre estas anomalias. Sendo formada uma equipa em 1991, o diagnóstico resultante dos cálculos estruturais levou ao fechamento da Igreja ao público em 1994.

Desde logo, como é referido no compêndio da intervenção, foi definido o objectivo de se desenvolver um Plano Director que estipulasse as acções necessárias para salvaguardar e intervir neste edifício.

As propostas apresentadas por um dos engenheiros que tinha realizado o diagnóstico - o Dr. Eng. Giorgio Croci - revelavam-se todas de carácter permanente<sup>141</sup>. Para os autores do plano/intervenção colocaram-se as seguintes questões: *“(…) seria lógico intervir mais uma vez sem conhecer a origem profunda dos problemas? Seria lícito? Não se iria correr o risco de voltar a repetir a história,*

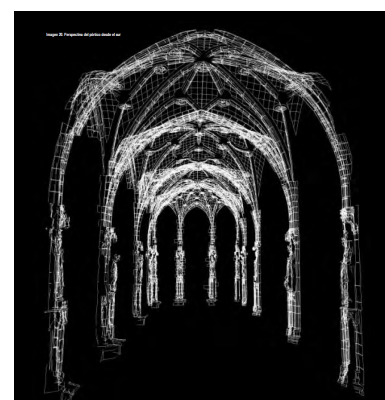
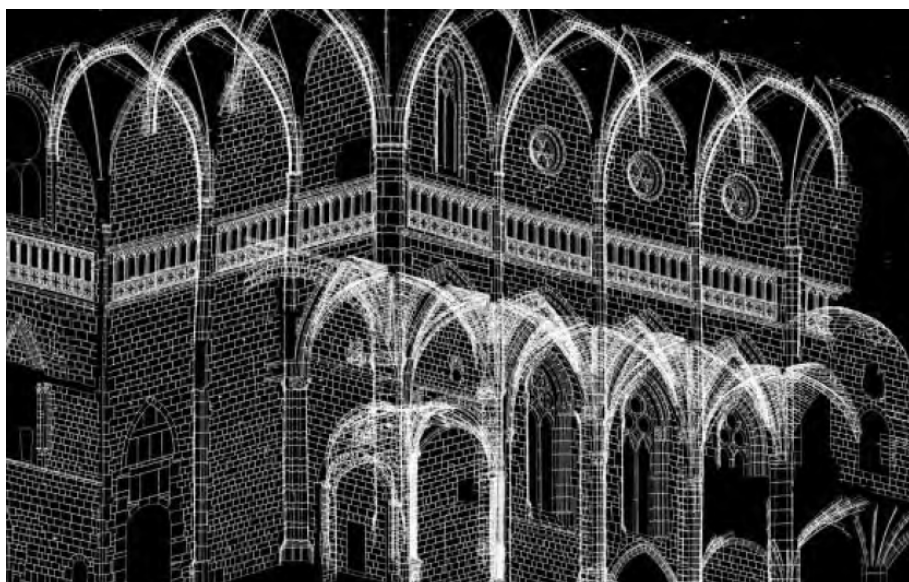
<sup>139</sup> Tradução livre da autora. No original: *“Talvez, lo verdaderamente innovador del trabajo de Caballero es precisamente el tratamiento dado a la iglesia. El autor comprende que en el monasterio está excavando estructuras desaparecidas que son contemporâneas a la iglesia, que permanece completa y en su contexto. Cuando los ‘restauradores’ inician la transformación y demolición de alguno de sus elementos, Caballero pasa a considerarla iglesia como el elemento más importante de su excavación, estudiando su estructura con un método arqueológico e iniciando así en España los primeros análisis de edificios con metodología estratigráfica.”*

<sup>140</sup> Sendo este caso de estudo só uma pequena parte de uma temática maior, não é possível aprofundarmos a análise de forma justa. Dessa maneira, se o leitor estiver interessado em compreender melhor este edifício, aconselhamos a belíssima compilação realizada pelo Conselho Provincial de Álava e disponível online: AZKARATE, Agustín, [et. al], *Catedral de Santa María Vitoria-Gasteiz*, 84-607-3785-3.

<sup>141</sup> Sendo estas: consolidação das construções com injeções de betão, construção de estrutura reticulada de reforço ao nível do trifório, sistema de reforço do topo das paredes perimetrais do transepto, reconstrução das coberturas do transepto, fixação provisória dos pilares da nave central.



**Imagem 83:** Levantamento tridimensional da Catedral. Nesta imagem vemos desde as formas mais simples à complexidade de informação que estes levantamentos fornecem.



**Imagem 84:** Levantamento tridimensional das abóbadas interiores. - acima.

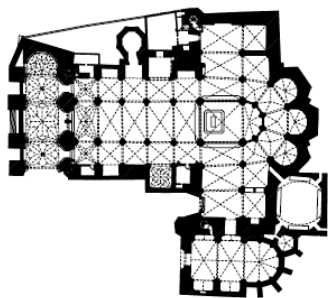
**Imagem 85:** Encontro do transepto com a nave. Levantamento tridimensional - à esquerda.



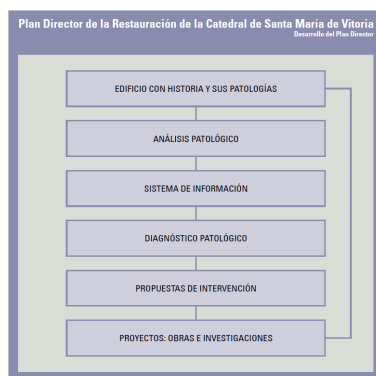
**Imagem 86:** Perspectiva da Catedral de Santa María de Vitoria-Gasteiz.



**Imagem 87:** Perspectiva do conjunto da Catedral de Santa María de Vitoria-Gasteiz.



**Imagem 88:** Planta da Catedral.



**Imagem 89:** Esquema de desenvolvimento do Plano Director de Restauro da Catedral.

*já viciada, de obras e reposições na Catedral?*<sup>142</sup>" (AZKARATE, 2018, vol.1, p.12).

Será com estes pressuposto que se iniciaram os trabalhos em Santa María de Vitoria-Gasteiz.

As primeiras acções desenvolvidas no monumento levaram à realização de um levantamento tridimensional do edificado - contribuindo quer como levantamento de problemas quer como base para se intervir. Para além disso, elaborou-se uma extensa pesquisa histórica do monumento. Tendo igualmente em conta o esquecimento a que igreja estar votada directamente relacionado ao seu mau estado de conservação. Todos estes elementos contribuíram para definir à partida que a intervenção resultaria na musealização da igreja que juntaria as pessoas através do seu envolvimento na apresentação quer dos estudos quer dos resultados finais.

Como já referido, este foi um estudo bastante complexo e, dessa forma, bastante elucidativo e pedagógico de se consultar. Para evitar perdermo-nos (ou perder o leitor) numa descrição aprofundada dos mesmos, deixaremos só referência aos mesmo, aprofundando somente os pontos que para esta investigação são importantes.

Como tal, parte dos estudos<sup>143</sup> realizados foi a aplicação da análise estratigráfica, tanto nos paramentos interiores quanto exteriores, de forma a compreender o edifício - imagem 93. Foi faseada na sua metodologia de aplicação sendo identificados sete passos para a sua correcta concretização - identificação e individualização das UE, registo das mesmas nas folhas, desenvolvimento do diagrama geral de sequência relativa, sintetização das actividades, redacção das folhas das actividades, construção do diagrama de actividades - com a sequência absoluta - e periodização dos resultados.

As descobertas levaram anos, mas os seus resultados trouxeram respostas para incongruências e perguntas que há muito permaneciam por esclarecer.

O resultado dos estudos efectuados levou à definição de uma proposta de intervenção que, além de consolidar estruturalmente o edifício - salvando-o da ruína - propôs o restauro global dos elementos materiais e a sua valorização permitindo que este monumento ressurgisse de novo como um edifício icónico da história do próprio País Basco.

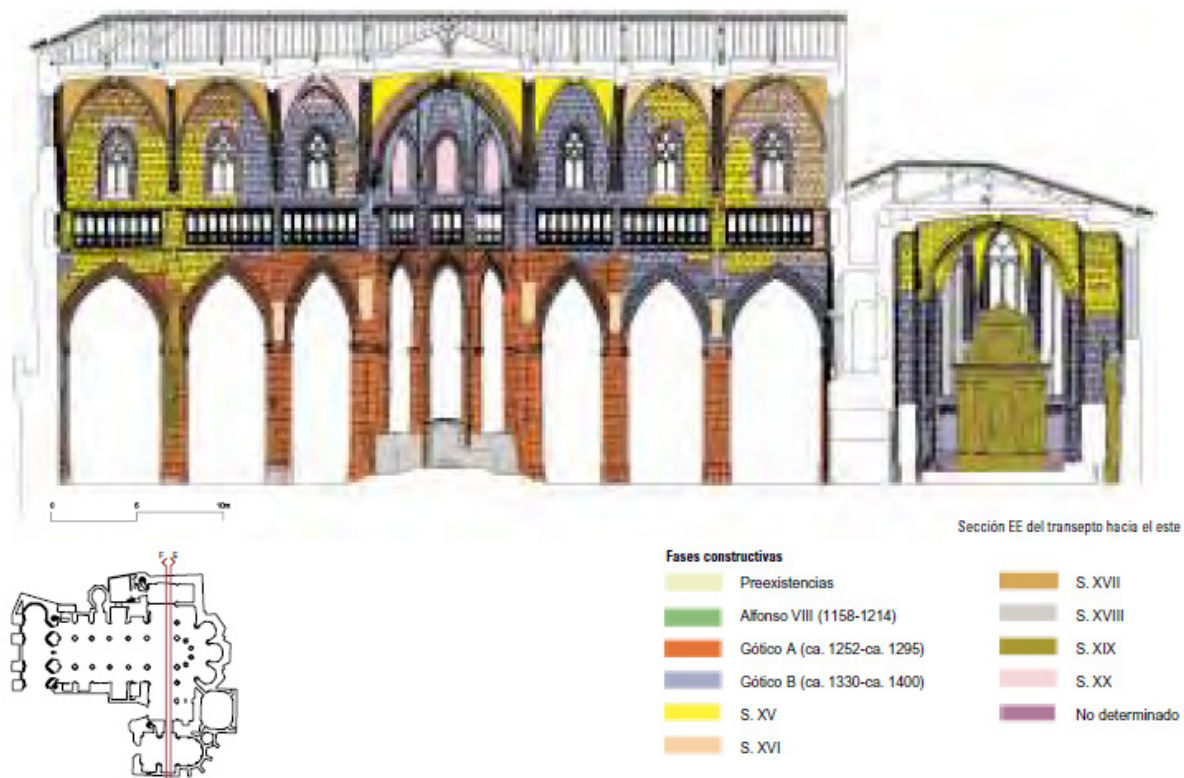
### 3.3.3 - Portugal - o começo

Apesar de ser um método com uma adesão cada vez maior, em Portugal o uso deste método é ainda recente. Infelizmente, a inexistência de pedagogias sólidas nos currículos oferecidos a nível universitário leva a que ainda exista um grande desconhecimento destas práticas. A este desconhecimento associa-se uma outra dificuldade a "(...) *situação peculiar da falta de interesse da maioria dos arquitectos portugueses pelas matérias relacionadas com o restauro arquitectónico.*" (RAMALHO, 2004, p.145).

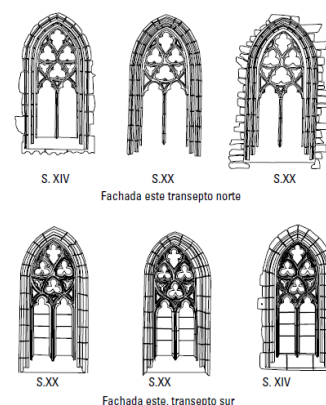
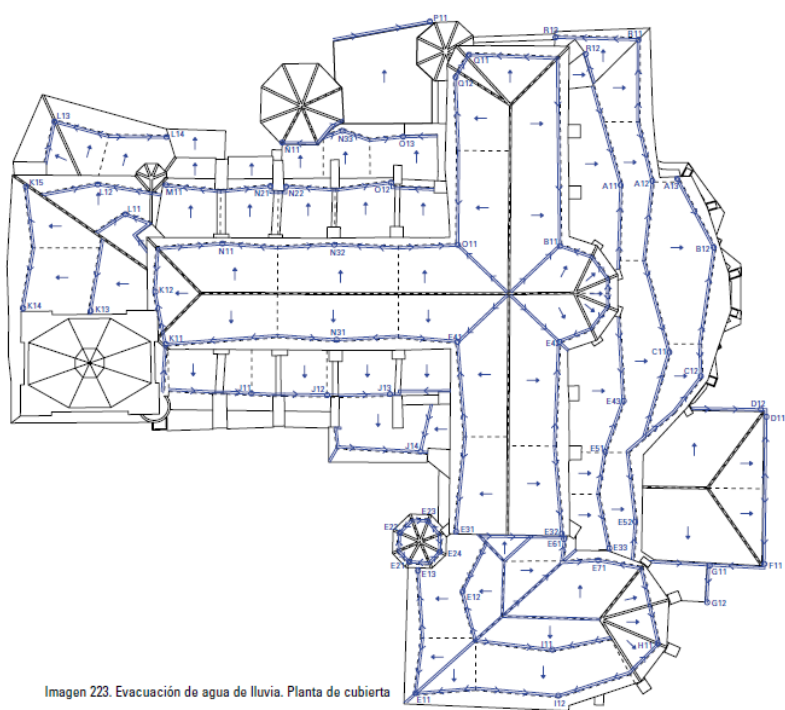
No entanto, no final do século XX já foram alguns os casos que viram este método aplicado. Muitas vezes de forma superficial ou numa componente

142 Tradução livre da autora. No original: "(...) ¿resultaba lógico intervenir una vez más sin conocer ele origen profundo de los problemas? ¿Resultaba siquiera lícito? ¿No se corría el riesgo de volver a repetir la viciada historia de obras y refacciones en la Catedral?"

143 Entre outros temas: análise histórica, análise arqueológica de escavação, identificação das técnicas construtivas e formas tipológicas, identificação das marcas de pedreiro, análise escultórica, catálogo e estado de conservação do património móvel, estudo das alvenarias de pedra, estudos dos revestimentos de reboco, estudo radiológico, classificação tipológica das janelas existentes, inspecção termográfica, análise das abóbadas, avaliação das humidades por capilaridade, colonização vegetal, levantamento e estudo dos tratamentos de restauro, descrição e geometria das estruturas de madeira, organismos xilófagos e estudos estruturais.



**Imagem 90:** Análise estratigráfica realizada nos alçados interiores da Catedral, com a respectiva legenda elaborada pela equipa responsável.



**Imagem 91:** Levantamento dos vãos de janela existentes para classificação tipológica e cronológica - acima.

**Imagem 92:** Planta de cobertura com identificação das direcções de evacuação das águas pluviais. Este permite perceber o funcionamento destas e detectar possíveis problemas existente - à direita.

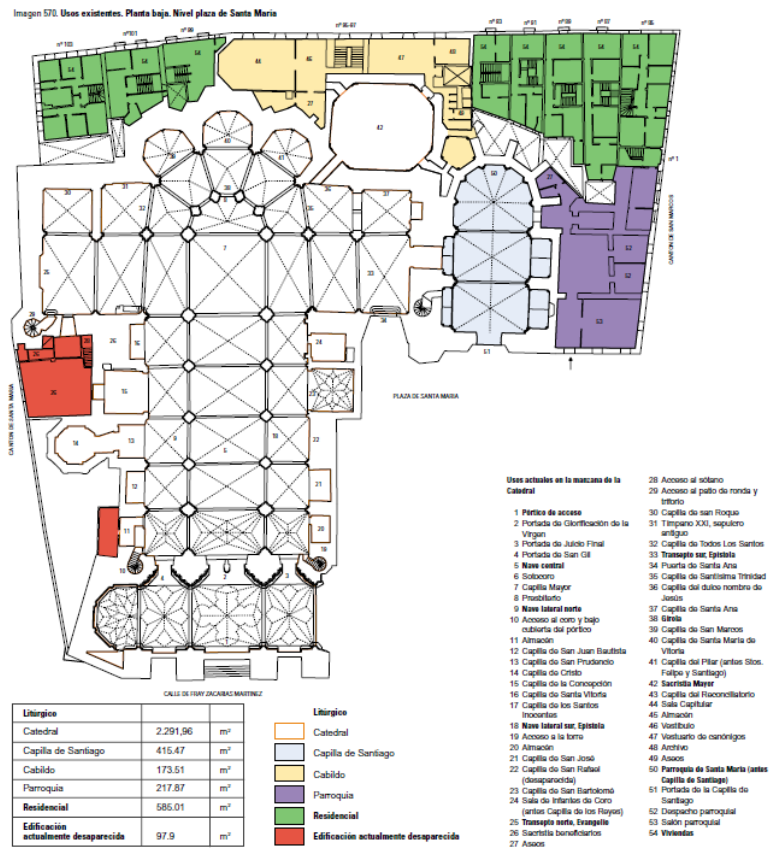
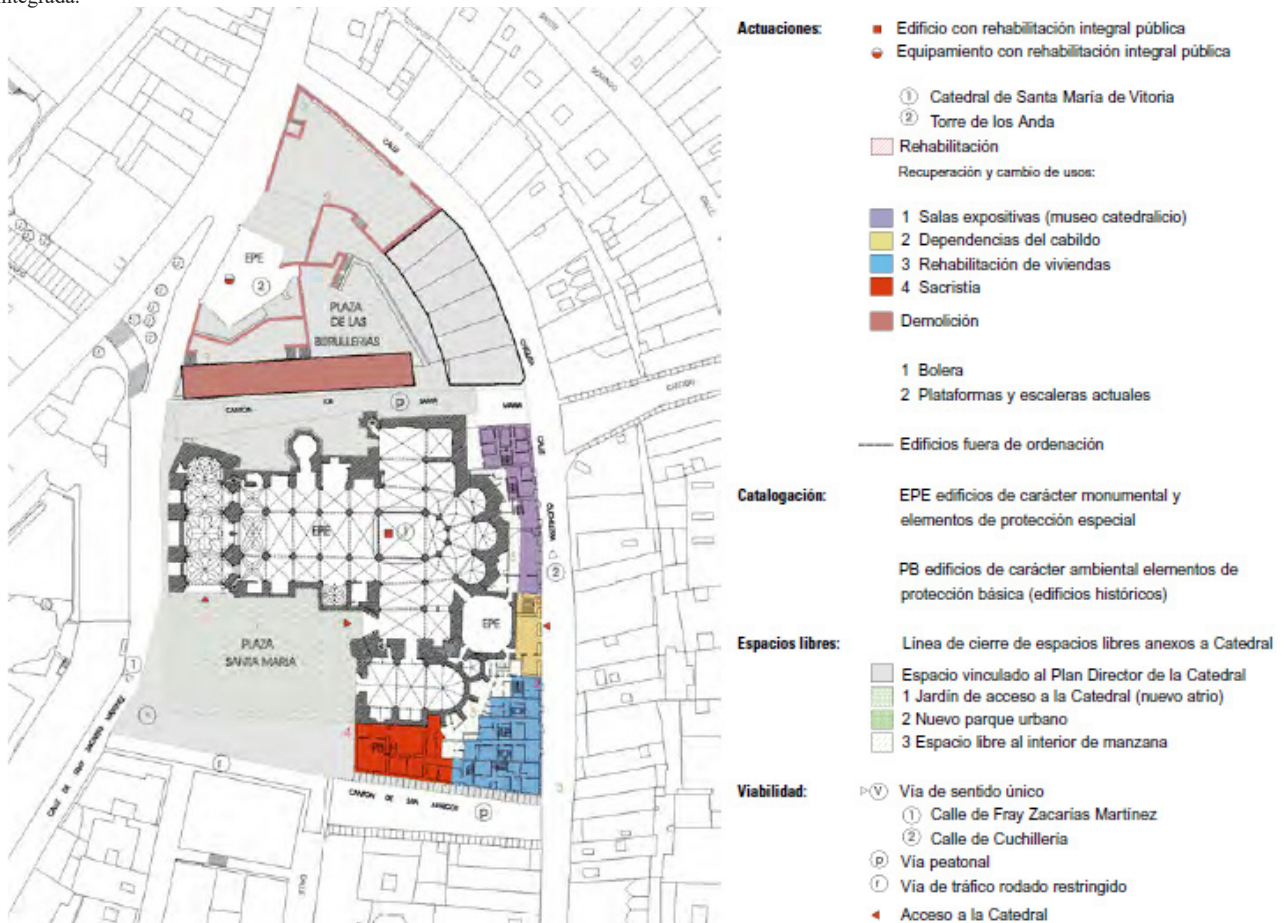
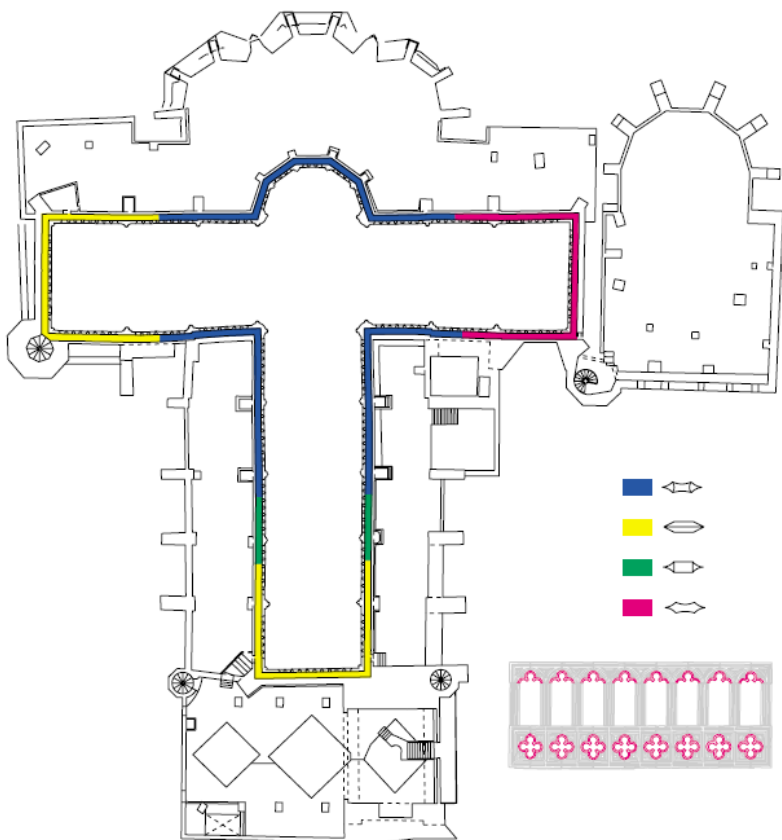


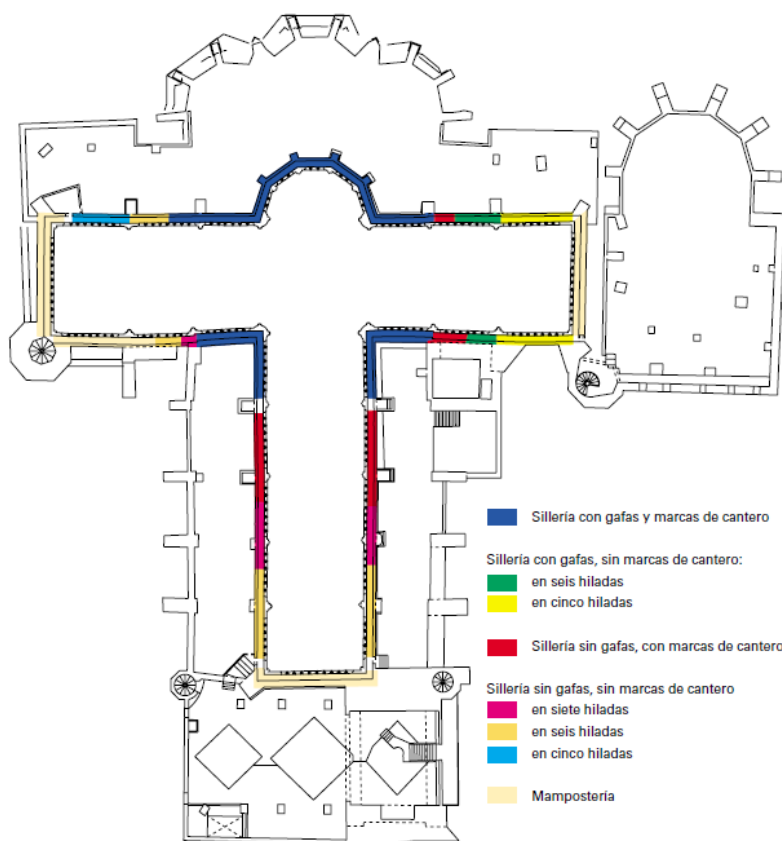
Imagen 93: Planta com identificação dos usos e portais existentes na igreja.

Imagen 94: Plano de Reabilitação Integrada.





**Imagem 95:** Levantamento do tipo formal dos arcos da Catedral.



**Imagem 96:** Levantamento do tipo formal dos arcos da Catedral.

maioritariamente arqueológica, tendo sido escolhidos quer pelo seu carácter paradigmático - Igreja de São Gião da Nazaré e Mosteiro de São Martinho de Tibães - quer por representarem colaborações importantes no campo da Arqueologia da Arquitectura - Mosteiro de Santo André de Rendufe.

### **Igreja de São Gião da Nazaré**

O primeiro caso onde se procedeu a um estudo completo da Arqueologia da Arquitectura em território nacional, foi na Igreja de S. Gião da Nazaré tendo o trabalho sido encomendado pelo IPPAR no âmbito do projecto de reabilitação do imóvel. O estudo foi coordenado por Luís Caballero Zoreda - contando ainda com a colaboração de Luís Fontes e Maria Ramalho<sup>144</sup>.

Alvo de várias interpretações, a Igreja de São Gião da Nazaré suscitou durante muito tempo dúvidas em relação à sua cronologia, a Igreja era vista por alguns estudiosos como visigótica e por outros como moçárabe. No entanto, um facto era incontestável, esta era um "*(...) importante testemunho da arquitectura cristã antiga da Europa Ocidental.*" (FONTES, 2006, p.49).

Esta importante construção, chegou ao século XVIII com a igreja arruinada e com a sua função alterada para quinta agrícola, contendo habitações para trabalhadores rurais. Após décadas de abandono foi adquirida pelo Estado e, através do IPPAR, desencandeou-se um programa integrado de conservação, estudo e valorização.

Numa primeira fase, foram definidos os trabalhos iniciais para se iniciar o estudo, que incluíam a recolha documental existente, contando para tal com a colaboração de um historiador<sup>145</sup>, a análise prévia da estratigráfica de alçados - pela equipa do CSIC -, a escavação arqueológica, tanto de cotas negativas como de cotas positivas - pela equipa da UAUM - e a limpeza e levantamento topográfico do existente "*(...) o qual, por si só, proporcionou novos dados de natureza científica e o estabelecimento das condicionantes de desenvolvimento dos projectos de conservação.*" (FONTES, 2006, pp. 49-50).

Esta primeira interpretação da evolução arquitectónica proveio do cruzamento da leitura estratigráfica com os dados da análise histórica, permitindo estabelecer os pontos necessários para sondagens arqueológicas esclarecedoras das dúvidas que restavam.

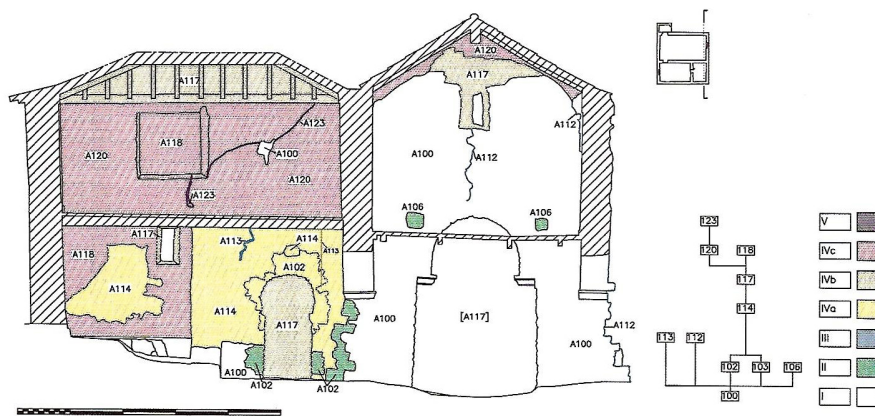
É interessante referir que, a colocação da estrutura de contenção e cobertura na igreja, foi igualmente alvo de acompanhamento arqueológico, permitindo registar todas as intervenções a que o edificado se sujeita, sendo que, como Luís Fontes esclarece "*(...) o registo das acções e a obtenção de dados proporcionada pelo acompanhamento arqueológico, constituem informação fundamental para a elaboração da história do monumento (...)*" (FONTES, 2006, p. 50).

A leitura estratigráfica realizada pela UAUM teve como base a análise prévia já realizada pelo CSIC permitindo proceder à decapagem dos revestimentos por camadas naturais de deposição. Esta foi realizada ao mesmo tempo que as escavações mais completas de solo.

Para além destes resultados, foram ainda efectuadas análises às argamassas

144 "La Iglesia Alto Medieval de São Gião de Nazaré (Portugal) - Lectura de Paramentos. 2001". Relatório nunca publicado da responsabilidade de L. C. Zoreda. In Arquivo Histórico da Arqueologia Portuguesa da DGPC, Processo S – 00179. Esta colaboração permitiu divulgar uma aplicação desta metodologia em Portugal, quer no Minho, por Luís Fontes, com repercussões na UAUM, quer em Lisboa, por Maria Ramalho, com repercussões no IPPAR.

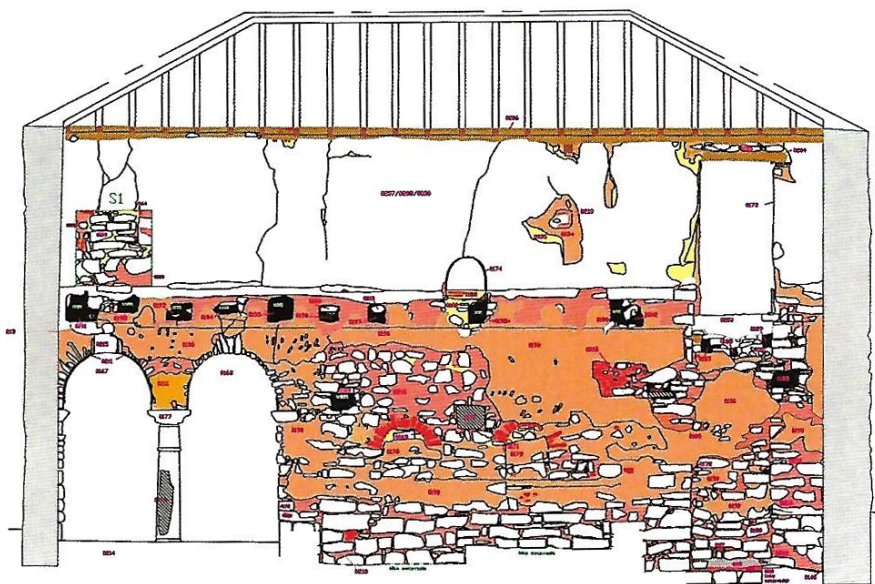
145 PENTEADO, Pedro - A Igreja e a Quinta de São Gião (Nazaré): Fontes documentais para a sua história. Nazaré-Lisboa, 1999. Relatório nunca publicado.



**Imagem 97:** Plano de Actividades estratigráficas (Etapas) de São João da Nazaré, segundo Caballero Zoreda.

4a/b	115A	1535	Mechinales en el muro S nave central	Mechinal, muro S nave central	13		100A	1500
4a/b	115A	1540	Mechinales muro S nave central	Mechinales muro S nave central	13	1541		1500
4a/b	115A	1541	Relleno de mechinales 1540, muro S nave central	Relleno de mechinales 1540, muro S nave central	13			1540
4a/b	116A	1538	Relleno de los mechinales del coro, muros N y S nave central	Relleno mechinales 1537, muros N y S nave central	12 13	117A	1549	100A 1537
4a/c	121A	1510	Suelo de era y murete	Murete adosado a fachada O	4		1527	100A 1500
4a/c	121A	1527	Suelo delante de la fachada O (era)	Suelo delante de la fachada O (era)	4			1500 1510
4a/c	122A	1031	Grufitos en fachada E de la casa moderna	Grufitos, fachada E casa moderna	2			118A 1019
4b	117A	1006	Ampliación y remodelación de la cara moderna, construcción del piso alto	Mechinales del forjado actual y forjado, transepto	6 7 12 13	116A 119A 120A 122A 124A 125A	1015	100A 101A 102A 107A 109A 112A 114A 116A 1000 1004 10147 1035 1053 1054
4b	117A	1014	Muro de tierra, perdido, arco de triunfo, transepto y ábside	Muro de tierra, perdido, arco de triunfo, transepto y ábside	2 6 12 13		1006	1000 1011
4b	117A	1016	Rotura y reparación, encima ventana sobre ábside, fachada E	Rotura y reparación, encima ventana sobre ábside, fachada E	2		1018 1019 1062	1000 1017
4b	117A	1017	Reparación de jambas y enfocado, ventana sobre ábside, fachada E	Reparación de jambas y enfocado, ventana sobre ábside, fachada E	2		1016 1018	1000
4b	117A	1018	Enfocado de fachada E, ábside	Enfocado de fachada E, ábside	2		1019 1032 1058	1030 1015* 1016 1017 1020 1021

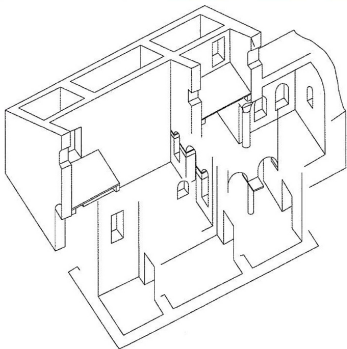
**Imagem 98:** Lista de unidades e actividades estratigráficas, complementar ao Plano de Actividades estratigráficas.



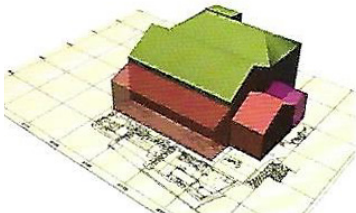
**Imagem 99:** Leitura estratigráfica de alçado interior da parede norte da nave da Igreja de São João, segundo UAUM.



**Imagem 100:** Igreja de São Gião da Nazaré.



**Imagem 101:** Proposta do edifício original, de acordo com os resultados obtidos da leitura estratigráfica realizada pela equipa do CSIC.



**Imagem 102:** Modelo 3D da restituição esquemática de fases construtivas - por cores - da igreja original, segundo a equipa da UAUM.

existente, permitindo assim estabelecer paralelos entre as amostras recolhidas.<sup>146</sup>

Apesar de poucos serem os artigos que nos informam dos resultados mais completos obtidos para esta igreja, Zoreda explica-nos as conclusões que o seu estudo prévio de leitura desvendou. No seu relatório sobre São Gião<sup>147</sup>, a conclusão que apresenta não deixa dúvidas: *"O edifício de São Gião forma uma unidade original. Não se pode comprovar, com a leitura de paramentos que exista um edifício anterior. Não utiliza parte de outras estruturas construtivas prévias. Foi um edifício construído ex-novo, apesar de reutilizar materiais soltos construtivos e decorativos."*<sup>148</sup> (ZOREDA, 2001, p.38).

A igreja, através da sua alvenaria, constituída por alvenaria de pedra irregular de grandes dimensões, enquadra-se entre os períodos tardo-romano e medieval. As características construtivas encontram paralelos com a Arquitectura Asturiana, designadamente os arcos peraltados assim como a cobertura em madeira que, devido à sua simplicidade permitida pela geometria do edifício, se assemelha às igrejas de três naves asturianas.

No geral, o edifício é composto por uma ábside abobadada, um corpo de transepto tripartido, salas laterais, ala de uma nave, iconóstase alto, sala sobre o transepto e coro.

Posteriormente, Zoreda identifica cinco etapas construtivas<sup>149</sup>:

**Etapa 1** - igreja original;

**Etapa 1/2** - elementos que com a leitura prévia não esclareceram qual a origem, podendo remeter para a igreja original ou posteriores a esta;

**Etapa 2** - período de uso do edifício original. Foram detectadas várias alterações pontuais, não sendo possível enquadrá-la sem nenhuma época ou fase de empreitada específica;

**Etapa 3** - ruína do edifício original, foram destruídas as dependências laterais;

**Etapa 4** - casa rural do século XVIII. Numa primeira fase unificaram-se as construções existentes, tendo sido posteriormente, numa segunda fase, acrescentado um piso.

**Etapa 5** - século XX. A descoberta da igreja à altura, despoletou uma série de estudos de carácter destrutivo que levaram à picagem de paredes e ao desmonte de zonas entaipadas.

### Mosteiro de São Martinho de Tibães<sup>150</sup>

Realizado pela UAUM, este estudo decorreu ao longo de mais de uma década, tendo sido iniciado em 1992 e concluído em 2005.

Localizado em Braga, este Mosteiro foi um dos vários encerrados no século XIX com a extinção das ordens religiosas. Classificado como Imóvel de Interesse

146 ANDRADE, Maria de Lourdes de, MATIAS, Pinto de Almeida Crespo, **Caracterização de argamassas antigas da igreja de São Gião - Nazaré**. Lisboa, Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, Departamento de Química e Bioquímica, 2006, Tese de Mestrado em Química Aplicada ao Património Cultural.

147 (ZOREDA, 2001).

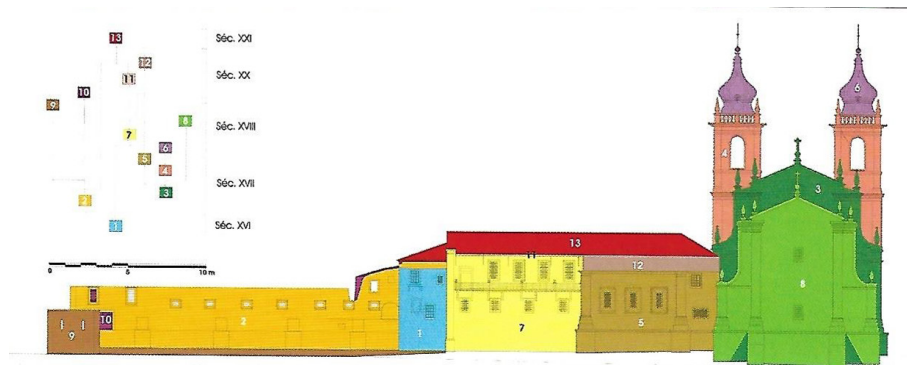
148 Tradução livre da autora. No original: *"El edificio de São Gião forma una unidad original. No se puede asegurar, por la lectura de paramentos que exista un edificio anterior. No utiliza parte de otras estructuras constructivas previas. Fue un edificio construido ex-novo, aunque sí reutilice materiales sueltos constructivos y decorativos."*

149 (CABALLERO, 2003).

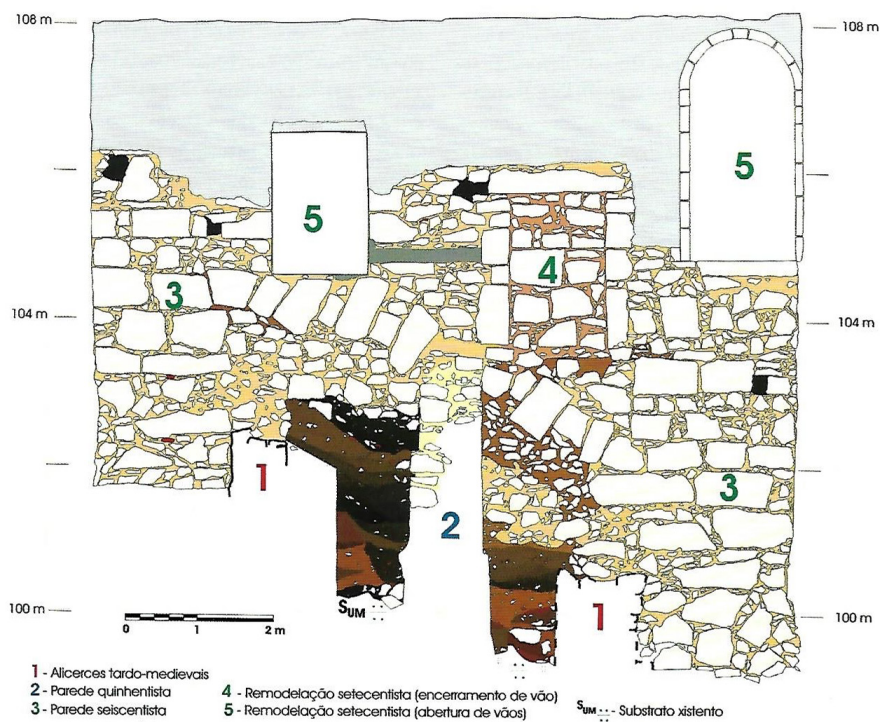
150 Para mais sobre este caso, aconselha-se a leitura de FONTES, Luís - **São Martinho de Tibães. Um sítio onde se fez um mosteiro. Ensaio em Arqueologia da Paisagem e da Arquitectura**. Departamento de Estudos, IPPAR, Lisboa, 2005.



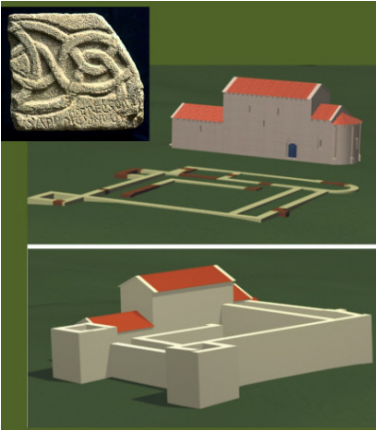
**Imagem 103:** Vista aérea do Mosteiro de São Martinho de Tibães em 1995.



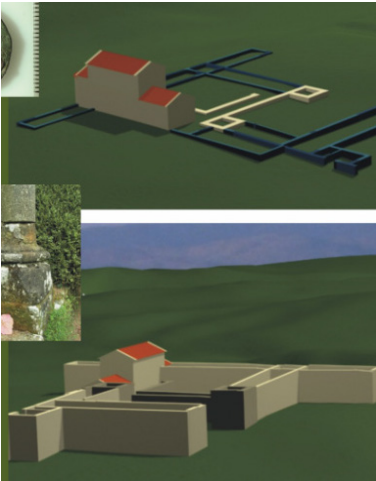
**Imagem 104:** Leitura estratigráfica da fachada nascente do Mosteiro de São Martinho de Tibães.



**Imagem 105:** Leitura estratigráfica aplicada à portaria quinhentista, com referência a leitura de estratos positivos e negativos.



**Imagem 106:** Modelo do Mosteiro correspondendo à Etapa das Edificações Medievais, séc. XI-XV.



**Imagem 107:** Modelo do Mosteiro correspondendo à Etapa da Reforma - séc. XVI.



**Imagem 108:** Modelo do Mosteiro correspondendo à Etapa das Edificações Modernas, 1ª fase.



**Imagem 109:** Modelo do Mosteiro correspondendo à Etapa das Edificações Modernas, 2ª fase.

Público foi comprado em 1986 pelo Estado português com o objectivo de fazer parte de um programa de recuperação, dinamização e reutilização. Com isto em vista, implementou-se um projecto de restauro e adaptação<sup>151</sup> usufruindo do Programa Operacional de Intervenção no Património.

Dentro dos trabalhos necessários ao projecto de restauro encontrava-se o estudo arqueológico, coordenado por Luís Fontes com a equipa da UAUM. Segundo este, haveria o "(...) duplo objectivo de proporcionar informação à direcção da intervenção que lhe permitisse desenvolver adequadamente os seus projectos e de aumentar o conhecimento sobre a história do sítio e do edificado." (FONTES, 2006, p.45).

Este estudo, contou com o apoio da equipa de historiadores que forneceu importantes documentos para a análise do edificado. Os trabalhos iniciaram-se com a escavação arqueológica do local que, como habitualmente, foi registada quer fotograficamente quer com elementos gráficos. De seguida procedeu-se à leitura estratigráfica parcial dos alçados e desenvolveram-se as primeiras fichas de descrição estratigráfica com a identificação de unidades estratigráficas murárias.

Estas análises resultaram num entendimento histórico e construtivo do edifício que se iniciou no século XI e estagnou no século XVIII, tendo sido identificadas três grandes etapas de construção:

**1ª Etapa** - compreendida entre o séc. XI-XV, esta corresponde às edificações medievais do mosteiro. Dentro deste período, foi possível reconhecer no edificado o mosteiro medieval primitivo assim como a sua reconstrução românica - restando alguns alicerces da igreja e das casas anexas.<sup>152</sup>

**2ª Etapa** - compreendida ao longo do século XVI, esta corresponde à etapa de reconstruções e ampliações da reforma. Apesar de se manter a igreja medieval, a mesma foi alvo de manutenções que resultaram no acrescento de novas construções. Além destas, o claustro é reconstruído e edifica-se o novo bloco Poente.

Com a chegada da segunda metade do século XVI, as ordens religiosas sofrem uma reforma, passando o mosteiro a abarcar a casa-mãe da congregação beneditina portuguesa. Esta alteração de função vai resultar no planeamento de projectos de reconstrução que se irão realizar ao longo dos séculos seguintes, constituindo a 3ª Etapa de construções.

**3ª Etapa** - compreendida entre o séc. XVII-XVIII, esta etapa será a mais complexa, contendo três fases distintas. Inicialmente, e ao longo do século XVII, o aumento de monges resultante do novo papel do mosteiro como sede de congregação levou à construção de uma série de novas dependências - novo noviciado, nova cozinha, novo dormitório e novo claustro do refeitório.

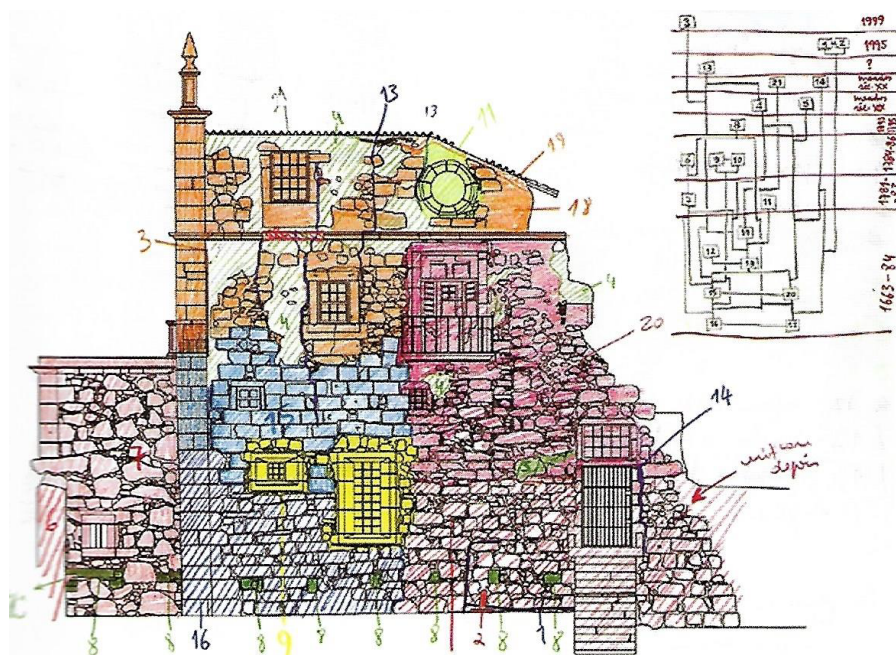
No final do século XVII, numa segunda fase de intervenções, foi construída a nova sacristia assim como a portaria e portão dos carros na cerca existente, marcando novas entradas para o mosteiro. As obras do bloco Poente foram terminadas, resultando num acrescento de inúmeras dependências.

Por fim, durante o século XVIII, o edifício terá intervenções de remate, ampliações e remodelações, resultando em restauros e embelezamentos do mosteiro.

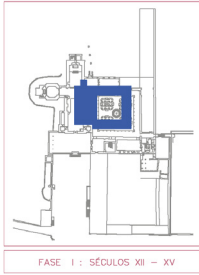
Com a extinção das ordens religiosas, o mosteiro é comprado por privados, sofrendo um grande incêndio em 1894. Em grande estado de ruína e, após ter sido saqueado diversas vezes, este edifício histórico é comprado pelo Estado

151 Projecto realizado pelos Arq.º João Carlos Santos e Arq.ª Maria João Dias Costa.

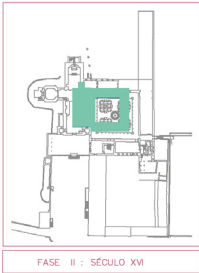
152 O estudo de da Igreja do Mosteiro de São Fins de Friestas em Valença, partilhando semelhanças com a planta da igreja do mosteiro em estudo, permitiu compreender a sua tipologia e volumetria.



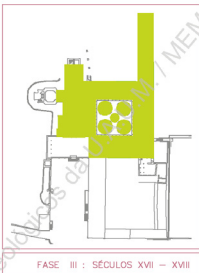
**Imagem 110:** Leitura estratigráfica pormenorizada sobre o alçado do Mosteiro de Santo André de Rendufe.



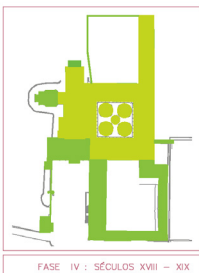
**Imagem 111:** : Esquema da Fase Construtiva 1 - Edificação Medieval - datada dos séculos XII-XV.



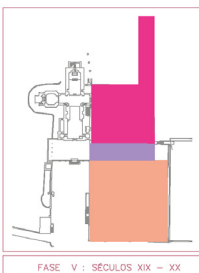
**Imagem 112:** Esquema da Fase Construtiva 2 - Reconstrução (?) da Reforma - datada do século XVI.



**Imagem 113:** Esquema da Fase Construtiva 3 - Reedificação Moderna - datada dos séculos XVII-XVIII.



**Imagem 114:** Esquema da Fase Construtiva 4 - Ampliação Moderna - datada do século XVIII.



**Imagem 115:** Esquema da Fase Construtiva 5 - Abandono, Ruína e Reparações Contemporâneas - datada dos séculos XIX-XX.

Português.

Hoje, a após todas as intervenções, o mosteiro mantém uma função religiosa - igreja -, cultural - museu - e educativa - escola profissional.

### Mosteiro de Santo André de Rendufe

Mosteiro Beneditino fundado no final do século XI, foi uma das "(...) *mais importantes abadias da Reformada Congregação Beneditina do Reino de Portugal (...)*" (FONTES, 2006, p.47).

Vendido a particulares após a extinção das ordens religiosas em 1834, foi usado como exploração agrícola em paralelo com a fracção pertencente à paróquia - igreja e parte do claustro.

Posteriormente classificado como Imóvel de Interesse Público, fez parte do Programa de Recuperação dos Conjuntos Monásticos implementado pelo IPPAR.

O estudo iniciado em 2001, com a duração de cinco anos, foi realizado mais uma vez pelo departamento da UAUM, coordenada pelo arqueólogo Luís Fontes, num conjunto de estudos de diversas especialidades que tinham por objectivo partilharem as suas conclusões de forma a integrar uma intervenção projectual.

O Plano de Trabalhos, antes de qualquer intervenção, visou fazer uma recolha de documentação e um levantamento fotográfico do existente. No seguimento destas, seria feita uma primeira análise da evolução do edificado - com recurso a um estudo prévio de alçados - e seriam identificadas as condicionantes arqueológicas.

A leitura dos alçados, foi realizada com base no levantamento do edificado existente, permitindo produzir um diagrama síntese das relações estratigráficas. A partir deste foi possível identificar cinco fases construtivas, que se identificam conforme as imagens aqui apresentadas.

Numa segunda fase de trabalhos, o levantamento detalhado foi encomendado para servir de base a uma leitura estratigráfica detalhada que usufruiu de sondagens e escavações pontuais como método de confirmação de hipóteses.

É importante referir que, "*Com esta intervenção em Rendufe desenvolveram-se procedimentos padronizados de recolha de dados, utilizando-se um conjunto diversificado de fichas de registo, que se aperfeiçoaram com base nas experiências anteriores.*" (FONTES, 2006, p. 48).

Os dados recolhidos permitiram consolidar a ideia do projecto de intervenção contribuindo com a identificação das paredes importantes do edifício a manter, que se caracterizam pelo amplo palimpsesto construtivo de que dispõem.

### 3.3.4 – Portugal – a nova realidade

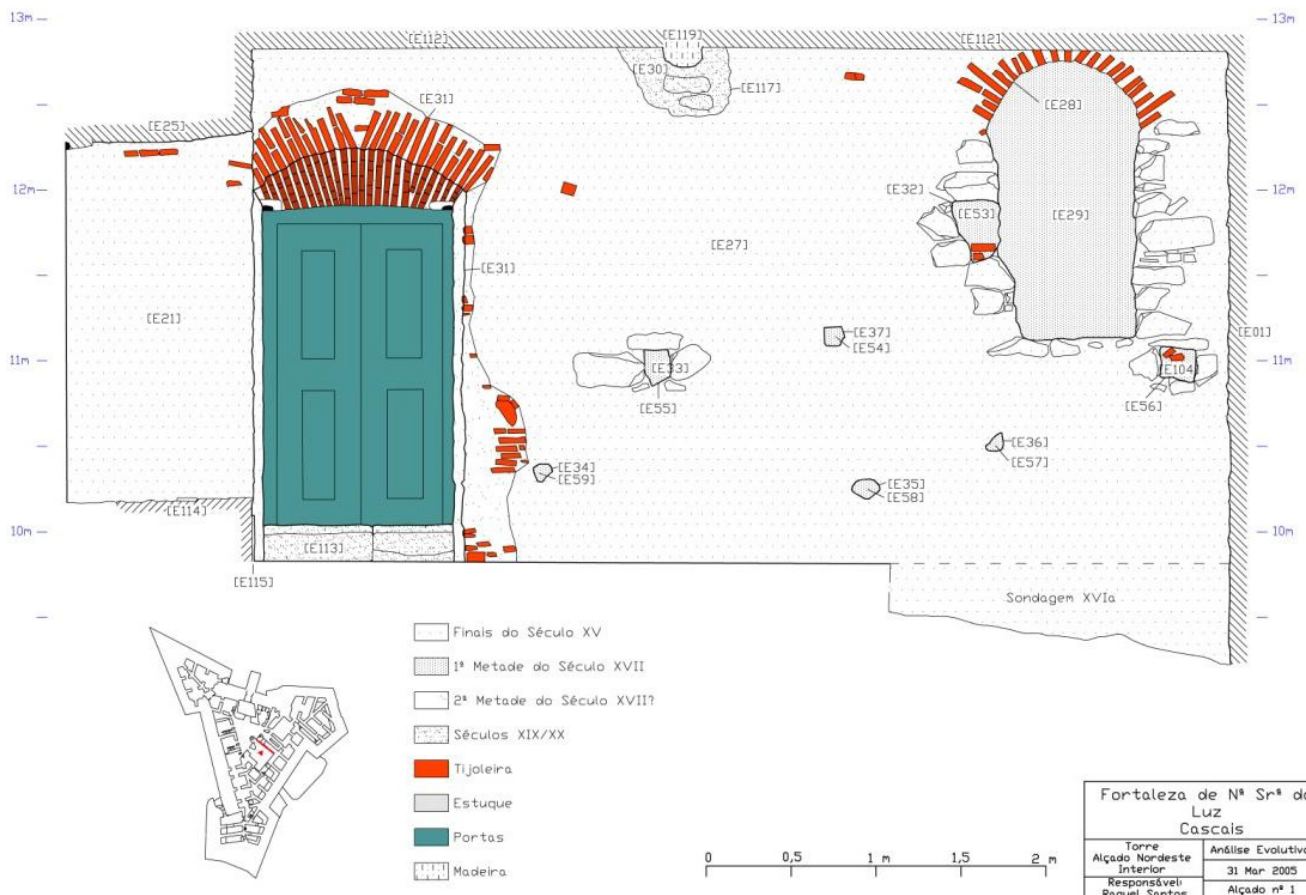
Com uma aplicação cada vez maior, é pertinente dar a conhecer, nos dias que correm, a realidade portuguesa com o desenvolvimento da prática deste método.

Todos os casos enumerados acima ou foram desenvolvidos individualmente por especialistas, ou resultaram da formação de equipas ligadas a departamentos universitários com uma grande componente pedagógica.

Hoje em dia, cada vez mais, surgem empresas de arqueologia que, mesmo que parcialmente, desenvolvem algum trabalho no âmbito da Arqueologia da Arquitectura. Os resultados geralmente apresentam-se em forma de relatório e servem como um dos pontos de partida para o desenvolvimento da intervenção a realizar, caso seja esse o entendimento do projectista.

O problema é que, infelizmente, ainda não é uma metodologia aceite na sua

**Imagem 116:** Análise evolutiva do Piso térreo da Torre, parede nordeste.





**Imagem 117:** Planta da Cidadela de Cascais com identificação dos Imóveis Classificados e suas ZEP.



**Imagem 118:** Localização da Fortaleza da Luz em Ortofotomapa.



**Imagem 119:** Fortaleza de Nossa Senhora da Luz em Cascais.



**Imagem 120:** Fotografia da parede nordeste, após a picagem de rebocos.

totalidade sendo que muitas vezes os estudos são solicitados pelas entidades de tutela no âmbito de intervenções em zonas especialmente sensíveis do ponto de vista histórico, em edifícios classificados ou em zonas de protecção. Importa ter também em conta que o Regulamento de Trabalhos Arqueológicos passou a integrar como trabalho arqueológico o registo da "estratigrafia murária"<sup>153</sup>.

De qualquer forma, são cada vez mais as empresas que se especializam neste ramo, nomeadamente a *Neoépica*<sup>154</sup>, uma empresa de arqueologia com sede na região de Lisboa.

Com diversos estudos da Arqueologia da Arquitectura, será interessante aqui explorar um caso de aplicação para se perceber a utilidade contemporânea da metodologia. Para isso, escolhemos o exemplo da Fortaleza de Nossa Senhora da Luz em Cascais, cujo estudo foi realizado por João Pedro Cabral, Maria de Lurdes Nieuwendam e Paulo Rebelo - da equipa Neoépica.

### Fortaleza de Nossa Senhora da Luz em Cascais

Edifício militar do século XV, este monumento, classificado Imóvel de Interesse Público, foi alvo de um projecto de restauro e adaptação a museu financiado pela autarquia. Prévios ao desenvolvimento do projecto, foi necessário realizar estudos arqueológicos para "(...) resolver dúvidas acerca da configuração e evolução diacrónica do conjunto edificado (...)" (SANTOS, 2011, p.17).

Por motivos estruturais, foi necessário proceder à picagem de paredes que resultou na possibilidade de analisar estratigraficamente o edifício. Esta análise foi metodologicamente desenvolvida em várias fases após a picagem das paredes. Foram preenchidas as Fichas de Estrutura<sup>155</sup> correspondentes, com descrição detalhada da UE e as respectivas paredes foram registadas em desenho e fotografia. Deste estudo foi possível criar uma sequência cronológica e física da construção.

Como referido pela autora, membro da equipa que esteve por trás destes estudos, foi essencial o trabalho de várias disciplinas para obter estes resultados, permitidos através do cruzamento da leitura paramental, das sondagens do subsolo, dos materiais exumados, das análises físico-químicas, das amostras de argamassas e das fontes documentais.

Desta forma "*Foi possível caracterizar aparelhos construtivos e elementos arquitectónicos, bem como enquadrá-los num determinado momento construtivo ou fase de ocupação, o que permitiu definir as estruturas que deveriam ser mantidas, salvaguardadas e incorporadas na futura musealização do espaço, aquelas que teriam integridade e relevância suficientes para integrar o próprio espaço expositivo, mas também aquelas que poderiam ser 'sacrificadas' por motivos de viabilização do projecto.*" (SANTOS, 2011, p.18).

153 Decreto-Lei nº164/2014 de 4 de Novembro, Anexo: **Regulamento de Trabalhos Arqueológicos**, alínea g) do art.º 2º: "*«Trabalhos arqueológicos», todas as ações realizadas em meio terrestre e subaquático que, através de metodologias próprias da arqueologia, visem a identificação, registo, estudo, proteção e valorização do património arqueológico, efetuadas por meio de prospeções, sondagens, escavações, acompanhamentos arqueológicos, ações de registo de contextos, estruturas arqueológicas e estratigrafia da arquitetura e ações de conservação e valorização em monumentos, conjuntos e sítios.*"

154 Uma das responsáveis por esta empresa, Raquel Santos, desenvolveu a primeira tese de mestrado em Portugal dedicada a esta temática: SANTOS, Raquel Marina Gonçalves C., **Arqueologia da Arquitectura. Perspectivas metodológicas**. Faro, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade do Algarve, 2010, 316 f., Tese de Mestrado.

155 Entenda-se Fichas Estratigráficas.



#### **4. A CASA SENHORIAL**



#### 4.1 Enquadramento terminológico das Casas Senhoriais. Designações ou terminologia consagrada (séc. XII - XVIII)

No contexto português, as diversas residências senhoriais que se foram construindo desde a Baixa Idade Média até ao século XVIII adoptaram uma terminologia que ainda se encontra em uso. Podendo embora tratar-se de uma terminologia que tem vindo a ser dissecada e analisada por vários historiadores, não corresponde a um conjunto de tipologias: ou seja, o léxico designativo não contém as características tipológicas inerentes a cada caso, antes sim à sua hierarquia no quadro da mais ampla designação de “casas senhoriais”.

Cabe-nos, mesmo assim, proceder a uma rememoração dos termos, em traços gerais, e em que consistem, em cada uma das designações consagradas pela tradição. Assim:

##### 4.1.1. O Paço

O Paço não é mais que a designação para uma habitação nobre. Associado a si estão as ideias de poder, nobreza e império. “[O] poder régio concretiza-se, no imaginário colectivo, pelo local onde ele se exerce, o *palatium*.” (VIEIRA DA SILVA, 2002, p.36), ou melhor dizendo, de posse territorial alargada e amplificada através de um discurso de poder, que pode ter a sua raiz na linhagem a que pertence e no título que a legitima, geralmente no topo da pirâmide social nobiliárquica..

Segundo Vieira da Silva, a palavra Paço provém de uma tradição romana – o *Palatium* – habitação do Imperador e Patriciado, que se associa à tipologia de sala germânica. Em Portugal, distingue-se devido ao seu carácter civil dos castelos, que são arquitectura explicitamente militar.

Lugares de prestígio, os paços eram propriedades rurais ou urbanas, mantendo, porém, durante a Baixa Idade Média, por razões que se prendem com a retórica senhorial, uma imagem muitas vezes militarizada, com recurso a merlões coroando os muros (que só poderiam, até ao século XIV ser montados com autorização expressa do monarca, o chamado “*ius crenelandi*”<sup>156</sup>) e torres, com uma função mais imagética e icónica do que objectivamente castrense. Estas surgem assim como símbolo da posse sobre as terras e como sinal de soberania, mas também como símbolo de um passado familiar prestigioso e cavaleiresco.

##### 4.1.2. O Solar

O Solar representa uma tipologia arquitectónica residencial, típica da nobreza em Portugal. Arquitectura histórica, como o autor Carlos de Azevedo nos indica, caracteriza-se por ser uma “(...) *casa que atravessou gerações e subsistiu pelos séculos fora tenha sofrido obras, restauros, ampliações e transformações, quer no exterior, quer no interior.*” (AZEVEDO, 1971, p.287).

No seu livro, “Solares Portugueses”, o autor apresenta-nos o conceito de torre como começo da história da casa senhorial. Associadas visualmente a castelos, a torre aqui empregue será usada num contexto mais habitacional – a casa-torre -, no entanto, garantindo uma função defensiva se houvesse necessidade: “*Quando, na época da reconquista, surgiu a necessidade de se construírem habitações que, por motivos óbvios precisavam de ser fortificadas, era natural que se tivesse aproveitado a lição da arquitectura militar, que oferecia o tipo acabado de casa-forte na forma de uma torre.*” (AZEVEDO, 1971, p.21).

Apesar do anterior, com a redução da necessidade defensiva, também o propósito da torre se foi alterando, e “(...) *depressa a torre se tornou mero símbolo senhorial, erguida com autorização régia quando o monarca concedia privilégios às torre de determinado senhor.*” (AZEVEDO, 1971, p.22).

156 “(...) *princípio jurídico que proclama o monopólio régio de edificar fortificações ou obras militares.*” - Cit. in Mário Barroca, D.Dinis e a *Arquitectura Militar Portuguesa* in Revista da Faculdade de Letras: História, Série II Vol. XV Tomo I, Porto, 1998, p. 807.

No século XVI, associadas às torres, começam a surgir dependências, identificadas pelo autor em três géneros: ala residencial mais a torre, duas torres e um corpo de ligação ou torre como elemento central. Será neste segundo género que se pode enquadrar o Palácio de Valflores.

Com a passagem pelo Renascimento, foram adoptadas outras características que vieram rematar e adaptar-se às torres solarengas, assim como às suas dependências: “(...) o emprego da coluna e da pilastra com capitéis das diferentes ordens é uma das características do ressurgimento clássico. Quanto à *loggia*, ou galeria, vai também ser adoptada numa versão mais simples, sem arcada, apenas com colunata sustentando a aba do telhado e dando origem às extensas varandas que caracterizam tantas casas portuguesas.” (AZEVEDO, 1971, p.40).

#### 4.1.3. A Quinta de Recreio

A Quinta-Recreio surge como tipologia distinta da quinta rústica pela existência do factor de vilegiatura e de busca de um lugar de recolhimento amável e aprazível, não deixando, porém, de parte, os traços inerentes à actividade económica primária, em especial hortícola, agrária e até pecuária. Aliás, tendo como base a ideia defendida por Amílcar Pires na sua tese de doutoramento “Vilegiatura e Lugar na Arquitectura Portuguesa”, vilegiatura é definida como um “(...) lugar de deleite integrado num contexto rural (...)” (PIRES, 2008), dando alcance ao significado de “quinta” que é também dita “de recreio”.

Contrariamente à concepção de arquitectura fechada sobre si própria, típica na Idade Média, esta começa a partir do séc. XVI a abrir-se ao exterior, pelo que aparecem as varandas e *loggias* estabelecendo uma relação visual com a paisagem (a Quinta de Valflores é um dos primeiros exemplos, conhecidos em Portugal, deste tipo de solução).

Usada como residência secundária para os nobres, a Quinta de Recreio era uma casa para “(...) respirar melhores ares enquanto vigiavam as suas produções agrícolas.” (PIRES, 2008).

Sendo o seu proprietário sempre cidadão, a cidade é considerada como um pólo gerador, localizando-se as quintas na periferia, tirando partido do clima, da água, dos solos e das vistas.

Segundo Amílcar Pires, a sua organização espacial é marcada por uma entrada pelo pátio ou terreiro. O primeiro espaço a que se acede será a “*casa de fora*” (ou, mais propriamente, a sala de entrada) com ligação à casa de jantar<sup>157</sup>. A cozinha localiza-se no piso térreo ou pode ser anexa. Junto a si tem uma escadaria principal ou secundária.

A capela – dependência que se generaliza sobretudo a partir do séc. XVII – é um volume autónomo, junto do corpo da habitação. A fachada desta, não se integrando na fachada principal, apresenta-se num plano diferenciado, quer por recuo, quer por lateralização. Poderá, em alguns casos, ser assimilada no miolo da casa numa zona de transição, situação comum a muitos solares seiscentistas e setecentistas alentejanos.

Por fim, temos a área de produção agrícola e jardins que se caracteriza pela existência de uma mata – elemento climatizador de disposição orgânica -, um jardim formal – próximo da casa e motivo de fruição pela varanda ou *loggia* -, e uma horta/pomar – suporte económico e com disposição em socialcos. “A fruição da Quinta de Recreio passa também pelo habitar de espaços definidos por construções que pontuam os seus jardins, hortos e pomares em locais estrategicamente escolhidos – as Arquitecturas de Prazer.” (PIRES, 2008).

---

157 A implementação do corredor só foi adoptada a partir do séc. XVIII.

A quinta também tem uma grande importância urbanística, apresentando-se como núcleo de um aglomerado em que, sendo a casa do proprietário agrícola, origina o aparecimento de espaços residenciais para os trabalhadores. Por fim, origina o espaço de culto – a capela.

#### 4.1.4. A Casa-Rural

A Casa-Rural, sendo uma designação, é na realidade, como aliás as demais, uma criação moderna, e integra características que podemos já, do ponto de vista descritivo, integrar na categoria tipológica. Por isso, é assim que justamente é abordada pelo autor João Vieira Caldas na sua tese de mestrado<sup>158</sup> “A Casa Rural dos Arredores de Lisboa no séc. XVIII.”

Nas várias temáticas que o mesmo enuncia, é de referir as perguntas que surgem como base à sua investigação: *“Como e onde viviam então a nobreza e o alto clero da roda da corte? Como eram as suas casas ou palácios urbanos, suburbanos e rurais? Em que medida se distinguiam das habitações das outras camadas sociais?”* (CALDAS, 1999, p.32). Destas, o que será relevante entender diz respeito à tipologia identificada como Casa-Rural – como esta surge, se caracteriza e de que forma o Palácio de Valflores aqui pode encontrar um tipo arquitectónico que o define.

Opondo a denominação de Quinta ao Casal Saloio e à Herdade, o autor define-a como *“(…) unidade rural de dimensão muito variável que inclui terrenos abertos de cultivo, outros delimitados, por vezes murados, para hortas e pomares, construções de apoio à agricultura e à criação de animais, moradias para caseiros ou outros trabalhadores e a casa do proprietário.”* (CALDAS, 1999, p. 34). Este mesmo conceito é definido como oposto ao de Solar<sup>159</sup>, caracterizado como *“(…) núcleo também duma propriedade rústica mas em que a própria casa/construção se identifica com a casa instituição nobiliárquica conferindo estatuto à família que lhe está ligada e vice-versa.”* (CALDAS, 1999, p.34).

A Quinta existe como habitação secundária, tendo o proprietário casa ou palácio em Lisboa. Pode ser suburbana – em contexto de proximidade – ou rural – ou pode ser arrendada ou até mesmo propriedade de pequenos agricultores.

O autor apresenta-nos dois factos importantes que se referem à edificação da construção e a um período chave de alterações ao mesmo. No contexto edificatório do edifício *“(…) houve sempre uma habitação anterior que se quis engrandecer, velhas casas de pouca utilidade ou um mero palheiro cujas estruturas foram aproveitadas na nova construção.”* (CALDAS, 1999, p. 36), tendo em mente que *“[q]uase todas as habitações que se prezavam tiveram as suas alterações e melhoramentos durante o séc. XVIII.”* (CALDAS, 1999, p.35).

158 Posteriormente publicada.

159 Este conceito é mais desenvolvido com Carlos de Azevedo, no seu livro “Solares Portugueses”, abordado no ponto 3.1.2. do presente capítulo.



## 4.2 Enquadramento Histórico

Já acima enunciado, ainda que sob pretexto da terminologia, a história da casa representativa da posse de terras pela nobreza ou até pela burguesia recém nobilitada, atravessa como é óbvio vários séculos. Interessa-nos agora, e para efeitos desta tese, centrarmo-nos nos antecedentes e nas variantes e invariantes que determinam o contexto em que irá ser erigida a Quinta de Valflores, cingindo-nos, portanto, a uma avaliação global dos paços e casas senhoriais medievais até ao advento do Renascimento, entre os século XII e até finais do século XVI.

### 4.2.1. Poder régio e espaço doméstico

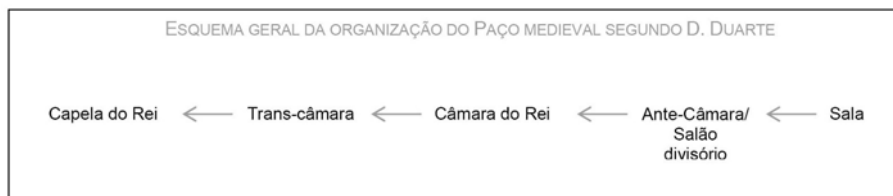
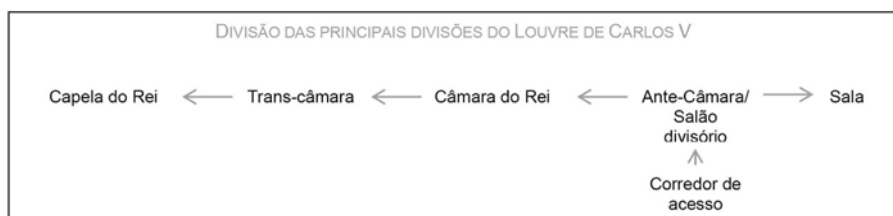
A arquitectura paço e as tipologias que foi assumindo foi, no essencial, fortemente influenciada pelos monarcas, especialmente tendo em conta a constituição de um Estado com uma considerável centralização do poder, como é o caso de Portugal, desde a Baixa Idade Média e com flutuações, mas que não alteram esta premissa. Os casos mais bem acabados de iniciativa régia integravam-se nos sistemas defensivos das cidades e vilas: assim acontece com as torres de menagem de Estremoz (D. Dinis/D. Fernando) ou de Beja (D. Fernando/D. João I-D. Manuel). Mantém-se, porém, em tais exemplos, a estrutura tradicional com dispositivos novos optimizando a capacidade defensiva. Se em termos materiais a construção era agora objecto do uso de estruturas maioritariamente em pedra e alvenaria, constata-se que a velha (e significativa) estrutura em Torre ou *Domus Fortis* se mantinha ligada ao estatuto de representação de poder. Porém sacrificava-se o conforto doméstico, “(...) permanecendo a dinâmica de circulação interna vertical, com a sucessão de pisos e sobrados num só espaço de planta quadrangular.” (PEREIRA, 1995, vol. II). Há que ter em conta, porém, as alterações que se vão detectando, quando estas grandes torres passam a ter um papel mais simbólico do que funcional, no que à organização do espaço doméstico/civil diz respeito. As mudanças de gosto e de organização espacial vão-se impondo gradualmente, portanto.

O Paço de Leiria - isto é, Paço Real da Alcáçova - recuando ao reinado dionisino numa das suas formulações, irá ser objecto de importantes remodelações e até de reposicionamento no contexto da alcáçova do castelo da cidade com D. João I e D. Duarte e é com aquele título que mencionado neste reinado e, a partir de 1437. “*Os novos paços autonomizam-se da torre de menagem do velho castelejo, possuindo planta rectangular com uma grande sala central, dando acesso a uma varanda dotada de uma arcaria flamejante, modelo único e de escassa repercussão.*” (PEREIRA, 1995, vol. II)<sup>160</sup>.

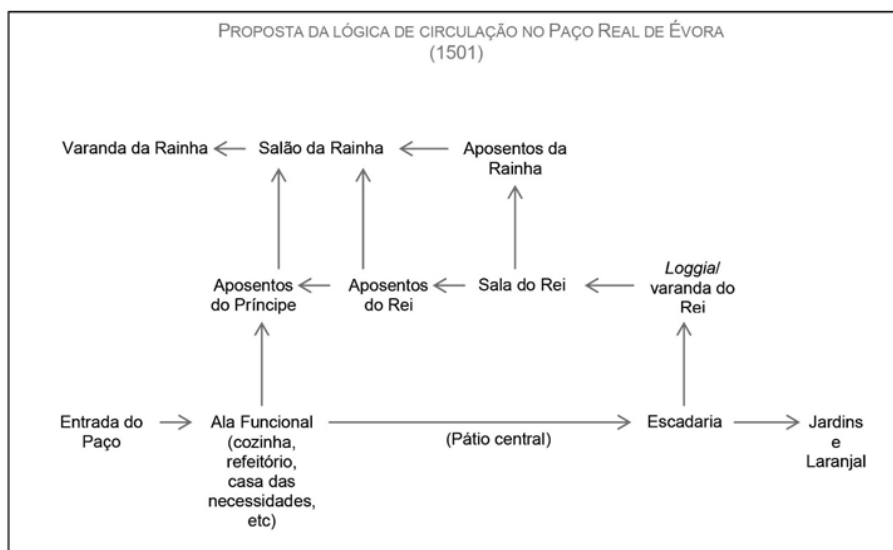
Com efeito, “*A multiplicação de paços nobres e reais nas principais cidades do país operada desde inícios do século XV revela uma preocupação cada vez maior em criar espaços hierarquizados e de circulação de dominante horizontal.*” (PEREIRA, 1995, vol. II, p.98). É o que se conclui quando se analisam quais a moradas preferidas dos reis e príncipes em itinerâncias de corte (e de capitalidade). A lista de Paços Reais integrados em conventos e mosteiros é disso o exemplo mais flagrante, em alguns casos com edifícios de uma impressionante monumentalidade. É já isso que se passa com S. Dionísio de Odivelas ou St<sup>a</sup> Clara de Coimbra, no tempo de D. Dinis, mostrando uma provável inflexão que será mantida até ao século XVI-XVII.

O estudo que José Custódio Vieira da Silva dedicou aos Solares Medievais Portugueses, neste caso dando um exemplo régio de maior importância, precisamente centrando-se num importantíssimo texto devido a esse mesmo D.

160 “*O Paço da Alcáçova de Lisboa, sobretudo a partir do reinado de D. João I e depois até aos inícios do século XVI, a tendência para se ultrapassar este modelo torreado foi dando os seus frutos; porém, o exemplo de Lisboa suscitava ainda em meados de quinhentos comentários como o que denotava estranheza pela sua organização e aspecto formal por ter sido feito ao poucos em diversas épocas, resultando por isso um edifício que era mais cómodo do que vistoso (Viaggio del Cardinale Alexandrino, 1571).*” (PEREIRA, 1995, vol. II)



**Imagem 121:** Esquema de sucessão hierárquica do espaço doméstico em Palácios Reais, segundo D. Duarte em Leal Conselheiro.



**Imagem 122:** Esquema de sucessão hierárquica do espaço doméstico no Paço Real de Évora.

Duarte, esclareceu a organização interna ideal dos paços régios – e, em rigor, dos paços senhoriais da alta-nobreza. (VIEIRA DA SILVA, 2002).

Vale a pena acompanhar Vieira da Silva na transcrição do *Leal Conselheiro* de D. Duarte, dedicado ao tema “*Das casas do nosso coração, e como lhe devem ser apropriadas certas fins*” - cap. LXXXI: “*Primeira, sala, em que entram todos os do seu senhorio que homiziados não são, e assim os estrangeiros que a ela querem vir . // Segunda, câmara de paramento, ou antecâmara, em que costumam estar seus moradores e alguns dos notáveis do Reino . // Quarta (sic), trescâmara, onde se costumam vestir, que para mais especiais pessoas para elo pertencentes se devem apropriar. // Quinta, oratório, em que os senhores sós algumas vezes cada dia é bem se apartarem para rezar, ler por bons livros, e pensar em virtuosos cuidados (...)*”<sup>161</sup>. Ainda é mencionada a “*câmara do dormir*”. Assiste-se, portanto, a uma progressão no encaminhamento interno do espaço intestino do Paço, da área mais pública para a mais privada e exclusiva<sup>162</sup>.

A influência da tradição itálica, mas também francesa, parece ganhar amplo terreno com D. Duarte. Paulo Pereira assinala, em consonância com Vieira da Silva que é “*(...) curioso constatar que esta organização espacial é comum à dos grandes e pequenos palácios italianos quatrocentistas. Nestes casos, a hierarquia interna dos espaços, é perfeitamente correspondente, com a sucessão de sala (para as recepções e refeições), saletta ou salotto (para as refeições em privado), anticamera (ligada ao quarto de dormir mas com funções idênticas à “trescâmara” e “antecâmara” duartinas...)* e o studio (correspondente ao “oratório”); entre as duas ou três últimas poderia existir uma necessária contiguidade (...)” (Thornton, 1991: 283-312). Esta hierarquização espacial, válida como se viu para a Itália do Renascimento e eventualmente válida também para Portugal, implica que à partida existisse o conceito básico de privacidade. É isto que suscita a organização de espaços internos em torno de uma só pessoa, algo que será codificado apenas no último quarto do século XV em Itália (idem: 300). Eis o que revela a precocidade do conselho de D. Duarte, bem como a existência prévia de uma noção de espaço doméstico que incorporava já, pelo menos empiricamente, o valor de privacidade, que o português medieval designava por apartamento, designação utilizada aliás por D. Duarte.” (PEREIRA, 1995, vol. II).

O impulso a que se assiste no século XV na criação de Paços e Solares nobres não deixa assim de ser motivado por estas alterações da organização “social” do próprio espaço doméstico empreendido a partir de 1430-1450. E este movimento não mais cederá passo à antiga *Domus Fortis*, que passará de moda enquanto lugar de habitação, mantendo apenas um valor simbólico, ainda que acentuado.

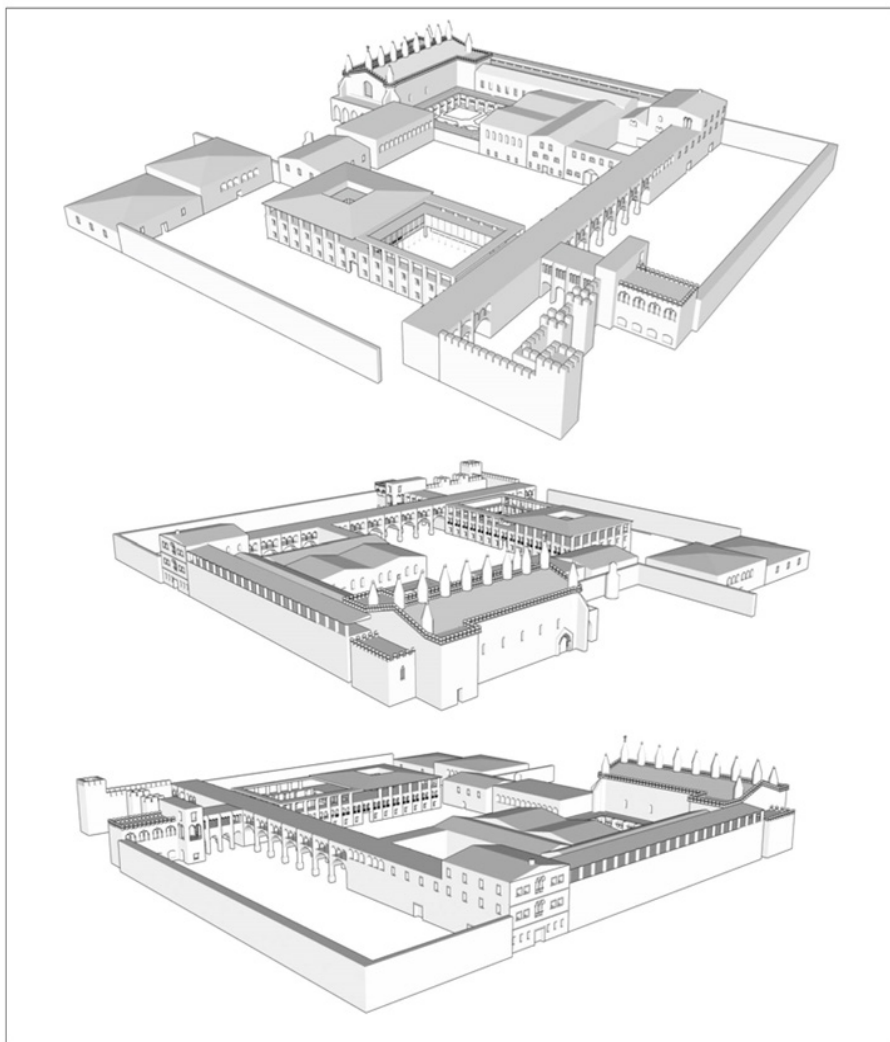
Um dos paços mais importantes, senão mesmo o maior Paço Régio cuja ocupação remonta a D. Fernando com importantes modificações no reinado de D. Afonso V, situa-se neste contexto de hibridez, que vai do antigo reduto defensivo (encostado às muralhas com uma torre ou mais nele integrada(s)), dentro de um Convento - o Convento de S. Francisco de Évora – que foi literalmente apropriado pelos reis para o efeito (e fortemente modificado e ampliado). Situado num contexto urbano, mas no extremo quase periurbano da cidade, referimo-nos ao enorme Paço Real de Évora (desaparecido, praticamente) cujas maiores reformas pertenceram a D. João II, embora continuadas por D. Manuel e João III.

É um caso que mereceu vários estudos, e que ilustra bem como a multivariabilidade tipológica é, em alguns casos, predominante: mas sempre resultado de um sistema de organicidade.

O excelente estudo de Gustavo Val-Flores, que já acima utilizámos (na

161 D. DUARTE, *Leal Conselheiro*, Capítulo LXXXI, p.356)

162 “*(...) a sala onde todos podem ser recebidos excepto os “homiziados”; a antecâmara, na qual podem entrar os notáveis do reino; o quarto de dormir destinado aos mais chegados; a trescâmara para vestir; e o oratório para a meditação (...)*” (PEREIRA, 1995, vol. II)



**Imagem 123:** Proposta de reconstituição volumétrica do Complexo Real de Évora.



**Imagem 124:** Paço Real de Sintra - Piso 4 e 5. Plantas com as dependências com hipótese de intervenção joanina (a vermelho).

versão contida na dissertação de que foi autor) na descrição sistémica da sucessão hierárquica de salas oferece-nos dois elementos que ilustram bem o desenvolvimento da organização espacial atingida em Évora. E ilustra através de uma reconstituição virtual, o gigantismo desses mesmo Paços.

Outro caso de excepção é o Paço Real de Sintra. É aqui que a organicidade e a evolução do espaço doméstico se torna mais difícil de destrinçar apesar dos magníficos estudos de Raul Lino (responsável pelo seu restauro) e da análise pormenorizada que nos oferece mais uma vez José Custódio Vieira da Silva. Para uma síntese, socorremo-nos das palavras de Paulo Pereira, já que seria impossível (se não fosse apenas desaconselhável...) empreender aqui um estudo comparativo que, aliás, excederia o objecto do nosso trabalho: *“Sabemo-lo adaptado a partir da residência árabe dos antigos walis, e particularmente acarinhado por D. João I e D. Duarte; mas também sabemos que foi muito modificado, acrescentado e melhorado nos tempos de D. Manuel, através de uma enorme e bem dotada empreitada de obras. Assim sendo, a configuração quatrocentista do palácio é quase impossível de destrinçar. O seu crescimento foi orgânico e cremos que a primitiva feição árabe se deve ter conservado em poucos lugares, talvez na Sala dos Árabes, que existia já, bem como na zona da cozinha (não a que ali vemos hoje, mas outra mais simples) com a qual se articulava. É certo que as obras joaninas, posteriores a 1385 ampliaram o palácio.”* (PEREIRA, 1995, vol. II, p.99).

Continua o autor: *“Datam desta altura adaptações do antigo edifício (veja-se, a propósito, o aproveitamento de azulejaria mourisca), designadamente o corpo que serve hoje de frontaria, com as suas quatro arcadas góticas de perfil simples sobrepujadas de cinco janelas geminadas de carácter mudéjar (mas de época incerta), bem como um conjunto de anexos em seu redor que deixariam um pátio interno livre. (...) De quatrocentos seria ainda o conjunto de construções com aposentadorias situado sobre a cerca em frente ao corpo principal (demolidos em 1911), bem como as monumentais chaminés cónicas, as primeiras do género em Portugal e que denunciam já a “europeização” do conjunto com o seu bem evidente ascendente francês, sendo pouco crível que as empreitadas quatrocentistas procedessem tão precocemente a um depoimento de miscigenação mudéjar -pelo menos tão evidente quanto o que mais tarde D. Manuel subscreverá, faltando aliás de todo em todo quaisquer paralelismos consistentes na época que nos elucidem quanto a uma viragem estética desta ordem.”* (PEREIRA, 1995, vol. II, p.99).



**Imagem 125:** Paço Real de Sintra - Piso 4 e 5. Plantas com as dependências com hipótese de intervenção afonsina (a bordeaux).

Não podemos deixar de assinalar, desde já, a intromissão dos elementos mudéjares. Esta é uma das características mais evidentes da arquitectura civil manuelina, e um dos mais marcantes signos de “manuelinismo” que se prolongará até pelo menos cerca de 1550. A aquisição deste gosto, o gosto “mourisco” foi amplamente debatido, mas parece hoje fixar-se num conjunto de parâmetros que não oferecem grande contestação. De facto, a expressão mourisco documenta-se em Portugal sobretudo desde meados do século XV, mas em especial no reinado de D. Manuel *“(…) com um sentido aplicado à efemeridade da moda, usada na corte e em festas e danças (...)”* (PEREIRA, 1995, vol. II). Trata-se, de uma questão de “moda” sem dúvida, mas com implicações arquitectónicas bem evidentes e sobretudo óbvias na arquitectura de corte, que a nobreza se apressou a imitar, como é hábito. A clara introdução de elementos mudéjares ocorre na arquitectura manuelina, de que não há dúvidas, e este recurso *“(…) pode ter determinado o carácter de algumas das campanhas manuelinas lançadas logo após a visita do rei a Espanha e na sequência da expansão portuguesa no Norte de África. Tudo isto poderá ter funcionado como uma forma de revival imperialista e “nacionalista”, justificando a apropriação de formulários decorativos da civilização dominada. Se é provável que, a haver essa consciência, ela tivesse limitado as suas possibilidades de intervenção, impedindo-a por exemplo de ser aplicada, se reconhecida como tal, às igrejas (onde seria heresia usá-la, o que é o mesmo que dizer que os tectos de alfarje seriam um recurso plástico não interiorizado como muçulmano...), o mesmo não se pode dizer da arquitetura civil ou militar (com as suas janelas*



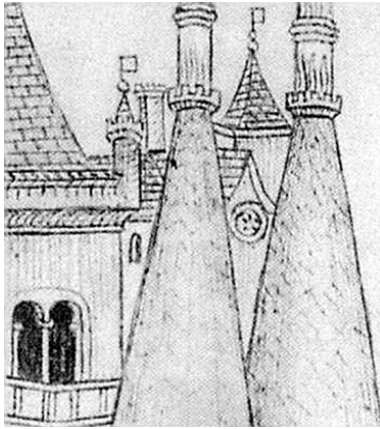
**Imagem 126:** Vista dos Paços Reais de Sintra - 1507.



**Imagem 127:** Vista do Palácio Nacional de Sintra - 2003.



**Imagem 128:** Paço Real de Sintra. Planta com as dependências com intervenção e obras manuelinas da 1ª fase (a amarelo).



**Imagem 129:** Paço de Sintra, vista do Sul. Pormenor das chaminés com provável revestimento cerâmico ou esgrafitos.

*ultrapassadas, capitéis de turbante, e cúpulas de gomos) (...)” (PEREIRA, 1995, vol. II, ibidem).*

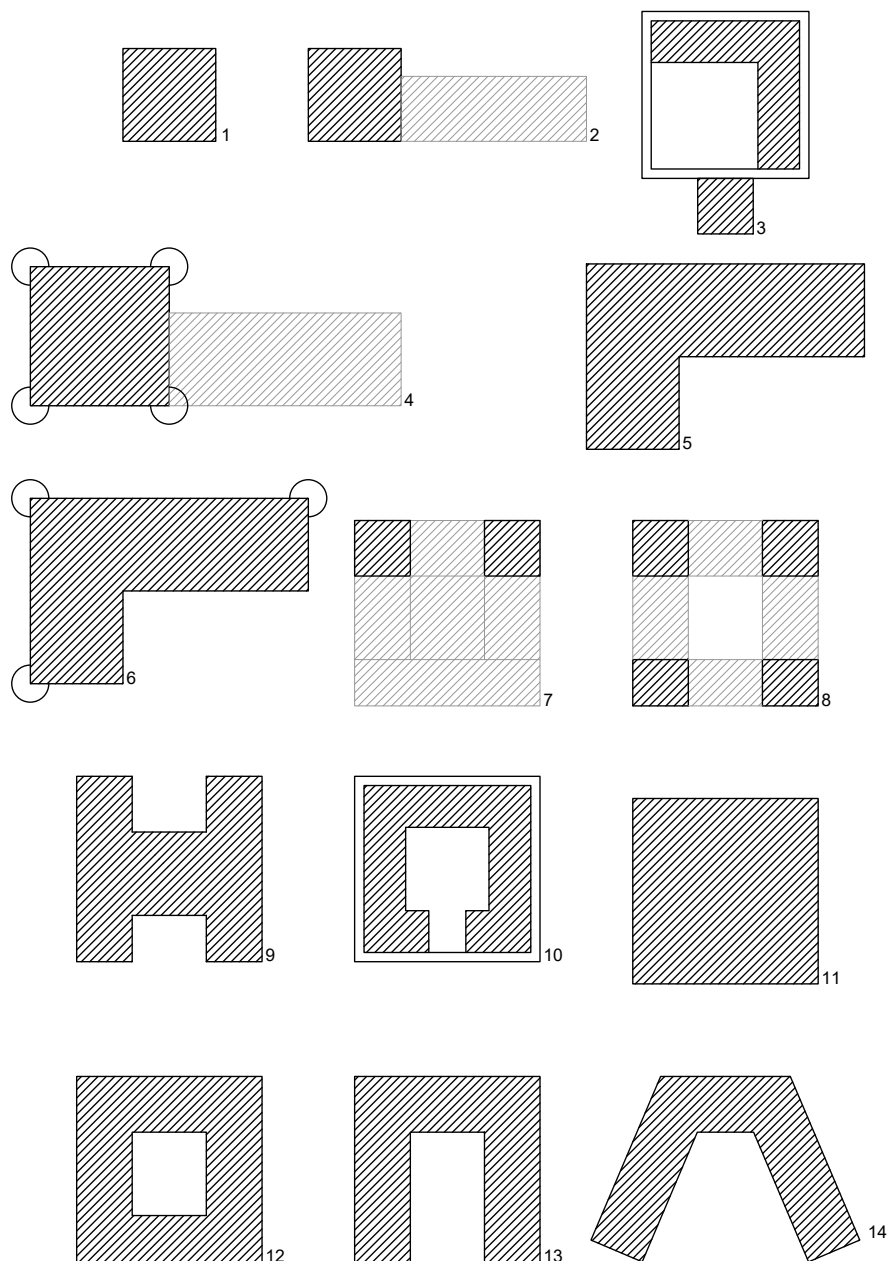
Este facto é da maior importância no nosso estudo comparativo.

O mesmo se poderá dizer, embora não em função da influência mudéjar mas antes do gótico-tardio do Sul da França, da inclusão de contrafortes cilíndricos e do uso de cones torsos na ornamentação e, claro está, das famigeradas chaminés de grande bojo e também cónicas ou ronco-piramidais, afinal um sinal distintivo da arquitectura paçã quinhentista (ausente em Valflores, claro está, mas presente, na coroação de inúmeros edifícios civis situáveis entre 1510 e 1550).

No caso de Sintra, acontece, aliás uma poderosa evocação que cruza este dois vectores, quando se sabe que os enormes cones das chaminés do palácio foram, senão revestidos a azulejo mourisco, pelo menos ornamentados por grafitos de grande expressão gráfica, como ainda se pode constatar na representação que Duarte d’Armas faz do Palácio entre 1509-1510 (antes das últimas campanhas manuelinas de 1513-1518).

#### 4.2.2. Poder senhorial e espaço doméstico

Quando se acelera a edificação de paços e solares no século XV, os principais agentes serão a nobreza terratenente. Especialmente no Sul de Portugal, ou se preferimos, na região da Grande Estremadura e Alentejo, “(...) *estes paços revelam uma hibridização entre o carácter de fortaleza e o de espaço de habitação nobre (...)*” (PEREIRA, 1995, vol. II), pelo menos num primeiro momento. Trata-se apenas e tão só do prolongamento da tradição dita “medieval” das torres, que se foram implantando desde os começos da nacionalidade (e até antes, como se sabe) especialmente no Norte do país. Mas, relembramos, não apenas no Norte do país: também nas terras alentejanas se assiste em zonas antes definidas como de latifúndio romano, à instituição de grandes herdades na posse da nobreza, que construía as suas torres, já numa altura em que se aliviava o controlo régio sobre este tipo de construções, por não constituírem, nem uma ameaça ao poder centralizado do rei e ao seu predomínio sociopolítico, mas também por carecerem já de qualquer outra utilidade militar. Puro símbolo do poder “no local”, insistimos.



1. CASA TORRE  
séculos XII-XIV  
distribuição norte-centro

2. CASA TORRE + ANEXO  
séculos XIV-XV  
distribuição norte-centro-sul

3. CASA TORRE + PAÇO MURALHADO  
século XV

4. GRANDE TORRE MULTIDIMENSÕES  
+ ANEXO  
1500-1530  
distribuição sul-évora

5. PLANTA EM L  
1500-1530

6. PLANTA EM L  
1520-1550  
Quinta e solar da Bacalhôa

7. PLANTA HOMOGÉNEA  
1540-1550  
Palácio de Valflores

8. PLANTA À ITALIANA  
1550-1560  
Quinta das Torres

9. PLANTA EM U  
1560-1570|80  
Palácio dos Duques de Aveiro

10. PAÇO MURALHADO  
século XVI

11. PLANTA SIMPLES  
século XVI

12. PLANTA COM PÁTIO INTERIOR  
Século XVI

13. PLANTA EM U  
1600-1750

14. PLANTA EM V  
Século XVII

**Imagem 130:** Tipologia dos Solares em Portugal, segundo Paulo Pereira

### 4.3 Enquadramento Tipológico

No seguimento do capítulo anterior, será interessante explorarmos um pouco as tipologias inerentes ao espaço doméstico que foram surgindo, quer por concepção ou reutilização de edifícios prévios, entre os séculos XII e XVI.

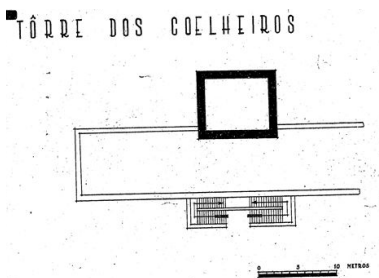
Numa lógica de sistematização, foi feita uma tentativa - apesar de simplista - de representação das várias formas que as casas senhoriais foram tendo ao longo dos séculos. Será com base neste esquema que serão enquadrados, sempre que possível, os casos apresentados, permitindo situá-los numa dada época, de uma certa região, ajudando à compreensão da aplicação e evolução destas mesmas tipologias. O mesmo pode ser consultado na página anterior.

#### 4.3.1. Torres Senhoriais

Símbolos de poder militar, inicialmente concebidas para servir de refúgio seguro do nobre a que pertenciam. Com a necessidade defensiva tornando-se obsoleta, os mesmos vão evoluindo morfologicamente sendo, para lá da Idade Média, reconhecidos como Solares.

Dessa forma, tratam-se de torres muitas vezes - ou partir do século XIV-XV -, com um anexo de edifícios às vezes de madeira ou a vezes de alvenaria<sup>163</sup>. Serviriam estes, e não já a torre, para morada do senhor em visita às suas “terras”. Assinala-se, porém e por isso que, em especial no Sul, estes solares-torres eram como que uma “rede”, “[...] destinados a veraneio, recebimento de impostos e, sobretudo, ao aprovisionamento de carne, efetuado através de caçadas (...)” (VIEIRA DA SILVA, 2002, p.113).

As mais simples obedecem a um esquema consagrado de planta quadrangular. O elenco, apesar de não ser exaustivo, oferece um conjunto significativo de exemplos, com características, tais os são os casos em análise: Torre de Coelheiros, Torre da Giesteira, Torre da Camoeira, Torre do Esporão e Torre de Águias, entre as mais relevantes.



**Imagem 131:** Planta da Torre dos Coelheiros.

#### A. Torre de Coelheiros | Évora

##### Casa Torre + Anexo

A data de fundação da Torre de Coelheiros é, por via documental, uma das mais antigas nos territórios alentejanos, remontando a 1395<sup>164</sup>. O seu dono foi o meirinho-mor de D. Afonso V, Fernão Gonçalves Cogominho, com pretensões senhoriais muito evidentes e destaque na vida de corte, podendo embora existir uma edificação anterior como supomos, e que se justifica que tenha sido empreendida depois da constituição do morgadio<sup>165</sup>.



**Imagem 132:** Torre dos Coelheiros em 1959.

163 - Para o Norte são notáveis os casos das torres de Penegate, Refóios, Quintela ou dos Vasconcelos que se transformam em paços. Também no Paço de Giela existiam estas estruturas, que no século XV deram lugar a estruturas em pedra robusta. No restante a história regista a imensidão de casos, nas “marcas” nortenhas e do centro do país da petrificação das antigas estruturas de madeira. E como é marcante na paisagem portuguesa foram muitos os solares, paços e quintas (sem distinção) que foram remodelados nos séculos XVII e XVIII, e que integraram com signo distintivo as velhas torres ou construíram novas.

164 Cronologia segundo o site SIPA: “1357 - constituição do morgado da Quinta da Fonte dos Coelheiros, segundo diploma concedido a D. Maria Anes e Fernão Gonçalves Cogominho, cavaleiro fidalgo e meirinho-mor (ESPANCA, 1966); 1387 - doação do morgado a Rodrigues Álvares Pimentel (bastardo de Álvaro Gonçalves Pimentel, cavaleiro da Ordem de Avis) por D. João I; 1395, 22 de Janeiro - instituição do morgado da Quinta da Fonte de Coelheiros por Fernão Gil Cogominho e sua mulher Maria Annes (BARATA, 1904); 1395 - provável ano da construção da torre (Barata, 1904); séc. 17 e 18 - construção de um corpo de planta rectangular incorporando ligeiramente a torre na sua face ESE.” (SIPA, 2019, IPA 00003821)

165 “A adopção de um sistema de parentesco agnático ou linhagístico, que se começa a desenhar na segunda metade do séc. XII, e a afirmação do morgadio, a partir dos inícios do séc. XIV (com um primeiro exemplo em 1300), vieram facilitar a manutenção da honra principal, com o solar de origem, nas mãos do primogénito e, portanto, sempre no seio da família.” (BARROCA, 1998, p.68)

Com cerca de 15 m de altura possui merlões com remate piramidal, o que denuncia uma linguagem militarizada, incluindo um dispositivo de matacões de canto, e, sobretudo, antecedentes da Baixa Idade Média complementados, quanto a nós, pelo poço de escadas já no século XV, estrutura cilíndrica semi-exterior ao volume principal. O anexo que lhe foi adicionado, embora apresente hoje uma feição seiscentista, foi quase de certeza complemento habitacional criado nos finais do século XV ou inícios do século XVI, e depois reformado. Constitui, se assim lhe quisermos chamar, como que um “tipo”, que será comum à maior parte das torres senhoriais do Sul. Sobre ela, lembra Mário Barroca: “É significativo que a povoação que se desenvolveu em torno desta torre seja hoje conhecida não como ‘Fonte de Coelhoiros’, como o era no tempo de Fernão Gonçalves Cogominho, mas como ‘Torre de Coelhoiros’. A Torre dos Cogominhos foi, ainda, um dos poucos exemplos de uma torre senhorial que, em Portugal, conseguiu cativar o povoamento, afirmando-se como núcleo gerador de uma pequena povoação. Na realidade, a situação mais comum é que estas torres senhoriais nunca tenham conseguido atrair povoadores para as suas imediações, mas que, pelo contrário, fossem motivo da deslocação de populações para outras zonas, fugindo às contribuições senhoriais.” (BARROCA, 1998, p.70, nota 61).

Em meados do século XX, esta torre encontrava-se completamente arruinada, tendo sido restaurada pela DGEMN.

## B. Torre da Giesteira | Évora

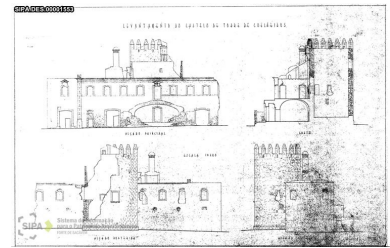
### Casa Torre + Anexo

Na mesma linha e com inúmeros pontos de contacto, tanto quanto à cronologia, quanto no que concerne à tipologia - torre *Fortis Domus* depois associada a anexos, estes mais desenvolvidos, fruto de um termo de ocupação maior e resultado do seu propósito enquanto sede de exploração agrícola - conta-se a Torre da Giesteira.

Estima-se que a data de construção remonte ao século XVI, com o respectivo solar a materializar-se no século XVII<sup>166</sup>.

Como o caso anterior, possui também um poço cilíndrico de escada e coroamento cónico, e remate com merlões mais “modernos” de feição mudéjar, aliás como as janelas, que são caracteristicamente manuelinas. Será relevante assinalar-se a configuração do corpo anexo que, embora sendo de data indeterminada, apresenta uma planta em “L” como virá a ser comum em muitos “solares” ou “paços” dos inícios do século XVI.

A forma de organização dos espaços domésticos seguia parâmetros mais ou menos comuns, tanto a Norte quanto no Centro e Sul do território do reino, no caso das torres: “A sala ou aula, o espaço mais público de uma residência, onde o senhor comia as refeições e onde podia receber, ficava assim sempre mais próximo da entrada. Nas torres senhoriais correspondia ao primeiro andar da construção, pelo qual se tinha acesso ao seu interior. Também por isso, o andar residencial de uma torre, a câmara, onde dormia o senhor e sua família, era sempre um dos andares superiores da construção. Nas torres góticas do séc. XIV o andar residencial, onde se localizava a câmara, o último das torres, era normalmente assinalado pela presença de “janelas nobres”, mais amplas que as frestas de perfil militarizado.” (BARROCA, 1998, p.71).



**Imagem 133:** Alçados e Cortes da Torre dos Coelhoiros.



**Imagem 134:** Torre dos Coelhoiros em 2013.



**Imagem 135:** Planta de Localização da Torre da Giesteira.



**Imagem 136:** Torre da Giesteira - vista norte.



**Imagem 137:** : Vista da escadaria exterior sul da Torre da Giesteira.

<sup>166</sup> Cronologia segundo o site SIPA: “Séc. 15 - 16 - construção da torre; séc. 17 - existência do solar adossado à torre que, segundo Binney (1987), foi utilizado como convento” (SIPA, 2019, IPA 00034477).



**Imagem 138:** Planta de localização da Torre da Camoeira.



**Imagem 139:** Vista norte da Torre da Camoeira, em 2013.



**Imagem 140:** Matacão na Torre da Camoeira. Foto de 2013.



**Imagem 141:** Torre do Esporão antes do restauro.



**Imagem 142:** Torre do Esporão após o restauro, datado de 2002.

### C. Torre da Camoeira | Évora

#### *Grande Torre Multidimensões + Anexo*

Seguindo a linguagem até agora apresentada da *Domus Fortis*, a Torre da Camoeira não foge a esta tipologia. Torre singular com um corpo anexo posterior, pode ser datada do século XV, com um acrescento presumivelmente do século XVI.

É de referir o aspecto “medieval” que encontramos nesta torre, possuindo matacões.

Caracterizada por um corpo quadrangular, distingue-se das anteriores pelas ocupação específica do anexo que, quase podemos dizer, desenrola-se à volta da torre, acoplando-se a esta.

A construção deve-se à instituição por António de Vaz Camões da cabeça de morgadio, para servir de residência a este e sua esposa D. Isabel de Castro<sup>167</sup>. A última intervenção registada foi realizada em 1904, tendo-se restaurado as dependências do segundo piso.

### D. Torre do Esporão | Reguendos de Monsaraz

#### *Casa Torre + Anexo*

Apesar da sua herdade já se encontrar delimitada no séc. XIII, o morgadio associado a esta edificação só seria instaurado no século XV por D. Teresa da Fonseca.

Esta torre, segue os mesmos preceitos que já têm sido enumerados nos casos acima, embora o seu isolamento denuncie uma linguagem substancialmente mais simples, apenas “estimulada” por um restauro, já do século XXI, que podemos classificar como algo “fantasioso” já que nada prova que se tratasse de um edifício coroado por merlões<sup>168</sup>.

Não deixa de ser interessante assinalar, porém que a Torre do Esporão, pela sua característica, se aproxima de uma matriz mais doméstica do que defensiva (e provavelmente por isso nunca teve as ameias que os restauros lhe colocaram, como referido acima). Se se estudar a largura e o bojo do edifício verifica-se que é maior à sua área de implantação por comparação com as suas congéneres anteriormente mencionadas, e que possui uma compartimentação interior, com um conjunto, mesmo que remodelado, de janelas nas suas faces e uma escada exterior de cariz, utilitário sem remeter para qualquer influência “fortalezada” como se dizia no século XV. É, aqui sim e para todos os efeitos, não já uma torre - ou não apenas uma torre - mas uma residência senhorial tardo medieval.

Não esquecer que “*Esta era uma atitude comum na sociedade portuguesa de então, em que muitas famílias nobres em ascensão mandavam edificar nos seus senhorios ou nas urbes onde viviam torreões que serviam de residência, ou de local de pernoita, e que tinham como objectivo salientar a pureza da sua linhagem e a sua nova condição social.*” (PATRIMÓNIO CULTURAL, 2019)

Um parêntesis para recordar as palavras de Mário Barroca, mais uma vez, quanto à natureza deste tipo de “casas fortes” senhoriais, e da sua evolução, quando diz – e com ele o reafirmamos - que “*(...) passam mesmo a ter uma função meramente ostentatória (...)*” (BARROCA, 1978, p.73).

167 Informação da cronologia do site SIPA: “*Séc. 15, início - António Vaz de Camões, tio-avô do poeta Luís Vaz de Camões, tornou-se cabeça do morgadio instituído pelo seu pai Gonçalo Vaz de Camões; provável construção da torre por António Vaz de Camões e sua esposa, D. Isabel de Castro; séc. 16, reinado de D. João III - provável construção do edifício adossado à torre do lado S.*” (SIPA, 2019, IPA 00034477)

168 Não esquecer que estamos perante uma Herdade de produção vinícola, em que o próprio edifício é usado como “imagem da marca”.

## E. Torre das Águias | Mora, Brotas

### *Grande Torre Multidimensões + Anexo*

Nesta torre em particular algo muda, ou melhor, consagra-se um tipo novo – contrapondo-se aos anteriores – no entanto, este não irá perdurar, apesar de já ter decerto sido experimentado. Aqui esse tipo monumentaliza-se e encontramos perante uma das maiores e mais imponentes torres jamais edificadas em Portugal.

Apontamos, para já, o desenvolvimento em altura que é excepcional. E atente-se, especialmente, na área de implantação. Este espaço interior ampliado permitiu, inclusivamente, a compartimentação em cada um dos pisos, com pelo menos três espaços distintos intercomunicantes. Do mesmo modo, os espaços para os fogões de sala eram assegurados em todo o aparato, e a circulação interna horizontal tornava-se um facto, pese embora ainda a organização torreada. Mas até esta organização através da ampliação da área permitiu a edificação de escadas interiores sem caracol, escadas de lanços, permitindo vencer de forma mais confortável cada nível habitacional ou de serviço.

Claro que se trata de um caso de excepção, como temos vindo a afirmar. Manteve-se o “signo” do poder – a Torre – e reformula-se o espaço interior. Trata-se de um passo em frente que conduzirá à edificação dos solares mais coerentes com uma modernidade pós-medieval? Não.

Acontece que, na altura em que este edifício vai sendo edificado, - e tê-lo-á sido, pelo menos na sua configuração actual, por volta de 1520 a 1530 - já existiam solares citadinos e até solares rurais “não torreados”. Trata-se tão só de um elo na possibilidade de coexistirem torres e solares edificados com dinâmica horizontal de comunicação interior. Duas formas distintas, para dois efeitos distintos: um, de carácter rural e de imposição paisagística, que é de carácter simbólico e político-social – a torre - outro de carácter doméstico acentuado, eventualmente mais recreativo e até requintado – o solar. Da mesma época e, provavelmente até, dos mesmos senhores<sup>169</sup>.

A propósito desta escolha morfológica, será interessante perceber que, esta edificação foi mandada erigir por D. Nuno Manuel<sup>170</sup>, personalidade envolvida na corte, beneficiando de protecção régia - o que, sem margem para dúvida, ajudou ao engrandecimento da habitação. Nas palavras de Vieira da Silva: “*A formação e ascensão desta casa ilustra (...) o fenómeno, frequente ao longo dos séculos XV e XVI, do aparecimento de uma nova nobreza que necessitava de se afirmar também pela construção de uma torre que manifestasse a sua recente fidalguia.*” (VIEIRA DA SILVA, 2002, p.176)

*Volumetricamente, “Trata-se de um imponente edifício de planta quadrangular, erguido na penepianície alentejana, perto de Brotas. (...) A sua forma é troncopiramidal, sendo composta de um corpo inferior, correspondente ao piso térreo e ao primeiro andar, ligeiramente mais largo que o corpo superior que inclui o segundo e terceiro pisos e o terraço. Construída em alvenaria rebocada, apenas os cunhais possuem acabamento em silharia aparelhada.*

*Coroam o edifício cinco «agulhas» ou cones de tijoleira, ligeiramente avançados sobre modilhões e um renque de merlões recortados em dente, também de tijoleira,*

<sup>169</sup> Veja-se, a propósito, o caso de Vila Viçosa onde os Duque de Bragança - D. Jaime e D. Teodósio I - fazem coexistir nos seus territórios um Paço (o Paço do Reguengo, em Vila Viçosa, de dominante horizontal à maneira “manuelina”), uma “rocca” italiana à maneira de Itália (o Castelo Roqueiro de Vila Viçosa) e uma torre – repetimos: uma torre ou *Domus Fortis*, de efeito absolutamente avassalador na sua monumentalidade: a torre de Menagem de Evoramonte, e tudo isto num espaço de cerca de 20 anos ou menos.

<sup>170</sup> Filho da ama de D. Manuel - fundadora do Convento de Jesus em Setúbal - D. Nuno Manuel foi nobilitado por D. Afonso V, foi Duque de Beja, Alcaide da Guarda, entre outros. Com a subida de D. Manuel ao trono, passa a Guarda-Mor.

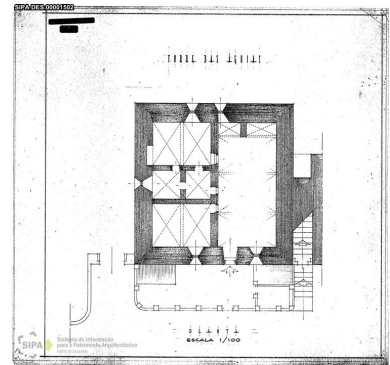


Imagem 143: Planta da Torre das Águias.



Imagem 144: Torre das Águias em 1953.



Imagem 145: Torre das Águias em 2008.



Imagem 146: Vista exterior sudeste da Torre das Águias.

*de características decorativas «mudéjares». No terraço, com piso em tijoleira, abre-se outro cone, da escada de acesso, bem como dez chaminés.» (PEREIRA, 1995, vol. II)*

Ostentando uma altura de 22 metros, o seu interior divide-se em duas dependências por piso - exceptua-se aqui o piso térreo que, além de não conter nenhuma divisão, é limitado por paredes que chegam aos 2 metros de espessura. Como já referido, a circulação é realizada na horizontal, sendo similar em todos os pisos. No primeiro piso encontra-se o “salão nobre”, contendo chaminé para aquecimento.



**Imagem 147:** Cones de tijoleira na Torre das Águias. Foto de 1953.

Mesmo assim, ou sobretudo por se encontrar no eixo da tradição da *Domus Fortis*, a Torre das Águias possuía e ainda possui o seu anexo. Nas palavras de Mário Barroca, lembra ele que *“Uma residência senhorial fortificada não era, nos tempos medievais, apenas composta por estas duas estruturas que temos vindo a abordar — a torre e o anexo residencial. Na realidade, deveríamos acrescentar a estes dois corpos edificadas outras estruturas. Uma delas era a cozinha que, por motivos de segurança, se erguia quase sempre em edifício autónomo, nas imediações das restantes construções, por forma a minorizar os riscos de incêndio, e aproximando-se sempre que possível de fontes de água ou do curso de pequenos ribeiros. Das cozinhas não sobrevive, normalmente, qualquer vestígio sendo por isso espaços muito mal conhecidos. Outra construção que podia existir, embora mais excepcionalmente, era a capela.”* (BARROCA, 1998, p. 82-83)

No caso, apesar da existência de um anexo, é de crer que houvesse lugar para essa capela no interior do edifício no piso mais nobre, eventualmente, piso intermédio como sugere a edícula onde pelo exterior esteve uma imagem sagrada e o esgrafito de uma “custódia” ou cálice. Já a cozinha e outros cómodos podiam estar reservados para o anexo, embora a sua comunicação com a torre fosse, problemática. É de crer que sim, mas que se tratava de uma graduação da dependência ou interdependência entre torre e ala anexa.

Ponto de chegada de uma tipologia, esgotamento da fórmula da torre monumental, a Torre das Águias ocupa assim um espaço privilegiado nesta análise comparativa. Partilhando as palavras de Vieira da Silva, este é o *“(…) último estádio da casa forte medieval, apresentando o desenvolvimento arrojado que nenhuma outra antes tentara.”* (VIEIRA DA SILVA, 2002, p.179).

Diferente é já o que se irá testemunhar em outra tipologia, não menos decisiva: o dos Paços Acastelados.

#### 4.3.2. Residências ou Paços Acastelados

Geralmente inseridos em posições estratégicas das paisagens, demonstrando o seu carácter defensivo, os castelos *“(…) possuíam, pelo menos a partir de certa altura, paços construídos no seu interior, designados quase sempre por paços da alcáçova e destinados a habitação do respectivo alcaide.”* (VIEIRA DA SILVA, 2002, p.270).

Símbolos de honra para o reino, pelo menos no reinado de D. Duarte, *“(…) a sua defesa e cuidado eram entregues à nobreza, cujos membros constituíam, por definição, a classe honrada do reino: «manter honra com verdadeiro bom nome» e «governar bem a fazenda», eis alguns dos fins que o pensativo D. Duarte encontra para os nobres.”* (VIEIRA DA SILVA, 2002, p.270).

Iremos de seguida apresentar alguns dos casos mais pertinentes no contexto pretendido, sendo os elegidos o Paço Acastelado do Alvito, o Paço-Castelo de Fontalva e o Castelo de Pirescoxe.

## F. Paço Acastelado do Alvito | Alvito

### *Casa Torre + Paço Muralhado*

Um dos exemplos de carácter mais original de Paços Acastelados remonta ao século XV. Obra monumental e com diversas fases construtivas, apresenta-se como uma obra régia, pelo que apenas para efeitos de comparação global a escolhemos, mas também devido à sua monumentalidade.

A fundação de uma herdade em 1251 e a instituição dos coutos do Alvito darão origem a uma povoação e a uma primeira fortificação e paço. Devido a campanhas iniciadas provavelmente no tempo de D. Afonso V (1481), mas sobretudo concretizadas a partir de 1494 por ordem de D. João II, é determinada a edificação de um “castelo” numa nova localização, sendo esta a actual.

A obra iniciada no reinado de D. Manuel, será concluída em 1504, sob condução do 2º Barão de Alvito, D. Diogo Lobo. A Torre de Menagem actual datará de cerca de 1524-1528 tratando-se, no entanto e muito provavelmente, de uma remodelação e ampliação<sup>171</sup>.

O edifício é original e um caso único. De planta quadrangular, possuindo três torreões circulares e o chamado de “Fonte”<sup>172</sup> - rectângulo alongado que termina em face semicircular -, oferece no seu interior acolhimento para um paço que foi por diversas vezes revisto e reformulado, mas mantendo a configuração geral que se prende, em termos de gosto e de ornamentação, com a moda em voga na altura, de características mudéjares, com arcos ultrapassados e janelas geminadas<sup>173</sup>.

É de referir, igualmente, a existência de uma torre de menagem acoplada ao alçado Noroeste das muralhas. A entrada para esta realiza-se, como tipicamente nestes elementos, a um nível superior correspondendo, neste caso, ao nível do terraço do paço térreo, mantendo aqui a sua coerência tipológica como elemento de defesa.

Trata-se de um caso de excepção porque, uma vez mais aqui se assegura não apenas a retórica militar do castelo, mas também o conforto de um conjunto de casas - o Paço - que garantem um conforto inédito fora das grandes capitais da altura - Lisboa, Coimbra e Évora. Aqui encontramos-nos já perante espaços de hierarquia funcional que, carecendo de um estudo mais apurado, podemos considerar já em regime de transição para o *Palatium*/Paço. A sucessão de dependências far-se-á ainda como habitualmente, sem recurso a corredores, mas a fruição do espaço assume já características proto renascentistas, ultrapassando já a observância da especialidade enunciada por D. Duarte.

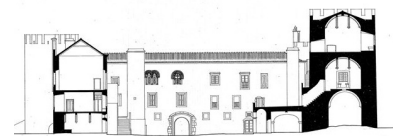
A hibridez deste castelo é semelhante às dos paços dos castelos africanos e às alcaidarias de algumas alcáçovas dos castelos da metrópole. E nisto se distingue por se tratar de uma obra cujo valor de conforto doméstico seria já substancialmente distinto do praticado até ali. Isso é evidente na disposição das muralhas e no desenho compacto do castelo, que assume a qualidade de Residência Fortificada, e recebe escadas exteriores de acesso naquilo a que podemos considerar a “praça de armas” para as dependências superior ou andar nobre, contrariando “(...) toda a lógica do seu sistema defensivo.” (VIEIRA DA SILVA, 2002, p.273).



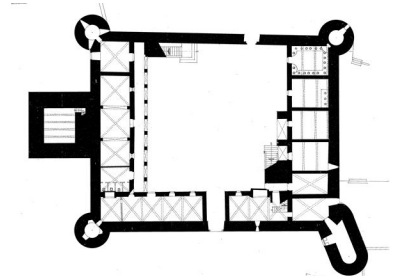
**Imagem 148:** Gravura do Paço do Alvito. Sem data.



**Imagem 149:** Vista sul do Paço do Alvito.



**Imagem 150:** Corte longitudinal pela torre do Paço do Alvito.



**Imagem 151:** Planta do piso térreo do Paço do Alvito.



**Imagem 152:** Vista do pátio interior do Paço do Alvito.



**Imagem 153:** Vista do pátio interior do Paço do Alvito.

<sup>171</sup> Segundo cronologia do site SIPA: “1504 - 1523 / 1528 - construção da torre de menagem (VALÉRIO, 1994), ou apenas alterações na mesma, a nível de fenestração (NOÉ, 1995)” (SIPA, 2019, IPA 00000304). Para mais informações, remete-se a consulta de VALÉRIO, António João Feio, *Alvito: o Espaço e os Homens (1251 - 1640). Subsídios para a história de uma vila alentejana*, Tese de mestrado., Lisboa: Universidade de Lisboa, 1993.

<sup>172</sup> Segundo a descrição apresentada por Vieira da Silva. (VIEIRA DA SILVA, 2002)

<sup>173</sup> A própria materialidade é reflexo deste “gosto” havendo um contraste intencional entre os colunelos de mármore - com a sua cor clara e textura lisa - e o tijolo recortado dos arcos.



**Imagem 154:** Janelas geminadas com conversadeiras, existentes na torre de menagem do Paço do Alvito.



**Imagem 155:** Ferragens existentes numa varanda do Paço do Alvito. Os apoios da mesma à parede realizam-se através de dragões metálicos.



**Imagem 156:** Entrada principal do Paço-Castelo de Fontalva.



**Imagem 157:** Vista das muralhas que envolvem o Paço-Castelo de Fontalva.

Ganhava-se aqui, definitivamente, um sistema de sucessão de divisões de casas com uma dinâmica estritamente horizontal, e determinando funções sociais cada vez mais especializadas. Aliás este facto torna-se cada vez mais evidente na distribuição dos vãos.

Os muros - baixos e altos - contêm janelas, e não poucas, organizadas organicamente em função das dependências que servem; as próprias torres, e especialmente a de canto alongado e boleado, possuem igualmente janelas com conversadeiras. Não existe qualquer função militar, nem restos dela, a não ser na maciça torre de menagem, a concessão ao sistema mais antigo e justificação da função “castelar” ou tão só, representando o poder da alcaidaria.

Por fim, não podemos deixar de referir as ferragens existentes neste Paço, que, nas palavras de Vieira da Silva “(...) parece terem tido um uso sistemático pelo menos desde o início do século XVI. O paço de Valflores, em Santa Iria da Azóia (...) guarda também ainda uma varanda de ferro muito semelhante à de Alvito, o que parece confirmar esta utilização.” (VIEIRA DA SILVA, 2002, pp.274-275)

Este paço foi sofrendo várias intervenções até aos dias de hoje, encontrando-se presentemente como parte da rede Pousadas de Portugal, integrada no grupo da Pousadas Históricas.

## G. Paço-Castelo de Fontalva | Elvas

### *Paço Muralhado*

Contrariamente ao caso apresentado anteriormente, o Paço-Castelo de Fontalva é um dos casos menos conhecidos e, ao que sabemos, praticamente por estudar.

Nada se sabe do seu encomendador e da história remota do edifício<sup>174</sup>, situado na planície, mas no alto de um pequeno cômoro. A sua originalidade é absoluta e até à data nenhum outro exemplo semelhante ou conhecido existe (ou sobreviveu) no território português.

Paralelismos também não se encontram em Espanha, que fica a passos do conjunto, mas é de crer que a sua origem esteja na imitação de alguns castelos norte-africanos erguidos pelos portugueses, durante a expansão e em pleno reinado de D. Manuel I, nas campanhas das praças africanas empreendidas por este monarca, que se empenhou na sua modernização entre 1510, e em especial durante 1514-1515 como concurso de mestres pedreiros como Diogo Boitaca, Francisco Danzilho, Bastiam Fernandes e Diogo e Francisco de Arruda. Não cabe nesta tese discutir estas suspeitas, sabendo, porém, de pelo menos um modelo mais “pesado” e imponente existente no Algarve - o do Castelo de Castro Marim - de planta quadrangular e torreões semi ou ultra-semicirculares.

Neste caso, à aparência defensiva, junta-se pelo interior a existência de cómodos para habitação e para efeitos de suporte à actividade agrária, que deveria de ser importante, na componente hortícola e cerealífera (atendendo à zona de implantação). Provavelmente, aqui, uma vez mais o aspecto defensivo é meramente retórico, embora a proximidade com Espanha explique a opção.

Outro facto inédito é a sua planta pentagonal. Tudo aqui resulta, ao que parece, da transposição de um modelo castrense para uma sede de herdade - uma Herdade Fortificada (e aqui se encontra uma inédita tipologia ou subtipo por estudar). Nada aqui aponta para a modernidade do Paço: mas é um Paço, que é um Castelo. Poderá datar-se de cerca de 1520, na nossa opinião.

<sup>174</sup> V. ALMEIDA, João de, *Roteiro dos Monumentos Militares Portugueses*, Vol. 3, Lisboa, 1948; ANDRADE, Rui d', *Font'Alva / Alfredo d'Andrade (...)* *Uma Grande Empresa Agrícola (...)*, Lisboa, 1948; BORREGO, Nuno, *Barbacena*, s. l., 1989.

Mas é esta planta pentagonal que nos pode abrir outra pista, que poderá servir para explicar a peculiar configuração deste Castelo residencial<sup>175</sup>.

Com efeito, não muito longe, existe a cerca da vila de Viana do Alentejo (uma vila-nova como o nome próprio o indica: “Viana”), cuja construção parece remontar ao reinado de D. Afonso V. A referência à cerca só aparece em 1478 numa carta do rei D. Afonso V dirigida ao concelho de Viana do Alentejo, que menciona a intenção ou ordenamento de se “(...) fazer huma forteza na dita villa pera sua defenssam e se temiam de nos darmos a alcaidaria moor della e assy a pequena a algumas pessoas o que seria azo pera virem em sogeçam e trabalho me pediam que o nam fizesse mas amte quizesse que desto fosse privilegiados E elle dito Comcelho fosse obrigado a guardar e defender a dita forteza e dariam sua menagem e a guardariam e defenderiam (...)”<sup>176</sup>. Tais trabalhos terão continuado pelos reinados de D. João II e D. Manuel, que lhe confere novo foral em 1511.

Viana do Alentejo poderá bem ter sido a fonte de inspiração para este edifício: é que aqui também - embora numa escala substancialmente mais impositiva - se trata de uma cerca acastelada com torreões circulares e ultra-semicirculares com planta pentagonal, caso raro, aliás!

## H. Castelo de Pirescoxe | Loures

### Torre + Paço Muralhado

Na mesma linha e, remontando ao século XV, inscreve-se outra residência senhorial acastelada, e esta na proximidade de Loures e perto da Quinta de Valflores, objecto do nosso estudo.

A sua fundação pode ser apontada a meados de quatrocentos, mas antes existiu uma quinta fortificada no século XIV, senão mesmo antes, no seu lugar, propriedade dos Alvernazes. Por casamento e demandas familiares posterior, passou à posse dos Castelo-Branco, após a instituição de um morgadio em Santa Iria da Azóia, documentadamente em 1442<sup>177</sup>. É hoje provável que o edifício que se foi arruinando até se tornar num vestígio de um conjunto durante demasiado tempo esquecido, tenha sido objecto de diversas campanhas construtivas e sucessivas

De facto, se existem indícios de arcaísmos - ou melhor, de construções e opções de edificação quatrocentistas - percebe-se que, na configuração remanescente, se trata de um edifício com remanejamentos durante o início do século XVI. É para isso que apontam os merlões - semelhantes aos que se encontram em Valflores como veremos - que ainda se encontram nas torres, o próprio tipo de muralha baixa delimitando um perímetro interior de “castelo” mas que, em rigor, foi uma residência paçã com áreas produtivas anexas, e a sua planta, muito original e sem precedentes evidentes, com as torres de canto e um formato global quadrangular.

O que hoje resta é insuficiente, apesar dos trabalhos arqueológicos efectuados<sup>178</sup> e documentados. As configurações que foi adquirindo, encontram-se hoje determinadas no excelente estudo que no ofereceu Teresa Rôssas da Ponte<sup>179</sup>, mas é de suspeitar que possuiu três torres de canto, duas maiores no que

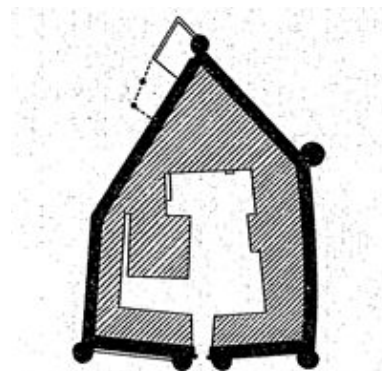
175 Agradeço a comunicação oral e sugestão do prof. Paulo Pereira relativamente a este assunto, que merece um estudo mais aprofundado no que respeita à Herdade de Fontalva. Quais os nexos que existem entre os dois conjuntos? Quem encomendou as obras de fortificação da herdade?.

176 IANTT, Leitura Nova, **Livro 4 de Odiana**, fl. 100, cit. in SIPA, 2019, IPA.00004802.

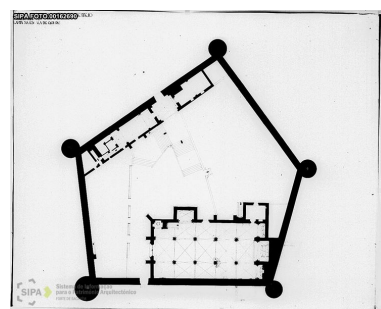
177 Segundo cronologia do site SIPA: “1442, 31 Outubro - Nuno Vasques de Castelo Branco e sua esposa, Joana Zuzarte, viscondes de Castelo Branco instituem novo morgadio de Castelo Branco, tendo como cabeça a quinta e assentamento de Castelo-o-Novo, na freguesia de Sta. Iria” (SIPA, 2019, IPA 00006307).

178 SILVA, Ana Raquel, MATALOTO, Rui Jorge, **O Castelo de Pirescoxe – A Intervenção Arqueológica**, in Castelo de Pirescoxe, Loures, Câmara Municipal de Loures, 2001.

179 PONTE, 2013.



**Imagem 158:** Planta esquemática do Paço-Castelo de Fontalva.



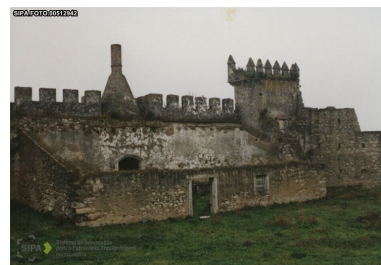
**Imagem 159:** Planta do piso térreo do Castelo de Viana do Alentejo.



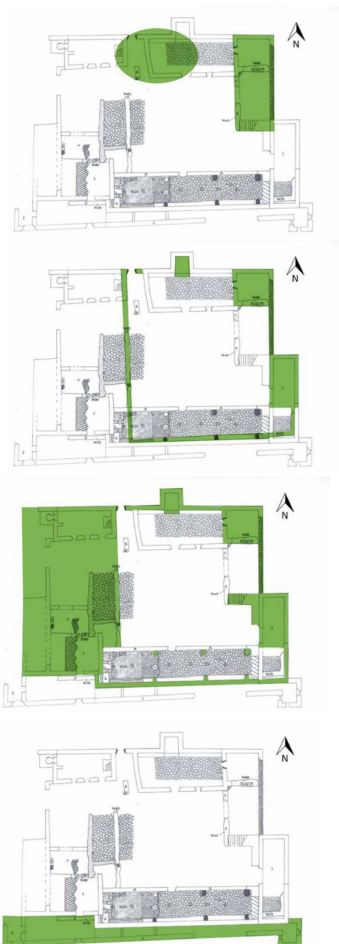
**Imagem 160:** Fotografia aérea do Castelo de Pirescoxe de 1996.



**Imagem 161:** Vista geral do Castelo de Pirescoxe em 2009.



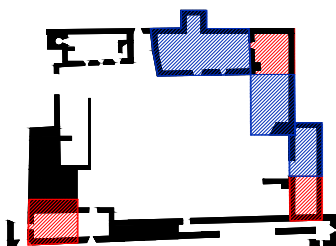
**Imagem 162:** Pátio central do Castelo de Pirescoxe.



**Imagem 163:** Evolução morfológica segundo Teresa da Ponte. De cima para baixo: Paço dos Alvernazes - séc. XIV/XV, Paço de Nuno Vasques de Castelo Branco - séc. XV, Paço dos Castelo Branco - séc. XVI e Estruturas Abaluartadas - séc. XVII.



**Imagem 164:** Baluarte no Castelo de Pirescoxe. Foto de 2009.



**Imagem 165:** Planta simplificada do Castelo de Pirescoxe. Representação de torres (a vermelho) e dependências residenciais (a azul) - séc. XV-XVI. Interpretação nossa.

seria a fachada “principal”, e uma menor na fachada que seria situada a tardoz.

Já as distribuições dos espaços funcionais de carácter residencial apontam para a existência de uma ocupação de uma ala - ou sala -, precisamente a que possui um torreão, mais pequeno que os demais e sem remate merlonado, de onde sobressai uma característica chaminé tronco-cónica com tubo de extracção, eventualmente do fogão dessa dependência, a mais nobre por assim dizer. Teresa da Ponte é, porém, da opinião que se trataria de uma cozinha, separada das restantes dependências, à maneira do que aconteceu noutros paços anteriores e da mesma época.

Só nos restam, para o restante, conjecturas apoiadas no estudo dos arqueólogos e na síntese de Teresa da Ponte, percebendo-se, no entanto, que a dado momento uma das torres, a que melhor se conserva, ou foi mais alta, pelo que as escadas do recinto denunciavam, ou ficou inacabada, apesar do suporte dessa escadaria linear externa.

Sintetizando a alongada explicação que nos é oferecida por Teresa da Ponte, o paço foi, desde o século XIV, sofrendo alterações ao nível das estruturas existentes assim como do perímetro das muralhas. Inicialmente descrito como contendo uma câmara, cozinha, alpendre, casa de adega e das mós, esta edificação foi aumentando de tamanho com a sua passagem para a família Castelo Branco. As torres pensa-se que aparecem no século XV, não como elementos defensivos mas, há semelhança de vários exemplos já aqui falados, “(...) elemento retórico de afirmação de antiguidade de linhagem, nobreza e poder.” (PONTE, 2013, p.27)

O século XVI marca um aumento de divisões no paço, havendo a ampliação dos limites do mesmo. As torres vêm-se, também aqui, ornamentadas com os remates em merlões apontados, estabelecendo um paralelo com o uso destes na Quinta de Valflores - datada da mesma época.

Note-se que, no fim de contas, no século XVI, se trataria de um edifício sem escada em “caracol” e nisto cremos que se encontra a chave para uma eventual datação do edifício na forma com que chegou até nós, de cerca de 1530, não muito longe cronologicamente, e até encavalitando, com o que se observa em Valflores.

Por fim, no século XVII, servindo para a instalação de armas de fogo, temos a construção das estruturas abaluartadas, fazendo uso da vista privilegiada que se tinha do rio Tejo, permitindo aqui criar um ponto de defesa.

No cenário global, é de crer que dentro da cerca principal, existisse um Paço, que tenha assumido a partir de finais do século XV uma planta em “L”, conforme ilustra a imagem 166.

#### 4.3.3. Solares Residenciais Periurbanos da Alta Nobreza

Durante o século XVI, começa a existir uma tendência interessante na ocupação urbana das cidades. A periferia, local até agora sem interesse, fora da vida urbana, vai ver a sua importância crescer com uma série de solares residenciais que se vão formar no seu território.

Apesar da cidade ser o local onde “tudo se passa”, cada vez mais, o “campo” começa a ser visto como o local de descanso, de toda a confusão de uma vida citadina. Aí, os nobres podem usufruir de ar puro, passear nos jardins e hortas dos seus domínios e ter uma vida mais pacata.

Segundo Helder Carita<sup>180</sup>, no século XVI, estas residências seguiriam dois modelos. Por um lado, teríamos a influência da época Manuelina, com uma programática centralizada, o uso do jardim murado e as estruturas espaciais existentes nos terrenos - como é o caso dos poços e de bancos exteriores. Os

180 CARITA, 2010.

interiores seriam em tectos de alfarge e azulejaria de importação.

Por outro, teríamos a influência renascentista e classicista, numa mistura com as tradições vernaculares, originando os Palácios Urbanos e Quintas de Recreio Periurbanas. A paisagem passa a fazer parte da casa, enaltecida por elementos estruturantes - espelhos de água, bancos, muros de envolvimento e casas de fresco. A distribuição interior segue uma lógica paçã consecutiva com sala-antecâmara-câmara e guarda-roupa.

Serão de seguida analisados os seguintes casos de estudo: Solar dos Pombeiro, Solar de Paço de Arcos, Torre de Ribafria, Solar da Sempre Noiva e Solar de Água de Peixes.

## I. O Solar dos Pombeiro, Solar dos Senhores de Belas ou Solar dos Condes de Pombeiro | Sintra

### *Planta em L*

Trata-se de um dos mais importantes exemplos comparativos da arquitectura solarenga desse período e é dos poucos edifícios em que é possível estabelecer, do ponto de vista de composição e de estruturas, paralelismos com o Paço de Sintra. Não será o caso de comparar ambos os edifícios, mas apenas de constatar como o Palácio de Belas ilustra – ou elucida – a própria configuração inicial do Paço de Sintra que, como sabemos, foi sendo sujeito a inúmeras adições e rearranjos<sup>181</sup>.

A razão para este facto reside na sua génese e nos proprietários ou tenentes que se encontram ligados.

Num segundo momento, tratar-se-ia nada mais nada menos, do que de um solar ligado à corte régia, e daí a sua semelhança formal com o Paço de Sintra. A história do edifício é complexa, mas pode ser sintetizada através das palavras do já citado estudo de Teresa da Ponte<sup>182</sup>.

Relembra-se a lógica de posse do Paço, pois reverteu para os Pacheco no reinado de D. Fernando para depois, no reinado de D. João I, ser outra vez confiscada, nessa altura a João Pacheco “(...) *pollas maldades e treyçoos que (...) cometeo contra a nossa pessoa E contra os nossos Regnos em contratar com El Rey de castela nosso jmigo prometendo lhe a dar alguns lugares de nossos Regnos.*” (VIEIRA DA SILVA, 2002, p.123). Em 1412, a quinta é doada pelo rei a Gonçalo Pires, indo pouco depois a coroa comprar a quinta à sua mulher e viúva, pelo que volta a esta sendo doada ao Infante D. João, filho de D. João I. Ao morrer, passa para D. Isabel sua filha, e é no reinado de D. Afonso V que uma vez mais a quinta volta à posse da coroa, já que o monarca compra a propriedade a D. Isabel para a doar ao seu irmão, o Infante D. Fernando, passando daqui à posse da sua mulher, D. Beatriz, que a recebeu em dote. Com a morte de Beatriz, a quinta vai manter-se aforada a D. Rodrigo Afonso de Atouguia<sup>183</sup>.

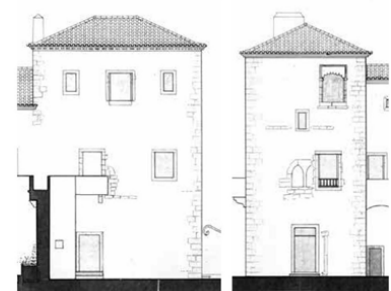
181 Vieira da Silva, na sua dissertação sobre os Paços Medievais, elucida-nos quanto a estas evoluções de uma forma bastante pertinente.

182 “Durante o século XVI o Paço de Belas manteve-se na posse da mesma família, passando o senhorio de varão para varão até que, no início do século XVII, sucedeu a Francisco Correia uma filha, D. Maria Silva, que não deixou descendência, pelo que o morgado recaiu na pessoa de D. António de Castelo Branco, 2.º conde de Pombeiro, já que era bisneto de um dos administradores do referido senhorio (Anexo I.4). Desta forma, a varonia do senhorio de Belas passou para os Castelo Branco, que receberam como herança um morgado importante nos arredores de Lisboa e um paço cuja fundação está ligada à coroa portuguesa, uma vez que no rol de proprietários do edifício constam os nomes de D. Pedro I, D. João I, o infante D. João (filho de D. João I) e os infantes D. Fernando e D. Beatriz (Duques de Viseu e Beja, pais de D. Manuel I).” (PONTE, 2013, p.45). Acrescenta a investigadora: “A nova varonia de senhores de Belas via-se na posse de um paço nas imediações de Sintra e do paço medieval que a dinastia de Avis ali havia reformulado. Imaginamos que o Paço de Belas oferecesse um cenário com o qual Pirescouxe não conseguia competir, pelo menos a julgar pela história que o novo paço já carregava à data.” (PONTE, idem)

183 VIEIRA DA SILVA, 2002, p.124.



**Imagem 166:** Paço de Belas. Torre original à esquerda. Corpo do paço (c. 1430). À direita alpendre (sec. XIV-XV?).



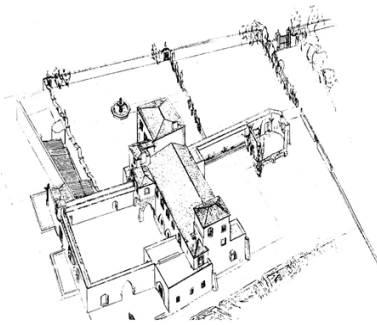
**Imagem 167:** Torre original do Paço de Belas. Alçados nascente e norte da torre medieval.



**Imagem 168:** Identificação da torre medieval na planta do piso térreo do Paço de Belas.



**Imagem 169:** Fachada nascente do Paço de Belas.



**Imagem 170:** Conjunto do Paço de Belas. Desenho em perspectiva do Arq. João Rito Afonso.

A edificação começou, naturalmente, por uma torre-forte, depois modificada ao longo dos séculos.

É de um período compreendido entre o reinado de D. João I que datará a parte nuclear da quinta e aquela que apresenta testemunhos mais antigos. Já a cerca exterior que delimita o pátio e os acrescentos ornamentais de estilo tardo-gótico, deverão ser obras do período em que o primeiro Atouguia assumiu a posse do conjunto.

Olhando a primitiva fachada principal, detecta-se imediatamente uma semelhança: a dos arcos quebrados formando uma área reentrante - uma galeria inferior; uma espécie de átrio coberto - tal como acontece com a correnteza de quatro arcos quebrados do Paço de Sintra. Tudo leva a crer que esta arcada e o terraço inferior, seja um dos vestígios mais antigos do próprio Paço de Sintra, devido à iniciativa de D. João I.

A planta é relativamente simples, baseando-se num rectângulo bastante alongado. Os volumes do palácio não possuem, à primeira vista e actualmente, volumetrias calibradas, fruto dos sucessivos acrescentos. Mas percebe-se que a estrutura de base contemplou, com alguma rigidez, a planimetria e um correspondente plano de alçados dotados de um arranjo simétrico.

A fachada principal fica virada a Poente, como se referiu já. Mas originalmente, a fachada principal estava voltada a Nascente e é, com efeito, este pano que revela maior antiguidade, por se tratar visivelmente de um elemento que segue, em muitos aspectos, a composição da fachada principal do Paço de Sintra. Esta fachada é assim formada por um corpo central com dois andares, o piso térreo e o andar nobre.

No corpo central vêem-se dois arcos quebrados, que agora se encontram entaipados. No andar nobre rasgam-se quatro janelas quadrangulares com cantaria simples. Este corpo central é ladeado por dois corpos mais salientes, um com um só tramo (à esquerda) outro com dois tramos (à direita). O piso térreo correspondente a estes avançamentos é rasgado de face por arcos quebrados góticos, com uma moldura suave, chanfrada, mas sem molduras complexas. São idênticos em proporção, aos arcos do corpo central.

Por detrás deste corpo principal encontram-se dois corpos mais altos, embora de alturas diferentes, com a feição de torre. Possuem três pisos, contra os dois pisos do corpo central o que sem constituir, como se disse, uma relação de simetria perfeita, acentua, a existência de um eixo central e de das marcações volumétricas laterais em altura (as torres) e em comprimento (os avançamentos).

Com as semelhanças existentes entre o Paço de Belas e o de Sintra é quase certo que tenha sido já esta a dinâmica da construção e de gestão do espaço interior. Resta uma torre pronunciada mas o edifício quer por dentro quer por fora, mesmo sabendo que a sua estrutura deriva de um modelo mais antigo (e apesar das modificações posteriores) apresenta um cuidado de conforto que já nada tem a ver com as torres que antigamente serviam de "solar" para a nobreza. Diz Vieira da Silva relativamente ao Paço de Belas: "(...) as suas semelhanças com as obras empreendidas por João I no paço de Sintra são bem notórias, o que auxilia igualmente à compreensão deste último e ao reconhecimento da influência que, como obra régia, terá tido em outros paços." E acrescenta: "No de Belas, pelo menos, ela é evidente e compreensível, dado tratar-se, por um lado, de casa de morada de um dos filhos do monarca e, por outro, situar-se muito próximo de Sintra." (VIEIRA DA SILVA, 2002, p.125).

Esta observação tem, naturalmente, a ver com a estruturação de um corpo central e de dois corpos salientes laterais. Este aspecto da fachada original do Palácio rima muito bem com o tipo de fachada adoptada pelo rei D. João I nos Paços de Sintra, bastando para tal comparar os dois alçados.

## J. O Solar de Paço de Arcos | Oeiras

### *Planta em V*

O Solar de Paço de Arcos, que dá o nome à conhecida estância balnear dos dias de hoje - Paço d'Arcos -, deriva de uma construção, muito descaracterizada, que se encontra à beira da via Marginal ou Estrada Marginal logo à entrada da vila de Oeiras.

A sua origem deriva de um solar ou “casa-forte” proletário do capitão-donatário Antão Martins Homem, que terá reformulado uma residência de caça, ou provável “casa”, usada ao que se sabe pelo rei D. Afonso V nas suas caçadas. A ser assim, é hoje difícil destrinçar os elementos desses momentos mais recuados ou mesmo os de Antão Homem, que remontariam aos finais do século XV. Tratou-se, pelo que tudo leva a crer, de uma Quinta de Recreio mas assumindo um papel de relevância maior no tempo de D. Manuel que, reza a lenda, ali terá assistido ao embarque das naus da primeira viagem de Vasco da Gama para a Índia.

Registamo-lo aqui porque patenteia um rearranjo que pode bem remontar ao século XVI e a uma época que coincidirá com o da edificação de Valfores: aqui, como ali, pelo que nos interessa em termos de análise, assiste-se a uma simetriação da fachada principal que se situava na cota baixa de uma implantação a meia encosta.

O semblante actual deriva, como parece óbvio, de uma “actualização” levada a cabo nos séculos XVII - a generalidade do programa actual será de cerca de 1670, numa datação aproximada, adoptando uma planta em “V”<sup>184</sup> - e no século XVIII, esta provavelmente em época “pombalina”, mas não deixando de exibir destacadamente duas torres. Uma delas terá, a nosso ver, sido cópia da original, situada a Poente. Possui também uma arcada marcante - os “Arcos” - com patamar, provável sinal de uma *loggia* desaparecida. Não deveria andar longe tipologicamente do que viria ser e foi o Paço da Ribafria, embora mais modesta em dimensões.

## K. Torre de Ribafria | Sintra

### *Casa-Torre + Anexo | Planta em L*

Em 1536, Gaspar Gonçalves, cuja ascensão social se deve em grande medida ao reinado de D. Afonso V, institui o morgadio da Quinta da Ribafria. Embora existisse um edifício cuja história dos respectivos e originais procedentes é já bem conhecida<sup>185</sup>, é esta fase, já no período do morgadio e em pleno reinado de D. João III que nos interessa<sup>186</sup>.

De facto, a Quinta da Ribafria constitui um exemplo quase puro – senão mesmo puro – da evolução de uma casa senhorial rural que se transforma em Paço de um “nova nobreza” que não se coíbiu de fazer valer os seus pergaminhos entretanto conquistados, com brasão e terras, ampliando inclusivamente a propriedade através da compra de terrenos contíguos, e usando a arquitectura como factor



Imagem 171: Paço de Arcos. Sem data.



Imagem 172: Vista do Paço de Arcos.



Imagem 173: Vista geral do conjunto do Paço de Arcos.

184 Seguindo a tipologia enquadrada pelo site SIPA: “Palácio de planta em V composta pela articulação de rectângulos implantados de modo divergente a partir de rectângulo central ao qual adossam, nos extremos do lado S., 2 torreões de planta pentagonal.” in SIPA, 2019, IPA 00007083..

185 Segundo cronologiado site SIPA: “1515 - Gaspar Gonçalves recebe de D. Manuel a Herdade das Laranjeiras, por serviços prestados; 1518 - D. Manuel nomeia Gaspar Gonçalves porteiro-mor; fixando-se em Sintra; 1541 - recebe de D. João III o título de Senhor de Ribafria; 1536 - Gaspar Gonçalves (porteiro-mor da Câmara Real) instituiu o morgado da torre da Ribafria; 1541 - elevado a nobre por D. João III; 1549 - datação da parte abobadada do pátio, o que indica que a construção da casa estaria avançada; 1569 - recebe o cargo de Alcaide-mor de Sintra, que passa aos seus descendentes; (...)” (SIPA, 2019, IPA 00006107).

186 Para uma análise pormenorizadíssima e definitiva da Quinta da Ribafria v. CAETANO, Maria Teresa, **Do Solum ao Solar, uma praxis renascentista na Quinta da Ribafria**, Cadernos do Património., Série História & Arte #1, CM Sintra, Sintra, 2005.



**Imagem 174:** Fachada principal da Quinta de Ribafria. Foto de 2003.



**Imagem 175:** Pátio da Quinta de Ribafria. Foto de 1991.



**Imagem 176:** Torre da Quinta de Ribafria. Foto de 2003.



**Imagem 177:** Planta de localização da Quinta de Ribafria. Identificadas na imagem temos a Torre - a vermelho - o corpo acoplado do século XVI - a azul - e o acrescento do período Manuelino - a verde.

determinante para a exibição deste poder político-social.

Não que a casa apresente, incontestavelmente, elementos renascentistas, o que, no entanto, viria a acontecer em obras subsequentes, mas é certo que em 1556 apresentava já a configuração actual e encontrava-se consolidada.

Note-se, desde logo, que é perceptível a evolução das formas. Em primeiro lugar destaca-se a torre, sinónimo de posse e de estatuto, que poderia ter transitado de uma época anterior, mas que parece ter sido alterada e adaptada a funções mais francamente residenciais. A esta torre acrescentar-se-ia, seguindo o que sabemos ser o hábito da segunda década do século XVI pelo menos, um corpo alongado que lhe é imediatamente anexo e com o qual a torre comunicava, exibindo pois uma funcionalidade que tende para a apropriação horizontal dos espaços internos de modo a propiciar uma circulação de acordo com princípios de pragmatismo e de conforto.

Os traços mudéjares<sup>187</sup>, porém, ainda se fazem sentir, o que não é de admirar no contexto em que se encontra a Serra de Sintra, marcada por diversos paços menores ou mesmo monumentais, em que a marca do mudejarismo constitui um elemento característico das construções paços imitando os edifícios da alta-nobreza e as iniciativas régias do aro sintrense – Paço de Belas, Paço de Sintra. Daí o coroaamento por merlões decorativos (sem qualquer função militar) em escadado de tipo magrebino, como se encontrarão noutros (exemplo do Paço de Sintra). Este toque denuncia a mutação e, ao mesmo tempo, a confusão de gostos num período de transição.

Porém, os merlões das torres são chanfrados, e não propriamente um resultado ornamental da “crestaria” do restante volume, antes uma afirmação do poder senhorial.

Outro aspecto a salientar é a existência de um piso térreo e de uma andar nobre, dotados agora de janelas dispostas em razão simétrica. Esta procura de uma racionalidade nas fachadas, fruto decerto do projecto do mestre a quem a obra anda atribuída - Pero Peixão – denota, igualmente, uma aproximação aos cânones renascentistas.

Saliente-se que, na organização espacial dos andares e na sua disposição interna, nos encontramos, mais uma vez, perante uma solução que, para além de numa primeira fase proceder ao encosto de um amplo e cuidado anexo linear, vê-se agregado de um corpo que acaba por definir planimetricamente a predominante de um desenho em “L”, típica do período manuelino e tardo-manuelino.

Parece ter sido um caso exemplar, uma vez que este tipo de arranjo virá a forjar, ou a consagrar melhor dizendo, uma tipologia que irá ser replicada em diversos exemplos contemporâneos e posteriores.

Nas palavras de Vieira da Silva, “*A torre de Ribafria assume (...) um compromisso entre a tradição medieval e o novo gosto renascentista, numa atitude de serena convivência e onde se pressente a ausência de qualquer confronto.*” (VIEIRA DA SILVA, 2002, p.172). Resta-nos complementar dizendo que além desta convivência entre o gosto medieval e tradição renascentista, o período manuelino vem continuar uma estrutura, já há altura, em harmonia.

<sup>187</sup> Entre outros, sobre o mudejarismo e a Quinta da Ribafria v. a importante sistematização de DIAS, Pedro, *Arquitectura Mudéjar Portuguesa: Tentativa de sistematização* in *Mare Liberum*, nº 8, Dezembro de 1994.

## L. Solar da Sempre Noiva | Évora

### Casa Torre + Anexo

Eis mais um exemplo de adaptação, mas com um percurso que aproxima as opções iniciais góticas de um renascimento “português”, se assim lhe poderemos chamar.

Com efeito, o Solar da Sempre Noiva terá começado por ser uma torre de características terratenentes, ou militares, que foi sendo acrescentada. A síntese do site do Sistema de Informação para o Património Arquitectónico<sup>188</sup> oferece uma descrição a que recorremos por eficácia de escrita e ponderação. Ao afirmar: “(...) aparenta ter-se desenvolvido por extensão progressiva de um núcleo original, constituído por altaneiro torreão de dois pisos e vasto salão térreo encaixado no embasamento, rasgado por janelões singelos de molduras chanfradas, que pode remontar ao Séc. 14. A Herdade da Sempre Noiva definia, juntamente com outras muito importantes no ordenamento do território eborense, Vale de Sobrados e Pontega, os limites meridionais da importante Herdade de Arraiolos que Dom Sancho I doou aos bispos de Évora. Apresenta janelas de traçado idêntico aos do Paço de D. Manuel.” (SIPA, 2019, IPA 00002757).

O facto não oferece dúvidas, mas é sobretudo a disposição interna das dependências que aproxima, no fim de contas, a sempre noiva do exemplo de Sintra da Ribafria, mais ortogonal aquele, mais orgânico este.

O morgadio instituído em 1531 deve ter sido o motivo para a modificação da “casa”, através de D. Beatriz herdeira de D. Afonso de Portugal (1522), e pelo irmão deste, D. Francisco de Portugal<sup>189</sup>. Eram, ao que cremos, adeptos de estéticas renascentistas. Mas não deixam de adoptar na sua casa uma linguagem que nada tem de retrógrado. É antes uma questão de gosto – e é bom que se assumam defensivamente este facto entre os estudiosos das casas nobres dos inícios do século XVI, - do que de “atraso” ou condescendência.

O Paço não deixou de atrair a atenção de Albrecht Haupt em 1895, o arquitecto germânico pioneiro do estudo da arquitectura do renascimento em Portugal. De facto, encontrou ali como que um arquétipo - palavras nossas - de um tipo de organização de volumes e da sua ornamentação: telhados de “tesouro”, panos brancos de cal (ou emboçadas a cal parda) nas paredes exteriores e interiores, e sobretudo um conjunto de formas absolutamente imprevisíveis nas colunas de escadas e na distribuição das chaminés<sup>190</sup>. Infelizmente, desde essa altura, já identificado por Vieira da Silva, deu-se o desaparecimento de um “(...) *alto coruchéu piramidal com as ameias (...)*” (VIEIRA DA SILVA, 2002, p.251). Ficando, no entanto, imortalizado nos desenhos de Haupt.

Não foi por acaso que esta leitura da arquitectura civil portuguesa iria influenciar de maneira tão forte opções como as de Raul Lino na sua pesquisa da “casa portuguesa”. É algo que se torna muito evidente no projecto de Lino para o Pavilhão de Portugal na Exposição Internacional de Sevilha em 1929.

Acontece na Sempre Noiva (e também nos projectos de Lino quase 400 anos depois), uma fusão entre uma arquitectura vernacular e um gosto mudéjar,

188 SIPA, 2019, IPA 00002757.

189 Cronologia do site SIPA: “Séc. 14 / 15 - construção do torreão quadrangular e pavilhão anexo; Séc. 15 / 16 - construção do pavilhão manuelino; 1522 - com a morte de D. Afonso de Portugal, D. Beatriz, sua filha, herda a quinta; 1531 - instituído morgadio por Dona Beatriz, encabeçado por seu irmão Dom Francisco de Portugal, primeiro Conde de Vimioso e bastardo do Bispo de Évora; neste mesmo ano o morgado juntou-lhe, por escambo com o Bispo e Cabido de Évora, a contígua Herdade de Vale de Sobrados que trocou pelas de Pontega e Entre-Águas; 1542 - com a morte de Dom Francisco de Portugal a quinta foi herdada pela sua filha D. Beatriz; séc. 19, último quartel - um dos seus proprietários procede a intensas obras de restauro, o que desfigurou a construção inicial; séc. 20, segunda metade - adquirida por Arsénio Cordeiro; 2000, c. de - aquisição do imóvel pelo actual proprietário.” (SIPA, 2019, IPA 00002757).

190 v. HAUPT, Albrecht, *A Arquitectura do Renascimento em Portugal*, Presença, Lisboa, 1986.



Imagem 178: Paço da Sempre Noiva.

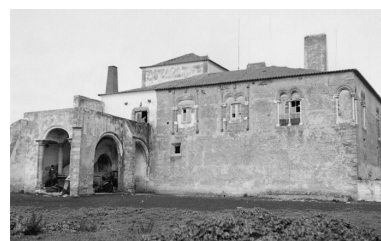


Imagem 179: Paço da Sempre Noiva: fachada principal com alpendrada e terraço. Entrada nobre.

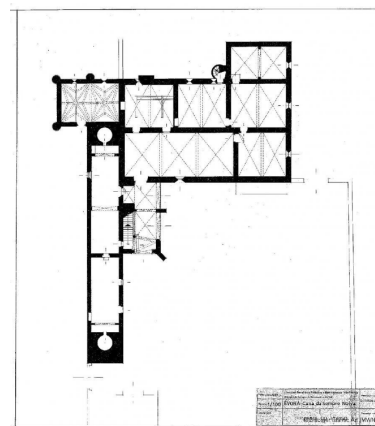


Imagem 180: Planta do piso térreo do Paço da Sempre Noiva.

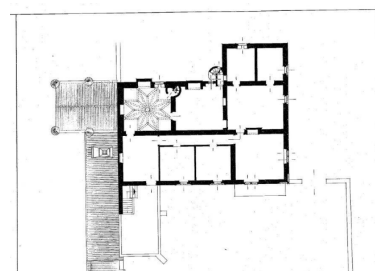


Imagem 181: Planta do piso 1 do Paço da Sempre Noiva.



**Imagem 182:** O Paço da Sempre Noiva desenhado por Albrecht Haupt.



**Imagem 183:** Projecto de Raul Lino para o Pavilhão de Portugal na Exposição Internacional de Paris, em 1900. O mesmo foi recusado.



**Imagem 184:** Vista sudeste do Solar de Água de Peixes. Foto de 1949.



**Imagem 185:** Vista geral do exterior do Solar de Água de Peixes. Foto de 1949.



**Imagem 186:** Vista do pátio do Solar de Água de Peixes. Foto de 1949.

luso-mourisco ou hispano-mourisco, culminando com a monumentalização do conjunto através da aplicação dos inevitáveis merlões chanfrados do gótico tardio. As dependências interiores e a sua disposição são em seguimento, sem corredores, a que corresponderia uma hierarquização desde a zona da entrada até à zona mais reservada. A cozinha ficaria, como seria habitual, afastada da área central.

### M. Solar de Água de Peixes | Alvito

#### *Casa Torre + Anexo | Planta em U*

A casa de Água de Peixes parece ser um caso à parte, mas não o é. Passa-se com esta residência nobre, fundada no século XIII e reformulada no século XIV, aquilo que parece ser atributo dos solares nobres alentejanos.

Terá, também ela, começado pela construção de uma torre. Esta torre, terá sido, porém de menores dimensões e poderá nunca ter sido ameaçada. Quando passa para a posse da família Cadaval, irá ser objecto de um conjunto de modificações, precisamente no período em que entra em voga o gosto mudéjar.

Erudita, também como o foi a Sempre Noiva, o edifício foi reorganizado uma vez mais de modo a conferir uma dinâmica de circulação interna de dependência em dependência sem corredor, com salão maior na entrada, ou aula de recepção, e daí em diante apresentando outras divisões que tendem da mais pública para a mais reservada – característica já muito falada dos Paços de Vieira da Silva.

No exterior a organização dos volumes denota o organicismo típico desse período embora com originalidades, como o grande tanque anexo a uma das fachadas, que nos faz desconfiar de uma tradição muito longínqua, que terá a sua origem nos tanques de rega e refrescamento das *villae* romanas, de que é exemplo máximo a enorme *villa* dita de São Cucufate, na Vidigueira.

Uma janela geminada de canto, ladeia a entrada principal com uma alpendrada situada no patim de uma escada exterior (numa tendência observável como repetição serial da casa da Sempre Noiva) mas, em vez de uma escada de aparato exterior, certamente de uma época mais avançada, oferece ao mesmo tempo janelões manuelino-mudéjares, com tratamento de massa ou pedra e tijoleira.

A disposição vai sendo alterada à medida que o Solar se transforma definitivamente em quinta com ampla exploração rural, dando origem a uma povoação de pequenas dimensões. Aqui se incluirão, pelo menos a partir de finais do século XVI, um pátio claustral com arcadas, que também foi sendo modificado com o correr do tempo<sup>191</sup>.

O predomínio de um corpo principal original ao qual foi acrescentada uma aula em “L” confirma aquelas que são as linhas de força da arquitectura nobre no Alentejo.

O ar de família que se nota nestes exemplos reforça essa ideia. E mesmo com alterações, a linguagem gótica tardia parece conviver já com sugestões do Renascimento que, por volta de 1530, altura da remodelação da casa, andava já por Évora influenciando os mais avançados mestres da cidade.

<sup>191</sup> Cronologia segundo o site SIPA: “*Séc. 13 - a documentação refere no oocal a existência de uma quinta com pomar, vinha, azenha e casas demorada; Séc. 13 / 14 - pertencia a Vasco Martins de São Nicolau; posteriormente vendida por este a Judas Navarro; 1306 - Judas Navarro vende a quinta a D. Dinis; 1313 - D. Pedro Afonso, Conde de Barcelos e filho bastardo de D. Dinis, é possuidor das terras de Água de Peixes; 1315 - D. Dinis faz mercê da quinta a sua sobrinha D. Isabel, filha do Infante D. Afonso; 1363 - D. Pedro I doa a quinta a Vasco Martins Melo; séc. 15, finais - inícios da reconstrução; 1500 - a propriedade passa a domínio da família Cadaval, tendo passado por várias gerações; Séc. 16, inícios - empreitadas fundamentais de reconstrução após; séc. 16, meados - ampliação; séc. 17 - azulejos da frontaria, varanda, tanque.*” (SIPA, 2019, IPA 00004335).

#### 4.3.4. Solares Residenciais Urbanos da Alta Nobreza

Apesar da procura pela calma de uma vida dita “de campo”, a nobreza portuguesa continuava a residir permanentemente na capital, com os seus solares urbanos.

Iremos de seguida debruçarmo-nos sobre alguns exemplos mais significativos, nomeadamente sobre o Palácio da Independência, a Casa dos Bicos, o Palácio Almada-Carvalhais e o Palácio-Solar dos Condes de Óbidos.

#### N. Palácio da Independência | Lisboa

##### *Planta em L*

Um dos solares quinhentistas menos estudados e ainda dificilmente compreendido quanto às suas estruturas originais é o chamado Palácio da Independência em Lisboa, junto ao Rossio no largo de São Domingos. Pertenceu na sua génese à família Almada, ao detentor do título de Conde Almada e Barache, que terá tido como seu impulsionador D. Fernando de Almada e Avranches que foi capitão-mor de Portugal.

Numa das saídas da Lisboa medieval e encostado à Porta de Santo Antão, encontra-se igualmente ao lado da Cerca Fernandina, naquele ponto que lhe define ou definiu o limite a Norte, pelo menos numa primeira fase de construção que se pode situar por volta de 1509.

São muitos os elementos que apontam ainda, no que sobrevive da antiga casa antes das muitas transformações que sofreu durante os séculos XVII e XVIII, para o gosto manuelino - e já não mudéjar -, o que revela bem a condição urbana da casa sem qualquer munição de carácter rural.

Estamos em crer que aqui também, não já uma torre, mas logo um edifício com uma planta em L, organizado em dois pavimentos, foi erguido. As cozinhas ficariam separadas ou num dos extremos das alas, onde ainda hoje se observam as magníficas chaminés piramidais com coroa à maneira manuelina, numa clara intenção de imitação das chaminés monumentais do Paço Real de Sintra.

Observando as estruturas pré-existentes, acaso não tenham mudado de lugar, o que pode ter acontecido durante as remodelações sucessivas, alguns dos arcos das portas de aparato são de inegável marca manuelina, com encordoados e motivos fantásticos. Do mesmo modo, parece que a fachada principal seria virada para o Largo, tal como hoje, mas com uma feição substancialmente diferente. É mesmo provável que fosse essa a fachada de aparato, onde ainda hoje subsiste, após a entrada por um portal seiscentista, um túnel em arcaria que acede ao primeiro pátio. Seria este primeiro pátio a área fronteira ao primitivo paço, e daí para Norte e Nascente se desenvolveria a edificação quinhentista.

É aqui que num nível superior se situam as portas manuelinas. Porém, o posicionamento das cozinhas, indiciam a ter existido aqui um acrescento ou anexo que formava um “L” com esta estrutura principal.

A sua reconstituição torna-se problemática ou mesmo impossível, mas a configuração do conjunto e uma análise da planta permite avançar, para já, com esta hipótese provisória. Não seria ainda, portanto, um palácio-bloco.

#### O. Casa dos Bicos | Lisboa

##### *Planta Simples*

A Casa dos Bicos apresenta-se como um edifício original de características nunca antes experimentadas em Lisboa e no contexto do século XVI. Foi mandada



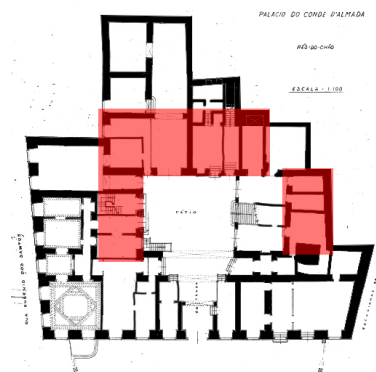
**Imagem 187:** Tanque de água no Solar de Água de Peixes.



**Imagem 188:** Evolução conjectural do Solar de Água de Peixes - século XIV-XVI – do mais claro para o mais escuro, finalizando no azul. Esquema de Rita Magrinho Alves segundo análise conjunta com Paulo Pereira (tese em desenvolvimento).



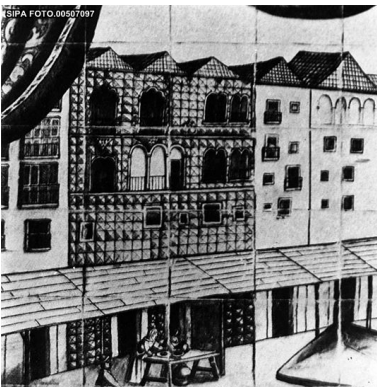
**Imagem 189:** Fachada principal do Palácio da Independência.



**Imagem 190:** Planta do piso térreo do Palácio da Independência. A vermelho, reconstituição (muito) conjectural do Palácio cerca de 1520. Base adaptada de SIPA



**Imagem 191:** Corpo das chaminés no Palácio da Independência.



**Imagem 192:** Detalhe de painel de azulejos representando a Casa dos Bicos anterior ao terramoto.



**Imagem 193:** Casa dos Bicos em 1964, apresentando a volumetria que restou após o terramoto.



**Imagem 194:** Casa dos Bicos após o restauro.

construir por Brás de Albuquerque e terá sido iniciada em 1524<sup>192</sup>.

A sua característica mais evidente é o revestimento da fachada com pedra facetada em forma piramidal. Esta constitui um sistema repetitivo e quadriculado em diagonal. Parece que aqui surge então um elemento em que se cruzam, obrigatoriamente, elementos que advêm da tradição construtiva manuelina, patente nas janelas de arco-conopial à maneira manuelina.

Situada na praia do Campo das Cebolas, era uma residência de beira-rio e isto influenciou certamente o partido arquitectónico adoptado.

Outro factor geralmente apontado para a escolha de Brás de Albuquerque, filho legitimado do governador da Índia Portuguesa D. Afonso de Albuquerque, será o seu conhecimento de edifícios italianos e, provavelmente, alguma erudição de que era portador, em função de contactos com elites do seu tempo e das viagens que fez, nomeadamente a Itália.

Segundo os investigadores “(...) já desta data [c.1530] pode ser, no entanto, a intervenção de Francisco de Arruda em Lisboa, na Casa dos Bicos (...). O pano da fachada, ornamentado por bicos, denuncia a influência do partido da arquitetura «mudejar» espanhola de fachadas fantasiadas, de que os melhores exemplos são o Palácio do Infantado, o Castelo Real de Manzanares, ambos de Juan de Guas e com semelhanças de desenho com a Torre de Belém, o Palácio de Marchinha em Sevilha, o de Javalquinte em Baza, o de São Marcos em Leão e a Casa das Conchas de Salamanca. A arquitetura do gótico tardio italiano, especialmente a do Sul, mostra também pontos de contacto com os modelos da Casa dos Bicos sendo assinaláveis, para efeitos de paralelismo, o Palácio Negri em Vicenza, o de Steri-Pinto de Sciaccia e o Castelo de Pietraperza. Este partido conjugou-se com a influência da arquitetura civil renascentista, nomeadamente a da Casa dos Diamantes de Ferrara ou o Palácio Bevilacqua.”<sup>193</sup>. Acrescentamos a estes exemplos o notável caso do Palácio “das Facetas” - o Грановитая Палата ou Granovitaya Palata - nada mais nada menos do que o Kremlin em Moscovo, e da mesma data sensivelmente.

Pode bem considerar-se, pela data da edificação, pela autoria atribuída e pela sua localização, um antecedente concreto do Palácio Valflores. É que aqui se conjugam a tradição do Solar, mas já sem torre de aparato, com linguagem tardo-gótico e um chamamento de uma nova estética de matriz italiana, algo que se surpreende, também no Palácio de Loures, em que o rusticado das pedras de cunhal remetem também elas para uma cultura italianizante.

O restauro da casa, que perdeu os seus dois andares superiores após o Terramoto de 1755, foi levada a cabo em 1982/1983 pelos Arquitectos Manuel Vicente, Daniel Santa Rita e Formosinho Sanches, com a colaboração para as novas caixilharias de António Marques Miguel, que as realizou de forma estilizada em aço anodizado. No exterior, a restituição do volume do edifício pode considerar-se um feliz exercício de repristinação. Já o interior, que se encontrava completamente oco, foi objecto de um projecto de carácter desconstrutivista, recriando a escadaria que ligava o Campo das Cebolas a Alfama, e que passava pelo interior do bloco em túnel.

192 Cronologia do site SIPA: “1506 - D. Afonso de Albuquerque já possui, neste sítio, casas ou pelo menos terrenos; 1521 - Afonso Brás de Albuquerque, vai a Itália na esquadra que conduziu a Sabóia a Infanta D. Beatriz, onde terá tido contacto com o novo gosto dos palácios “dei diamanti”; 1521-1523 - de regresso a Portugal, fez erguer a sua “Casa dos Diamantes”; 1581 - morre o seu fundador; a posse da casa passa para as mãos de João Afonso de Albuquerque, de 1620 a 1642, depois de um longo período de litígio entre a família; 1755 - ainda está na posse da família Menezes e Albuquerque; 1755, 01 novembro - o terramoto causa grandes estragos, deitando abaixo a fachada principal (dava para a então Rua Afonso de Albuquerque) e dois andares da fachada da atual Rua dos Bacalhoiros”. (SIPA, 2019, IPA 00002489).

193 PEREIRA, Paulo, **Evoramonte. A Fortaleza**, Lisboa, IPPC, 1989 (reed. 2003), p. 10.

## P. Palácio Almada-Carvalhais | Lisboa

### *Planta com Pátio Interior*

Praticamente contemporâneo do Palácio Valflores, o palácio urbano de Rui Fernandes de Almada oferece um precioso ponto de comparação com o objecto de estudo desta dissertação. Não que se trate de um parentesco, como em nenhum dos casos anterior também não era, com o Palácio de Loures.

Porém, revela os mesmos princípios e as mesmas hesitações (assim como alguns avanços) relativamente à arquitectura civil de meados do século XVI. Uma vez mais situava-se à beira-rio (ou quase à beira-mar) e numa zona que se queria nobilitada com Palácios e Solares Nobres.

O próprio Rui Fernandes de Almada seria personagem importante da corte, após provas dadas como diplomata e representante da feitoria portuguesa em Antuérpia, onde conheceu a elite cultural flamenga. Por esse motivo e em função da sua nobilitação, o solar que mandou edificar teria de conter estes dados retóricos, a começar pela pedra de armas, que ainda subsiste sobre um dos arcos da fachada principal, e uma torre que, embora mais pequena do que estavam em voga na Idade Média, ainda suporta o sinal de nobreza e, inclusivamente, teria ostentado ameias, a crer numa representação de um painel de azulejos de finais do século XVII.

Acontece, porém, que o edifício foi muito transformado. É hoje impossível conceber a organização das dependências internas, com a miscigenação do Palácio original com o do Conde Barão e das dependências que se lhe foram acrescentando em altura, em períodos muito posteriores ao da sua conclusão na feição original, sobretudo no século XVII e ainda mais no século XVIII. Os jardins desapareceram, situados a tardoz do palácio, e a pálida imagem que dele se tem a partir da rua não faz jus à monumentalidade e presença que haveria de ter na altura em que o seu proprietário orgulhosamente detinha o seu “estúdio” (ou “studiolo”) no primeiro piso da torre que era “(...) como bem se sabe, uma das componentes mais marcantes da simbologia nobiliárquica (...)”<sup>194</sup>.

“*Especula-se ainda que, neste século, o palácio seria apenas constituído por dois pisos - o do pátio e o piso nobre. Era no pátio de chegada, que se localizavam as áreas afetas aos serviços e a antiga cozinha no extremo Nascente da casa onde ainda hoje se erguem duas chaminés e onde se pensa ter existido a antiga entrada principal, pela Rua das Gaivotas.*” (COELHO, 2015, p.29).

Tendo em conta a disposição dos volumes da fachada do Palácio, e a sua potencial organização antes das alterações, existe um grau de parentesco tipológico, não acentuado, mas sugerido, com outros solares da mesma época da região de Lisboa. Por isso, José Sarmiento de Matos pode afirmar que “ *Talvez o melhor paralelo em termos de gosto seja, afinal, a Torre de Ribafria que na década anterior o alcaide-mor de Sintra erguia nos arredores dessa vila, embora despedido das pretensões humanísticas de que Rui Fernandes faz gala (...)*”<sup>195</sup>.

Os elementos sobreviventes dos primeiros tempos ou fase da edificação são o túnel de comunicação e serventia com o tardoz do edifício e jardim, e à direita, o inesperado claustro com arcos abatidos, e colunas assente em pedimentos clássicos. As colunas são esguias e elegantes e os capitéis claramente inspirados no vocabulário renascentista.

Arriscaríamos a dizer que se trata, em alguns casos, de cópias ou transposições eruditas de capitéis representados em gravura no famoso livro *Medidas del Romano* (ed. de Lisboa em 1541) de Diego de Sagredo, que corria



**Imagem 195:** Detalhe das janelas “manuelinas” na Casa dos Bicos.



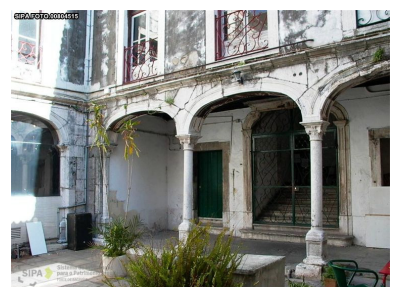
**Imagem 196:** Palazzo dei Diamanti, em Ferrara, Itália.



**Imagem 197:** Torre com Pedra de Armas no Palácio Almada-Carvalhais.



**Imagem 198:** Detalhe da Pedra de Armas.



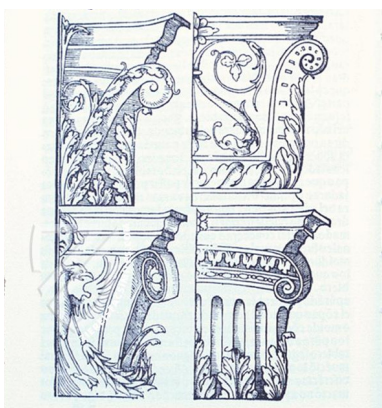
**Imagem 199:** Claustro com arcos abatidos, no Palácio Almada-Carvalhais.

194 MATOS, José Sarmiento de, *Estudo Histórico e Patrimonial - Palácio Almada-Carvalhais*, Lisboa, 2009, p.4. Cit. por COELHO, 2015.

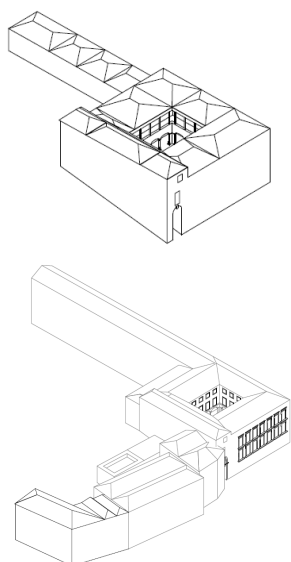
195 Idem, p. 29. Cit por COELHO, 2015.



**Imagem 200:** Detalhe dos capitéis do claustro.



**Imagem 201:** Diego de Sagredo, Medidas del Romano. Exemplos de capitéis.



**Imagem 202:** Esquemas da autoria de Ana Coelho, em conjunto com Joana Anacleto, com uma excelente interpretação da edificação no século XVI (em cima) e no século XVIII (em baixo).

entre os mestres-pedreiros portugueses que pretendiam na altura acompanhar as novidades italianas do Renascimento e desse novo gosto nascente. Mas a tradução em pedra parece bastante cuidada o que quer dizer que, quem chefiou a empreitada teria já ao seu dispor mestres pedreiros familiarizados com esse novo vocabulário.

## Q. Palácio-Solar dos Condes de Óbidos ou Convento S. João de Deus | Lisboa

### Planta em U

Embora pudéssemos continuar a exercer um estudo comparativo mais amplo e com um alcance cronológico maior<sup>196</sup>, preferimos avançar com um caso particular, que se detecta em Lisboa, e que carece de um estudo mais apurado.

Trata-se do Solar dos Condes de Óbidos e do edifício contíguo, meão a Poente com o Solar, o enorme Convento de São João de Deus. Desde já afirmamos desconhecer a data da estrutura deste elemento agregado ao convento e ao Solar que tanto nos interessa.

Sabemos que o palácio na sua configuração actual, de planta em “U”, remonta no essencial ao século XVII-XVIII<sup>197</sup> e com modificações posteriores. Portanto, parece ser muito mais recente do que Valflores. Do Convento conhece-se a história, mas com evidentes lacunas: “Situado na Rua das Janelas Verdes, ao lado do palácio que foi do Conde de Óbidos, e mesmo em frente ao vistoso convento de S. Francisco de Paula, encontra-se o que foi a antiga casa dos religiosos Hospitaleiros de S. João de Deus, Ordem instituída entre nós em 1617. (...) O casario em que se edificou o convento pertencera a Francisco de Távora e a sua mulher, D. Mécia Ribeiro, que por volta de 1604 o venderam ao Dr. António Mascarenhas (Deão da Capela Real, doutor em Teologia e deputado da Mesa da Consciência e Ordens), que resolveu instituir um convento dessa invocação, com hospital acolpado.

Uma vez extintas as Ordens Religiosas em 1834, nele estiveram instalados primeiramente o Quartel da Brigada Real da Marinha, extinta com a revolução de Belém, em 1835. Depois, o Tribunal da Corte. Seguiu-se o Quartel de Infantaria n.º 2, culminando nos nossos dias, e a partir de 1919, com a Guarda Nacional Republicana, servindo o antigo claustro de parada do quartel.” Norberto Araújo dirá inclusivamente que “As traseiras desta Casa conventual de poucas tradições lisboetas, são mais bonitas do que a frontaria, pelas sobreposições de acaso, panorama do claustro combinado com a arquitetura geral, um pouco confusa, e Pcom pormenores decorativos que de todo não se perdem à distância. O Convento debruçava-se sobre o rio.”<sup>198</sup>.

A estrutura do edifício residencial dos Condes de Óbidos contempla, também, o conforto e a organização espacial de um palácio barroco e tardo-barroco e só isso aconselharia a não o usar como termos comparativos. Mas não deixa de ser intrigante a referida estrutura que se percebe ter existido e de que restam escassos vestígios. O Convento foi crescendo e foi-se reorganizando com um

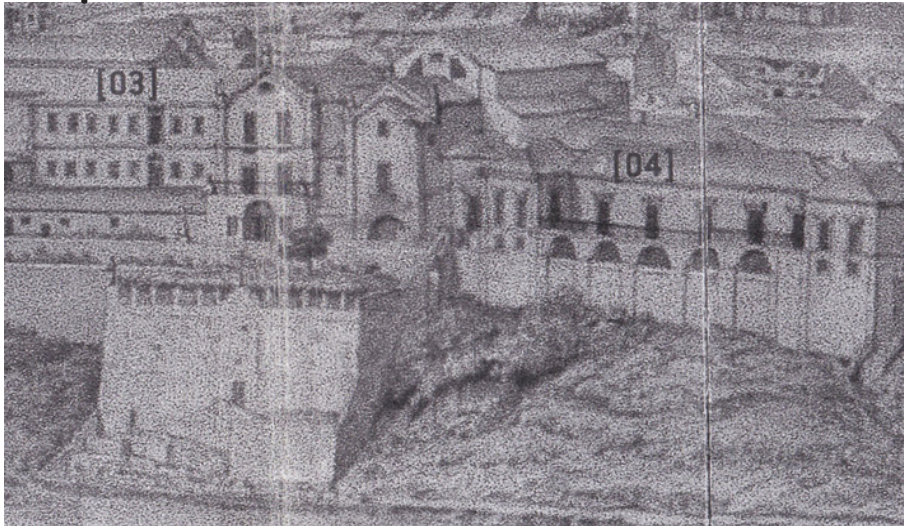
196 Seria de incluir neste o Solar da Bacalhôa - caso muito precoce de estrutura em L -, a Quinta das Torres - ponto de partida provável de opções renascentistas plenas - e ainda o tardio Palácio dos Duques de Aveiro.

197 Cronologia do site SIPA: “Séc. 17, 2.º terço - construção do palácio por um antepassado do 1.º conde de Óbidos, D. António de Mascarenhas \*4, que cede aos Irmãos de São João de Deus o terreno contíguo ao Palácio, do lado poente, para edificação de um convento-hospital; séc. 17, último quartel - o 1.º Conde de Óbidos, D. Vasco de Mascarenhas, inicia obras no palácio, que continuaram com o seu filho, o 2.º conde de Óbidos, D. Fernando Martins Mascarenhas (1643-1719); execução dos azulejos que foram a igreja e a sacristia; execução de painéis de azulejo azul e branco, para colocar nos salões, incluído o da Sala de Mitologia; 1755, 1 novembro - o edifício pertence ao 3.º conde de Óbidos, D. Manuel Assis de Mascarenhas de Castelo-Branco da Costa (1699-1760) (...)” (SIPA, 2019, IPA 00004901).

198 ARAÚJO, Norberto de Araújo, *Peregrinações em Lisboa*, vol. VII, pp. 59-60.



**Imagem 203:** Panorâmica de Lisboa da ANBA (c. 1790).



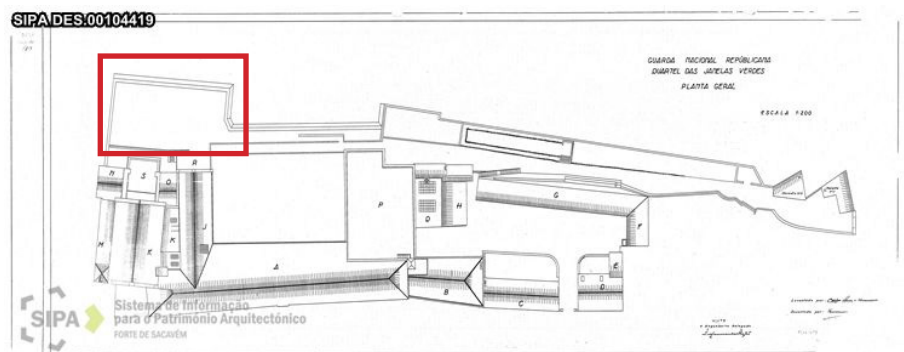
**Imagem 204:** Detalhe da Panorâmica de Lisboa da ANBA (c. 1790).

SIPA FOTO.00512962



**Imagem 205:** Fachada sul do Palácio de Valflores.

SIPA DES.00104419



**Imagem 206:** Planta do Convento de São João de Deus. A vermelho identifica-se o detalhe apresentado acima - imagem 205.



**Imagem 207:** Vista sul do Convento de São João de Deus.



**Imagem 208:** Fachada do Convento de São João de Deus vista do rio, nos dias de hoje.



**Imagem 209:** Fachada do Palácio dos Condes de Obidos, vista do rio, nos dias de hoje.

programa de grande amplitude<sup>199</sup>.

Ora, esta intrigante estrutura parece preceder o Convento e o Solar. Apresenta-se com um certo arcaísmo de formas e parece-se mais com uma plataforma de defesa, depois convertida em miradouro sobre o rio. As plantas do Convento e as vistas mais ou menos antigas, do século XIX e de inícios do século XX, dão conta de uma sobrevivência da estrutura que evoluiu, inclusivamente as ameias, que ali não teriam qualquer lógica, caso a estrutura fosse, efectivamente, posterior a 1580-1590, e muito menos na dependência do Convento e no apoio ao Solar.

No entanto, é inegável que suscita comparações com a grande fachada Sul cega do Palácio Valfores, quando este vence o desnível imenso entre o piso nobre e a lezíria – Imagens 205 e 206.

Que concluir daqui. Apenas que falta fazer um estudo sobre a estrutura lisboeta, já que não cabe nesta dissertação tal aventura, que nos desviaria (como este capítulo em parte nos desviou) do essencial: a Arqueologia da Arquitectura.

Mesmo assim, a utilidade de um estudo comparativo desta natureza permite tirar algumas certezas, que são simples na sua enunciação:

1. no século XIII-XIV, a estrutura da residência com torre é predominante senão mesmo absolutamente essencial no caso dos senhorios e do domínio senhorial em geral;

2. opera-se uma mutação gradual a partir do século XV no sentido da conquista de espaços mais confortáveis sem dinâmica vertical de acesso;

3. estabelecem-se anexos em continuidade de modo a criar novas áreas de habitabilidade;

4. em função dessas modificações, permanecendo a torre como sinal distintivo, o cuidado posto na adequação dos espaços habitacionais e hierarquizados vai para a amplificação das áreas, obrigando à criação de dependências com uma distribuição orgânica, mas às vezes, obedecendo a esquemas de simetria eventualmente influenciados pelo renascimento;

5. o triunfo do casarão contínuo, numa primeira fase, substituído depois pela planta em “L”;

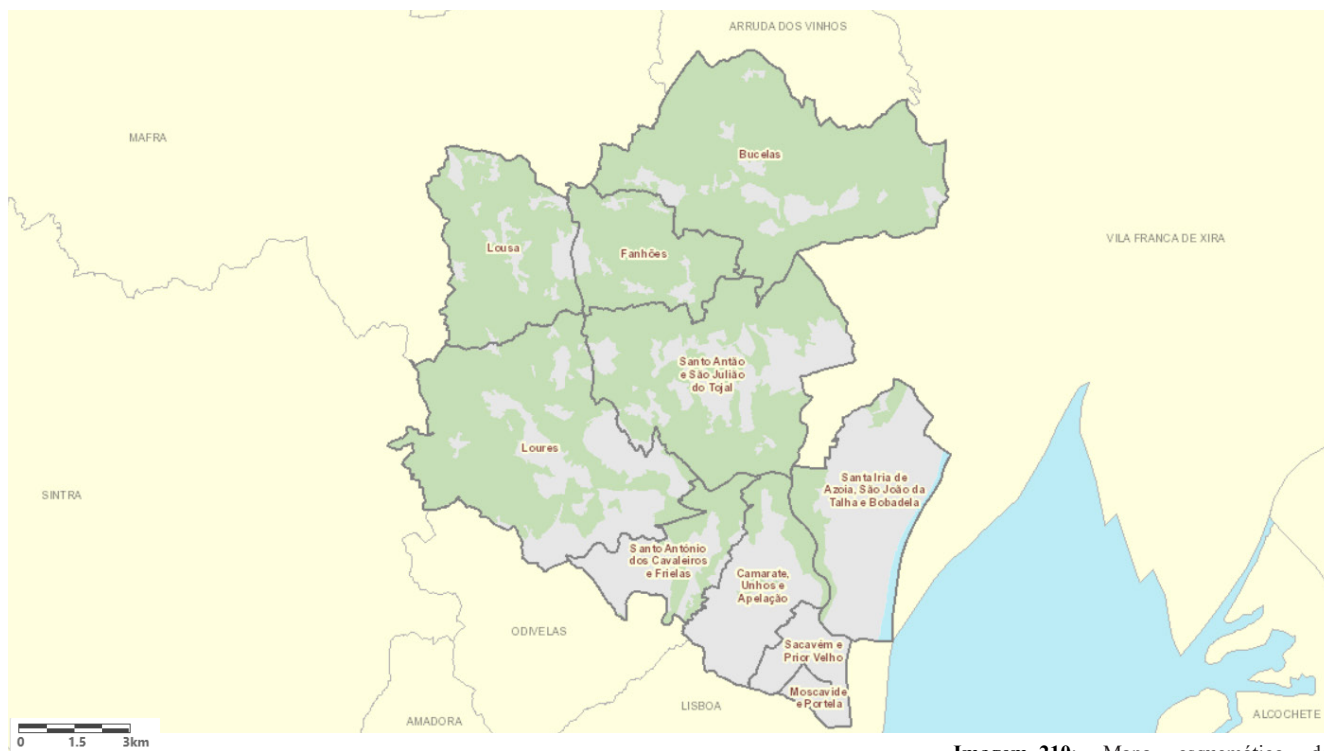
6. a edificação de edifícios a partir de meados do século XVI tende à planta quadrangular, por vezes dotados de pátios interiores de serventia ou de pátios de aparato.

Sobretudo, vale dizer, que os paços medievais portugueses (assim como tardo-medievais e proto renascentistas) irão apresentar um evidente polimorfismo, assimilando diferentes gostos e até mesclando-os, numa solução que, em certa medida é (quase) exclusivamente portuguesa.

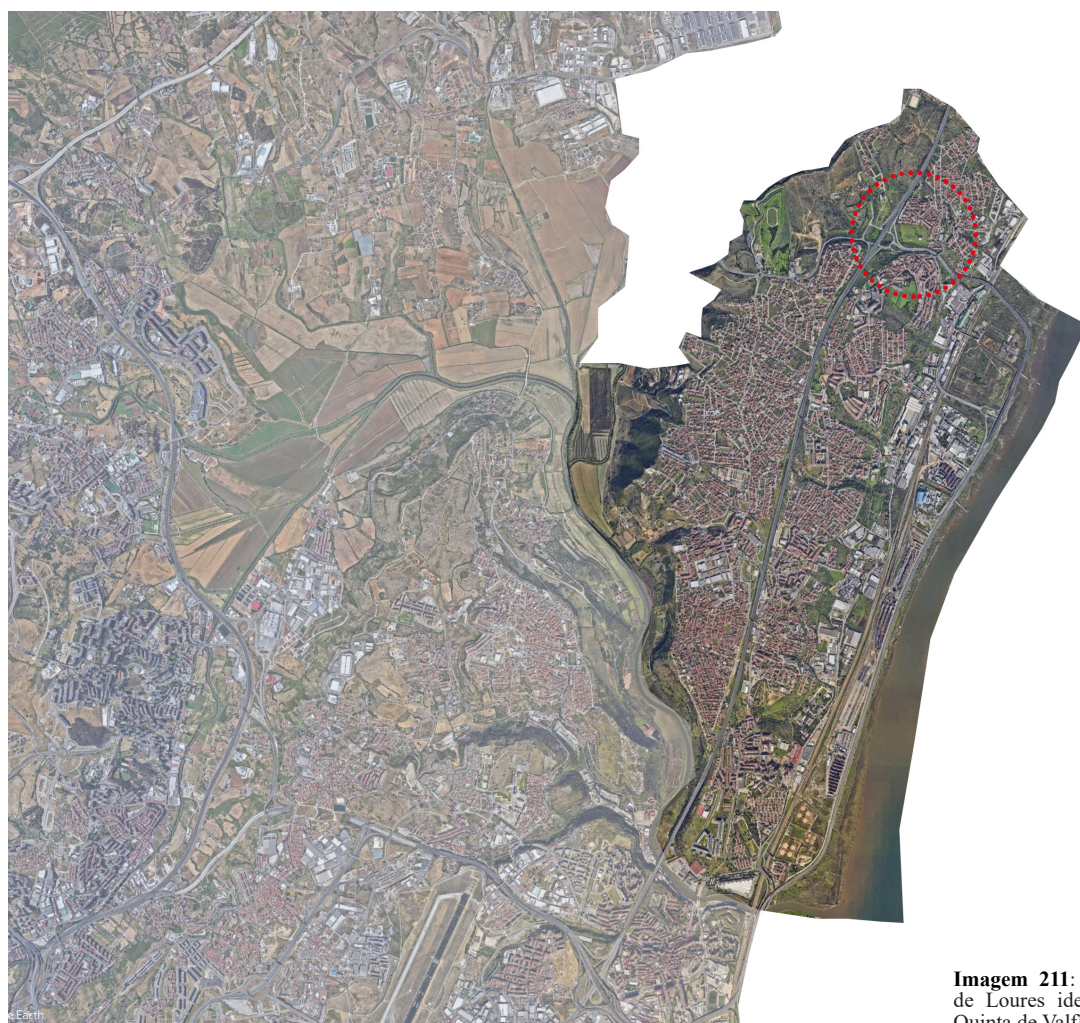
<sup>199</sup> Cronologia do site SIPA: “1581 - existência neste local de um convento de carmelitas descalços com a invocação de São Filipe; 1604 - aquisição pelo Dr. António Mascarenhas (deão da capela real e deputado da Mesa da Consciência e Ordens) de umas casas, pertencentes a Francisco de Távora e a sua mulher D. Mécia Ribeiro; 1629 - fundação nesse local, pelo Dr. António Mascarenhas, de um convento e hospital dos irmãos hospitaleiros, sob a invocação de São João de Deus, fundador desta ordem; 1637 - falecimento do Dr. António Mascarenhas (sendo sepultado na capela-mor), icando a edificação do convento e hospital a cargo dos hospitaleiros; séc. 17, 2ª metade - eram padroeiros do convento os condes de Atouguia; 1694, 23 abril - contrato entre Frei Manuel da Nazaré, prior do Convento, e o pintor João de Sousa, para o douramento do altar-mor, por 440\$000 (FERREIRA, vol. II, p. 589); 1755, 01 novembro - o terramoto causa poucos danos ao edifício; 1758 - o convento não possuía padroeiro; 1758, 27 Abril - nas Memórias Paroquiais, assinadas pelo pároco de Santos-o-Velho, Gonçalo Nobre da Silveira, é referido o Convento, como não tendo padroeiro; 1834 - expulsão das ordens religiosas e instalação de um Quartel da Brigada Real da Marinha nas antigas dependências conventuais; 1835 - extinção da Brigada Real da Marinha; desactivação da igreja; passam a ocupar sucessivamente o edifício o Tribunal da Corte e o Quartel de Infantaria N.º 2; 1874 - encontrava-se instalado no edifício o Quartel de Infantaria N.º 7; 1919 - instalação no edifício da Guarda Nacional Republicana” (SIPA, 2019, IPA 00005079).



## **5. A QUINTA DE VALFLORES**

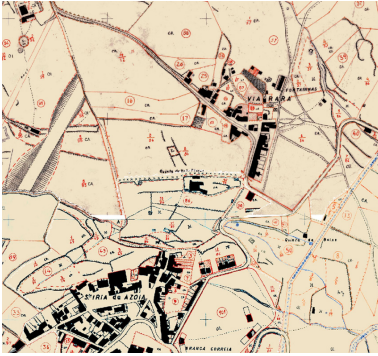


**Imagem 210:** Mapa esquemático do enquadramento geográfico do concelho de Loures..



**Imagem 211:** Fotografia aérea do concelho de Loures identificando a localização da Quinta de Valflores.

## 5.1. Enquadramento Geográfico



**Imagem 212:** Extracto da Planta de Cadastro Rústico de 1951. Disponibilizada por Luís Mateus.



**Imagem 213:** Fotografia aérea 1995 - SPAL. Disponibilizada por Luís Mateus.



**Imagem 214:** Fotografia aérea, 2018.



**Imagem 215:** Limite actual da Quinta de Valflores, com representação dos limites actuais - a sólido - e antigos da Quinta.

Iniciamos esta última parte com um pequeno enquadramento geográfico, que se pretende que seja curto, de forma a apresentar ao leitor, num contexto urbano, a localização do caso de estudo sobre o qual, por fim, nos debruçamos.

No seguimento deste, e numa lógica mais patrimonial, será interessante, sinteticamente, apresentar os elementos patrimoniais que se poderão encontrar na zona. Curiosamente, a sua maioria encontra-se exactamente junto ao centro histórico (se assim o poderemos chamar) da Vila, assim como a Quinta de Valflores.

### 5.1.1. Santa Iria da Azóia

Elevada a concelho em 1886, a cidade de Loures apresenta-se como um território com alguma importância histórica nos arredores de Lisboa. Caracterizada como uma região saloia, foi sempre apreciada pela sua componente agrícola e pureza de ar campestre.

Note-se que, como o próprio site da CM Loures preconiza, "(...) muitos monarcas e nobres construíram as suas quintas e palacetes nestas terras, que elegeram como locais de lazer, de descanso e de fuga a doenças e pestes." (CML, 2018).

Tendo sido os arredores campestres de Lisboa durante vários séculos, apresenta-se hoje como uma área urbana densa que já muito perdeu do seu carácter agrícola.

Constituída por dez freguesias, o nosso caso de estudo localiza-se na freguesia mais a Nascente, apresentando-se como a única que possui contacto com o rio Tejo, sendo esta a de Santa Iria da Azóia, São João da Talha e Bobadela<sup>200</sup>.

No topo Norte desta, em vista privilegiada para o rio Tejo, implantada sobre um vale e orientada segundo os eixos Norte-Sul, surge-nos a Quinta de Valflores, na vila de Santa Iria da Azóia.

Caracterizada por um aglomerado urbano denso no seu núcleo histórico, o resto da vila sempre apresenta-se com uma ocupação escassa - propensa à localização de quintas agrícolas.

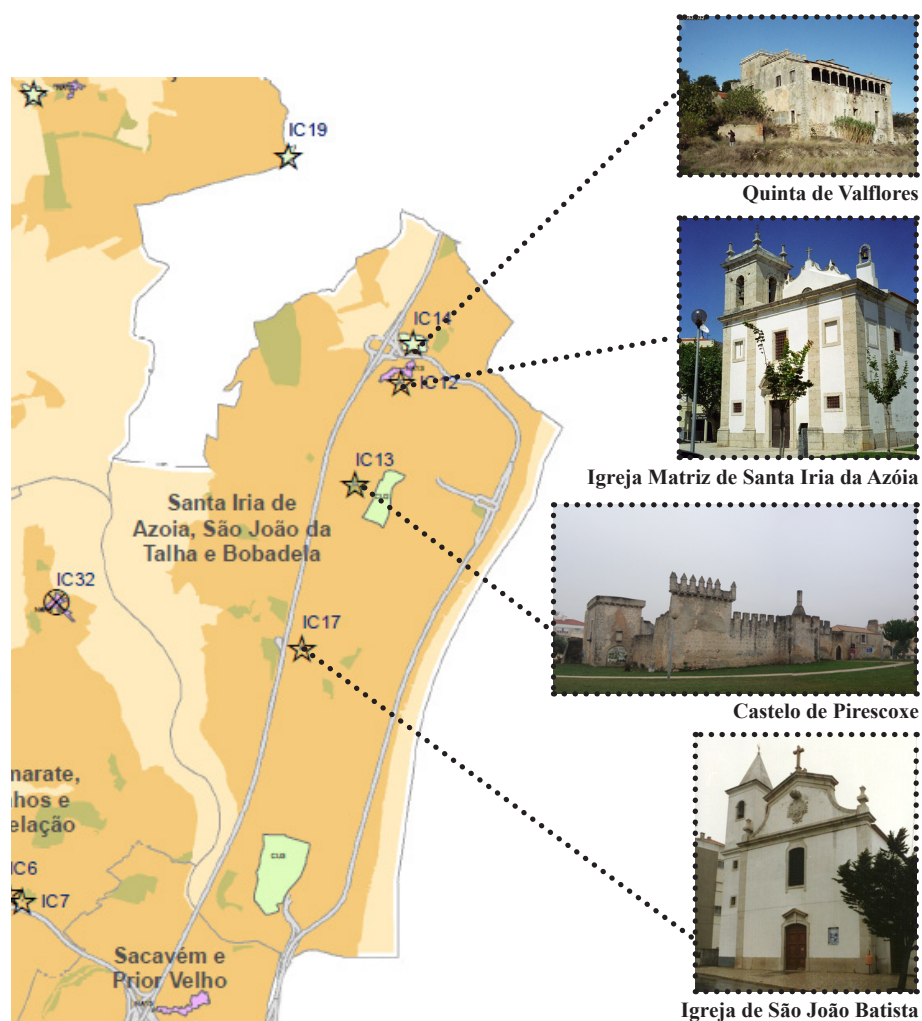
A Quinta de Valflores, encontrando-se a Norte do núcleo histórico, sempre esteve numa proximidade física com o aglomerado nuclear. Isto foi verdade até ao final do século XX, altura em que o desenvolvimento urbano da vila se intensificou, e até à construção das vias rápidas que hoje a atravessam, estando o imóvel praticamente "sufocado" por bairros que foram surgindo nos seus limites e por obstáculos viários pesados.

A ligação que outrora era natural passou a ser sentida como inexistente, havendo somente uma ligação viária entre o Norte e Sul da IC2.

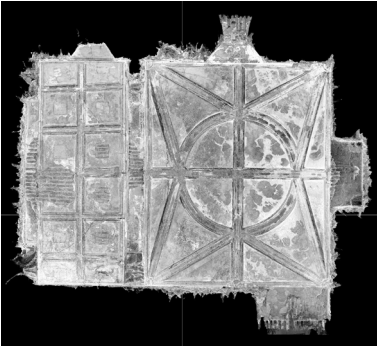
Os limites físicos da Quinta são hoje garantidos pela sua Zona Especial de Protecção<sup>201</sup> (ZEP). A Norte e Este, o terreno encontra-se contido pelo aglomerado urbano da Via Rara, e a Sul e Oeste pelas infraestruturas viárias correspondentes à IC2 e à A1, respectivamente. Apesar destes, a Quinta ainda mantém hoje uma leitura desafogada dos seus elementos, permitindo ainda usufruir da memória passada do que poderá ter sido.

<sup>200</sup> Antiga freguesia de Santa Iria da Azóia que em 2013, devido a uma reforma administrativa, se agregou às freguesias de São João da Talha e Bobadela, constituindo hoje esta a União de Freguesias referida.

<sup>201</sup> Também esta já menor que a original.



**Imagem 216:** Carta do Património do concelho de Loures. Encontram-se identificados os Imóveis de Interesse Público da freguesia de Santa Iria da Azóia, São João da Talha e Bobadela..



**Imagem 217:** Levantamento da planta de tectos da Capela do Palácio Valflores. Autoria de Luís Mateus.



**Imagem 218:** Fotografia do tecto da Capela dos Barros na Igreja Matriz de Santa Iria da Azóia. Foto de Maria de Magalhães Ramalho.



**Imagem 219:** Túmulo de Jorge de Barros na Capela dos Barros na Igreja de Santa Iria da Azóia. Foto de Maria de Magalhães Ramalho.

### 5.1.2. Marcas Patrimoniais

Não sendo nosso objectivo dissertar sobre esta temática, não deixa de ser importante apresentar o património que se pode encontrar na freguesia em estudo.

Tendo o centro da vila de Santa Iria da Azóia a classificação de núcleo antigo, será neste (ou na sua proximidade) que são encontrados os imóveis classificados como de Interesse Público da freguesia.

Dentro do centro temos a Igreja Matriz de Santa Iria da Azóia<sup>202</sup>, cujo edifício primitivo é datado do séc. XIII. A Quinta de Valflores partilha desta classificação<sup>203</sup> de Imóvel de Interesse Público desde 1982, e encontra-se nos arredores próximos da Igreja.

Já fora deste núcleo, temos o Castelo de Pirescoxe<sup>204</sup> e a Igreja de São João Batista<sup>205</sup> - esta última na vila de São João da Talha.

Curiosamente encontramos ligações, quer tipológicas, quer construtivas, entre três destes quatro imóveis inumerados.

A Igreja Matriz, de construção anterior à Quinta, com a chegada dos Barros a Santa Iria da Azóia, foi enriquecida com a construção de uma capela da família no seu alçado Sul que, em termos construtivos, se assemelha à capela no próprio Palácio.

Não podendo ainda avançar com uma datação precisa da capela de família no Palácio, podemos somente conjecturar que está numa linha temporal próxima com a da Igreja<sup>206</sup>, usando principalmente a escolha de abóbadas com que a Capela da Soledade foi edificada nesta última, mais propriamente das arcas tumulares laterais, e que estabelece um relação com a usada na capela do Palácio - sendo esta última, no entanto, mais complexa, caracterizando-se por uma fiada dupla de caixotões.

Outro imóvel ao qual já foi estabelecida a relação com a Quinta é o Castelo de Pirescoxe que, evitando repetições, remetemos aqui o leitor para a consulta do capítulo 3.3.2 - Caso de Estudo H.

Apesar de uma lista pouco extensa, é de louvar as ligações que se conseguem estabelecer entre o património imóvel classificado de Santa Iria da Azóia, que aqui nos dão logo pistas com hipóteses quer tipológicas quer construtivos, correntes na altura.

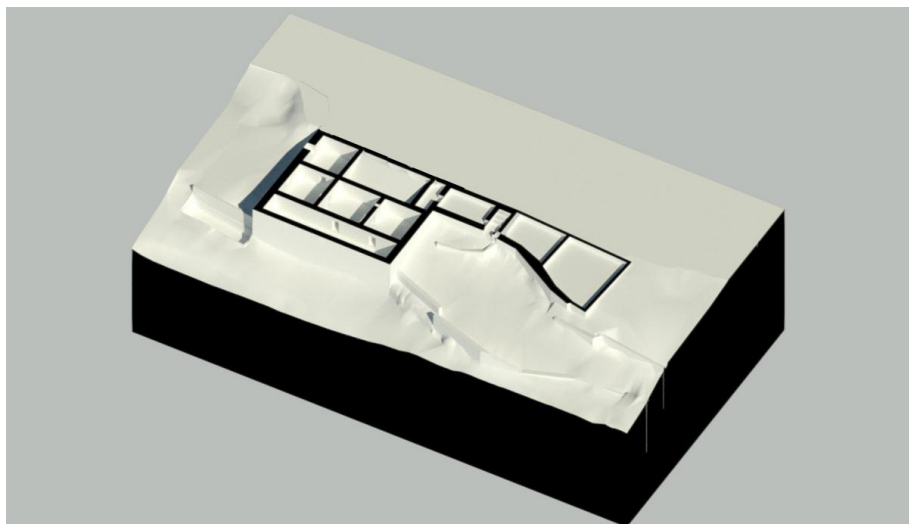
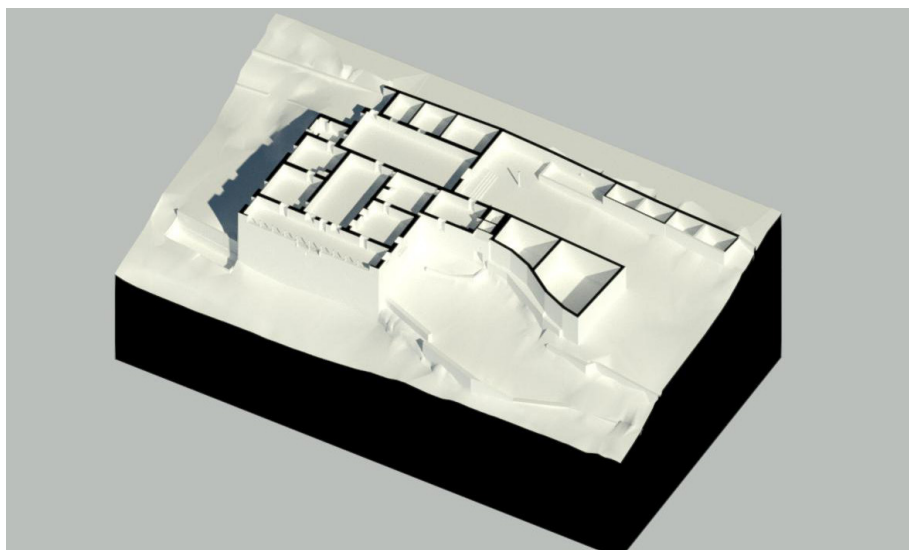
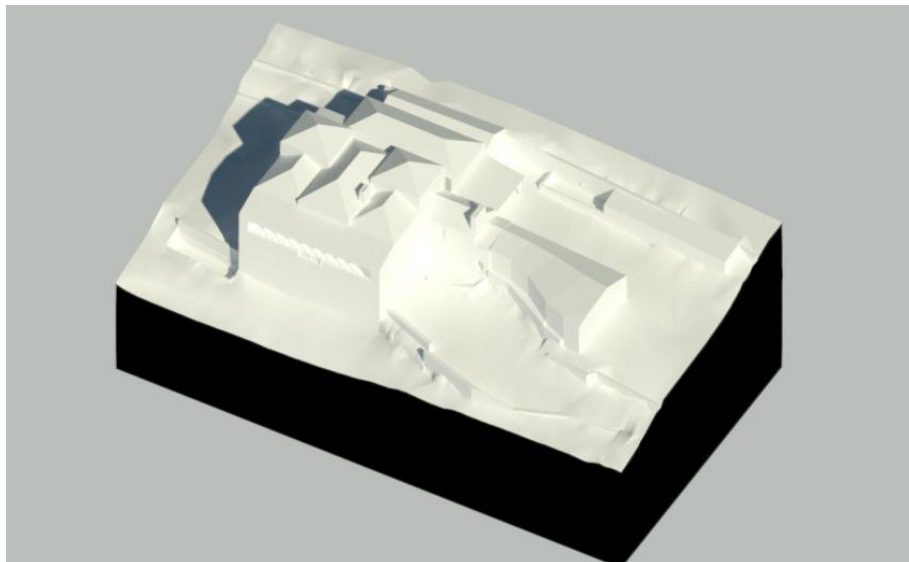
202 Classificada como Imóvel de Interesse Público - Decreto n.º 5/2002, DR, I Série-B. n.º 42, de 19-02-2002.

203 Classificação atribuída através do Decreto n.º 28/82 de 26 de Fevereiro de 1982, posteriormente alterado pelo Decreto n.º 5/2002 de 19 de Fevereiro, onde complementa a informação sobre a Quinta, referindo-se à mesma como “*Quinta de Valflores, na Rua de Valflores, junto às escadinhas da fonte, em Via Rara, freguesia de Santa Iria da Azóia, município de Loures, distrito de Lisboa.*”.

204 Classificado como Imóvel de Interesse Público - Decreto n.º 44 075, DG, I Série, n.º 281, de 5-12-1961.

205 Classificada como Imóvel de Interesse Público - Decreto n.º 8/83, DR, I Série, n.º 19, de 24-01-1983.

206 Segundo o site SIPA: “1558 - data inscrita na capela da Soledade, onde se encontra o túmulo dos Barros; 1563 - Jorge de Barros, quando faleceu, tinha autorização para edificar capela na igreja, o que que foi concedido à sua esposa, Filipa de Melo, com instituição de morgadio.” (SIPA, 2019, IPA. 00005233).



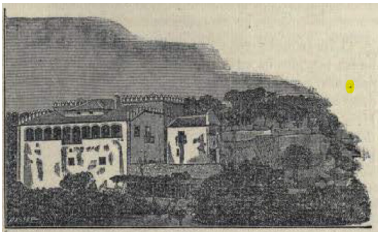
**Imagem 220:** Hipótese volumétrica e espacial do Palácio de Valflores segundo o auto de vistoria de 1798.

## 5.2. A Quinta de Valflores

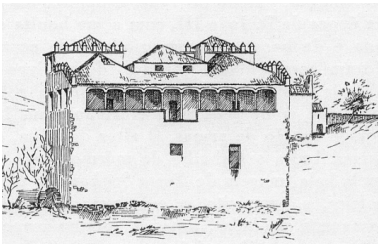
### 5.2.1. História



**Imagem 221:** Palácio de Valflores, vista Sul. Arquivo ADPAC.



**Imagem 222:** Gravura do Palácio de Valflores, início do séc. XX..



**Imagem 223:** Gravura do Palácio de Valflores por Braamcamp.

Classificado como Imóvel de Interesse Público e localizado na freguesia de Santa Iria da Azóia, em Loures, o Palácio<sup>207</sup> é datado do século XVI. Propriedade de Jorge de Barros e Filipa de Melo, o Palácio surge em meados do séc. XVI<sup>208</sup>, como fundação do morgadio da família Barros de Santa Iria da Azóia. Feitor de D. João III em Flandres, Jorge de Barros volta para Portugal possuidor de fortuna - “(...) a sua fazenda foi <<hua das mayores que neste Reyno se ajuntou, que passava de trezentos mil cruzados>>.”<sup>209</sup>

Ainda durante o século XVI, a propriedade é herdada pela sua filha - D. Luísa de Barros. Passando de geração em geração, a Quinta foi-se mantendo na família.

Apesar destas informações, pouco se sabe sobre o que existiria na altura da construção do Palácio, e não existe documentação sobre a construção efectiva deste. No entanto, datado de 1798, temos um auto de vistoria<sup>210</sup> que nos informa do estado da Quinta à altura.

Na posse de Dionísio Andrónico de Barros e Vasconcelos - Cadete do Regimento de Alcântara - e da sua esposa D. Francisca de Salles Almeida e Baptista -, o referido documento refere-se a um auto de vistoria requisitado pelos anteriores, e por uma terceira interveniente, de seu nome Joana Inácia.

À data, isto é, no final do séc. XVIII a Quinta encontrava-se num estado lastimável. Caracterizada por um pátio grande de entrada demarcado por duas colunas de pedra “(...) encostadas às paredes que serviam de segurar um alpendre que havia e hoje não existe (...)” (TORRE DO TOMBO, 1808), a Quinta tinha as suas dependências divididas entre Norte e Sul do Pátio. A Norte, encontrava-se um conjunto de dependências menos nobres, englobando as cavalariças, palheiro, uma casa “em pardieiro” (TORRE DO TOMBO, 1808) contígua a uma “almásiga”<sup>211</sup> com bica e três casas, uma das quais casa de caldeiras com o propósito de destilar aguardente, “(...) com madeiramento e sem telhado (...)” (TORRE DO TOMBO, 1808). A Sul, uma casa para recolher carros “(...) somente com parte do madeiramento e sem telha (...)” (TORRE DO TOMBO, 1808), seguida de uma casa com forno e uma casa lageada, só com paredes. É ainda identificada a existência de uma ermida “(...) muito arruinada (...)” (TORRE DO TOMBO, 1808) e de uma casa de ladrilho com uma dependência por cima cujo acesso se realizava por umas escadas interiores. Além destas, dá-se conta de mais seis casas de habitação neste piso fazendo para destas uma cozinha, mais uma dependência superior com acesso interior e uma varanda cobertura com colunas de pedra. No piso abaixo, são sete as dependências existentes, funcionando como Adega e Lagar, abobadadas e com “(...) sete talhas enterradas na terra (...)” (TORRE DO TOMBO, 1808). Faz-se ainda referência a um pátio que dá acesso a este piso.

Sobre as habitações descritas, a vistoria reforça a necessidade de obras na Quinta, pela mesma se encontrar arruinada e “(...) esse estado em que de presente

207 Apesar da análise terminológica realizada no capítulo 3.1, optou-se por designar o edifício por Palácio, sendo a designação mais corrente que se tem do mesmo. Quando nos referimos à Quinta de Valflores, será de considerar toda a área pertencente aos limites exteriores do lote com os vários elementos que se pontuam no mesmo.

208 Podemos precisar a fundação do mesmo entre 1550-1558, baseando-nos na cronologia disponibilizada pelo site SIPA: “c. 1550 - este mercador, dos últimos feitores no importante centro cultural que então constituía a Flandres, decide construir um paço rural, na tradição das moradias régias e nobres medievais mas com influência renascentista, consentâneo com o prestígio da anterior nomeação, com a fortuna possuída - “uma das maiores que neste reino se ajuntou que passava de trezentos mil cruzados” (FREIRE: 1927, p. 64) e com o morgadio por ele instituído com cabeça em Valflores; 1558 - na igreja matriz da vila funda o casal Jorge de Barros e D. Filipa de Melo a capela da Soledade ou dos Barros” (SIPA, 2019, IPA 00006316)

209 Cit. por. FREIRE, Anselmo Braamcamp - **Brasões da Sala de Sintra**: Livro Segundo, p.65.

210 TORRE DO TOMBO – **Processo de Joana Inácia**.

211 Entenda-se Almacéga, apontando a existência de um tanque que serviria como recolector para as águas do Aqueduto.



**Imagem 224:** Zona Especial de Protecção original.

**Imagem 225:** Alteração à Zona Especial de Protecção, segundo Portaria n.º 129/99, DR, II Série, n.º 35, de 11 de Fevereiro de 1999.

N.º 35 — 11-2-1999

DIÁRIO DA REPÚBLICA — II SÉRIE

2039



*se acha não pode produzir rendimento algum.” (TORRE DO TOMBO, 1808)*

Na sua propriedade existe, à data, um conjunto de estruturas naturais - vinha, árvores de fruta de pevide e caroço, pomar de espinho e parreiras - assim como um conjunto de estruturas construídas - dois poços, um com engenho de nora, três tanques, água proveniente de uma nascente. Toda a Quinta se encontrava murada - apesar de muitos muros serem descritos como caídos e arruinados.

Complementando este auto, encontra-se outro, realizado 10 anos depois que nos descreve o piso abaixo do nobre como sendo usado para armazém e arrecadações (além de adega e lagar) assim como refere a existência de um aqueduto que alimenta um dos tanques.

Até ao final do século XIX, a Quinta foi-se mantendo na família, até Pedro de Alcântara de Barros e Vasconcelos a perder, segundo Braamcamp Freire - *“Hoje (1899) caiu nas garras dos crédores; espatifou-se tudo e a joia quinhentista foi passar as mãos dum negociante, que a mandou pintar de azul celeste!”* (FREIRE, 1921, p.394)

A Quinta é posteriormente adquirida pela família Reynolds, que a passa a arrendar. Durante o século XX a propriedade será usada como exploração agrícola, sendo este o momento marcante para o começo da degradação do Palácio que chegou aos dias de hoje.

Ainda no século passado, Luís Mateus informa-nos com mais detalhe o uso dados aos pisos inferiores, tendo estes sido usados, em complemento à actividade agrícola, como pocilgas, estábulos, vacarias, capoeiras e outros. (MATEUS, 2016, p.269).

Em 1979, a DGEMN procede a estudos para definição da área envolvente alertando para o elevado estado de degradação do imóvel. É de notar a preocupação desta entidade em referir que a não acção poderá resultar em consequências tão negativas quanto o desaparecimento total do tecto mudéjar da sala principal - hoje inexistente.

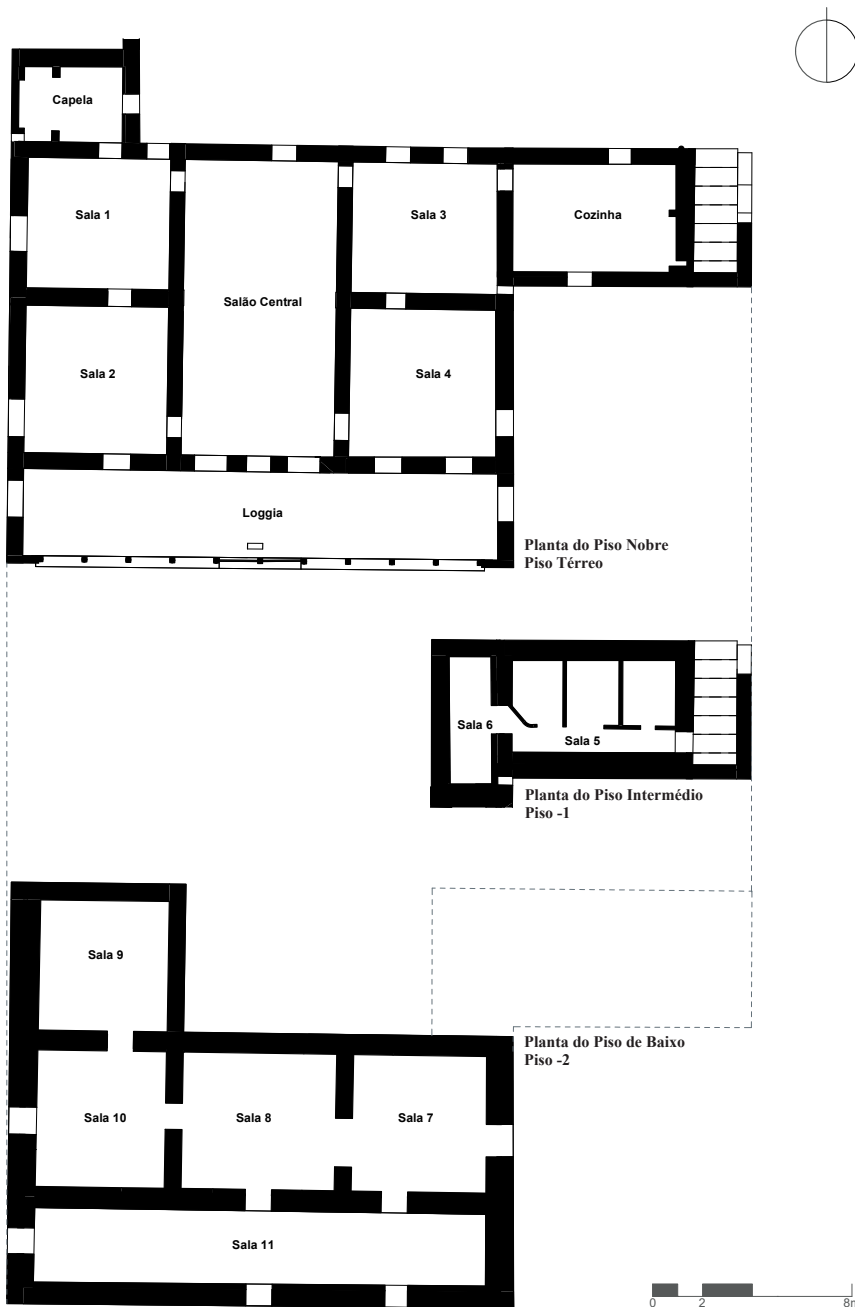
Nesse mesmo ano, o proprietário do imóvel é notificado, procedendo-se à realização de vistorias no ano seguinte, por parte de técnicos da CML e da DGEMN. Destas surge um plano de intervenção que define como objectivos a *“(...) consolidação estrutural, reconstrução das coberturas e restauro dos tectos primitivos (...)”* (SIPA, 2019, IPA 00006316). Além destas, seria de prever a consolidação das abóbadas do piso térreo, assim como dos arcos da *loggia*. Por esta altura já nada restava do tecto mudéjar.

Em 1982, a Quinta é classificada como Imóvel de Interesse Público, havendo um esforço no sentido de definir uma ampla zona especial de protecção, publicada nesse mesmo ano. Passados quinze anos, esta é reduzida em área, abrindo caminho para, em 1998, surgir o IC10 que rasga a antiga propriedade.

A Quinta chega ao século XXI sem exploração económica e abandonada. O seu estado de degradação vai-se acentuando, sendo realizada em 2001 a Carta de Risco do Imóvel pela DGEMN. Neste mesmo ano, dá-se uma derrocada no imóvel desaparecendo grande parte da *loggia*.

Em 2006 o imóvel torna-se propriedade municipal.

Após várias décadas em completa ruína, o Palácio está a ser alvo de um projeto de consolidação estrutural com vista ao seu restauro, encontrando-se na primeira fase de intervenção sobre o mesmo. Complementando este projecto, encontra-se igualmente em curso um estudo do âmbito da Arqueologia da Arquitectura, a ser realizado pelas arqueólogas Ana Raquel Silva da CML e Maria de Magalhães Ramalho, técnica da DGPC.



**Imagem 226:** Plantas do Pálacio. Levantamento baseado no trabalho do Gabinete Pedro Pacheco Arquitectos.



**Imagem 227:** Loggia do Palácio Valflores. Foto do ano 2000.



**Imagem 228:** Balaustrada de ferro e colunelos existentes na loggia do Palácio. Arquivo ADPAC.

### 5.2.2. O Palácio

Enquadrando-se dentro da Arquitectura Residencial, este Palácio é caracterizado por uma planta quadrangular que se desenvolve em dois pisos, tendo uma capela adossada. Sendo um volume simples, as suas coberturas em telha cerâmica destacam-se pelas suas diferentes alturas, possuindo o mesmo dois torreões na fachada Norte. A Este, encontra-se um outro volume caracterizado pela existência de uma chaminé, com as escadas exteriores adossadas. As coberturas existentes do corpo principal do Palácio caracterizam-se pelos merlões piramidais.

A sua implantação é realizada sobre o eixo Norte-Sul, ficando a fachada principal exposta para a vista do rio Tejo, a Sul.

A característica mais singular deste edifício é a *loggia* existente no alçado Sul, que se estende por toda a sua fachada, e oferece uma vista plena sobre o Tejo. Adornada de colunas toscanas, ao centro possui uma balaustrada de ferro.

A entrada é realizada pela fachada Norte, pelo piso nobre, o qual se divide em seis salas, mais a capela e *loggia*. Acima deste existiram os sobrados dos torreões, hoje arruinados. Os pisos abaixo caracterizam-se pela existência de abóbadas nos seus tectos, encontrando-se hoje à beira do colapso.

Sendo este um edifício histórico que atravessou diferentes épocas, a sua riqueza tipológica é notável, sendo relevante abordar (novamente) esta questão confrontando este caso com as tipologias enumeradas no capítulo 3.1.

Pelo tipo de construção, podemos classificar o Palácio como contendo influências de um paço medieval, característica visível pela estruturação da fachada principal, que se desenvolve ao longo de um corpo central delimitado por torres ameadas. Apesar disto, como Vieira da Silva nos esclarece, “(...) é o Renascimento a modelar-lhe a delicada varanda de onde se contempla o Tejo e a lezíria; é a racionalidade humanista a dispor-lhe a sala ao centro e as duas câmaras quadradas de cada lado.” (VIEIRA DA SILVA, 2002, p.287).

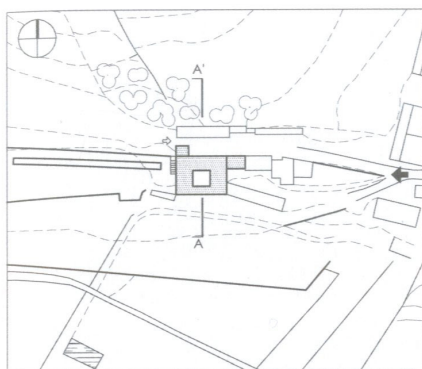
Com base na descrição acima, a organização funcional interior do Paço segue uma lógica de hierarquização público-privado. Não havendo ainda a presença do corredor como espaço de transição entre dependências, a sala é o espaço de entrada e, como tal, o espaço mais público da casa. Abrindo-se ao exterior através de uma varanda, serve de recepção a todas as pessoas e presta-se às cerimónias públicas. É a dependência de maiores dimensões, e serve para uma multiplicidade de usos.

No seguimento da sala, seguem-se as câmaras que podem existir em maior ou menor número, dependendo da grandeza da habitação. Também estas são hierarquizadas desde uma câmara menos privada e de maiores dimensões – ante-câmara – até à câmara mais privada e de menores dimensões – trancâmara. Entre estas situa-se geralmente a câmara de dormir e, como nos esclarece o autor “(...) é a ela que as outras duas se subordinam.” (VIEIRA DA SILVA, 2002, p.29)

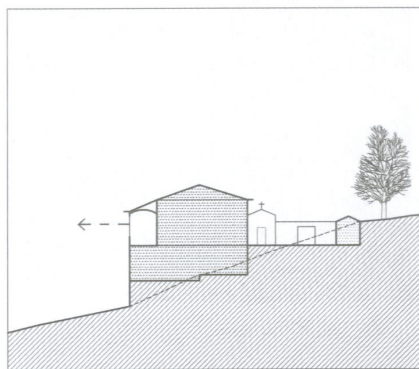
Na necessidade de ampliação existe um “(...) acrescentamento sucessivo do módulo essencial constituído pela sequência sala-câmaras.” (VIEIRA DA SILVA, 2002).

Por fim, aparece o oratório ou a capela – lugar de recolhimento, destinado à oração individual. Apesar de ser um lugar de exclusivo privilégio real, a partir do séc. XVI começou a surgir em habitações nobres, até se generalizar por completo nas moradas senhoriais e mesmo em quintas de contexto rural, como é o caso. O oratório, é um local para a oração individual, opondo-se à capela, que é o lugar religioso do paço. Em Valflores, será a tipologia de capela que se aplica.

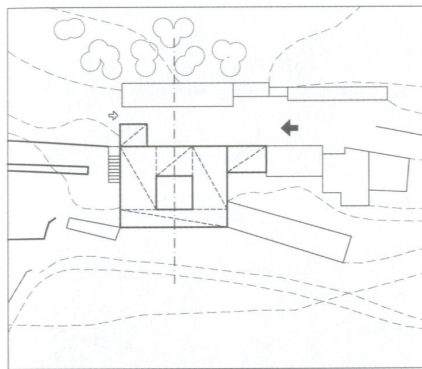
O piso de baixo será mais contido que o piso nobre que, contrapondo-se ao carácter da *villae* italiana, como a nossa colega Ana Brás tão bem esclarece na



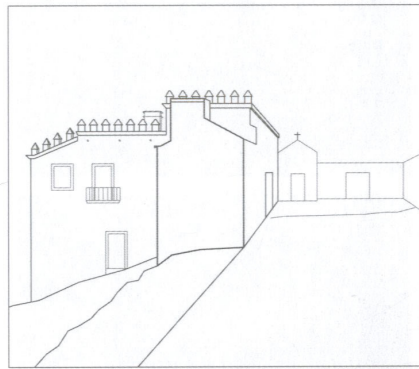
PLANTA DE IMPLANTAÇÃO / ACESSOS



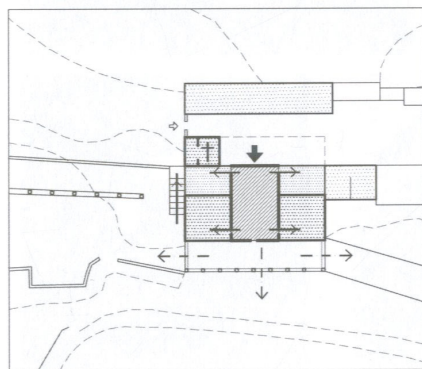
RELAÇÃO COM O TERRENO / ORIENTAÇÃO DOMINANTE



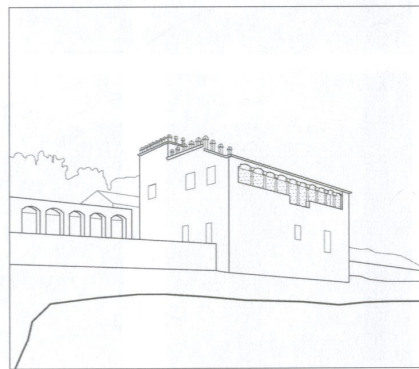
ESTRUTURAÇÃO ESPACIAL / GEOMETRIAS



ACESSO PRINCIPAL / CHEGADA



RELAÇÃO ESPAÇOS-CIRCULAÇÃO / VISTAS / HIERARQUIAS



ENQUADRAMENTO NO LUGAR



QUINTA DE VALFLORES	Q40	TIPO - A
---------------------	-----	----------

**Imagem 229:** Análise tipológica da Quinta de Valflores.



**Imagem 230:** Palácio de Valflores, c.1991. Foto disponibilizada por José Aguiar.

sua própria dissertação de mestrado, "(...) deve-se à característica tipicamente portuguesa deste piso ser reservado às lojas de apoio às actividades rurais, tendo, por isso, poucas aberturas." (BRÁS, 2013, p.48).

No exterior, o Paço caracteriza-se por dois elementos – o pátio e o horto. O pátio localiza-se à frente do corpo principal e é fechado por muros, reforçando a ideia de fecho ao exterior característica desta tipologia. O horto aparece nas traseiras, adaptado da horta que, a partir do séc. XIV passa a ser encarada como local de recreio, espaço de deleite e prazer, onde a predominância, ao invés de vinha, pomar ou seara, passará a ser ervas aromáticas e árvores de fruto: "É, afinal, uma das facetas mais explícitas e vibrantes da sensibilidade mudéjar que, no séc. XV e princípios do XVI, invadiu a arquitectura portuguesa, particularmente a civil." (VIEIRA DA SILVA, 2002, p.34)



**Imagem 231:** Villa Trissino, em Véneto, Itália.

Confrontando a leitura realizada por Vieira da Silva com Carlos de Azevedo, note-se que, apesar da grande influência paçã no Palácio de Valflores, muitas características coexistiram ou coexistem lado a lado, não sendo estranho depararmo-nos com vários estilos num só objecto. Para Azevedo, em Valflores estamos perante um casa manuelina encabeçada por torres e parapeitos ameados, reforçando o "(...) encontro de duas grandes tendências que informam a casa senhorial portuguesa." (AZEVEDO, 1971, p.46). No entanto a mais notável, herança do Renascimento - e já referida por Vieira da Silva -, será a varanda, que não mais desaparecerá, como tentativa de abrir a casa ao exterior e à paisagem.

João Vieira Caldas, apesar de não discordar destas interpretações, tenta encontrar por outra via os modelos base para Valflores, nomeadamente em Itália<sup>212</sup>. O pátio, é o primeiro elemento em que denota a influência italiana que o mesmo apresenta no caso de estudo (CALDAS, 1999, p.58). O terraço é identificado também ele da mesma forma, referindo no entanto que "(...) "loggias" à italiana, poucas existem, seja protegendo a entrada (...) seja com função de varanda (...)" (CALDAS, 1999, p.65). Valflores identifica-se, desta forma, como dos poucos exemplos em que este traço se acentua, sendo no entanto regionalizado, implicando "(...) obrigatoriamente, a transposição da varanda para o tardo (...), que é quase sempre o lado virado à paisagem." (CALDAS, 1999, p.66).



**Imagem 232:** Solar dos Pinheiros em Barcelos. Exemplo de um caso português que à semelhança de Valflores possui um corpo central ladeado por duas torres.

Sobre os elementos verticais da fachada, sendo o Palácio de Valflores datado do séc. XVI, a preocupação pela verticalidade não existia. As fachadas eram lisas e rebocadas, no entanto "[e]m raros casos, o reforço do cunhal era assinalado ou acentuado por silharia desencontrada, por vezes rusticada (...)" (CALDAS, 1999, p.87), como aparenta Valflores.

O traço italiano mais claro será os dois pisos com *loggia*, organizados num corpo central enquadrado por duas torres - "(...) corresponde a um dos tipos de villa mais comuns do Renascimento italiano (...)" (CALDAS, 2016, p.152). Ao qual nos refere exemplos italianos transversais a Valflores, como é o caso da Villa Trissino, em Véneto - imagem 231.<sup>213</sup>

No entanto, não é exactamente isto que temos no Palácio, apresentando Vieira Caldas a própria influência que antecedentes portugueses possam também ter tido - para o caso exemplifica muito bem com a tipologia de corpo fechado com duas torres; mas, mais uma vez, também não é exactamente isto que temos no Palácio.

Concluindo, estamos perante um objecto que sendo descrito de variadíssimos modos por diversos autores, não deixa de se enquadrar em todos eles, contribuindo para a sua riqueza estilística e revelando-se como um objecto inovador na arquitectura portuguesa.

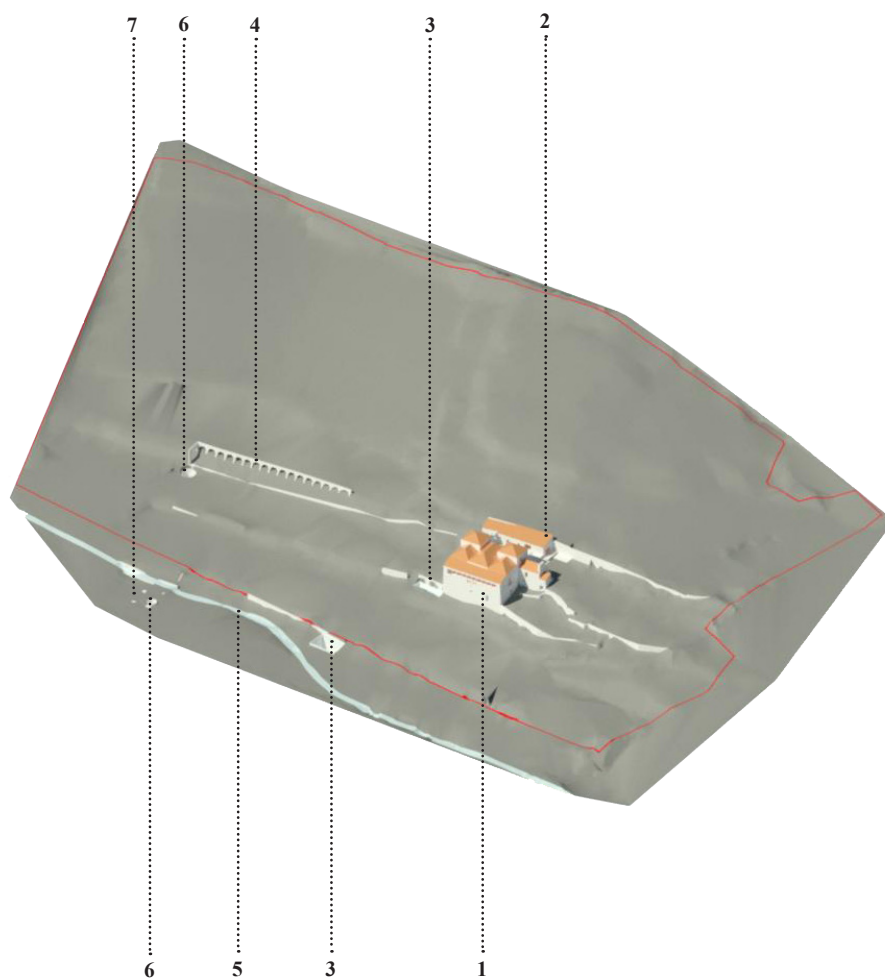
212 Não esquecendo que, muito provavelmente, Jorge de Barros, andou pela península itálica cerca de 1540-1543, nos anos anteriores à construção do Palácio.

213 Não poderemos aqui deixar ainda de referir, a semelhança da planta de Valflores com a Villa Ideal como proposta por Sebastiano Serlio no sexto livro do seu tratado sobre Arquitectura "De architectura libri decem", intitulado "Delle habitazioni fuori e dentro delle città". - ver Anexo



**Imagem 233:** Esquema do percurso pela Quinta de Valflores.

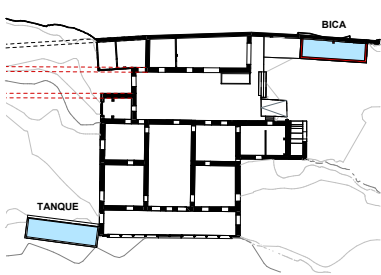
**Imagem 234:** Imagem aérea dos limites actuais da Quinta de Valflores.



1. Palácio de Valflores
2. Edificações a norte do Palácio
3. Tanques visíveis no terreno
4. Aqueduto de Cima
5. Ribeira
6. Poços - um por aqueduto
7. Vestígios do Aqueduto de Baixo

**Imagem 235:** Modelo 3D da Quinta de Valflores com representação dos elementos actuais existentes.

### 5.3. O Solar da Quinta de Valflores - Diagnóstico



**Imagem 236:** Palácio de Valflores com identificação da antiga Almácega e do tanque ainda existente no cunhal..



**Imagem 237:** Caminho de entrada para o Palácio de Valflores. Foto de Cristina Mendes - ADPAC.



**Imagem 238:** Aqueduto de Cima - Fevereiro de 2018.



**Imagem 239:** Detalhe decorativo do Aqueduto de Cima - Fevereiro de 2018.



**Imagem 240:** Vestígios do Aqueduto de Baixo junto à ribeira - Fevereiro de 2018.

#### 5.3.1. Implantação e Arredores

A chegada à Quinta, nos dias de hoje, faz-se por um portão existente no limite Nascente do terreno, no seguimento das construções limítrofes. É de referir que ainda existem algumas estruturas de apoio espalhadas pela ampla área que são testemunhos da vivência do Palácio, quer em épocas mais recentes quer em mais distantes. A entrada original desenvolveria-se na direcção oposta, surgindo primeiro o Aqueduto e só depois o Palácio.

Estando este implantado num vale que desenvolve o seu declive na direcção do rio, a implantação destes elementos segue uma lógica típica perpendicular ao declive da zona, havendo uma zona de caminho claramente demarcada que divide o terreno em duas vertentes - Norte e Sul.

Se a primeira se caracteriza pela ausência de construções, será na segunda que estes elementos se encontram. Num plano central temos o Palácio de Valflores, cuja entrada se realiza pela fachada Norte. Junto a esta e confinando um terreiro de entrada temos um conjunto de construções, não datadas, em igual estado devoluto.

Numa lógica de percurso e na continuação do caminho que nos aventurámos a tomar, iremos encontrar o elemento que merece mais destaque, a seguir à residência, que é o Aqueduto<sup>214</sup> ainda remanescente desta Quinta. Apesar de não ser o único a existir - havendo vestígios de pelo menos um outro - é o que se encontra em melhor estado, sendo possível ainda ver os detalhes decorativos do mesmo. Além destes, ainda se identifica no local o poço onde existiria a nora para bombear a água.

Como já referido, este não era o único Aqueduto, havendo numa zona mais baixa do terreno vestígios de um outro ter existido. De igual forma, ainda se encontra o poço que alimentava este ramal de baixo.

Além destes aquedutos, encontram-se ainda no terreno outros elementos de apoio a estes, nomeadamente tanques de armazenamento de água. O mais próximo do Palácio encontra-se no seu cunhal Sudoeste, e será de construção antiga. O outro, mais distante, localiza-se junto à ribeira que atravessa o limite Sul da Quinta.

Por fim, é relevante identificar a existência de uma bica que ainda resta, que vai ao encontro dos autos de vistoria analisados num dos capítulos anteriores, referente ao estado da Quinta no final do século XVIII, onde se indica a existência de uma "*almasiga*", hoje desaparecida. A mesma encontra-se situada no muro de suporte Norte, junto às dependências exteriores

Existem mais alguns elementos que poderiam aqui ser referidos - nomeadamente ruínas de construções antigas que ainda se encontram pela Quinta - no entanto serão propositadamente omissos por não se considerarem ser de relevância ao estudo que nos propomos apresentar.

#### 5.3.2. Descrição: fachadas, dependências, materialidade

No centro desta Quinta, encontra-se o edifício principal, ainda mantendo a sua estrutura original, mas já num estado avançado de ruína.

Construído numa lógica de paredes portantes com recurso a alvenaria ordinária de pedra, o edifício é pontuado nos seus cunhais com aparelho rusticado. Em muitos paramentos ainda são visíveis os revestimentos originais do Palácio, estando no entanto já muito fragilizados ou mesmo ausentes em muitos sectores deixando as alvenarias à vista.

<sup>214</sup> Não sendo o único a existir no terreno e, devido à sua localização num ponto alto do mesmo, passaremos a referir a este como Aqueduto de cima, contrapondo-se ao Aqueduto de baixo.



**Imagem 241:** Fachada Sul da Quinta de Valflores - à esquerda. Levantamento por varrimento laser 3D realizado por Luís Mateus.

**Imagem 242:** Palácio Valflores antes da derrocada da loggia - direita em cima.

**Imagem 243:** Detalhe dos colunetos toscanos da loggia - direita em baixo. Foto de Luís Mateus.



**Imagem 244:** Conversadeiras existentes nos vãos do Palácio. De notar o detalhe do desenho das mesmas na sua união com a parede. - esquerda.

**Imagem 245:** Tipologia de lareiras existentes no Palácio - direita em baixo.





**Imagem 246:** Detalhe da guarda de ferro do Paço de S. Miguel em Évora. Foto de Pedro Pacheco.



**Imagem 247:** Guarda de ferro do Palácio de Valflores - Fachada Nascente - Maio 2019.



**Imagem 248:** Detalhe da guarda de ferro - Maio 2019.



**Imagem 249:** Foto do tecto Mudéjar, datada de 1979.

As coberturas, hoje na sua maioria inexistentes, eram de telha cerâmica, apoiada sobre uma subestrutura de madeira, bem visível nos encontros que esta mantinha nas paredes. As alturas das mesmas eram, embora diferentes, simétricas na sua lógica resultando numa solução de coberturas escalonadas.

Do elemento mais icónico do Palácio, a *loggia* voltada a Sul, nada resta nos dias de hoje a não ser partes do murete que servia de guarda. Outrora imponente, caracterizava-se pela existência de dez arcos abatidos sobre colunetos toscanos, apoiados num peitoril. Ao centro, uma guarda de ferro pontuava o eixo de simetria do Palácio.

É de referir a existência de uma janela de sacada com gradeamento, na fachada Nascente do Palácio. Ao contrário da anterior, chegou inteira aos nossos dias, e é guarnecida por uma guarda de ferro que será datada do séc. XVI, aquando da construção original.

Sobre esta, não queremos deixar de aqui abrir um parêntesis para um outro paço em Évora que é guarnecido com o mesmo tipo de guarda, nomeadamente o Paço de S. Miguel, hoje Fundação Eugénio de Almeida.<sup>215</sup> Possuindo também este uma *loggia* numa das suas fachadas, apesar da lógica tipológica não se assemelhar a Valflores, os tramos de guarda metálica possuem uma linguagem idêntica aos encontrados na Quinta.

Dos vãos que se encontram no Palácio, poucos possuem a caixilharia original, sendo a maioria de moldura simples. Associadas às janelas mais antigas encontram-se conversadeiras de pedra. Estas seguem uma disposição lógica pelos vãos exteriores do piso nobre e sobrado Poente que se abrem sobre a vista.

Além dos elementos anteriores, encontramos ainda três lareiras espalhadas pelos compartimentos de maior destaque - salão nobre, sala 2 e sala 4.

Das coberturas já nada resta, a não ser os vestígios da subestrutura de madeira que apoiaria as telhas. Resta-nos uma imagem realizada durante a vistoria da DGEMN ao Palácio no final dos anos 70 onde ainda se vê o tecto mudéjar que cobriria o salão nobre do Palácio.

Apesar do estado de ruína em que se encontra este edifício ainda é possível ver alguns dos revestimentos superficiais que adornavam as suas paredes interiores - pelo menos os mais recentes. É de apontar a existência ainda das argamassas com pintura azul na sala 4 e a existência de azulejos que se encontram na capela.

No piso intermédio e piso inferior, é de notar o sistema de tectos que é todo ele abobadado, encontrando-se hoje num elevado estado de instabilidade estrutural e possuindo reforços pontuais.

### 5.3.3. Graus de Conservação: anomalias, problemas tectónicos e sistemas de cobertura

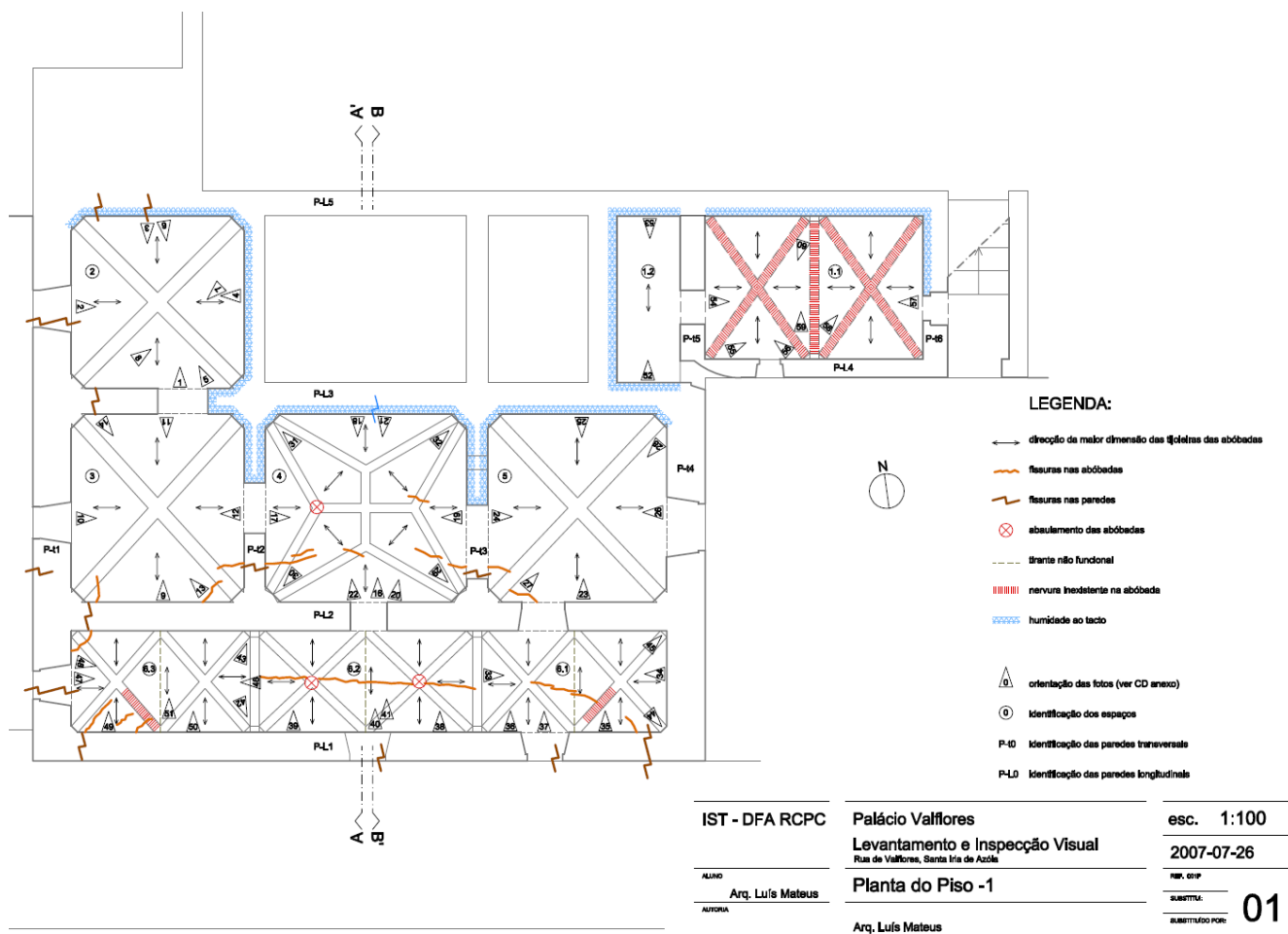
Antes de nos debruçarmos a fundo sobre o estudo da Arqueologia da Arquitectura do Palácio, será importante perceber o real estado de conservação desta edificação.

Para tal, recorreremos ao estudo já realizado pelo arq. Luís Mateus, que nos é apresentado no seu artigo de 2016<sup>216</sup>. Apesar de haver registo de um estudo realizado pela DGEMN - que pode ser consultado nos anexos desta dissertação - escolhemos apresentar o primeiro por ser uma revisão deste.

O estado do Palácio de Valflores foi documentado e estudado, como Mateus nos indica, ao longo de sete anos, tendo este sido realizado em 2007. À data, o

215 Sobre este agradecemos a contribuição do arq. Pedro Pacheco, autor das fotos que aqui apresentamos. Para mais ver anexos.

216 (MATEUS, 2016)



**LEGENDA:**

- ↔ direcção da maior dimensão das treliças das abóbadas
- fissuras nas abóbadas
- fissuras nas paredes
- ⊗ abaulamento das abóbadas
- - - - - lintel não funcional
- ||||| nervura inexistente na abóbada
- ||||| humidade ao tacto
- △ orientação das fotos (ver CD anexo)
- identificação dos espaços
- P-10 identificação das paredes transversais
- P-L0 identificação das paredes longitudinais

Imagem 250: Planta da Inspeção Visual do piso inferior do Palácio realizada por Luís Mateus.

Palácio ainda se encontrava descoberto, à mercê das intempéries naturais.

O objectivo deste seria realizar um levantamento e inspecção visual de forma a enumerar um conjunto de medidas correctivas para as anomalias que se detectariam. (MATEUS, 2016, p.272).

O foco do trabalho foram as anomalias estruturais, nomeadamente nos pisos inferiores onde as análises prévias da DGEMN se apresentavam como mais deficitárias. Numa perspectiva paralela, mas sempre de relevância, houve a oportunidade de rever e corrigir os levantamentos arquivados.

As conclusões retiradas deste estudo foram elucidativas, o imóvel sofria de omissões significativas de argamassas e rebocos, havendo já uma perda de coesão das alvenarias, agravada pela inexistência de revestimento de superfície em muitos sectores.

Muitas paredes apresentavam fissurações - isto em ambos os pisos - e os elementos estruturais quando presentes já se encontravam em estado de degradação deixando de servir o seu propósito e passando a tornar-se elementos prejudiciais ao edifício.

As abóbadas dos pisos inferiores encontravam-se igualmente num estado avançado de fissuração, observando-se já queda de elementos cerâmicos.

A inexistência de cobertura, contribuindo para a perda de coesão das alvenarias deixou o imóvel muito vulnerabilizado e, com a perda da resistência das paredes portantes, como Mateus explica, "(...) qualquer pequeno sismo poderá fazê-lo ruir." (MATEUS, 2016, pp.274-275).

Agravando o descrito acima, o facto de um dos cunhais se encontrar solto - assim como a parede Sul da *loggia* - poderia levar à derrocada de mais partes do edificado.

Desta avaliação surgiram recomendações prioritárias para a prevenção da ruína do monumento, nomeadamente a construção de uma cobertura temporária metálica, de forma a proteger o que restava do Palácio das intempéries naturais e o escoramento das abóbadas dos pisos inferiores, possibilitando o trabalho nestes, com segurança.

Contidas as ameaças principais existentes na construção, seria então possível proceder às medidas conservativas. Segundo Mateus, seria necessário consolidar e reforçar as alvenarias existentes através de injeções - fazendo uso de caldas hidráulicas, fazer a sua pregagem e realizar a limpeza do extradorso das abóbadas, permitindo realizar uma nova betonilha armada com ancoragem, se necessário.

Cruzando a informação fornecida por este estudo com as plantas existentes do estudo realizado pela DGEMN, muitos dos problemas apresentados para as paredes do piso de baixo, são também transversais às superiores.

É de referir que na altura da visita da DGEMN, em 1980, a *loggia* ainda se encontrava intacta, sendo no entanto já apontada como em risco de colapso pelos técnicos. As coberturas existentes à altura resumiam-se ao torreão Nascente, à capela e à *loggia*.

A existência de fissurações e a degradação de rebocos e argamassas foram as anomalias mais verificadas no piso nobre do Palácio. Mais gravoso foi a detecção de áreas de pavimento em risco de colapso, apresentando-se como um risco de segurança e de perda de sistemas abobadados.

Uns anos mais tarde Mateus comprovou isto com a verificação da falta de escoramento tão necessária para garantir a estabilidade temporária da construção.

Destes estudos ficaram as conclusões alarmantes fornecidas pelas análises realizadas. À altura da inspecção visual realizada por Luís Mateus, foi igualmente

possível o mesmo proceder a um levantamento 3D do edificado por varrimento laser, permitindo criar bases de trabalho fidedignas e preservar a memória do monumento à data - esperemos que lembrança de um estado para o qual nunca mais queremos retornar.

Os estudos acima apresentados, apesar de terem sido realizados tardiamente em relação ao estado de desenvolvimento de ruína do Palácio foram importantes para o trabalho que hoje se realiza no Monumento, sendo algumas das medidas conservativas sugeridas, nomeadamente pelo estudo de Luís Mateus, as adoptadas.

## 5.4. Ensaio da Arqueologia da Arquitectura

Será importante referir que, no capítulo que se segue, as hipóteses ou conclusões apresentadas têm por base o trabalho de Arqueologia da Arquitectura que está a ser realizado pelas arqueólogas Maria de Magalhães Ramalho da DGPC e Ana Raquel Silva da CML.

A matéria apresentada ao longo deste capítulo pretende demonstrar a aplicação da metodologia arqueológica num contexto real. Desta forma, será necessário precaver o leitor que muitas hipóteses só poderão ser confirmadas quando terminarem os estudos arqueológicos programados para a 2ª fase da obra.

### 5.4.1. Trabalho que está a decorrer no edifício

Desde 2007, altura do último levantamento de anomalias documentado nesta dissertação, não ocorreram grandes acções em termos de conservação do Palácio. Neste momento, encontra-se a decorrer um projecto de reabilitação, por parte do gabinete Pedro Pacheco Arquitectos com a colaboração do arq. José Aguiar<sup>217</sup>, que se propõe a restaurar o Palácio. Este trabalho já decorre, pelo menos desde 2016, data do estudo prévio desenvolvido para a actuação no monumento.

É importante aqui abrir um parêntesis referindo todo o trabalho que a Associação de Defesa do Património Ambiental e Cultural de Santa Iria da Azóia (ADPAC) tem vindo a desenvolver na divulgação e salvaguarda do Palácio de Valflores, nomeadamente com a colaboração da Presidente da Direcção Cristina Mendes. A partilha de informação recolhida por esta, contribuiu e ainda contribui para o conhecimento sobre o Palácio e o desenvolvimento dos trabalhos a decorrer.

Apesar do foco desta dissertação ser a Arqueologia da Arquitectura e a sua aplicação no estudo do Palácio Valflores, será pertinente abordar sinteticamente o processo de trabalho que se tem vindo a desenrolar em paralelo<sup>218</sup>.

Tendo como ponto de partida o estudo prévio apresentado em 2016, o trabalho a desenvolver já se encontra nos estágios finais da 1ª fase de obra programada, que decorre desde Outubro de 2018 e cuja previsão de término está para breve<sup>219</sup>.

O grande objectivo que se pretendeu assegurar com esta intervenção, como nos é apresentado pelo descritivo do estudo prévio da obra<sup>220</sup>, foi salvar o imóvel da ruína total, possibilitando uma nova vida ao edifício. Logo à partida os projectistas definiram como objectivo seguir as teorias do restauro - nomeadamente as de Brandi e da Carta de Veneza -, prevendo o uso da repriminção no Palácio relativamente aos vãos e cobertura. É sua intenção "(...) *proteger a todo o custo as partes autênticas que persistem, aceitando os testemunhos com valor histórico e de arte que testemunham a passagem deste conjunto pelo tempo (os acrescentos, os sedimentos com valor, a estratigrafia).*" (PACHECO e AGUIAR, 2016).

Os trabalhos necessários foram estipulados, após uma análise cuidada do edificado, e serão desenvolvidos em várias vertentes: consolidação estrutural, protecção do edifício à água exterior, Arqueologia da Arquitectura e levantamento

217 Na realidade, a equipa envolvida não se resume somente a estes arquitectos, tendo este trabalho tido uma ampla colaboração de várias especialidades: Pedro Pacheco Arquitectos - arquitectura -, arq. José Aguiar - restauro -, Luís Mateus e Vítor Ferreira - levantamento 3D -, Gabinete LEB - engenharia -, STAP Reparação, Consolidação e Modificação de Estruturas S.A. - obra de reabilitação - e arqueólogas Maria Ramalho e Ana Raquel Silva - Arqueologia da Arquitectura. Todo o trabalho teve ainda o apoio da Câmara Municipal de Loures.

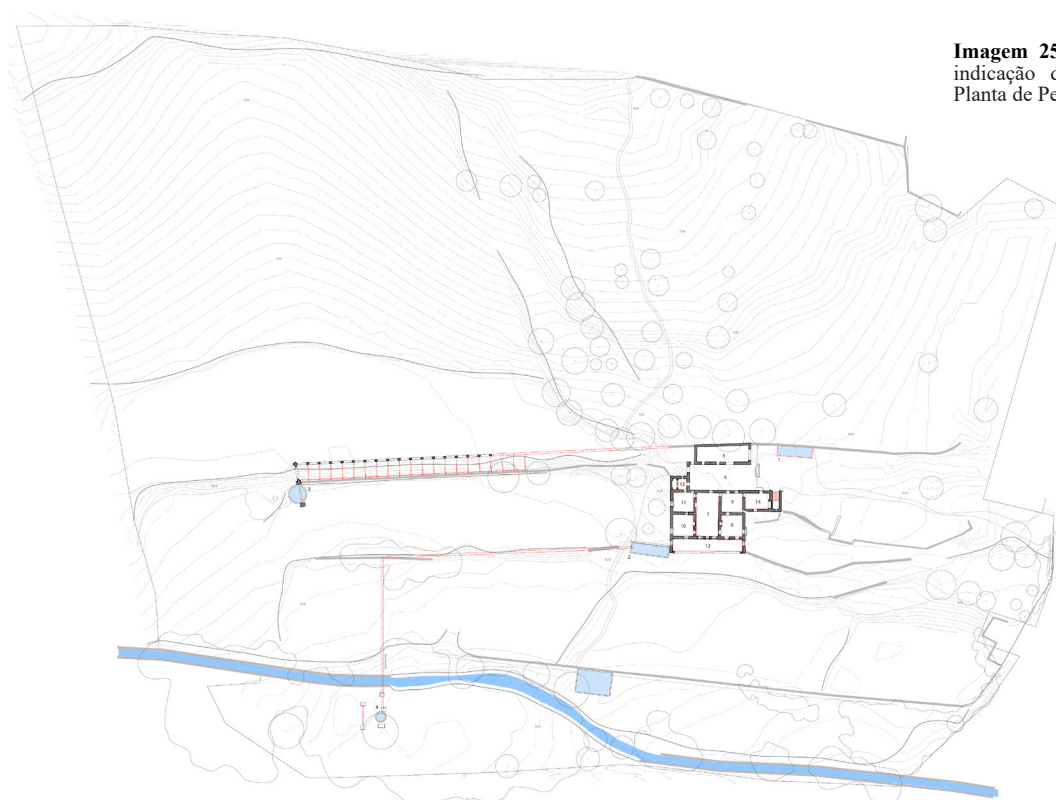
218 E sem o qual o estudo não seria possível.

219 É previsto o começo da 2ª fase de obra para o final do ano de 2019.

220 (PACHECO e AGUIAR, 2016).



**Imagem 251:** Planta de localização com indicação dos elementos a demolir. Planta de Pedro Pacheco Arquitectos.



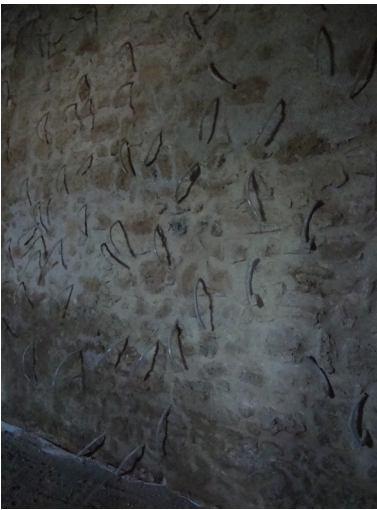
**Imagem 252:** Planta de localização com indicação dos elementos a (re)construir. Planta de Pedro Pacheco Arquitectos.

- LEGENDA
- a demolir
  - sistemas hidráulicos existentes Ribeira de Valflores
  - sistema de socalcos existente
  - taludes existentes
  - ◀ acesso actual
  - proposta prévia

0 10 20 m  
PLANTA GERAL - ESTADO ACTUAL



**Imagem 253:** Pregagens na parede exterior do Palácio.



**Imagem 254:** Parede com pequenos tubos de plástico indicando os locais onde foram realizadas injeções de caldas para consolidação.



**Imagem 255:** Desmonte das abóbadas do piso -1, localizadas por baixo da cozinha do Palácio. Foto de Maria Ramalho.

de patologias, entre outros<sup>221</sup>.

É de referir que o levantamento por varrimento laser realizado em 2007, e sobre o qual já nos debruçámos foi de grande utilidade para gerar bases de trabalho para o presente caso. Como o mesmo já se encontrava algo desactualizado, houve necessidade de realizar um novo levantamento, ao nível dos interiores, de forma a cruzar as informações de ambos.

Além deste, foram realizados o levantamento fotográfico - pela equipa de engenharia LEB -, a inspecção visual da construção, como forma de localizar e identificar as anomalias existentes no edifício assim como detectar quais os riscos imediatos que o mesmo poderia desenvolver. Por fim, foi realizado o levantamento *in loco* de alguns elementos específicos da construção, quer seja pelo seu detalhe arquitectónico quer seja pela sua estereotomia.

As conclusões revelaram uma diversificação de anomalias sendo as mesmas, na sua maioria, transversais aos elementos descritos acima. Desde desagregações a lacunas, muitas vezes graves - veja-se o caso da *loggia* desaparecida - é de apontar a existência de fendilhações um pouco por todos os elementos assim como fraturas. Alguns elementos encontram-se deformados por rotação e todo o exterior do imóvel revela colonização biológica.

Após este levantamento, sem o qual não se deve intervir em edifícios históricos, definiu-se o plano de trabalhos a realizar de forma a solucionar os problemas detectados.

De uma forma geral, foi necessário proceder à limpeza das superfícies, eliminando a vegetação existente, foram montados andaimes para o percurso livre e seguro em obra, foram escorados os elementos em risco de colapso e foram aplicadas argamassas como forma de preenchimento e consolidação de alvenarias.

Após a abordagem inicial ao edifício foi necessário realizar a consolidação estrutural do Palácio, evitando com esta a ruína que esteve tão iminente. É de notar que algumas das actuações necessárias que se realizaram já tinham sido referidas por Luís Mateus na sua análise quase dez anos antes, como é o caso da injeção de caldas à base de cal hidráulica que foi importante para a consolidação estrutural do imóvel.

Além desta, foi necessário recorrer à pregagem e micro-pregagem para garantir, mais uma vez, a estabilidade da construção. A reabilitação quer dos revestimos quer de elementos estruturais, como é o caso das abóbadas está ainda a ser realizada, com alguns elementos a terem de ser desmontados e reconstruídos - abóbadas do piso -1.

A sondagem de pavimentos efectuada pela empresa de arqueologia «Arqueologia e Património», contratada especificamente para acompanhar a obra, foi outro factor importante para este trabalho, sendo que as conclusões serviram para informar os estudos em desenvolvimento tanto do âmbito da arquitectura, como da arqueologia, neste caso dividida por duas equipas: arqueologia de acompanhamento e Arqueologia da Arquitectura..

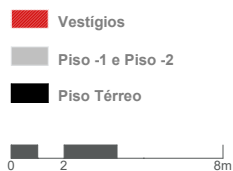
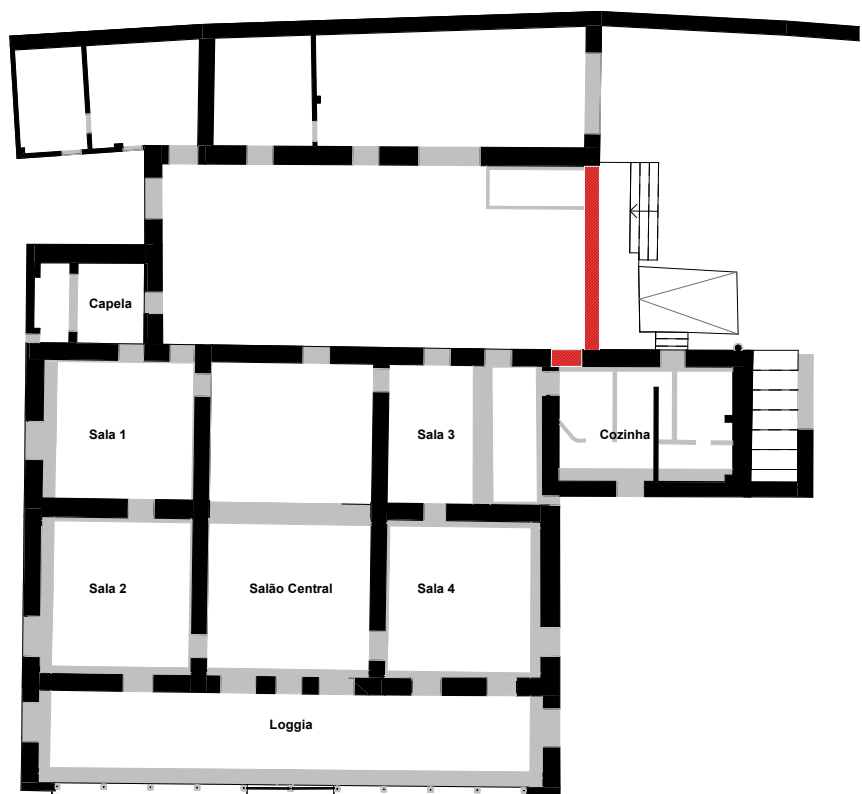
É neste ponto que nos encontramos no presente, estando prevista a sua finalização para breve, partindo de seguida para a 2ª fase da obra.

Esta 1ª fase, concentrada na consolidação da construção permitiu que o estudo da Arqueologia da Arquitectura fosse feito em paralelo e usufruísse da inexistência da maioria dos revestimentos para ser feita a sua leitura. Conforme

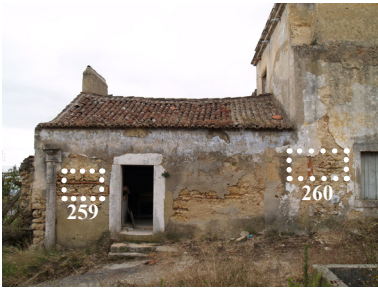
<sup>221</sup> Foi nosso objectivo focar o âmbito de apresentação destes trabalhos numa vertente mais explicativa e voltada para a temática abrangida pela dissertação. Para um conhecimento mais esclarecedor dos trabalhos a decorrer aconselha-se a consulta do documento do estudo prévio assim como a abordagem destas temáticas com os especialistas envolvidos.



**Imagem 256:** Fachada Norte. Levantamento efectuado com recurso a varrimento laser da autoria de Luis Mateus.



**Imagem 257:** Identificação em planta dos vestígios encontrados no processo de leitura estratigráfica, na fachada Norte.



**Imagem 258:** Corpo da cozinha, anexo ao Palácio, com identificação de dois tipos de aparelhos distintos entre os dois. Foto de José Aguiar.



**Imagem 259:** Aparelho de alvenaria de pedra e alvenaria cerâmica. Guarnição da porta em cantaria de pedra. Foto de José Aguiar.



**Imagem 260:** Aparelho de alvenaria de pedra. Guarnição da janela em cantaria de pedra. Foto de José Aguiar.



**Imagem 261:** Guarnição em pedra do vão original. Sobre a ligação entre a ombreira direita e a verga não existe grandes dúvidas. No entanto, a verga não assenta sobre a ombreira esquerda, visto esta ser inexistente, mas assenta sobre a parede em que se insere.

os trabalhos se foram desenrolando, a equipa de arqueologia pode assistir e comprovar hipóteses que noutros casos não seriam possíveis.

#### 5.4.2. Análise do edificado - aplicação do método.

No seguimento da informação apresentada e explorada acima, será importante entrar agora na real aplicação da metodologia estratigráfica sobre o Palácio.

É importante referir que, apesar da leitura estratigráfica estar a ser realizada em todos os paramentos do edifício (que o permitem), os exemplos que aqui serão apresentados e escrutinados irão incidir sobretudo sobre os alçados exteriores do Palácio.

Não queremos deixar de salientar, mais uma vez, que os resultados aqui apresentados se devem ao estudo efectuado e partilhado pelas arqueólogas Maria Ramalho e Ana Raquel Silva, o qual incidiu sobre a 1ª fase de obra do Palácio. Com o começo da 2ª fase de obra será possível proceder a escavações e confirmar, ou não, algumas hipóteses aqui apresentadas.

Dessa forma, a organização escolhida para apresentação deste estudo foca-se numa abordagem às fachadas exteriores, assim como à análise de alguns elementos mais significativos, nomeadamente o Aqueduto de Cima e o desaparecido tecto mudéjar. Por fim, será apresentado um exemplo de aplicação da leitura estratigráfica sobre um alçado do Palácio, tendo por base a leitura realizada pelas arqueólogas responsáveis pelo estudo.

#### Fachada Norte

Fachada de entrada no edifício do Palácio, caracteriza-se pela sua simplicidade em comparação com as restantes. Um dos aspectos mais interessantes que a leitura sobre a fachada Norte demonstrou foi a existência de um vão, anterior aos do Palácio, que se encontra agora fechado. A parede onde o mesmo se insere caracteriza-se construtivamente pelo uso de alvenaria de pedra, distinguindo-se temporalmente da parede da cozinha anexa, que possui um aparelho misto em alvenaria de pedra e tijolo colocado em fiadas.

Estas características indicam, sem grandes dúvidas, que estamos perante duas construções de épocas diferentes, sendo o anexo da cozinha uma construção posterior, pela sua constituição.

Outro detalhe que será relevante apontar, é a tipologia do vão entaipado que se insere na parede antiga, sob o cunhal do torreão. A guarnição da mesma, carece de um dos elementos principais que estruturam um vão - peça de pedra que faz o fecho lateral com a parede, isto é, a ombreira. Neste caso, a ombreira esquerda do vão não existe, indicando que a verga assentava directamente sobre a parede em que se insere.

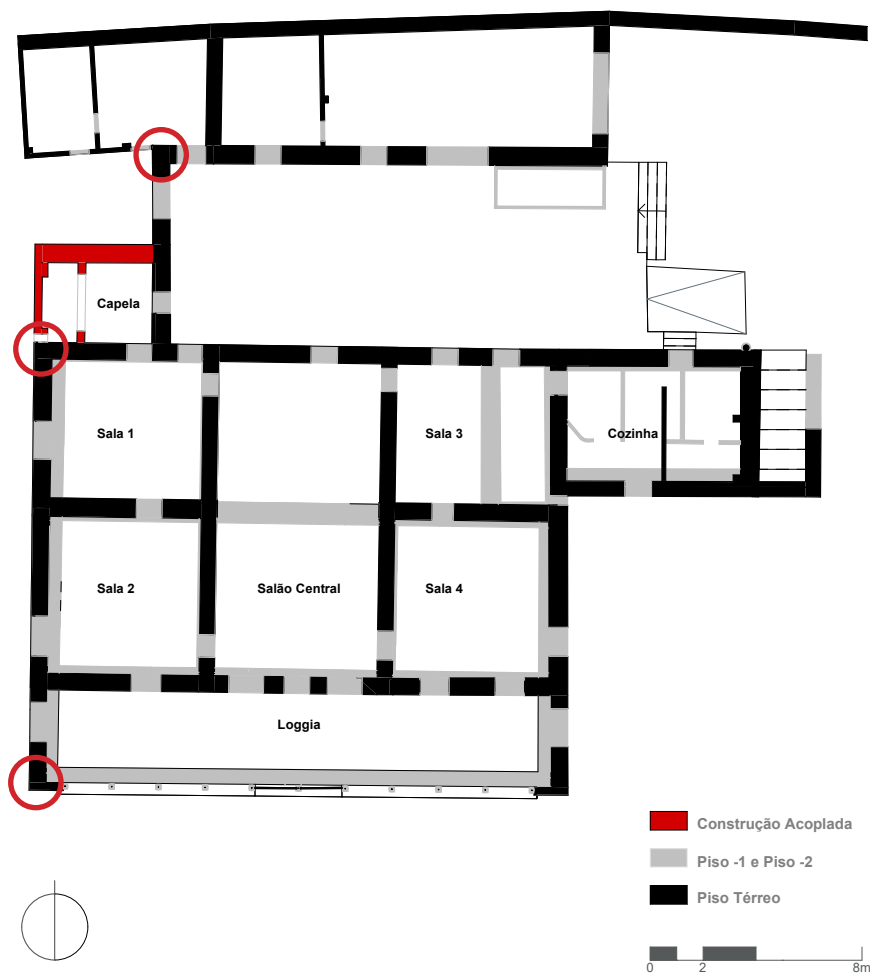
Apesar de aparentar ser uma solução estranha, em que o motivo não seja imediatamente aparente, a explicação poderá ser mais simples do que parece. Apesar da omissão da ombreira, é possível identificar pequenas protuberâncias no aparelho de pedra. Tudo leva a crer que aqui existiu uma parede que se ligava à existente, na perpendicular. As protuberâncias existentes são resquícios do que restou dessa ligação, a inexistência da ombreira ganha um novo sentido, visto que a sua verga iria encaixar-se na ligação entre paredes, não havendo necessidade de ombreira - a diferença de aparelhos vem comprovar esta hipótese.

#### Fachada Poente

Alçado lateral do Palácio, com ligação visual para o Aqueduto de Cima, seria a



**Imagem 262:** Fachada Poente. Levantamento efectuado com recurso a varrimento laser da autoria de Luís Mateus.



**Imagem 263:** Identificação em planta do corpo da capela identificado como posterior à construção do Palácio, na fachada poente.



**Imagem 264:** Fachada Poente, com identificação dos cunhais em rusticado. Foto de José Aguiar.



**Imagem 265:** Detalhe do cunhal entre a fachada poente e sul. Foto de José Aguiar.



**Imagem 266:** Detalhe do cunhal existente junto à capela anexa. Foto de José Aguiar.



**Imagem 267:** Detalhe do cunhal existente na parede Poente que confina o pátio de entrada.

primeira fachada que se veria ao entrar na Quinta. Hoje em dia esta observação não se verifica, sendo a entrada realizada no sentido oposto.

Quando nos focamos na fachada Poente do Palácio é de notar a aparente coerência que demonstra. No entanto, com uma leitura mais atenta, é interessante explorar a temática dos cunhais usados no Palácio.

Aqui estamos perante cunhais rusticados que marcam o perímetro exterior do Palácio e dos seus anexos. Com uma observação cuidada, além dos cunhais que seria de esperar encontrar - qualquer mudança de direcção da parede a 90º pressupõe a existência do mesmo - pode ainda ser identificado um cunhal, de características iguais na parede à qual a capela se anexa.

Mais uma vez, identificamos aqui outro corpo posterior à construção do próprio Palácio. O tipo de construção da Capela e o uso do mesmo trabalho no cunhal (imagem 267) identifica esta como uma construção contemporânea, mas relativamente recente à construção do Palácio.

É importante frisar que isto nos permite definir o perímetro original Poente da construção.

### Fachada Sul (próxima página)

O alçado Sul do Palácio é a imagem mais icónica do mesmo. Outrora contendo uma ampla *loggia* que se abria sobre o Tejo, é hoje também aquele onde o processo de ruína mais se acentua.

Procedendo à sua análise, o mesmo contém neste momento, além do pouco que resta da grande *loggia* que se encontra no Piso Térreo, três aberturas de vãos - duas janelas e uma porta.

É interessante analisar a existência desta porta presente a uma cota que se torna impraticável quando observada do patamar junto a esta fachada. Não será descabido propor que este alçado, na sua concepção inicial não possuiria portas mas sim somente janelas. De facto, quando observamos a gravura do Palácio de Valflores<sup>222</sup> datada do começo do século XX é de notar que o que se encontra neste alçado são somente janelas.

Aventurámo-nos a ir um pouco mais longe e a propor a existência de uma possível terceira janela, que iria ajudar a compor o alçado renascentista permitindo identificar um eixo de simetria. Infelizmente, com o decorrer dos trabalhos no Palácio, houve necessidade de estabilizar estruturalmente esta fachada, resultando na impossibilidade de a descascar para poder proceder à sua leitura e confirmar estas hipóteses.

### Tectos

Foquemo-nos agora na questão dos tectos. Apesar de já não restar nenhum tecto do Piso Nobre, temos uma referência fotográfica que mostra a existência de um tecto Mudéjar ou de alfarge<sup>223</sup>.

Apesar da sala à qual o tecto pertencia não ser identificada, pela análise dos levantamentos efectuados assim como da identificação de elementos chave que a foto nos apresenta, é possível localizá-lo, ou melhor, localizar as salas em que esta solução seria aplicada, nomeadamente no salão central e na sala 2.

Será interessante alongarmo-nos neste tema, visto ser um dos elementos, em conjunto com a *loggia* renascentista, mais icónicos do Palácio.

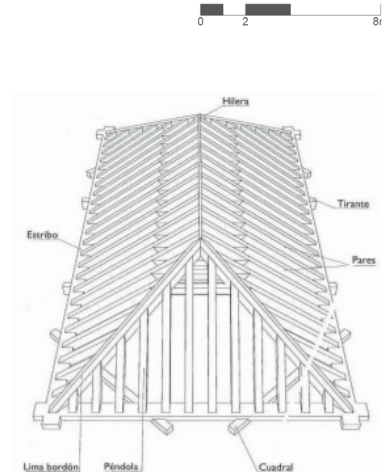
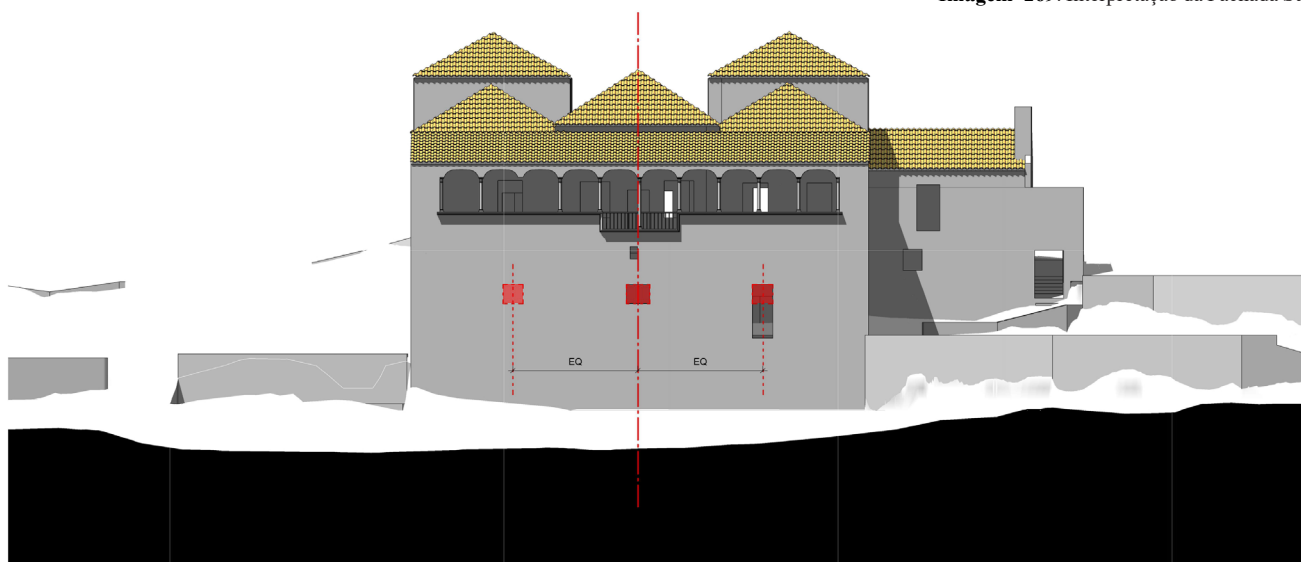
<sup>222</sup> Imagem 223 do presente documento.

<sup>223</sup> Esta foto faz parte da vistoria efectuada no Palácio em 1980, por parte da DGEMN.



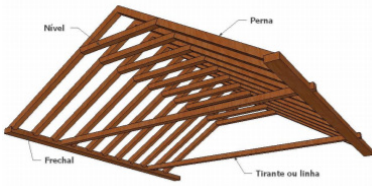
**Imagem 268:** Fachada Sul. Levantamento efectuado com recurso a varrimento laser da autoria de Luís Mateus.

**Imagem 269:** Interpretação da Fachada Sul.



**Imagem 270:** Esquema de armação de perna e nível com rincão simples.

**Imagem 271:** Foto do tecto Mudéjar, datada de 1979.



**Imagem 272:** Esquema com elementos que compõem uma armação de perna e nível.



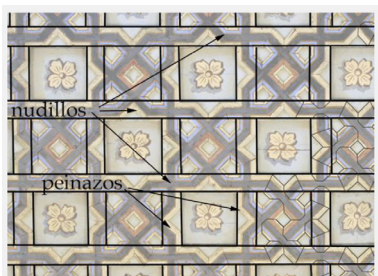
**Imagem 273:** Fachada interior nascente do salão central. Note-se, no topo da parede, a presença de uma frechal de madeira e dos agulheiros da carpintaria hoje desaparecida.



**Imagem 274:** Fachada interior norte da sala 2. Aqui podem ser encontrados os mesmos elementos de carpintaria que na imagem anterior.



**Imagem 275:** Pormenor do tecto da nave central da Igreja Paroquial de Dois Portos, em Torres Vedras.



**Imagem 276:** Esquema de laço aplicado a uma retícula formada pelos elementos horizontais - níveis - e pela aplicação de *peñazos* para travamento estrutural, na Iglesia de Nuestra Señora de la Purificación.

Tendo como ponto de partida os resquícios identificados acima nas paredes do Palácio e a fotografia disponibilizada pelo SIPA, foi realizado um pequeno estudo sobre os tectos de alfarge e como este em concreto seria desenvolvido constructiva e decorativamente.

Os tectos de alfarge caracterizam-se por conterem elementos de madeira específicos na sua construção - deixando vestígios do uso dos mesmos na sua arquitectura. Constituídos por elementos essenciais, estas estruturas resultavam em perfis de madeira que, numa repetição pelo espaço, garantiam a estabilidade da estrutura.

Na imagem 271 é possível identificar estes: as pernas - elementos diagonais que resultavam numa forma triangular - os níveis - peças horizontais localizadas, mais ou menos, a dois terços da altura do tecto, e serviam para evitar a torção dos elementos identificados atrás - e os frechais - hoje visíveis nas salas que seriam cobertas por estes tectos, são peças de travamento horizontal para a restantes estrutura.

Além destas, é ainda de referir a particularidade do salão central em se desenvolver em quatro águas, resultando numa estrutura interior em armação de perna e nível com rincão simples - possuindo elementos de transição nas mudanças de direcção, sendo as pernas unidas pelo pau de fileira.

Em termos decorativos e, dependendo somente de uma fotografia antiga, lançamos a hipótese de que o tecto estaria decorado numa lógica similar à encontrada na nave central da Igreja Paroquial de Dois Portos. Neste último caso, como Maria Moreira nos demonstra na sua dissertação<sup>224</sup>, o tecto desenvolve-se sobre uma armação de perna e nível - à semelhança de Valflores - e possui uma decoração de laço *apeñazado*<sup>225</sup>.

Em termos decorativos, são dois os tipos mais relevantes para testar em relação ao Palácio, por um lado o já falado laço *apeñazado* e por outro o laço *ataujerado*<sup>226</sup>.

A sua diferença é muito simples, sendo que o primeiro tem função resistente e o segundo não. Isto manifesta-se na sua forma de assemblagem. No caso dos *peñazos* estes são, como nos esclarece Moreira "(...) entalhados e ensamblados de tal forma na estrutura de cobertura (...) que actuam quer como travamento, quer como elemento decorativo." (MOREIRA, 2010, p.55). No caso dos *taujeles*, estes aplicam-se nos "(...) tectos revestidos por um tabuado sobre o qual se compõe uma decoração de laço. Esta composição é feita através da pregagem ou cravação de elementos (...)". (MOREIRA, Idem).

Pela imagem que nos resta do tecto de Valflores, será seguro apontar que o tipo de laço com que o mesmo se revestiria seria *apeñazado*, sendo que estes elementos, apesar da degradação visível, ainda se mantinham intactos com o resto da estrutura resistente.

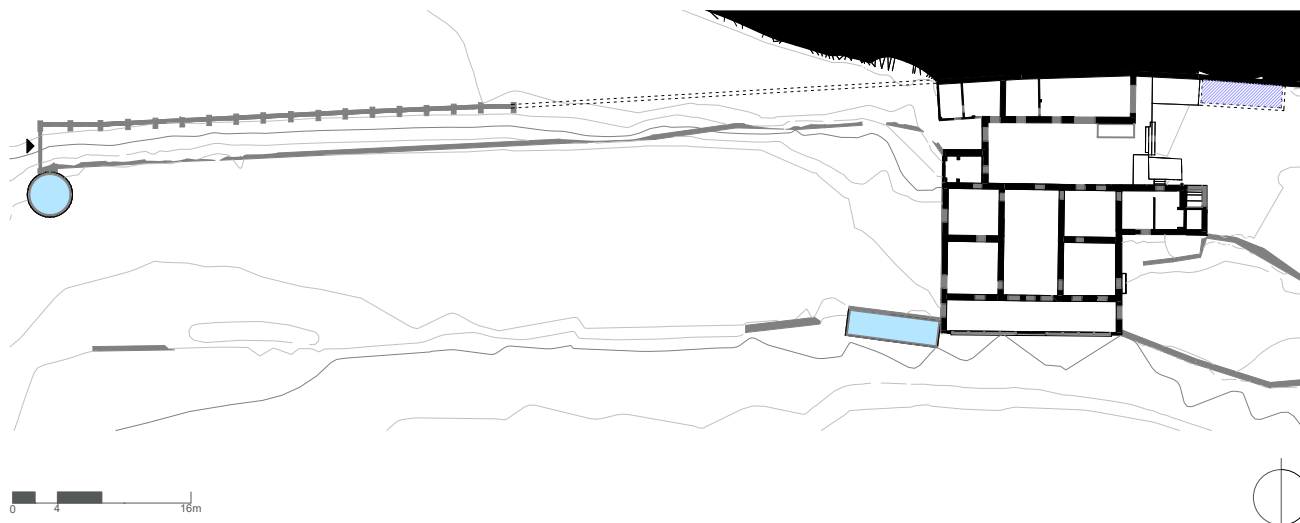
Outra pista para tentar compreender a construção do tecto de alfarge de Valflores é-nos apresentada por Sergio Martín no seu Estudo de Estruturas de Madeira em Salamanca<sup>227</sup>. Neste encontramos o exemplo da *Iglesia de Nuestra Señora de la Purificación*, em que num dos seus tectos de alfarge é possível contemplar uma solução de laço *peñazado* fazendo uso da sua estrutura principal. Neste, como o autor nos esclarece, os níveis são admitidos como elementos decorativos, sendo travados pelos *peñazos* que, formando uma

224 (MOREIRA, 2010).

225 Seguimos aqui a nomenclatura escolhida pela autora que, não encontrando tradução do espanhol para estes elementos mantém o nome original.

226 Idem.

227 (MARTÍN, 2015).



**Imagem 277:** Planta da interpretação do traçado original do Aqueduto de Cima.



**Imagem 278:** Hipótese de recriação do Aqueduto com os barrotes de madeira como possível cobertura leve para ensombramento do percurso.



**Imagem 279:** Vestígios ainda existentes da bica que seria servida pelo Aqueduto de Cima.



**Imagem 280:** Intervenção recente no arco de entrada para a Quinta, tendo sido o mesmo refeito. Foto de Maria Ramalho.



**Imagem 281:** Detalhe do Aqueduto. Marcação de reentrância na pedra. Para lá da mesma verifica-se um encaixe para barrote - Maio de 2019.



**Imagem 282:** Muros descobertos com a sondagem realizada ao Aqueduto de Cima, associados à necessidade de reforço do pilar. Foto de Maria Ramalho.

retícula quadrada permitem a decoração através de formas geométricas<sup>228</sup>.

Por fim, resta-nos terminar este pequeno estudo hipotético com as palavras de Vítor Mestre, que nos esclarece como a estrutura global do telhado de Valflores funcionaria, quer numa lógica decorativa interior, quer numa lógica prática exterior: *"Por vezes, o que verificamos é a separação da armação do telhado, enquanto suporte de telha da armação do teto de alfarge, embora nalguns casos, e inclusivamente no plano geométrico, sejam quase coincidentes, como podemos observar no Palácio de Valeflores, em Santa Iria da Azóia, onde as varas são toscas e o varedo sem forro suporta a telha-vã, enquanto a armação de alfarge apresenta o rigor do cânone tanto nas secções e acabamentos como nas assemblagens dos motivos geométricos."* (MESTRE, 2019).

### Aqueduto

Como analisado anteriormente, o Aqueduto de Cima é um dos elementos icónicos de Valflores. Marcando a entrada original para a Quinta, hoje encontra-se incompleto e, em grande parte, soterrado.

O seu percurso provável vai uni-lo à bica ainda existente, correspondente à antiga *"almasiga"* - que nos aparece descrita nas vistorias - e que se localiza no muro de suporte Norte.

Numa rápida observação do mesmo é possível identificar reentrâncias marcadas na alvenaria que sugerem terem servido para encaixar barrote de madeira, talvez para uma possível pérgola. Esta encontra-se na fachada Sul, correspondendo à fachada decorada do Aqueduto. Encontrando-se este aterrado nos seus dois lados, é provável que a localização deste elemento de sombreamento marcasse o caminho de acesso à Quinta.

Hoje pouco resta do arco de entrada, tendo sido este refeito na intervenção de reabilitação que se encontra em curso.

Nesta fase de intervenção já foi possível proceder a sondagens arqueológicas num dos arcos do aqueduto com o objectivo de poder esclarecer algumas dúvidas que subsistem sobre a sua estrutura e caminho anexo. O resultado destas mostrou apenas a existência de um muro a uma cota que corresponderia à fundação original e que deveria servir para o travamento entre pilares. No entanto os trabalhos neste sector ainda não terminaram pelo que as conclusões aqui apresentadas carecem ainda de confirmação.

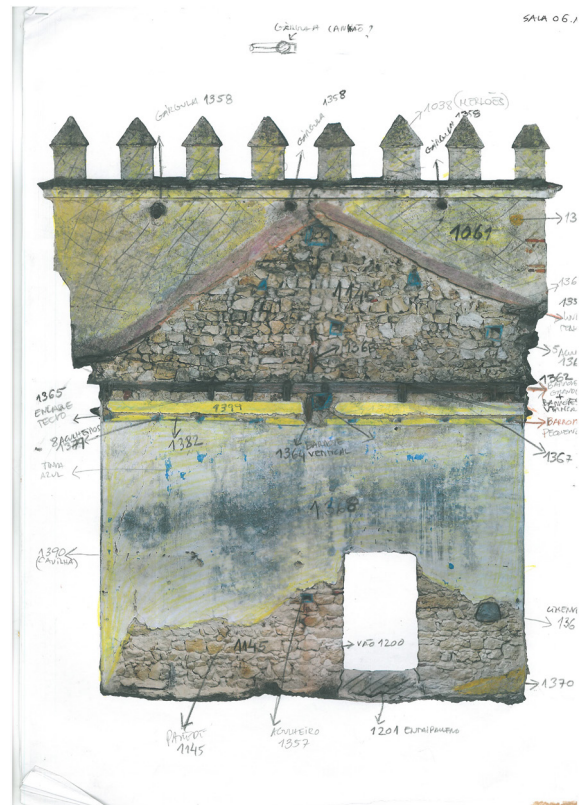
### Leitura estratigráfica de Alçado

Até aqui, os resultados que temos vindo a explanar provêm principalmente da observação directa dos paramentos, cruzando estas evidências com a documentação histórica que se tem do Palácio.

Apesar da nossa explicação carecer de todos os elementos gráficos próprios da análise estratigráfica - nomeadamente a leitura de paramentos e o diagrama de Harris, ou seja, das conclusões do estudo, visto o trabalho estar em curso por parte das suas autoras Maria Ramalho e Ana Raquel Silva -, não queríamos deixar de exemplificar como foi feita a primeira fase de análise e interpretação estratigráfica do Palácio.

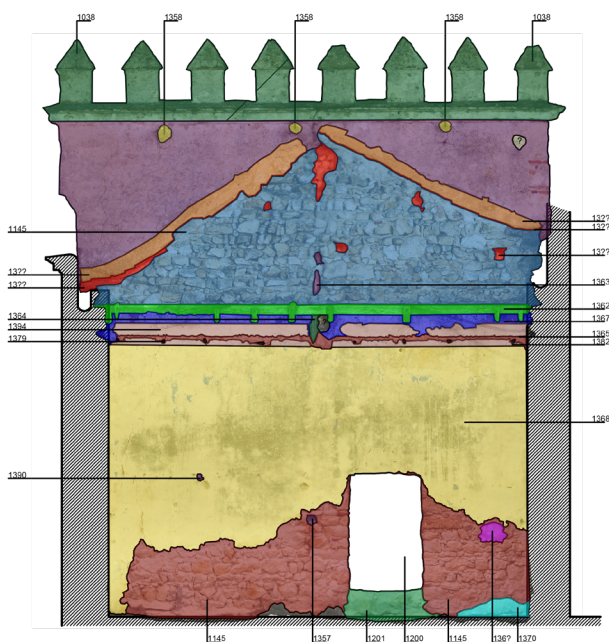
Assim, foi escolhido um alçado menos complexo para enquadramento desta questão - alçado Norte da sala 2. A metodologia implementada é semelhante aos inúmeros casos de estudos apresentados anteriormente, sendo a primeira parte a produção/obtenção da base de trabalho - o levantamento gráfico - sobre o qual

<sup>228</sup> Aconselha-se a consulta dos anexos para compreender geometricamente as descrições que aqui se apresentam, nomeadamente, na sua aplicação a Valflores.



**Imagem 283:** Alçado norte da sala 2. Ortofoto produzido por João Ferreira - em cima à esquerda

**Imagem 284:** Alçado norte da sala 2 com leitura de paramentos efectuada pelas arqueólogas Maria Ramalho e Ana Raquel Silva - em cima à direita.



**Imagem 285:** Interpretação das Unidades Estratigráficas identificadas no alçado norte da sala 2.

se vão registando depois as observações realizadas em campo.

Numa primeira fase, o que se vai registando corresponde à unidade construtiva mais simples existente nas fachadas, designando-se como - Unidade Estratigráfica (UE). A cada uma destas unidades é dado um número sequencial sobre o qual posteriormente serão realizadas fichas e respectivas descrições<sup>229</sup>.

Posteriormente, com o objectivo de olhar para o objecto de estudo de uma perspectiva construtiva mais global, as UE são agrupadas em Actividades, correspondendo estas a momentos construtivos ou destrutivos que são possíveis identificar com as descrições detalhadas das UE.

O conjunto destas leituras permitirá no final enquadrar as construções nas suas grandes fases construtivas, possibilitando assim uma compreensão global do edifício.

No caso de Valflores, os restantes paramentos aqui omissos também foram alvo de leituras semelhantes permitindo conjecturar sobre as fases construtivas do Palácio, que iremos abordar de seguida.

#### 5.4.3. Fases construtivas

Com base nas hipóteses apresentadas anteriormente e, cruzando as mesmas com a cronologia do Palácio e respectivas fontes documentais, foi possível estimar sete fases distintas de evolução do mesmo ao longo do tempo. Para apresentação das mesmas, foram realizados modelos 3D simplificados demonstrando morfologicamente a evolução que os estudos realizados até agora permitiram desvendar.

Mais uma vez, será de referir que, as várias fases se baseiam inteiramente no trabalho que se encontra em desenvolvimento pelas arqueólogas Maria Ramalho e Ana Raquel, tratando-se assim de hipóteses ainda por comprovar ou até por esclarecer, algo que somente a conclusão da fase de análise e das escavações arqueológicas possibilitará<sup>230</sup>.

Por uma questão de sistematização e compreensão imediata das diversas fases que serão enumeradas de seguida, optou-se por nomear as mesmas de acordo com o objectivo principal da evolução decorrida. Desta forma, serão de considerar as seguintes fases:

Fase 1 - Pré-Existência (anterior ao século XVI)

Fase 2 - Palácio Valflores (século XVI)

Fase 3 - Anexos (século XVI?)

Fase 4 - Torreões - segundo piso (século XVIII)

Fase 5 - Vistorias (final século XVIII)

Fase 6 - Reynolds (final século XIX)

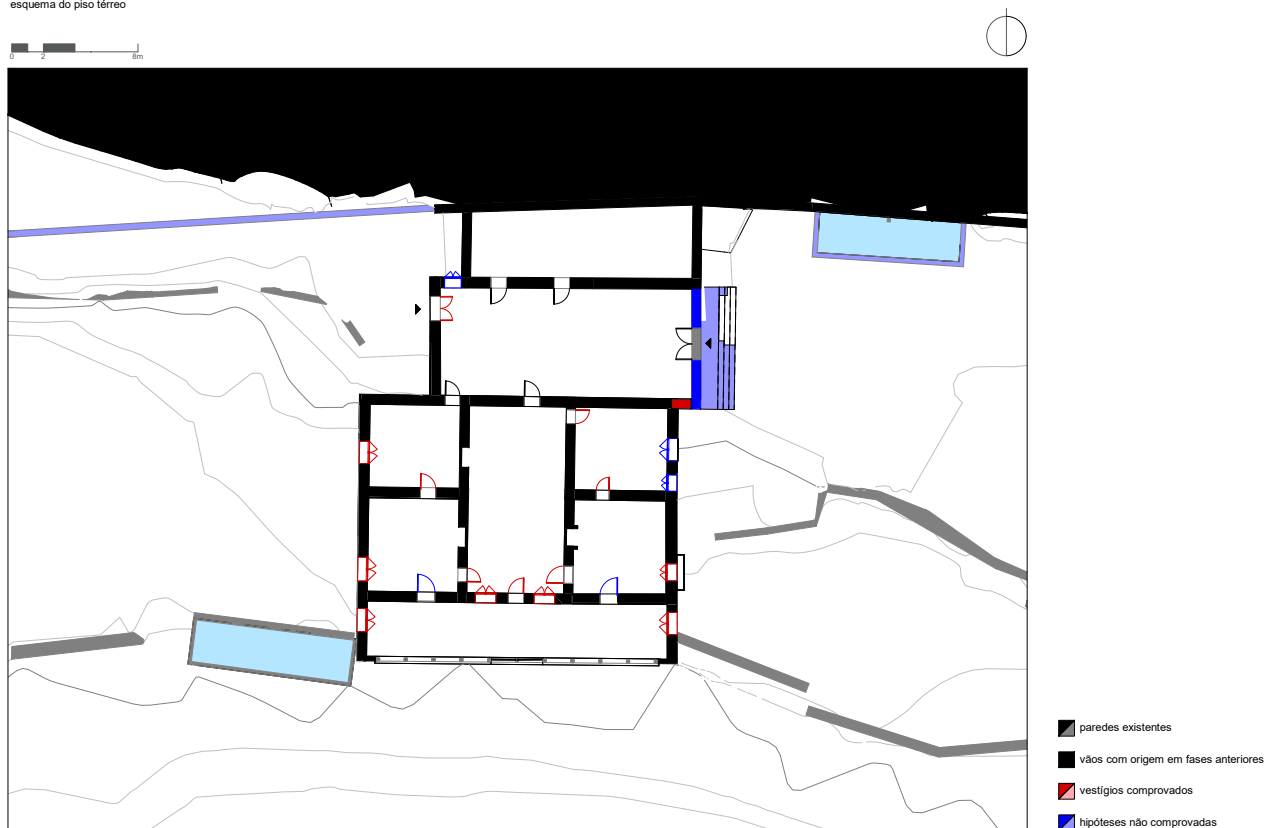
Fase 7 - Adaptação precária (século XX)

Para compreender melhor o ponto de situação em que as mesmas se encontram, isto é, perceber, do apresentado, o que é que corresponde a vestígios comprovados e hipóteses por verificar aconselha-se a consulta dos Anexos.

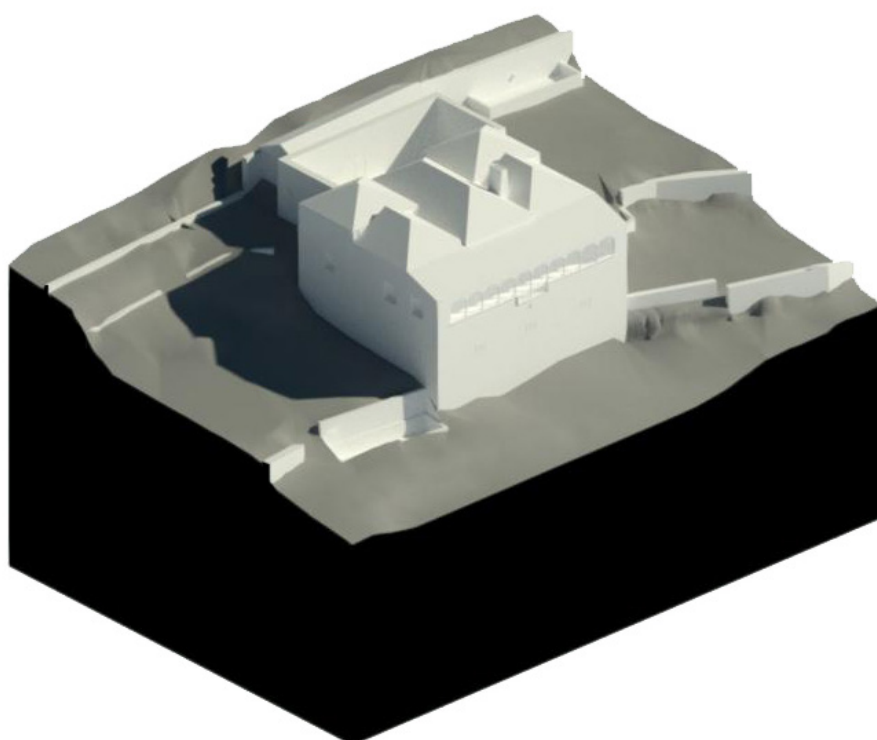
<sup>229</sup> Relativamente às descrições das UE identificadas, sendo um trabalho a decorrer, ainda não é possível apresentar o desenvolvimento das mesmas.

<sup>230</sup> A realizar na 2ª Fase de intervenção do Palácio.

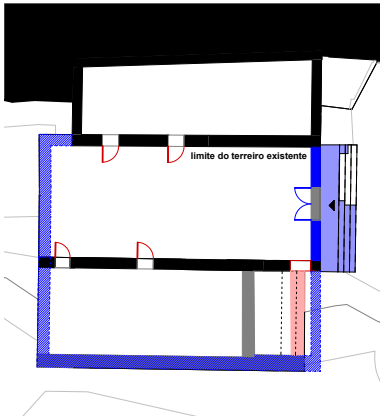
FASE 2 - PALÁCIO VALFLORES (século XVI)  
esquema do piso térreo



**Imagem 286:** Esquema em planta correspondente à Fase 2 do Palácio Valflores com identificação dos vestígios e hipóteses encontrados.



**Imagem 287:** Recriação 3D da Fase 2 do Palácio Valflores.



**Imagem 288:** Esquema em planta correspondente à Fase 1 do Palácio Valflores com identificação dos vestígios e hipóteses encontrados.



**Imagem 289:** Corte pela abóbada do piso intermédio do Palácio Valflores. A vermelho, esquema da abóbada original que existiria na Fase 1. Imagem proveniente do varrimento laser realizado por Luís Mateus.

### Fase 1 - Pré-Existência

É muito pouco o que se conhece sobre a construção original em Valflores. Além de não existirem dados históricos, as observações retiradas da avaliação *in situ* do Palácio, como já referido, carecem de confirmação, nomeadamente de uma escavação arqueológica.

No entanto, existem algumas conclusões que, graças à aplicação do método estratigráfico, podem já ser deduzidas.

Através da identificação dos diversos aparelhos construtivos passíveis de observação, é importante apontar a existência de, pelo menos, três paredes que correspondem a uma construção inicial anterior ao Palácio, sendo as mesmas parte da Fachada Norte, e duas paredes dos pisos enterrados. Apesar da existência destes vestígios, ainda será necessário fazer confirmações através de sondagens.

Como demonstrado no capítulo anterior, será de prever a existência de uma parede perpendicular à Fachada Norte com ligação aos edifícios que existem desse lado, assim como uma parede de suporte da abóbada do piso inferior que, nos dias de hoje, se encontra truncada por uma parede mais recente.

Com um exercício rápido de geometria é possível prever a localização inicial da parede onde descarregaria esta abóbada, resultando numa deslocação da mesma para Este.

Os limites previstos na planta correspondente baseiam-se no conhecimento do local de implantação. Estando ainda sujeitos a confirmação.

### Fase 2 - Palácio Valflores

A fase seguinte corresponde à construção inicial do Palácio, que se pode datar de meados do séc. XVI.

Neste período é erigido o Palácio desprovido de anexos. As únicas construções originais à época serão eventualmente os corpos existentes a Norte<sup>231</sup> que, numa lógica construtiva com a parede identificada anteriormente - existindo perpendicular à Fachada Norte do Palácio - poderão ter configurado um pátio fechado de acesso à casa. Este seria também uma remanescência da pré-existência incorporada no Palácio como Casa-Pátio.

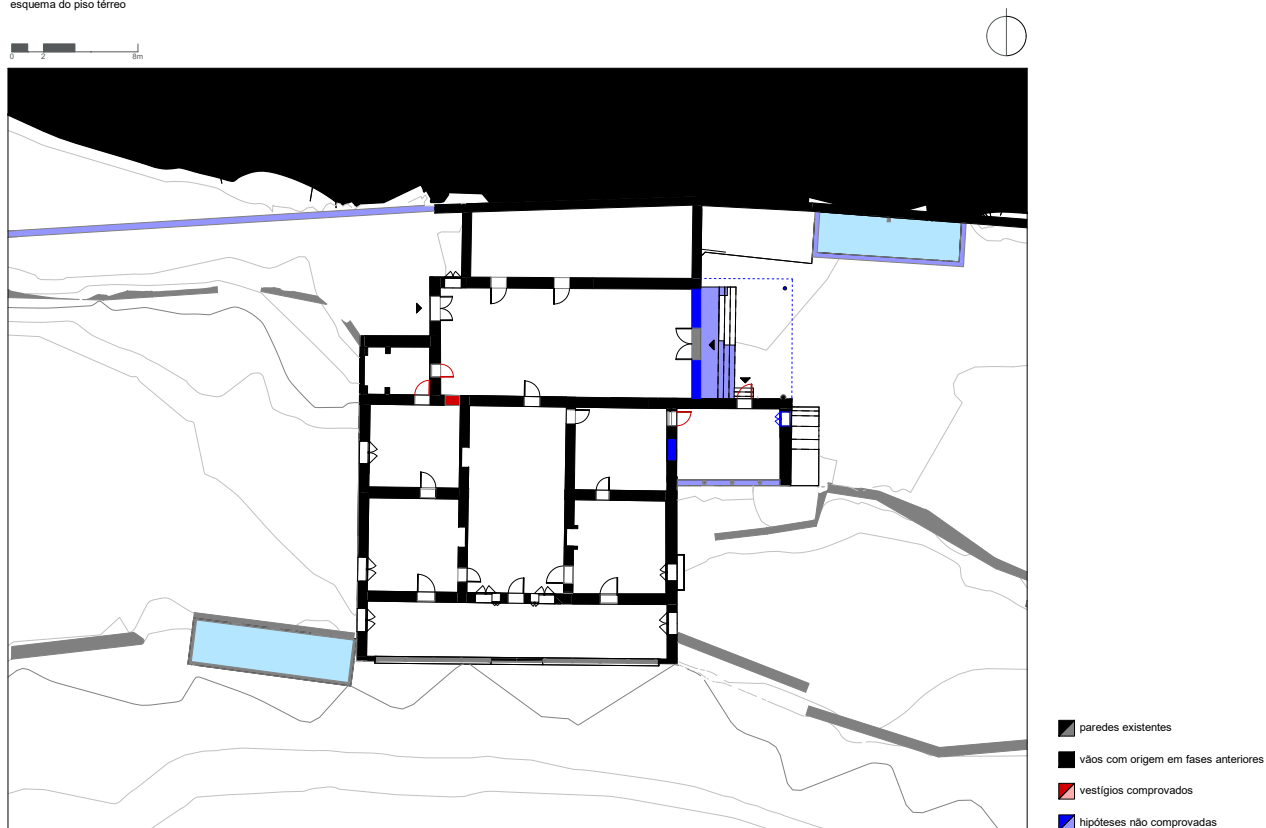
Será importante, nesta fase, analisar detalhadamente a Fachada Nascente do Palácio. Ainda sem a existência do corpo que seria de futuro a cozinha, esta Fachada terá de ser compreendida como outro alçado principal da habitação pois deste lado se faria também o acesso. É de referir a existência de um vão na parede, que remete para a existência de uma janela, que ajuda a suportar esta hipótese. Encarando esta Fachada como a de entrada, não é descabido propor que a mesma fosse uma janela de sacada.

O interior do Palácio neste registo e à semelhança de muitos dos Paços analisados anteriormente, segue uma lógica de privacidade com a sucessão de compartimentos que se abrem sequencialmente, não havendo razão para existirem todas as entradas que hoje vemos *in situ*. Numa tentativa de compreender e datar os vãos existentes, os apresentados nesta fase foram os considerados como originais da construção deste imóvel.

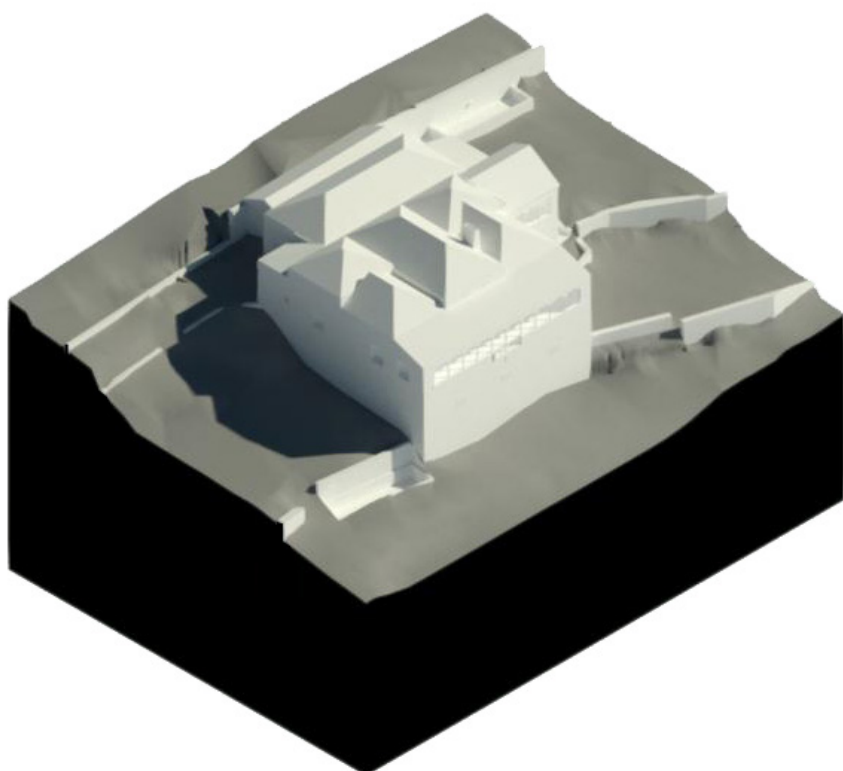
O compartimento Nordeste do Palácio - sala 3 - coloca-se neste fase como uma possível localização para a primeira cozinha do mesmo. Faltando evidências físicas destas suposição, este segmento requer ainda alguma investigação.

<sup>231</sup> O corpo edificado a Norte (zona do pátio de entrada) com os seus diversos compartimentos, ainda não foi documentado graficamente nem analisado do ponto de vista arqueológico mas, tendo em conta as suas características construtivas, nomeadamente os vãos, será do século XVI ou anterior.

FASE 3 - ANEXOS (século XVI?)  
esquema do piso térreo



**Imagem 290:** Esquema em planta correspondente à Fase 3 do Palácio Valflores com identificação dos vestígios e hipóteses encontrados.



**Imagem 291:** Recriação 3D da Fase 3 do Palácio Valflores.

A composição geométrica da Fachada Sul, como descrita no capítulo anterior, não pôde ser confirmada. A parede Sul, tendo sido reforçada estruturalmente, já não permite a sua leitura através da análise estratigráfica, não havendo de momento nenhum método não destrutivo que nos permita confirmar a veracidade desta hipótese.

A lógica existente na Fachada Poente será similar, havendo vestígios da porta agora existente, no piso inferior, ter sido anteriormente uma janela. O acesso a este seria realizado pela Fachada Nascente.

A entrada Poente para a Quinta, será de uma construção mais elaborada, similar ao Palácio, apontando-se o cunhal rusticado existente na parede Oeste como detalhe essencial. Sendo uma entrada nobre, comprova-se a existência de uma porta de duas folhas, assinalando o caminho ao longo do Aqueduto.

Sobre os pisos inferiores, estes já existiriam tal como chegaram aos dias de hoje com os seus tectos abobadados divididos por cinco compartimentos mais dois - piso intermédio. O uso que este piso teve, e curiosamente foi mantendo ao longo do tempo, seria de apoio às actividades da Quinta. Nesta fase prevê-se que a abóbada de berço do piso intermédio seja truncada - imagem 289.

### **Fase 3 - Anexos**

Esta fase corresponde a uma ampliação do Palácio havendo o acrescento de dois corpos adossados à estrutura principal - corpo da capela e corpo onde mais tarde se instala uma cozinha - assim como a cobertura do pátio interior que se presume ter permanecido.

Nesta fase será de apontar a possibilidade da entrada surgir com uma cobertura assente em duas colunas que enquadram o acesso ao Palácio através de um alpendre. Uma das colunas ainda se encontra actualmente visível no edifício, adossada à parede da fachada Norte, verificando-se referir a vistoria realizada no séc. XVIII a duas colunas, pelo que se estima que a outra existisse no alinhamento entre a primeira e a parede dos anexos Norte.

O corpo do que foi posteriormente o local da cozinha, apesar de se encontrar de momento em estudo, foi escolhido ser aqui representado em modelação identificando a sua parede Sul como um elemento que pode ter sofrido alterações ao longo do tempo.

Por fim, a existência do corpo atrás referido, implica a criação de um novo piso igualmente ao nível inferior, justificando a existência da escada exterior encostada a esta fachada já nesta fase construtiva, mas sem cobertura.

Mais uma vez, é de referir o tratamento dado à fachada Este. Havendo vestígios de fechamento de um vão, coloca-se a hipótese desta ter existido nesta fase, usufruindo do facto da escada se encontrar descoberta.

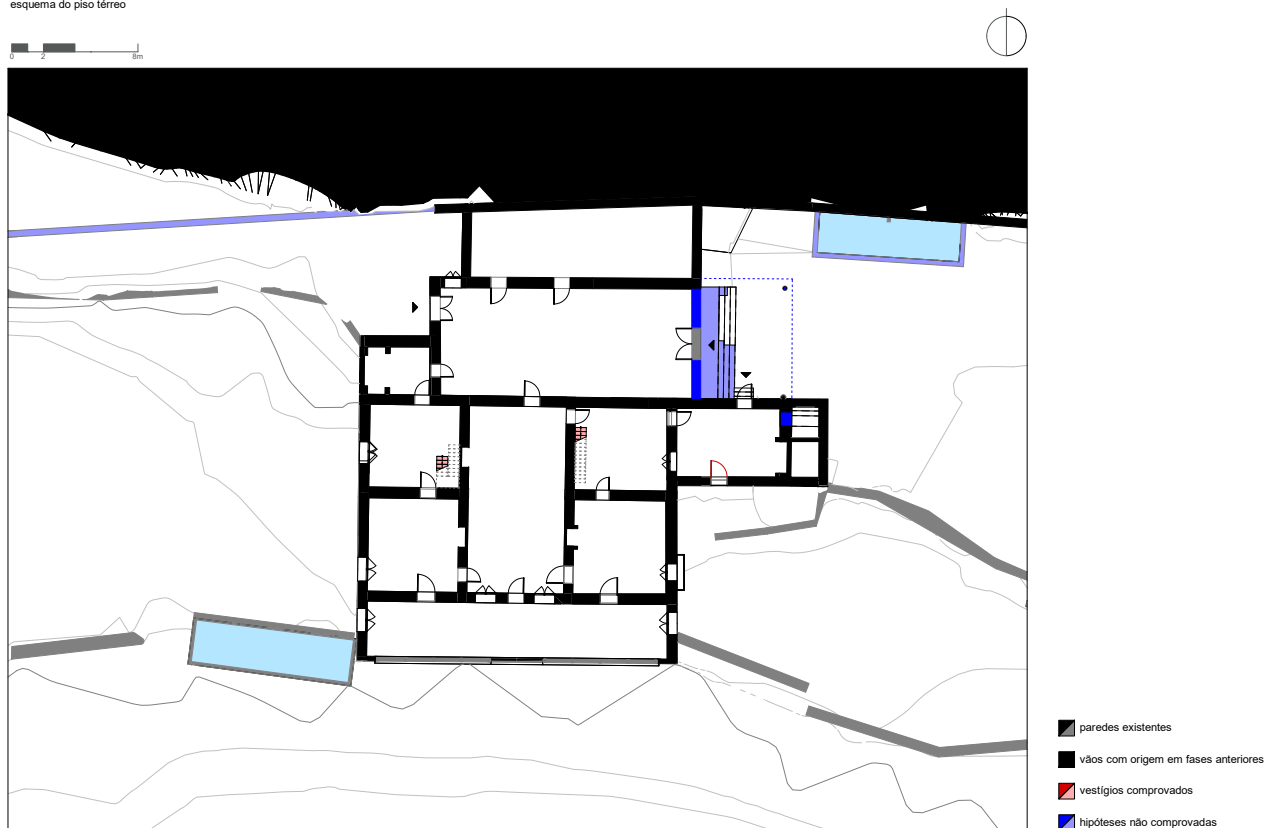
A capela surge nesta fase, havendo a abertura de dois novos vãos, um de acesso directo pelo pátio coberto, outro através de um dos compartimentos do Palácio.

### **Fase 4 - Torreões**

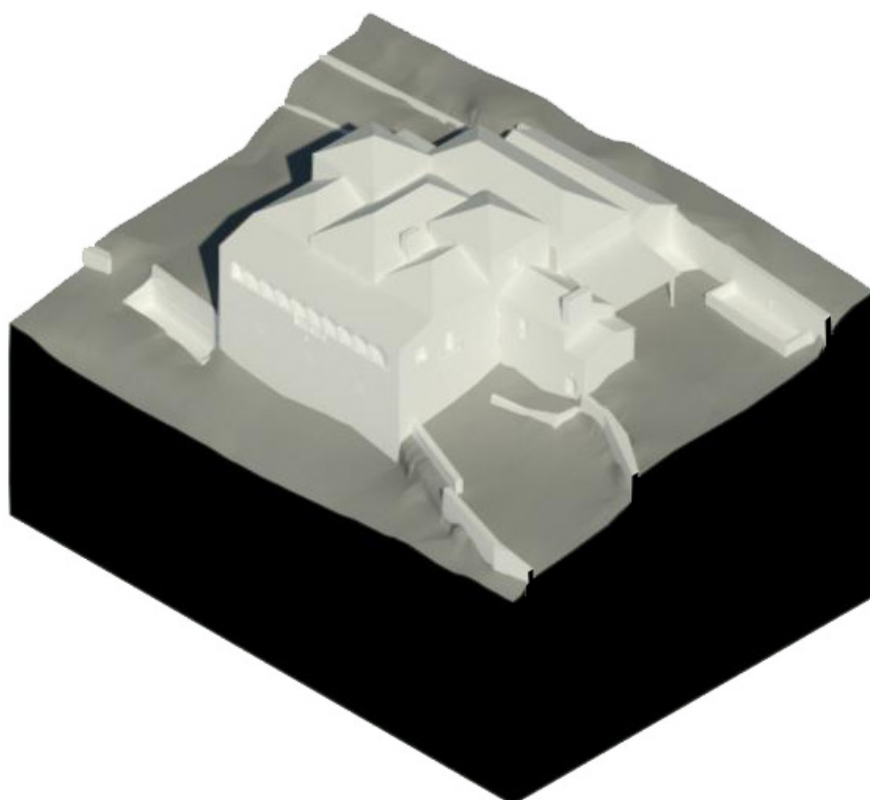
Será desta fase a ocupação vertical dos torreões do Palácio, com os sobrados. Havendo referência aos mesmos na vistoria do século XVIII, crê-se que foram ainda realizados pelos Barros antes do terramoto de 1755.

Esta alteração teve inúmeras implicações para o imóvel, nomeadamente a construção de duas escadas de acesso ao piso superior, a abertura dos vãos existentes hoje nos torreões e, talvez a mais impactante, o aumento da cota dos

FASE 4 - COZINHA (século XVIII)  
esquema do piso térreo



**Imagem 292:** Esquema em planta correspondente à Fase 4 do Palácio Valflores com identificação dos vestígios e hipóteses encontrados.



**Imagem 293:** Recriação 3D da Fase 4 do Palácio Valflores.

telhados, de forma a garantir pé-direito útil para uso dos dois novos espaços.

A escada exterior junto ao anexo da cozinha é fechada, havendo o fechamento do vão existente na fachada Este. Será desta fase igualmente a primeira instalação com chaminé na cozinha. Isto resulta numa evolução volumétrica havendo uma uniformização da cobertura, passando a mesma a ser simétrica.

### Fase 5 - Vistoria Final Século XVIII - 1798 e 1808

Apesar de se ter optado por separar a Fase 4 da Fase 5, na realidade a informação que nos chega para compreender estas provém do mesmo documento - vistoria do século XVIII. A opção aqui de divisão é deliberada, optando-se por realizar os acréscimos descritos na vistoria nesta segunda fase, facilitando a compreensão da totalidade das alterações que são possíveis identificar.

As alterações aqui apontadas referem-se ao estado da Quinta no final do século XVIII, início do século XIX, sobre a qual existem registos escritos correspondentes a vistorias realizadas à altura.<sup>232</sup>

O estado à altura da Quinta era perto de uma ruína, encontrando-se muitas das dependências anexas ao Palácio numa condição lastimável - não esquecer que pouco antes a região de Lisboa tinha sido fortemente abalada pelo terramoto de 1755.

Nesta fase, procurou-se identificar em plantas as dependências descritas e simular a localização das mesmas, tendo por base estes importantes documentos. Através da leitura destes textos somos convidados a entrar na Quinta e percorrer estas dependências conforme nos aproximamos do Palácio.

Dessa forma, é-nos apresentado duas dependências a Sul, anexas ao Palácio, que se descrevem como a "*casa de forno*" e a "*casa de recolher carros*". A Norte destas, temos outro conjunto de dependências, que reúnem as cavalariças e o palheiro. Além destas, faz-se referência à "*almasiga*" - tanque de armazenamento de água - e a uma dependência anexa.

Segundo as descrições analisadas, o alpendre de entrada já não existiria nesta altura, havendo somente as duas colunas que suportariam o mesmo.

O pátio coberto existente apresenta-se como uma dependência do Palácio, lajeada. A Norte, os anexos que ainda hoje restam, seriam subdivididos em três espaços, um deles "*casa com caldeira*".

Por fim, refira-se o uso dos pisos inferiores abobadados como lagar e adega, tendo sido descobertos vestígios de talhas de azeite nos trabalhos arqueológicos em curso.

Será neste estado que a família Reynolds adquire o imóvel, procedendo às suas próprias alterações.

### Fase 6 - Reynolds

Adquirindo a Quinta no começo do século XX, a Família Reynolds vai proceder a obras de beneficiação e reparação da mesma.

Não havendo nenhum registo nem dados *in situ* que nos permitam perceber a evolução do conjunto amplo de dependências de apoio agrícola descritas na fase anterior que se encontravam à altura em redor do Palácio, optou-se por desconsiderar os mesmos nesta fase.

É de assinalar, nesta campanha, a abertura de novos vãos por parte da família,



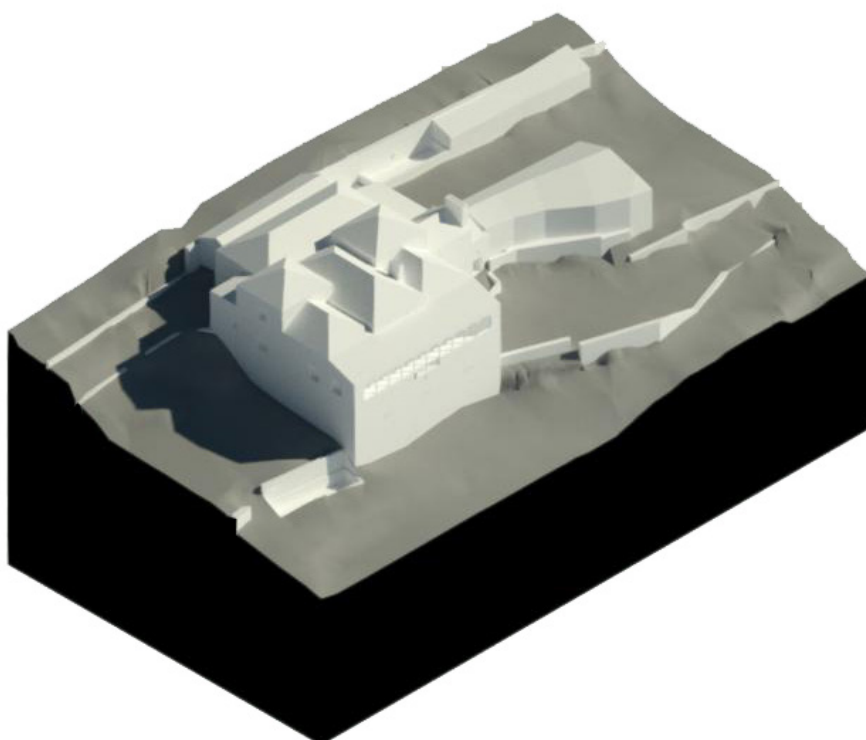
**Imagem 294:** Fragmentos *in situ* de talhas de azeite encontradas durante as sondagens do piso inferior do Palácio de Valflores. Foto de Maria Ramalho.

232 TORRE DO TOMBO – Processo de Joana Inácia.

FASE 5 - FINAL DO SÉCULO XVIII  
esquema do piso térreo

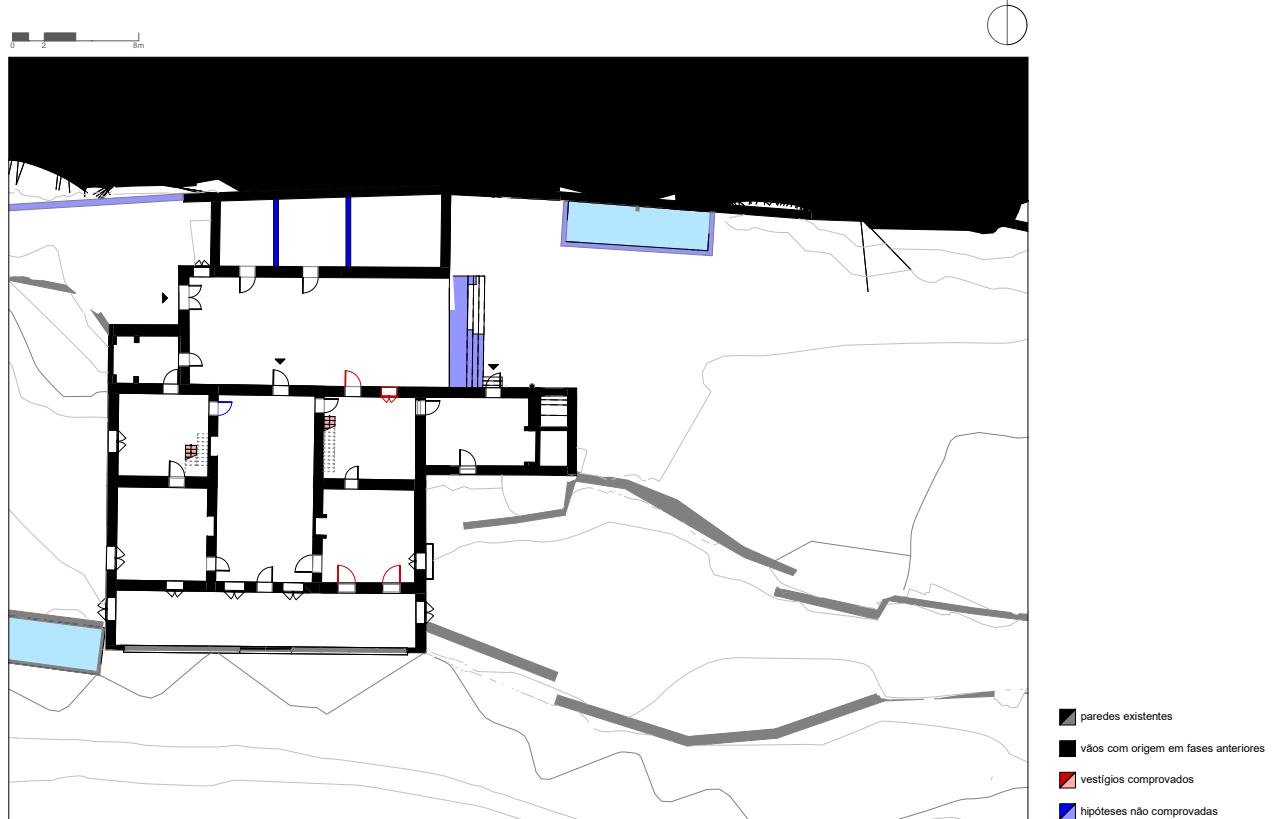


**Imagem 295:** Esquema em planta correspondente à Fase 5 do Palácio Valflores com identificação dos vestígios e hipóteses encontrados.

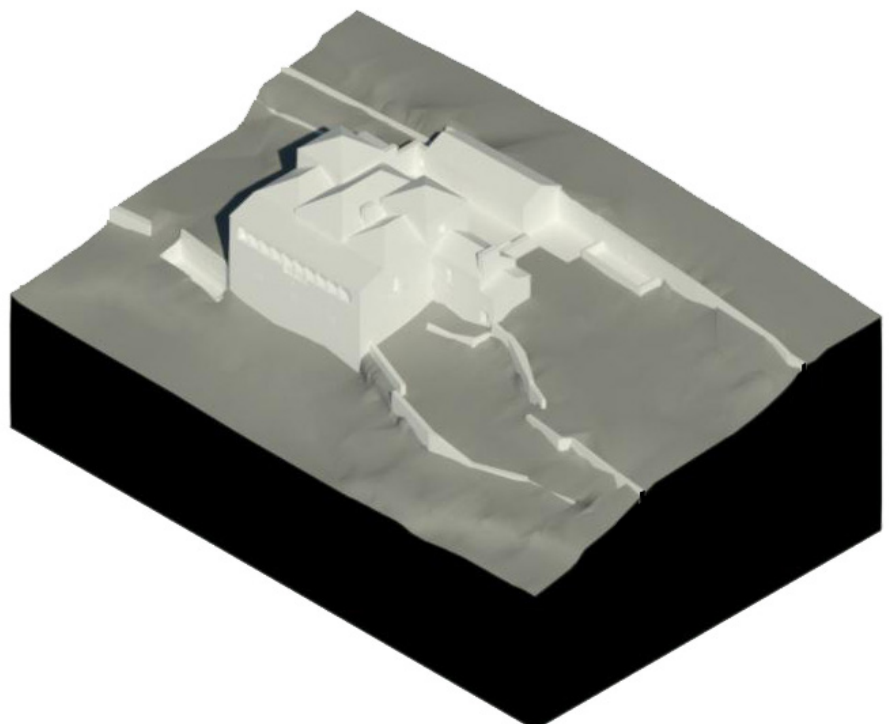


**Imagem 296:** Recriação 3D da Fase 5 do Palácio Valflores.

FASE 6 - REYNOLDS (final séc. XIX)  
esquema do piso térreo



**Imagem 297:** Esquema em planta correspondente à Fase 6 do Palácio Valflores com identificação dos vestígios e hipóteses encontrados.

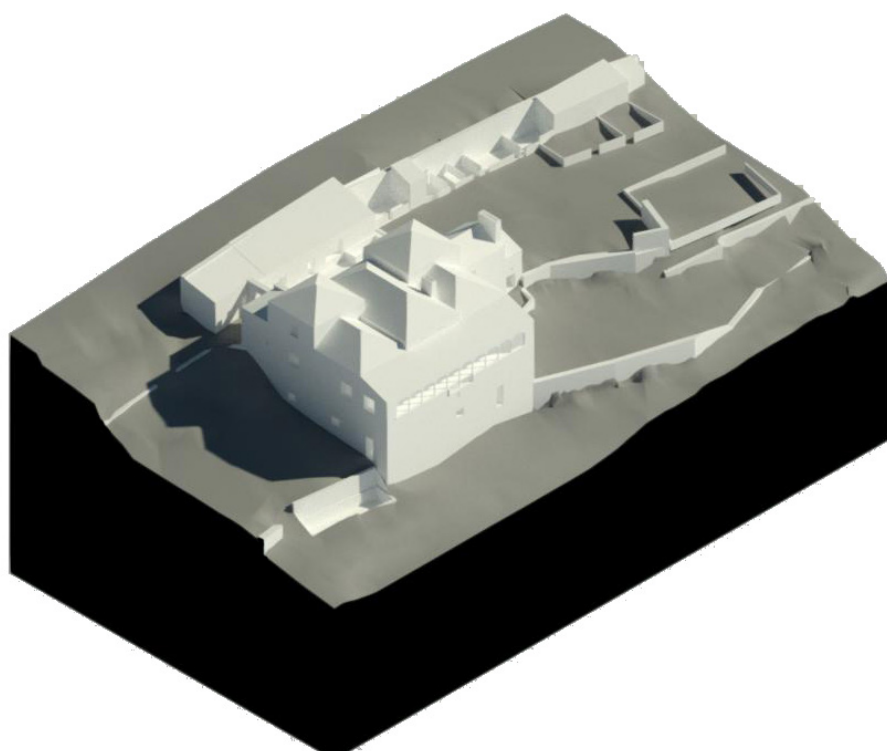


**Imagem 298:** Recriação 3D da Fase 6 do Palácio Valflores.

FASE 7 - ADAPTAÇÃO PRECÁRIA  
esquema do piso térreo



**Imagem 299:** Esquema em planta correspondente à Fase 7 do Palácio Valflores com identificação dos vestígios e hipóteses encontrados.



**Imagem 300:** Recriação 3D da Fase 7 do Palácio Valflores.



**Imagem 301:** Escadas exteriores contíguas ao anexo da cozinha. Por cima destas, elemento construtivo em arco de tijolo sobre as escadas que corresponde a um forno.



**Imagem 302:** Interior do forno existente acima das escadas exteriores. Foto de Maria Ramalho.

nomeadamente os vãos das dependências Nascentes e da Fachada Sul, havendo também a passagem de uma porta a janela.

Pensa-se que o pátio tenha sido mantido descoberto, e a sua parede Nascente demolida, terminando assim a existência da casa-pátio.

Muita da intervenção realizada passou por programas decorativos, sendo a Quinta descrita à altura por Braamcamp como “(...) joia quinhentista [que] foi passar as mãos dum negociante, que a mandou pintar de azul celeste!” (FREIRE, 1921, p.394).

As escadas de acesso aos sobrados são reformadas, acontecendo o mesmo com os tectos, escondendo-se o tecto de alface com outro mais baixo.

Os edifícios a Norte foram aproveitados, pensa-se que para um programa secundário de arrumos, não havendo intervenções importantes a apontar.

O corpo da escada exterior de acesso aos pisos inferiores do Palácio é reformulado, deixando de existir uma porta de acesso, passando a sua passagem a ser realizada através de um arco aberto. É de referir a existência de um volume fechado por cima do patamar inferior que, com os trabalhos a decorrer na zona da cozinha, foi possível confirmar tratar-se de um forno em tijolo.

### Fase 7 - Adaptação Precária

Tendo chegado aos dias de hoje em completa ruína, será relevante mostrar o estado em que o Palácio se encontra neste momento<sup>233</sup>.

Caracterizado pela ausência de muitas janelas e portas, é possível identificar novas aberturas feitas mais recentemente nas paredes do Palácio. Nomeadamente a passagem de dois vãos de janela dos pisos inferiores para portas. Estas alterações devem-se ao uso mais recente do Palácio ter sido de exploração agrícola e pecuária, havendo necessidade de adaptar esta obra quinhentista às necessidades de uma Quinta deste tipo.

O corpo a Norte do Palácio, até aqui com poucas alterações, além das referidas na vistoria do século XVIII, contém neste momento mais duas aberturas contemporâneas.

Reconhecem-se ainda a construção de vários compartimentos interiores - assim como um acrescento exterior - facilmente identificáveis na planta pela espessura mais contemporânea da construção.

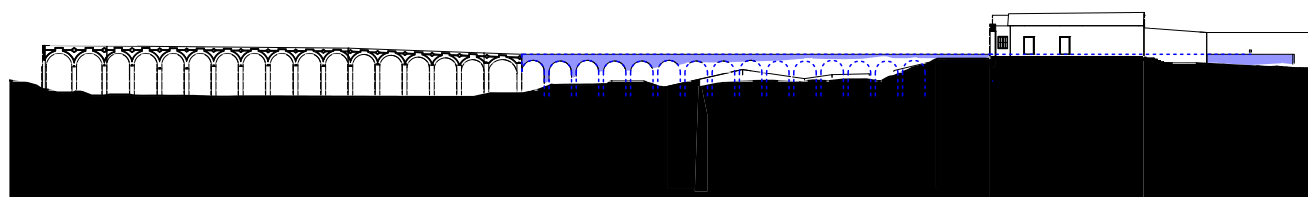
O pátio exterior encontra-se bastante alterado, existindo uma rampa em cimento que se acredita ter tapado uma larga escadaria ainda presente no local.

É de referir ainda a existência de um tanque de cimento que se adossou às construções existentes a Norte do Palácio, assim como um compartimento que foi encostado ao exterior da capela.

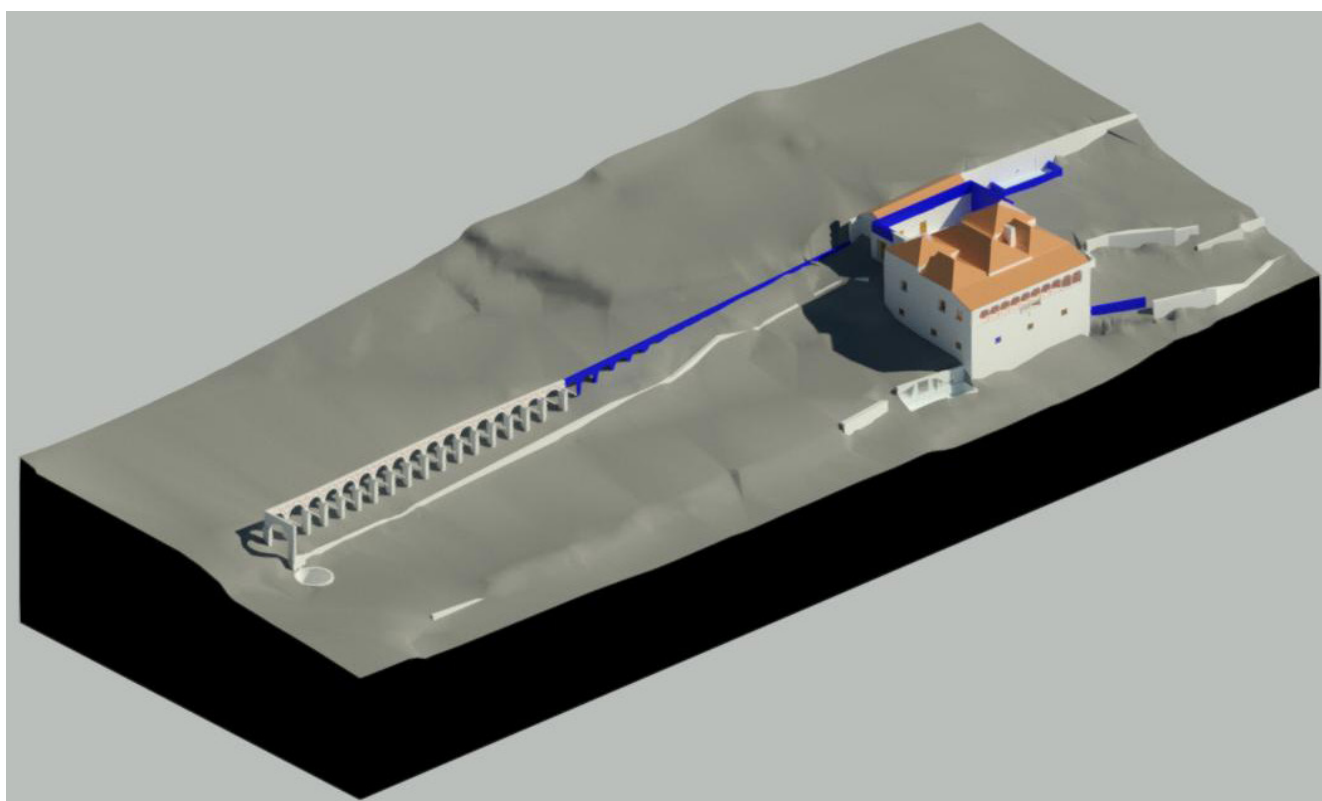
Hoje sem coberturas, e com a *loggia* destruída na sua totalidade, esta peça arquitectónica encontra-se com um elevado risco de desabamento.

Tendo sido o nosso foco principal o corpo do Palácio, será importante também compreender a evolução do Aqueduto em algumas das fases descritas anteriormente.

<sup>233</sup> Foi considerado o estado do Palácio sem intervenção de estabilidade estrutural, fase que já se encontra a decorrer.



**Imagem 303:** Alçado sul do Aqueduto de Cima. Recriação correspondente à Fase 2. A azul a hipótese de desenvolvimento do mesmo.



**Imagem 304:** Recriação 3D da Fase 2 do Aqueduto de Cima. A azul a hipótese de desenvolvimento do mesmo.

**Imagem 305:** Elementos que chegaram aos dias de hoje do Aqueduto de Cima. Fevereiro de 2018.



### **Aqueduto de Cima**

Com menos informação para trabalhar, em comparação com o edifício, o Aqueduto de Cima pode ser descrito como importante, para já, em três fases - Fase 2 - Palácio Valflores, Fase 6 - Reynolds e Fase 7 - Adaptação Precária.

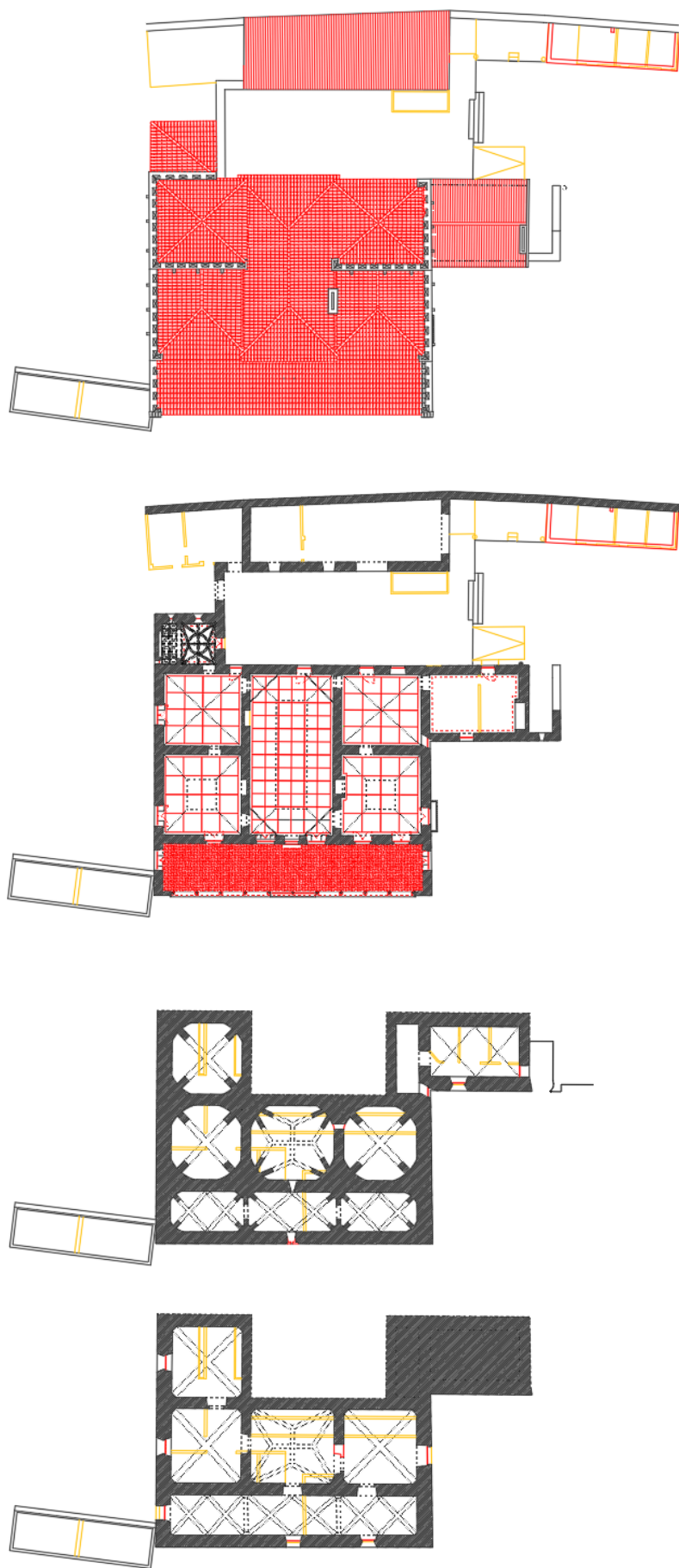
A primeira fase corresponde à edificação desta estrutura hidráulica, datada da mesma altura que a construção do Palácio, e pensa-se que, como já foi explicado mais acima, que a sua caleira servisse para abastecer o tanque existente a Norte do imóvel, do qual hoje nada resta a não ser a respectiva bica.

Elemento importante, marca igualmente a entrada na Quinta que na altura se faria por Poente, ao contrário dos dias de hoje.

A próxima fase em que o mesmo terá sido intervenção já corresponde à posse da Quinta por parte dos Reynolds quando houve um grande restauro do conjunto de estruturas da Quinta, incluindo o Aqueduto e o grande arco de entrada.

Por fim, no século XX, com o uso agrícola intenso da Quinta e do Palácio, o Aqueduto foi parcialmente aterrado, ficando escondida a antiga ligação pedonal existente a uma cota inferior à actual. A razão será a mesma que até agora tem explicado a existência de várias alterações na cota do terreno ao longo de décadas na Quinta e prende-se com o tipo de agricultura que se ia praticando conforme as épocas.

O cruzamento de informações quer da leitura dos paramentos por parte das autoras já mencionadas, quer dos documentos históricos têm permitindo desvendar a evolução decorrida ao longo de séculos neste conjunto edificado sendo que, conforme já foi referido, muitas hipóteses apresentadas carecem ainda de confirmação que se espera chegue com a próxima fase de trabalhos, incluindo os resultados finais da leitura estratigráfica do imóvel e das sondagens arqueológicas por efectuar ao nível do subsolo.



**Imagem 306:** Plantas de Amarelos e Encarnados correspondentes ao Projecto de Arquitectura em desenvolvimento para o Palácio Valflores. Sem escala. Autoria de Pedro Pacheco Arquitectos.

## 5.5. Resultados e sua Pertinência

Concluindo assim o estudo feito sobre o Palácio de Valflores<sup>234</sup>, resta-nos perceber como poderão as conclusões daqui retiradas contribuir de forma significativa para o projecto de arquitectura.

Em primeiro lugar, será de referir que as conclusões não serão somente importantes para a disciplina referida acima dado que o método estratigráfico quer na sua aplicação prática quer na retirada de conclusões disponibiliza informações para um conjunto alargado de disciplinas que se interligam também com a própria Arquitectura.

O conhecimento que decorre da análise de dados históricos confrontados com os registos *in situ*, apresenta à partida um contributo essencial para a História, permitindo colmatar omissões e reconhecer o objecto de estudo como um imóvel que foi sofrendo alterações ao longo do tempo. Estas fazem parte da ADN do edifício e merecem ser reconhecidas como tal.

A leitura de paramentos, permite focar a atenção no reconhecimento de elementos distintos e unitários que definem a construção, reconhecendo peças de arquitectura singulares, assim como tipologias distintas que, além de permitirem o estudo das mesmas, trazem inúmeros contributos para o estudo das técnicas construtivas antigas.

Num enquadramento mais social, a compreensão do desenvolvimento da arquitectura permite compreender aspectos comunitários e regionais de ocupação deste espaço que nos remetem para os usos e a sua evolução ao longo do tempo.

Na abordagem a edifícios históricos quanto mais informação for possível reunir sobre o objecto de estudo, mas facilmente será possível reconhecer a sua importância, compreender as regras pelas quais se regeu a sua construção e entender o uso que teve ao longo dos séculos.

No caso de Valflores, as conclusões apresentadas nos capítulos anteriores, permitem elaborar um plano de acção informado e consciente sobre as intervenções necessárias e que reabilitarão o edificado, não numa lógica de individualizar a obra e "carregá-la" de simbologia que remete para o seu criador - a chamada "arquitectura de autor" - como muitas vezes acontece, mas de perceber o objecto em que se intervenciona, nas suas diversas condições, e restituindo a sua importância.

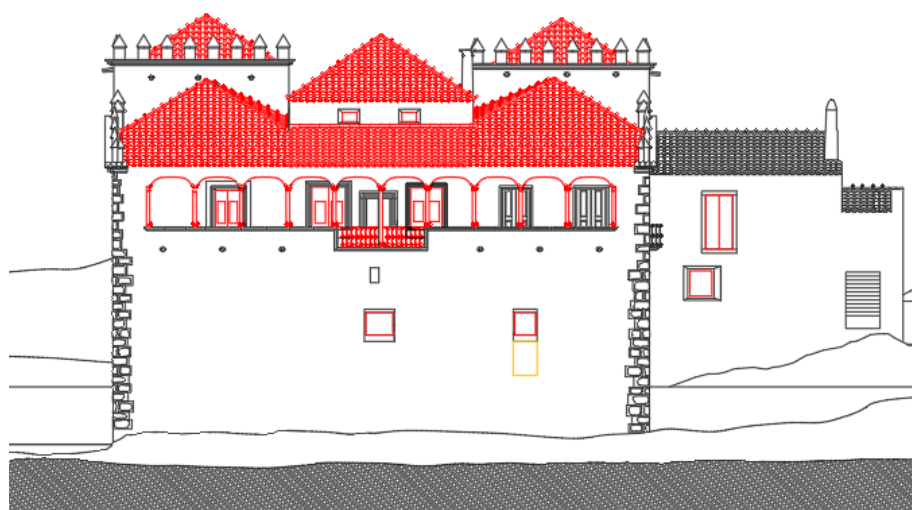
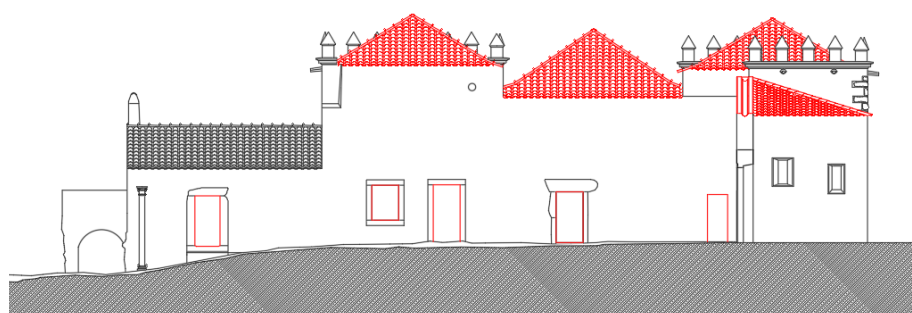
Isto não significa à partida que tudo o que chegou aos dias de hoje, em termos de elementos construtivos, seja necessário manter. No entanto, esse conhecimento permite-nos tomar essa decisão de forma consciente, percebendo as implicações do que se vai anular e do que se mantém, não descaracterizando o imóvel mas retirando o "ruído" que foi surgindo à volta do mesmo, ou seja, elementos que, à partida, não têm valor histórico.

Não existirá somente uma solução, mas um leque de soluções igualmente válidas, a diferença é que com a realização deste tipo de estudos se reconhece as mesmas e opta-se pela mais adequada.

Valflores voltará a ver as suas coberturas refeitas e os seus tectos de alfarge de novo implantados no seu lugar. A sua *loggia* fará parte, mais uma vez, da paisagem de Santa Iria da Azóia. Os seus interiores serão reabilitados e desprovidos de compartimentação existente mais recente, voltando as salas à sua configuração original.

Os elementos hídricos na Quinta, nomeadamente o Aqueduto de Cima e o tanque presente no muro de suporte Norte, serão restaurados e reconstruídos, consagrando de novo estes como elementos estruturantes do território da Quinta.

<sup>234</sup> Sempre com a salvaguarda que o trabalho continua a decorrer e, para conclusão desta dissertação dentro dos prazos estipulados, a reunião de informação não pôde ser acompanhada até ao fim.



**Imagem 307:** Alçados e Corte de Amarelos e Encarnados correspondentes ao Projecto de Arquitectura em desenvolvimento para o Palácio Valflores. Sem escala. Autoria de Pedro Pacheco Arquitectos

O seu uso, apesar de ainda em aberto, será permitir novamente a visita ao Palácio. Segundo o arquitecto projectista: *"A Quinta de Valeflores poderá ser assim o museu de si mesma, ou um lugar de fruição paisagística rara num território densamente urbanizado."* (PACHECO e AGUIAR, 2016).

Ao fim de décadas de ruína acumulada, a memória do Palácio de Valflores voltará a renascer.



## 6. Conclusão

A Arqueologia da Arquitectura é uma metodologia relativamente recente de estudo de um objecto arquitectónico permitindo compreender o palimpsesto construtivo e histórico que se reúne no mesmo.

O objectivo principal na elaboração desta dissertação foi apresentar esta metodologia, num contexto de aplicação em restauro e reabilitação da Arquitectura. A componente prática da mesma também foi garantida, focando a atenção num caso de estudo recente sobre o qual estas preocupações estão reflectidas.

Assim, tendo a oportunidade de acompanhar em primeira mão uma análise real a um caso que se encontra a ser intervencionado e, usufruindo do acompanhamento de uma das especialistas responsáveis pelo mesmo, foi possível compreender a aplicação dos vários conceitos aqui estudados.

A conclusão que se retira desta aprendizagem é positiva, foi possível compreender em primeira mão as implicações que um estudo desta natureza requer e como o mesmo contamina uma intervenção arquitectónica que se realiza sobre o imóvel em estudo.

Sendo um trabalho delicado intervir sobre uma pré-existência, a Arqueologia da Arquitectura traz informações chave que nos permitem reconhecer o valor inerente do edifício, compreender quais os elementos importantes que o mesmo tem e os menos importantes. Oferecendo múltiplas contribuições para diferentes áreas de estudo, na Arquitectura apresenta o objecto de estudo como uma construção complexa que requer escolhas informadas para a sua correcta intervenção.

No entanto, este estudo não deve ser visto como uma limitação à intervenção que se pode realizar, na realidade esta abordagem não pretende limitar mas sim ajudar a enquadrar a intervenção que se realiza. O papel do arquitecto não se torna irrelevante, pelo contrário, só disponibilizando as informações necessárias para se reflectir sobre o edifício é que se pode planear uma intervenção informada sobre o mesmo.

Num contexto internacional, a evolução que este método tem tido em ambiente nacional tem sido lenta. Comparando com as outras realidades europeias é de notar que isto se deve muito às políticas actuais de abordagem ao Património Arquitectónico. Neste ponto, a evolução que se tem dado nos Países Baixos tem sido notável, não se realizando hoje em dia intervenção alguma, quer em edifícios quer em zonas históricas, sem que se recorra a estudos deste âmbito.

Outra razão prende-se com a divulgação destes estudos. Tanto em Itália, quanto em Espanha, existem publicações específicas com objectivo de difundir e dar a conhecer os estudos que se realizam na área. No caso de Portugal, à excepção de alguns artigos que foram publicados na revista Estudos-Património do antigo IPPAR<sup>235</sup>, e alguns trabalhos de âmbito académico, pouco mais se pode encontrar sobre estes temas sem recorrer a bibliografias estrangeiras.

Infelizmente, a própria disciplina da Arquitectura não tem sido suficientemente actualizada, em círculos académicos, de forma a introduzir estas novas práticas aos novos profissionais da área, tornando-se muito difícil expandir estes conhecimentos.

Apesar disto, e como exemplificado nesta dissertação, existem núcleos nacionais que já têm estas preocupações implementadas nos seus objectivos, combatendo pouco e pouco uma práxis antiquada na área, e que se revê em gabinetes específicos de realização destes estudos. Mesmo assim, esta aceitação tem sido em grande parte feita pela disciplina da Arqueologia.

Em relação à disciplina da Arquitectura, ainda será necessário caminhar com

<sup>235</sup> Publicação que se realizou entre 2001 e 2007.

vista a aceitar estas práticas como parte do projecto, quando se trata de intervir em edifícios históricos. Compreender que a prática da Arqueologia não se limita a realizar escavações com vista a preencher um pré-requisito mas sim que é um estudo realizado por especialistas que pode fornecer ferramentas de abordagem importantes que precedem e informam o processo de elaboração de um projecto. Neste sentido, o trabalho que se encontra em realização no Palácio Valflores é uma abordagem inovadora que pretende exactamente demonstrar estas mais-valias.

Por um lado a escolha deste exemplo para aplicação prática desta metodologia foi encarado como uma oportunidade de acompanhar deste o começo um estudo em Arqueologia da Arquitectura. Na realidade, sendo um trabalho em curso e, não havendo total disponibilidade para o acompanhar, além de juntar diversos profissionais com outros trabalhos a decorrer, o papel inicial que se conferia ao trabalho de campo a realizar não foi o esperado. As visitas à obra foram reduzidas, apesar de serem sempre devidamente acompanhadas, resultando num maior tempo de trabalho em gabinete, analisando fotos e debatendo ideias.

Assim, apesar de acompanhada por uma das especialistas responsáveis pelo estudo, grande parte da informação reunida e apresentada teve como origem uma pesquisa exaustiva e partilha de informação de várias fontes.

Outro ponto fraco a referir será os resultados preliminares apontados. Visto estarmos a lidar com um trabalho em curso sobre o Palácio Valflores, foi necessário proceder a uma escolha cuidada do que apresentar, não pretendendo fazer uso na íntegra do estudo paralelo que se encontra em desenvolvimento, foi necessário reduzir a informação existente, demonstrando de uma maneira sucinta e geral as várias abordagens. O estudo completo será futuramente compilado e publicado pelas autoras do mesmo.

Por fim, resta-nos esperar que este trabalho sirva o propósito inicial que se definiu para o mesmo e permita dar a conhecer, dentro e fora desta faculdade, a existência desta metodologia como essencial para qualquer abordagem arquitectónica sobre um objecto histórico.

## 7. Bibliografia

### Restauro e Reabilitação de Edifícios Históricos

AGUIAR, José – **Após Veneza: do restauro estilístico para o restauro crítico.** In CUSTÓDIO, Jorge, org. – 100 anos de património. Memória e identidade. 2ª ed. Lisboa: IGESPAR, 2011, 416 p. ISBN: 978-989-8052-20-9. p. 219-235.

AGUIAR, José - **Cor e Cidade Histórica. Estudos cromáticos e conservação do património.** 1ª ed. Porto: FAUP Publicações, 2002, ISBN: 972-9483-47-7.

AGUIAR, José, PINHO, Ana – **Reabilitação Urbana em Portugal.** In CUSTÓDIO, Jorge, org. – 100 anos de património. Memória e identidade. 2ª ed. Lisboa: IGESPAR, 2011, 416 p. ISBN: 978-989-8052-20-9. p. 350-352.

BARRANHA, Helena (org.) - **Património Cultural: Conceitos e Critérios Fundamentais.** 1ª ed. Lisboa: IST Press e ICOMOS-Portugal, 2016, 133 p. ISBN: 978-989-8481-51-1.

BRANDI, CESARE - **Teoria do Restauro.** 1ª ed. Amadora: Edições Orion, 2006, 214 p. ISBN: 972-8620-08-X.

CHOAY, Françoise - **Alegoria do Património.** 2ª ed. Lisboa. Edições 70, 2017, 308 p. (Arte e Comunicação; 71). ISBN: 978-972-44-1205-4.

CUSTÓDIO, Jorge – **A obra patrimonial da Primeira República (1910-1932).** In CUSTÓDIO, Jorge, org. – 100 anos de património. Memória e identidade. 2ª ed. Lisboa: IGESPAR, 2011, 416 p. ISBN: 978-989-8052-20-9. p. 85-104.

CUSTÓDIO, Jorge – **Administração Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (1920-1926) e a organização da conservação e restauro dos monumentos classificados.** In CUSTÓDIO, Jorge, org. – 100 anos de património. Memória e identidade. 2ª ed. Lisboa: IGESPAR, 2011, 416 p. ISBN: 978-989-8052-20-9. p. 125-128.

CUSTÓDIO, Jorge – **Sociedade das Nações, Portugal e a Carta de Atenas.** In CUSTÓDIO, Jorge, org. – 100 anos de património. Memória e identidade. 2ª ed. Lisboa: IGESPAR, 2011, 416 p. ISBN: 978-989-8052-20-9. p. 131-135.

LEITE, Sílvia – **O inventário do Património Imóvel em Portugal.** In CUSTÓDIO, Jorge, org. – 100 anos de património. Memória e identidade. 2ª ed. Lisboa: IGESPAR, 2011, 416 p. ISBN: 978-989-8052-20-9. p. 341-343.

MAIA, Maria Helena – **Vandalismo e Abandono dos Bens Culturais (1875-1910).** In CUSTÓDIO, Jorge, org. – 100 anos de património. Memória e identidade. 2ª ed. Lisboa: IGESPAR, 2011, 416 p. ISBN: 978-989-8052-20-9. p. 63-64.

MARINO, Luigi – **Archeologia e Restauro. Restauro dell'Archeologia.** In FRANCOVICH, Riccardo e PARENTI, Roberto, org. - Archeologi e Restauro dei Monumenti. I Ciclo di Lezioni sulla Ricerca applicata in archeologia certosa di Pontignano (Siena), 28 Settembre-10 Ottobre 1987. Firenze: Edizioni all'Insegna del Giglio, 1988. ISBN: 88-7814-090-2. p. 135-155.

NETO, Maria João Baptista – **A propósito da Carta de Veneza (1964-2004) – Um olhar sobre o património arquitectónico nos últimos cinquenta anos.** In Património Estudos: Património Arquitectónico Registo, Interpretação e Critérios de Intervenção, Lisboa, ISSN: 1645-2453, nº9 (2006), p.91-99.

NETO, Maria João Baptista – **Restaurar os monumentos da nação entre 1932 e 1964.** In CUSTÓDIO, Jorge, org. – 100 anos de património. Memória e identidade. 2ª ed. Lisboa: IGESPAR, 2011, 416 p. ISBN: 978-989-8052-20-9. p. 157-166.

NETO, Maria João Baptista – **A Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais.** In CUSTÓDIO, Jorge, org. – 100 anos de património. Memória e identidade. 2ª ed. Lisboa: IGESPAR, 2011, 416 p. ISBN: 978-989-8052-20-9. p. 199-200.

**PATRIMÓNIO CULTURAL – Carta de Atenas – Conclusões da Conferência Internacional de Atenas sobre o Restauro dos Monumentos** [em linha]. Lisboa : DGPC – Direcção Geral do Património Cultural. [Consult. Março 2019] Disponível em WWW:<URL: <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/media/uploads/cc/CartadeAtenas.pdf>>.

**PATRIMÓNIO CULTURAL – Carta de Veneza - sobre a Conservação e Restauro dos Monumentos e dos Sítios** [em linha]. Lisboa : DGPC – Direcção Geral do Património Cultural. [Consult. Dezembro 2017] Disponível em WWW:<URL: <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/media/uploads/cc/CartadeVeneza.pdf>>.

**PATRIMÓNIO CULTURAL – Carta de Cracóvia 2000 - Princípios para a Conservação e o Restauro do Património Construído** [em linha]. Lisboa : DGPC – Direcção Geral do Património Cultural. [Consult. Dezembro 2017] Disponível em WWW:<URL: <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/media/uploads/cc/cartadecracovia2000.pdf>>.

PEREIRA, Paulo – **Sob o Signo de Sísifo. Políticas do Património Edificado em Portugal**. 1980-2010. In CUSTÓDIO, Jorge, org. – 100 anos de património. Memória e identidade. 2ª ed. Lisboa: IGESPAR, 2011, 416 p. ISBN: 978-989-8052-20-9. p. 261-280.

RODRIGUES, Paulo Simões – **O longo tempo do património. Os antecedentes da República (1721-1910)**. In CUSTÓDIO, Jorge, org. – 100 anos de património. Memória e identidade. 2ª ed. Lisboa: IGESPAR, 2011, 416 p. ISBN: 978-989-8052-20-9. p. 19-30.

RUSKIN, John - **The Seven Lamps of Architecture**. [em linha] New York: John Wiley, 161 Broadway, 1849, 186 p. [Consult. Agosto 2019] Disponível em WWW:<URL: <http://academics.triton.edu/faculty/fheitzman/Ruskin,%20John%20The%20Seven%20Lamps%20of%20Architecture%201849.pdf>>.

TOMÉ, Miguel – **Arquitectura: conservação e restauro no Estado Novo. In Património Estudos: Património Arquitectónico Registo, Interpretação e Critérios de Intervenção**, Lisboa, ISSN: 1645-2453, nº9 (2006), p.167-174.

TORRE DO TOMBO – **Lei Pela Qual D. João V Proíbia A Destruição De Edifícios, Que Mostrassem Ser Antigos, De Estátuas Ou De Medalhas** [em linha]. 1721, Lisboa : DGARQ – Direcção Geral de Arquivos. [Consult. Abril 2019] Disponível em WWW:<URL: <https://digitarq.arquivos.pt/viewer?id=4628676>>.

### **Arqueologia da Arquitectura e o Método Estratigráfico**

AGUDO, María; FRAGERO, José; TALAVERANO, Rafael - **Virtual Models for Archaeological Research and 2.0 dissemination: The Early Medieval Church of San Cebrián de Mazote (Spain)**. [em linha] In Ricerca Scientifica e Tecnologie dell'Informazione, vol.6 nº2 (2016), pp.93-108. [Consult. Julho 2018]. Disponível em WWW: <http://www.sciresit.it/article/view/12242/11191>>.

AZKARATE, Agustín [et. al] - **Catedral de Santa María Vitoria-Gasteiz. Plan Director de Restauración**, vol. 01, Diputación Foral de Alava, ISBN: 84-607-3785-3. [Consult. Agosto 2018] Disponível em <WWW: <http://https://issuu.com/catedralvitoria.com/docs/www.catedralvitoria.com>>.

AZKARATE, Agustín [et. al] - **Catedral de Santa María Vitoria-Gasteiz. Plan Director de Restauración**, vol. 02, Diputación Foral de Alava, ISBN: 84-607-3785-3. [Consult. Agosto 2018] Disponível em <WWW: [https://issuu.com/catedralvitoria.com/docs/pd\\_vol2](https://issuu.com/catedralvitoria.com/docs/pd_vol2)>.

BROGIOLO, Gian Pietro – **Campionatura e Obiettivi nell'Analisi Stratigrafica degli Elevati**. In FRANCOVICH, Riccardo e PARENTI, Roberto, org. - Archeologi e

Restauro dei Monumenti. I Ciclo di Lezioni sulla Ricerca applicata in archeologia certosa di Pontignano (Siena), 28 Settembre-10 Ottobre 1987. Firenze: Edizioni all'Insegna del Giglio, 1988. ISBN: 88-7814-090-2. p. 335-346.

BROGIOLO, Gian Pietro - **L'Archeologia dell'architettura in Italia nell'ultimo quinquennio (1997-2001). In Arqueología de la Arquitectura** [em linha], nº1 (2002), p. 19-26. [Consult. Outubro 2017]. Disponível em WWW: <URL: <http://arqarqt.revistas.csic.es/index.php/arqarqt/article/view/3/3>>.

BROGIOLO, Gian Pietro, **Dall'Archeologia dell'architettura all'Archeologia della complessità.** [em linha] In Pyrenae, nº38, vol.1 (2007), pp. 7-38. ISSN: 0079-8215. [Consult. Agosto 2019]. Disponível em WWW: <URL: <https://core.ac.uk/download/pdf/39113720.pdf>>.

CABALLERO, Luis; ARCEm Fernando; UTRERO, María de los Ángeles- **São Gião da Nazaré (Portugal). Un tipo original de Iglesia.** In Arqueología de la Arquitectura [em linha], nº2 (2003), p. 75-79. [Consult. Agosto 2019]. Disponível em WWW: <URL: <http://arqarqt.revistas.csic.es/index.php/arqarqt/article/view/27/27>>.

CARANDINI, Andrea - **Archeologia, Architettura, Storia dell'Arte.** In FRANCOVICH, Riccardo e PARENTI, Roberto, org. - Archeologi e Restauro dei Monumenti. I Ciclo di Lezioni sulla Ricerca applicata in archeologia certosa di Pontignano (Siena), 28 Settembre-10 Ottobre 1987. Firenze: Edizioni all'Insegna del Giglio, 1988. ISBN: 88-7814-090-2. p. 31-38.

DOGLIONI, Francesco - **La Ricerca sulle Strutture Edilizie tra Archeologia Stratigrafica e Restauro Architettonico.** In FRANCOVICH, Riccardo e PARENTI, Roberto, org. - Archeologi e Restauro dei Monumenti. I Ciclo di Lezioni sulla Ricerca applicata in archeologia certosa di Pontignano (Siena), 28 Settembre-10 Ottobre 1987. Firenze: Edizioni all'Insegna del Giglio, 1988. ISBN: 88-7814-090-2. p. 223-247.

DOGLIONI, Francesco - **Arquitectura estratificada e restauro. Reflexões sobre algumas intervenções recentes em Itália** In Património Estudos: Património Arquitectónico Registo, Interpretação e Critérios de Intervenção, Lisboa, ISSN: 1645-2453, nº9 (2006), pp. 9-19.

FONTES, Luís F. de Oliveira - **Mosteiro de São Martinho de Tibães: o contributo da Arqueologia.** [em linha] Congresso Património 2010. 16 p. [Consult. Março 2019]. Disponível em WWW: <URL: [https://www.academia.edu/5486219/Mosteiro\\_de\\_Tib%C3%A3es.\\_Arqueologia](https://www.academia.edu/5486219/Mosteiro_de_Tib%C3%A3es._Arqueologia)>.

FONTES, Luís F. de Oliveira - **Experiências portuguesas em Arqueologia da Arquitectura.** In Património Estudos: Património Arquitectónico Registo, Interpretação e Critérios de Intervenção, Lisboa, ISSN: 1645-2453, nº9 (2006), pp. 44-55.

FONTES, Luís - **Mosteiro de Santo André de Rendufe (Rendufe, Amares). Análise de Paramentos e Evolução Arquitectónica do Edificado. Estudo Prévio.** [em linha] In Trabalhos Arqueológicos da U.A.U.M. / Memórias, nº6, UAUM Braga, 2010, ISSN: 1647-5836. [Consult. Março 2019]. Disponível em: WWW: <URL: [http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/10716/1/Mem%C3%B3rias\\_6.pdf](http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/10716/1/Mem%C3%B3rias_6.pdf)>.

FONTES, Luís - **Arqueologia da Arquitectura e Património Arquitectónico.** [em linha] In Pedra & Cal, GECORPA, Lisboa, ISSN: 1645-4863, nº25 (2005), pp.6-8. [Consult. Março 2019]. Disponível em WWW: <URL: [http://www.gecorpa.pt/Upload/Revistas/Rev25\\_Revista\\_Completa.pdf](http://www.gecorpa.pt/Upload/Revistas/Rev25_Revista_Completa.pdf)>.

GONZÁLEZ-MORO, Pablo Latorre - **El sitio histórico de Melque (prov. Toledo). La Intervención integrada con una finalidad didáctica.** In FRANCOVICH, Riccardo e PARENTI, Roberto, org. - Archeologi e Restauro dei

Monumenti. I Ciclo di Lezioni sulla Ricerca applicata in archeologia certosa di Pontignano (Siena), 28 Settembre-10 Ottobre 1987. Firenze: Edizioni all'Insegna del Giglio, 1988. ISBN: 88-7814-090-2. p. 157-194.

HARRIS, Edward C. – **Principios de Estratigrafía Arqueológica**. [Em linha]. 2ª ed. Barcelona: Editorial Crítica, 1991, 230p. Trad. De: Principles of Archaeological Stratigraphy. ISBN 84-7423-514-6. [Consult. Dezembro 2018]. Disponível em WWW: <URL: [https://www.academia.edu/37941785/EDWARD\\_C.\\_HARRIS\\_ESTRATIGRAFIA\\_ARQUEOL%C3%93GICA?email\\_work\\_card=view-paper](https://www.academia.edu/37941785/EDWARD_C._HARRIS_ESTRATIGRAFIA_ARQUEOL%C3%93GICA?email_work_card=view-paper)>.

LACERDA, Manuel, RAMALHO, Maria de Magalhães - **A arquitectura como guardiã da memória**. In Património Estudos: Património Arquitectónico Registo, Interpretação e Critérios de Intervenção, Lisboa, ISSN: 1645-2453, nº9 (2006), p. 5-8.

MACHADO, André - **Igreja de São Gião da Nazaré. In Pedra & Cal: Revista da Conservação do Património Arquitectónico e da Reabilitação do Edificado** [em linha], nº25 (2005), p.12-13. [Consult. Outubro 2017]. Disponível em WWW: <URL: [http://www.gecorpa.pt/Upload/Revistas/Rev25\\_Pag12.pdf](http://www.gecorpa.pt/Upload/Revistas/Rev25_Pag12.pdf)>.

MANACORDA, Daniele - **Archeologia e Restauro Architettonico nel Cantiere della 'Crypta Balbi'**. In FRANCOVICH, Riccardo e PARENTI, Roberto, org. - Archeologi e Restauro dei Monumenti. I Ciclo di Lezioni sulla Ricerca applicata in archeologia certosa di Pontignano (Siena), 28 Settembre-10 Ottobre 1987. Firenze: Edizioni all'Insegna del Giglio, 1988. ISBN: 88-7814-090-2. p. 105-118.

MEDRI, Maura - **La Pianta Composita nella Documentazione e nell'Interpretazione dello Scavo**. In FRANCOVICH, Riccardo e PARENTI, Roberto, org. - Archeologi e Restauro dei Monumenti. I Ciclo di Lezioni sulla Ricerca applicata in archeologia certosa di Pontignano (Siena), 28 Settembre-10 Ottobre 1987. Firenze: Edizioni all'Insegna del Giglio, 1988. ISBN: 88-7814-090-2. p. 305-333.

MORENO-NAVARRO, Antoni G. - **SPAL, 1915-2005: 90 años de intervenciones (el caso del patrimonio romano de la provincia de Barcelona)**. In Património Estudos: Património Arquitectónico Registo, Interpretação e Critérios de Intervenção, Lisboa, ISSN: 1645-2453, nº9 (2006), pp. 20-32.

MORENO-NAVARRO, Antoni González, **La restauración objetiva (Método SCCM de restauración monumental)**. [em linha]. Barcelona: Servicio de Patrimonio Arquitectónico Local, 1999, 130p. (Memoria SPAL 1993-1998; vol. 1). ISBN: 84-7794-628-0. 8 [Consult. Agosto 2019]. Disponível em WWW: <URL: <https://www.diba.cat/documents/429042/f1f9717f-c5a0-4550-bce2-baf7aea71cd7>>.

PARENTI, Roberto - **Le Tecniche di Documentazione per una Lettura Stratigrafica dell'Elevato**. In FRANCOVICH, Riccardo e PARENTI, Roberto, org. - Archeologi e Restauro dei Monumenti. I Ciclo di Lezioni sulla Ricerca applicata in archeologia certosa di Pontignano (Siena), 28 Settembre-10 Ottobre 1987. Firenze: Edizioni all'Insegna del Giglio, 1988. ISBN: 88-7814-090-2. p. 249-279.

PARENTI, Roberto - **Sulle Possibilità di Datazione e di Classificazione delle Murature**. In FRANCOVICH, Riccardo e PARENTI, Roberto, org. - Archeologi e Restauro dei Monumenti. I Ciclo di Lezioni sulla Ricerca applicata in archeologia certosa di Pontignano (Siena), 28 Settembre-10 Ottobre 1987. Firenze: Edizioni all'Insegna del Giglio, 1988. ISBN: 88-7814-090-2. p. 280-304.

RAMALHO, Maria de Magalhães - **Arqueologia da Arquitectura: O método arqueológico aplicado ao estudo e intervenção em património arquitectónico**. In Património Estudos: Ciências e Técnicas aplicadas ao Património [em linha], nº3 (2002), p. 19-29. [Consult. Novembro 2017]. Disponível em WWW: <URL: <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/media/>>

uploads/revistaestudospatrimonio/n3/Estudospatrimonio3.pdf>.

RAMALHO, Maria de Magalhães - **Arqueologia da Arquitectura: Conhecimento e sustentabilidade**. In *Arte & Construção Especial Reabilitação* [em linha], (2008), p. 28-31. [Consult. Outubro 2017]. Disponível em WWW: <URL: [https://www.academia.edu/10994492/Arqueologia\\_da\\_Arquitectura\\_Conhecimento\\_e\\_sustentabilidade](https://www.academia.edu/10994492/Arqueologia_da_Arquitectura_Conhecimento_e_sustentabilidade)>.

RAMALHO, Maria de Magalhães - **Práxis em Arqueologia da Arquitectura**. In *Promontoria* [em linha], ano 9 nº9 (2011). [Consult. Outubro 2017]. Disponível em WWW: <URL: [https://www.academia.edu/8754507/Praxis\\_em\\_Arqueologia\\_da\\_Arquitectura](https://www.academia.edu/8754507/Praxis_em_Arqueologia_da_Arquitectura)>.

RAMALHO, Maria de Magalhães - **A Ermida de Nossa Senhora da Assunção de Paderne (Albufeira-Faro) pelo olhar da Arqueologia da Arquitectura**, ano 11 nº11 (2014).

RAMALHO, Maria de Magalhães - **Os primeiros passos da arqueologia da arquitectura na âmbito do Instituto Português do Património Arquitectónico**. In *Arqueología de la Arquitectura* [em linha], nº3 (2004), p. 145-153. [Consult. Março 2019]. Disponível em WWW: <URL: <http://arqarqt.revistas.csic.es/index.php/arqarqt/article/view/66/63>>.

RAMALHO, Maria de Magalhães - **Arqueologia da Arquitectura: o desvendar do percurso histórico de um edifício**. [2007]. 89 diapositivos. Disponível em: WWW:<URL: <http://icomos.fa.utl.pt/documentos/coimbra2007/mariaramalho.pdf>>.

REAL, Manuel Luís, SÁ, Pedro, **O Mosteiro de Roriz na arte românica do Douro Litoral**. Santo Tirso, 1982, 37 p..

SANTOS, Raquel - **Arqueologia da Arquitectura: perspectivas metodológicas**. [em linha] In *Promontoria*, Ano 9 nº9 (2011). [Consult. Agosto 2019]. Disponível em WWW: <URL: [https://www.academia.edu/39250445/Arqueologia\\_da\\_Arquitectura\\_perspectivas\\_metodol%C3%B3gicas](https://www.academia.edu/39250445/Arqueologia_da_Arquitectura_perspectivas_metodol%C3%B3gicas)>.

SPALLA, Paolo - **Rilevatore Tridimensionale**. In FRANCOVICH, Riccardo e PARENTI, Roberto, org. - *Archeologi e Restauro dei Monumenti. I Ciclo di Lezioni sulla Ricerca applicata in archeologia certosa di Pontignano (Siena)*, 28 Settembre-10 Ottobre 1987. Firenze: Edizioni all'Insegna del Giglio, 1988. ISBN: 88-7814-090-2. p. 347-368.

TALAVERANO, Rafael - **Documentación gráfica de edificios históricos: principios, aplicaciones y perspectivas**. In *Arqueología de la Arquitectura* [em linha], nº11 (2014). [Consult. Novembro 2017]. Disponível em WWW: <URL: <http://arqarqt.revistas.csic.es/index.php/arqarqt/article/view/164/185>>.

WEVERS, Leo - **A Aplicação da Arqueologia da Arquitectura nos Países Baixos**. In *Património Estudos: Ciências e Técnicas aplicadas ao Património* [em linha], nº3 (2002), p. 133-143. [Consult. Novembro 2017]. Disponível em WWW: <URL: <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/media/uploads/revistaestudospatrimonio/n3/Estudospatrimonio3.pdf>>.

ZOREDA, Luis Caballero, MIER, Margarita Fernández - **Análisis Arqueológico de Construcciones Históricas en España – Estado de la Cuestión**. In *Archeologia Dell'a Architettura – Supplemento ad Archeologia Medievale XXIII - Estratto*, Firenze, ISSN: 1126-6236, Vol. II (1997), p. 147-158.

ZOREDA, Luis Caballero - **Sobre límites y posibilidades de la investigación arqueológica de la arquitectura. De la estratigrafía a un modelo histórico**. In *Arqueología de la Arquitectura* [em linha], nº1 (2002), p. 83-100. [Consult. Outubro 2017]. Disponível em WWW: <URL: <http://arqarqt.revistas.csic.es/index.php/arqarqt/article/view/8/8>>.

ZOREDA, Luis Caballero - **Arqueología de la Arquitectura – Conocimiento e Intervención**. In Património Estudos: Património Arquitectónico Registo, Interpretação e Critérios de Intervenção, Lisboa, ISSN: 1645-2453, nº9 (2006), p. 33-43.

ZOREDA, Luis Caballero - **2. Iglesia de Santa Lucía del Trampal, Alcuéscar**. [em linha] In Anejos de AEspA XXIX (2003), pp.15-20. [Consult. Agosto 2019] Disponível em WWW: <URL: <http://digital.csic.es/bitstream/10261/27515/1/2003b%20Caballero.pdf>>.

ZOREDA, Luis Caballero; LARA, Fernando Sáez - **La Iglesia Mozárabe de Santa Lucía del Trampal Alcuéscar (Cáceres)**. In Memorias de Arqueología Extremeña, vol. 2, 1ª ed, Mérida, Junta da Extremadura Consejería de Cultura, 1999, 399 p., ISBN: 84-7671-490-4.

ZOREDA, L. Caballero, **El análisis estratigráfico de construcciones históricas**. [em linha] In Arqueología de la Arquitectura - Actas, Junta de Castilla y León (1996), pp. 55-74. ISBN: 84-7846-619-3. [Consult. Agosto 2019]. Disponível em WWW:<URL: [https://www.academia.edu/30307981/El\\_an%C3%A1lisis\\_stratigr%C3%A1fico\\_de\\_construcciones\\_hist%C3%B3ricas.\\_En\\_Arqueolog%C3%ADa\\_de\\_la\\_Arquitectura\\_1996\\_pp\\_55-74](https://www.academia.edu/30307981/El_an%C3%A1lisis_stratigr%C3%A1fico_de_construcciones_hist%C3%B3ricas._En_Arqueolog%C3%ADa_de_la_Arquitectura_1996_pp_55-74)>.

ZOREDA, Luis Caballero (coord.), **La Iglesia Altomedieval de São Gião de Nazaré (Portugal). Lectura de Paramentos**. Madrid, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, Departamento de Historia Antigua y Arqueología. Instituto de História, 2001.

### **A Casa Senhorial**

AZEVEDO, Carlos de, **Solares Portugueses: Introdução ao Estudo da Casa Nobre**, Lisboa, Livros Horizonte, 1971, 207 p..

BARROCA, Mário Jorge - **Torres, Casas-Torres ou Casas-Fortes. A Concepção do Espaço de Habitação da Pequena e Média Nobreza na Baixa Idade Média (Sécs. XII-XV)**. In Revista de História das Ideias. A cultura da nobreza [em linha], volume 19 (1998), p. 39-103. [Consult. Julho 2019]. Disponível em WWW: <URL: [https://digitalis-dsp.uc.pt/bitstream/10316.2/41900/1/Torres%2C\\_casas-torres\\_ou\\_casas-fortes.pdf](https://digitalis-dsp.uc.pt/bitstream/10316.2/41900/1/Torres%2C_casas-torres_ou_casas-fortes.pdf)>.

CALDAS, João Vieira, **A Casa Rural dos Arredores de Lisboa no século XVIII**, 2ª ed., Porto, FAUP, 1999, 414 p., ISBN: 972-9483-31-0.

CARITA, Helder, **A Casa Senhorial em Portugal nos séculos XV ao XIX**. [em linha]. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2010. [Consult. Novembro 2017]. Disponível em WWW:<URL: [http://www.casaruibarbosa.gov.br/dados/DOC/palestras/FCRB\\_A\\_Casa\\_Senhorial\\_em\\_Portugal\\_dos\\_seculos\\_XV\\_ao\\_XIX\\_-\\_Helder\\_Carita.pdf](http://www.casaruibarbosa.gov.br/dados/DOC/palestras/FCRB_A_Casa_Senhorial_em_Portugal_dos_seculos_XV_ao_XIX_-_Helder_Carita.pdf)>.

COELHO, Ana Carolina, **Os dois jardins do Palácio Almada-Carvalhais. Permanência e Continuidade**. [em linha]. Lisboa, Faculdade de Arquitectura da Universidade de Lisboa, 2015, 215 f., Projecto Final de Mestrado. [Consult. Julho 2019]. Disponível em WWW:<URL: [https://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/13667/1/OS%20DOIS%20JARDINS%20DO%20PAL%20C%81CIO%20ALMADA-CARVALHAIS%20\\_%20Ana%20Carolina%20Santos%20Coelho.pdf](https://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/13667/1/OS%20DOIS%20JARDINS%20DO%20PAL%20C%81CIO%20ALMADA-CARVALHAIS%20_%20Ana%20Carolina%20Santos%20Coelho.pdf)>.

PATRIMÓNIO CULTURAL – **Castelo de Esporão** [em linha]. Lisboa : DGPC – Direcção Geral do Património Cultural. [Consult. Julho 2019] Disponível em WWW:<URL: <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/73376/>>.

PEREIRA, Paulo, ed. lit., **História da Arte Portuguesa - Do “Modo” Gótico ao Maneirismo**, Vol. II, Lisboa, Círculo de Leitores, 1995, 537p. ISBN: 972-42-1184-3.

PIRES, Amílcar Gil, **A Quinta de Recreio em Portugal - Vilegiatura, Lugar e Arquitectura**, Caleidoscópio, 2013, ISBN: 978-989-658-245-6.

PIRES, Amílcar de Gil e, **Vilegiatura e Lugar na Arquitectura Portuguesa**, Vol. 1 e 2, Lisboa, FAUTL, 2008, 559 p., Tese de Doutoramento.

PONTE, Teresa Cristina Rôssas da, **Estruturas Residenciais dos Condes de Pombeiro: O Paço de Belas, Vol. I**. [em linha]. Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2013, 162 f., Tese de Mestrado. [Consult. Julho 2019]. Disponível em WWW:<URL: <https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/35990/1/Estruturas%20Residencias%20dos%20Condes%20de%20Pombeiro.pdf>>.

SIPA. Sistema de Informação para o Património Arquitectónico – **Torre de Coelheiros / Paço dos Cogominhos**, IPA 00003821. [em linha]. Sacavém: Direcção Geral do Património Cultural, 2001. [Consult. Julho 2019]. Disponível em WWW:<URL: [http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=3821](http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=3821)>.

SIPA. Sistema de Informação para o Património Arquitectónico – **Torre da Giesteira / Solar da Giesteira / Paço da Giesteira / Torre da Boa Fé**, IPA 00034477. [em linha]. Sacavém: Direcção Geral do Património Cultural, 2001. [Consult. Julho 2019]. Disponível em WWW:<URL: [http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=34477](http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=34477)>.

SIPA. Sistema de Informação para o Património Arquitectónico – **Torre da Camoeira / Solar da Camoeira**, IPA 00001158. [em linha]. Sacavém: Direcção Geral do Património Cultural, 2001. [Consult. Julho 2019]. Disponível em WWW:<URL: [http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=1158](http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=1158)>.

SIPA. Sistema de Informação para o Património Arquitectónico – **Castelo do Esporão / Torre do Esporão / Solar da Herdade do Esporão**, IPA 00001191. [em linha]. Sacavém: Direcção Geral do Património Cultural, 2001. [Consult. Julho 2019]. Disponível em WWW:<URL: [http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=1191](http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=1191)>.

SIPA. Sistema de Informação para o Património Arquitectónico – **Torre das Águias / Solar das Águias**, IPA 00002763. [em linha]. Sacavém: Direcção Geral do Património Cultural, 2001. [Consult. Julho 2019]. Disponível em WWW:<URL: [http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=2763](http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=2763)>.

SIPA. Sistema de Informação para o Património Arquitectónico – **Castelo de Alvito / Paço de Alvito / Pousada de Alvito**, IPA 00000304. [em linha]. Sacavém: Direcção Geral do Património Cultural, 2001. [Consult. Julho 2019]. Disponível em WWW:<URL: [http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=304](http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=304)>.

SIPA. Sistema de Informação para o Património Arquitectónico – **Castelo de Fontalva**, IPA 00003246. [em linha]. Sacavém: Direcção Geral do Património Cultural, 2001. [Consult. Julho 2019]. Disponível em WWW:<URL: [http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=3246](http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=3246)>.

SIPA. Sistema de Informação para o Património Arquitectónico – **Castelo de Pirescoxe / Quinta do Castelo**, IPA 00006307. [em linha]. Sacavém: Direcção Geral do Património Cultural, 2001. [Consult. Julho 2019]. Disponível em WWW:<URL: [http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=6307](http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=6307)>.

SIPA. Sistema de Informação para o Património Arquitectónico – **Palácio da**

**Quinta de Ribafria / Solar de Ribafria**, IPA 00006107. [em linha]. Sacavém: Direcção Geral do Património Cultural, 2001. [Consult. Julho 2019]. Disponível em WWW:<URL: [http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=6107](http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=6107)>.

SIPA. Sistema de Informação para o Património Arquitectónico – **Casa da Sempre Noiva**, IPA 00002757. [em linha]. Sacavém: Direcção Geral do Património Cultural, 2001. [Consult. Julho 2019]. Disponível em WWW:<URL: [http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=2757](http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=2757)>.

SIPA. Sistema de Informação para o Património Arquitectónico – **Solar de Água de Peixes / Paço de Águas de Peixe / Palácio dos Duques de Cadaval**, IPA 00004335. [em linha]. Sacavém: Direcção Geral do Património Cultural, 2001. [Consult. Julho 2019]. Disponível em WWW:<URL: [http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=4335](http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=4335)>.

SIPA. Sistema de Informação para o Património Arquitectónico – **Palácio da Independência / Palácio dos Condes de Almada**, IPA 00005257. [em linha]. Sacavém: Direcção Geral do Património Cultural, 2001. [Consult. Julho 2019]. Disponível em WWW:<URL: [http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=5257](http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=5257)>.

SIPA. Sistema de Informação para o Património Arquitectónico – **Casa de Brás de Albuquerque / Casa dos Bicos**, IPA 00002489. [em linha]. Sacavém: Direcção Geral do Património Cultural, 2001. [Consult. Julho 2019]. Disponível em WWW:<URL: [http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=2489](http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=2489)>.

SIPA. Sistema de Informação para o Património Arquitectónico – **Palácio Almada - Carvalhais**, IPA 00005613. [em linha]. Sacavém: Direcção Geral do Património Cultural, 2001. [Consult. Julho 2019]. Disponível em WWW:<URL: [http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=5613](http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=5613)>.

SIPA. Sistema de Informação para o Património Arquitectónico – **Convento de São João de Deus**, IPA 00005079. [em linha]. Sacavém: Direcção Geral do Património Cultural, 2001. [Consult. Julho 2019]. Disponível em WWW:<URL: [http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=5079](http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=5079)>.

SIPA. Sistema de Informação para o Património Arquitectónico – **Palácio do Conde de Óbidos / Cruz Vermelha Portuguesa**, IPA 00004901. [em linha]. Sacavém: Direcção Geral do Património Cultural, 2001. [Consult. Julho 2019]. Disponível em WWW:<URL: [http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=4901](http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=4901)>.

VIEIRA DA SILVA, José Custódio, **Paços Medievais Portugueses**, 2ª ed. Lisboa, IPPAR, 2002, 370 p., ISBN: 972-8736-11-8.

### **A Quinta de Valflores**

BRÁS, Ana Catarina, **Projectar com o lugar – Reabilitação do Palácio e Quinta Valflores, Santa Iria da Azóia, Loures** [em linha], Lisboa, Faculdade de Arquitectura da Universidade de Lisboa, 2013, 139 f., Tese de Mestrado. [Consult. Dezembro 2017]. Disponível em WWW: <URL: <https://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/11832/3/00DISSERTA%c3%87AO%2bPAINEIS.pdf>>.

BIBLIOTECA NACIONAL - **Biblioteca Nacional Digital**. [em linha]. Lisboa: República Portuguesa. [Consult. Maio 2019] Disponível em WWW:<URL: <http://purl.pt/index/geral/PT/index.html>>.

CALDAS, João Vieira - **7. Quatro villas renascentistas viradas ao Tejo**. In PIRES, Amílcar Gil (coord.) - *A Villa Renascentista*. Arquitectura, Jardins e Paisagem. 1ª ed. Casal de Cambra: Caleidoscópio. 2016, 400p. ISBN: 978-989-

658-377-4. pp.149-174.

CÂMARA MUNICIPAL DE LOURES - **Site oficial**. [em linha]. Loures: CML. [Consult. Novembro 2018]. Disponível em WWW:<URL: <https://www.cm-loures.pt/>>.

CÂMARA MUNICIPAL DE LOURES - **Mapa Interactivo**. [em linha]. Loures: CML. [Consult. Setembro 2019] Disponível em WWW:<URL: <https://geoweb1.cm-loures.pt/MuniSIG/Html5Viewer/index.html?viewer=MapaGeral.MapaGeral>>.

FREIRE, Anselmo Braamcamp, **Brasões da Sala de Sintra**. [em linha]. 2ª edição. Coimbra : Imprensa da Universidade, 1927. [Consult. Outubro 2018]. Disponível em WWW:<URL: <https://archive.org/details/brasesdasaladesi02braa/page/n13>>.

FREIRE, Anselmo Braamcamp, **Brasões da Sala de Sintra**. [em linha]. 2ª edição. Coimbra : Imprensa da Universidade, 1921. [Consult. Outubro 2018]. Disponível em WWW:<URL: <https://archive.org/details/brasesdasalade01braauoft/page/n13>>.

MARTÍN, Sergio Pérez - **Estudio de las armaduras de madera en la provincia de Salamanca**. Junta de Castilla y León, 2015, 243p. ISBN. 978-84-608-1892-2.

MATEUS, Luís - **14. Palácio Valflores. Descrição de alguns processos de registo e documentação**. In PIRES, Amílcar Gil (coord.) - *A Villa Renascentista. Arquitectura, Jardins e Paisagem*. 1ª ed. Casal de Cambra: Caleidoscópio. 2016, 400p. ISBN: 978-989-658-377-4. pp.269-282.

MESTRE, Víctor - **Tetos de Alfarge**. [em linha] In Aprender Madeira, 2019. [Consult. Abril de 2019]. Disponível em WWW: <URL: <http://aprendermadeira.net/tetos-de-alfarge/>>.

MOREIRA, Maria Irene Nunes - **Tectos Decorativos em Madeira em Edifícios Patrimoniais Portugueses**. [em linha]. Porto : [s.n.], 2010. 158 f. Tese de Mestrado. [Consult. Abril 2019]. Disponível em WWW:<URL: <https://paginas.fe.up.pt/~jmfaria/TesesOrientadas/MIEC/IreneMoreirapdf/Tectos%20decorativos%20em%20madeira.pdf>>.

PACHECO, Pedro, AGUIAR, José (coord.) - **Projeto de Consolidação Estruturaç, Restauro e Protecção de Elementos Arquitectónicos. Quinta e Palácio de Valflores - Santa Iria da Azóia**. Câmara Municipal de Loures. 2016, 90p.

PATRIMÓNIO CULTURAL – **Quinta de Valflores** [em linha]. Lisboa : DGPC – Direcção Geral do Património Cultural. [Consult. Setembro 2019] Disponível em WWW:<URL: <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/73231>>.

SIPA. Sistema de Informação para o Património Arquitectónico – **Palácio de Valflores**, IPA 00006316. [em linha]. Sacavém: Direcção Geral do Património Cultural, 2001. [Consult. Abril 2019]. Disponível em WWW:<URL: [http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=6316](http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=6316)>.

SIPA. Sistema de Informação para o Património Arquitectónico – **Igreja Paroquial de Santa Iria de Azóia / Igreja de Santa Iria**, IPA 00005233. [em linha]. Sacavém: Direcção Geral do Património Cultural, 2001. [Consult. Setembro 2019]. Disponível em WWW:<URL: [http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=5233](http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=5233)>.

TORRE DO TOMBO – **Processo de Joana Inácia** [em linha]. 1808, Lisboa: DGARQ – Direcção Geral de Arquivos. [Consult. Maio 2019] Disponível em WWW:<URL: <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=4168710>>.



**ANEXOS**



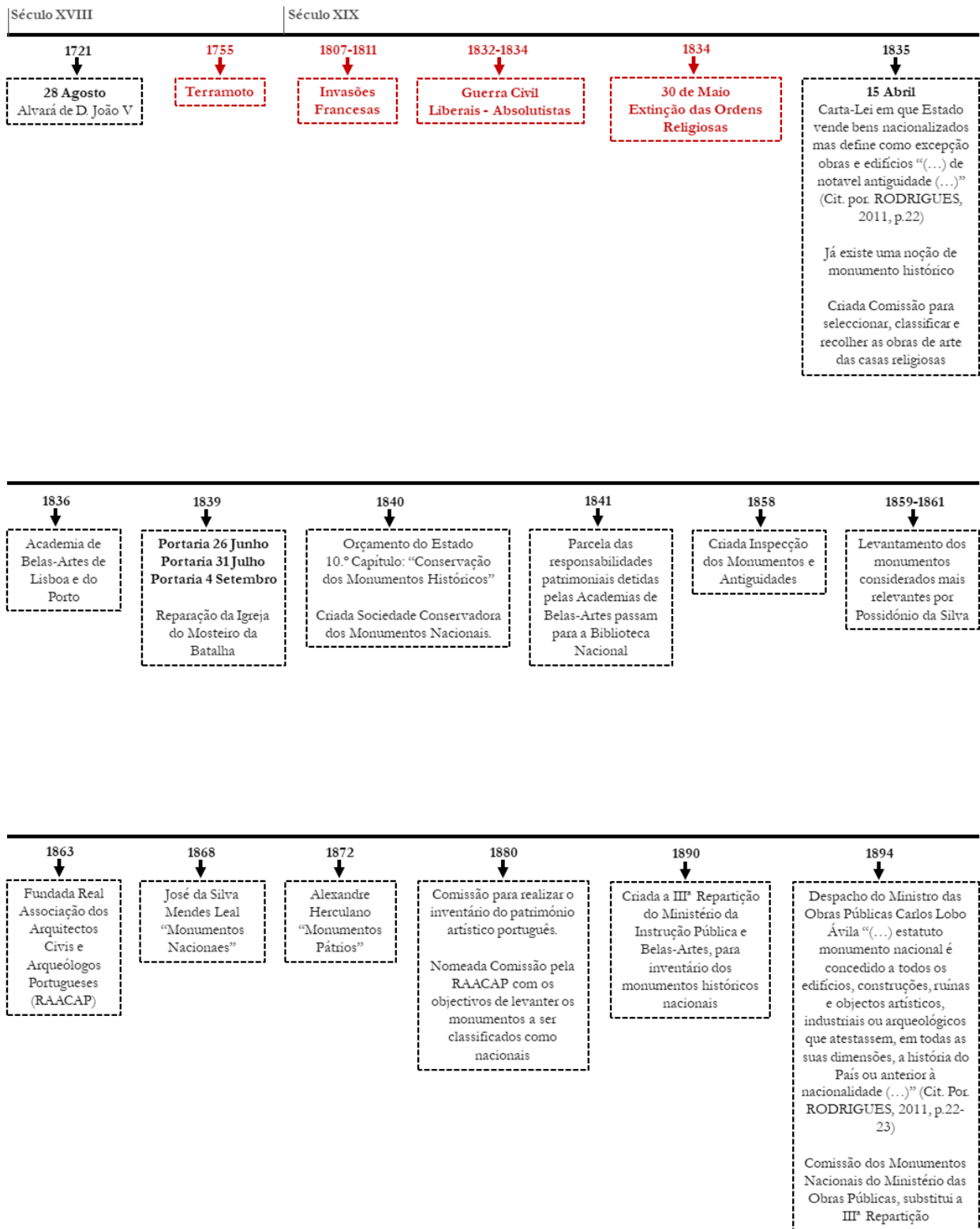
## A. Comparação entre Cartas Patrimoniais

	CARTA DE ATENAS	CARTA DE VENEZA	CARTA DE CRACÓVIA 2000
Ano	1931	1964	2000
Aplicação	Protecção de Monumentos	Monumentos Históricos Criação arquitectónica isolada Sítio rural ou urbano com significado cultural	Património Arquitectónico Património Urbano Património Paisagístico
Objectivo	Abandonar as reconstituições integrais e evitar os seus riscos	Conservação e Restauro Salvaguardar a Obra de Arte e Testemunho Histórico	Conservação do Património e Monumentos que possuem valores que se alteram com o tempo
Tipos de Intervenção	"emprego sensato" das técnicas modernas Elementos resistentes devem ser dissimulados	Técnicas modernas quando as técnicas tradicionais se revelem inadequadas	Controlo do Meio Ambiente Manutenção, Reparação, Restauro, Renovação e Reabilitação Ao incorporar elementos espaciais e funcionais novos, estes devem exprimir a linguagem da arquitectura actual REVERSABILIDADE: assegurar compatibilidade e hipótese de retirar os elementos novos sem prejuízo Estimular conhecimento das técnicas tradicionais
Ideias de Conservação	Manutenção regular e permanente dos edifícios	Manutenção permanente Adaptação com função útil à sociedade Conservação de um enquadramento adequado "à sua escala" (do monumento) <i>"O monumento é inseparável da História (...) e também do meio em que está situado"</i>	
Ideias de Restauro	Respeito pela obra histórica e artística do passado sem banir o estilo de nenhuma época Utilizações que respeitem o carácter histórico ou artístico A envolvente deve ser objecto de cuidados particulares (limpeza urbana/zona de protecção)	Respeito pela antiguidade e autenticidade Respeito pelos vários estilos de um monumento Elementos novos têm de se distinguir dos originais	Projecto de Restauro - devem participar todas as disciplinas pertinentes e coordenadas por alguém da área de conservação e restauro
Ideias de Reconstituição		Continuidade: tem de manter harmonia arquitectónica Modernidade: tem de acusar data da intervenção É precedido e acompanhado por estudo arqueológico e histórico	
Ideias de Reconstrução		<i>"Todo o trabalho de reconstrução deverá (...) ser excluído à partida"</i> Anastilose somente	Evitar. Excepção: partes muito limitadas, com significado arquitectónico, segundo exaustiva fundamentação <i>"A reconstrução total de um edifício, que tenha sido destruído por um conflito armado ou por uma catástrofe natural, só é aceitável se existirem motivos sociais ou culturais excepcionais, que estejam relacionados com a própria identidade da comunidade local."</i>
Ideias de Ruínas	Anastilose Enterro de ruínas para conservação, após estudo e levantamentos <i>"colaboração estreita do arqueólogo e do arquitecto"</i> Importante estudar as patologias Documentação Internacional		
Ideias de Património			Monumentos e edifícios com valor histórico <i>"devem analisar e respeitar todas as fases construtivas pertencentes a períodos históricos distintos"</i> Decoração arquitectónica, esculturas, elementos artísticos Cidades, aldeias históricas, paisagens <i>"Qualquer intervenção deve envolver todos os sectores da população e requer um processo de planeamento integrado, cobrindo uma ampla gama de actividades"</i>
Gestão			Adopção de regulamentos apropriados Caberá às comunidades adoptar os métodos FORMAÇÃO E EDUCAÇÃO MEDIDAS LEGAIS

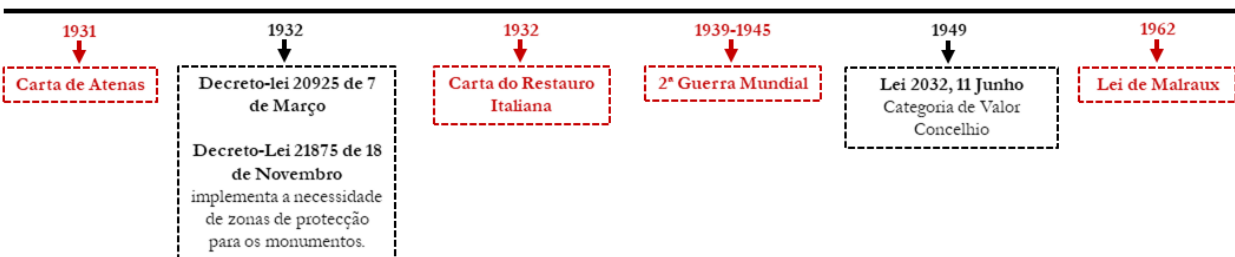
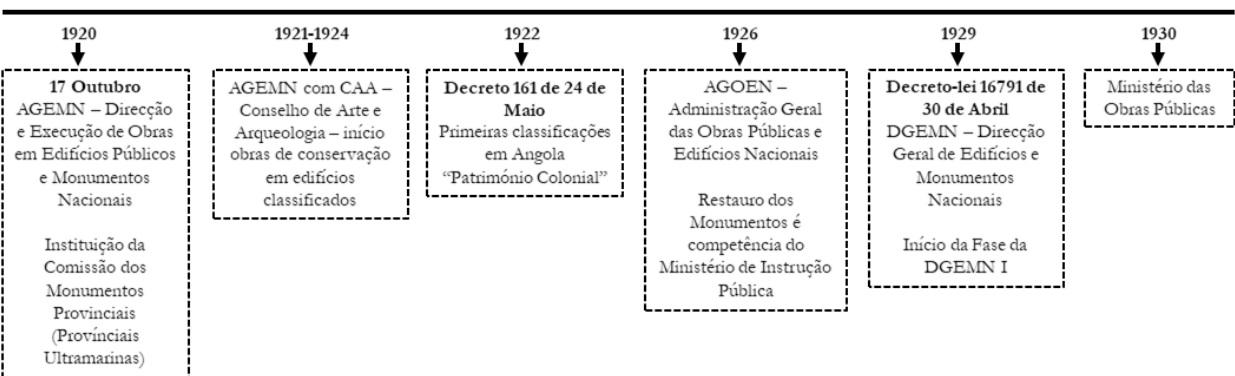
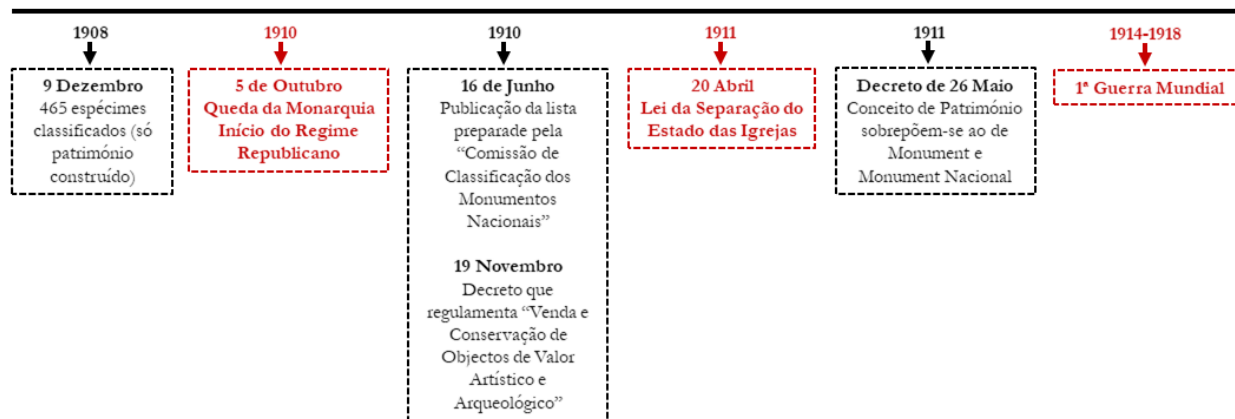
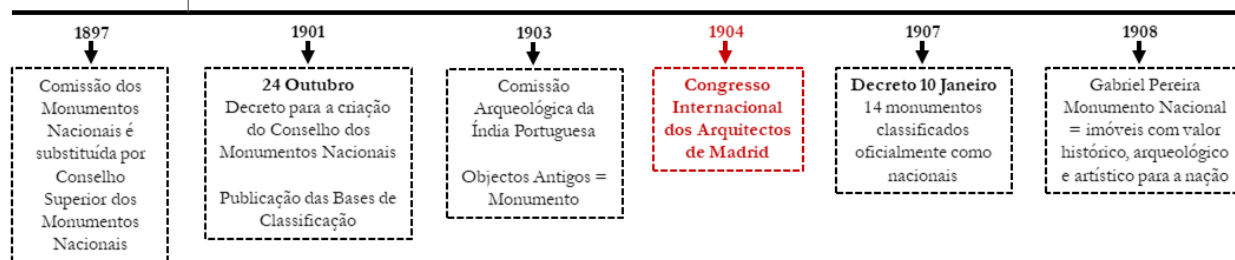


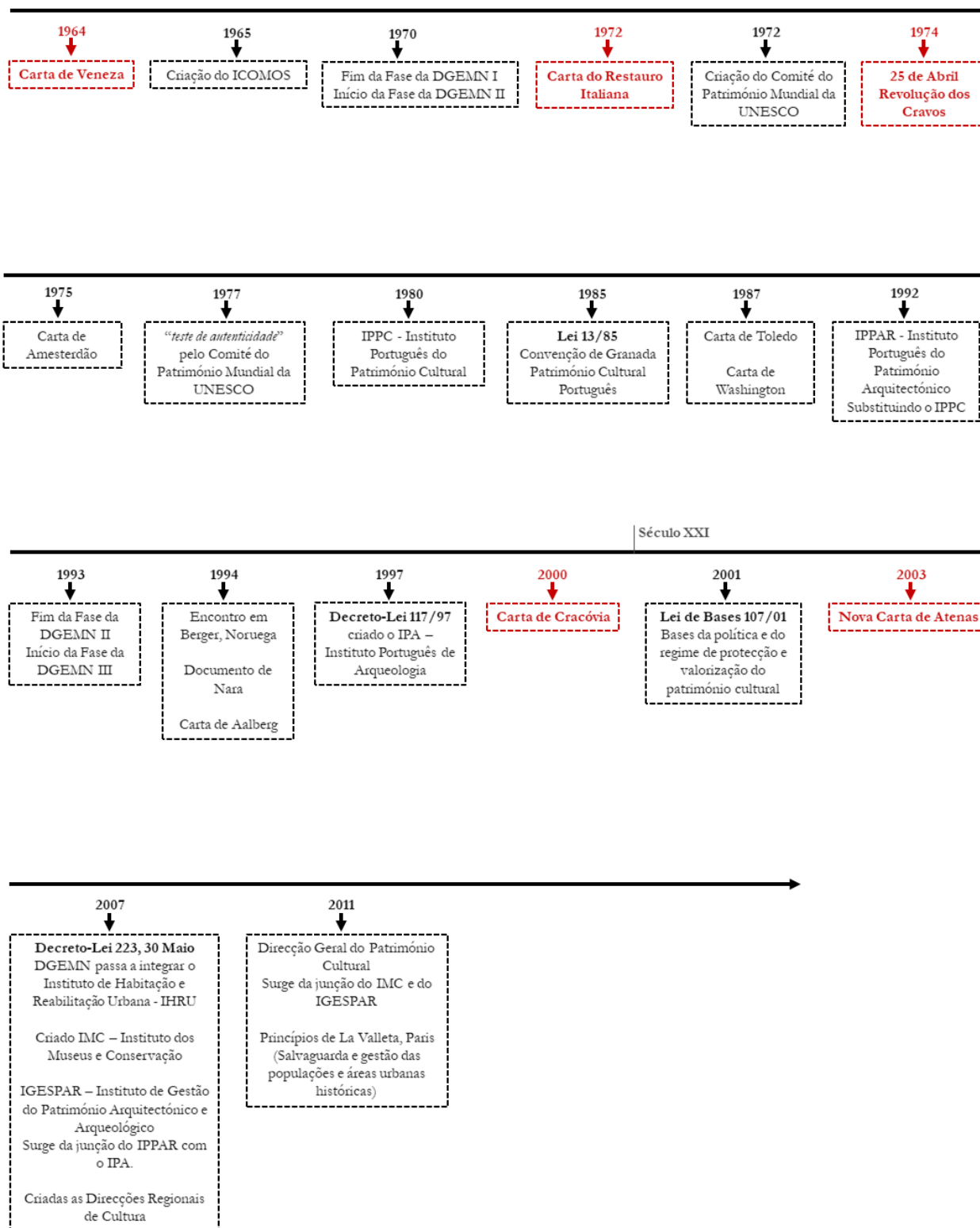
## B. Cronologia Patrimonial de Portugal

A vermelho acontecimentos históricos internacionais ou nacionais com impacto no contexto patrimonial português.



Século XX





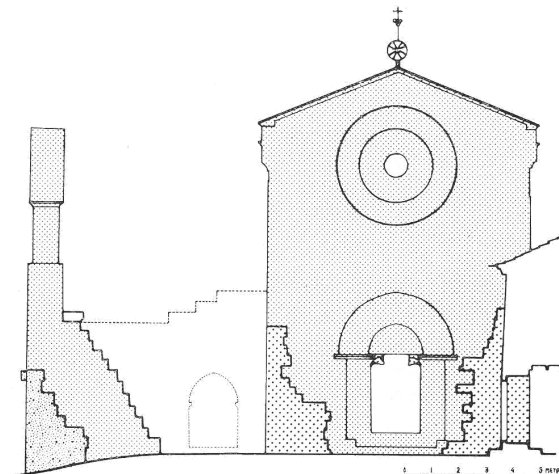
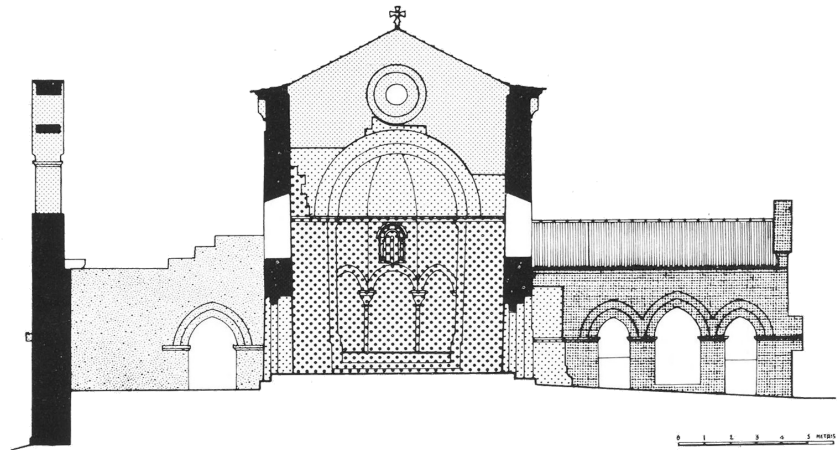
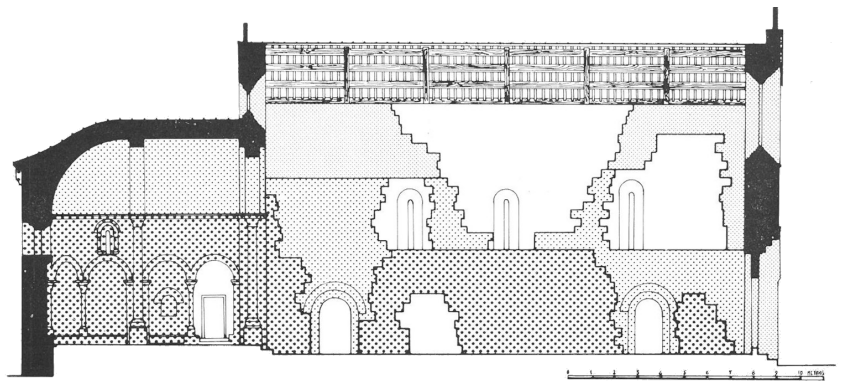
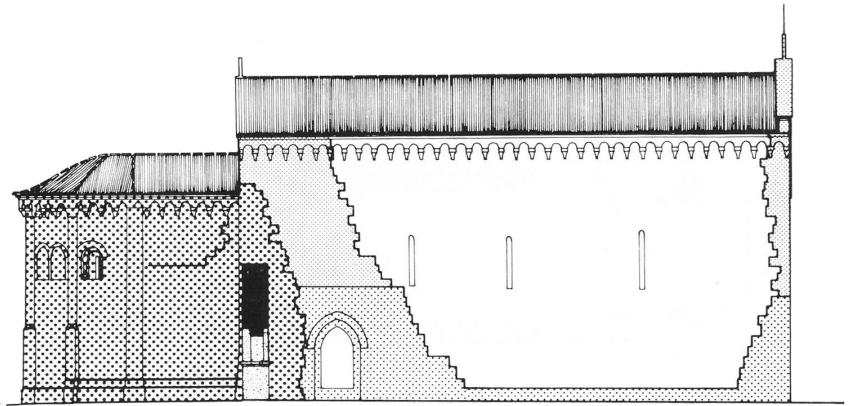


## C. Mosteiro de Roriz

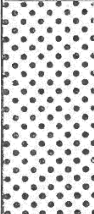

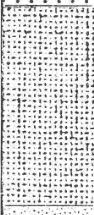
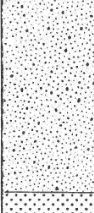
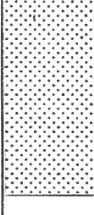
Primeiros estudos de paramentos em edifícios monumentais. In REAL e SÁ, 1982.



Acima: Mosteiro de São Pedro de Roriz, em 2012. In SIPA, 2019, IPA. 00005410.  
Link: [http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=5410](http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=5410).



Direita, de cima para baixo: Fachada norte, parede interior sul, cabeceira e anexos, fachada oeste e campanário. Representação das fases de construção.

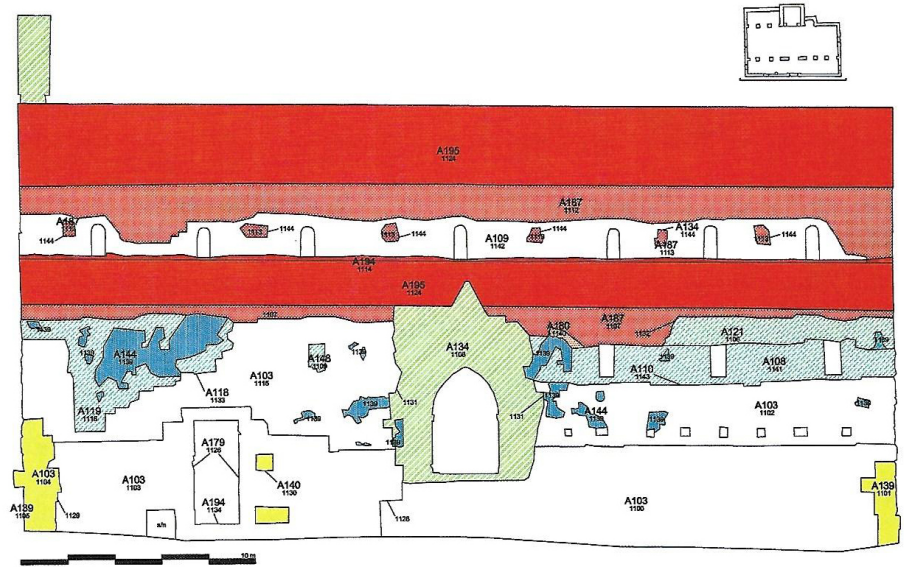
FASE	CRONOLOGIA	OBRAS EFECTUADAS
	1. <sup>a</sup> Fins do séc. XII	Construção da capela-mor. Abertura dos alicerces da nave; edificação do muro sul da mesma, até cerca de 4 m de altura.
	2. <sup>a</sup> Princípios do séc XIII	Consolidação das paredes da capela-mor e reconstrução da abóbada. Encosto de um contraforte no lado sul, pelo menos. Elevação dos muros laterais da nave, rectificando os prumos, e execução dos portais respectivos, em número de três.
	3. <sup>a</sup> Antes de 1225	Edificação do anexo sul, que agora serve de sacristia.
	4. <sup>a</sup> 1258	Construção da capela de S. <sup>ta</sup> Maria, no lado norte, da qual apenas resta uma pequena parte.
	5. <sup>a</sup> Finais do 3.º quartel do séc. XIII (?)	Acabamentos da empena sobre o arco triunfal. Execução das cornijas da nave. Elevação da fachada oeste. Construção da torre sineira.
	Res- tauro 1936 e 1971	Obras de consolidação e restauro. Os trabalhos mais sensíveis nos paramentos foram; a demolição e correcção de quase todo o muro norte da nave; a eliminação de duas portas no muro sul, ao nível do claustro e do coro alto; a reconstituição das frestas; e, finalmente, a consolidação da parte superior do muro sul.

**Esquerda:** Descrição das fases construtivas representadas.

## D. Arqueologia da Arquitectura - Outros Casos.

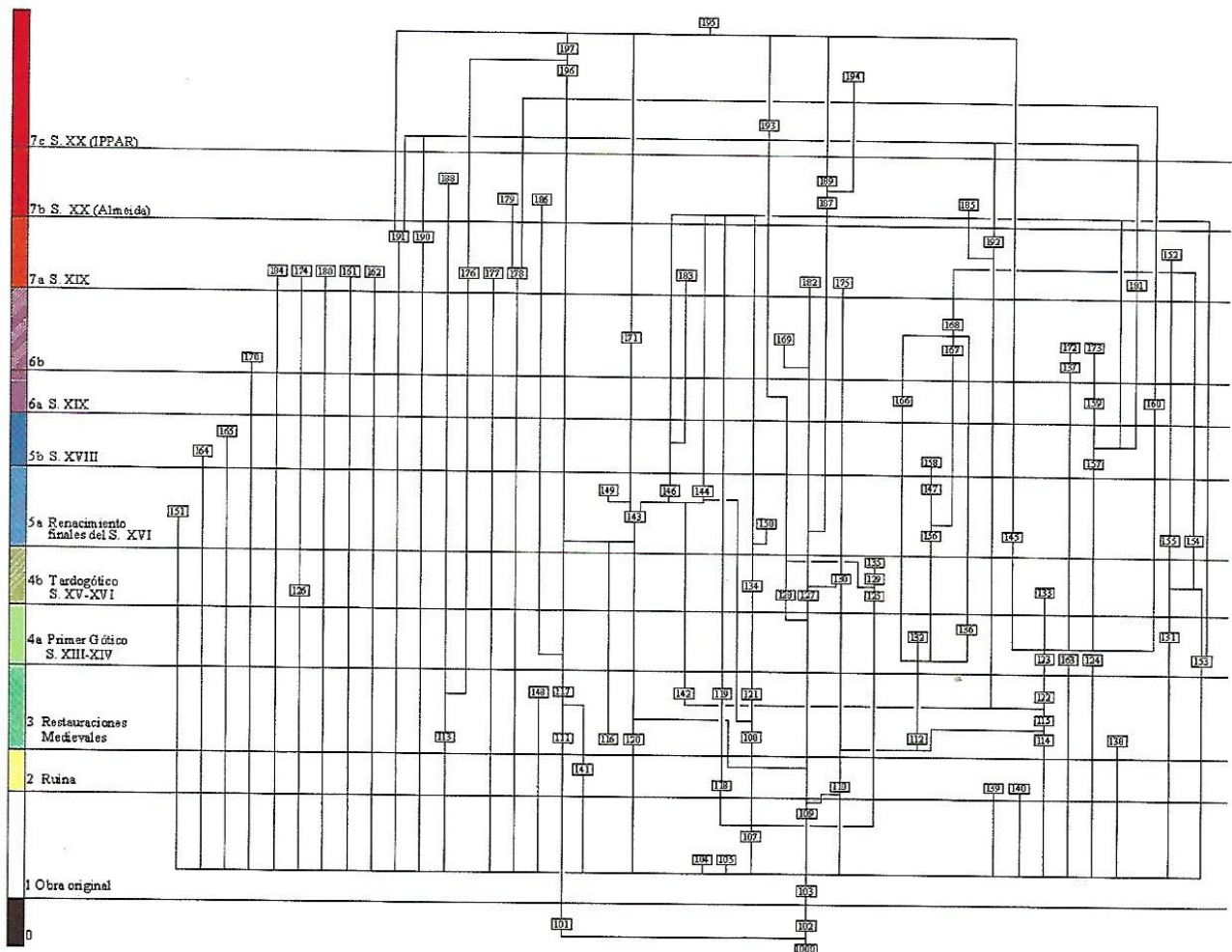
Para evitar o estudo exaustivo de casos que nos demonstram a aplicação da metodologia estratigráfica, optou-se por aqui reunir imagens / informações de outros, para o leitor mais interessado, que também representam melhor aplicações mais humildes, mas igualmente interessantes, realizadas em Portugal.

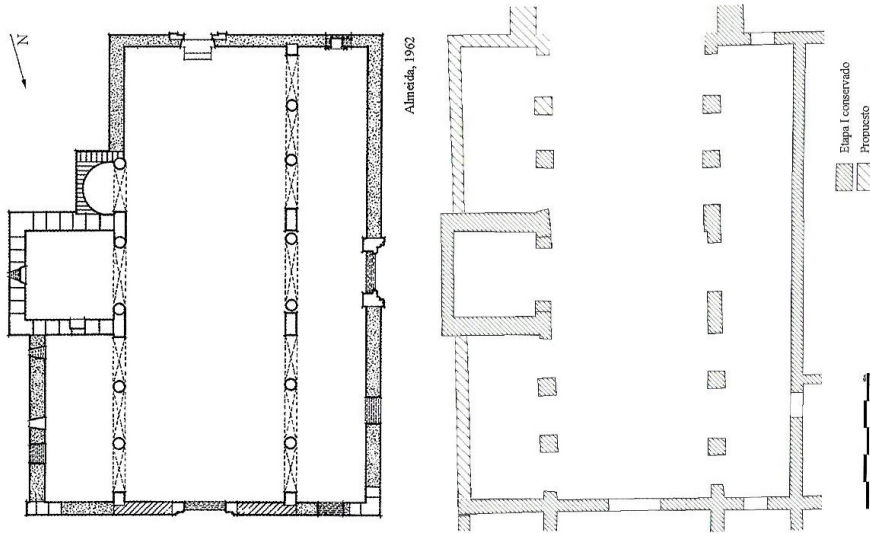
### D1. Catedral de Idanha-a-Velha - estudo de Luís Caballero Zoreda. (In ZOREDA, 2006)



Direita: Alçado Oeste com as actividades estratigráficas diferenciadas.

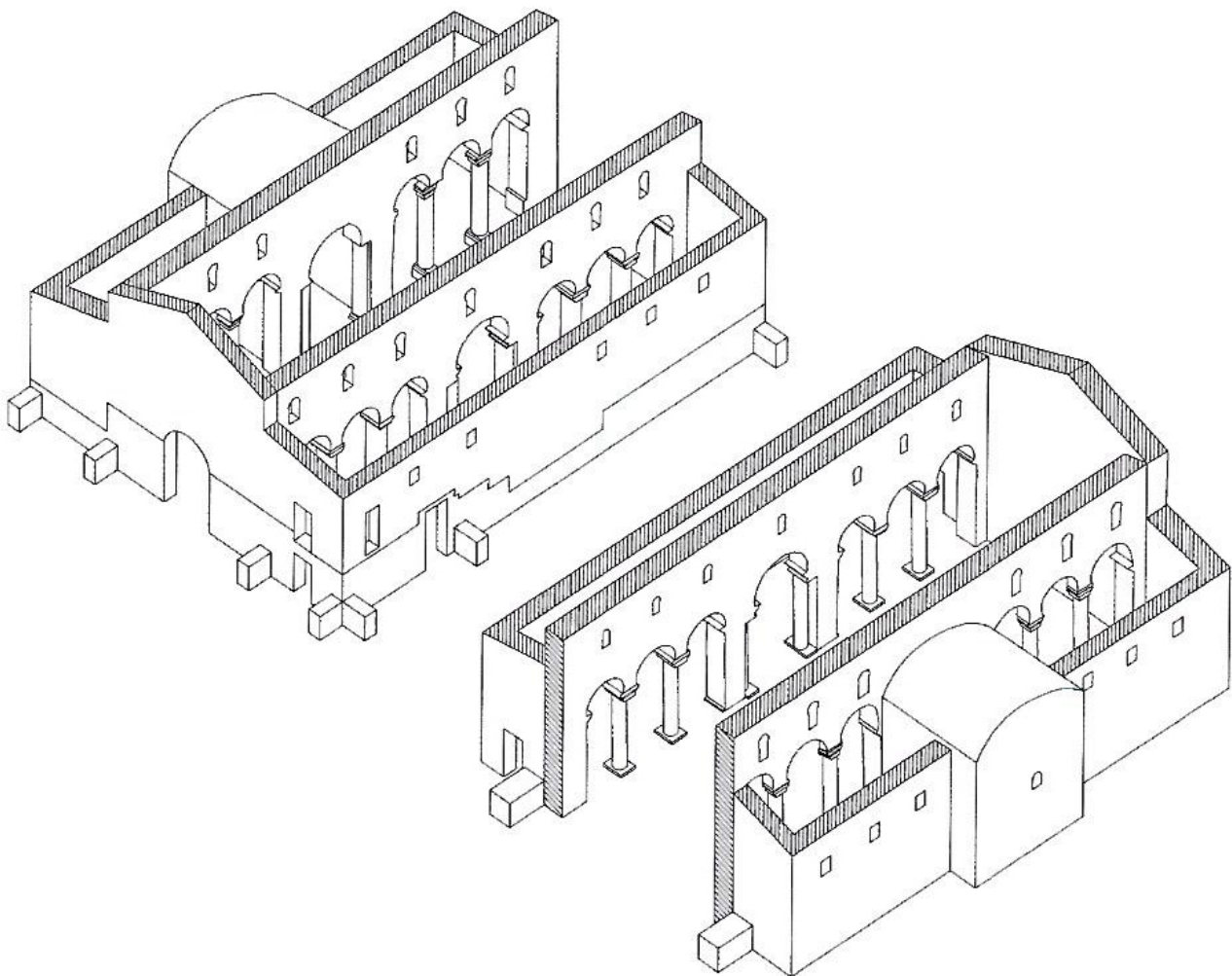
Abaixo: Diagrama correspondente da leitura estratigráfica da Catedral de Idanha-a-Velha.



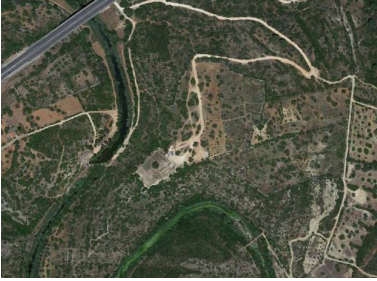


**Esquerda:** Comparação da planta da Catedral de Idanha-a-Velha por Fernando de Almeida (1962) e Caballero Zoreda (segundo o estudo da Arqueologia da Arquitectura).

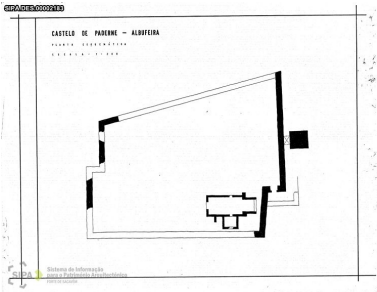
**Abaixo:** Reconstrução da Catedral segundo Caballero Zoreda.



## D2. Igreja de Paderne - estudo de Maria de Magalhães Ramalho. (In RAMALHO, 2014)



Localização do Castelo de Paderne na paisagem algarvia. (GOOGLE EARTH, 2019).



Planta do complexo do Castelo, incluindo a ermida. (SIPA, 2019, IPA. 00002602).



Ermida de Nossa Senhora da Assunção de Paderne. (Maria Ramalho, 2014).

A Ermida de Nossa Senhora da Assunção de Paderne, situada no complexo do Castelo de Paderne em Albufeira, foi alvo de um estudo de Arqueologia da Arquitectura por parte da arqueóloga Maria de Magalhães Ramalho em 2007<sup>1</sup>.

Alvo de Projecto de Recuperação no séc. XXI, promovido pelo IPPAR e pela Direcção Regional de Faro, este Imóvel classificado como de Interesse Público, foi alvo de um estudo prévio dos paramentos, tendo como base um conjunto de fotografias rectificadas da igreja datadas de 1999.

O estado de ruína do imóvel possibilitou à análise estratigráfica de paramentos que aqui beneficiou da queda acentuada de revestimentos, quer interiores quer exteriores.

Não nos querendo alargar muito, o propósito deste caso será apresentarmos um tipo de leitura mais simples que, muitas vezes, também se realiza em Portugal, no caso de imóveis mais humildes e que não usufruem de grande divulgação cultural.

Para finalizar, deixamos enumeradas abaixo as Etapas construtivas, detectadas pelo estudo realizado:

Etapa 1: Existência de um templo singelo, encostado à muralha;

Etapa 2: Consagra-se a Ermida com capela-mor coberta por telhado de madeira;

Etapa 3: A capela-mor é abobadada e contrafortada. É edificado um novo corpo com uma porta e dois altares laterais;

Etapa 4: Entaipam-se os altares, é realizado um novo reboco e a abertura da porta a Sudeste;

Etapa 5: Construção de dois contrafortes triangulares;

Etapa 6: Corresponde à última fase de utilização do edifício, onde se constrói um anexo;

Etapa 7: O imóvel encontra-se em ruína - após 1858;

Etapa 8: Restauros da DGEMN realizados durante os anos 80 do século XX;

Etapa 9: Restauro promovido pelo IPPAR e pela Direcção Regional de Cultura do Algarve.

<sup>1</sup> Aproveito para aqui agradecer à arq. Maria pela partilha do estudo realizado de forma a aqui poder ser apresentado.



**Esquerda:** Unidades Estratigráficas identificadas no exterior da fachada principal da Ermida.

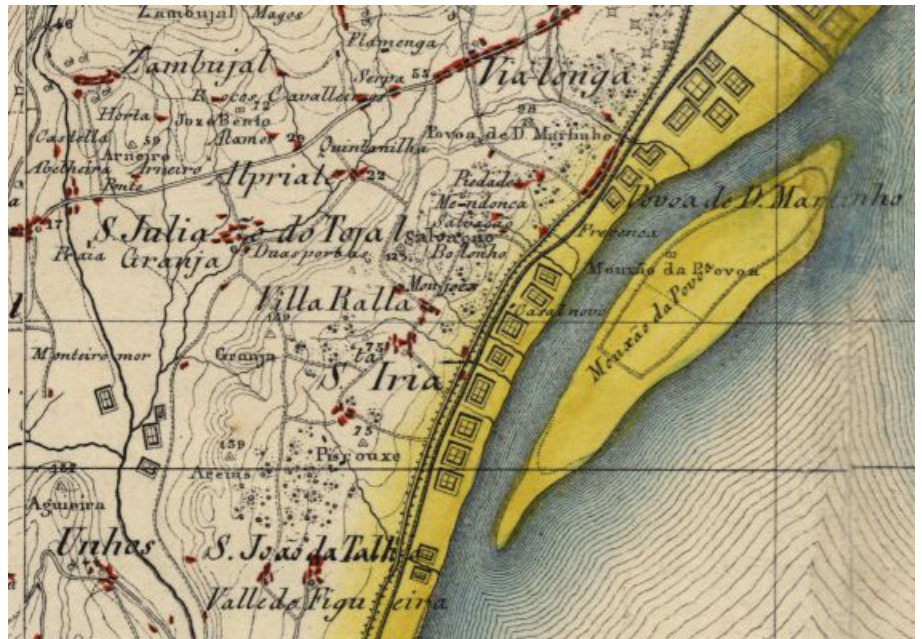


**Esquerda:** Unidades Estratigráficas identificadas no interior da fachada principal da Ermida.





## E. Cartografia - Quinta de Valflores.



Direita: Extracto da Carta Chorographica dos Terrenos em volta de Lisboa - 1814. (BIBLIOTECA NACIONAL, 2018).

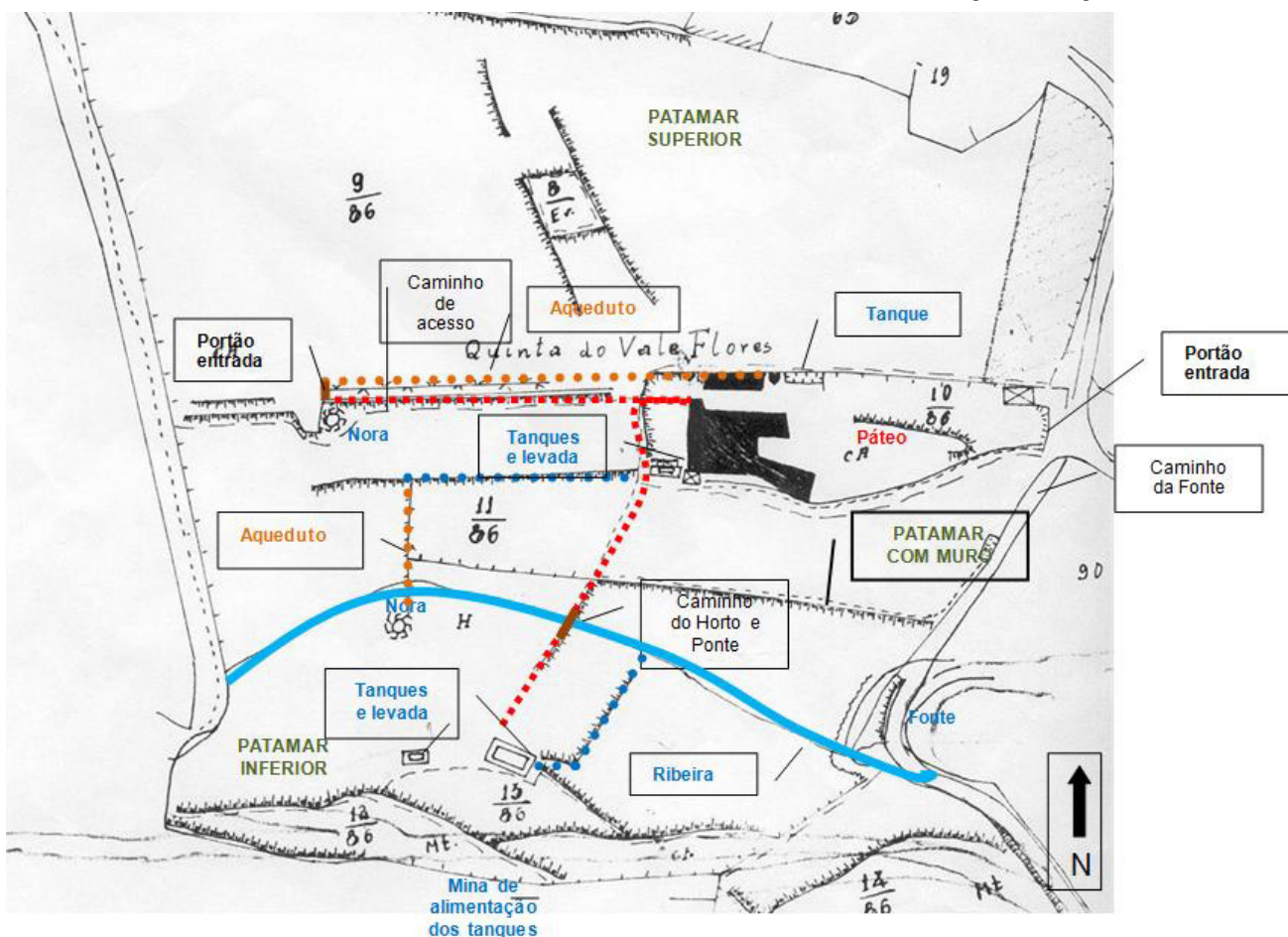


Direita: Extracto de uma Carta de 1898. Disponibilizada por Luís Mateus.



Esquerda: Extracto da Planta de Cadastro Rústico de 1951. Disponibilizada por Luís Mateus.

Em baixo: Implantação da Quinta de Valflores - Palácio e seus elementos. Disponibilizada por Maria Ramalho.





**Direita:** Extracto da Carta Militar de Portugal do Instituto Cartográfico do Exército de Loures - 1965. Disponibilizada por Luís Mateus.



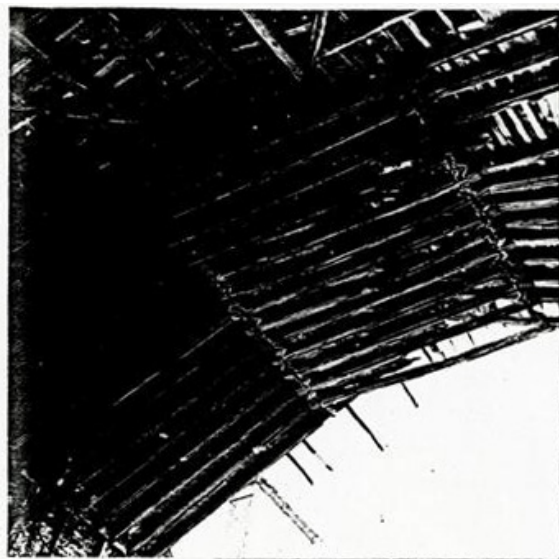
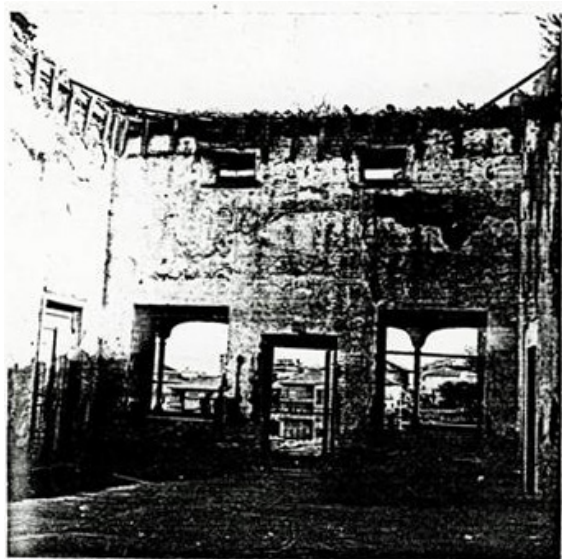
**Direita:** Fotografia aérea 1995 - SPAL. Disponibilizada por Luís Mateus



## F. Registos Fotográficos - Quinta de Valflores.

Quinta de Valflores: Processo Administrativo, 1978, ID: PT DGEMN:DSID-001/011-012-1691/8. In SIPA, 2019, IPA.00006316.

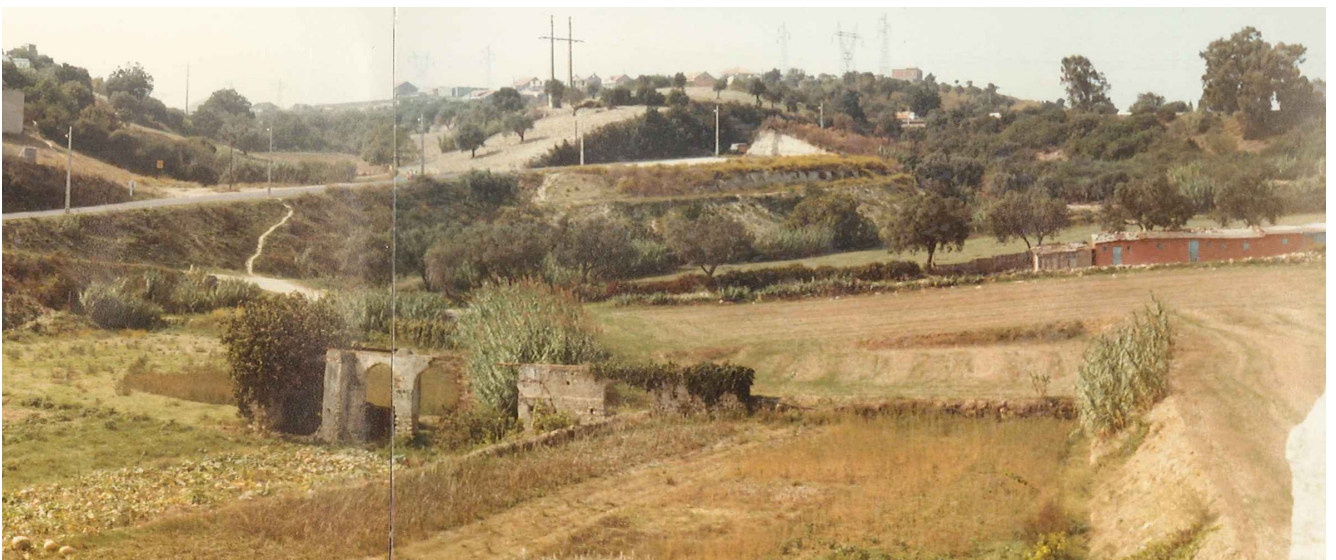




Fotos do Arquivo da ADPAC - século XX.









G. Levantamento da Quinta Valflores - 28 de Fevereiro de 2018









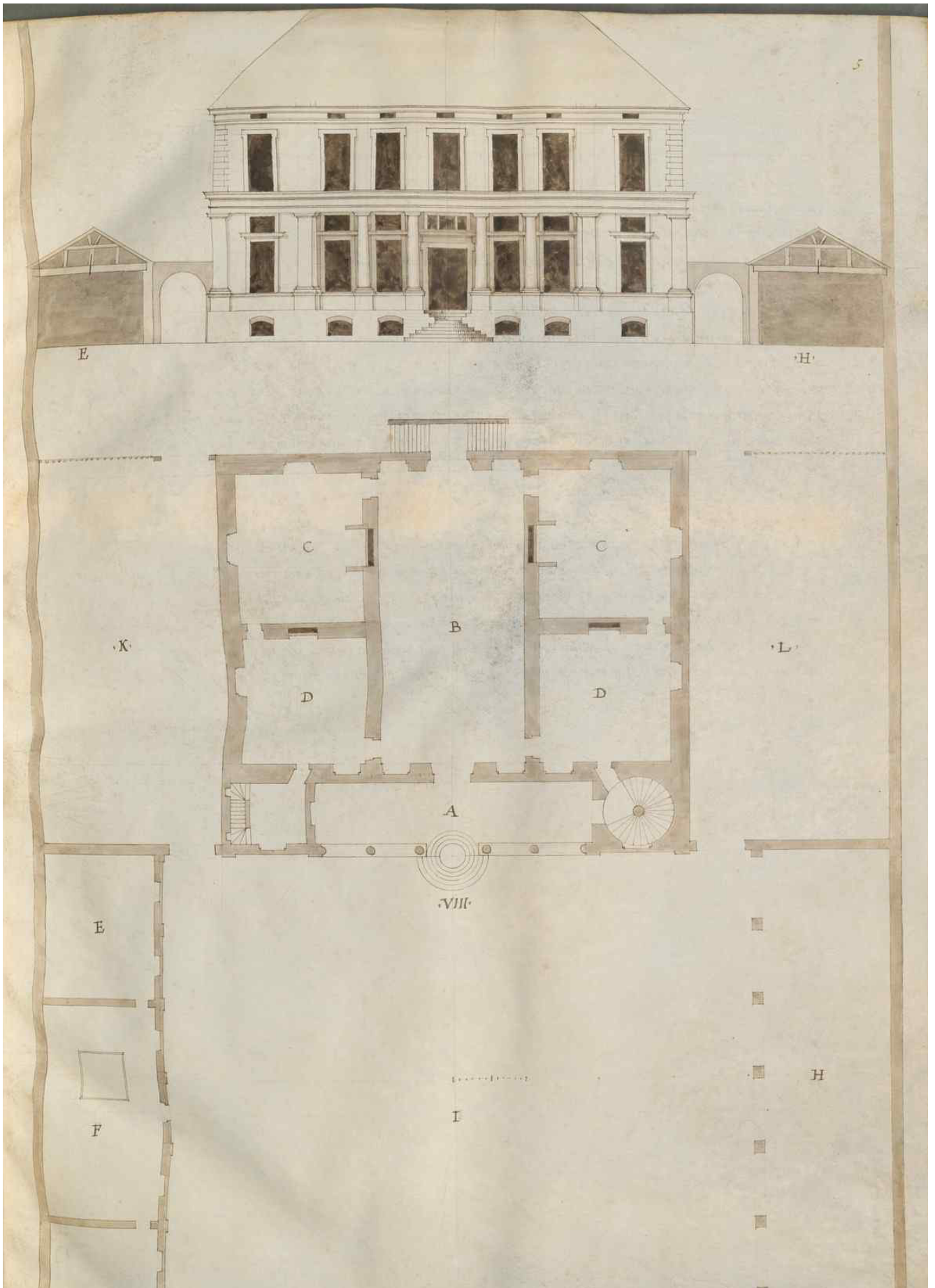
## H. Levantamento da Quinta Valflores - 22 de Maio de 2019





# I. Villa Ideal por Sebastiano Serlio

In SERLIO, Sebastiano, Sixth Book on Architecture: On Habitations in and outside the Cities. Site: <https://www.wdl.org/en/item/8968/>.





## J. Paço de São Miguel em Évora - Fundação Eugénio de Almeida

Fotos do arq. Pedro Pacheco.

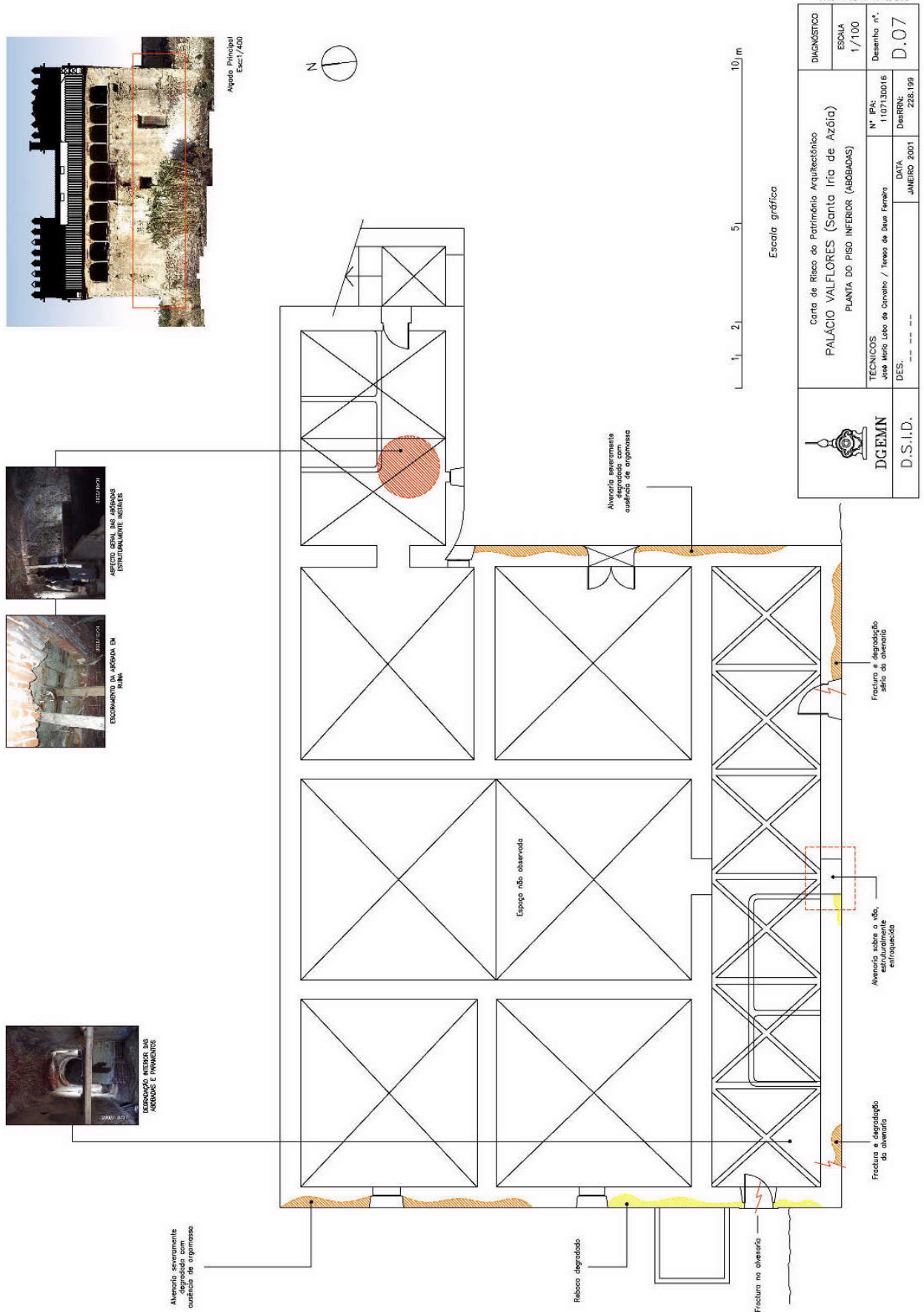




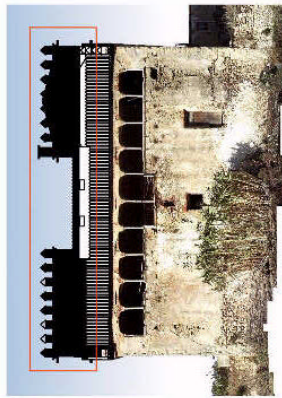
## K. Carta de Risco do Património Arquitectónico - Palácio de Valviores

Estudo realizado pela DGEMN, pelos técnicos José de Carvalho e Teresa Ferreira.

In MATEUS, Luís. Palácio de Valviores. Lisboa. Instituto Superior Técnico da Universidade Técnica de Lisboa. 2007. 54 f. Trabalho Curricular







Alçada Principal Esc:1/400



Degradação da superfície interior do Torreão A NOROESTE



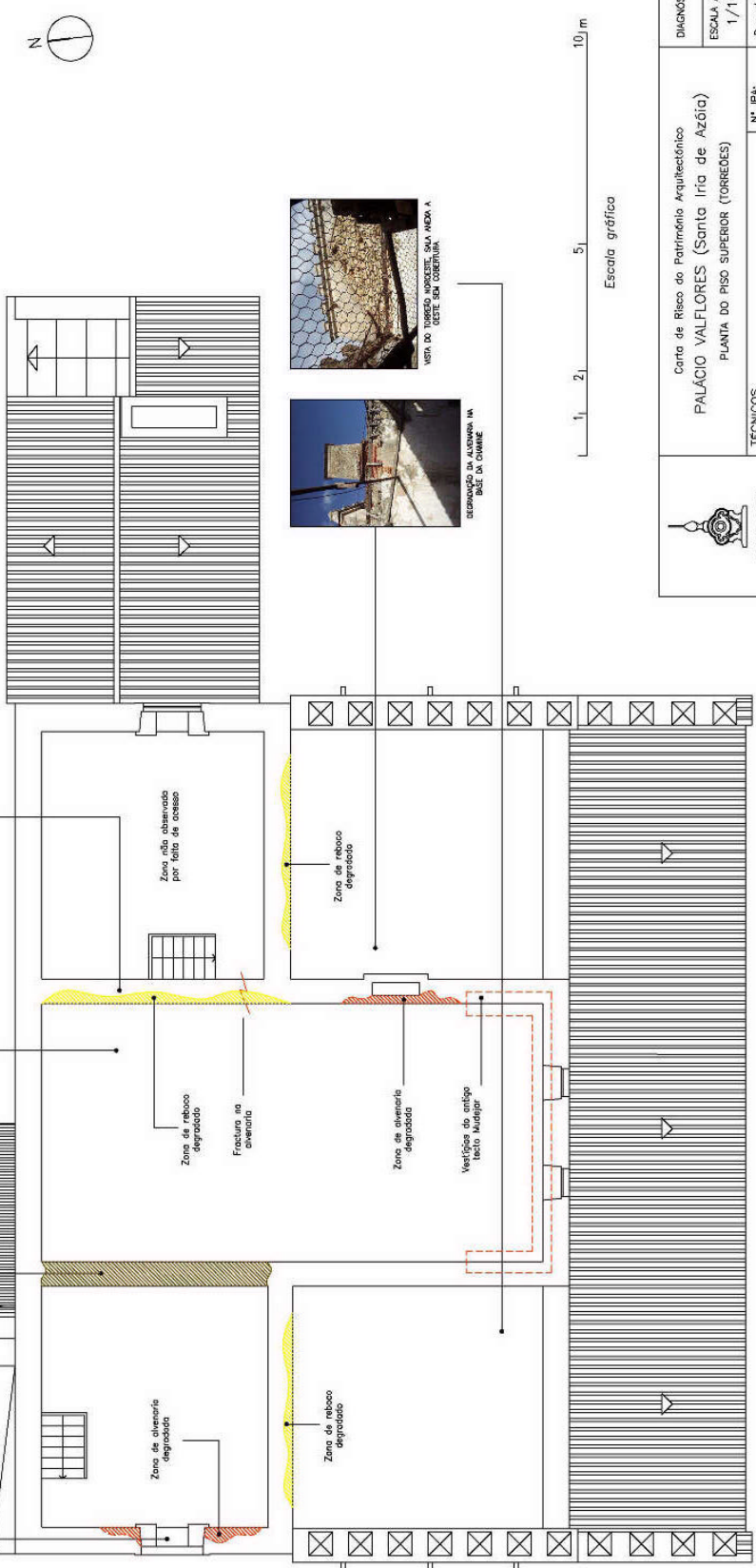
Aspecto do salão, através sem cobertura (Alçada 1st)



Falha da superfície do Torreão A NOROESTE



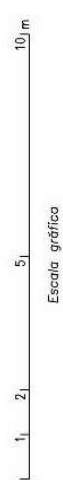
Ausência do pavimento interior



Vista do Torreão NOROESTE, S.M.A. MOVA A OESTE SEM COBERTURA

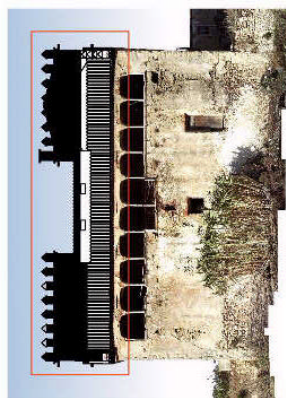


Degradação da alvenaria na base do domo



Escala gráfica

<p>D.G.E.M.N. D.S.I.D.</p>	<p>Carta de Risco do Património Arquitectónico <b>PALÁCIO VALFLORES (Santa Iria de Azóia)</b> PLANTA DO PISO SUPERIOR (TORREDES)</p>	<p>DIAGNÓSTICO ESCALA APROX. 1/100 Desenho nº. <b>D.05</b></p>
	<p>TECNICOS José Maria Lobo de Carvalho / Teresa de Deus Ferreira N.º IPA: 1107130016 DesRRN: 228.197</p>	<p>DATA JANEIRO 2001</p>



Alçado Principal  
Ect1/400



TORREDO A NOROCCENTE E COBERTURA DO ANEXO (L.513)



TORREDO A NOROCCENTE COM COBERTURA SECUNDARIA E ALTOVARA



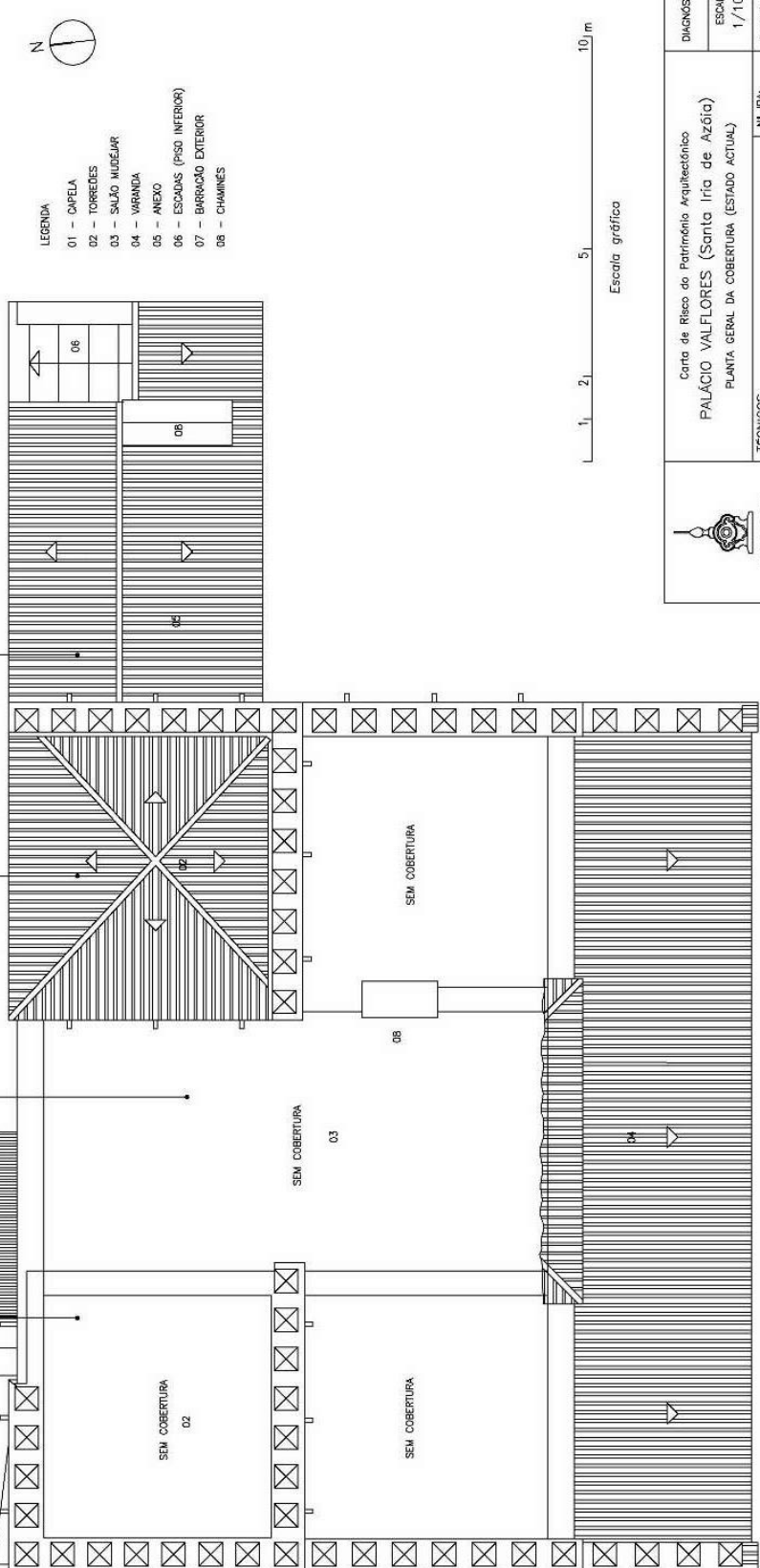
SALA SEM COBERTURA E TORREDO A NOROCCENTE



TORREDO A NOROCCENTE SEM COBERTURA

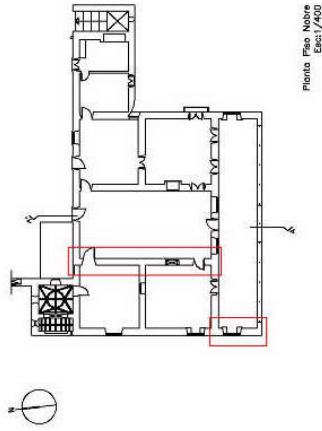


CAPELA E TORREDO A NOROCCENTE SEM COBERTURA



- LEGENDA
- 01 - CAPELA
  - 02 - TORREDES
  - 03 - SALÃO MUEJLAR
  - 04 - VARANDA
  - 05 - ANEXO
  - 06 - ESCADAS (PISO INFERIOR)
  - 07 - BARRAÇÃO EXTERIOR
  - 08 - CHAMINES

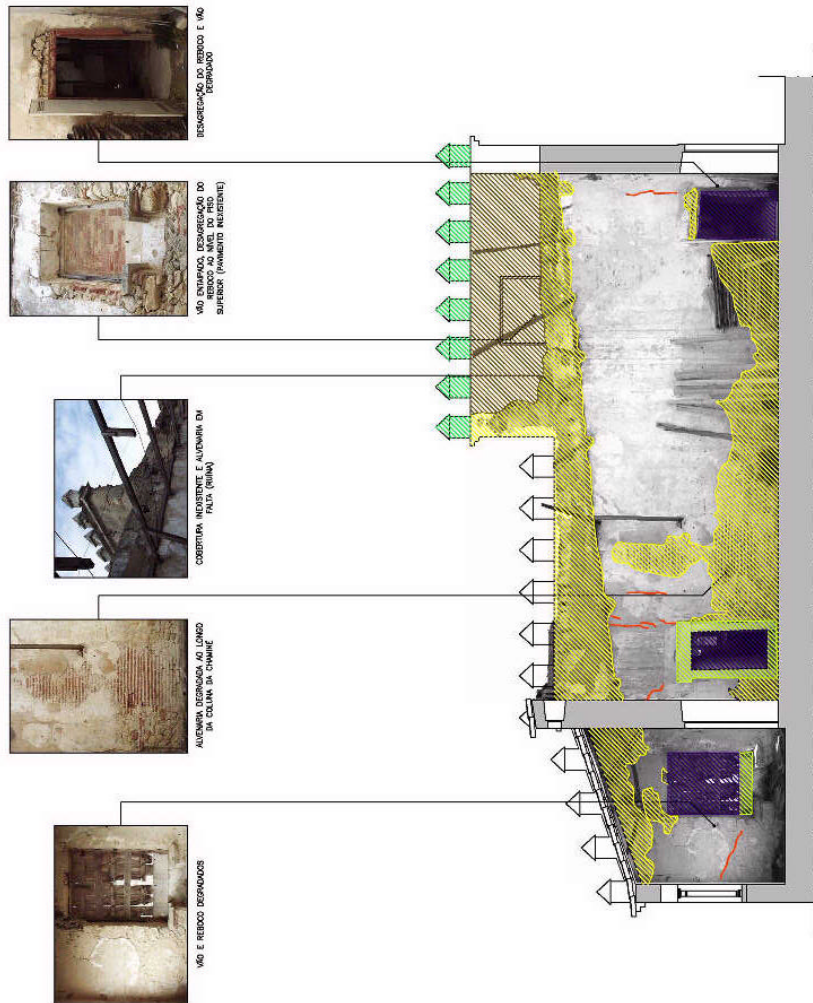
<p>D.G.E.M.N.</p> <p>D.S.I.D.</p>	<p>Carta de Risco do Património Arquitectónico</p> <p>PALÁCIO VALFLORES (Santa Iria de Azóia)</p> <p>PLANTA GERAL DA COBERTURA (ESTADO ACTUAL)</p>	<p>DIAGNÓSTICO</p> <p>ESCALA</p> <p>1/100</p>
	<p>TECNICOS</p> <p>João Afonso Lobo de Carvalho / Tereza de Deus Pereira</p> <p>N.º PA: 1107130016</p> <p>DES. DATA</p> <p>JANEIRO 2001</p>	<p>Desenho n.º</p> <p>D.04</p>



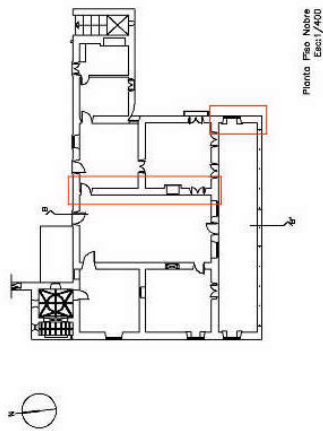
QUANTIFICAÇÃO DAS MATERIAS	AREA	UNIDADES
AREA TOTAL DE REBOCO	7841 M2	---
AREA TOTAL DE CANTARIA	3.31 M2	---
AREA TOTAL DE BIRNADO (TELHA)	---	---
QUANTIFICAÇÃO DAS PATOLOGIAS	AREA	UNIDADES
AREA DE REBOCO DEGRUADO	2802 M2	---
AREA DE ALVENARIA DEGRUADA	---	---
AREA DE ALVENARIA EM FALTA	7.34 M2	---
ACUMULAÇÃO DE VEGETAÇÃO	---	---
MEIOLES (ALVENARIA REBUCADA)	---	0
VÁZIOS DEGRUADOS	5.46 M2	---
REBUCAGEM NA ALVENARIA	6.22 ML	---

Escala grafica  
1: 1 2: 5 10: 100 m

 DGEMN D.S.I.D.	Centro de Risco do Património Arquitectónico PALÁCIO VALFLORES (Santuário Irá do Azóic) LEVANTAMENTO METRICO RECTIFICADO DOS ALÇADOS INTERIORES CORTE AA'	N.º IPA: 1107130016 DesRRN: 228.200	N.º 1/100 Desenho n.º D.08
	TÉCNICOS José Maria Lobo de Carvalho / Teresa de Deus Ferreira DES:	DATA JANEIRO 2001	RSI/Conto de Risco 2001



- AREA TOTAL DE CANTARIA
- REBOCO DEGRUADO
- ALVENARIA EM FALTA
- MEIOLES
- VÁZIOS DEGRUADOS
- REBUCAGEM NA ALVENARIA



Planta Piso Nobre  
Esc: 1/400



INTERIOR DA COBERTURA COM ESTRUTURA DE MADEIRA ENTREVIGADA



ACUMULAÇÃO DE DEBRUXOS



COBERTURA INDEBENTE E ESTADO DO TECTO  
MUSEUM DA ROMA



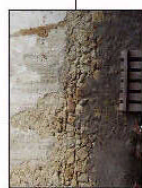
CHIMNEU ESTRUTURALMENTE  
DANIFICADO E PRESENÇA DE  
INSTAÇÃO NA BASE



IMPACTO DA FALTA E ABANDONO  
COM INCLUSÃO DE TEBELOS



FISSURAS VERTICAIS NA ALVENARIA



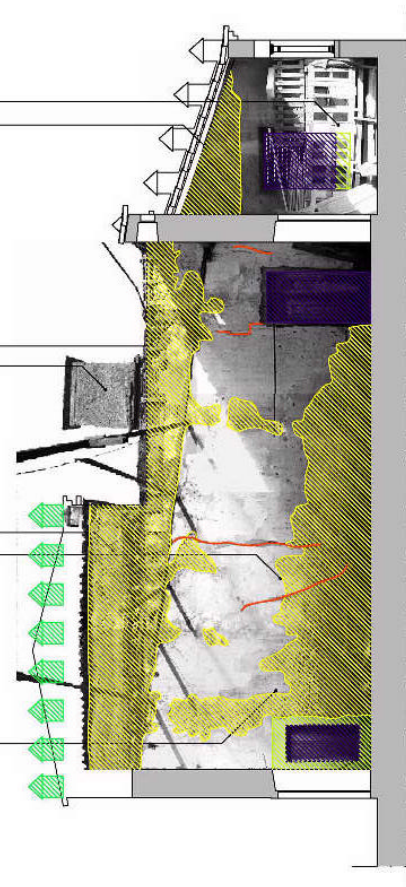
DEGRADAÇÃO DO REBOCO

QUANTIFICAÇÃO DAS MATERIAS	AREA	UNIDADES
AREA TOTAL DE REBOCO	71,86 M2	---
AREA TOTAL DE CANTARIA	1,86 M2	---
AREA TOTAL DE BIRRODO (TELHA)	5,92 ML	---

QUANTIFICAÇÃO DAS PATOLOGIAS	AREA	UNIDADES
AREA DE REBOCO DEGRADADO	34,78 M2	---
AREA DE ALVENARIA DEGRADADA	---	---
AREA DE ALVENARIA EM FALTA	---	---
ACUMULAÇÃO DE VEGETAÇÃO	---	---
MEIOLOS (ALVENARIA REBODADA)	8	---
VAZOS DEGRADADOS	6,02 M2	---
FISSURAS NA ALVENARIA	6,17 ML	---

Escala gráfica  
1 2 5 10 100 m



REBOCO DEGRADADO

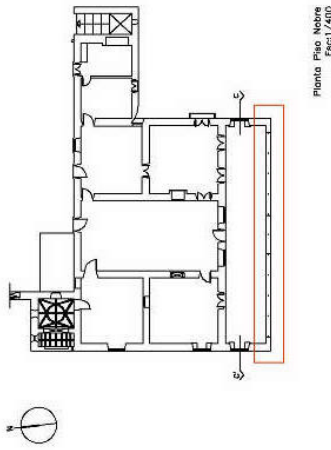
MEIOLOS (ALVENARIA REBODADA)

VAZOS DEGRADADOS

FISSURAS NA ALVENARIA

 DGEMN D.S.I.D.	Carto de Risco do Património Arquitectónico PALÁCIO VALLORES (Santo Iria de Azeitão) LEVANTAMENTO MÉTRICO RECTIFICADO DOS ALÇADOS INTERIORES CORTE BB'		DIAGNÓSTICO ESCALA 1/100 Desenho n.º D.09
	TÉCNICOS João André Lobo de Carvalho / Tereza de Deus Pereira DES.	N.º IPA: 1107130016 DesRRN: 228-201	DATA JANEIRO 2001

DSR/Orç do Risco 2001



Planta Piso Nobre Estr./1ºº



REBOCO EM FAIXA, RESERVAÇÃO EM ALVENARIA



REBOCO EM FAIXA



CAPITELO RESERVADO EM NICHOS DE COLUNAS DE ALVENARIA



REBOCO EM FAIXA, RESERVAÇÃO EM ALVENARIA



ALVENARIA COM REBOCO EM FAIXA, RESERVAÇÃO EM ALVENARIA



ALVENARIA COM REBOCO EM FAIXA, RESERVAÇÃO EM ALVENARIA

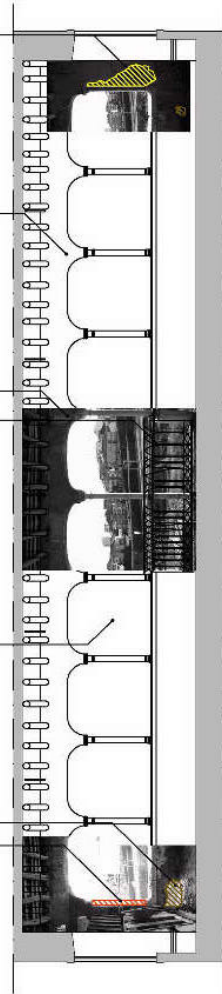


COLUNA EM FAIXA

QUANTIFICAÇÃO DOS MATERIAIS	ÁREA	UNIDADES
ÁREA TOTAL DE REBOCO	28.45 M2	---
ÁREA TOTAL DE CANTARIA	---	---
ÁREA TOTAL DE REBOCO (TELHA)	---	---

QUANTIFICAÇÃO DAS PATOLOGIAS	ÁREA	UNIDADES
ÁREA DE REBOCO DEGRADADO	0.39 M2	---
ÁREA DE ALVENARIA DEGRADADA	---	---
ÁREA DE ALVENARIA EM FALTA	0.28 M2	---
ACUMULAÇÃO DE VEGETAÇÃO	---	---
MELHORES (ALVENARIA REBOCADA)	---	---
VAZOS DEGRADADOS	---	---
FISSURAS NA ALVENARIA	---	---
COLUNAS DE CANTARIA EM FALTA	---	1



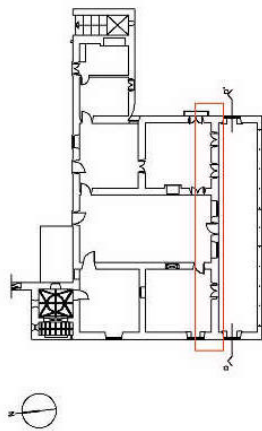
REBOCO DEGRADADO ALVENARIA EM FALTA COLUNAS DE CANTARIA EM FALTA

1 2 5 10 m

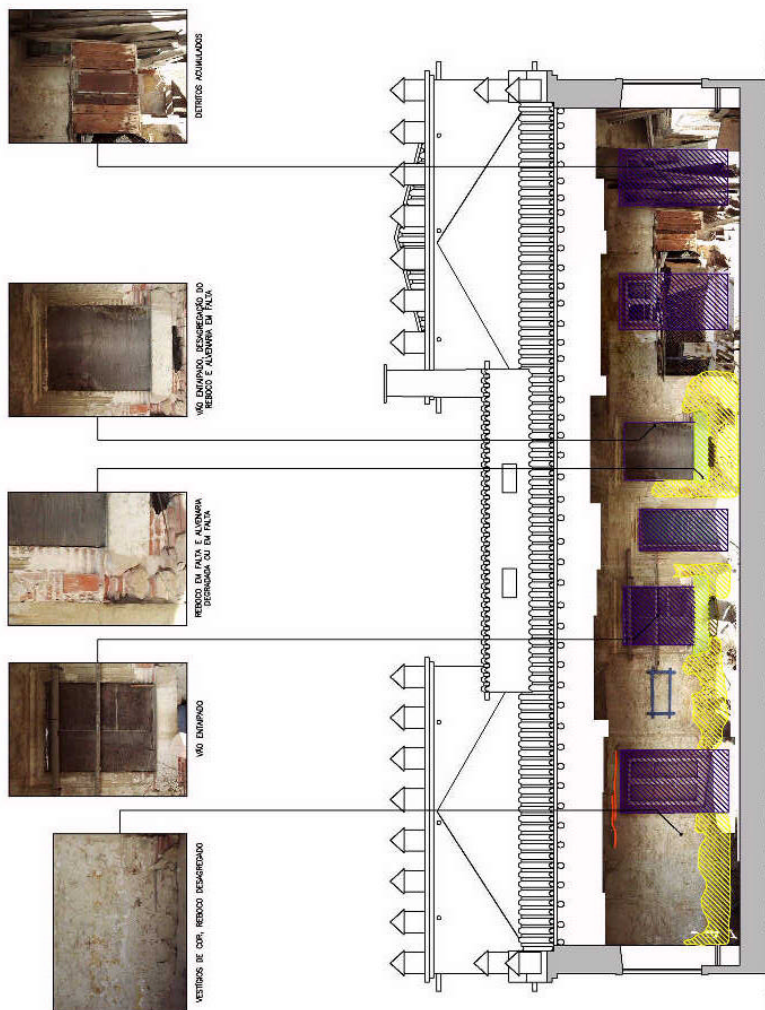
Escala gráfica



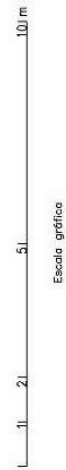
Carta de Risco do Património Arquitectónico <b>PALÁCIO VALFLORES (Santa Iria de Azeitão)</b> LEVANTAMENTO MÉTRICO RECTIFICADO DOS ALÇADOS INTERIORES CORTE CC'		DIAGNÓSTICO ESCALA 1/100 Desenho n.º <b>D.10</b>
TECNICOS José Maria Lobo de Carvalho / Tereza de Deus Fereira	N.º IPA: 1107130016	DATA JANEIRO 2001
DES.	DESERRN: 228-202	



Piso Nobre  
Ect/400



QUANTIFICAÇÃO DAS MATERIAS	AREA	UNIDADES
AREA TOTAL DE REBOCO	74.49 M2	---
AREA TOTAL DE CANTARIA	1.09 M2	---
AREA TOTAL DE BIRRAO (TELHA)	---	---
QUANTIFICAÇÃO DAS PATOLOGIAS	AREA	UNIDADES
AREA DE REBOCO DESPARADO	6.67 M2	---
AREA DE ALVENARIA DESPARADA	---	---
AREA DE ALVENARIA EM FALTA	0.25 M2	---
ACUMULAÇÃO DE VEGETAÇÃO	---	---
MEIORES (ALVENARIA REBORDA)	---	---
Vãos degradados	20.66 M2	---
FISURAÇÃO NA ALVENARIA	2.83 ML	---



 DGEMN D.S.I.D.	TÉCNICOS: João André Lobo de Carvalho / Teresa de Deus Pereira	Nº PA: 1107130016	DIAGNÓSTICO ESCALA 1/100
	DES.: ---	DATA: JANEIRO 2001	Desenho nº: D.11
Carto de Risco do Património Arquitectónico PALÁCIO VALFLORES (Santo Iria do Azóeiro) LEVANTAMENTO MÉTRICO RECTIFICADO DOS ALÇADOS INTERIORES CORTE DO'		DESERRN: 228-203	DISO/Corto de Risco 2001



Alçado Métrico Rectificado

QUANTIFICAÇÃO DOS MATERIAIS E ELEMENTOS	ÁREA	UNIDADES
ÁREA TOTAL DE REBOCO	99,35 M <sup>2</sup>	---
ÁREA TOTAL DE CANINHA	6,39 M <sup>2</sup>	---
ÁREA TOTAL DE BARRIDO (TELHA)	13,89 M <sup>2</sup>	---
ÁREA TOTAL DE BARRIDO (REBOCO)	2,27 M <sup>2</sup>	---
QUANTIFICAÇÃO DAS PATOLOGIAS	ÁREA	UNIDADES
ÁREA DE REBOCO DEGRADADO	30,42 M <sup>2</sup>	---
ÁREA DE ALVENARIA DEGRADADA	10,11 M <sup>2</sup>	---
ÁREA DE ALVENARIA DA FALTA	2,29 M <sup>2</sup>	---
ACUMULAÇÃO DE VEGETAÇÃO	1,88 M <sup>2</sup>	---
MECHULES (ALVENARIA REBUCADA)	---	10
VAZOS DEGRADADOS	0,74 M <sup>2</sup>	---



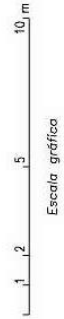
IDENTIFICAÇÃO DOS MATERIAIS



PATOLOGIAS - ALVENARIA E REBOCO



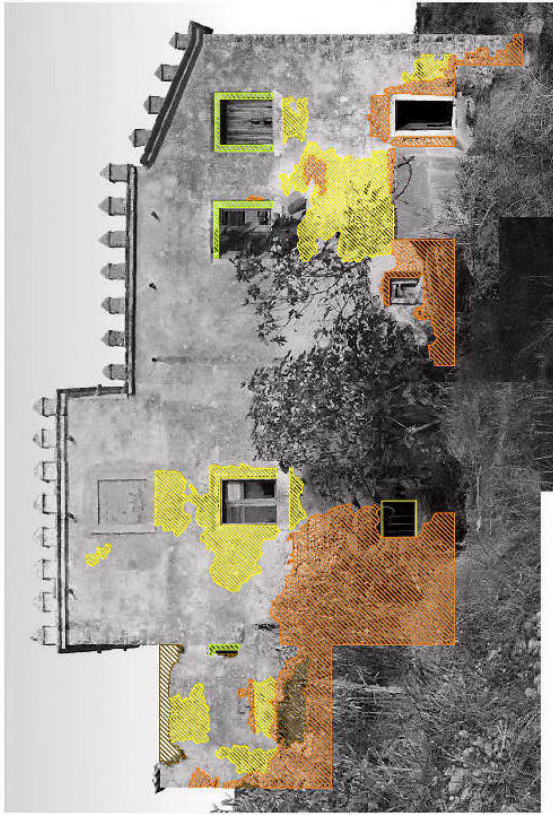
PATOLOGIAS - ESTRUTURA E ELEMENTOS



	Cardo de Risco do Património Arquitectónico PALÁCIO VALFLORES (Santa Iria de Azeitão) LEVANTAMENTO MÉTRICO RECTIFICADO DOS ALÇADOS INTERIORES		DIAGNÓSTICO ESCALA 1/150
	TÉCNICOS José Maria Lobo de Carvalho / Tereza de Deus Ferreira		Desenho nº. D.03
D.S.I.D.	DATA JANEIRO 2001	Nº IPA: 1107130016	DesRRN: 228.195
DES: --- --- --- --- ---			

RSB/Carta da Praça 2001

PALACIÁRIO - ALVENARIA E REBOCO



- REBOCO DEBANDADO
- ALVENARIA DEBANDADA
- ALVENARIA EM FALTA

QUANTIFICAÇÃO DOS MATERIAIS E ELEMENTOS

UNIDADES	ÁREA	UNIDADES
ÁREA TOTAL DE REBOCO	16,63 M2	---
ÁREA TOTAL DE CANTARIA	10,34 M2	---
ÁREA TOTAL DE BERNADO (TELHA)	2,04 M2	---
ÁREA TOTAL DE BERNADO (REBOCO)	4,53 M2	---
QUANTIFICAÇÃO DAS PATOLOGIAS		
ÁREA DE REBOCO DEBANDADO	16,26 M2	---
ÁREA DE ALVENARIA DEBANDADA	32,16 M2	---
ÁREA DE ALVENARIA EM FALTA	3,42 M2	---
ACUMULAÇÃO DE VEGETAÇÃO	---	---
MERLOS (ALVENARIA REBOCADA)	---	18
VIGOS DEBANDADOS	10,17 M2	---
RECONSTRUÇÃO NA ALVENARIA	5,43 M2	---

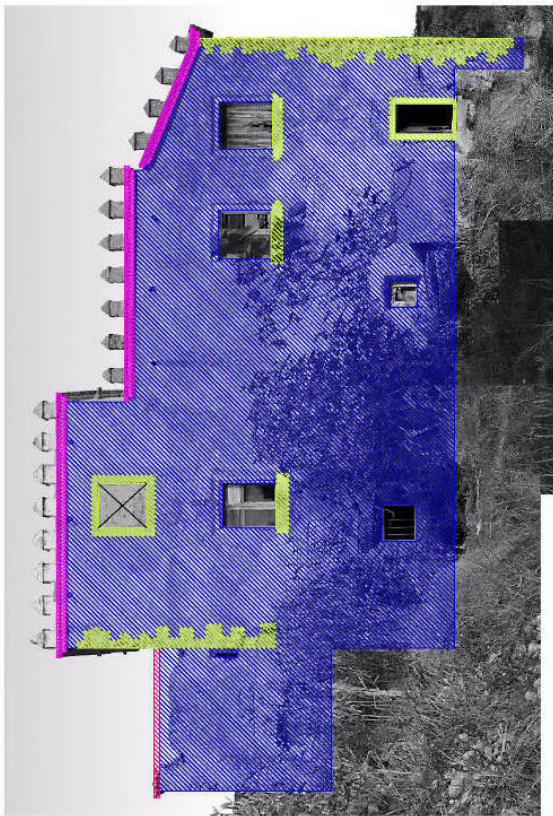


Alçado Métrico Rectificado

1 2 5 10 m

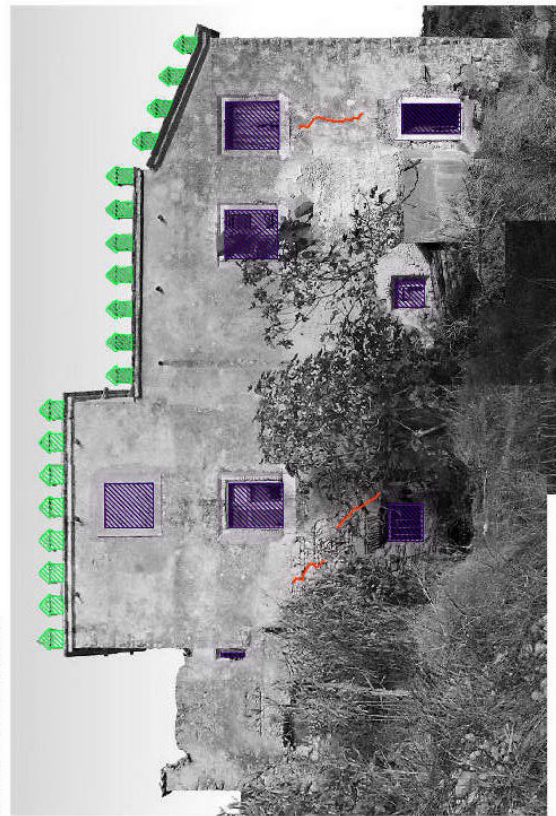
Escala gráfica

IDENTIFICAÇÃO DOS MATERIAIS




- REBOCO
- CANTARIA
- BERNADO (TELHA)
- BERNADO (REBOCO)

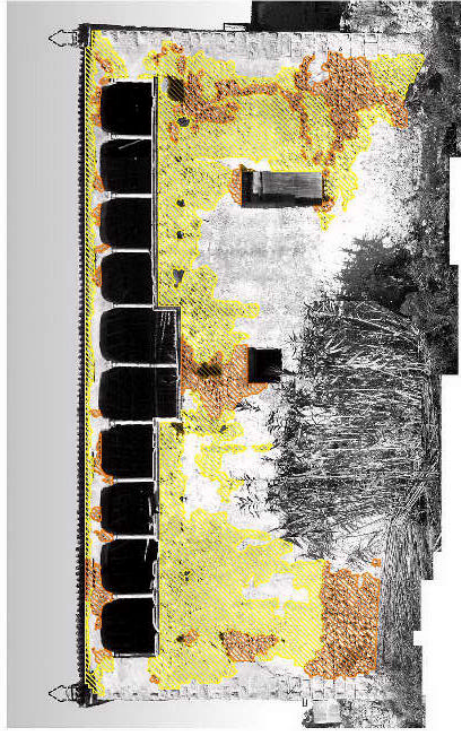
PATOLOGIAS - ESTRUTURA E ELEMENTOS



- MERLOS (ALVENARIA REBOCADA)
- VIGOS DEBANDADOS
- RECONSTRUÇÃO NA ALVENARIA

 <b>DGEMN</b>	Centro de Risco do Património Arquitectónico <b>PALÁCIO VALFLORES (Santo Iria de Azeitão)</b> LEVANTAMENTO MÉTRICO RECTIFICADO DOS ALÇADOS INTERIORES ALÇADO LATERAL LESTE	DIAGNÓSTICO ESCALA 1/150 Desenho nº. <b>D.02</b>
	Nº PA: 1107130016 DesRRN: 228.194	Nº PA: 1107130016 DesRRN: 228.194
DES. --- -- -- -- -- <b>D.S.I.D.</b>	TÉCNICOS João Afonso Lobo da Conceição / Tereza de Deus Pereira DATA JANEIRO 2001	DISE/Coord. do Risco 2001

PATOLOGIAS - ALVENARIA E REBOCO



- REBOCO DEGRADADO
- ALVENARIA DEGRADADA
- ALVENARIA EM FALTA

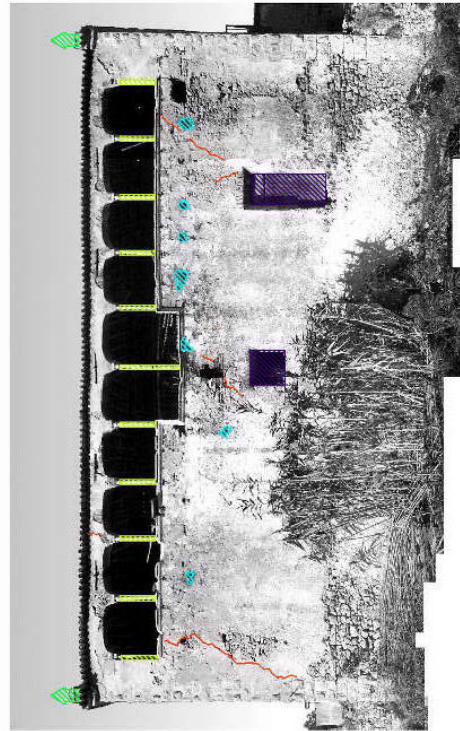
QUANTIFICAÇÃO DOS MATERIAIS

	ÁREA	UNIDADES
ÁREA TOTAL DE REBOCO	132,18 M <sup>2</sup>	---
ÁREA TOTAL DE CANTARIA	13,47 M <sup>2</sup>	---
ÁREA TOTAL DE BERRADO (TELHA)	22,95 M <sup>2</sup>	---

QUANTIFICAÇÃO DAS PATOLOGIAS

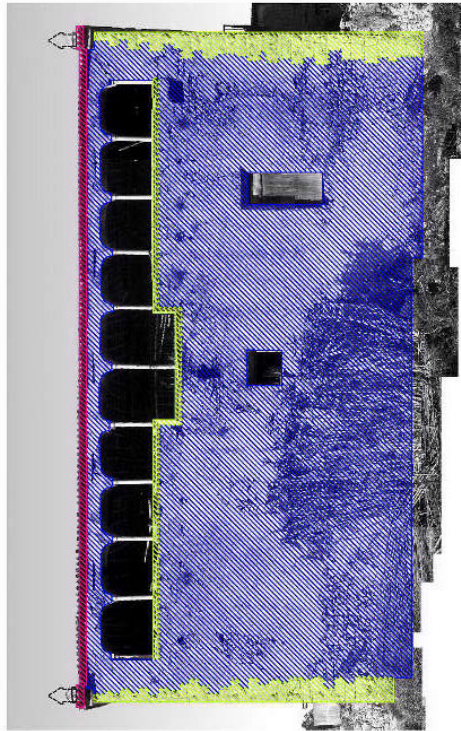
	ÁREA	UNIDADES
ÁREA DE REBOCO DEGRADADO	44,44 M <sup>2</sup>	---
ÁREA DE ALVENARIA DEGRADADA	65,73 M <sup>2</sup>	---
ÁREA DE ALVENARIA EM FALTA	0,84 M <sup>2</sup>	---
ACUMULAÇÃO DE VEGETAÇÃO	0,72 M <sup>2</sup>	---
VEREDAS (ALVENARIA REBOCADA)	---	2
VIDOS DEGRADADOS	2,73 M <sup>2</sup>	---
FISSURAS NA ALVENARIA	10,34 M <sup>2</sup>	---

PATOLOGIAS - ESTRUTURA E ELEMENTOS

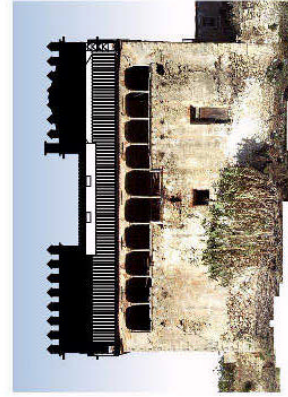


- COLUNAS DE CANTARIA
- ACUMULAÇÃO DE VEGETAÇÃO
- VIDOS DEGRADADOS
- FISSURAS NA ALVENARIA

IDENTIFICAÇÃO DOS MATERIAIS



- REBOCO
- CANTARIA
- BERRADO (TELHA)



Alçado Principal  
Esect./400

1 2 5 10 m  
Escala gráfica

 D.G.E.M.N. D.S.I.D.	Centro de Risco do Património Arquitectónico PALÁCIO VALFLORES (Santa Iria de Azeitão) LEVANTAMENTO METRICO RECTIFICADO DOS ALÇADOS INTERIORES ALÇADO PRINCIPAL SUL		DIAGNÓSTICO ESCALA 1/150 Desenho nº. D.01
	TÉCNICOS José Maria Lobo de Carvalho / Teresa de Deus Ferreira	N.º IPA: 1107130016 Desarrn: 228-193	DATA JANEIRO 2001

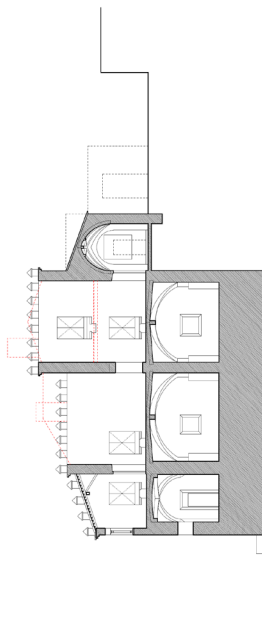
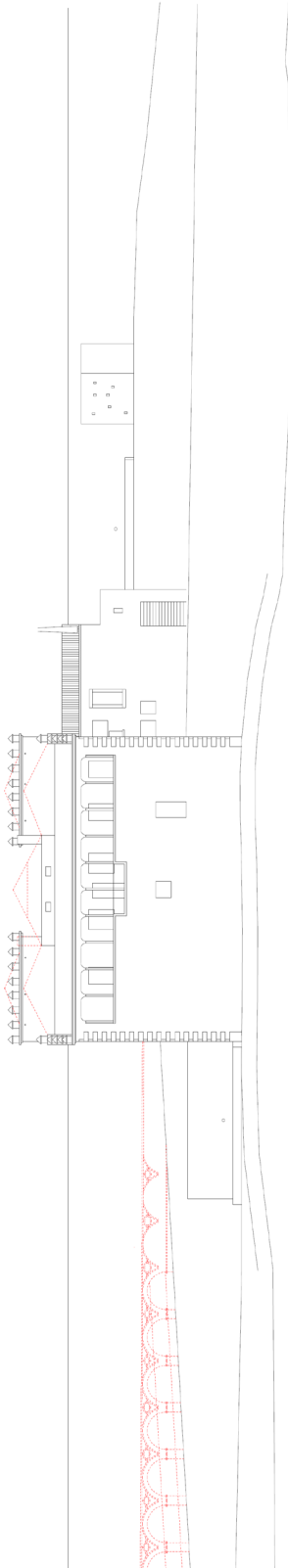
RSB/Crta de Risco 2001



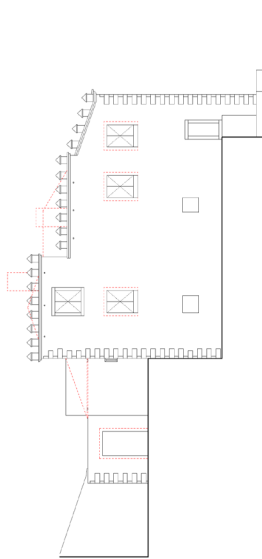
## L. Estudo Prévio - Consolidação Estrutural, Restauro e Protecção de Elementos Arquitectónicos

Conforme documento de Estudo Prévio da autoria de Pedro Pacheco Arquitectos em colaboração com José Aguiar. (PACHECO e AGUIAR, 2016)

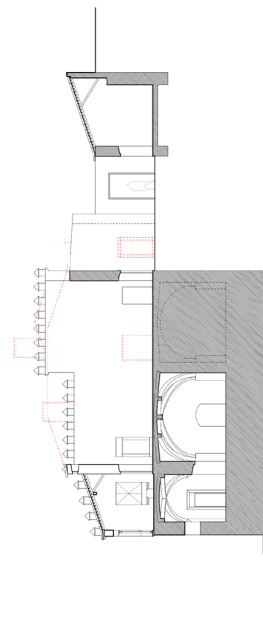




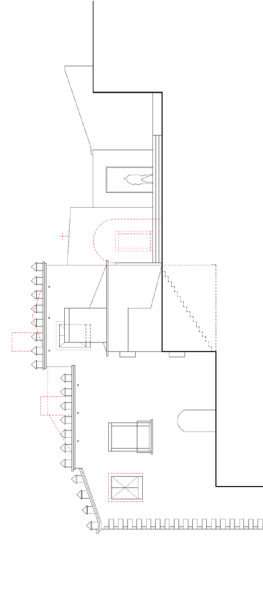
CORTE PELA ANTECÂMARA E TORRE POENTE AO EIXO



ALÇADO POENTE



CORTE PELA SALLA AO EIXO

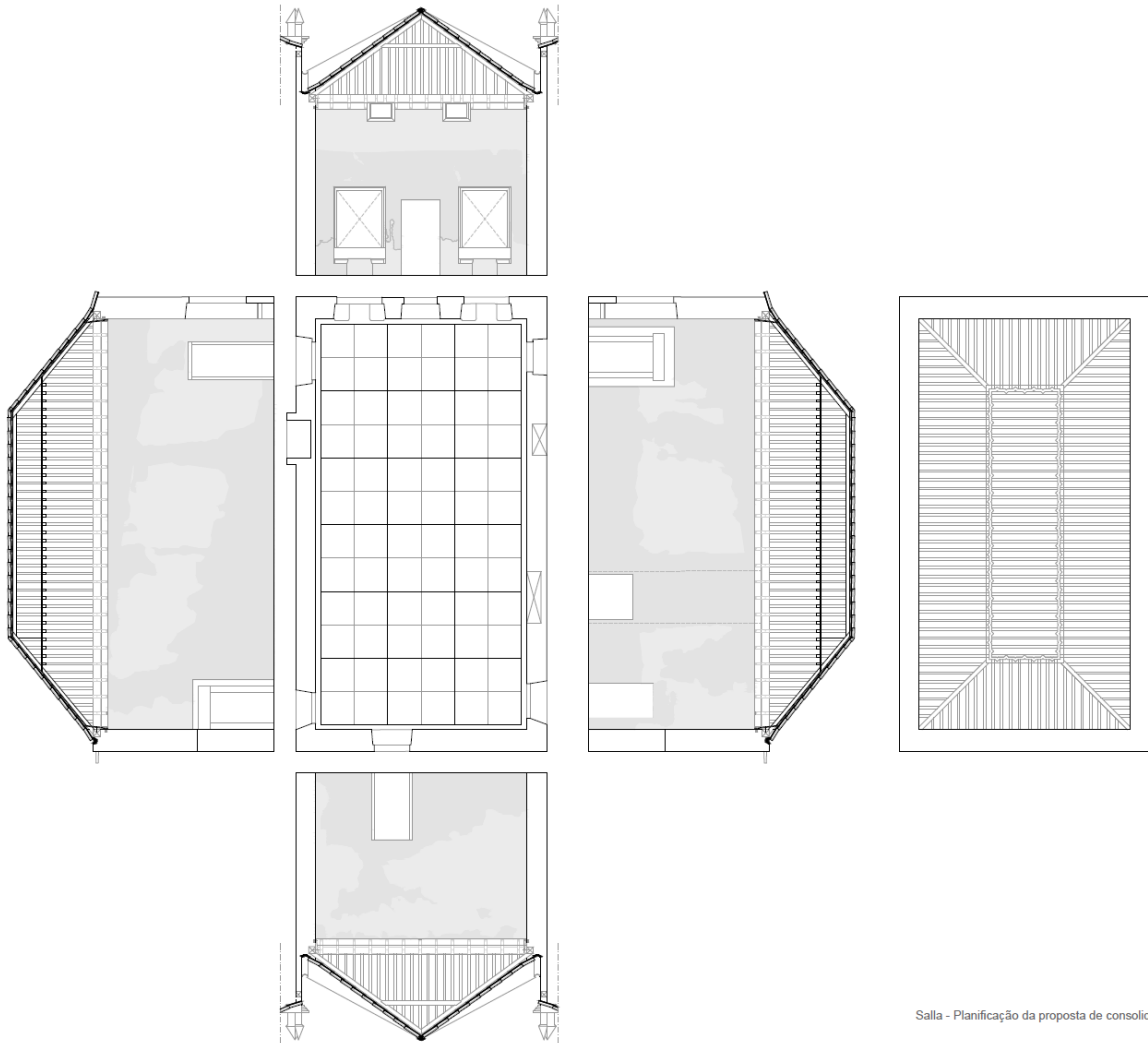


ALÇADO NASCENTE

proposta a  
a demolir



CORTES E ALÇADOS DO PALAÇO



Salla - Planificação da proposta de consolidação e restauro.



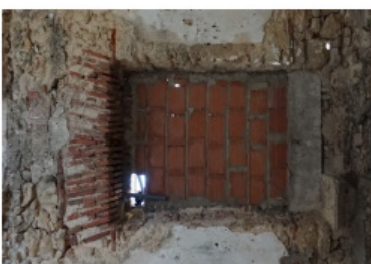
Vãos exteriores (século XVI)



Vãos interiores (século XVI)

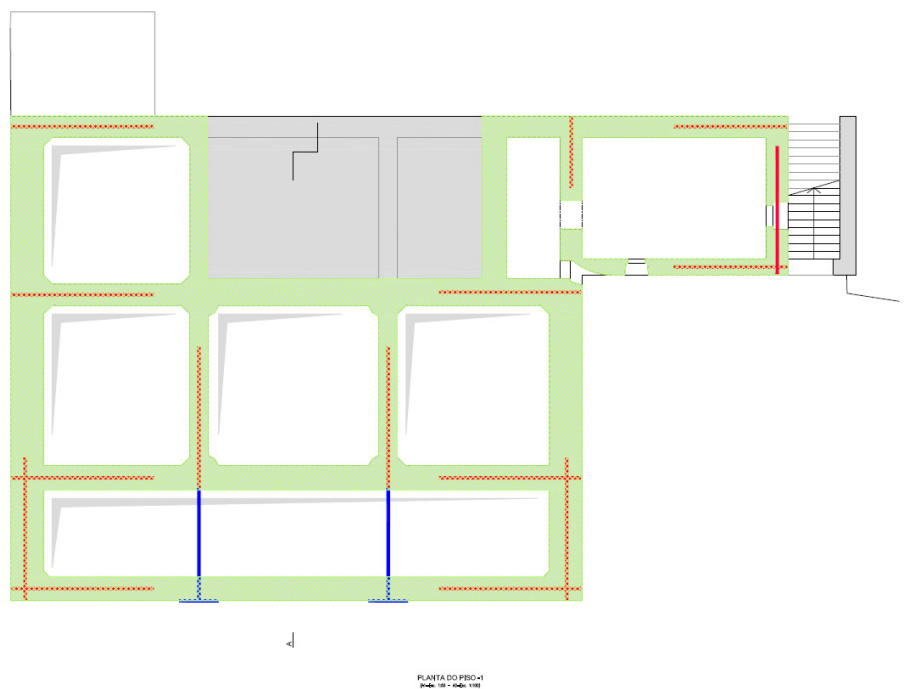
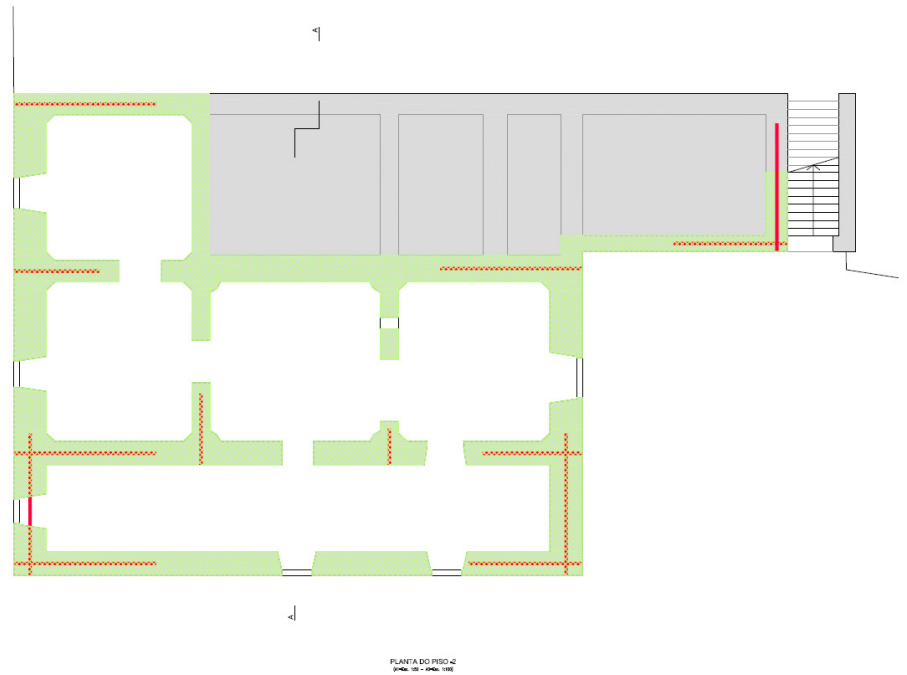


Vãos interiores (século XVIII)









## M. Projecto de Consolidação Estrutural







Conforme documento de Estudo Prévio da autoria de Pedro Pacheco Arquitectos em colaboração com José Aguiar. (PACHECO e AGUIAR, 2016)




### REABILITAÇÃO DE PAREDES DE ALVENARIA

-  - Pregagens Aderentes com Manga Injetada
-  - Tirantes Passivos
-  - Micropregagens
-  - Consolidação de Paredes com Injeção de Calda
-  - Consolidação de Paredes de Alvenaria
-  - Reabilitação de Revestimentos Exteriores

### REABILITAÇÃO DE ABÓBADAS

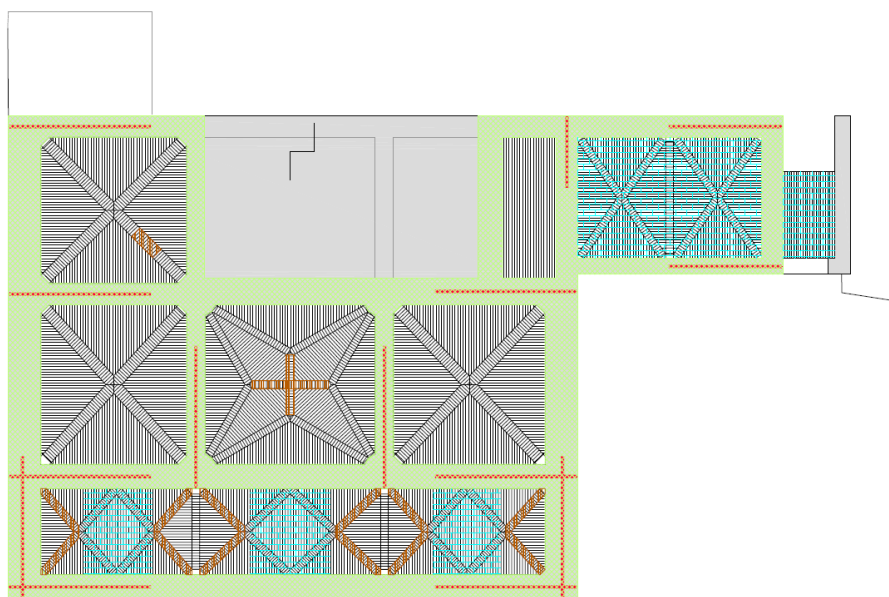
-  - Desmonte de Abóbada
-  - Reparação de Elementos Cerâmicos em Abóbas
-  - Selagem e Injeção de Fendas
-  - Desmonte e Nivelamento do Pavimento
-  - Desmonte e Nivelamento do Pavimento das Abóbas
-  - Reconstrução de Abóbas

### RECONSTRUÇÃO DE VARANDAS

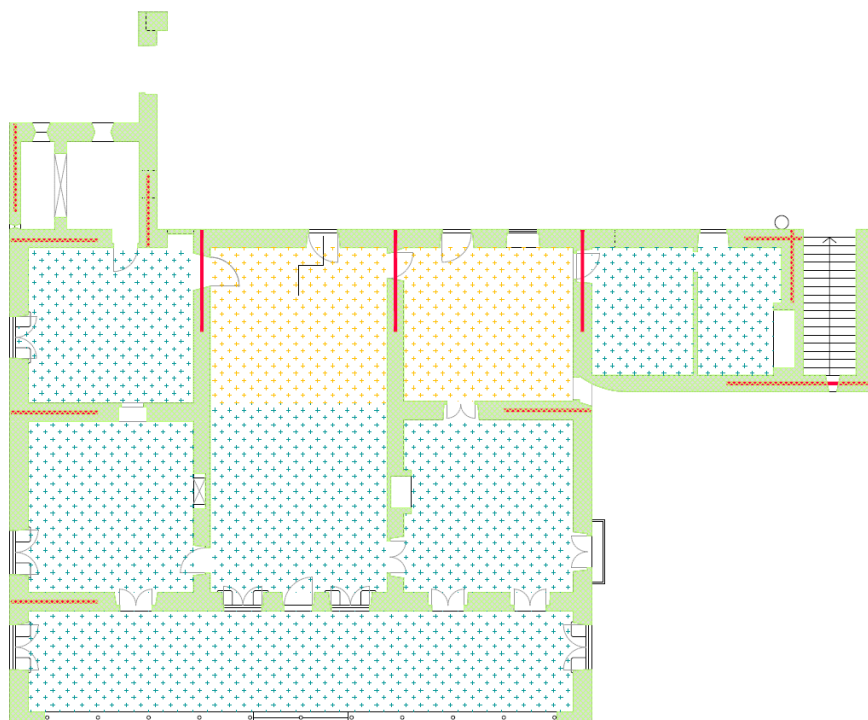
-  - Reconstrução de Paredes de Alvenaria

### COBERTURAS

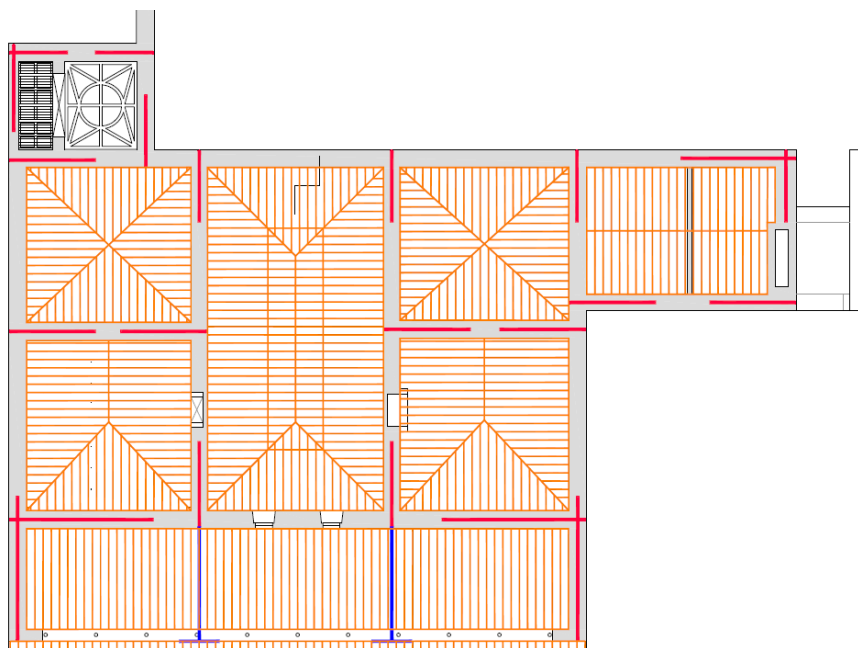
-  - Estrutura de Madeira das Coberturas



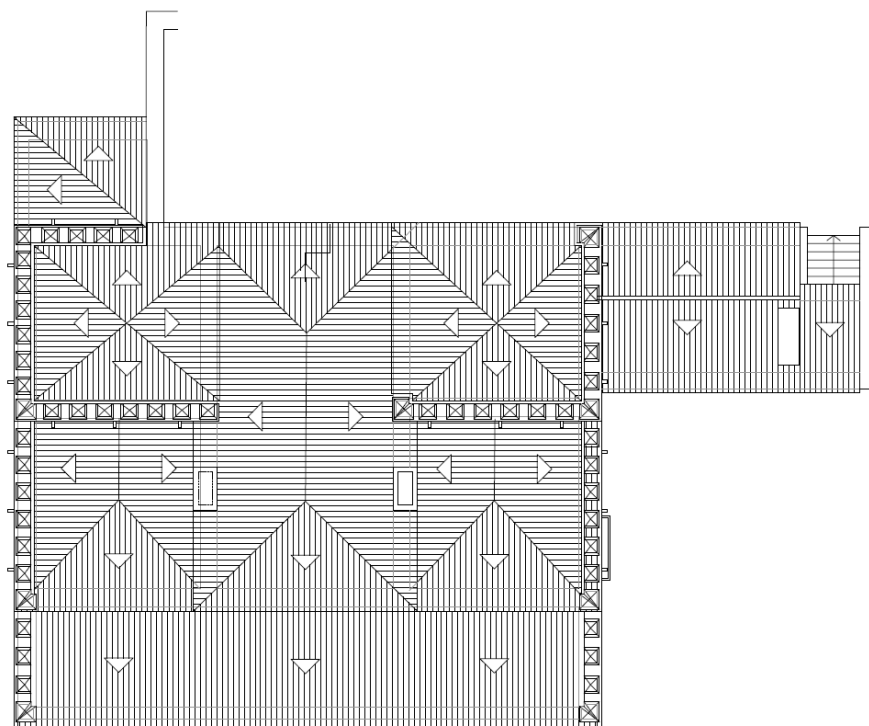
PLANTA DO TETO DO PISO -2/4  
[Scale: 1/20 - 1/400 - 1/800]



PLANTA DO PISO 0  
[Scale: 1/20 - 1/400 - 1/800]









PLANTA DO TETO DO 1º PISO  
Escala: 1/50 - (A4) - 1/10









PLANTA DE COBERTURA  
Escala: 1/50 - (A4) - 1/10


**REABILITAÇÃO DE PAREDES DE ALVENARIA**

-  - Pregagens Aderentes com Manga Injetada
-  - Tirantes Passivos
-  - Micropregagens
-  - Consolidação de Paredes com Injeção de Calda
-  - Consolidação de Paredes de Alvenaria
-  - Reabilitação de Revestimentos Exteriores


**REABILITAÇÃO DE ABÓBADAS**

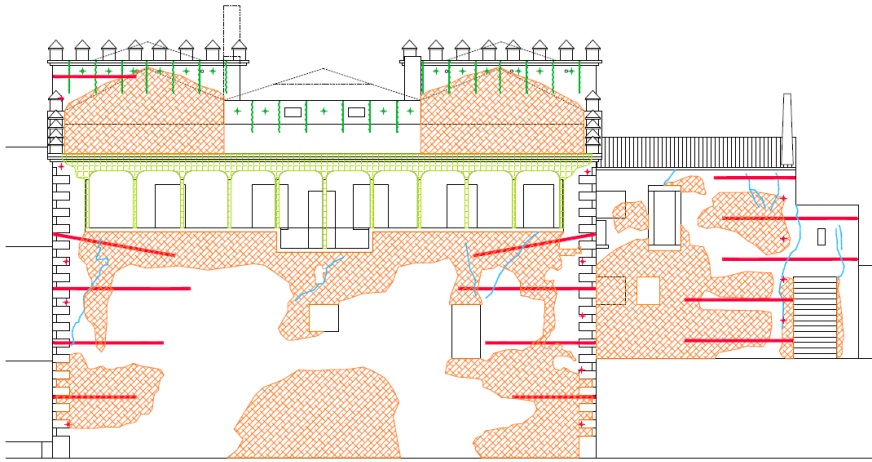
-  - Desmonte de Abóbada
-  - Reparação de Elementos Cerâmicos em Abóbadas
-  - Selagem e Injeção de Fendas
-  - Desmonte e Nivelamento do Pavimento
-  - Desmonte e Nivelamento do Pavimento das Abóbadas
-  - Reconstrução de Abóbadas

**RECONSTRUÇÃO DE VARANDAS**

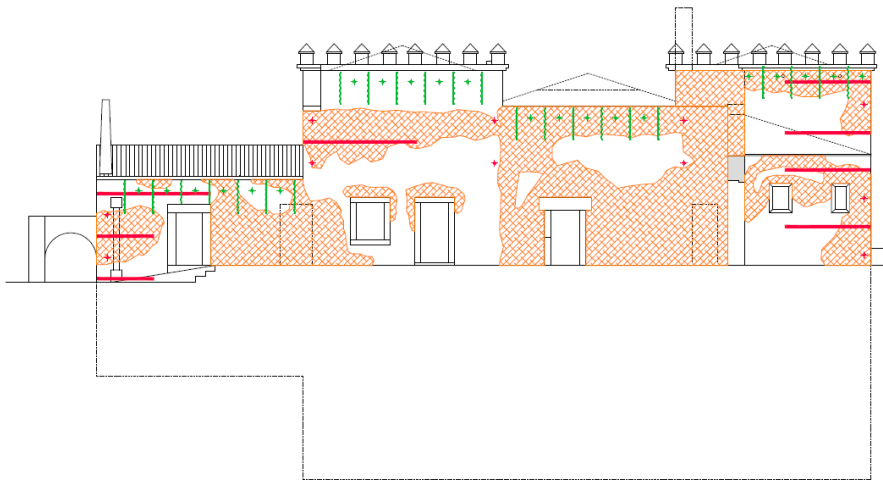
-  - Reconstrução de Paredes de Alvenaria

**COBERTURAS**

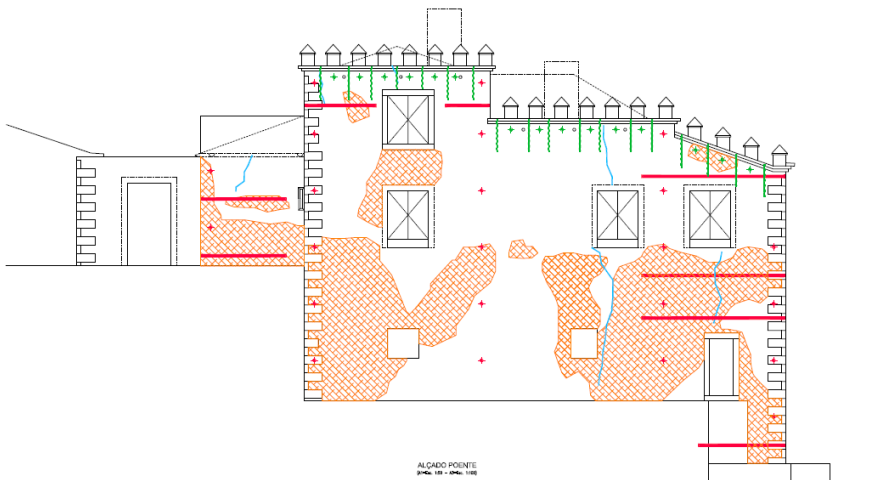
-  - Estrutura de Madeira das Coberturas



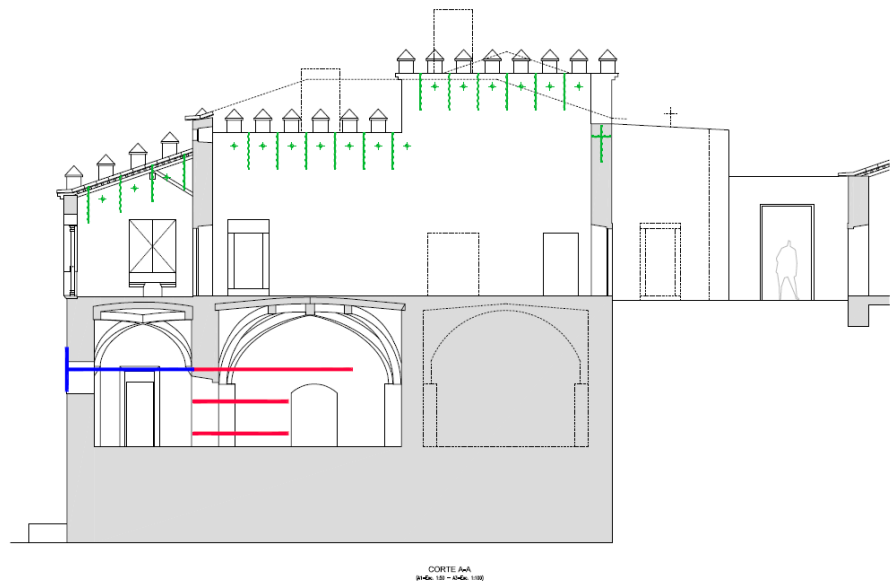
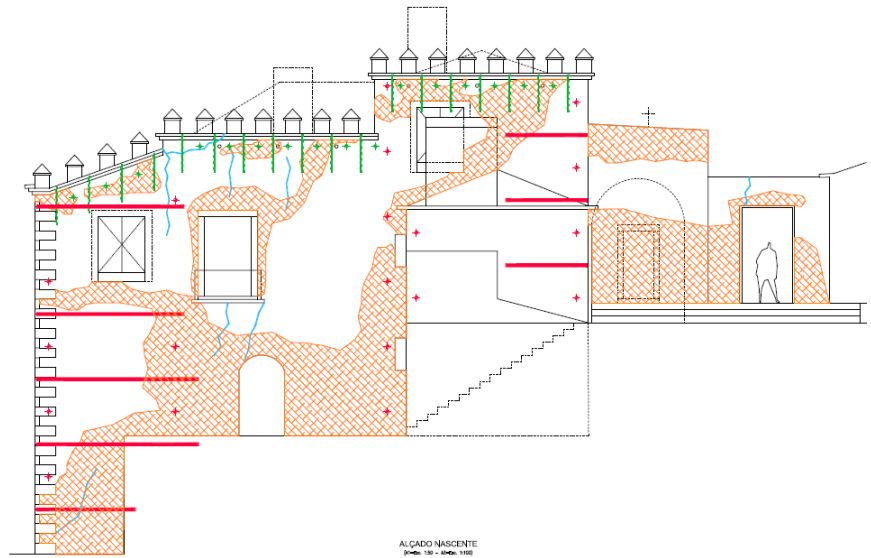
ALGADO SUL  
[escala] - [data]









ALGADO NORTE  
[escala] - [data]









ALGADO POENTE  
[escala] - [data]




**REABILITAÇÃO DE PAREDES DE ALVENARIA**

-  - Pregagens Aderentes com Manga Injetada
-  - Tirantes Passivos
-  - Micropregagens
-  - Consolidação de Paredes com Injeção de Calda
-  - Consolidação de Paredes de Alvenaria
-  - Reabilitação de Revestimentos Exteriores

**REABILITAÇÃO DE ABÓBADAS**

-  - Desmonte de Abóbada
-  - Reparação de Elementos Cerâmicos em Abóbadas
-  - Selagem e Injeção de Fendas
-  - Desmonte e Nivelamento do Pavimento
-  - Desmonte e Nivelamento do Pavimento das Abóbadas
-  - Reconstrução de Abóbadas

**RECONSTRUÇÃO DE VARANDAS**

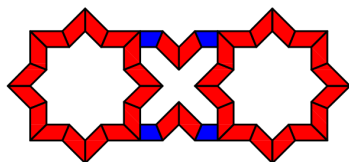
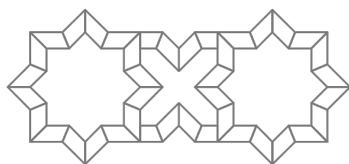
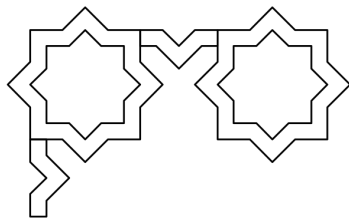
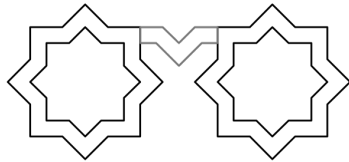
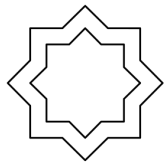
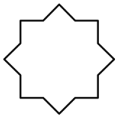
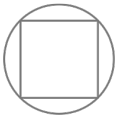
-  - Reconstrução de Paredes de Alvenaria

**COBERTURAS**

-  - Estrutura de Madeira das Coberturas



## N. Tecto Mudéjar. Hipótese de reconstrução.



Sobre o tecto mudéjar, ou de alfarge, do salão central do Palácio de Valflores, foi realizado um pequeno exercício geométrico com objectivo de compreender construtiva e decorativamente qual a solução que poderia ser a usada no edifício.

Não será descabido alertar o leitor sobre a base conjectural em que esta mesma interpretação se apoia. Não existindo elementos suficientes para comprovar estas hipóteses, as mesmas resumem-se a mera conjecturas.

Numa primeira abordagem, foi necessário compreender como se desenvolvia a forma geométrica que acreditamos possa ter existido no tecto de alfarge. Como referido no capítulo correspondente, a mesma foi adaptada da existente na nave central da Igreja Paroquial de Dois Portos em Torres Vedras.

Na sua essência, é uma forma bastante simples de obter, surgindo da inscrição de dois quadrados numa circunferência de raio  $x$ , sendo um destes rodado a  $45^\circ$ . A forma que obtemos será uma estrela de oito pontas. Dependendo da espessura das peças (*peinazos*) que existam, pela mesma construção geométrica, obteremos a estrela completa.

A partir daqui, o tecto vai-se construindo de uma forma lógica, sendo necessário peças de junção que ajudam a rematar a assemblagem do mesmo.

Com esta proposta em cima da mesa surge a questão mais prática, como se construiria? Se a forma for repartida em várias peças individuais que se vão agregando, a hipótese mais provável será a sua pregagem a tábuas que revestiriam o tecto de alfarge - na realidade as peças necessárias seriam somente duas como poderemos comprovar na imagem ao lado, existindo as peças vermelhas e as azuis.

Apesar de constituir uma lógica coerente e interessante, esta hipótese colocar-se-ia se na realidade o tecto mudéjar fosse revestido a tabuado, o que acreditamos que não será o caso. Como já explanado, é possível que a solução decorativa tivesse uma função resistente. Neste caso aqui apresentado não estamos perante essa hipótese, mas perante uma lógica de *taujeles*, somente decorativos.

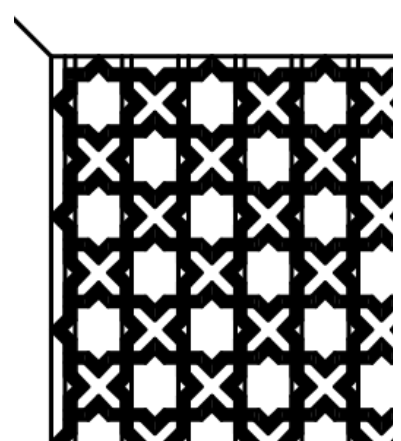
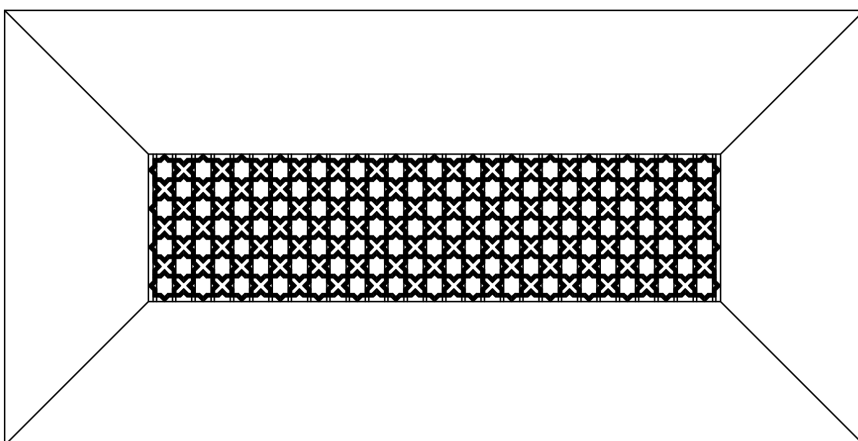
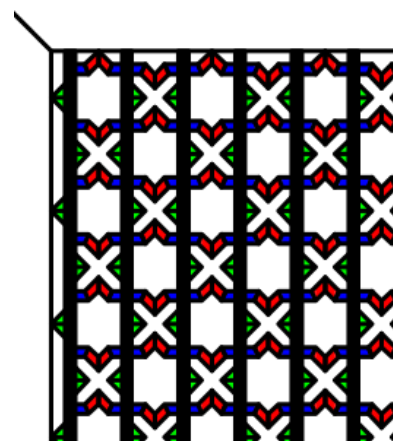
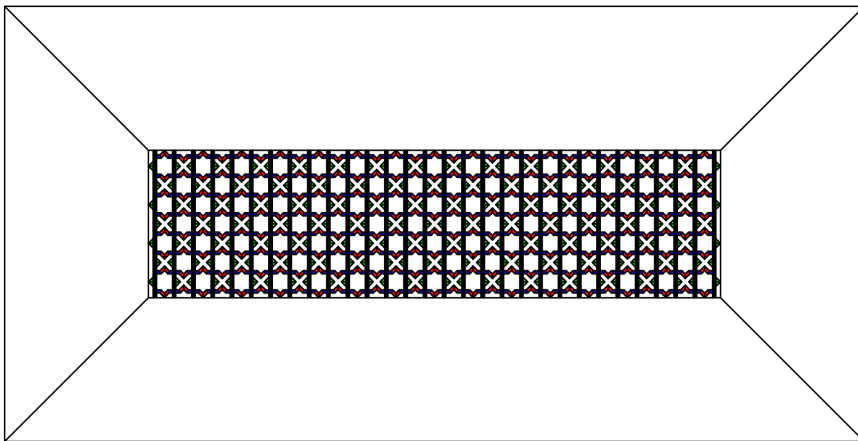
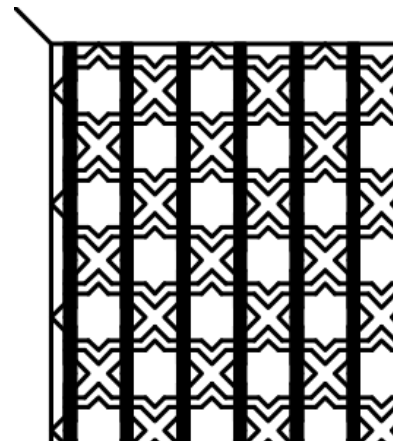
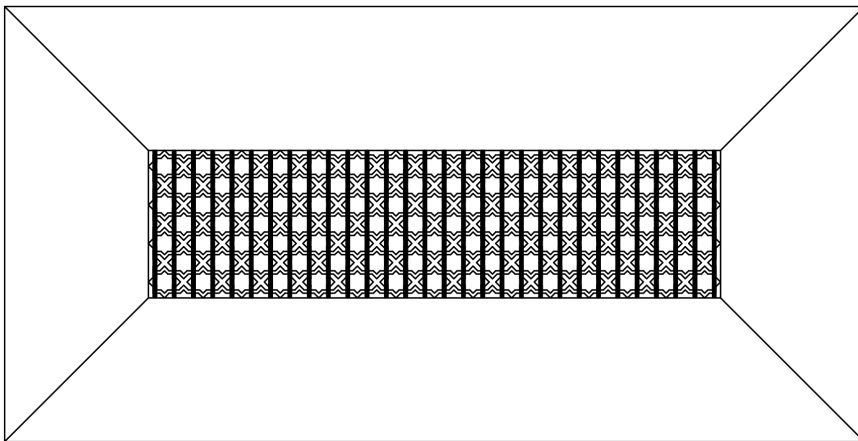
Assim, foi necessário repensar a lógica de assemblagem das peças, a qual foi possibilitada pelo exemplo apresentado por Sergio Martín no seu Estudo referente à *Iglesia de Nuestra Señora de la Purificación*.

Nesta, o autor apresenta-nos uma solução de *peinazos* em que a própria estrutura do tecto participa na decoração. Essencialmente, os elementos horizontais da estrutura - os níveis - reproduzem uma malha ao longo da superfície horizontal, sendo travados pelos *peinazos* - elementos perpendiculares. Desta combinação resulta uma quadrícula que permite a decoração com elementos geométricos.

Tendo chegado previamente a uma forma geométrica estável, o exercício neste caso seria aplicar numa planta de tectos esta lógica construtiva. As conclusões daqui retiradas foram positivas, visto esta ser também uma hipótese de abordagem para a (re)construção do tecto mudéjar existente, como poderemos comprovar mais abaixo.

Considerando os elementos referidos acima como participantes da decoração do tecto, resta-nos desconstruir a forma geométrica em peças que permitam a sua assemblagem. Para a mesma serão necessárias três peças diferentes - vermelhas, azuis e verdes - que sendo pregadas entre os níveis permitem a rigidez da estrutura e desenvolvem um desenho geométrico sobre o tecto.

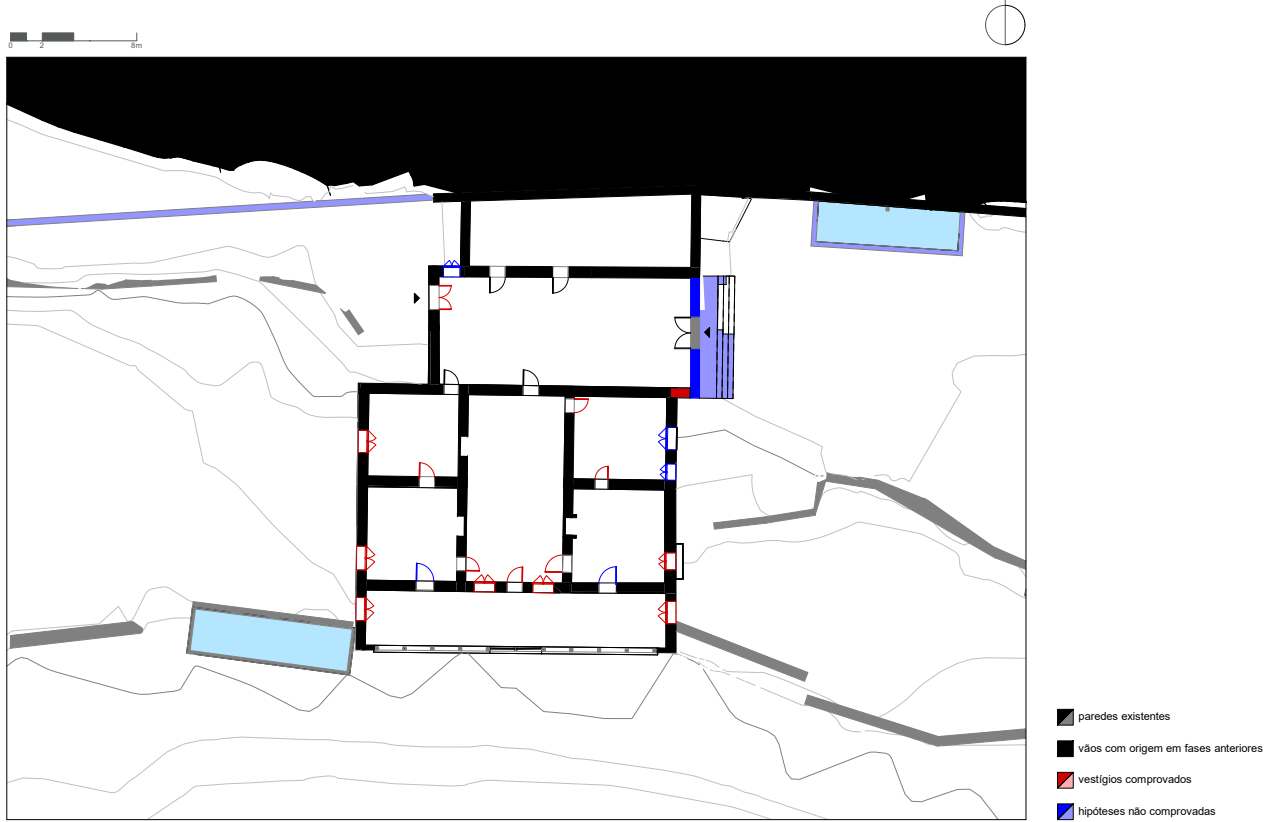
Apesar de um exercício interessante, estas conclusões não passam de meras hipóteses que, infelizmente, não temos como (com)provar.



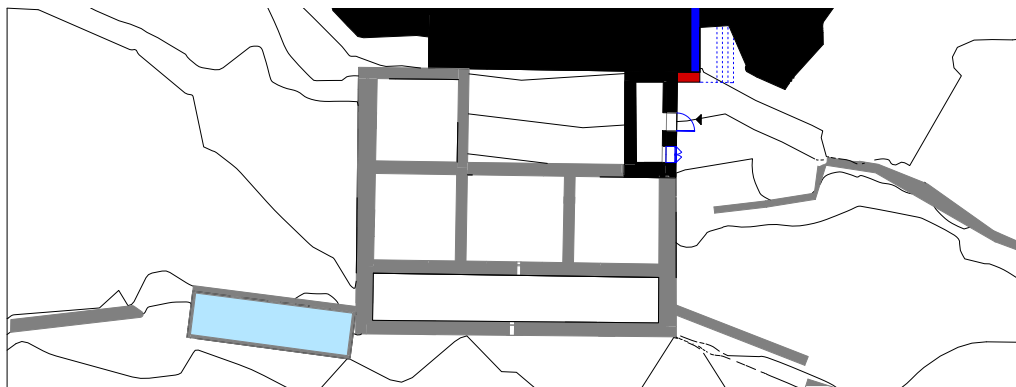
## O. Fases Construtivas do Palácio de Valflores

### Fase 2 - Palácio Valflores (século XVI)

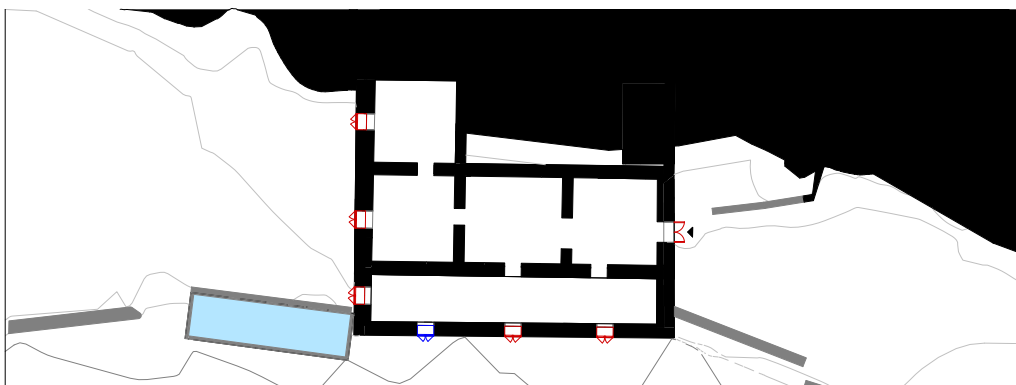
FASE 2 - PALÁCIO VALFLORES (século XVI)  
esquema do piso térreo



Piso Térreo

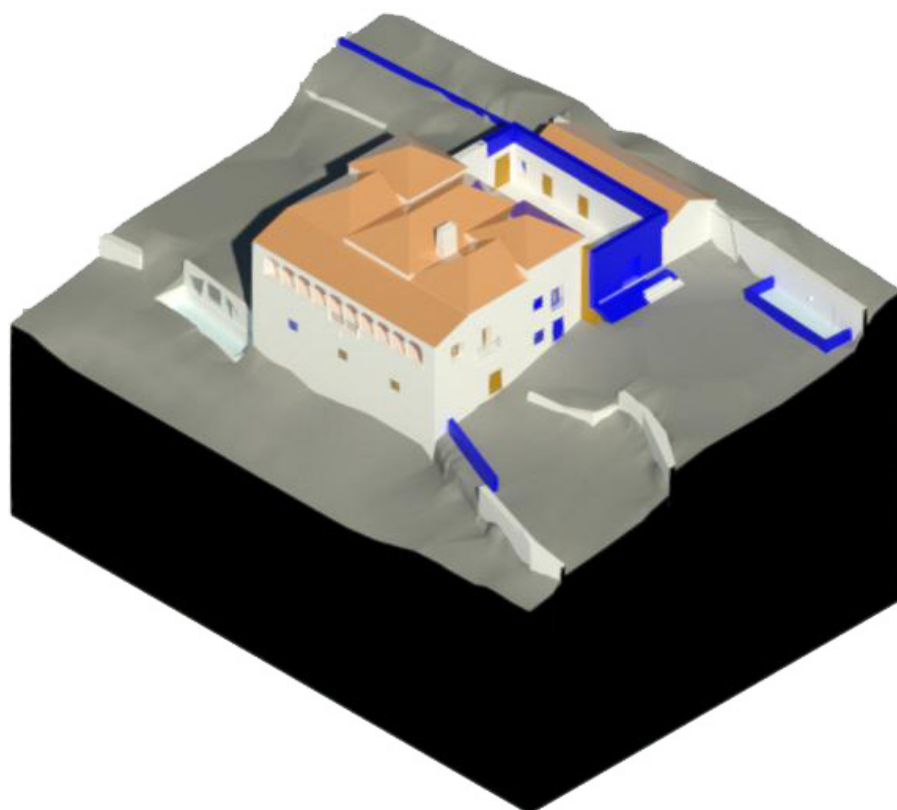
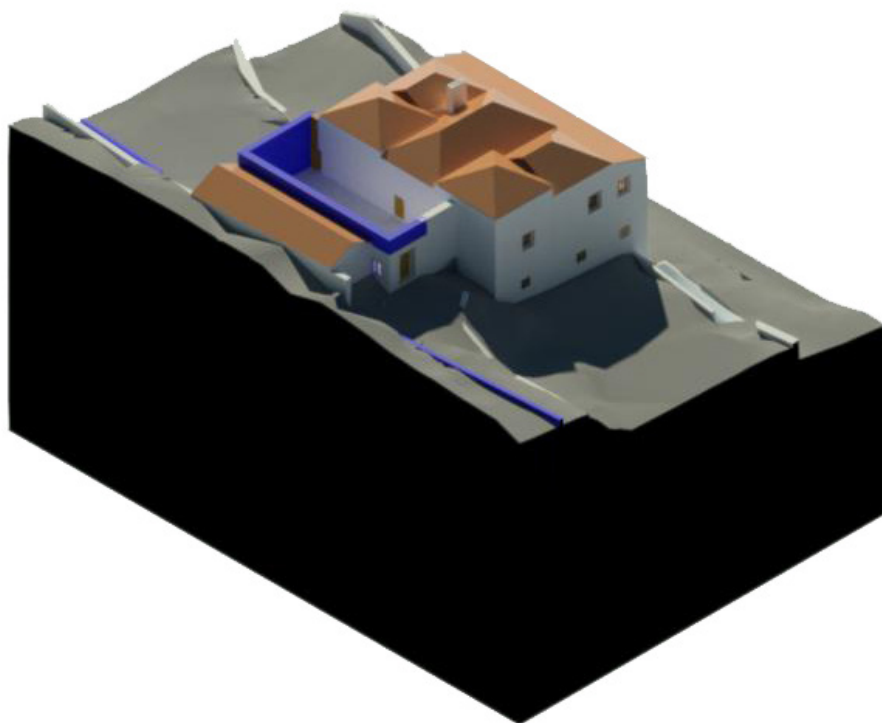




Piso Intermédio | Piso -1



Piso -2

Fase 2 - Palácio Valflores (século XVI)



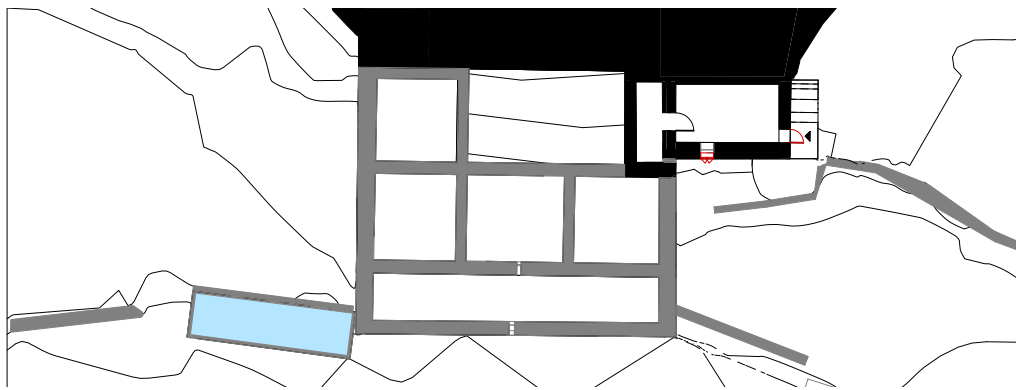
-  vestígios comprovados
-  hipóteses não comprovadas

Fase 3 - Anexos (século XVI?)

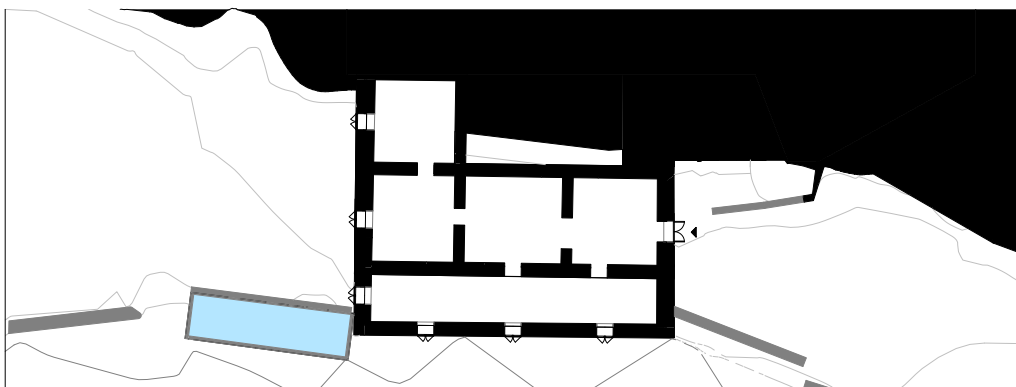
FASE 3 - ANEXOS (século XVI?)  
esquema do piso térreo



Piso Térreo

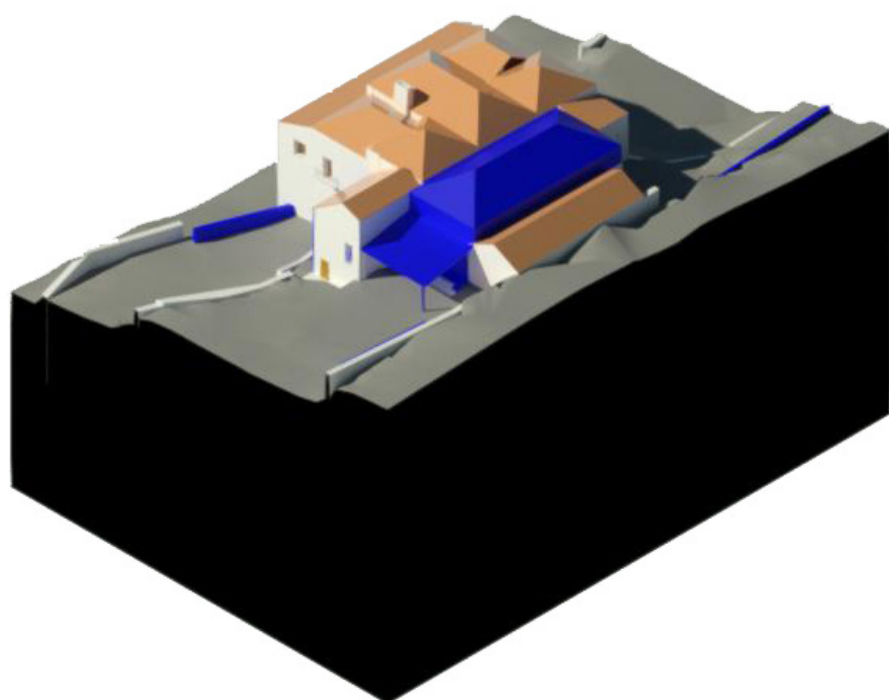
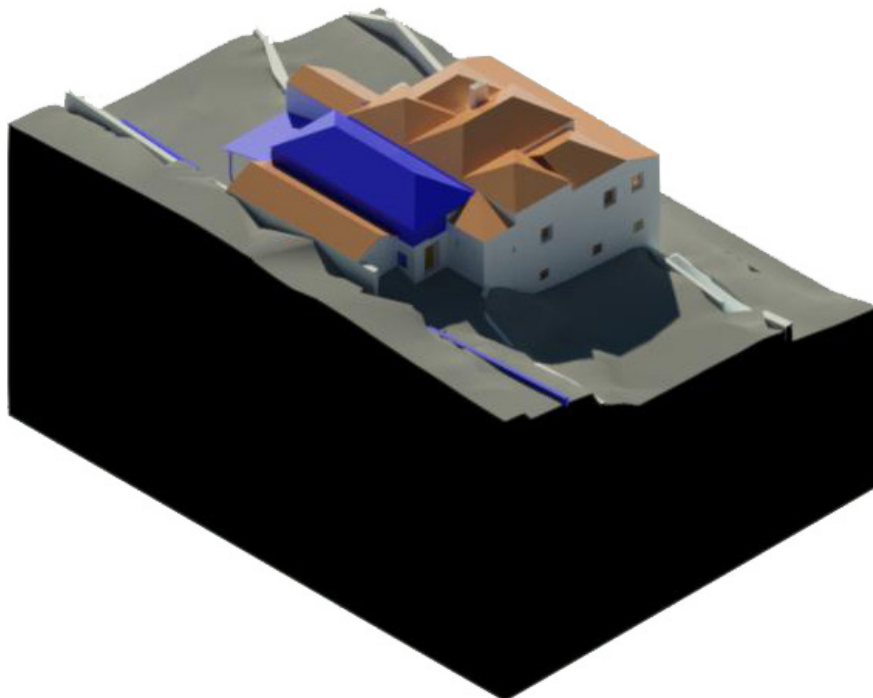




Piso Intermédio | Piso -1



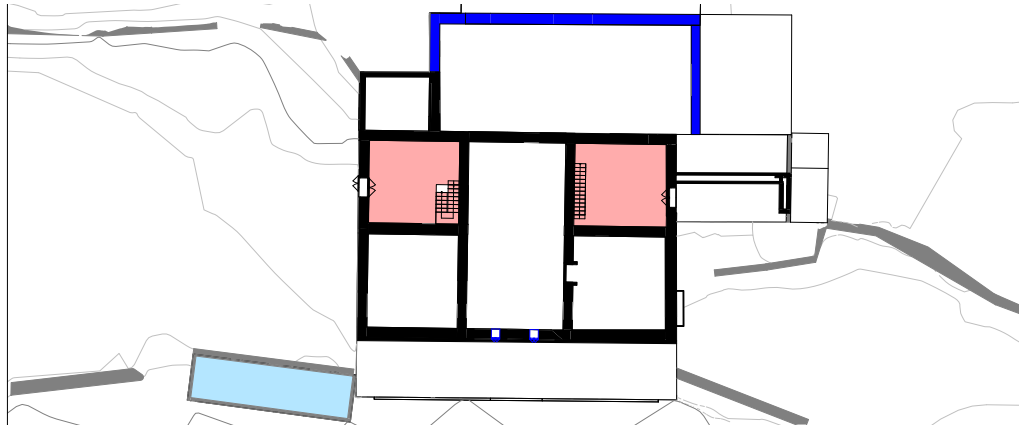
Piso -2

Fase 3 - Anexos (século XVI?)



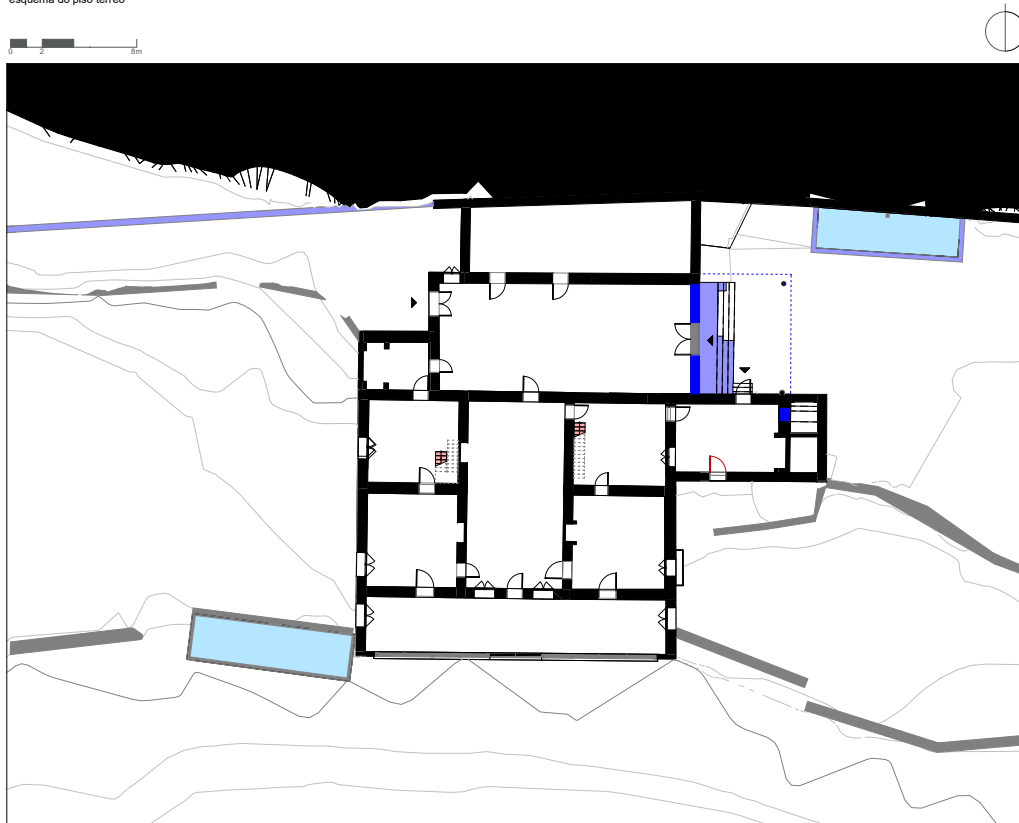
-  vestígios comprovados
-  hipóteses não comprovadas

Fase 4 - Torreões (século XVIII)

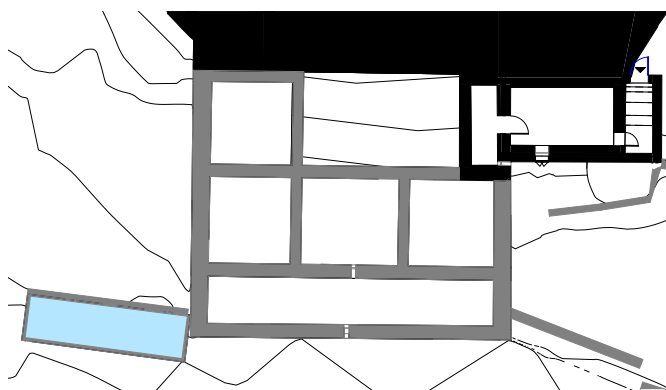


Piso Torreões

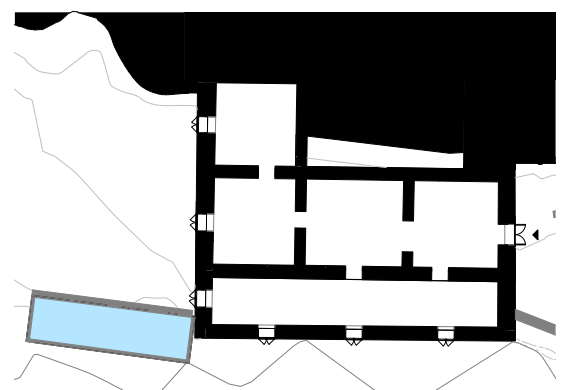
FASE 4 - COZINHA (século XVIII)  
esquema do piso térreo



Piso Térreo

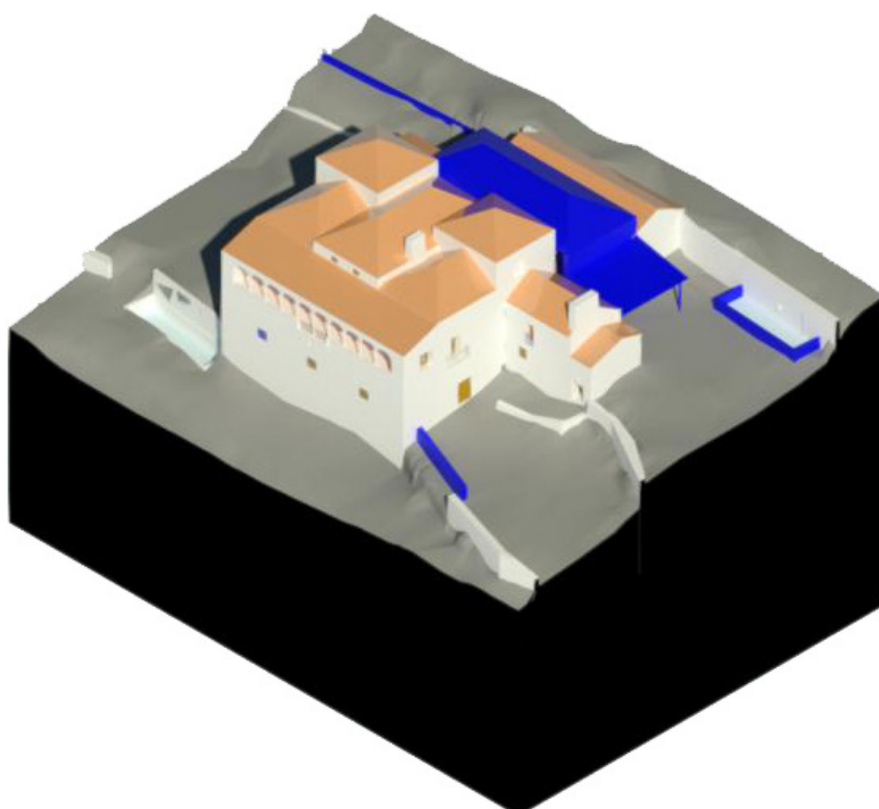
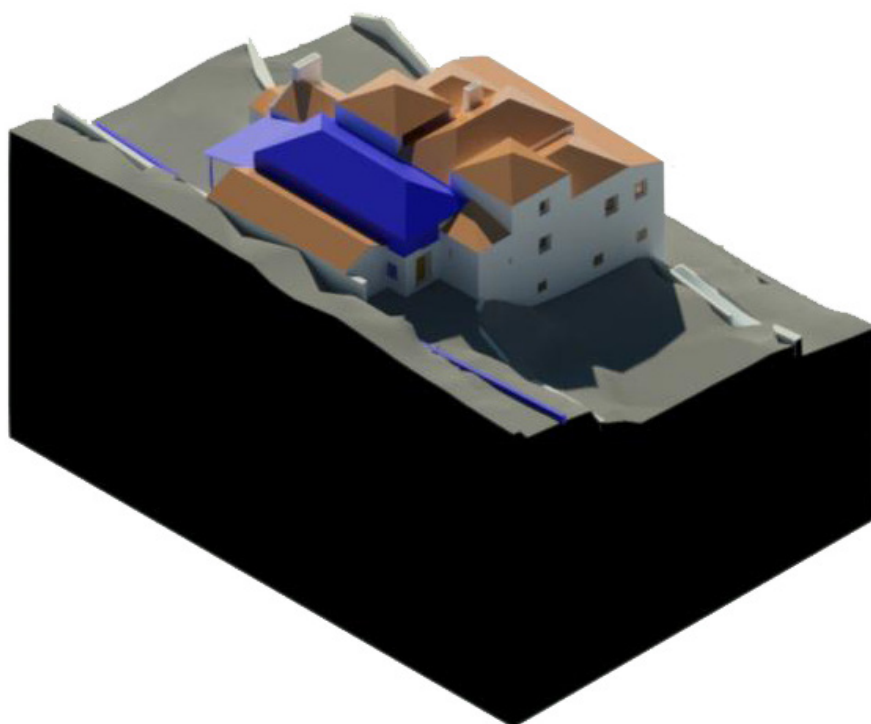


Piso Intermédio | Piso -1



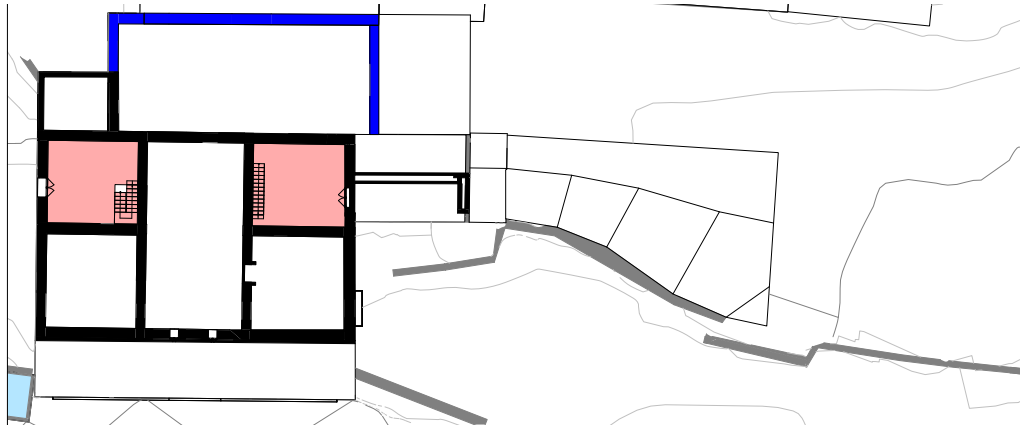
Piso -2

Fase 4 - Torreões (século XVIII)



- vestígios comprovados
- hipóteses não comprovadas

Fase 5 - Vistoria Final Século XVIII - 1798 e 1808

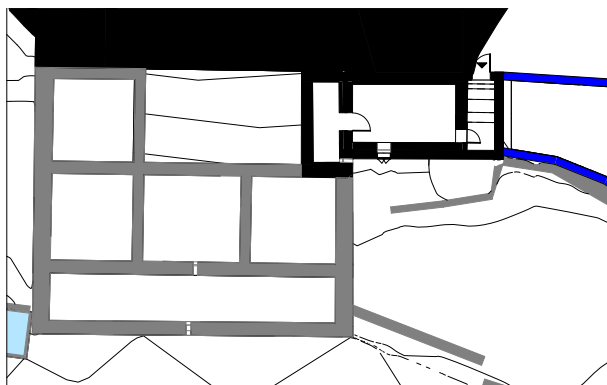


Piso Torreões

FASE 5 - FINAL DO SÉCULO XVIII  
esquema do piso térreo



Piso Térreo

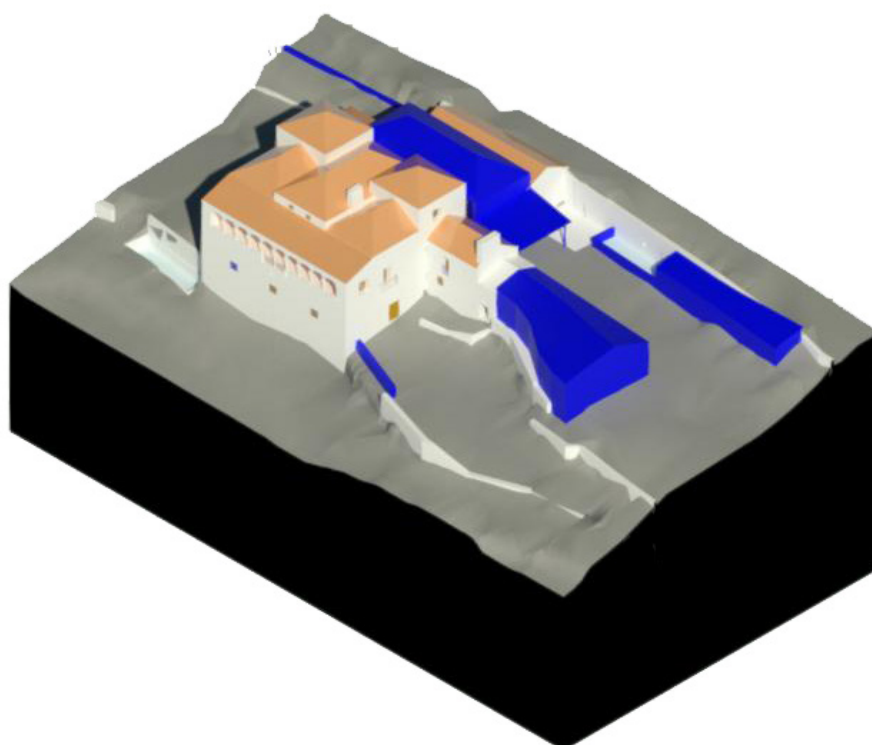
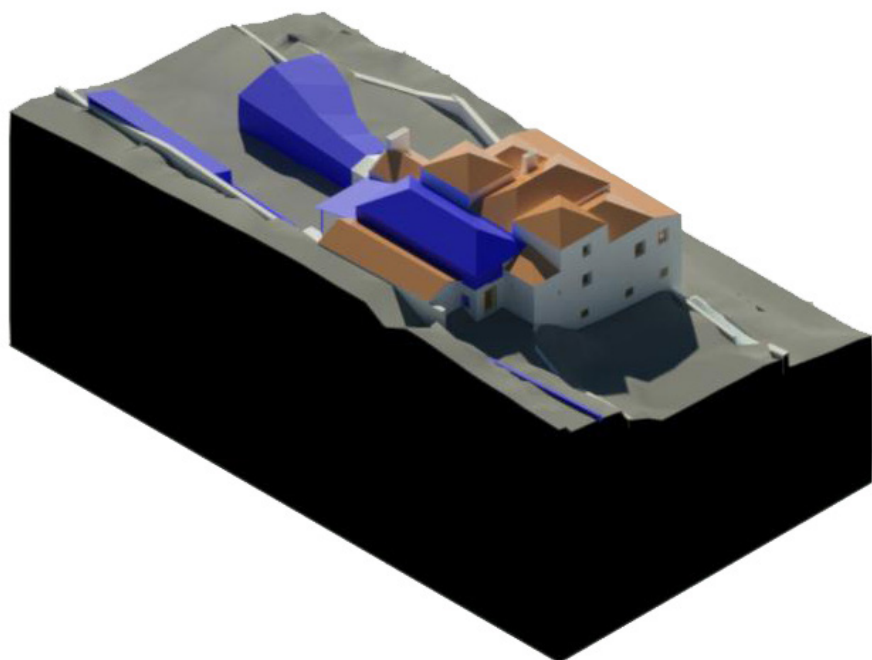




Piso Intermédio | Piso -1



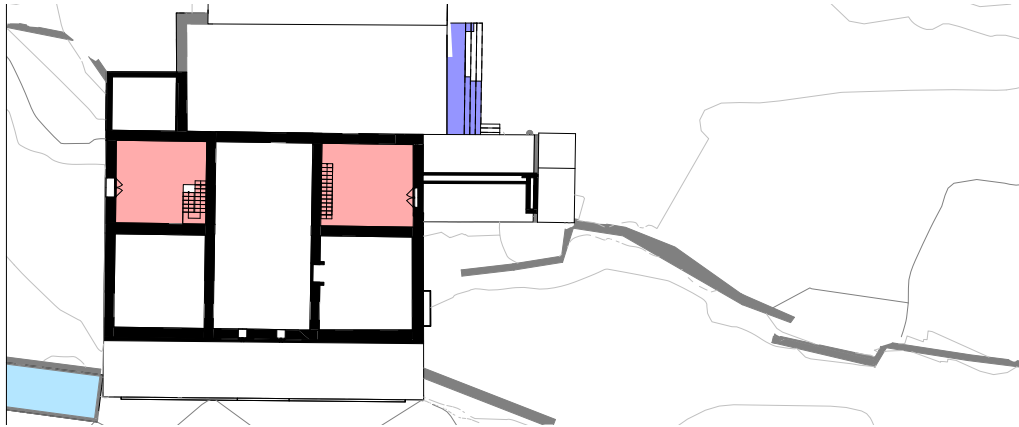
Piso -2

Fase 5 - Vistoria Final Século XVIII - 1798 e 1808



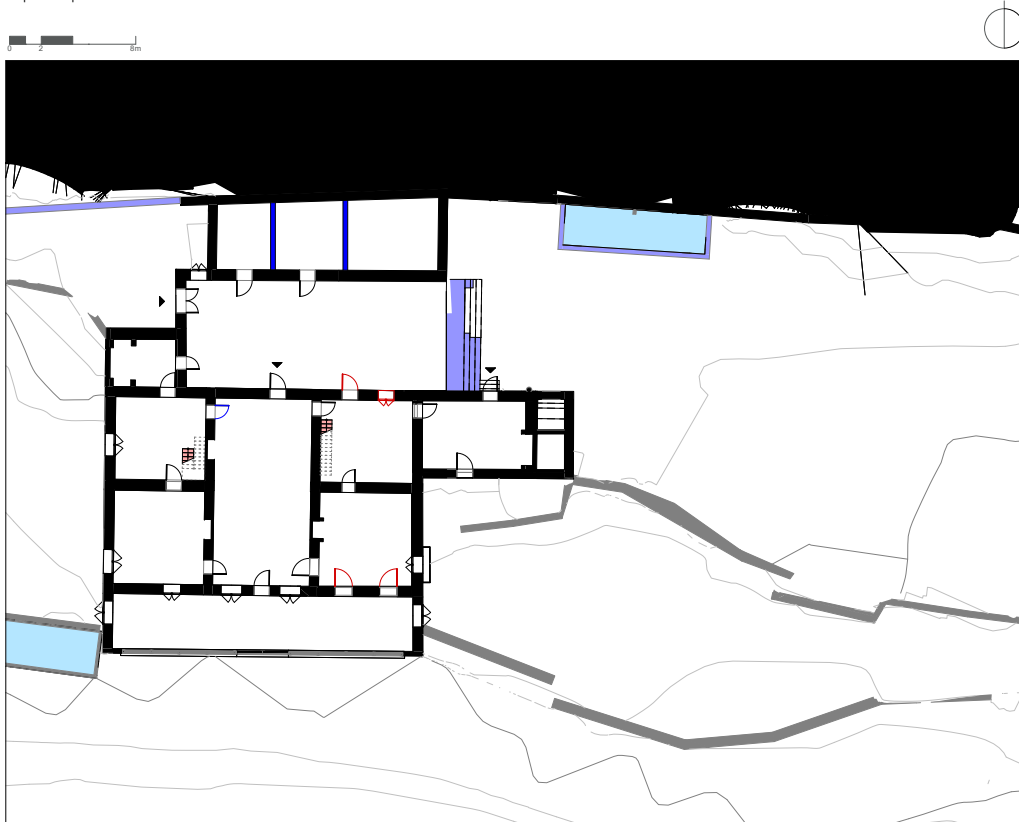
-  vestígios comprovados
-  hipóteses não comprovadas

Fase 6 - Reynolds (final século XIX)

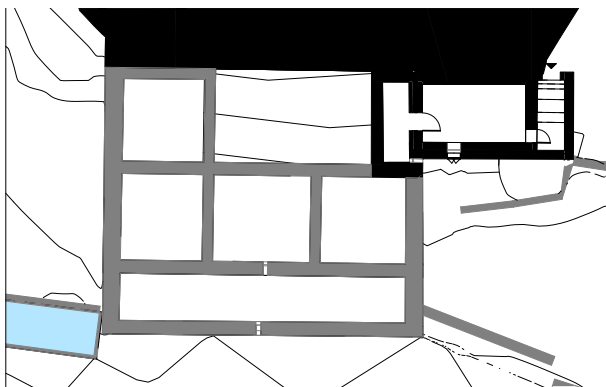


Piso Torreões

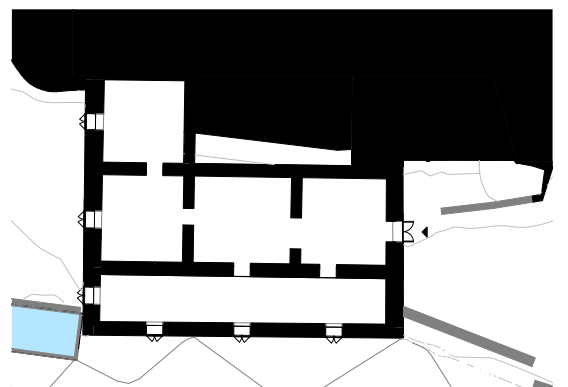
FASE 6 - REYNOLDS (final séc. XIX)  
esquema do piso térreo



Piso Térreo

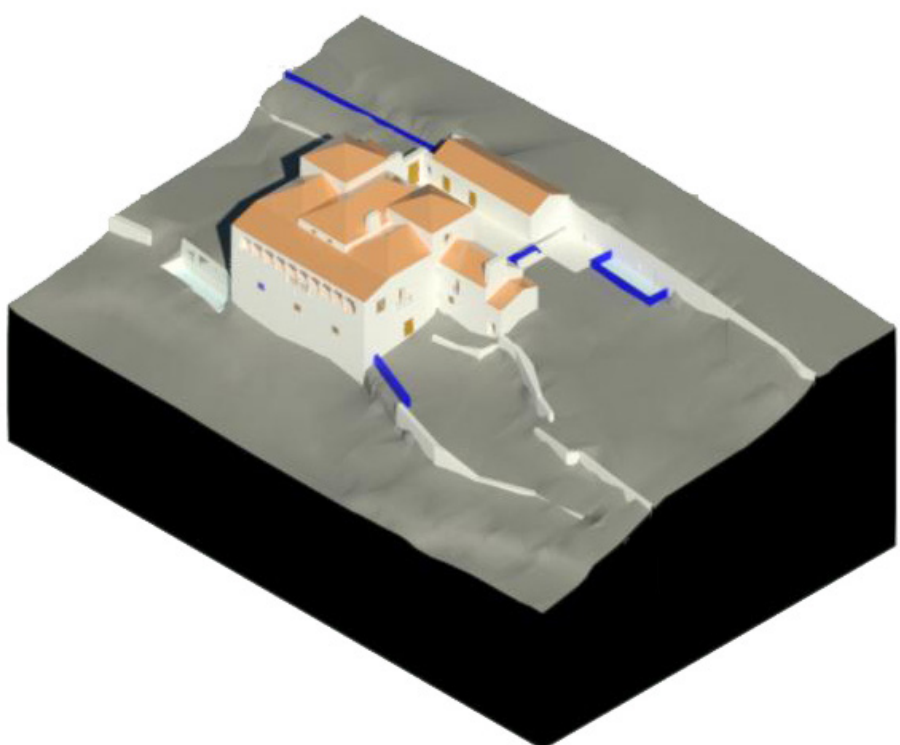
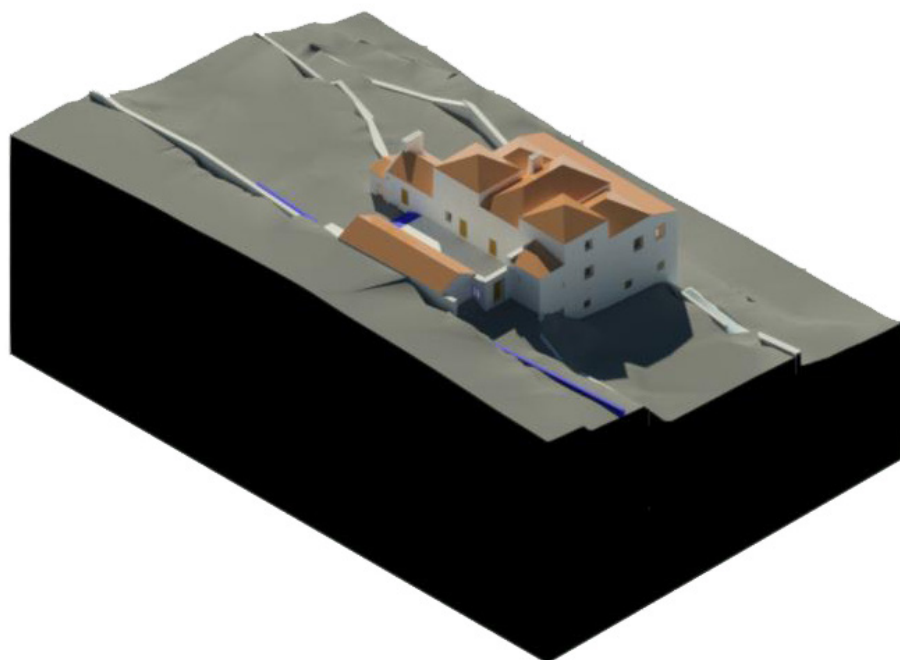




Piso Intermédio | Piso -1



Piso -2

Fase 6 - Reynolds (final século XIX)



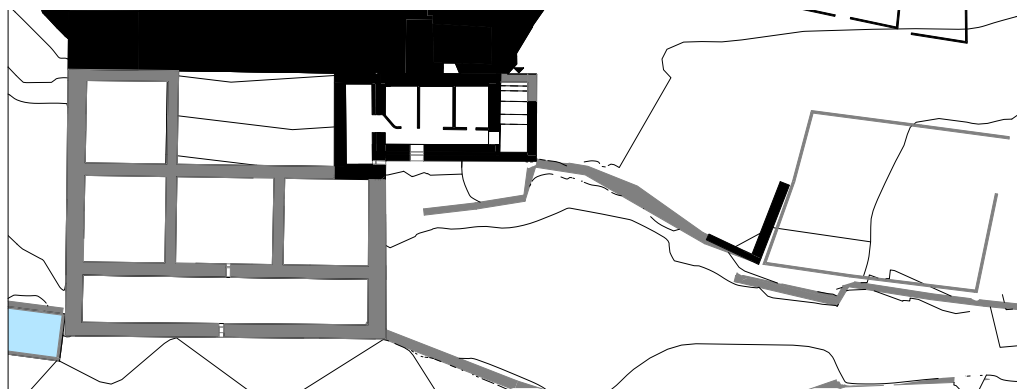
-  vestígios comprovados
-  hipóteses não comprovadas

Fase 7 - Adaptação Precária (século XX)

FASE 7 - ADAPTAÇÃO PRECÁRIA  
esquema do piso térreo



Piso Térreo

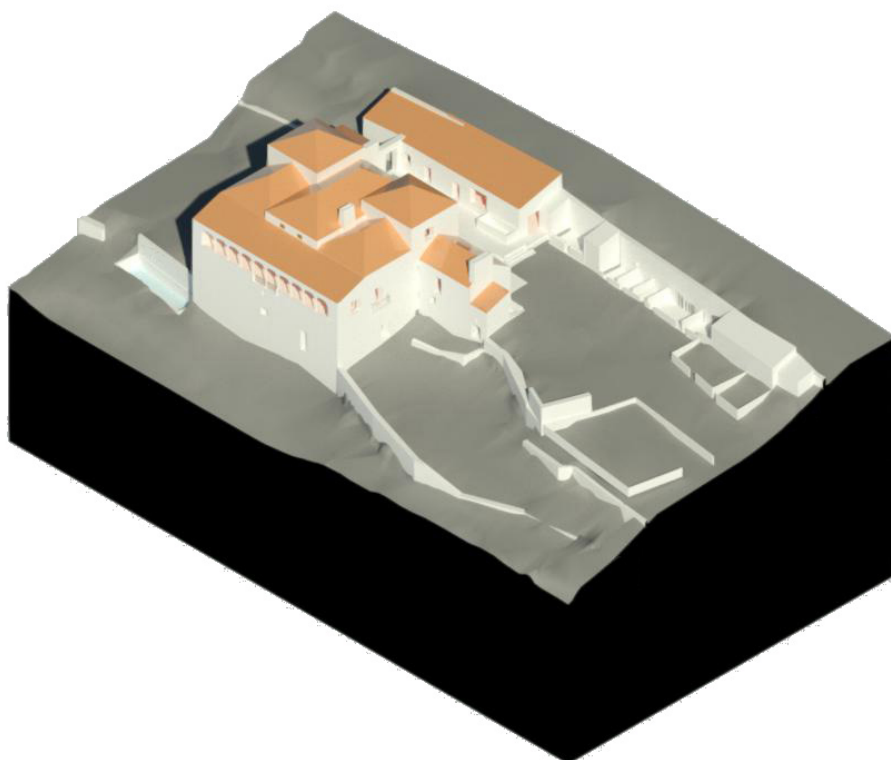
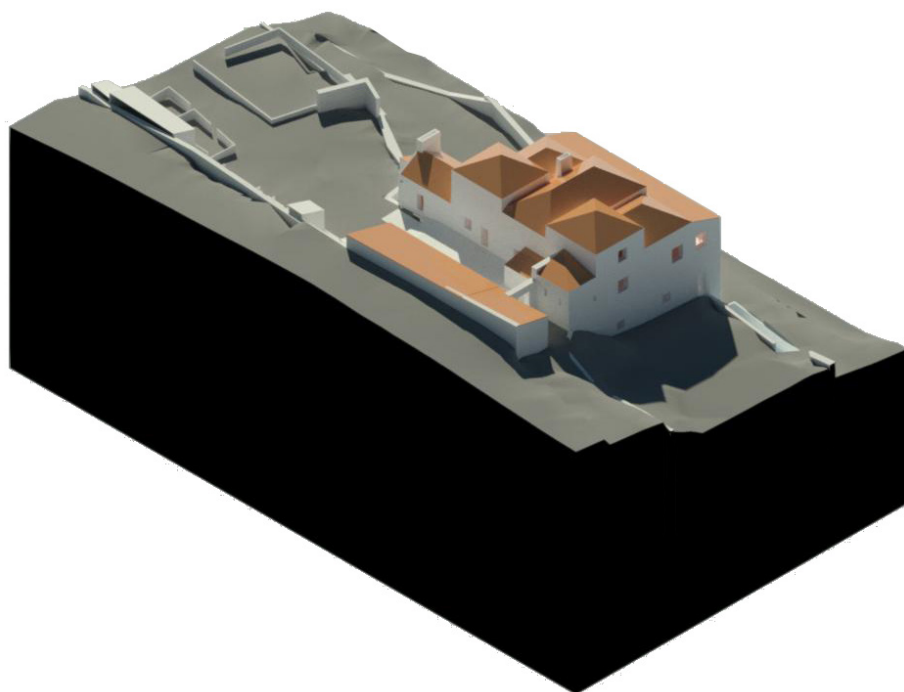




Piso Intermédio | Piso -1



Piso -2

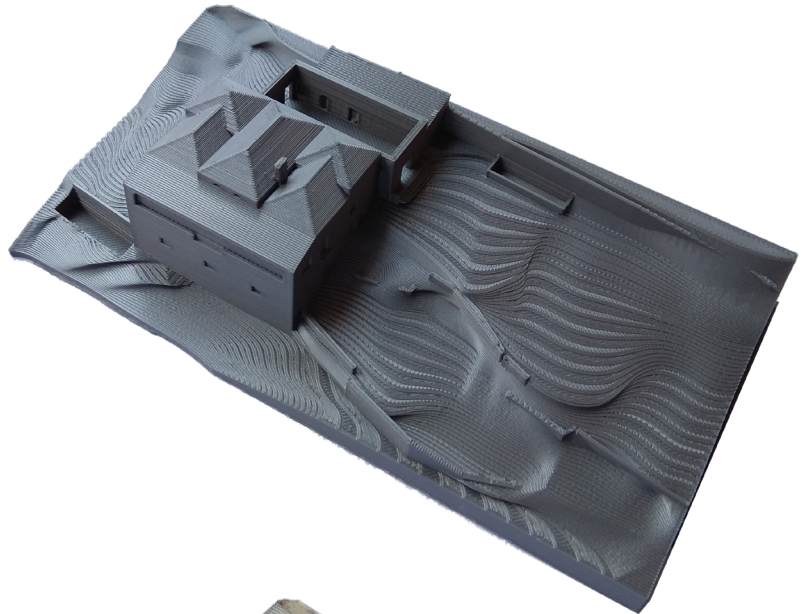
Fase 7 - Adaptação Precária (século XX)



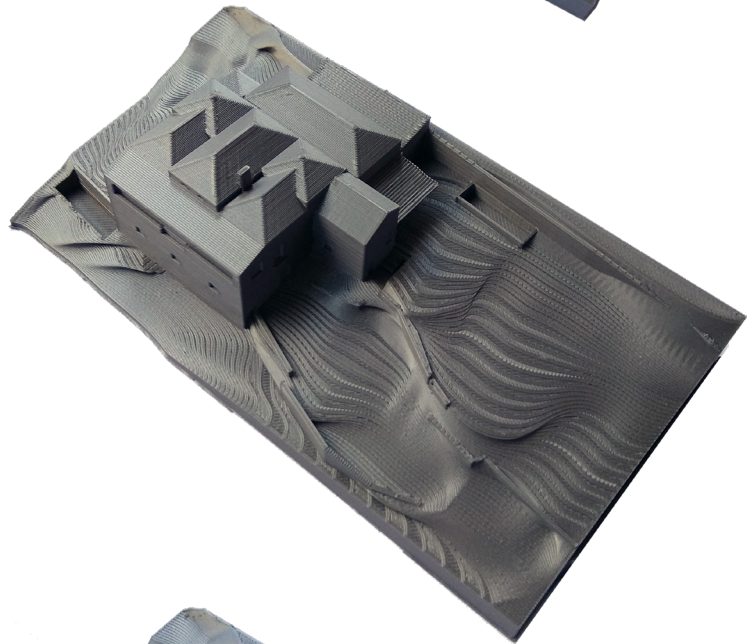
-  vestígios comprovados
-  hipóteses não comprovadas

## P. Modelos Tridimensionais das Fases Construtivas do Palácio de Valflores

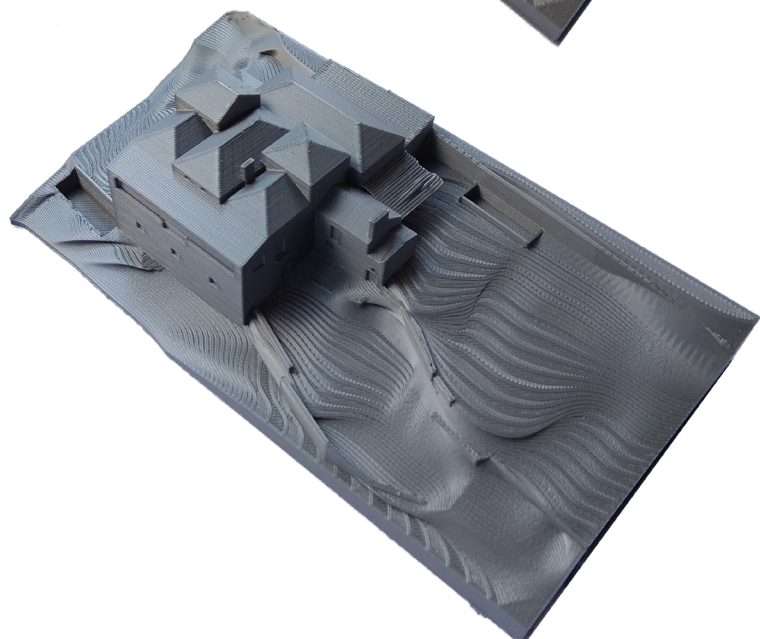
Fase 2 - Palácio Valflores (século XVI)

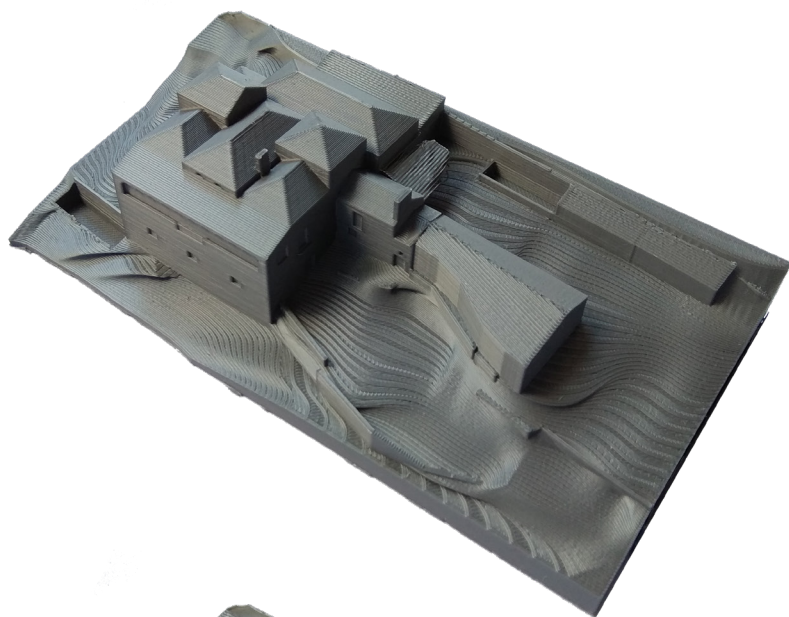


Fase 3 - Anexos (século XVI?)

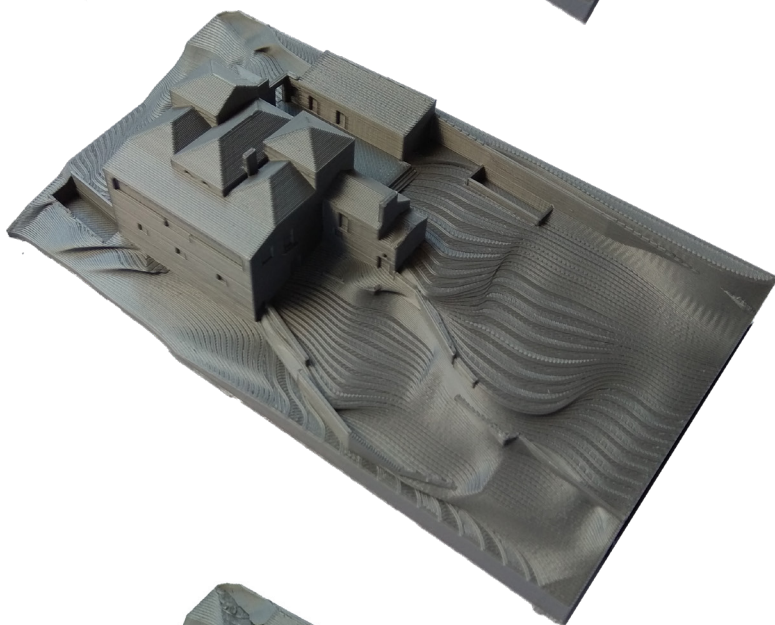


Fase 4 - Torreões (século XVIII)

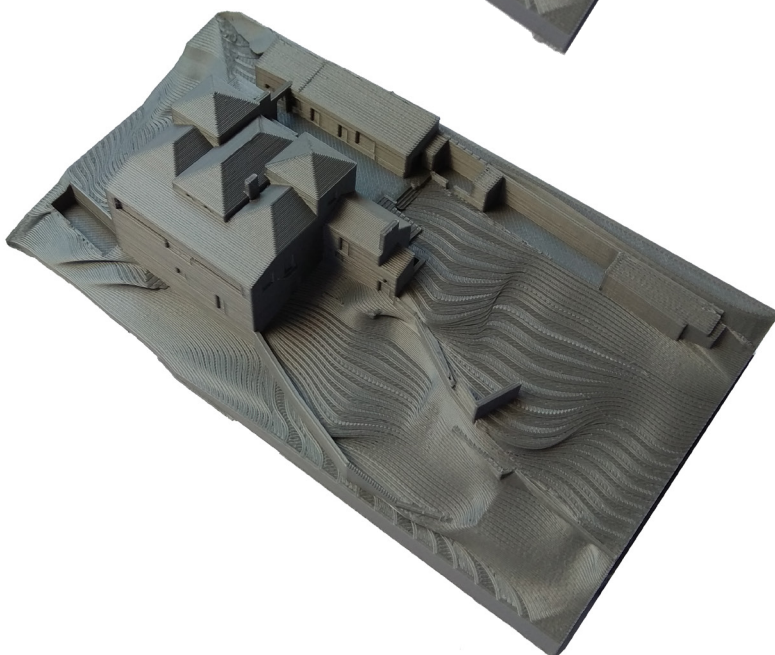




Fase 5 - Vistoria Final Século XVIII - 1798 e 1808



Fase 6 - Reynolds (final século XIX)



Fase 7 - Adaptação Precária (século XX)